

28



REVISTA DA ASBRAP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES
DE HISTÓRIA E GENEALOGIA

2021

A
A S B R A P
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES
DE HISTÓRIA E GENEALOGIA
tem por finalidade:

- * Promover o intercâmbio entre pesquisadores de História, Genealogia e demais ciências afins, de todo o território nacional, bem como integrá-los com os arquivos de fonte primária existentes no país.
- * Promover, em âmbito nacional, cadastramento de arquivos civis, militares, eclesiásticos, diplomáticos, universitários, particulares e outros, bem como o estudo e a divulgação de sua documentação.
- * Coordenar e divulgar projetos de pesquisa em todo o território nacional, podendo firmar convênios e promover publicações de pesquisas.
- * Promover cursos e palestras de História, Genealogia e ciências correlatas.
- * Despertar o interesse das autoridades e do público em geral, para a importância dos arquivos.
- * Apresentar propostas de melhorias no atendimento aos pesquisadores e na preservação de documentos.
- * Colaborar com entidades e com órgãos públicos em todas as iniciativas que a ASBRAP julgar por bem.
- * Credenciar pesquisadores junto às entidades e aos arquivos públicos e privados, nacionais e estrangeiros.
- * Envidar esforços junto às autoridades competentes com vistas ao reconhecimento e regulamentação da profissão de pesquisador em História e Genealogia.

Participam desta revista:

Antônio Seixas
Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho
Decio Ferraz da Silva Junior
Eduardo Dias Roxo Nobre
Francisco Montanha Rebello
Gastão de Souza Mesquita Filho
Gilberto de Abreu Sodrê Carvalho
Gustavo Almeida Magalhães de Lemos
Paulo Paranhos
Pedro Silva Inácio
Renato de Lucca
Sérgio Weber

REVISTA DA ASBRAP

28

REVISTA DA ASBRAP N.º 28

REVISTA DA ASBRAP Nº 28



2021

RESPONSABILIDADE

Os conceitos e informações contidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais sobre os artigos ora publicados foram cedidos, por seus autores, gratuitamente, para a presente edição e disponibilização na internet (*site* da ASBRAP).

PROPRIEDADE

ASBRAP

Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Caixa postal 6921

30190-970 – Belo Horizonte, MG - BRASIL

Visitem o nosso *site* na Internet: **www.asbrap.org.br**

E-mail de Contato: **contato@asbrap.org.br**

.....

SUMÁRIO DA REVISTA DA ASBRAP Nº 28

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO DA REVISTA | 11 |
| HOMENAGEM PÓSTUMA A D. LEYDE MORAES GUIMARÃES | 12 |
| <i>Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho</i> | |
| LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ACESSIBILIDADE AOS REGISTROS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS | 14 |
| <i>Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho</i> | |
| A GENEALOGIA COMO FORMA DE CONHECIMENTO | 21 |
| <i>Gustavo Almeida Magalhães de Lemos</i> | |
| “FAVOR” E “CONTRAFAVOR”: CONCEITOS ÚTEIS NA ESCRITA DE NOTAS GENEALÓGICAS | 31 |
| <i>Gilberto de Abreu Sodré Carvalho</i> | |
| A ORDEM DE CISTER E O MOSTEIRO DE CLARAVAL (EXEMPLO DE ESPIRITUALIDADE MONÁSTICA) | 41 |
| <i>Paulo Paranhos</i> | |
| FILATELIA E FILATELISTAS NO PASSADO RECENTE | 57 |
| <i>Sérgio Weber</i> | |
| ALGUMAS FAMÍLIAS DA FREGUESIA DE SÃO NICOLAU DE SURUÍ, NO MUNICÍPIO DE MAGÉ, NOS SÉCULOS XVIII A XX | 73 |
| <i>Antônio Seixas</i> | |
| CONSIDERAÇÕES E CONTROVÉRSIAS ACERCA DO NOME DE ANTÔNIO BICUDO <i>VERSUS</i> ANTÔNIO BICUDO CARNEIRO | 123 |
| <i>Pedro Silva Inácio</i> | |
| JOÃO MONTEIRO FERRAZ – O FILHO (DESCENDÊNCIA DE JOÃO MONTEIRO FERRAZ E ANA GOMES DE SOUZA). A ORIGEM DA FAMÍLIA FERRAZ DA SILVA – CUNHA E REGIÃO | 144 |
| <i>Decio Ferraz da Silva Junior</i> | |
| O CASAL ALFERES ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA / RITA MARIA ANGÉLICA DOS SAN- TOS, POR SUA PRIMEIRA FILHA FLORÊNCIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO (AL- GUNS “GOUVEIAS”, “CAMPOS” E “PEREIRAS DA SILVA”) | 216 |
| <i>Decio Ferraz da Silva Junior</i> | |
| OS MESQUITAS DE SÃO PEDRO DE ALVITE – PRIMEIROS ESTUDOS: CAPITÃO JOSÉ MA- NUEL DE MESQUITA E SUA DESCENDÊNCIA NO BRASIL | 256 |
| <i>Eduardo Dias Roxo Nobre</i> <i>Gastão de Souza Mesquita Filho</i> | |
| JOAQUIM DINIZ: PERCURSO MILITAR, ASCENDÊNCIA E DESCENDÊNCIA | 292 |
| <i>Francisco Montanha Rebello</i> | |

| | |
|--|-----|
| GENEALOGIA DA FAMÍLIA CESTARI, DE MONTESANO SULLA MARCELLANA | 340 |
| <i>Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho</i> | |
| REGISTROS PAROQUIAIS CROATAS LOCALIZADOS NA ALEMANHA | 501 |
| <i>Renato de Lucca</i> | |
| DIRETORIA 2020/2021 | 506 |

MEDIDAS E PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA EDITORAÇÃO DE ARTIGOS PARA A REVISTA DA ASBRAP

(acessar a página: http://asbrap.org.br/medidas_parametros.html)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

(ver a relação completa em: http://asbrap.org.br/relacao_acervo.html)

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

Nos últimos 28 anos, a Revista da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – tem servido como uma grande “vitrine” da nossa entidade. Por intermédio dela, os associados dão publicidade ao fruto de anos de suas pesquisas históricas e genealógicas.

Contendo muitas informações inéditas, as revistas da ASBRAP sempre repercutiram no meio dos historiadores e genealogistas, no Brasil e no exterior, consubstanciando-se como um respeitado veículo de difusão do conhecimento nessas áreas.

O volume ora apresentado, de nº. 28, não é diferente. São quatorze artigos, com diversas abordagens: legislação, sociologia, história, genealogia, biografia e arquivística.

É um alento em meio às dificuldades e polêmicas trazidas pela chamada LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, que não vem sendo adequadamente interpretada por alguns gestores de arquivos.

Boa leitura a todos!

A Diretoria

Comissão de Publicações (2021)

Luiz Gustavo de Sillos
Priscilla Scott Bueno
Rafael de Castro Baker Botelho
Rodnei Brunete da Cruz
Stanley Savoretti de Souza
Gustavo Almeida Magalhães de Lemos (suplente)

HOMENAGEM PÓSTUMA A D. LEYDE MORAES GUIMARÃES

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho



Nossa associada efetiva, Dona Leyde Moraes Guimarães, faleceu no dia 4 de fevereiro de 2021, em Ouro Fino, Minas Gerais, onde residia. Nascida em Inconfidentes, Minas Gerais, aos 31 de agosto de 1921, filha de José Roberto de Moraes e de Olímpia Vale Guidi de Moraes. Casou-se em Ouro Fino, aos 20 de dezembro de 1945, com o Dr. José Guimarães, mineiro de Cambuquira, nascido

em 5 de maio de 1909 e falecido em Ouro Fino, a 1º de julho de 1987.

Ela exerceu o magistério por quarenta anos, sendo professora normalista de 2º grau, formada pela Escola Normal Oficial de Ouro Fino, em 1940; licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino; com licenciatura plena em Administração Escolar, Inspeção e Disciplinas Pedagógicas de 2º grau. Pertencia a diversas associações culturais e, em 2017, foi agraciada com a *Medalha da Inconfidência*, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

O mundo dos genealogistas e pesquisadores é muito grato a Dona Leyde Moraes Guimarães, que sempre franqueou, de forma amável e prestativa, o acesso ao acervo deixado por seu marido, autor de diversos trabalhos genealógicos e da obra póstuma *As Três Ilhoas*.

Na década de 90, Dona Leyde Moraes Guimarães permitiu a publicação de *As Três Ilhoas*, expressivo trabalho que havia sido deixado pelo Dr. José Guimarães. Para tanto, contou com o empenho do nosso associado fundador Roberto Vasconcelos Martins.

Em quatro volumes, a obra *As Três Ilhoas* é referência e fonte de consulta obrigatória para aqueles que se interessam por genealogia. Ela descreve a descendência de três irmãs açorianas que, por volta de 1723, vieram para o Brasil, onde se tornaram figuras lendárias, troncos de importantes famílias mineiras: *Antônia da Graça* (antepassada dos Junqueiras e Meireles), *Julia Maria da Caridade* (de quem descendem os Garcias, Carvalhos, Nogueiras, Vilelas, Reis e Figueiredos) e *Helena Maria de Jesus* (avó maior dos Resendes).

Dona Leyde Moraes Guimarães também fez publicar ou republicar alguns trabalhos de seu falecido marido na Revista da ASBRAP: *Genealogia de Vital Brasil*; *O Sargento Mor Manuel Nunes de Gouvêa, um povoador do Sul de Minas*; *A Capela de Caldas e seu desmembramento de Ouro Fino*; *Família Borges da Costa*; *O Fundador de Baependi* (importante trabalho sobre a genealogia do Capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó), *Paróquias Paulistas no Sul de Minas*; *Maria da Fé – A verdadeira origem do nome da cidade*; *Dona Maria Pedroso* (mulher do Capitão-mor João de Toledo Pisa e Castelhanos) e *Os Fundadores de Três Corações*.

Em 2010, Dona Leyde Moraes Guimarães trouxe a lume um livro de sua autoria, que trata da história de sua terra natal, além de dados biográficos e genealógicos de pessoas dessa localidade: *Inconfidentes, a terra que me viu nascer: aspectos históricos gerais*.

Dona Leyde Moraes Guimarães deixou os filhos Francisca Elisa Guimarães; Maria Olímpia Guimarães Silva, casada com Waldir Brasil Silva; Teófilo Moraes Guimarães, casado com Donice de Freitas Garcia; e Márcia Regina Guimarães, casada com Clayton Montagnolli Júnior; bem como os netos Rafael, Fernando, Sara, Henrique, Lia, Heloisa, Nara e Samuel; e a bisneta Alice.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ACESSIBILIDADE AOS REGISTROS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho¹

Resumo: *Interpretação sistemática e teleológica dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/18), em conformidade à Constituição Federal (art. 5º, inc. IX e XXXIII, e art. 216), diante dos direitos fundamentais ao acesso de dados e informações pessoais de interesse histórico e genealógico, bem como do direito à liberdade de expressão e o interesse público na difusão de informações.*

Abstract: *A proposal of systematic and teleological interpretation of the General Personal Data Protection Law (Federal Law 13.709/18) in light of the Brazilian Federal Constitution (article 5, IX e XXXIII, and article 216), the fundamental right of data access and access to personal information of historic and genealogical interest, and freedom of speech and the public interest in the disclosure of information.*

Após o advento da chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º. 13.709/18, com alterações pela Lei n.º. 13.853/19) instalou-se cenário de relativa incerteza quanto ao acesso a dados e informações documentais, com notícia de algumas situações em que gestores de arquivos públicos têm negado o acesso de pesquisadores a documentos antigos, com intrínseco valor cultural, histórico e genealógico.

Creemos, entretanto, que tais situações decorrem de uma má interpretação de alguns dispositivos da LGPD, de forma isolada em relação a outras leis e em total descompasso com a Constituição Federal, em prejuízo do princípio da liberdade de acesso às fontes de pesquisa e do interesse público na divulgação dos relatórios de pesquisa de valor histórico, inclusive genealógico, no espectro da história da(s) família(s).

Como é cediço, a LGPD tem por finalidade a proteção de dados pessoais em virtude do crescente mau uso (ou desvio de finalidade) de informações individuais, que vinha sendo praticado por algumas empresas, as quais comercializavam

¹O autor é promotor de justiça no Estado de Minas Gerais; presidente da ASBRAP (biênio 2020-2021); associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (cadeira n.º. 87) e associado titular do Colégio Brasileiro de Genealogia (cadeira n.º. 12).

informações de seus bancos de dados sem autorização e sem conhecimento dos titulares desses dados.

Situação diversa, que merece interpretação sistemática e contextualizada, é a hipótese de pesquisadores de história e/ou de genealogia, que buscam informações em arquivos públicos ou acessíveis ao público, notadamente em documentos antigos, para posterior publicação de artigos e livros, com o claro propósito de divulgar o conhecimento, promovendo a cultura e fortalecendo a identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como corolário dos direitos fundamentais de acesso à informação e de liberdade de expressão (art. 5º, incs. IX e XXXIII, da Constituição Federal). Nesse sentido, a história não prescinde da pesquisa sobre os seus personagens e seus respectivos vínculos antropológicos, biológicos e sociais.

A Constituição Federal estabelece que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, entre outros, os documentos e as criações científicas (art. 216, *caput* e incs. III e IV).

A Lei Maior dispõe, ainda, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro (inclusive documentos), por diversas maneiras, cabendo à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta àqueles que dela necessitem (art. 216, §§ 1º e 2º).

Além disso, a Constituição Federal prevê, como direito fundamental, o acesso à informação de órgãos públicos, tanto no caso de interesse particular quanto coletivo ou geral, cuja restrição somente é possível na hipótese de sigilo “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (art. 5º, inc. XXXIII). Logicamente que documentos antigos, com inerente valor cultural, histórico e genealógico, não podem ser considerados como imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, sendo indevida qualquer restrição de acesso por esse fundamento.

E não é somente o direito ao acesso às informações de documentos antigos que é livre. A divulgação desses dados documentais antigos, logicamente, está inserida no direito fundamental à liberdade de expressão das atividades artística e científica, independentemente de censura ou licença (art. 5º, inc. IX, da Constituição Federal).

Portanto, tais dispositivos constitucionais deixam claro que a administração pública deve organizar seus arquivos, com o objetivo precípuo de possibilitar amplo acesso às informações documentais, inclusive para a divulgação por meio de publicações, livros, artigos e textos em geral, no contexto inerente à atividade acadêmica, ainda que deles constem dados relativos aos direitos de personalidade.

O acesso à documentação de caráter histórico e genealógico, bem como a possibilidade de divulgação dessas informações são direitos fundamentais da pessoa humana, conforme previsto expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos:

*Art. 19. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de **procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limites de fronteiras** – grifamos.*

Concretizando esse direito fundamental constitucional, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527/11), ainda em vigor, estabelece como diretriz à administração direta dos três poderes e no âmbito de todos os entes federativos, ao gerir documentos, a necessidade de observância da publicidade como preceito geral, sendo o sigilo uma exceção (art. 3º, inc. I).

Nesse contexto, devido ao interesse público, não é razoável que gestores de arquivos públicos impeçam acesso a documentos antigos, que são parte do patrimônio histórico e cultural da coletividade, devendo-se fazer a interpretação conforme o texto constitucional sobre o alcance e a finalidade da limitação prevista no art. 4º, incs. I e II, alínea *b*, e nos arts. 7º e 11, da LGPD.

O art. 4º, inc. I, da LGPD, dispõe que a referida lei “não se aplica ao tratamento de dados pessoais”, se for “realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos”. Por definição legal, *tratamento de dados* é “toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração” (art. 5º, inc. X, da LGPD). Conceito semelhante é dado ao *tratamento de informações* pela Lei de Acesso à Informação (art. 4º, inc. V).

Desse modo, o art. 4º, inc. I, da LGPD, permite, *expressamente*, pleno acesso à documentação de interesse histórico e genealógico para consulta particular e para o seu uso não econômico (sem prejuízo da possibilidade de futura publicização, conforme veremos). Nessa situação se insere, por exemplo, a elaboração de árvores genealógicas de utilização privada.

Contudo, uma leitura isolada e descontextualizada na inovação legislativa poderia transparecer, equivocadamente, que o acesso aos dados documentais de interesse histórico e genealógico, com a finalidade de utilização em publicações de artigos, livros e outros trabalhos acadêmicos, somente seria possível com o consentimento do titular do dado pessoal, em face do disposto no art. 4º, inc. II, alínea *b*, c.c. art. 7º, inc. I, e art. 11, inc. I, da LGPD. Essa interpretação restritiva

da LGPD é equivocada e em total desconformidade à Constituição Federal.

Tendo em vista que é impossível obter consentimento de alguém que já morreu, quem seria o titular do dado pessoal de matrimônios e batismos ocorridos no século XVIII? É de todo absurdo imaginar que se pretenda exigir que os descendentes daquele indivíduo, que viveu há mais de 200 anos, deveriam autorizar o acesso aos dados, pois teríamos milhares de descendentes para se manifestar, muitos deles até desconhecidos.

Com o mesmo raciocínio, se os processos judiciais em tramitação nos dias atuais são, em regra, públicos (art. 189 do Código de Processo Civil), embora deles constem, evidentemente, dados e informações circunstanciadas sobre as pessoas que neles intervêm, não seria razoável impedir o acesso aos dados de processos criminais ou de inventários judiciais por morte, do século XIX, sob o argumento de que as pessoas que deveriam consentir estão mortas.

A solução jurídica para essas situações deve ter razoabilidade e levar em consideração o elemento finalístico (interpretação teleológica) da proteção legal, sob pena de tornarem letra morta os arts. 5º, incs. IX e XXXIII, e 216, ambos da Constituição Federal. Para tanto, devemos fazer uma interpretação sistemática entre a LGPD e outros textos legais em vigor, para alcançarmos uma interpretação conforme a Constituição Federal.

O § 3º do art. 7º da LGPD dispõe que o tratamento de *dados pessoais de acesso público* deve levar em consideração a *finalidade*, a *boa-fé* e o *interesse público* que justifiquem a disponibilização. Portanto, a própria LGPD permite o acesso e a utilização de dados pessoais contidos em documentos públicos, considerando-se a finalidade, a boa-fé e o interesse público. Documentos antigos, de valor histórico e genealógico, atendem a esses critérios.

Devido ao interesse público, a produção do conhecimento de bens e valores culturais deve ser incentivada pela lei (art. 216, *caput* e § 3º, da Constituição Federal). Assim sendo, não devemos interpretar a lei de modo que impeça o acesso a dados, ainda que referentes à personalidade, de documentação antiga, de interesse histórico e genealógico, notadamente quando há intrínseca e evidente finalidade de produção de trabalhos acadêmicos, considerados como tais não apenas aqueles produzidos no âmbito das universidades ou institutos, mas todo e qualquer texto difusor do conhecimento sistemático, inclusive o resultado de pesquisa diletante. Qualquer interpretação da LGPD que restrinja o acesso e a divulgação de dados contidos em documentos antigos, portanto de interesse histórico e genealógico, está em desconformidade com a Constituição Federal (art. 5º, incs. IX e XXXIII, e art. 216) e com a própria *mens legis*.

Não é por outra lógica que o próprio art. 31, §1º, inc. I, da Lei de Acesso à Informação, dispõe que as informações pessoais relativas à intimidade, vida

privada, honra e imagem deixam de ser restritas após 100 anos, a contar da sua data de produção. Portanto, qualquer informação ou dado contidos em documentos com mais de 100 anos, em poder do Estado, incluindo arquivos públicos, não podem sofrer restrição de acesso, nem é vedado o consequente tratamento desses dados e informações de forma pública, por meio de textos que visem à divulgação do conhecimento histórico e/ou genealógico.

Isso não significa, também, que as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem produzidas há menos de 100 anos sejam sempre restritas, com a consequente vedação ao tratamento de dados de maneira pública, mediante utilização em artigos e livros de cunho histórico e genealógico.

A primeira hipótese em que não há restrição ao tratamento dos dados, mesmo sem o consentimento do titular, é expressamente prevista no §4º do art. 7º da LGPD, qual seja, quando os dados foram tornados manifestamente públicos pelo próprio titular.

Com a mesma linha de raciocínio, temos que, se a pessoa for falecida, *como regra*, as informações e os dados pessoais relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem deixam de ser restritos, mesmo que o documento tenha sido produzido há menos de 100 anos. Isso porque os conceitos de “dado pessoal” e de “informação pessoal”, estabelecidos em lei, são aqueles relacionados a informações de “pessoa natural identificada ou identificável” (art. 5º, inc. I, da LGPD; e art. 4º, inc. IV, da Lei de Acesso à Informação). E o Código Civil brasileiro dispõe que a existência da “pessoa natural” termina com a morte (art. 6º). Então, se a pessoa é falecida, não é juridicamente considerada “pessoa natural” passível de proteção pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação, salvo regramentos específicos de sigilo para determinados tipos de informação ou dados.

Exceções a essa regra seriam situações de restrição temporal em razão da segurança da sociedade e do Estado, por haver interesse público (art. 24, § 1º, da Lei de Acesso à Informação); ou casos de restrição legal específica para determinados tipos de dados ou informações, tais como dados pessoais médicos e outros abrangidos por sigilo profissional (art. 154 do Código Penal) ou de sigilos fiscal e bancário (art. 198 do Código Tributário Nacional e Leis Complementares nº. 104/01 e nº105/01). Nessas hipóteses, mesmo com a extinção da “pessoa natural” em razão da morte, a restrição ao acesso aos dados e informações individuais persistirá, não pela preservação do *status* de pessoa ou em homenagem aos direitos da personalidade, mas pelo interesse público na preservação do sigilo profissional ou das transações para fomento do próprio sistema econômico e fiscal.

Ainda temos a possibilidade de acesso a informações de indivíduos vivos, para fins históricos e genealógicos, como é o caso de dados anagráficos, que são, *em regra*, públicos. Os arts. 16 e 19, §4º, da Lei nº. 6015/73, de Registros Públicos

(com alterações posteriores), regem que os oficiais de registro devem lavrar certidão do que for requerido e fornecer as informações solicitadas, inclusive com a menção da data e local de nascimento da pessoa. Quaisquer dados sobre data e local de nascimento, casamento ou óbito, bem como nomes de pais e avós, constantes dos assentos de registro civil são públicos, sendo apenas vedada, em certidão simples, a menção de ser legítima ou não a filiação (art. 19, § 3º, da referida lei). Nesse aspecto, não houve nenhuma alteração da regulação cartorária pela LGPD.

Portanto, o acesso aos dados de assentos nos cartórios de Registros Cíveis de Pessoas Naturais é legalmente autorizado, por meio de certidões simples, mesmo que a pessoa a que o registro se refere esteja viva, havendo algumas exigências de fundamentação do pedido para o caso de certidões de inteiro teor.

Contudo, embora os dados anagráficos de pessoas naturais sejam públicos e acessíveis por meio de certidões, cremos que o *tratamento de dados* para publicação de trabalhos de cunho histórico e genealógico somente seja possível se o indivíduo ao qual se refere tiver autorizado ou quando se trate de dados referentes a mortos, conforme anteriormente pontuado.

Nesse mesmo contexto, também temos os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos antes da entrada em vigor do Código Civil de 1916, portanto, anteriores a 1º de janeiro de 1917, em relação aos quais há interesse público e social legalmente previsto (art. 16 da Lei n. 8.159/91, regulamentado pelo art. 22, § 2º, inc. III, do Decreto n. 4.073/02). Portanto, os assentos de batismos, casamentos e óbitos, bem como processos de banhos, dispensas matrimoniais e outros, existentes em arquivos eclesiásticos, produzidos antes de 1º de janeiro de 1917, têm natureza pública, de modo que o acesso ao teor desses documentos não pode ser restringido, nem pode ser considerado vedado o tratamento desses dados, notadamente em publicações de textos de cunho histórico e/ou genealógico.

Diante do exposto, concluímos que, em uma interpretação sistemática e conforme a constituição Federal, a LGPD não restringe o acesso aos *dados e informações pessoais*, constantes de documentos de interesse histórico e genealógico, sendo:

- 1) amplo e irrestrito o acesso a dados pessoais de documentos de interesse histórico e genealógico quando a utilização for para fins particulares e não econômicos (art. 4º, inc. I, da LGPD), hipótese que abrange a elaboração de árvores genealógicas de uso exclusivamente privado, não sendo vedado o posterior tratamento de dados de forma pública, desde que observadas as conclusões a seguir;
- 2) amplo e irrestrito o acesso e livre o tratamento de dados, inclusive mediante produção de textos que visam à divulgação do conhecimento, no caso de documentos com mais de 100 anos (art. 31, § 1º, inc. I, da Lei de Acesso à Informação);

20 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a acessibilidade aos registros históricos e genealógicos

- 3) *como regra*, amplo o acesso aos dados e às informações a respeito de indivíduo falecido, mesmo no caso de documentos com menos de 100 anos, sendo possível o tratamento de dados, inclusive mediante produção de textos que visam à divulgação do conhecimento (art. 5º, inc. I, da LGPD; e art. 4º, inc. IV, da Lei de Acesso à Informação, c. c. art. 6º, do Código Civil), *salvo hipóteses legais* de sigilo específico de algumas informações pessoais que se protraem no tempo, mesmo após o falecimento do titular (*ex vi*, art. 24, § 1º, da Lei de Acesso à Informação; art. 154 do Código Penal; art. 198 do Código Tributário Nacional e Leis Complementares nº. 104/01 e nº105/01);
- 4) amplo e irrestrito o acesso, bem como livre o tratamento de dados de indivíduos vivos, inclusive mediante produção de textos que visam à divulgação do conhecimento, independentemente da época da produção do documento, desde que haja o consentimento do interessado (art. 4º, inc. II, alínea *b*, c.c. art. 7º, inc. I, e art. 11, inc. I, da LGPD) ou quando os dados foram tornados manifestamente públicos pelo próprio titular (art. 7º, § 4º, da LGPD);
- 5) acessíveis os dados anagráficos, inclusive de indivíduos vivos, mesmo sem o consentimento deles, por se tratar de informações públicas, que podem ser obtidas por certidões, nos termos dos arts. 16 e 19, §§ 3º e 4º, da Lei nº. 6015/73, situação em que o tratamento dos dados, mediante publicação de textos de cunho histórico e genealógico, somente será livre no caso de indivíduos falecidos, sendo necessária, após a vigência da LGPD, a autorização do titular, se a pessoa estiver viva.

A GENEALOGIA COMO FORMA DE CONHECIMENTO

Gustavo Almeida Magalhães de Lemos¹

Resumo: *Este trabalho representa a introdução de um estudo mais amplo sobre metodologia de pesquisa genealógica.*

Abstract: *This work represents the introduction of a broader study on genealogical research methodology.*

Não é intenção do autor deste artigo propor uma metodologia que cubra todo o universo da pesquisa genealógica. A complexidade do tema é muito grande e exigiria a participação de muitos. Sendo assim, este estudo é apenas um passo no sentido de contribuir para uma discussão. A continuidade vai depender da vontade e do interesse dos pesquisadores em levar o assunto adiante.

Toda pesquisa genealógica deveria fazer parte de uma pesquisa maior, que lhe desse sustentação e apontasse o caminho a seguir. Cada pesquisador daria continuidade ao que já foi feito. Em poucos casos isso acontece. Temos visto muitas pessoas pesquisando as mesmas coisas, e com pontos de vista diferentes; cada um querendo impor a sua verdade. Em qualquer campo da ciência, isso é considerado um contrassenso. A discussão em ciência sempre existiu; a diferença é que essa discussão se dá em nível mais técnico e equilibrado, mesmo nas ciências sociais. Embora a ciência busque a verdade, ela está situada em um plano abstrato e inatingível. Se esse encontro fosse possível, a ciência deixaria de existir, e se tornaria uma religião, o que exatamente ela deixou de ser, a partir do momento em buscou a verdade. A ciência não é totalmente incompatível com a religião. Encontramos genealogias na Bíblia e em outros livros sagrados. A metodologia é que diferencia ambas. A ciência não se apoia em verdades reveladas, e é por este motivo que houve o afastamento da religião.

A genealogia nos moldes atuais, mistura elementos estranhos à ciência. Vamos abordar isso mais adiante. A aparente facilidade encontrada pelos pesquisadores nas atuais plataformas, permite que as pesquisas tomem um caminho oposto ao da metodologia científica. Uma pesquisa deve estar estruturada em bases objetivas. A formulação dessas bases irá fornecer os instrumentos necessários para transformar

¹ Associado da ASBRAP e titular da cadeira 22 do Colégio Brasileiro de Genealogia

a genealogia em uma ciência social. Os atuais pesquisadores de genealogia podem ser considerados autênticos cientistas amadores ou historiadores autodidatas. Seguem, empiricamente métodos consagrados pela ciência, sem se darem conta disso. A característica imanente das pesquisas históricas e genealógicas é que ambas não produzem informação, apenas rastreiam informações que já existiram, ou que supostamente existiram e permanecem desconhecidas. Exemplo: um indivíduo pode não saber quem foram os seus trisavós, mas pode ter a certeza de que existiram dezesseis deles. Toda pesquisa tem que partir da certeza de que o objeto será encontrado. A metodologia é a ponte que liga o interesse do pesquisador ao objeto da pesquisa.

Introdução. A genealogia é uma prática, e como tal é feita de uma forma empírica, o que a afasta do método científico tradicional. O empirismo também faz parte da ciência, com a diferença de que é usado como método experimental de pesquisa, e estando perfeitamente caracterizado como hipótese, e nunca como verdade. Na genealogia isso raramente acontece. A busca da gênese é um atributo básico de todas as ciências. Há quem busque a origem da vida, da matéria, do cosmos, e aqueles que buscam a origem das famílias. O estudo da genealogia responde a algumas questões essenciais e existenciais do indivíduo. Ela nos mostra de onde viemos; quem foram aqueles que nos precederam e que abriram o caminho para a nossa existência. A nossa cultura é cumulativa; levamos milhares de anos para construir a história. Vasculhar o passado ajuda a buscar o sentido da vida, a partir do momento que descobrimos como nossos ancestrais viveram.

Em qualquer área, a pesquisa sempre deve partir de três perguntas básicas: pesquisar o quê, para quê e para quem. A genealogia para transformar-se em ciência deve ter um único objetivo: produzir conhecimento, e que esse conhecimento tenha utilidade prática. Alguns critérios das pesquisas sociais se aplicam ao estudo da genealogia, mas não devemos nos esquecer que estas pesquisas tratam de pessoas vivas. Os mortos são apenas considerados como estatística.

A genealogia até o século XVIII esteve intimamente associada a um projeto de poder hereditário. Com o Iluminismo, suas características foram aos poucos sendo alteradas para novos paradigmas. Isso aconteceu com diversos campos do saber, principalmente aqueles ligados a História e as Ciências Sociais, que surgiram na segunda metade do século XIX. O problema é que a genealogia não criou um conceito único que pudesse ser utilizado em todos os campos de estudo. O resultado é que as pesquisas genealógicas hoje são feitas dentro de paradigmas diversos, muitos deles não explicitamente determinados.

Novos paradigmas em pesquisa genealógica. Paradigma é um conceito filosófico que representa os conteúdos de uma visão do mundo. Tal conteúdo é partilhado por todos aqueles que o aceitam como verdade sem discussão e transforma-se em padrão. Aqueles que partilham de tal visão, aceitam todos os fundamentos que são oferecidos sem crítica. Todo o conhecimento humano é apoiado em uma base

que o sustenta e dá legitimidade ao seu conteúdo. Com o passar do tempo, essa base vai aos poucos se alterando e a estrutura do conhecimento acumulado passa a ter uma nova base dentro de outros conceitos. Essa base recebeu o nome técnico de paradigma, pelo físico americano Thomas Kuhn.

No campo científico, o paradigma é conceituado como uma teoria ou sistema dominante, por um tempo, numa área científica em particular, com ênfase no conhecimento. Todos os campos do saber estão inseridos em paradigmas, que por serem temporais, vão se alterando com as mudanças de percepção do mundo. Se tomarmos os estudos de genealogia feitos até o século XVIII, vamos constatar que o ambiente em que se situavam era o poder. Com a entrada em cena da democracia como um novo paradigma de poder, a genealogia entrou em um processo de mudança que foi trazido até os dias de hoje. O que caracteriza uma fase de transição é exatamente quando coexistem dois ou mais paradigmas. A mesma atividade pode seguir rumos diferentes e até antagônicos, como é o caso da Astrologia. Com o conhecimento científico adquirido com estudos científicos, os fundamentos da Astrologia foram questionados e a ruptura foi inevitável. A Astrologia científica transformou-se em Astronomia, mas ambas atividades continuaram existindo, já que os fundamentos da primeira continuaram a ser aceitos por muitos e sobreviveram.

Nos últimos anos a genealogia genética tem exercido forte influência na genealogia tradicional e hoje é a principal porta de entrada dos novos pesquisadores, que buscam nas pesquisas documentais a identificação dos marcadores genéticos dos seus exames de DNA. O cotejamento de uma pesquisa documental com outra genética é complicado, já que sabemos que os genes não seguem necessariamente o mesmo percurso da História. É importante para os pesquisadores do futuro considerarem que uma informação genética não desmente uma histórica. As metodologias são diferentes e a comparação de ambas amplia o conhecimento sobre o comportamento dos nossos ancestrais.

Tipos de pesquisa. Quando temos um objetivo em mente, precisamos de uma estratégia para alcançá-lo. No campo da pesquisa essa estratégia chama-se metodologia. Uma pesquisa sistematizada aumenta as chances de sucesso e aumenta a sua credibilidade. Antes de iniciar o seu trabalho, o pesquisador deve saber exatamente aonde quer chegar e quais os instrumentos que pode utilizar. O seu objetivo vai determinar o tipo de pesquisa a ser feita.

Se o pesquisador parte de si próprio, ou de um descendente, ascendente direto ou cônjuge, ele estará fazendo uma pesquisa *Ad hoc*. Nesse tipo de pesquisa, o laço de parentesco estará sempre presente, não importando os desdobramentos que possa ter. A pesquisa *Ad hoc* tende a se verticalizar, ou seja, o pesquisador se interessa apenas por sua linhagem direta e graus de parentesco muito próximos. É o caso típico de pesquisadores amadores em sua fase inicial. Uma pesquisa *Ad hoc*

também pode ser feita por encomenda, desde que seja seguido o critério do laço de parentesco com a pessoa com quem a pesquisa foi iniciada.

Quando uma pesquisa parte de um grupo social, cidade ou região, com o objetivo de determinar sua origem, composição ou movimentação, dá-se a essa pesquisa o nome de *Omnibus*. Esse tipo de pesquisa possui um caráter mais genérico, uma vez que qualquer pesquisa que ajude a determinar a origem das pessoas pode ser considerado como *Omnibus*. Entre elas podemos incluir censos, catalogação de registros civis, paroquiais, judiciários, de terras, sesmarias, etc. Por sua natureza, a pesquisa *Omnibus* possui um alcance maior e também pode ser feita por amadores, com a diferença de que é feita de uma forma mais científica, principalmente por estar exposta a olhares críticos.

Uma pesquisa *Ad hoc* pode transformar-se em *Omnibus*, quando o pesquisador ultrapassa as fronteiras do parentesco, e estende a pesquisa para uma determinada região ou famílias coligadas por laços de afinidade, e não de sangue. A paixão pela genealogia normalmente leva o pesquisador a seguir esse caminho.

Praticamente todas as pesquisas genealógicas existentes possuem falhas na sua construção, decorrentes da falta de critérios que orientem o pesquisador. A utilização de fontes pouco confiáveis, incorporação de outras pesquisas sem uma criteriosa verificação e ligações familiares discutíveis, são exemplos típicos de falhas. A aceitação das pesquisas genealógicas na comunidade científica vai depender da formulação desses critérios. É claro que as falhas sempre irão existir – elas também estão presentes nas outras ciências. A diferença é que a falha não pode estar no método.

Metodologia de pesquisa. O que é necessário para que a genealogia seja uma ciência? A seguir vamos listar alguns tópicos que precisam ser abordados e discutidos para validar a pesquisa genealógica dentro do campo da ciência:

1. **Conceito.** É necessário que todos saibam exatamente o que é genealogia. O conceito deve abranger todo o universo de conhecimento que pode ser alcançado.
2. **Formas de conhecimento.** É o objetivo do presente trabalho. Uma ciência deve contribuir para aumentar o conhecimento, não só daquele que pesquisa, como de todos os que serão beneficiados pela pesquisa. Um pesquisador solitário, que pesquisa apenas para si, jamais poderá ser enquadrado dentro da ciência.
3. **O percurso metodológico na construção do objeto da pesquisa.** Deve ser estabelecido antes de iniciado o trabalho. O que caracteriza uma boa pesquisa é a sua unidade. Muitas pesquisas atualmente divulgadas, são verdadeiras colchas de retalhos de outras pesquisas. A preocupação com o geral, deve ser tão importante quanto o particular. A sistematização, redação, critérios de citações de fontes, dúvidas, etc., devem seguir o mesmo padrão em todo trabalho.
4. **Aspectos metodológicos na construção do conhecimento científico.** É a essência da pesquisa: como fazer. Existe um certo consenso, que uma

pesquisa deve partir de informações constantes em fontes primárias, sempre que possível. A citação de fontes é essencial para merecer credibilidade. A ordenação dos dados deve seguir o critério de fácil entendimento para leigos. Aspectos históricos são importantes, e devem ser abordados de forma resumida, ou em arquivo separado. Informações confidenciais sobre pessoas vivas, devem ser evitadas. As suposições, dúvidas e divergências de informações, devem ser claramente descritas. Existem outros aspectos que merecem uma abordagem metodológica. A criação de normas, em muito facilitaria o pesquisador no desenvolvimento do seu trabalho.

5. **Diferentes perspectivas e procedimentos em genealogia.** Uma pesquisa genealógica pode servir aos mais diversos objetivos, além de buscar a origem. Torna-se necessário distinguir as pesquisas quanto ao seu uso, e estabelecer procedimentos que sejam aceitos por toda a comunidade de pesquisadores.
6. **A relação entre problema e procedimentos de pesquisa.** Ao longo de todo trabalho científico surgem problemas não previstos no seu planejamento. Tais problemas devem ser debatidos por uma elite, ou associação, que seja representativa dos pesquisadores. Resolver problemas de forma aleatória, pode comprometer os resultados e invalidar todo um esforço. Sendo a genealogia uma prática antiga, é difícil o pesquisador se deparar com um problema que já não tenha acontecido antes, e solucionado a contento. A uniformidade de procedimentos é essencial para a aceitação da genealogia como ciência.
7. **Instrumentos e coleta de dados.** É necessário fazer uma distinção entre instrumento e fonte de pesquisa. O instrumento é o meio que nos conduz até a fonte. Nos dias atuais, a internet é o principal instrumento de pesquisa, mas temos muitos outros, como: tradição oral, pesquisas sobre DNA, associações genealógicas, arquivos públicos, bibliotecas, museus, etc. As fontes são os registros documentais, de onde os pesquisadores extraem as informações para as suas pesquisas. A diversidade das fontes é muito grande e merece um estudo à parte, incluindo a sua natureza e classificação.
8. **Relação entre qualitativo e quantitativo.** Uma pesquisa qualitativa se utiliza de instrumentos, lógica e observação. Deve haver um correto balanceamento entre os dados levantados e a interligação histórica entre eles. Uma pesquisa quantitativa tem como base dados numéricos e estatísticos. São os conhecidos bancos de dados, que embora sejam úteis, não privilegiam os aspectos históricos.
9. **Informática e genealogia.** A utilização de bancos de dados e programas de computador especializados em genealogia.
10. **A genealogia como objeto de estudo acadêmico.** É fundamental que sejam criadas cadeiras e cursos de nível superior voltados ao estudo da genealogia, assim como a defesa de teses acadêmicas. A elite dos genealogistas será

formada por pessoas que demonstrarem conhecimento científico dentro dos critérios estabelecidos.

11. **Comunicação dos resultados das pesquisas.** Comercialização de pesquisas, internet e todos os meios apropriados para divulgação de pesquisas.
12. **Ética em genealogia.** Assunto que merece um amplo debate. É necessário se criar um código de ética, com o objetivo de disciplinar e coibir práticas fraudulentas, além de estabelecer critérios de divulgação de informações que possam provocar constrangimentos. Toda ciência possui sua ética.

Caso a genealogia se enquadre nos critérios descritos, poderá ser considerada uma ciência. Note-se que tais critérios não foram estabelecidos pelo autor deste trabalho. Houve uma adaptação ao nosso caso específico de critérios aceitos pela comunidade científica, e que podem ser encontrados nos bons livros especializados em metodologia científica.

Alguém poderia perguntar: e os pesquisadores amadores, onde se encaixam dentro disso? Muitas ciências – como a história e a arqueologia – possuem amadores entre os seus praticantes. Os cientistas sociais nunca dispensaram o valioso auxílio de pesquisadores amadores. Se um trabalho é feito dentro de critérios científicos, ele terá validade e será aceito. Todos sabemos que a qualificação do autor nem sempre é sinônimo de qualidade.

Objetivos da pesquisa. (Pesquisar o quê?). Já vimos, que ao iniciar um estudo o pesquisador deve saber exatamente aonde quer chegar. Não importa muito se esse objetivo seja impossível de ser atingido. O importante é que ele aponte a direção a ser seguida. Em uma pesquisa *Ad hoc*, o importante não é chegar até Adão, e sim ao ancestral mais remoto possível. Em uma pesquisa *Omnibus*, a abrangência deve ser a tônica. Não apenas isso: é preciso saber quais instrumentos de pesquisa estão disponíveis. Esses instrumentos nos permitem um acesso mais rápido às fontes de coleta de dados.

Uma pesquisa genealógica também pode ter como objetivo servir de instrumento auxiliar da história. Nos dias atuais os pesquisadores de história dão grande ênfase ao estudo da vida quotidiana do passado. Diversos aspectos do modo de vida dos nossos ancestrais podem ser estudados com o olhar da genealogia.

A ciência também está descobrindo a genealogia. Estudos sobre doenças hereditárias estão sendo desenvolvidos em todo o mundo. Com as pesquisas do DNA mitocondrial e Cromossomo Y, ciência e genealogia estão investigando as origens do homem. Mas, para alguns poucos, a genealogia pode servir para objetivos fúteis, conforme será demonstrado mais adiante.

Pesquisar para quê? Explicar os motivos que levam as pessoas a pesquisar é complicado. Qual o fascínio que atrai uma legião de não-cientistas para a sua prática? Muitas das razões escapam da racionalidade. A maioria das ciências carrega

a paixão no seu bojo. Existe uma ambiguidade entre ciência e magia que mexe com o imaginário e nos transporta para um mundo que não vivemos. Por definição, passado é aquilo que foi por nós vivido. A genealogia trata do ante-passado, ou seja, aquele passado que foi vivido por aqueles que nos precederam. O ciclo de uma vida limita a nossa capacidade de compreender a realidade, e nos obriga a buscar no passado algum tipo de explicação que dê sentido à nossa existência. Poucos pararam para pensar nos reais motivos que os levam a pesquisar. A razão é simples: é muito difícil verbalizar emoções. O lado emocional é uma das principais motivações, mas raramente é assumido. Os pesquisadores preferem dizer que pesquisam por *hobby*.

Pesquisar sem saber o motivo é a regra. A magia atinge diretamente a emoção sem passar pelo filtro da razão. O que nos leva a pesquisar é o mesmo motivo que nos leva a gostar de ópera ou ficção científica. Ninguém pesquisa ou estuda por *hobby*. Alguma coisa nos leva a isso. Dizer que a genealogia é um *hobby*, é uma simplificação que não resiste a uma análise mais profunda. Não devemos ter medo em assumir nossa curiosidade, que é a mesma dos cientistas, e que provavelmente tem as mesmas raízes. A curiosidade bem dirigida traz benefícios para muitos, ou que seja para um só. Melhor pesquisar genealogia do que a vida dos vizinhos ou de celebridades que ganham dinheiro com a curiosidade alheia. Muitos dos que nos criticam fazem isso. A satisfação da curiosidade sempre está atrelada a um componente emocional, se ele nos trouxer conhecimento, tanto melhor.

O conhecimento que adquirimos com a genealogia não é pequeno. Diversas áreas do conhecimento científico estão envolvidas: História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Teologia, Linguística, Genética e muitas outras. Podemos notar nos nossos ancestrais todos os efeitos dos fatos históricos conhecidos, e que foram vividos por eles. A genealogia é hoje de uma grande importância para a maioria das ciências. Por que não transformar em uma? Ela já contribuiu, e ainda tem muito a contribuir para o desvendamento dos mistérios do passado.

Todo e qualquer conhecimento parte de uma emoção: os alquimistas da antiguidade buscavam a imortalidade, e acabaram inventando a química; a filosofia buscava o saber, e inventou a ciência. A genealogia no seu início tinha múltiplos objetivos: servia para marcar o tempo, através de gerações; as dinastias foram criadas para perpetuar as famílias no poder; a fidalguia e nobreza também se perpetuavam através da genealogia; o clero a usava como critério de seleção para os seus membros; a inquisição usou a genealogia para perseguir os judeus e até nos tempos modernos o nazismo pesquisava os ancestrais do seu povo e dos territórios ocupados, com os objetivos que todos sabemos.

A vida não se inicia em um instante zero. Um indivíduo ao nascer já traz dentro de si todo um passado histórico que não pode ser ignorado. Os detratores da genealogia preferem ignorar esse passado e só olhar para frente. Ninguém deve

se orgulhar ou envergonhar daquilo que não fez, a genealogia não deve servir para tais fins. Ela funciona como um espelho retrovisor do tempo. O futuro tem como base o presente que é construído no passado. Vários autores já disseram que o homem é o produto do meio. A consciência dessa premissa nos autoriza a reavaliar e interferir na nossa realidade com o objetivo de construir um mundo melhor.

Mas a pergunta (pesquisar para quê?) ainda não foi totalmente respondida. Nos dias atuais, todos procuramos a felicidade, ou pelo menos deveríamos. Se olharmos para trás, vamos verificar que a felicidade dentro dos nossos conceitos nunca existiu. Muito pelo contrário: as agruras por que passaram nossos ancestrais nos tornariam muito infelizes. Mortes de recém-nascidos eram comuns – de parturientes também –; doenças contagiosas dizimavam famílias inteiras; a vida era mais curta; as injustiças sociais eram bem maiores; os nobres representavam uma parcela da população menor do que a classe rica de hoje, isso quer dizer que se alguém tem ancestrais nobres, não significa que seria um. Olhando para esse passado, podemos nos considerar privilegiados, e perceber que o conceito de felicidade é mais abstrato do que supúnhamos. Se pudéssemos trazer nossos ancestrais para o presente, eles seriam mais felizes do que nós. Essa lição ajuda-nos a buscar a felicidade dentro do possível. Pelo menos é isso que o autor desse trabalho sente ao pesquisar seus ancestrais.

A nossa sociedade evoluiu muito. É claro que em um ritmo mais lento do que seria desejável e está longe do ideal. A genealogia e a história nos mostram a lentidão dos avanços sociais que os dez milênios de civilização ainda não conseguiram resolver. Infelizmente a genealogia pode servir a propósitos bem menos nobres.

Até esse ponto falamos de usos e motivos perfeitamente determinados e assumidos, até que entra em cena o lado fútil da genealogia: a busca da nobreza e de um passado heróico dos ancestrais. Se no passado a ascendência era um fator determinante para que o indivíduo se posicionasse na sociedade, nos dias atuais ela é de pouca ou nenhuma importância, mesmo assim muitos buscam nos ancestrais, algum tipo de orgulho ou vaidade que não teriam no presente por seus próprios meios. No Brasil nunca houve uma nobreza de fato, conforme está demonstrado na tese de doutorado de Gilson Nazareth “O Imaginário Fidalgo De Uma Sociedade Burguesa”. Os títulos nobiliárquicos foram distribuídos sem critério, e não tinham nenhuma ligação intrínseca com o poder estabelecido. Esses títulos não eram hereditários e tinham um significado muito diferente das dinastias europeias, onde expressavam a oligarquia. Não há muito do que se orgulhar. No Brasil, podemos considerar a nobiliarquia como acidente de percurso dentro da pesquisa genealógica. Do ponto de vista estatístico, podemos afirmar ser impossível qualquer ser humano não descender de nobres, mesmo entre os membros das sociedades primitivas. A identidade do povo brasileiro foi construída também com o trabalho de gente simples. Na sua grande maioria imigrantes, índios, mestiços e negros. A vaidade vicia as pesquisas e as desvia do objetivo inicial, que passa a ser ela própria. Na

verdade, a vaidade pode ser o objetivo inicial, mas quase sempre é dissimulada. Ela não traz em si nenhum valor, portanto jamais vamos atingir uma vaidade com critérios objetivos, uma vez que ela própria é subjetiva. O único valor no sentido abstrato que herdamos é a nossa educação. Os valores que muitos buscam nos ancestrais não valorizam o presente.

A genealogia reserva muitas surpresas para aqueles que a pesquisam. No rastro do seu trabalho, o pesquisador contribui para reatar ligações familiares há muito perdidas. O autor deste trabalho teve a oportunidade de estabelecer contatos com parentes distantes, muitos dos quais a existência era desconhecida, e perceber o peso da tradição. A tradição familiar é um laço muito forte que une os membros de uma família, e que leva muitas gerações para se desfazer. Foram observados muitos traços de semelhança reconhecíveis entre pessoas que nunca se conheceram. Isso é muito mais do que simples coincidência ou tradição burguesa. O passado deixa marcas indeléveis nas pessoas, que as carregam sem se dar conta, e que as transmitem aos seus descendentes. Partilhar o passado com os nossos parentes se constitui em uma experiência inesquecível e uma lição de vida.

Pesquisar para quem? Os pesquisadores *Ad hoc* não têm necessidade de responder a pergunta, afinal estão pesquisando para si ou para um determinado indivíduo ou família. Já os pesquisadores *Omnibus* devem saber a abrangência do estudo a que se propõem. O universo de pessoas atingidas pela pesquisa deve ser corretamente avaliado antes do seu início. A divulgação de uma pesquisa genealógica deve não só contribuir para esclarecer ou até mesmo modificar fatos históricos, como também atingir um maior número possível de pessoas. É uma obrigação de todo pesquisador lutar pela preservação das fontes de pesquisa. Catalogar e restaurar fontes primárias deve fazer parte das atividades de todos os pesquisadores, mesmo aqueles que pesquisam para si. Muitas dessas fontes foram preservadas, exatamente porque outros antes de nós tiveram essa preocupação.

Conclusão. Uma pesquisa feita sem métodos científicos pode mesclar informações coletadas de boas fontes, com referências de fontes duvidosas ou inexistentes. Os principais vícios das atuais pesquisas são esses, além da falta do objeto claramente identificado e da descrição da metodologia escolhida. Como já foi dito, as pesquisas genealógicas são praticadas por amadores em sua grande maioria. Falta orientação para os pesquisadores, já que os métodos científicos são acessíveis a todos e fáceis de serem aplicados. As obras genealógicas já existentes não perderão valor, apenas serão consideradas como referências, da mesma forma que os dicionários, principalmente porque a língua é dinâmica. Os dicionários não são e jamais serão obras científicas. O seu conteúdo sofre uma constante crítica e tem que de ser permanentemente alterado. Mas nunca irão perder seu valor como referência. Os atuais trabalhos publicados não serão descartados e prestarão valiosa colaboração para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 2ª Edição. Editora Atlas, 1991.
- LEMOS, Gustavo de Almeida Magalhães. *Genealogia no Século XXI – Metodologia de Pesquisa* – Comunicação apresentada no I Congresso de Genealogia do Rio de Janeiro. In: Brasil Genealógico do CBG, Tomo V, 2005.
- LEMOS, Gustavo de Almeida Magalhães. *Metodologia, Fontes e Instrumentos de Pesquisa em Genealogia*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Suplemento Especial Genealogia, 2019.
- KUNH, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Perspectiva, 1970.

“FAVOR” E “CONTRAFAVOR”: CONCEITOS ÚTEIS NA ESCRITA DE NOTAS GENEALÓGICAS

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

Resumo: Favores e sua retribuição com novos favores existem desde o início da humanidade. O mercado de favores desdobra-se em dois: o mercado primário em que os favores são gerados e o mercado secundário em que circulam créditos sobre o valor dos favores já feitos.

Abstract: Favours and their retribution with new favours exist from the beginning of humankind. The market of favours is divided in two: a primary market in which favours are generated and a secondary market in which credits on already granted favours circulate.

O tema deste artigo tem abrigo na Genealogia Sociológica. Os trabalhos de pesquisa genealógica têm sido, cada vez mais, completados por notas e apêndices com conteúdos de genealogia genética e de sociologia. Isso ocorre em adição aos antigos e usuais contributos de história da família, da história e cultura do tempo e da heráldica, quando for o caso.

O entendimento da dinâmica imbricada do favor e do contrafavor parece ser um assunto de raiz sociológica que ajuda às fundamentações genealógicas.

DINÂMICA DOS FAVORES E CONTRAFAVORES

Favores entre indivíduos são um fenômeno típico da complexa socialidade dos seres humanos. “Favores”, no contexto deste ensaio, são todas as ações sociais de entrega de alguém a outrem de um bem ou de um poder sem contrapartida direta e imediata.

O uso que fazemos da palavra “favor” é um anacronismo linguístico. Usamos uma palavra emergente no século 14, a qual servia para indicar o favorecimento de alguém por parte de uma personagem poderosa; sendo o substantivo *favor* – ato, efeito ou objeto resultante do ajudar, ou seja, dar ou fazer o que for do interesse ou desejo de outrem. O nome favor é formado a partir do

verbo latino *faveo* - *favere*, a significar “ser benéfico a”.

O termo favor comunica melhor o que importa que outros como: dom, graça, doação, mercê, benefício, dádiva, honra, outorga, cessão, concessão, benesse, dação, privilégio etc. Favor parece-nos a palavra que traduz exatamente o fato da passagem de um bem material ou simbólico. É esse fato que está substantivamente nos diversos, ou lastreia, outros termos listados acima. Surge a pergunta: o filhotismo, o nepotismo e o cunhadismo seriam favores? Parece que não. São descritíveis como “autofavores”, na medida em que o filho, a filha, o genro, a nora, sobrinho, sobrinha, primo, prima, cunhado e cunhada são como extensões do benéfico. Quanto maior a proximidade genealógica e afetiva com o benéfico, mais perceptível é o autofavor. Na hipótese de o benéfico ter a si mesmo como o favorecido, se tem o autofavor pleno.

Ocorre que esse termo significa fundamentalmente o mesmo procedimento que acontece desde o início da história dos humanos. Assim, aplicamos, para efeitos de argumentação, o termo ao longo de toda a evolução civilizatória humana. Definimos favor como tendo sido sempre, e ser hoje, o ato de dar ou de fazer em benefício de alguém; sendo uma oferta de algo de algum valor na percepção do recipiente. A aceitação da oferta do favor torna o ofertante credor de alguma retribuição do beneficiário.

O fenômeno do favor se imbrica com o da troca de favores, e ainda com a troca de favores a crédito, ou seja, para retribuição no futuro. O surgimento dessas condutas é uma evolução qualitativa da cooperação. A cooperação alta, ao ver de toda a literatura de ciências sociais, é uma característica do *homo sapiens*. A cooperação presencial de dois ou mais humanos - em uma única empreitada conjunta na caça, na coleta e na defesa - evoluiu, em milhares de anos, para a ecologia dos favores ou mercado de favores. Nesse modelo, o favor: o dar ou fazer agora faz-se um crédito contra o beneficiário, e o contrafavor: a retribuição do beneficiário, mediante um novo dar ou fazer, como a liquidação do débito. A troca pode ser simultânea ou a crédito. De origem, a troca é uma transação personalíssima entre humanos que se conhecem. O favor inteiramente altruísta apenas parece ter ocorrido, e ocorre, no âmbito da família e da guerra. A mãe e o pai dão e fazem sem contrapartidas. O herói guerreiro e o mártir consciente, que dão a vida por sua comunidade ou pela fé, contam com uma retribuição em outros planos da existência.

Argumentamos que, quando ocorre o uso de moedas, o fenômeno da venda e compra estabelece uma métrica do valor transacional de cada coisa e cada fazer. Em paralelo a essa nova prática, as trocas de favores continuam como costume profundamente arraigado.

MERCADO DE FAVORES E CONTRAFAVORES

Os desforços dos permutantes do favor fazem girar um mercado de trocas a crédito. Você me dá ou faz por mim e eu me comprometo a retribuí-lo posteriormente, com algo que o interesse.

O mercado de favores é muito antigo na experiência humana. Mais recentemente, os reis, homens de estado e agentes da governação são grandes geradores de favores em geral. Isso ocorre do fato de os governantes terem a gestão sobre os recursos obtidos pela tributação sobre a economia e de desenvolverem obras e serviços. A governação desviará esses recursos e abusará do poder na medida em que não funcione exatamente para os propósitos do interesse coletivo, mas, no todo ou em parte, para fins indevidos. A governação assim agirá quando criar e mantiver cargos, funções, missões, financiamentos, isenções, concessões, contratos, imunidades, permissões, prestações e bens, não para o cumprimento dos interesses públicos, mas principalmente para atender a interesses privados.

No quadro, a estrutura formal do Estado, do dever-ser do bem comum ou da boa governança, é abandonada em proveito da rede informal em que dominam os créditos e débitos do favor.

A noção de “bem comum” pode ser, como no antigo Portugal, a simples manutenção, pelo rei, da paz no reino. O que não deve ocorrer, em termos de “bom governo” é o exagero nas mercês. Quando a governação é leal, honesta aos seus propósitos supostos, os favores tendem a inexistir, ou, ao menos corresponderem a apenas parte da entrega, um plus.

O favor é gerado com os recursos oportunizados pela governação, para o proveito do interesse pessoal de quem a outorga e de quem a recebe. Isso ocorre mesmo que a vantagem nasça do bojo de uma situação em que, à primeira vista, apenas se observe um ato regular de um agente no âmbito da estrutura formal do Estado. O favor é repassado sem ter causa no atendimento ao interesse da estrutura formal.

No antigo Portugal, que transborda para a América Portuguesa, Império do Brasil e a República, houve assalto a favores passados fora dos ditames do bom governo. Este fenômeno tornou-se sistêmico com o passar do tempo.

A outorga de favores se robustece nos espaços sociais fora da estrutura formal do Estado, e ainda das estruturas formais da sociedade em geral; como empresas, partidos políticos, famílias, ONGs etc. Esse robustecimento, por certo, já encontra instalado o costume humaníssimo do favor/contrafavor. Demonstra que, de antes, antecedendo o Estado, o mercado de favores já existia; antecede os reis, homens de estado e agentes da governação.

A “ECONOMIA DO DOM” E OS FAVORES RÉGIOS

A “economia do dom”, ocorrente nas sociedades tribais primitivas no âmbito da economia na sua feição remota,¹ transforma-se em um mercado de favores ao competir com o dever-ser das estruturas formais.² “Dom” significa o ato de dar e a própria coisa ou o efeito de dar, conforme o Dicionário Houaiss, entre outros. Significa virtude, oferenda, aptidão, benefício, condão, dádiva, faculdade, talento. Em francês, diz-se “don”, com “n”, com o exato mesmo sentido.

Na aplicação da Teologia, o dom é, de origem, uma ação de Deus. Primariamente, é a divindade que dá. Esse ponto leva à noção de o favor, neste mundo, ser originário, seminalmente, do rei como representante do Deus cristão no âmbito do seu reino e frente aos seus súditos. Essa seminalidade teológica, a nosso ver, contribui para a resiliência da prática do favor e contrafavor. Ou seja, a atribuição a Deus do poder da graça, pela teologia, leva à percepção mundana de que o favor é sempre algo bom.

O mercado de favores não se submete ao dever-ser do sistema de poder/ acatamento e de processos idealizados pelas estruturas formais. Opera fora do buscado pelas restrições formais.

É provável que os reis e imperadores da Antiguidade tenham capturado os procedimentos da “economia do dom”, na medida em que passaram a concentrar a riqueza por efeito dos tributos e das rendas dominiais. Quando dos tempos remotos da humanidade, é provável que tenha existido o dar, o ser grato e o retribuir, em moldes semelhantes aos estudados por Marcel Mauss (2008). Em seguida a isso, os reis e imperadores, intuitivamente ou de mente pensada, assumiram a gestão dos favores.

O “MERCADO DE FAVORES”

O modelo da economia do dom, do “*dar, receber e restituir*”, típico de certas socioecologias primitivas, conforme originalmente levantado por Marcel Mauss (2008), é persistente nas comunidades modernas e contemporâneas.

O favor remete à natureza meio-divina dos antigos favores régios. Tudo teria algum sobrevalor livre, pronto para a generosidade, ou mesmo ser em si um valor sem causa, inventado, o qual correspondesse a uma dádiva a ter existência autônoma, desatrelada da sua origem no mundo das coisas escassas.

No mercado de favores, estabelece-se, em favor do doador, a expectativa de obter outro favor, do donatário ou de alguém por este. Há processo de contínua entrega de favores e de favores dados de volta. O benfeitor se identifica com a coisa doada

¹ Mauss (2008).

² Ver Castells (2002) sobre redes; e Fragoso; Gouvêa (2010) sobre redes informais no mundo português, nos séculos 16 a 18.

e faz o beneficiado lembrar-se dele, o benfeitor, pelo fato da doação – disso resulta o dever de o beneficiário retribuir. Há, por trás, a regra social programática de doar, receber e retribuir. Sabe-se que haverá a retribuição, mas não quando ou o quê. Há também a expectativa de que a retribuição mais satisfaça (agrade para mais) o doador.

Na situação “mágica” do favor que alguém dá e alguém recebe, os participantes têm a mesma visão do que acontece: a causa do *dar* é o *receber* e a causa do *receber* é o *dar*. O ato de *restituir* está implícito e é sagrado. Ninguém recebe sem que saiba que tem de restituir.³

As relações do dever-ser do bom governo ou gestão – seja nas estruturas formais públicas e nas privadas - misturavam-se com e/ou cedem a pertinências fundadas na amizade, na gratidão, na bondade, na justiça, na lealdade, na camaradagem, no parentesco, na fidelidade, ou seja, em avaliações de ordem privada, particular. A rede informal se impõe. Observa-se que são pertinências que remetem a condutas que se esperam de gente “de bem”, “boa”. A lógica da afeição entre os iguais e a lógica clientelar, no sentido de ensejar a concessão de favores aos mais amigos, era uma norma social, por todos mais ou menos aceita.

No Portugal do Antigo Regime, o rei era o ponto de referência fundamental para o mercado de favores. Ele distribuía concessões econômicas e mercês para o pagamento de serviços que tivesse recebido diretamente ou por via de seus régios antepassados.

O rei era, no seu reino, o representante de Deus ou o vigário de Jesus Cristo. Esta teologia política vinha dos tempos medievais; mas, mesmo antes, no paganismo, o rei podia ser tomado como agente do deus principal ou dos deuses da sua comunidade, o garantidor da ordem interna da sociedade, o que se viu nos reinos anglo-saxônicos que deram na atual Inglaterra⁴. A qualidade do rei, como tal, era indicada por sua generosidade e justiça com os seus servidores. Seus favores assemelhavam-se a bênçãos e a milagres, tal qual se manifestava a divindade cristã na sua generosidade e justiça aos seus fiéis.⁵

Pode-se imaginar que muitos vissem essa sacralização do rei e da monarquia como coisa falsa por inteiro. Ou, ainda, que as pessoas fingissem crer nisso, a fim de se tornarem elegíveis para dádivas, uma vez que favores só se dão aos fiéis. No entanto, no que importa à nossa análise, havia uma combinação

³ Marcel Mauss teve formação básica como jurista, daí possivelmente seu interesse no tema e a sua forma de observar e descrever antropológicamente. Foi sobrinho e orientando informal de Émile Durkheim. Claude Lévi-Strauss tornou-se seu seguidor e deu prestígio continuado ao seu trabalho sobre a “economia do dom”. Creio que Mauss tenha tido, por inteiro, o mesmo conhecimento de Giorgio Agamben (2011), sobre o que seja a economia (“*oikonomia*”) e sua preexistência à governação.

⁴ Kantorowicz, 1998; e Falbel; Medeiros, 2009.

⁵ Olival, 2001, p. 39-40, e o todo dessa obra.

social geral de todos crerem nessas ficções.⁶

NOS DIAS DE HOJE

Só após o passar de séculos a lógica do favor, tida antes como inteiramente normal, passa a ser havida, pela maioria da população, como contrária ao interesse coletivo e injurídica, nestes nossos séculos 20 e 21. No entanto, na prática, a força das redes informais é poderosa.

O favor não tem uma dimensão monetizável ou certa. Isso faz com que se tenha incerteza quanto ao valor a ser retribuído, instaurando-se diversas possibilidades de retribuição. Na dúvida do que e do quando se deva restituir ou retribuir, incrementa-se a avaliação do recebido, e se devolve “a maior”. Tal fato provoca contínuo reforço dos laços que unem os atores, que também podem enlaçar os filhos, aliados e dependentes do benfeitor e beneficiado iniciais.

Observa-se que o descompasso da atribuição *vis-à-vis* à retribuição é central na análise do fenômeno. O benfeitor não exige uma contrapartida determinada; não explícita seja o que for e quando. Estabelece-se naturalmente uma avaliação, com base no respeito devido ao benfeitor, do ato que merece retorno, em uma configuração em que a ideia de mostrar-se imanência (honrar-se a palavra dada) é importante. Tudo é merecedor de restituições futuras, que devam ser, de preferência e pelo costume, generosas e nunca vis, desatentas ou desonestas.

Uma retribuição a menor ofenderia o benfeitor. Alguém retribuído, a menor, se sentiria ferido na visão que tem de si mesmo como especialmente importante. A situação de ilicitude de fundo ou de contexto não é percebida. Percebe-se que só os “homens honrados” confiam e merecem confiança pelo fato dos favores que entregam e que retribuem, sem falta. Essa consideração tem acerto para os tempos do Antigo Regime em Portugal e antes, como também na América Portuguesa. O muito curioso é que no Brasil dos séculos 19, 20 e 21 também a honorabilidade ativa (de quem faz o favor com largueza) e a honorabilidade passiva (de quem retribui logo, a mais e elegantemente) são marcas de conduta bem avaliada entre as pessoas “de palavra”, partícipes do mercado de favores.

Os empresários são também agentes no mercado de favores, na medida em que são parceiros dos governantes, políticos e agentes públicos em geral. No topo de tudo, está o rei, (ou presidente, primeiro-ministro, governador, ministro, secretário, prefeito, presidente do Senado ou da Câmara, presidente de assembleia estadual ou de câmara municipal etc.) que gera os objetos de interesse, ou seja, os favores. São exemplos de

⁶Algumas vezes, esta ficção foi quebrada. Na república de Oliver Cromwell, no século 17 inglês, e a Revolução Francesa, no final do século 18 francês, nestas ocasiões, houve a condenação dos reis Carlos I e Luís XVI, respectivamente, à morte por seus supostos crimes contra o povo. Nos dois casos, os reis foram desvestidos da sua condição de ungidos e vigários de Deus.

favores ou de veículos que transportam favores: cargos, títulos de nobreza, funções, missões, mandatos, financiamentos, isenções, contratos, imunidades, prestações e bens, para a geração e outorga de novos favores, como: outros cargos, títulos, funções, missões, financiamentos, isenções, contratos, imunidades, mandatos, prestações e bens.

O favor serve para gerar frutos no patrimônio do beneficiado que sejam participáveis pelo benfeitor. Pode-se perceber que a dádiva, ainda no patrimônio ou poder do benfeitor, ou seja, ainda um não-favor, não tem valor em plenitude para aquele que será o benfeitor. Ela só vai encorpar-se e ser frutífera quando passada ao beneficiado: com esse, a natureza “dadivosa” do favor desabrocha.

AJUSTES PARA GARANTIR “A CADA UM O QUE É SEU”

O favor dado pode não ser retribuído. Alguém pode faltar na hora da retribuição, ou retribuir a menos que o esperado.

Para que a ansiedade do benfeitor se dilua ou inexista, estruturam-se, de antemão, parcerias para proveitos conjuntos. Observa-se que a restituição é decorrência de o favor proporcionar frutos ao beneficiado, que os pode (e deve) devolver em parte ao benfeitor, os quais frutos o benfeitor inicial não os teria por sua ação direta. Por que, então, os dois não acordarem sobre uma transação explícita, desde já? É o que tende a ser feito na modernidade e na contemporaneidade. Com esta combinação prévia sobre o que fazer da riqueza ou dos proveitos obtidos, ninguém dentre os parceiros será lesado. Os levianos ou os traidores serão cumpridamente identificados e punidos em algum futuro, até mesmo por não serem chamados para novos combinados.

Na contemporaneidade brasileira, os parceiros nas ações sociais e nos proveitos podem ser governantes, políticos, jornalistas, consultores, advogados, comentaristas de jornal, agentes públicos em geral, “blogueiros”, sindicalistas, empresários, empreiteiros, servidores públicos, publicitários, magistrados, financistas, policiais, contadores, membros do Ministério Público etc. Ou seja, qualquer um. Cada qual terá uma contribuição, no contexto da transação explícita, seja na ação direta, no apoio, na construção de um argumento, na engenharia financeira, na lavagem dos bens e recursos obtidos.

O favor é gerado e obtido mediante esquematizações complexas, com intermediações e parcerias bem urdidas. A máscara da mínima “ingenuidade” do dar, receber e restituir, no plano público, transmuda-se em dinâmica, em que o tempo se encurta e a expectativa cede lugar à certeza do que se faz organizadamente, com o propósito exato do que se quer obter. O proveito é partilhado, sendo restituído a cada um o que era de ser seu conforme a combinação, inclusive mediante antecipações na forma de pagamentos por serviços a parceiros de presença pontual e não contínua.

CONCLUSÃO

O favor e o contrafavor fazem parte de nossa íntima humanidade, da nossa natureza humana social. Aparentemente podem ser vistos como negativos, no entanto servem na prática para gerar a novidade e a superação dos engessamentos das estruturas formais.

Se as estruturas formais se impusessem por inteiro na sua normatividade, a inovação social não existiria; a história não teria assunto. Entendo que as redes ou estruturas informais são úteis à sobrevivência das sociedades em que os seres humanos se organizam.

A dupla favor/contrafavor assemelha-se à rebeldia ou ao inconformismo para efeito da inovação social e mesmo para transformações de fundo. A diferença está na forma, não evidente, de o sistema do favor/contrafavor promover mudanças nas estruturas formais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*, 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BOXER, Charles Ralph. *Império Marítimo Português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CIALDINI, Robert B. *Influence: The Psychology of Persuasion. Revised Edition*. Collins, 2006.
- COHN, Gabriel. Prefácio. In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.
- COX, Oliver Cromwell. Estamentos. In: IANNI, Octavio (org.). *Teorias de estratificação social: leituras de Sociologia*. São Paulo: Nacional, 1973, p. 239-261.
- DAVIES, Glyn. *A History of Money From ancient Times to the Present Day*, 3rd edition. Cardiff: University of Wales Press, 2002.
- FALBEL, Nachman; MEDEIROS, Elton O. S. Os dois corpos do rei na Inglaterra anglo-saxônica. In: BUTIÑÁ JIMENEZ, Julia; COSTA, Ricardo da. *Aristocracia e nobreza no mundo antigo e medieval*. Marabilia 9, dezembro de 2009, p. 62-74.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo. “A Arte de Furtar”: *Redes de Comércio Ilegal no Mercado Imperial Ultramarino Português (c. 1690-c.1750)*. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). *Na Trama das Redes – Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FURNAS, Joseph Chamberlain. *The Americans: A Social History of the United States, 1587-1914*. New York: G.P. Putnam’s Sons, 1969.
- GALBRAITH, John Kenneth. *Anatomia do Poder*. São Paulo: Thomson Pioneira, 1999.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: a monarquia feudal*, v. 2. Lisboa: Estampa, 1997.

OLIVAL, Fernanda. *Ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

A ORDEM DE CISTER E O MOSTEIRO DE CLARAVAL (EXEMPLO DE ESPIRITUALIDADE MONÁSTICA)

Paulo Paranhos¹

Resumo: *A Ordem de Cister, fundada no século XI, tem sido, ao longo dos séculos, um sustentáculo da fé baseada na Regra de São Bento. Disseminadas pelo mundo inteiro, as abadias são verdadeiros exemplos de trabalho, dedicação e contemplação, como o que constatamos no Mosteiro de Claraval, no sudoeste do estado de Minas Gerais, que tem como premissa básica manter a tradição beneditina de acolhimento.*

Abstract: *The Cistercian Order, founded in the 11th century, has been, over the centuries, a mainstay of the faith based on the Rule of St. Benedict. Disseminated throughout the world, the abbeys are true examples of work, dedication and contemplation, such as what we see in the Monastery of Claraval, in the southwest of the state of Minas Gerais, whose basic premise is to maintain the Benedictine tradition of welcoming.*

A origem dos cistercienses

Na gênese da Ordem de Cister (ou *Citeaux*, na língua francesa) aparecem importantes nomes da Igreja no século XI e, dentre eles, deve ser destacado o de Robert de Champagne, abade do mosteiro de Molesme, que fora por ele fundado em 1075. Esse abade deixou a congregação monástica de Cluny (à qual se subordinava o mosteiro), juntamente com outros monges, para retomar a observância da antiga regra beneditina, uma vez que grande parte da comunidade cluniacense havia abandonado os rigores e a simplicidade da regra da Ordem de São Bento, da qual eram, até então, rigorosos seguidores. A verdade é que alguns monges deixaram-se atrair pelos negócios do mundo secular, abandonando o trabalho manual (confiando o mesmo a servos), passando a se dedicarem com mais constância ao recebimento de dízimos e direitos feudais, aproveitando-se da excepcional localização de Cluny - caminho direto ao santuário de Compostela, no norte da Espanha – além de verem crescer, sensivelmente, a riqueza da abadia através das generosas doações do duque de Borgonha e do conde de Troyes, o que a fez passar de uma pobreza extrema a um estado de riqueza e de prestígio

¹ Paulo Paranhos é historiador, museólogo, membro do Instituto Genealógico do Sul Mineiro e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

tamanhos a ponto de ser escolhida, em 1084, sede das assembleias feudais.

Rememorando: na primeira metade do século VI, na Itália, São Bento editou uma regra que era a síntese do Evangelho e da tradição monástica anteriores. Essa regra se caracteriza pelo equilíbrio comum e pessoal, trabalhos manuais e leitura orante. Segundo ela, o mosteiro (no qual os monges vivem em comunidade) e a escola do serviço divino deveriam ser conduzidos pelo caminho dos mandamentos de Deus.

No tempo em que os papas não eram eleitos, mas sim nomeados pelo antecessor, Bento prescreveu que o abade fosse escolhido por eleição. A Regra chamava a atenção para o fato de que, na vida do mosteiro, cada coisa deve estar em seu lugar, e que a oração, o trabalho e o descanso devem ser distribuídos em um equilíbrio harmonioso.

São Bento não atribuiu aos monges outra finalidade que não fosse a própria de toda vida cristã: a busca de Deus, a posse de Deus, a volta para Deus, fim último e supremo da felicidade do homem. O caminho para se atingir esse fim consistia em seguir a Cristo como o único necessário à luz e sob a guia do Evangelho, deixando sua compreensão e observância serem guiadas pela regra e pelo serviço de Deus.

Assim, em 1098 Robert deixou Molesme com vinte e um adeptos, entre eles Estêvão de Harding, seguindo para a localidade de Saint Nicolas-lès-Citeaux, onde passaram a viver estritamente de acordo com as regras de São Bento. Mudaram de hábito, passando da vestimenta negra para a branca e não mais empregaram servos para os trabalhos manuais.

Segundo Marcel Pacaut, historiador francês especialista em História da Igreja Medieval, *a origem dos cistercienses foi uma aventura bem-sucedida, um movimento como um evento local (a implementação de alguns monges de Champagne com o apoio dos duques) que ocorreu longe dos poderes e querelas monásticas*². Ainda seguindo esse raciocínio, Pacaut entende que o contexto é conhecido e bem retratado: o cristianismo em expansão revela uma empresa cuja imponente aristocracia era o veículo principal, num terreno extremamente favorável e religioso. Assim, a regra de São Bento e os monges culminaram na realização de Cluny. No entanto, durante o século XI, sob a influência da presença endêmica da heresia, o ideal cristão incentivou o monaquismo³, destacando-se dos cluniacenses e, este clima de simplicidade, deu ensejo ao surgimento de Cister,

² *Les moines blancs. Histoire de l'ordre de Citeaux*, p. 205

³ “O monaquismo cristão é a primeira e talvez a mais bem-sucedida forma de aculturação. Isto quer dizer que é o encontro da mensagem evangélica sobre a vida perfeita com uma tradição ascética várias vezes secular que exprime as aspirações mais profundas da alma humana criada à imagem de Deus. Neste encontro, esta tradição humana – enraizada num arquétipo humano – é enriquecida, e aí acha sua significação última; além disto, a mensagem cristã também é enriquecida de forma particular de expressão. Este encontro e este enriquecimento mútuo constituem a própria natureza da aculturação” (Armand Veilleux, OCSO, in: *As origens do monaquismo cristão* –www.ecclesia.org.br).

arauto de uma renovação monástica.

Cister inscreve-se no vasto movimento de retorno às autênticas fontes do cristianismo, que caracteriza a reforma da Igreja inaugurada pelo Papa Gregório VII; a fundação da Abadia de Cister⁴, o primeiro mosteiro cisterciense, foi financiada pelo duque de Borgonha, Eudes I. Assim é que com Robert, que se dispôs a levar avante a regra beneditina, num momento conturbado da Igreja de Cluny, outros nomes podem e devem ser assinalados nessa empreitada e que muito contribuíram para o seu bom êxito: Alberico e Estêvão, considerados cofundadores de uma das ordens religiosas mais vivas da Igreja, a dos cistercienses.

Alberico, por exemplo, obteve a concessão da proteção apostólica sobre Cister do Papa Pascoal II com a bula *Desiderium quod*, de 1100, que assegurava ao novo mosteiro absoluta independência de Molesme: *Ordenamos que o lugar que haveis escolhido como habitação em vista da paz monástica seja livre e ao abrigo de qualquer moléstia, da parte de qualquer pessoa, reconhecido como abadia e seja submetido sob a proteção da Sé Apostólica, salva a reverência devida à Igreja de Châlons*⁵.

Já Estêvão preocupou-se em conservar o espírito de renovação cisterciense, promovendo disposições a respeito da salvaguarda da pobreza e da quietude monástica. Assegurou, sobretudo, a união e a concórdia entre as abadias, substituindo a subordinação feudal pela liberdade na caridade e no princípio de subsidiariedade. Essas disposições foram descritas por ele, entre 1114 e 1118, em um documento-base chamado *Charta Charitatis* (Carta da Caridade), para muitos historiadores talvez a primeira carta constitucional europeia, e sobre o qual repousa a coesão da ordem, estabelecendo a legalidade entre os mosteiros afiliados, afirmando a observância da regra de São Bento e organizando a vida cotidiana, além de instaurar uma disciplina uniforme ao conjunto de abadias. Os cistercienses entendiam que o documento devesse ser denominado “Carta de Caridade”, porque o estatuto, rejeitando todo peso de exaustão, buscava unicamente a caridade e o bem das almas, quer nas coisas divinas, quer nas humanas.

Além de Estêvão e Alberico, o mosteiro de Molesme abrigou, por exemplo, monges como Bruno, nascido em Colônia e que mais tarde fundou um conglomerado de eremitérios nas montanhas de Chartreuse, dando origem a uma das mais rigorosas ordens monásticas, a dos Cartuxos. Outro nome que seria decisivo na Ordem Cisterciense foi Bernardo, como se verá adiante.

Com a saída de Robert e os desmandos dos monges que ficaram em Molesme, o final do século XI revelará a decadência daquela abadia, gerando uma *decisum* do Papa Urbano II ordenando para lá o retorno de Robert, deixando em Cister Alberico e Estêvão que contariam, a partir de 1112, com a ajuda de

⁴ Em francês, *Abbaye de Cîteaux*.

⁵ www.mosteirodeclaraval.org.br

Bernardo que rejuvenesceu a Ordem, pois o mesmo deu início a um mosteiro cisterciense no Vale do Absinto, doado por Hugue de Champagne⁶, mudado o nome para Clairvaux (Vale da Luz).

Os monges cistercienses contribuíram profundamente na obra da civilização cristã da Europa com as suas fundações, com as obras de colonização, com técnicas avançadas em agricultura e no exercício dos vários trabalhos manuais. Semearam os benefícios da caridade sobre a população que vivia à sombra dos seus mosteiros com a construção de hospitais, asilos e obras de caridade. Contribuíram muito para o avanço da classe rural na Idade Média, conforme nos ensina Pierre Pierrard: *Pode-se considerar os cistercienses como os primeiros agricultores do século XII na França, nos Países Baixos, na Espanha, na Alemanha e até nos postos avançados da cristandade, entre os eslavos ou diante dos mouros*⁷.

Não restam dúvidas de que a Ordem Cisterciense aparece na Idade Média como uma das realizações mais marcantes do ideal monástico. Inclusive, a figura do Abade de Cister foi tão importante e tão respeitada na época que o mesmo participava com voz e voto no Parlamento de Borgonha.



Bernardo de Clairvaux

Através da redação da *Charta Charitatis*, em complemento à regra de São Bento, Estevão - terceiro abade de Cister - estabeleceu que a autoridade suprema da Ordem seria exercida por uma reunião anual de todos os abades. Os mosteiros eram supervisionados pelo mosteiro-sede, em Cister, e pelos quatro mosteiros mais antigos da Ordem.

A Ordem teria um papel destacado na história religiosa do século XII, vindo a se impor em todo o Ocidente por sua organização e autoridade. Uma de suas obras mais importantes foi a colonização da região a leste do rio Elba, onde promoveu simultaneamente o cristianismo, a civilização ocidental e a valorização das terras agricultáveis. Além disso, com a restauração da regra beneditina, a Ordem Cisterciense deu impulso ao ascetismo, ao rigor litúrgico e relevou o trabalho como valor fundamental, conforme comprovam seus patrimônios técnico, artístico e arquitetônico.

A par do papel social que desempenhou até a Revolução Francesa, a Ordem exerceu grande influência no plano intelectual e econômico, assim como no campo das artes e da espiritualidade, devendo seu considerável desenvolvimento a Bernardo de Clairvaux, homem de excepcional carisma. Sua influência e seu

⁶ Hugue de Champagne seria, mais tarde, um cavaleiro templário.

⁷ *História da Igreja*, p. 104.

prestígio pessoal tornaram-no o mais célebre dos cistercienses. Embora não seja fundador da Ordem, continua sendo considerado como o seu mentor espiritual.

Bernardo de Clairvaux nasceu em 1090 em Fontaines-les-Dijon, e era abade da cidade do mesmo nome. Foi o pregador da 2ª Cruzada e o redator do estatuto dos Templários, que ajudaria a criar, sendo sobrinho de um dos fundadores da Ordem do Templo – André Montbard (5º Grão-Mestre da Ordem).

Em verdade, a história eclesiástica do segundo quarto do século XII (1123 – 1153) se compreende na pessoa carismática de Bernardo, pois *não houve de fato acontecimentos no qual Bernardo não tenha se interessado: Oriente e Ocidente, Igreja e sociedade laical, clero secular e regular sofreram a marca da sua genialidade: papas, bispos, reis, senhores feudais, camponeses, foram de diferentes modos repreendidos, moderados, agredidos como também confortados, exortados, encorajados, inflamados por este monge ardente e impetuoso, um verdadeiro enviado de Deus para livrar os homens da iniquidade e do vício, para tirá-los em seguida, direcionando-os ao caminho da mais alta espiritualidade cristã*⁸.

Bernardo é passado à História sobretudo pela ajuda e influência do seu pensamento, da sua experiência de místico que permeou toda a baixa Idade Média, uma vez que *as influências religiosas nestes tempos foram enormes; dele dependendo toda a mística da Idade Média e atingindo de mão cheia, uma elevada produção literária quase igual a Santo Agostinho*⁹.

A entrada de Bernardo para a Ordem de Cister foi o sinal de um desenvolvimento extraordinário para a mesma, pois com ele outros trinta jovens nobres de Borgonha o seguiram, entre os quais quatro de seus irmãos. Depois deles vieram outros, e, em tamanho número, que no ano de 1113 Cister foi capaz de erigir adiante a sua primeira colônia e encontraram a sua primeira filiação: La Ferté, na Diocese de Châlons. Em 1114 outra colônia foi estabelecida em Pontigny, na diocese de Auxerre. Em 1115 Bernardo fundou Clairvaux, na diocese de Langres. No mesmo ano, foi fundada uma abadia em Morimond, na mesma diocese de Langres. Esses foram os primeiros quatro frutos de Cister, mas, desses mosteiros, Clairvaux atingiu o mais alto desenvolvimento, tornando-se o exemplo para outros 68 mosteiros.

A figura de Bernardo sempre gerou contradição em muitos historiadores, senão vejamos: Georges Duby, um dos mais respeitados medievalistas, chamou Bernardo de “homem do século” e anotou que muitos não poderiam gostar dele, *um homem violento, descarnado, animado pelo furor de Deus, envolvendo-se numa luta de vida ou de morte contra Abelardo*¹⁰, a quem derruba, fustigando a Cúria romana e a

⁸ www.mosteirodeclaraval.org.br

⁹ www.mosteirodeclaraval.org.br

¹⁰ Bernardo considerava Abelardo dialético demais, pondo em discussão a concepção de um Deus Uno, dissociando a Trindade, fato que não aceitava de forma alguma.

*sua propensão para as glórias temporais. Por outro lado, segundo o citado historiador, é Bernardo que lança as cruzadas, que aconselha os reis, que os morigera, que parte a pregar em Albi contra os cátaros. Elegem-no arcebispo de Reims e ele recusa: mantém-se monge. Conduz os monges brancos à conquista da Igreja e do século*¹¹.

Já David Knowles, monge beneditino inglês, especialista em monaquismo na Inglaterra, considerava que Bernardo era *um da pequena categoria de grandes homens no mais alto grau, cujos dons e oportunidades foram exatamente harmonizados. Como líder, como escritor, como pregador e como santo, seu magnetismo pessoal e sua força espiritual eram importantes e irresistíveis. Homens vinham de todos os rincões da Europa para Clairvaux e eram enviados de novo por todo o continente... Por quarenta anos, Citeaux-Clairvaux foi o centro espiritual da Europa, e outrora São Bernardo teve entre seus ex-monges o papa*¹², *o arcebispo de York e muitos cardeais e bispos*¹³.

Jean Chélini, outro medievalista francês, anota que Bernardo *foi o maior cérebro dos cistercienses, que pode ser considerado como seu mestre espiritual; suas origens familiares e sua formação, seus apoios e suas relações, sua personalidade, explicam em grande parte o sucesso cisterciense*¹⁴.

A verdade é que, independentemente das diversas nuances que os historiadores dão a Bernardo, não restam dúvidas de que influenciou religiosa e politicamente a Ordem, pois toda sua vida foi guiada para a defesa da mesma e de seus ideais de reformar a Igreja e o próprio homem, pois, por causa de seu livre-arbítrio, segundo ele, o homem tem a oportunidade de escolher livremente pecar ou seguir o caminho que leva à união com Deus. Pelo amor de Deus, é possível que os laços dele cheguem ao cume da vida mística, superando qualquer possibilidade de pecar.

Bernardo faleceu em 20 de agosto de 1153 no mosteiro de Clairvaux. Foi sepultado na igreja do mosteiro, mas teve suas relíquias dispersadas durante a Revolução Francesa. Depois, sua cabeça foi entregue para ser guardada na catedral de Troyes, na França.

Cistercienses e templários

No ano de 1119, à sombra das ruínas do Templo de Salomão, em Jerusalém, Hugue de Payns fundou, junto com mais oito cavaleiros, a chamada Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, fazendo votos de pobreza, castidade e obediência perante o patriarca da Igreja do Santo Sepulcro. A Ordem

¹¹ *O tempo das catedrais*, p. 122.

¹² Foram papas com origem na Ordem de Cister: Eugênio III – 1145 a 1153 (seu nome era Bernardo de Paganelli e fora discípulo de Bernardo de Clairvaux); Lúcio III – 1181 a 1185; Celestino IV – 1241 (apenas 17 dias no papado); Gregório X – 1271 a 1276; Bento XII – 1334 a 1342.

¹³ Citado por Armand Veilleux, in: www.ecclesia.org.br.

¹⁴ *Histoire religieuse de l'Occident médiéval*, p. 365.

passaria por diversas denominações até chegar à de Ordem do Templo. Em 1129 a Ordem foi descrita por Payns, que encareceu a Bernardo a interseção junto ao papa pedindo-lhe a confirmação apostólica, além do que esperava dele a redação de uma Regra de Vida para os Templários. Bernardo aceitou ambas as incumbências, mas rejeitou a ideia de se tornar ele mesmo um templário, pois entendia, conforme apontado pelo historiador Piers Paul Read, que *as necessidades lá são cavaleiros que combatam, e não monges que cantem e se lamentem*¹⁵.

Bernardo redigiu *De laude novae militiae ad milites Templi* (Em louvor da nova ordem da cavalaria) apoiando a Ordem do Templo. Essa Regra seria apresentada por ele mesmo no Concílio de Troyes: o apoio dado por Bernardo, que aos 28 anos era líder da Ordem Cisterciense, foi decisivo para o reconhecimento da Ordem do Templo naquele Concílio pelo Papa Honório II. A partir dali os cavaleiros passaram a usar um hábito branco, mas sem a cruz que seria posteriormente acrescentada pelo Papa Eugênio III, como símbolo do martírio cristão. O objetivo inicial básico dos templários era proteger e guardar as rotas que levavam os peregrinos à Terra Santa.

Foi na figura da Virgem Maria que Bernardo inspirou-se para compor as regras dessa nova Ordem - a do Templo -, onde os cavaleiros brandiram suas armas contra os inimigos do cristianismo e seus apelos para uma nova cruzada não foram em vão. Georges Duby vai mais além e descobre o sentimento de Bernardo: *No mesmo espírito, esforçava-se por inclinar para os caminhos do misticismo os sentimentos desde há pouco desabrochados que as canções de amor e os romances celebravam na linguagem cortês*¹⁶.

Segundo o historiador, esse viés de Bernardo não foi em vão, pois *sob seu impulso, uma parte lírica cavalheiresca caminhou para uma conversão de que os encantamentos florestais da Demanda do Santo Graal marcaram depois de 1200 o êxito e de que Chrétien de Troyes dera já testemunho alguns anos antes: enquanto os seus primeiros heróis praticam ainda uma religião ritual, Percival encarna um cristianismo de orações, de adoração, de amor de Deus salvador, um cristianismo de penitência, e a sua virtude maior é a pureza*¹⁷.

Assim, a influência cisterciense nas regras dos templários é clara, ainda que Bernardo temesse que, sem a salvaguarda do enclausuramento monástico, os cavaleiros do Templo resvasassem de volta para os hábitos mundanos.

No Concílio de 1128 o papa deu a Bernardo o título de “Protetor” da Ordem dos Templários e é quase certo que ele tenha sido o real Grão-Mestre, embora secretamente, uma vez que seus votos missionários pertenciam aos ideais cistercienses.

¹⁵ *Os templários*, p. 110.

¹⁶ Obra citada, p. 128.

¹⁷ Idem.

As abadias

Que a alma procure a luz seguindo a luz, dizia Bernardo de Clairvaux para justificar a austeridade na construção dos templos cistercienses, submetendo-se o edifício à discrição prescrita nas regras de São Bento. É a partir desse entendimento que Georges Duby acrescenta que os mosteiros cistercienses não têm *nenhuma tensão vertical, nenhum orgulho, um equilíbrio de acordo com a medida do universo. Do mesmo modo que nas atitudes intelectuais, Cister, na sua concepção das massas arquiteturais e das relações que as unem, prolonga a tradição beneditina. As suas igrejas são atarracadas como todas as igrejas românicas do Sul da Gália*¹⁸.

As abadias cistercienses geralmente ficam isoladas das cidades, caracterizadas pela racionalidade na articulação dos espaços e despojamento de elementos decorativos. Para Pierre Pierrard, *a ordem impõe um estilo arquitetônico bem típico, caracterizado por uma pungente austeridade. São igrejas simples, mas fortes, bem proporcionadas. Em boa hora, os monges arquitetos adotaram a ogiva, cuja difusão na Europa parece poder ser-lhes parcialmente atribuída*¹⁹.



O interior da capela do Mosteiro de Claraval

A planta padrão responde às exigências de funcionalidade e economia de espaço e de movimento, abolindo o supérfluo. A planta articula a vida e as obrigações distintas de monges, noviços e convertidos. Usam-se soluções locais

¹⁸ Idem, p. 126.

¹⁹ Obra citada, p. 105

com materiais disponíveis e tradições culturais existentes.

A igreja situa-se no ponto mais alto do terreno e adapta-se à retangularidade global da composição com apenas uma nave e um amplo transepto. No braço sul uma escada comunica com o dormitório. Não possui uma fachada monumental nem torres acentuando a massa exterior. Há uma simplificação da tipologia e exibição da própria arquitetura; a decoração centra-se nos capitéis. As naves laterais surgem quase que à mesma altura da central.

O refeitório articula-se com o claustro; a cozinha divide o refeitório dos monges e o dos conversos. Cozinha e refeitório voltam-se para o curso de água (geralmente uma fonte no centro do terreno).

No lado Oeste alinham-se a sala do Capítulo e a sala comunitária. O dormitório ocupa longitudinalmente todo o piso superior. O complexo do edifício é retangular, marcado por contrafortes.



O claustro de Claraval (MG)

Georges Duby, fazendo um estudo profundo da arquitetura medieval, anota que *a arte do século XI traduz a esperança dos homens. O artista vai buscar a sua inspiração às formas naturais. Procura encontrar equivalências para as claridades entrevistas nas contemplações místicas*²⁰.

Estudiosos de arquitetura são quase unânimes em afirmar que as abadias cistercienses são reguladas, na geometria, pelas proporções das partes, determinadas pelos elementos construtivos que pendem os movimentos das

²⁰ Obra citada, p. 89.

massas em uma dança rítmica e harmônica.

Para Bernardo de Clairvaux, a arte cisterciense não poderia admitir o fausto. A arte do claustro e da igreja que o ladeia é feita em primeiro lugar de despojamento. Bernardo recusa todo adorno. É ainda Georges Duby quem nos dá mostras do pensamento de Bernardo, mostrando que o mesmo condenava o fausto demonstrado em Saint-Denis (cluniacenses): *Sem falar da imensa altura dos vossos oratórios, da sua desmedida extensão, da sua largura excessiva, das suas suntuosas decorações e das pinturas que excitam a curiosidade, cujo efeito é desviar para elas a atenção dos fiéis e diminuir o recolhimento, que recordam de alguma maneira os ritos dos judeus – porque quero acreditar que em tudo isto se propõe a glória de Deus – contentar-me-ei, dirigindo-me a religiosos como eu, com falar-lhes a mesma linguagem que um pagão fazia ouvir a pagãos como ele. Para que serve, oh pontífice, este ouro no santuário?*²¹

Significativa marca dos cistercienses é o Capítulo, que vem a ser a reunião diária da comunidade onde o abade, ou outro por ele encarregado, lê e comenta um capítulo da Regra de São Bento; se necessário há informações e distribuição dos trabalhos, exame dos problemas mais importantes, espirituais e materiais, da comunidade e, em casos excepcionais, a acusação pública das faltas na vida monástica. Esta era geralmente espontânea, mas nos casos de erros evidentes se podia acusar um irmão por qualquer falta. Às acusações se seguiam as penitências dadas pelo abade, que, de modo geral, consistiam em gestos de humilhação, jejum parcial ou total e, em casos mais graves, deposição de um cargo ou punição corporal, dadas no local²².

Em síntese, podemos dizer que tudo, na vida concreta do monge, é ordenado àquela que São Bento chamava de “busca de Deus”, incluindo-se aí o trabalho, que é visto pelos monges como um outro modo de entrar em relação com Deus, não só para a possibilidade de simples orações ou invocações durante o seu desenvolvimento, mas também porque entendido como participação na obra do Criador.

A função do mosteiro não consiste apenas em erguer para Deus o louvor público e permanente que lhe é devido, mas em preparar o conjunto dos homens para a ressurreição. *Os monges estão na vanguarda. Deixaram já o temporal e purificados pelas abstinências, percorreram metade do caminho. Toda a arte dos monges é como que aspirada pelo desejo de Deus, conforme anotado pelo professor Georges Duby*²³.

Com a aplicação dos seus princípios espirituais, na construção dos mosteiros, os cistercienses imprimiram na arquitetura religiosa um caráter de força, de grandeza, de simplicidade que fortemente contribuiu para o nascimento da arte gótica a ponto de merecerem o epíteto de “missionários da arte gótica”.

²¹ Idem, p. 125.

²² www.mosteirodeclaraval.org.br

²³ Obra citada, p. 89.

A Ordem de Cister no Brasil

Atualmente, a Ordem Cisterciense é de fato constituída de duas ordens religiosas e várias congregações. A Ordem Cisterciense da Comum Observância conta com mais de 1.300 monges e 1.500 monjas, distribuídos em 62 e 64 mosteiros, respectivamente. Já a Ordem Cisterciense da Estrita Observância²⁴ compreende quase 3.000 monges e 1.875 monjas, distribuídos em 102 mosteiros masculinos e 72 mosteiros femininos, em todo o mundo. Estes últimos são comumente denominados de “trapistas”, pois a criação dessa Ordem resultou da reforma da Abadia da Trapa (em Soligny-la-Trappe, Baixa-Normandia, França), no século XVII.

Mesmo separadas, as duas Ordens têm ligações de amizade e relações de colaboração. Um dado interessante: embora sigam a regra beneditina, os monges cistercienses não são propriamente considerados beneditinos.

No Brasil, além do Mosteiro de Nossa Senhora do Divino Espírito Santo, de Claraval (MG), da Congregação de Casamari²⁵, encontramos as seguintes abadias e mosteiros cistercienses:

Abadia Cisterciense Nossa Senhora Aparecida, em Campo Grande (MS), fundada em 1976 (feminino);

Abadia Cisterciense Nossa Senhora de Santa Cruz, em Santa Cruz de Monte Castelo (PR), fundada em 1973 (feminino);

Abadia de Nossa Senhora de Assunção de Hardehausen, em Itatinga (SP), fundada em 1951 (masculino);

Abadia de Nossa Senhora da Santa Cruz, em Itaporanga (SP), fundada em 1936 (masculino);

Abadia Nossa Senhora de Fátima, em Itararé (SP), fundada em 1953 (feminino);

Abadia Nossa Senhora de São Bernardo, em São José do Rio Pardo (SP), fundada em 1939 (masculino);

Abadia Nossa Senhora Mãe do Divino Pastor, em Jequitibá (BA), fundada

²⁴ Essa Ordem é monástica por instituição e destina-se inteiramente à contemplação. No recinto do mosteiro os monges dedicam-se ao culto divino, conforme a Regra de São Bento, oferecendo à Divina Majestade um louvor humilde e nobre ao mesmo tempo, na solidão e no silêncio, na oração frequente e na penitência alegre, cultivando a vida monástica do modo estabelecido nas presentes Constituições. (Constituições e Estatutos da Ordem Cisterciense da Estrita Observância, 2009.)

²⁵ No município de Veroli fica a Abadia de Casamari. Foi construída sobre as ruínas da antiga cidade romana chamada Cereatae, dedicada à deusa Ceres. Casamari é nome de origem latina e significa “Casa do João”, casa do cônsul romano Gaius Marius, um líder famoso.

em 1939 (masculino);

Abadia Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo, em Campo do Tenente (PR), fundada em 1983 (masculino)²⁶;

Mosteiro Cisterciense da Bem-Aventurada Virgem Maria Nossa Senhora da Ternura, em Formosa (GO), fundada em 2010 (masculino);

Mosteiro Cisterciense Nossa Senhora de Nazaré, em Rio Pardo (RS), fundado em 1998 (masculino);

Mosteiro Nossa Senhora da Boa Vista, em Rio Negrinho (SC), fundado em 2010 (feminino)²⁷

O mosteiro de Claraval

O município de Claraval situa-se no sudoeste de Minas Gerais e já nos fins do século XVIII suas terras eram habitadas, tendo a agricultura como atividade principal. Foi aproximadamente em 1864 que o garimpeiro João Tertuliano Pinto Bispo, ao atravessar a região, encontrou diamantes, dando início assim ao garimpo nas águas do Rio das Canoas. A notícia espalhou-se rapidamente e, dentro de pouco tempo, um grande número de aventureiros atraídos pela possibilidade de ganhos rápidos no garimpo ali se estabeleceu. Formou-se, assim, um pequeno núcleo às margens do Rio das Canoas, que tomou maior impulso quando, em 1885, foi feita uma doação de terras para o futuro patrimônio de Claraval, pelo fazendeiro José Garcia Lopes da Silva.

O vilarejo chamou-se inicialmente Garimpo das Canoas e, posteriormente, em virtude da construção de uma capela em louvor ao Divino Espírito Santo, denominou-se Divino Espírito Santo do Garimpo das Canoas.

Em 1923 passou a ser distrito de Ibiraci e elevado à categoria de município pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, com a denominação de Claraval, numa homenagem a São Bernardo, Abade de Clairvaux, pelo fato de ter coincidido o ano de sua emancipação administrativa com os oitocentos anos da morte daquele santo.

A história da fundação do Mosteiro Cisterciense de Claraval confunde-se com a história da cidade. Iniciou-se quando o Bispo de Guaxupé, D. Hugo Bressane, visitava Roma e dirigiu-se ao Mosteiro de Casamari (Itália) onde expôs sua intenção de ter na sua diocese uma comunidade de religiosos daquela confissão, sugerindo como lugar de instalação a vila do Garimpo das Canoas. Entusiasmados com a proposta, em 1950 ali chegaram os primeiros monges

²⁶ São cistercienses da Estrita Observância.

²⁷ Congregação de Casamari.

cistercienses destinados a essa paróquia: o prior Pietro Agostini, padre Justino, padre Carmelo e irmão Nivardo.

Um dos primeiros problemas que os monges enfrentaram no Brasil foi, sem dúvida, o idioma, já que não falavam nada em português; o clima também foi outro problema, além da precariedade das instalações, da falta de saneamento básico, da falta de mão de obra especializada e de materiais de construção. Considerando que a vila era muito pobre, a mesma dependia de outras cidades para a aquisição de materiais e pessoal para a construção do mosteiro, lançando-se mão, então, de operários vindos, também, de Franca e de Ibiraci.



A fachada principal do mosteiro de Claraval

A pedra fundamental do mosteiro foi lançada em 1951 e no ano seguinte começaram os trabalhos de fundação. A parte do porão do mosteiro foi construída com pedras da própria elevação onde ele foi erigido, pedras de mais de três toneladas retiradas à mão, pois na época era difícil a aquisição de máquinas.

Os tijolos foram feitos no próprio local, *assim como todos os elementos decorativos. Não havia mão de obra especializada e os próprios paroquianos também ajudaram na construção dirigida por Francisco Miglioranza. De modo geral todas as dificuldades foram vencidas pelo ânimo dos monges e principalmente dos moradores locais*²⁸.

Em março de 1969, o mosteiro seria inaugurado e já se encontrava em condições de receber e hospedar os primeiros jovens que desejavam seguir a vida monástica cisterciense.

²⁸ www.mosteirodeclaraval.org.br

A vinda dos monges para a cidade ajudou muito no seu desenvolvimento. Em 1970, com a ajuda de irmãos da Alemanha os monges deram início a perfuração do poço artesiano e também a energia elétrica foi conseguida pelo pintor e monge D. Agostinho Caputi e por fim os monges construíram o prédio onde hoje funciona o hospital (ambulatório) da cidade²⁹.

A Santa Sé, examinando as circunstâncias, as condições físicas e os recursos humanos disponíveis, nomeou, através do Papa Paulo VI, o primeiro abade para Claraval, D. Giuseppe Pietro Agostini, tendo como Prior o padre Carmelo Récchia. E em 30 de novembro de 1969 seria instalada solenemente a nova Abadia de Claraval.



A fonte no centro do mosteiro

Foram acolhidos no ano em que foi inaugurado o mosteiro vinte e três jovens, todos pertencendo a regiões próximas e com graus de conhecimento diferenciados. Surgiram várias dificuldades, principalmente em relação aos estudos que deveriam ser ministrados a esses jovens.

Organizou-se, então, o Seminário São Bernardo do Mosteiro de Claraval, sob a orientação de um monge vindo da Abadia de Casamari, para servir como primeiro Reitor daquele Instituto: em 9 de dezembro de 1972 chegou ao mosteiro, vindo da Itália, o padre Mauro Cavallo para formar os futuros candidatos à vida monástica.

Nesse ano, devido à precariedade da saúde de D. Giuseppe, Paulo VI nomeou o padre Carmelo Récchia como Administrador Apostólico, tendo D. Giuseppe partido para a Itália a fim de tratar-se, vindo a falecer no dia 4 de janeiro de 1973.

²⁹ Idem.

No dia 7 de dezembro de 1976, Padre Carmelo Récchia seria nomeado e em 25 de março de 1977 sagrado Abade³⁰. Em 1999 renunciou e a Santa Sé nomeou D. Orani João Tempesta³¹ como Administrador Apostólico e o padre Mauro Cavallo tornou-se Prior do Mosteiro. Em 2002 houve a extinção do título de Abadia Territorial.

No Mosteiro de Claraval o dia-a-dia é marcado por uma espiritualidade litúrgica, ou seja, pela celebração da Liturgia das Horas e da Eucaristia. Nesses momentos torna-se presente a obra redentora de Cristo. Assim, inicia-se a jornada com as “matinas” (vigílias), tempo notadamente marcado pela espera do Senhor. As leituras e os salmos que são entoados edificam o monge e, ao mesmo tempo, fortifica-o para o trabalho do dia que se inicia. Em seguida, após um intervalo dedicado em geral à oração mental e à *lectio* divina, celebram-se as “laudes” (oração da manhã), que comemora a Ressurreição e consagra as primícias do dia ao louvor do Senhor que continua ao longo da jornada.

Após as “laudes”, celebra-se a Eucaristia, o ponto alto do dia, fonte e cume de toda vida cristã e também ação de graças. Todavia o dia do monge é preenchido igualmente por diversos trabalhos: manuais (tradicional na vocação cisterciense), intelectuais ou pastorais. Há ainda momentos de oração pessoal, *lectio* divina e encontros fraternos da comunidade. Contudo, o trabalho, interrompido por pausas de oração litúrgica, é ele mesmo uma certa forma de oração, pois enquanto trabalha o monge busca estar presente a Deus e dirigir para Ele sua criatividade operosa. Nesse ritmo celebra-se na “terça” (início da manhã) a vinda do Espírito Santo e pede-se suas graças; na “sexta” (meio do dia) recorda-se o suplício de Jesus e o monge se associa à sua cruz com seus sofrimentos e na “noa” (meio da tarde) comemora-se a morte redentora de Jesus, cumprindo o que os apóstolos realizaram na mesma hora, subindo ao templo para orar³².

Enfim, no final da tarde, na oração chamada “vésperas” (oração da tarde), celebra-se com o coração agradecido o dia, a criação, a recapitulação de sua história em Cristo. O dia termina com a Oração da Noite ou “completas”. O Mosteiro Cisterciense de Claraval tem como premissa básica manter a tradição beneditina de acolhimento.

³⁰ D. Carmelo Récchia faleceu em 26 de agosto de 2015, aos 94 anos de idade.

³¹ D. Orani Tempesta foi nomeado cardeal arcebispo do Rio de Janeiro em 27 de fevereiro de 2015, tendo tomado posse em 19 de abril do mesmo ano.

³² Informações colhidas pelo autor diretamente no Mosteiro de Claraval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, Vitor Manuel. *Portugal templário*. São Paulo: Madras, 2011.
- AUBERGER, Jean-Baptiste. Citeaux, les origines. *Dossiers d'Archeologie*. nº 229, dez.1997.
- CHÉLINI, Jean. *Histoire religieuse de l'Occident médiéval*. Paris: Colin, 1968.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS. *Catálogo da vida religiosa, monástica e contemplativa*. Brasília: CNBB, 2012.
- CONSTITUIÇÕES E ESTATUTOS da Ordem Cisterciense da Estrita Observância. Se, 2009.
- DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- _____. *Saint Bernard, l'Art cistercien*. Champs: Flammarion, 1971.
- HAAGENSEN, Erling, LINCOLN, Henry. *A ilha secreta dos templários*. São Paulo: Madras, 2007.
- LIMA, Adelino de Figueiredo. *Os templários*. 3.ed. Rio de Janeiro: Spiker, 1958.
- PACAUT, Marcel. *Les moines blancs. Histoire de l'ordre de Citeaux*. Paris: Fayard, 1993.
- PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- READ, Pier Paul. *Os templários*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- SGARBOSSA, Mario, GIOVANNINI, Luigi. *Um santo para cada dia*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- VEILLEUX, Armand. *As origens do monaquismo cristão*. Trad. Cecília Fridman (Mosteiro Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo), 1998. www.ecclesia.org.br <acesso em 23 de novembro de 2015>.
- www.mosteirodeclaraval.org.br <acesso em 30 de setembro de 2015>.

FILATELIA E FILATELISTAS NO PASSADO RECENTE

Sérgio Weber

Resumo: *Notas históricas sobre a vida de um clube filatélico em São Paulo, Brasil.*

Abstract: *Historical notes about a philatelic association in São Paulo, Brazil.*

Introdução

O selo postal nasceu em 6 de maio de 1840 na Inglaterra. Lá, Rowland Hill foi o criador da selagem postal como solução técnica para vários problemas na área dos Correios.

O Brasil, em 1843, em 2º lugar, criou os seus famosos “olhos de boi”, nos valores de 30,60 e 90 réis e o 1º de agosto é o Dia do Selo.

Na História da Filatelia brasileira, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- EBCT aparece como figura proeminente no incentivo à Filatelia, mantendo um setor dedicado aos estudiosos e colecionadores, prestigiando as múltiplas agremiações filatélicas no país.

Este trabalho, sem grandes pretensões, procura levar para o âmbito da crônica histórica algo de uma das várias agremiações filatélicas brasileiras.

Ele se tornou possível graças aos documentos reunidos pelo filatelista Octávio Augusto Weber, referentes ao Clube Filatélico de São Paulo, em um prontuário por ele intitulado “Minha Participação na Filatelia”.

Tal documentação, complementada no possível, com as disponibilidades existentes na Internet, tornou exequível o resgate de um período da vida do mencionado Clube.

O estudo da Filatelia como valor não somente cultural, mas também histórico, cresce em interesse agora, quando a Comunicação, na feição atual, vem substituindo a carta pelos textos virtuais via Internet.

Clube Filatélico de São Paulo-CFSP

Em 25 de janeiro de 1948, um grupo de afeiçoados aos selos se reuniu e, numa assembleia, fundou o Clube Filatélico de São Paulo, aclamando a sua primeira Diretoria constituída pelos seguintes nomes:

Presidente: Ângelo Zioni

Secretário: Othelo Panetta

Tesoureiro: Domingos Paladino

Diretor de Trocas: Agenor de Campos

O Clube teve sua sede inicial em duas salas pequenas na Rua Direita. Em 1949, contava ele já com 115 sócios. Posteriormente, passou ele a ter instalações mais amplas, então, no Palacete do Carmo, à Rua Venceslau Bras, 78 – 5ª andar, prédio este de propriedade da Cúria Metropolitana de São Paulo.

As atividades desenvolvidas por este Clube, nesses primeiros anos, foram principalmente: leilões de peças filatélicas, passeios, incursões, caravanas para o interior e participações nas exposições filatélicas diversas.

Uma relação, de 1951, publicada em 1956, contendo, em ordem alfabética, o corpo dos sócios fundadores “hoje ainda inscritos” é a seguinte: Agenor de Campos, Alfredo Malz, Dr. Ângelo Augustinho Antônio Zioni, Antônio Echenique Leite, Benedito Alvim Júnior, Benedito Ferreira de Mello, Boaventura Ferrinho, Francisco A. de Campos Barros, Francisco Eugênio Olandin, Guilherme van den Kamp, João Gonçalves Silva Filho, Morey Charles Herstler, Oswaldo Amêndola,, Paul Heinz Weimann, Rodolfo de Barros Pimentel, Rogério Coca, também Domingos Palatino, Giorgio Conti, Humberto Valone, Isaac Polswolski, Othelo Panetta “e outros” (SPF Jan.1956).

Tendo em vista o crescente noticiário, tornando ineficientes as Circulares aos sócios, foi criado, em 1953, o SÃO PAULO FILATÉLICO – SPF, tabloide que publicaria todas as ações, sejam da Diretoria ou das demais atividades associativas do Clube. Com isto, foi possível levantar uma relação, talvez incompleta, dos artigos levados à luz por muitos dos seus sócios a qual será vista mais adiante.

Um programa de rádio, em meados de 1959, ia ao ar às sextas-feiras às 21 horas, pela Rádio 9 de julho (ZYR-98 – 540 Khz - AM) em São Paulo: o “Programa Filatélico”, com entrevistas e notícias, apresentado pelo Dr. Ângelo Zioni.

Diversos sócios do CFSP, no correr dos anos, foram contemplados, com diplomas e medalhas, por suas participações em vários certames, tais como o “Troféu Rowland Hill”, “SANPEX”, “Núcleo Filatélico Santos Pinheiro”, “Sociedade Philatélica Paulista”, do Clube Filatélico e Numismático de Mogi das Cruzes.

Na Diretoria do Clube, dois nomes merecem menção especial: Ângelo Zioni e Octávio Augusto Weber, respectivamente, Presidente e Secretário do CFSP, por suas constantes participações na vida associativa, bem como na administração do jornal “São Paulo Filatélico”.

Outros nomes que, no período de 1948 a 1980, ao menos, em outros diversos cargos, participaram em prol do Clube, aparecem na lista, em ordem alfabética. a seguir: Adalberto Ferreira das Neves, Adalberto Marcus, Dr. Alberto de Oliveira, Alcides Moura Torres, Dr. André Barbosa, Prof. Amilcar Ayala Angelo, Antônio Olivê Leite, Arnaldo Jorge, Dr. Augusto Basualdo Neumeier, Azor de Toledo Barros, Benedito Alwin Jr, Benedito Posvolsky, Bruno Marek, Domingos Casalino, Dr. Elear Voss, Fábio Barros, Francisco Martucci, Francisco Spindola de Mendonça, G. Gibson, Gagio Bevilacqua, Geraldo de Souza Brito, Giorgio Conti, Giovanna Procaccio, H.M.Silva, Heinz Lehfeld, Heitor Marques da Silva, Heitor Sanchez, Issac Posvolsky, João Moreira Garcez, João Negretti de Souza, Joaquim Nunes, Johann Sikula, José De Domenico, José Luiz Pereira, José Maria de Oliveira Maciel, Júlio Gabriel de Freitas, Dr. K. Filet, Leopardo Veit, Manoel Alves Faria Neto, Maria da Conceição Costa, Moyses Garaboski, Orlando Iazzetti, Prof. Otelo C. Panetta, Paul H. Weimann, Pedro Klinkas, Raul Ribas Guimarães, Dr. Ricardo A. Sanchez, Eng Ricardo Zollner, Rolf Mayer, Rudolf Tallert, Ruy Arco e Flexa, Ruy Pacheco, Dr. Salvino da Fonseca, Prof. Suetônio Bittencourt Jr. e Ulisses Belini.

O Clube Filatélico de São Paulo consta da lista das Agremiações Filatélicas filiadas, na ata de fundação da Federação Brasileira de Filatelia-FEBRAF, em 17 de dezembro de 1976.

Os estatutos do Clube Filatélico de São Paulo podem ser vistos nas Figuras 1 e 2.

Ainda, em 1985, o CFSP tinha sua sede na Avenida São João, 324 -5º andar – Conjunto 504, na cidade de São Paulo.

| SÃO PAULO FILATÉLICO | | 4 |
|---|---|---|
| Estatutos do Clube Filatélico de São Paulo | | |
| <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align: center;">DA SOCIEDADE</p> <p>Art. 1. — O Clube Filatélico de São Paulo, fundado em 25 de Janeiro de 1948, é uma associação civil, cultural e não econômica, com sede na Capital do Estado de São Paulo.</p> | <p>deveres serão regulamentados pela Assembléia Geral.</p> <p>Art. 4. — A admissão dos sócios será automática, uma vez decorridos 15 dias da afixação no quadro social, da sua proposta, sem haver impugnação.</p> <p>§ Único: a passagem de uma para outra categoria de sócios dar-se-á por simples ato da Diretoria uma vez que se verificarem as hipóteses previstas na classificação do artigo 3.</p> <p>Art. 5. — São deveres dos sócios:</p> | <p>seu substituto, compete:</p> <p>a) superintender os assuntos de interesse social.</p> <p>b) presidir as reuniões da Diretoria e todas as solenidades que se realizarem dentro ou fóra da Sede Social.</p> <p>c) representar a sociedade em juízo ou fóra dele e em todas as suas relações com terceiros.</p> <p>d) cumprir e fazer cumprir em tempo útil as resoluções da Diretoria e das Assembléias Gerais.</p> <p>e) assinar com o tesoureiro os cheques emitidos pela Sociedade.</p> <p>f) apresentar a Assembléia Geral Ordinária, relatório de todos os trabalhos efetuados pela Diretoria.</p> <p>g) convocar as sessões e as Assembléias Gerais de acordo com as normas estatutárias.</p> <p>h) organizar as ordens do dia para os trabalhos das sessões ou Assembléias.</p> <p>i) abrir as Assembléias Gerais, transmitindo a presidência ao Presidente escolhido.</p> <p>j) afixar em lugar visível do Clube o nome do Diretor renunciante.</p> <p>§ Único: O Presidente, além de seu voto de sócio terá também o voto de qualidade nos casos de empate.</p> <p>Art. 15. — Ao tesoureiro compete:</p> |
| <p style="text-align: center;">CAPÍTULO II</p> <p style="text-align: center;">FINALIDADES</p> <p>Art. 2. — O Clube tem por finalidade:</p> <p>a) Cultivar e difundir a Filatelia em todas suas manifestações e por todos os meios adequados;</p> <p>b) Proporcionar aos sócios, mediante a Filatelia meios que lhes propiciem elevação de nível cultural, de gosto artístico e de amor pelas altas manifestações de espírito;</p> <p>c) Fazer estreitar mediante a Filatelia os laços de amizade entre os sócios, fomentando o espírito de cooperação, cordialidade, tolerância e benevolência.</p> <p>d) Editar o «São Paulo Filatélico», órgão oficial do Clube, em cujas colunas procurar-se-á focalizar, entre outros, temas de estudos escolares.</p> | <p>a) pagar adiantadamente a contribuição que lhes competir.</p> <p>b) respeitar e cumprir estes Estatutos e os regulamentos da Sociedade.</p> <p>c) proceder com retidão e cordialidade nas suas relações com a Sociedade e com os sócios.</p> <p>Art. 6. São direitos dos sócios:</p> <p>a) aos enquadrados nas letras «b» e «c» do artigo 3, o de votar e ser votados desde que estejam quites com os cofres sociais; quanto aos enquadrados na letra «d» do mesmo artigo 3, poderão votar somente, quando em trânsito.</p> <p>b) utilizar a sede social, em horas de expediente.</p> <p>c) submeter à Diretoria do Clube reclamações ou sugestões por escrito.</p> <p>d) receber todas as publicações gratuitas distribuídas pelo Clube.</p> <p>e) receber todos os selos nacionais novos, de acordo com o regulamento interno do Clube.</p> <p>f) pedir arbitragem à Diretoria, em casos de litígio, relativos a assuntos filatélicos.</p> <p>g) assistir às reuniões da Diretoria e dos Conselhos, salvo nas de caráter reservado.</p> <p>Art. 7. — Os sócios são exonerados, mediante pedido por escrito, quando quites com os cofres sociais, ou demitidos pela Diretoria, por infração grave aos Estatutos, ou pelas Assembléias Gerais em casos especiais.</p> <p>§ 1) A falta consecutiva de três pagamentos de mensalidades faculta à Diretoria a exclusão do sócio.</p> <p>§ 2) Salvo o caso previsto no parágrafo anterior, a exclusão do sócio só será efetivada após aviso prévio ao interessado a fim de que se defenda, por escrito, da acusação que lhe é feita.</p> <p>Art. 8. — Os associados não respondem pessoalmente nem so-</p> | <p>lidariamente pelas obrigações que o Clube venha a contrair.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV</p> <p style="text-align: center;">ADMINISTRAÇÃO E DIREÇÃO</p> <p>Art. 9. — A administração e direção da entidade será exercida, com mandato por um ano, em caráter gratuito, por uma Diretoria, um Conselho Fiscal e um Conselho Superior, eleitos pela Assembléia Geral de Sócios.</p> <p style="text-align: center;">DIRETORIA</p> <p>Art. 10. — A Diretoria será constituída por um Presidente, um Tesoureiro, três Diretores titulares e dois suplentes.</p> <p>Art. 11. — A Diretoria designará, entre os três diretores titulares os ocupantes dos cargos de Secretário e outros que julgar necessários.</p> <p>Art. 12. — A Diretoria, que se reunirá ao menos uma vez por mês, compete, além de quanto for determinado nos Estatutos, cumprir e fazer cumprir os Estatutos Sociais, regulamentos e programas elaborados, contratar auxiliares para serviços da entidade, fixar as taxas que se fizerem necessárias, e resolver todos os casos omissos, sendo suas resoluções tomadas por maioria simples.</p> <p>Art. 13. — Para reunião da Diretoria haverá quórum com a presença de três Diretores.</p> <p>§ 1) Na ausência do Presidente ou do Secretário, os Diretores presentes designarão, entre si, os respectivos substitutos.</p> <p>§ 2) No caso de renúncia, impedimento ou falecimento de algum Diretor, a Diretoria convocará os suplentes pela ordem dos mais votados, em caso de empate será chamado o sócio mais antigo, e se perdurar o empate, será chamado o mais idoso.</p> <p>§ 3) No caso de que, por renúncia, falecimento ou demissão de Diretores, o número dos restantes for inferior a três, o Conselho Superior tomará a seu cargo as funções da Diretoria e convocará imediatamente a Assembléia Geral Extraordinária de Sócios para eleger nova Diretoria.</p> <p>§ 4) A falta não justificada por parte de um Diretor a três reuniões da Diretoria, consecutivas, ou cinco alternadas, implicará na perda do mandato.</p> <p>Art. 14. — Ao Presidente, ou</p> |
| <p style="text-align: center;">CAPÍTULO III</p> <p style="text-align: center;">DOS SÓCIOS</p> <p>Art. 3. — Podem fazer parte da entidade pessoas físicas ou jurídicas de comprovada idoneidade, que se dediquem à Filatelia, classificadas nas seguintes categorias:</p> <p>a) Honorários e Beneméritos, que tenham prestado relevantes serviços ao Clube, à Filatelia ou à cultura em geral.</p> <p>b) Efetivos, maiores de 18 anos e residentes nesta Capital.</p> <p>c) Efetivos estudantes, quando o justificarem e residam nesta Capital.</p> <p>d) Correspondentes, os que residam fóra da Capital.</p> <p>e) Juniores, os menores de 18 anos residentes nesta Capital.</p> <p>f) Clubes Filatélicos Escolares.</p> <p>g) Sociedades congêneres.</p> <p>h) Proprietários, os que contríbua para a compra da sede própria, cujos direitos e</p> | <p>Art. 13. — Para reunião da Diretoria haverá quórum com a presença de três Diretores.</p> <p>§ 1) Na ausência do Presidente ou do Secretário, os Diretores presentes designarão, entre si, os respectivos substitutos.</p> <p>§ 2) No caso de renúncia, impedimento ou falecimento de algum Diretor, a Diretoria convocará os suplentes pela ordem dos mais votados, em caso de empate será chamado o sócio mais antigo, e se perdurar o empate, será chamado o mais idoso.</p> <p>§ 3) No caso de que, por renúncia, falecimento ou demissão de Diretores, o número dos restantes for inferior a três, o Conselho Superior tomará a seu cargo as funções da Diretoria e convocará imediatamente a Assembléia Geral Extraordinária de Sócios para eleger nova Diretoria.</p> <p>§ 4) A falta não justificada por parte de um Diretor a três reuniões da Diretoria, consecutivas, ou cinco alternadas, implicará na perda do mandato.</p> <p>Art. 14. — Ao Presidente, ou</p> | <p>seu substituto, compete:</p> <p>a) superintender os assuntos de interesse social.</p> <p>b) presidir as reuniões da Diretoria e todas as solenidades que se realizarem dentro ou fóra da Sede Social.</p> <p>c) representar a sociedade em juízo ou fóra dele e em todas as suas relações com terceiros.</p> <p>d) cumprir e fazer cumprir em tempo útil as resoluções da Diretoria e das Assembléias Gerais.</p> <p>e) assinar com o tesoureiro os cheques emitidos pela Sociedade.</p> <p>f) apresentar a Assembléia Geral Ordinária, relatório de todos os trabalhos efetuados pela Diretoria.</p> <p>g) convocar as sessões e as Assembléias Gerais de acordo com as normas estatutárias.</p> <p>h) organizar as ordens do dia para os trabalhos das sessões ou Assembléias.</p> <p>i) abrir as Assembléias Gerais, transmitindo a presidência ao Presidente escolhido.</p> <p>j) afixar em lugar visível do Clube o nome do Diretor renunciante.</p> <p>§ Único: O Presidente, além de seu voto de sócio terá também o voto de qualidade nos casos de empate.</p> <p>Art. 15. — Ao tesoureiro compete:</p> <p>a) arrecadar toda a receita assim como as importâncias entregues a guarda do Clube pelos associados.</p> <p>b) organizar e manter atualizado o inventário geral do patrimônio social.</p> <p>c) recolher ao Banco escolhido pela Diretoria, os saldos superiores a mil cruzeiros.</p> <p>d) assinar, com o Presidente, cheques e qualquer documento que precisem de suas assinaturas.</p> <p>e) pagar débitos do Clube, por ordem do Presidente.</p> <p>f) organizar os serviços da tesouraria, com os auxiliares de sua indicação, previamente aceitos pela Diretoria.</p> <p>g) prestar contas, mensalmente, à Diretoria.</p> <p>h) fornecer ao Presidente, para o relatório anual, as informações relativas aos serviços da tesouraria.</p> <p>i) afixar em quadro, na Sede, o balancete mensal do Clube para conhecimento dos associados.</p> <p>j) apresentar no início do ano</p> <p>(Continua na pág. seguinte)</p> |

Fig. 1- Estatutos do CFSP, página 1.



Fig. 2- Estatutos do CFSP, página 2.

Relação dos artigos publicados pelo São Paulo Filatélico (SPF) no período de 1959-1979.

- O Brasil na Filatelia Universal* – Dr. Salvino da Fonseca – SPF Fev.1959.
- Carimbologia Esportiva* – Prof. André Barbosa – SPF Fev.1959
- Leonardo Da Vince nos selos* – Eng. João Moreira Garcez Filho – SPF Fev. 1959.
- Temática de Geografia – Mapa de Timor Português* – Amilcar Ângelo – SPF -Fev.1959.
- Filatelia Escolar (1)* – Dr. Augusto Basualdo Neumeier – SPF Fev.1959.
- Temática de Geografia – Mapa Austrália* – Dr. Augusto Ângelo – SPF Jun.1959.
- Oswaldo Cruz* – Prof. Suetônio Bittencourt Jr. – SPF Jun.1959.
- Filatelia Escolar (2)* – Dr. Augusto Basualdo Neumeier – SPF Jun.1959.
- RAU-República Árabe Unida* – Arnaldo Jorge- SPF Jun.1959.
- A Fotografia a serviço da Filatelia* – Octávio Augusto Weber – SPF Nov e Dez. 1959.
- O Filatelista* – G. Gibson – SPF Nov. e Dez.1959
- A Odisseia de um Selo Postal (1)- Documentando a história filatélico-política do selo da ponte...* – Dr. Ângelo Zioni- SPF Dez.1959.
- Biaggio Mazzeo* – Heitor Sanchez – SPF Dez.1959.
- Comércio versus Filatelia (1)*- Rudolf Tallert – SPF Dez.1959.
- Rui Barbosa* – Prof. Suetônio Bittencourt Jr.- SPF Dez. 1959.
- Dicionário Filatélico (1)* – Dr. Augusto Basualdo Neumeier – SPF Dez.1959.
- Maria Quitéria-uma heroína brasileira-* Maria da Conceição Costa-SPF Fev.1960.
- A Odisseia de um Selo Postal (2)* – Dr. Ângelo Zioni – SPF Fev.1960.
- Dicionário filatélico (2)* – Dr. Augusto Basualdo Neumeier – SPF Fev. 1960.
- Comércio versus Filatelia (2)* – Rudolf Tallert – SPF Fev.1960.
- Conde de Porto Alegre* – Prof. Suetônio Bittencourt Jr.-SPF Fev.1960.
- Santistas Ilustres na Filatelia (3)* – Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrade – Prof. Suetônio Bittencourt Jr.- SPF Dez.1961.
- Filatelia Religiosa* – Dr. Ângelo Zioni – SPF Dez.1961.
- Jóias Raras da Filatelia Mundial* – Eng. Amilcar Ayala Ângelo-SPF Dz.1961.
- Sobrecartas Clássicas e os Atuais F.D.C.* – Heitor Sanchez-SPF Dez.1961.
- Santos Dumont, o Grande Esquecido da Filatelia Universal* – Dr. Ângelo Zioni

– SPF Jun.1962.

Magia Filatélica – Dr. Alberto de Oliveira – SPF Jun.1962.

Filateria Religiosa – Dr. Ângelo Zioni. SPF Fev. 1963.

Quintino Bocaiuva – Prof. Suetônio Bittencourt Jr. SPF Set.1963.

História do Brasil na Filateria (IV) – Amilcar Ângelo –SPF Abr.1963.

Santos, Sempre Juntos! – Amilcar Ângelo – SPF Abr.1963.

Carimbos Comemorativos emitidos em 1962 – Prof. André Barbosa-SPF Abr.1963.

Júlio Mesquita – Prof. Suetônio Bittencourt Jr.-SPF Abr.1963.

O Arcanjo São Gabriel na Filateria – Dr. Ângelo Zioni – SPF Abr.1963..

Dr. Gaspar de Oliveira Viana – Prof. Suetônio Bittencourt Jr. –SPF Jun.1962.

Coluna das Variedades – José De Domenico – SPF Fev.1963

Curso de Filateria Capítulo 11 Os Assemelhados do Selo Postal – Dr. Ângelo Zioni – SPF Jan.1980.

Dr Gaspar de Oliveira Viana – Prof. Suetônio Bittencourt Jr. – SPF Jun. 1962;

Coluna das Variedades – José De Domenico – SPF Fev.1963.



Fig 3– Grupo de Diretores do Clube Filatélico de São Paulo, tendo ao centro Ângelo Zioni. Logo abaixo, Octávio A. Weber. Reuniões na década de 1950. Foto de capa do SPF de Fev.1956.

Ângelo Augustinho Antônio Zioni na Filatelia

Nascido em São Paulo, em 28 de agosto de 1913, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, tendo se formado em 1948. Nesse ano, juntamente com mais alguns filatelistas, fundou o Clube Filatélico de São Paulo-CFSP, tendo sido aclamado seu primeiro presidente desta agremiação. Seu nome será sufragado por várias vezes nas eleições deste Clube (SPF Jan.1956).

No São Paulo Filatélico, jornal da referida agremiação, publicou vários artigos os quais estão relacionados mais adiante.

Sua atuação foi grande no jornalismo filatélico, escrevendo em diversos órgãos de imprensa, definindo, com seu trabalho constante, a importância cultural que representa o colecionamento e o estudo do selo em geral.

Neste campo, reuniu ele ampla bibliografia, ao menos no período de 1938 a 1948, publicada nas seguintes fontes:

Revista Filatélica Bandeirante

Boletim Filatélico Bandeirante

Brasil Filatélico

Seleções Filatélicas

Contem elas 17 artigos a respeito de Carimbologia, Folhinhas, Blocos, Aerofilatelia e Filigranas.

A Rádio 9 de Julho (ZJR-98 – AM – 540 Khz) de São Paulo levou ao ar, dos dias 26 a 31 de outubro de 1959, o programa FILATELIA, das 21:30h às 22h, quando foram entrevistados por Zioni, os Srs. Salvino da Fonseca, Dr. Augusto Basualdo, Paul H. Weimann, Francisco Campos de Barros e Octávio Weber (SPF Nov,Dez.1958,p 4).

Em 1961, recebeu o Troféu Rowland Hill na Exposição “ O Centenário do Selo” (SPF Nov.Dez 1961).

Na Filatelia Religiosa, foi figura inegavelmente atuante. Deixou ele inúmeros textos que podem ser vistos, relacionados no sítio da Associação

Brasileira de Filatelia Religiosa São Gabriel-ABRAFIRGA. Um exemplo deles é “O Selo Religioso e seu colecionamento”.

O 6º Congresso da União Mundial São Gabriel foi fruto de sua dedicação a este segmento da Filatelia atual.

Em homenagem póstuma, a Associação Brasileira de Jornalismo Filatélico - ABRAJOF instituiu o “Troféu Ângelo Zioni”, para distinguir jornalistas dedicados à Filatelia.

O Jornal do Colecionador, em sua edição de 17 de junho de 2015, publicou

nota “Relembrando Zioni.” Antes, em 2013, fora ele homenageado, pela FILACAP de Cachoeira Paulista, em seu centenário de nascimento.

Outro destaque nas atividades de Zioni foram as frequentes atualizações nos catálogos filatélicos quando novos selos ou carimbos eram lançados.

O Dicionário Filatélico, da ABRAFITE, menciona o Catálogo Zioni de carimbos postais comemorativos do Brasil, de autoria de Ângelo Zioni.

Pertenceu, também, ele à Sociedade Philatélica Paulista – SPP, uma das mais antigas sociedades do gênero.

Artigos de autoria de Zioni publicados no São Paulo Filatélico, no período de 1959 a 1980:

A Odisseia de um selo postal – Nov.Dez.1959

Santos Dumont, o grande esquecido da Filatelia Universal – Jun.62

Filatelia Religiosa – Fev.1963

O Arcanjo São Gabriel na Filatelia – Abr.1963

Curso de Filatelia – Capítulo II – Os assemelhados do selo postal.

Jan.1980.

Ângelo Zioni faleceu em São Paulo/SP em 22 de novembro de 1980.

Octávio Augusto Weber na Filatelia

Possivelmente, a partir de 1918, nos seus dez anos de santista, começa ele a se interessar pela Filatelia. Seu pai e seu irmão mais novo, também colecionadores, são mostra de que a Filatelia era cultivada já de algum tempo e fascinava a muitos.

Eram jovens e crianças enchendo envelopes de selos usados, trocando suas duplicatas, colando suas coleções em cadernos e álbuns de folhas avulsas.

Octávio colecionava seus selos, recebendo-os de parentes e amigos, recortando-os de envelopes, de cartões postais, de volumes postados, assim como dos jornais por assinatura vindos, igualmente pelo Correio. Desta maneira conseguia organizar séries de selos, tanto nacionais como estrangeiros.



Fig. 4- Cartão postado em 1918. Um dos primeiros elementos filatélicos na coleção do menino Octávio A. Weber.

Sempre meticoloso, Octávio estudava, sob diversos aspectos, os selos recebidos e, para isto, se servia de vários instrumentos para tratamento destes selos. Criou para si um *kit filatélico* que futuramente iria difundir, principalmente quando o Clube recebia estudantes e principiantes.

Em 1937, filiou-se ao Clube Filatélico do Brasil, na categoria de sócio correspondente.

Quando em 1938, na expectativa de uma 2ª. Guerra, mudou-se de Santos com a família para São Paulo, sua vida de filatelista passou a ter maiores oportunidades. Contava ele, agora, com um comércio filatélico mais amplo e com um recebimento de selos ampliado.

Durante a guerra (1939-1945) frequentava as feiras filatélicas que, aos sábados, existiam no centro da cidade.

Em 16 de maio de 1949, inscreve-se no Clube Filatélico de São Paulo sob o nº 169, associação esta fundada no ano anterior.

Lá, Octávio vai poder colaborar - e bastante - nas atividades deste Clube.

Para o biênio (1955-1956) aparece ele como 2º secretário na Diretoria eleita (Circular 1/1955). A partir daí sua presença é constante também no “São Paulo Filatélico – SPF”. Nele assina a seção “Fala a Secretaria”, “Analisando as

Revistas Filatélicas”, “Repórter Filatélico”.

Em abril de 1959, participa do “Programa Filatélico” da Rádio 9 de julho de São Paulo, sendo, naqueles dias, homenageado por completar 10 anos como sócio do CFSP.

Nas eleições da Diretoria deste Clube para o biênio de 1957/ 1958 é eleito 1º secretário, tendo permanecido neste cargo até 1964 (SPF Mai.Ago.1957).

Ainda, em reunião de diretoria de 16 de outubro de 1958, foi ele nomeado diretor do “São Paulo Filatélico” (SPF Dez.1958).

Em 1965, é nomeado membro do Conselho Fiscal, permanecendo, também, no corpo de redatores daquele jornal (SPF Mar.Abr.1964).

Sua participação em eventos e exposições na área da Filatelia foi:

SANPEX III – 09/09/1956 –Aéreos do Brasil – Medalha de Bronze. Santos/SP.

NÚCLEO FILATÉLICO “SANTOS PINHEIRO”-05/10/1958-Folhinha comemorativa – Menção Cooperativa – Medalha Comemorativa – Rio de Janeiro.

SOCIEDADE FILATÉLICA PAULISTA-08/05/1959- Selos Aéreos do Brasil – Certificado de Participação – São Paulo/SP.

EXDIFIL -60 – 05/08/1960 – 2ª Exposição – Brasil Comemorativos – São Paulo/SP.

IIª EXPOSIÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA – CLUBE FILATÉLICO E NUMISMÁTICO DE MOGI DAS CRUZES - 22/10/1960 –Aéreos do Brasil - Certificado de Participação – Mogi das Cruzes/SP.

TROFÉU ROWLAND HILL – CLUBE FILATÉLICO DE SÃO PAULO – Certificado de Participação e Troféu Rowland Hill – 2º semestre de 1961 - São Paulo/SP. 3ª EXPOSIÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA – CLUBE FILATÉLICO E NUMISMÁTICO DE MOGI DAS CRUZES –Heráldica - Certificado de Participação – Mogi das Cruzes – 15/10/1961.



Fig. 5- Medalhas recebidas por Octávio A. Weber.

Octávio Augusto Weber, Contabilista, nasceu em Santos/SP em 29 de janeiro de 1908, filho do vereador Carlos Arthur Weber e de Laura Gomes de Oliveira Campos. Faleceu ele em 3 de outubro de 1979 em São Paulo (SPF Dez.1979-Jan.1980).

Sabedora de seu passamento, a Diretoria do CFSP, em reunião, fez um minuto de silêncio em homenagem ao seu espírito laborioso pela Filatelia (Corresp. Nair de Castro Weber-30/11/1979).



Fig. 6 – Carteira de sócio efetivo em 1949.



Fig. 7 – Troféu recebido por Octávio Augusto Weber

A Filatelia no Estado de São Paulo

A procura, tanto por selos novos como por usados, sejam nacionais ou estrangeiros, fez surgir um comércio sempre crescente nas décadas passadas, conhecido por suas lojas filatélicas.

Segundo o “Arquivo Filatélico de São Paulo”, no ano de 1955, já existiam 16 dessas lojas na cidade de São Paulo.

O número de Clubes ou Associações, em todo o estado de São Paulo em 2020, é da ordem de 29, conforme a Eu- Filatelia, dos Correios.

Entre as mais antigas, temos:

Sociedade Filatélica Brasileira- SOFIBRA, de 1911

Sociedade Philatelica Paulista, de 1919

Clube Filatélico e Numismático de Santos, de 1939

Clube Filatélico de São Paulo-CFSP, de 1948

Núcleo Filatélico “Santos Pinheiro”, de 1955

Clube Filatélico e Numismático de Mogi das Cruzes, de 1959.

Conjunto “kit” de utensílios usados para a preparação e análise dos selos.

1-banheirinha para descolamento

2-pinça para manuseio

3-mata-borrão em folhas para secagem

4-plaquetas de vidro para desempenho

5-benzina retificada para estudo dos papéis e filigranas

6-lupa para verificações

7-pincel para a lavagem

8-envelopes transparentes para acondicionamento

9-charneiras para fixação

10-catálogos

11-álbuns de folhas avulsas

12-mancolistas para trocas

13-odontrômetro para medida dos picotes

FONTES CONSULTADAS

SALCEDO, Diego. *Elementos históricos para o Estudo do Selo Postal em Comunicação*.
In Revista Científica do Depto. de Comunicação Social da Universidade Federal do
 Maranhão – UFMA. S Luiz, Ma -jan jun 2014 – Ano IX p 109-124.

REVISTA ARQUIVO FILATÉLICO DE SÃO PAULO N. 2. Soc. Philatelica Paulista..
 S.Paulo/SP.

ESTATUTOS DO CLUBE FILATÉLICO DE SÃO PAULO. São Paulo Filatélico,
 mai/jun/1959, p 4-5.

Bibliografia Zioni - Página avulsa – sn pág 232 – Colabor.Vd Hoffmann,F.M.

PRONTUÁRIO “Minha participação na Filatelia”, contendo:

1. Pessoas

Carteira de sócio do CFSP, com recibos de anuidades diversas.

Cartão de sócio correspondente do Clube Filatélico do Brasil, 1937.

Certificado de Admissão de sócio efetivo do CFSP n. 169, de 16/05/1949.

2. Certificados de Participação nos eventos filatélicos diversos.

3. Catálogos e folhetos diversos. Catálogo Tallert

4. Circulares do CFSP

5. Hemeroteca: recortes do jornal São Paulo Filatélico de Jan/1954 a Nov/1965.

6. Exemplares do Jornal São Paulo Filatélico. 1959/1980

7. Fotos relativas à Filatelia.

8. Lista dos utensílios que compõem o “kit” para a preparação dos selos.

Bibliografia de documentos consultados na Internet

Rowland Hill – Your Dictionary – Post Office Reformer Disponível em:
 <biographyyourdictionary.com/rowlandhill> Acesso em :22/09/2020.

Dia do selo. Disponível em: <brasilecola.uol.com.br/datascomemorativas-selohtm>
 .Acesso em: 22/09/2020.

Apoio à Filatelia. Disponível em: <blog.correios.com.br/filatelia> Acesso em:
 23/09/2020.

Agremiações filiadas. Disponível em : <febraf.net.br/febraf,Php>. Acesso em:
 22/09/2020.

Federação Brasileira de Filatelia. Disponível em:<febraf.net.br/febraf.
 Php?1+0&m+29>Acesso em: 28/06/2020.

Faculdade de Direito - SP. Disponível em: <arcadas.org.br/Antigosalunos> p132 –
 116/1948. Acesso em: 24/09/2020.

- ABRAFITE e ABRAFIRGA. Temas religiosos. Disponível em: <abrafitte.com.br/abrafirga/abrafirga1.htm> .Acesso em: 30/09/2020.
- Zioni – Catálogos e carimbos. Disponível em: <mascoleccionismo.com/publicaciones/Filacap/Filacap125.DFA> Acesso em :15/07/2020.
- Zioni – Artigos Disponível em: < abrafitte.com.br/abrafirga>. Acesso em:01/10/2020.
- Zioni- Congresso Disponível em: <abrafitte.com.br/Abrafirga/congresso3.htm>Acesso em:11/06/2020.
- Zioni- Troféu Disponível em: <cftn.org.br/noticias07-qua2.php>. Acesso em:30/09/2020.
- Zioni-Jornal do Colecionador Disponível em: <jornaldocolecionador.blogspot.com>. Acesso em:30/09/2020.
- Zioni- Dicionário e catálogo Disponível em:<abrafitte.com.br/dicionario1.htm>. Acesso em:23/09/2020.
- Disponível em: <selofilatelia.com.br/Pasta_bibliografia/fil001.html>Acesso em: 01/10/2020.
- Sociedade Filatélica Paulista Disponível em:<sppaulista.com.br/historia>. Acesso em: 01/10/2020.
- Troféu A. Zioni. Disponível em: <[google.com/research?q+Troféu+A+Zioni&rlz=1c1EIFA-enBR772BR7838oq=Troféu+A+Zioni&aqs+chrone.6957j33.16118joj7&sourceid+chrone&ie=UTF-8](http://google.com/research?q=Troféu+A+Zioni&rlz=1c1EIFA-enBR772BR7838oq=Troféu+A+Zioni&aqs+chrone.6957j33.16118joj7&sourceid+chrone&ie=UTF-8)>. Acesso em: 24/09/2020.
- Associações e Clubes Filatélicos.ESP Disponível em: <eufilatelia.FilateliaCorreios/FilateliaCorreios-EBCT>Acesso em: 01/09/2020.
- Catálogos Filatélicos. ABRAJOF. Disponível em: <selosefilatelia.com.br/PastaBibliografica/filatellia001.html> Acesso em: 24/09/2020.
- Federação Brasileira de Filatelia. Disponível em: <febraf.net.br/febrafPhp?l=0&=29>Acesso em :22/09/2020.
- FILACAP. Disponível em:<FILACAP 125 PDF>Acesso em :15/07/2020.
- EU FILATELIA Disponível em: <blog.correios.com.br/filatelia/?page-id=16171>Acesso em: 23/09/2020.

ALGUMAS FAMÍLIAS DA FREGUESIA DE SÃO NICOLAU DE SURUI, NO MUNICÍPIO DE MAGÉ, NOS SÉCULOS XVIII A XX

Antônio Seixas¹

Resumo: No Recôncavo da Baía de Guanabara, surgiu, em 1755, a Freguesia de São Nicolau de Suruí, desmembrada da Cidade do Rio de Janeiro para fazer parte da Vila de Magé, em 1789. Por ser uma região produtora de alimentos, especialmente, da popular farinha de Suruí, o estudo de caso das famílias Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença nos permite compreender as estratégias adotadas em uma sociedade rural para a manutenção do poder familiar, nos períodos colonial, monárquico e republicano. Os resultados apontam que não bastava a posse de terras e a exploração do trabalho escravo, sendo a ocupação de espaços de prestígio social um fator importante para a manutenção do poder familiar em uma região.

Abstract: In 1755 in the back of the Guanabara bay, the São Nicolau de Suruí parish was created. A former part of the Rio de Janeiro City it became part of Macaé Village in 1789. Growing staple food, specially the popular Suruí flour; the case study of the Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença families allows us to understand the strategies used in a rural Society to keep family power in the colonial, imperial and republican periods. The results suggest that land ownership and slave exploitation were not enough and the occupation of social esteemed places were an important factor to maintaining family power.

Introdução

Quem já teve a oportunidade de caminhar pelas ruas do Distrito de Suruí, no Município de Magé, já observou alguns dos seus patronos, Manuel Pinto dos Reis, Coronel Alarico José do Amaral, João Félix do Bonfim. São homenagens públicas a algumas das famílias que nos remetem ao passado de São Nicolau de

¹ Advogado e historiador. Especialista em História do Brasil (IUPERJ), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FSBRJ) e em História Militar (UNISUL). Mestre em História (UNIVERSO). Doutorando em História (UNIVERSO). Membro titular da Academia Mageense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. Sócio-Adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia. Filiado ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira – CEIB, à Associação Nacional de História – Seção do Rio de Janeiro e à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. E-mail: antonioseixasadv@gmail.com.

Suruí. Tendo por tema a História da Família no Brasil, nosso objeto de estudo são os grupos familiares presentes no Distrito de Suruí, nos séculos XVIII a XX.

A relevância da pesquisa está em deslocar o foco das famílias da Corte, do Vale do Paraíba Fluminense e da região açucareira de Campos dos Goytacazes para abordar as famílias de uma freguesia rural no Recôncavo da Baía de Guanabara.

O conceito de família aqui adotado compreende não só o casal, mas sua descendência, seus parentes laterais (primos e tios) e aqueles advindos dos casamentos (sogros, genros e cunhados), sendo que a análise dessas redes de relações sociais revelou a sua essencialidade para a obtenção de recursos materiais e simbólicos

As antigas famílias de Suruí podem ser vistas como um fenômeno econômico, social e político responsável pela fixação e estabilidade populacional no Recôncavo da Guanabara, baseado na parentela, no patriarcalismo, no clientelismo, no prestígio e na hierarquização social.

Estudos, como o de Sheila de Castro Faria, demonstram o papel das famílias na política e na economia do Brasil, desde os tempos coloniais, como fonte de capital político.² Maria Fernanda Martins, por sua vez, aponta que, no centro da estrutura de poder imperial, encontravam-se as famílias e as redes de clientela que se formavam ao seu redor.³

Segundo o conceito de patriarcalismo, desenvolvido por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), a família é vista como o centro da ação social comandada por um patriarca, estando em questão a representação do poder familiar.

A teoria da ação social weberiana, ao incorporar temas como os valores culturais, crenças, racionalidade, normas etc. nos leva a refletir sobre o sentido compartilhado que ganham as ações dos sujeitos, que se movimentam orientados por uma tradição, por interesses racionais ou pela emotividade, levando em conta a resposta ou reação de outros indivíduos.⁴

Richard Graham observou que a sociedade imperial era marcada pelo peso das famílias, pela tensão entre pobres e ricos, por um senso de hierarquização social e de práticas clientelistas constantes, que influenciavam a política.⁵

Buscando investigar as continuidades e rupturas na ação social das antigas famílias de São Nicolau de Suruí, nossos objetivos específicos foram identificá-las

² FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.187.

⁴ COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução a ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 63-64.

⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 28.

em uma longa duração, bem como analisar as estratégias políticas e simbólicas utilizadas para manterem-se no poder, tanto no domínio privado do senhor de terras e de escravizados, quanto na ocupação de cargos administrativos, civis, eclesiásticos ou públicos.

Sérgio Buarque de Holanda destaca que não era fácil para os detentores do poder compreender a distinção entre os domínios público e privado, pois a gestão pública aparecia como assunto de interesse particular. E a escolha de quem a exerceria era pautada mais na confiança pessoal do que nas habilidades dos indicados.⁶

A hipótese é que as antigas famílias de Suruí viram na ação política e na ocupação de espaços de prestígio social, como a Câmara Municipal de Magé e a Irmandade do Santíssimo e São Nicolau, uma forma de perpetuarem sua influência na região, assegurando, em última análise, a manutenção do poder familiar.

O recorte cronológico da pesquisa compreende da criação da Freguesia de São Nicolau de Suruí e de sua incorporação ao Município de Magé, no século XVIII, até o final do século XX, buscando identificar o percurso de algumas das antigas famílias do distrito, a exemplo dos Amaral, dos Barenco, dos Bonfim, dos Paiva, dos Pinto dos Reis e dos Proença.

Entre as fontes utilizadas, recorreremos a diferentes acervos, como o do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde se encontra o Livro de Registro Paroquial de Terras de Suruí (1854-1856) e o do Cartório de Registro Civil de Suruí, onde estão os primeiros livros de registro de nascimento (1889-1895), de casamento (1889-1916) e de óbitos (1889-1902).

A fim de reconstituir o ambiente social e político da Freguesia de São Nicolau de Suruí recorreremos também à coleção de periódicos da Biblioteca Nacional, notadamente os acervos do Almanak Laemmert e dos jornais O Fluminense e Jornal do Comércio.

Para identificar os representantes das antigas famílias de Suruí, adotamos o método onomástico, que permite encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais,⁷ afinal, o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais e que possibilita totalizar essas manifestações em registros oficiais, necrológicos e biografias.⁸

O trabalho está estruturado em três partes: em um primeiro momento, analisamos o contexto em que nasceram os filhos dos primeiros colonos que se

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 141-146.

⁷ GINZBURG, Carlo et al. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 174.

⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 187.

estabeleceram às margens do Rio Suruí, culminando na criação da Freguesia de São Nicolau de Suruí, em 1755. Em seguida, buscamos identificar a permanência no poder dos grupos familiares suruienses, ao longo dos períodos colonial, monárquico e republicano. Por fim, apresentamos o estudo de caso das famílias Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença, que se caracterizaram pelo monopólio da terra e pela ação política como estratégias de manutenção do poder familiar.

Primeiras famílias de Suruí

Na Carta Cartográfica do Rio de Janeiro de 1586, elaborada por Luiz Teixeira, vemos os rios Magé e Suruí com as denominações trocadas entre si, mas o registro é significativo da importância do Rio Suruí para a colonização do Recôncavo da Guanabara.⁹ Em tupi-guarani, Suruí, Sururú ou Sururuhy significa rio de mexilhões, numa alusão ao molusco que guarda água dentro do casco.¹⁰

A primeira família de povoadores de Suruí seria a do sesmeiro Inácio de Bulhões, um dos vitoriosos na reconquista do Rio de Janeiro, e que recebeu, em 10 de setembro de 1565, uma sesmaria medindo 400 braças ao longo da Baía de Guanabara e 800 pelo sertão, nas imediações do Rio Suruí e mais a ilha de Paquetá.¹¹

Manuel da Costa, morador da Cidade do Rio de Janeiro e intérprete entre os índios e os portugueses, foi outro que recebeu uma sesmaria no Rio Suruí, a 19 de novembro de 1567, de mil braças de largo e 1500 para o sertão.¹² Quem também obteve terras foi André Lopes, morador do Rio de Janeiro, que recebeu, a 31 de março de 1572, 600 braças de largo e 1000 de comprimento, no Rio Suruí, transferidas, em 1596, para Luís Faria Homem.¹³

Em 26 de abril de 1578, Simão Dias e Diogo Martins foram agraciados por Salvador Correia de Sá com sesmarias nas margens do Rio Suruí. O primeiro recebeu a concessão de 400 braças ao largo e 600 de comprimento no rio Suruí.¹⁴ Já Diogo Martins, escrivão de órfãos do termo da Cidade do Rio de Janeiro, obteve uma sesmaria de 600 braças, em quadra, no Rio Suruí, na cabeceira da sesmaria de

⁹ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro – século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 52-55.

¹⁰ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O Tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 166.

¹¹ BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 102.

¹² BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 156-157.

¹³ BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 285.

¹⁴ BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 161.

Simão Dias.¹⁵ Nova concessão de terras nas margens do Rio Suruí foi feita a Francisco Gomes, mestre de obras e morador do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1603.¹⁶

Vivaldo Coaracy sustenta que as histórias de Suruí e de Paquetá estariam ligadas nos primeiros anos da colonização e justifica sua tese recordando que a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí foi erguida, em 1718, por Antonio Nunes da Costa Paquatá, sendo a referência “Paquatá” uma evidência de ser ele natural ou morador daquela ilha.¹⁷

Carlos Grandmasson Rheingantz, que estudou os registros paroquiais da Cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, nos apresenta alguns dos primeiros suruienses:

*Antônio de Alvarenga, nascido em Suruí, por volta de 1659, filho de Manuel Rodrigues de Alvarenga e de Bárbara de Andrade, casado na Igreja da Candelária, em 1689, com a paulista Isabel Fernandes.*¹⁸

*Francisco Peres, nascido em Suruí, por volta de 1660, filho de Manuel da Luz e Francisca Peres, casado, em 1690, no Rio de Janeiro, com Páscoa Correia.*¹⁹

*Bartolomeu Vaz Cardoso, nascido em Suruí, por volta de 1665, filho de Diogo Álvares Cardoso e de Maria Mendes, casado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em 1695, com a carioca Maria da Veiga.*²⁰

*Ana da Conceição, nascida em Suruí, por volta de 1670, filha de Inácio Gomes e Maria da Cruz, casada, no Rio de Janeiro, em 1690, com Atanásio da Cruz.*²¹

¹⁵ BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 317-318.

¹⁶ BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 231.

¹⁷ COARACY, Vivaldo. *Paquetá imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964, p. 23.

¹⁸ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 43.

¹⁹ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 463.

²⁰ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 61.

²¹ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 248.

Catarina Cardoso, nascida em Suruí, por volta de 1674, filha de João de Faria e Maria de Alvarenga, casada, em 1694, no Rio de Janeiro, com Luciano Cardoso.²²

Catarina Cardoso, nascida em Suruí, por volta de 1678, filha de Manuel Gomes e de Luciana Cardoso, casada, em 1698, no Rio de Janeiro, com Antonio da Costa.²³

Ana Rodrigues de Campos, nascida, em Suruí, por volta de 1713, filha de Romão de Campos Souza e de Clara Rodrigues Feijó, casada, em 1743, no Rio de Janeiro, com o Capitão de Infantaria Antonio Antunes.²⁴

Maria Teresa, filha de Francisco dos Reis e Inácia Soares, nascida em Suruí, casada, na Igreja da Sé do Carmo, em 1747, com Gonçalo da Costa Barbalho, descendente de Luis Barbalho Bezerra, governador da Capitania do Rio de Janeiro (1643-1644).²⁵

Maria de Montserrat, nascida em Suruí, filha de Bartolomeu de Carbalho e Joana Cardoso, casada, em 1697, na Igreja da Candelária, com Joaquim Cardoso, natural em Inhomirim.²⁶

Não foram localizados documentos que demonstrem ter os primeiros povoadores se mudado do Rio de Janeiro para o Recôncavo da Guanabara. Certo é que construíram os seus engenhos e as primeiras capelas na região, responsáveis pela fixação das primeiras famílias de colonos. O número de capelas é um sinal do desenvolvimento agrícola dos diferentes núcleos populacionais em Suruí.

A Freguesia de São Nicolau de Suruí.

As primeiras capelas em Suruí foram as de Nossa Senhora de Copacabana

²² RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 17.

²³ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 251

²⁴ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 170.

²⁵ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 188.

²⁶ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 292.

(com foros de curada em 1647), de São Francisco (fundada por Francisco Dias Machado, em 1616), a primeira de São Nicolau (de Nicolau Baldim, com provisão para missas em 1628), a segunda de São Nicolau (de Félix Proença de Magalhães, erguida entre 1708 e 1710) e a de Nossa Senhora da Conceição (de Antonio Nunes da Costa Paquatá, datada de 1718).

Vivaldo Coaracy comenta que a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, em Suruí, gozava dos privilégios de ser curada (ter um padre designado), guardando e administrando os sacramentos, e receber sepultamentos. Houve, inclusive, uma Irmandade da Capela de Nossa Senhora de Copacabana. Vindo o arruinamento, depois de 1669, desapareceram a ermida, a irmandade e a imagem da padroeira.²⁷

Nicolau Baldim, que recebeu sua sesmaria de 1500 braças no Rio Suruí, em 22 de outubro de 1614, construiu, em seu engenho no Goia, uma capela dedicada a São Nicolau, que recebeu provisão para missas, em 1628. Foi para ela que se transferiram os paramentos e a pia batismal da Capela de Nossa Senhora de Copacabana.²⁸



Imagem 1. Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí (IBGE, s.d.).

²⁷ COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 225-226.

²⁸ WINZ, Antonio Pimentel. Notas históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. XV, Rio de Janeiro, 1965, p. 139-154.

Em 1708, uma nova capela de São Nicolau foi erguida em um outeiro próximo do Rio Suruí, pelo casal Félix de Proença Magalhães e Águeda Gomes de Perade (Imagem 1), nos informando Monsenhor Pizarro que a obra se concluiu depois do falecimento de seu construtor a 13 de dezembro de 1710. Subsistiu como capela curada até que o alvará de 11 de janeiro de 1755 criou a Freguesia de São Nicolau de Suruí.²⁹

Cortines Laxe atribui a construção da segunda capela de São Nicolau a Félix de Proença Magalhães, por volta de 1699, e observa que a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí foi reerguida, na década de 1870, por Julião José Alves, Joaquim Dias Moreira e Pedro Eves, além de outros moradores, auxiliados com verbas dos cofres da Província do Rio de Janeiro.³⁰

Em 1794, Monsenhor Pizarro e Araújo encontrou na Freguesia de São Nicolau de Suruí apenas a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, mas esta estava em ruínas no final do século XIX.³¹ Se Frei Basílio Röwer, em 1925, restaurou a Igreja Matriz de São Nicolau,³² pode-se imaginar que por essa época Nossa Senhora da Conceição também tenha sido reconstruída. Certo é que a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, em 1980, e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí, em 1989, foram tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro.³³

Família Proença

Monsenhor Pizarro e Araújo, no relatório de sua visita pastoral de 1794, contesta a condição de fundadores da capela atribuída a família de Félix de Proença Magalhães e o direito que lhes foi conferido de possuir uma tribuna própria para assistir as missas na capela-mor da igreja. Para Pizarro, a segunda capela foi erguida pelos próprios suruienses, em terras doadas pelo sesmeiro Nicolau Baldim e por ele compradas em 1705, com autorização de Dom Francisco de São Jerônimo, Bispo do Rio de Janeiro. Afirma, ainda, que os Proença nada fizeram pela capela,

²⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 3.º v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 66-67.

³⁰ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 503-504.

³¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212.

³² SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann*: história da cidade de Magé, 1870-1950. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p. 97.

³³ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012, p. 32-33

tendo Nicolau Viegas de Proença assumido a fazenda, a administração da capela e a função de Juiz da Irmandade de São Nicolau, como se fossem um patrimônio só, postura mantida por seus descendentes.³⁴

Em 1817, encontramos Nicolau Viegas de Proença como oficial-mor da secretaria da Intendência de Polícia da Corte e Reino do Brasil e encarregado dos teatros e divertimentos públicos, dos alvarás para a mendicidade, do expediente da Corte e províncias, da conservação do Passeio Público, obras da intendência dentro da Corte e fora dela e do encanamento do Rio Maracanã.³⁵

O Sargento-mor Bernardo Soares de Proença, filho de Félix de Proença Magalhães e de Águeda Gomes de Perade, nasceu em Santo Antonio de Sá e faleceu em São Nicolau de Suruí, a 10 de julho de 1730. Casado, por volta de 1714, com Isabel de Azevedo Coutinho, filha do Capitão Cosme de Azevedo Coutinho e de Águeda de Bittencourt. Pais de

I.1 – Antonio de Proença Coutinho Bittencourt, herdeiro da Fazenda Itamarati, na Serra da Estrela, e sepultado na Capela de São Nicolau de Suruí, em 1752;

I.2 – Maria de Azeredo Coutinho, nascida em Santo Antonio de Sá, em 1717, e casada no Rio de Janeiro, em 1743, com João Cardoso Machado, natural de Magé, nascido por volta de 1713, filho de João Cardoso Machado e Bárbara da Silveira. Pais de

II.1 – Maria Antonio de Azeredo Coutinho, nascida em Suruí, por volta de 1746, e casada no Rio de Janeiro, em 1767, com Silvestre Gonçalves Santiago. Pais de

III.1 – Francisca Flávia de Proença Coutinho, nascida em Niterói, por volta de 1777, e casada, no Rio de Janeiro, a 1795, com o Coronel Aureliano de Souza e Oliveira. Pais de (entre outros)

IV.1 – Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba.³⁶

Águeda Gomes de Proença, natural de Suruí, filha de Félix de Proença Magalhães e Águeda Gomes de Perade, casou-se, em Suruí, em 1712, com Francisco Fagundes do Amaral. São os pais de Inácio Viegas de Proença, nascido em Suruí, por

³⁴ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 82-83

³⁵ Almanach do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1817, p. 137.

³⁶ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 157-158.

volta de 1712, e casado, em 1740, no Rio de Janeiro, com a carioca Sebastiana Teresa de Matos (dentre seus descendentes, o Alferes José Joaquim Viegas de Proença).³⁷

Em 30 de julho de 1723, o Sargento-mor Bernardo Soares de Proença obteve a concessão de uma sesmaria na Serra do Frade e da Tocaia Grande, mesma região em que seu cunhado Francisco Fagundes do Amaral, obteve sesmaria em 30 de maio de 1725.³⁸ É nesse contexto em que se situa a abertura da variante do caminho novo, conhecida como Caminho de Inhomirim, e a fundação da Fazenda Itamarati, na Serra da Estrela.

O Registro Paroquial de Terras revela que descendentes dos Proença ainda detinham posses em São Nicolau de Suruí, no século XIX, a exemplo do Padre Antonio de Proença Quintanilha, falecido em 1857,³⁹ e que possuía uma data de terras em Olaria, entre o Rio Suruí e o Morro do Cocotá.⁴⁰

Nos registros encontramos, ainda, declarações de Luiz de Proença Quintanilha, proprietário de terras no lugar denominado Vai-e-Vem, deixadas em testamento pela sua tia Águeda Gomes (casada com Francisco Fagundes do Amaral).⁴¹ Outro que aparece no livro é João de Proença Quintanilha, que se declara proprietário de terras em Caioaba.⁴²

A família Proença não se limitava a manter a posse de suas terras, mas continuava interferindo na vida social de São Nicolau de Suruí, ocupando cargos e funções públicas, a exemplo de João de Proença Quintanilha, que foi juiz de paz (1853-1856),⁴³ e de Luiz de Proença Quintanilha, inspetor de quartirão (1862-1863).⁴⁴ No final do Império, encontramos Guilherme de Proença Quintanilha como inspetor do 9.º quartirão da Freguesia de São Nicolau de Suruí (1889),⁴⁵ falecido, em 17 de novembro de 1889, aos 37 anos.⁴⁶

³⁷ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. 2.º v. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 5.

³⁸ *Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968, p. 19-21.

³⁹ Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 18 de fevereiro de 1857, p. 2.

⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 8v.

⁴¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 30.

⁴² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 30v.

⁴³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1853, p. 142; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1856, p. 136.

⁴⁴ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1862, p. 187; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1863, p. 147.

⁴⁵ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimento n.º 01 (1889-1895), fl. 11.

⁴⁶ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 33.

Na Freguesia de São Nicolau de Suruí havia, ainda, José Soares de Proença, ajudante do fiscal da freguesia (1859-1860) e secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1859-1860),⁴⁷ e Luiz Leocádio de Proença, oficial de justiça (1876), sacristão (1870), e procurador da Irmandade do Santíssimo e São Nicolau (1859-1862),⁴⁸ que não conseguimos determinar se seriam descendentes de Félix de Proença Magalhães.

A Freguesia de São Nicolau de Suruí e a Vila de Magé (1789-1857)

Em 9 de junho de 1789, o Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, atendendo a um requerimento dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, aprovou a criação da Vila de Magé, nela sendo incluída a Freguesia de São Nicolau de Suruí, desmembrada da Cidade do Rio de Janeiro.⁴⁹

Ao descrever a Vila de Magé, em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal menciona que a população da freguesia de São Nicolau de Suruí era formada por lavradores de farinha, arroz e café, sendo a sua principal fonte de riqueza a produção de banana.⁵⁰

No início do século XIX, o viajante inglês John Luccock comenta que das dez melhores casas que ficavam abaixo da Igreja de São Nicolau, quatro eram vendas, concorridas pelas equipagens dos saveiros, circunstância que aponta como evidência da importância da população e do comércio nas vizinhanças. Pelo porto de Suruí, circulavam a produção agrícola (vegetais, frutas e milho) e a lenha extraída para exportação. O autor destaca, ainda, que era no porto de Suruí que se buscavam a “tacoaras” (bambus) usados na Cidade do Rio de Janeiro para fazer as escadas usadas pelos pedreiros.⁵¹

Em 1854, Dom Pedro II concedeu ao Marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva (1793-1869) o título de Barão de Suruí. Irmão do Visconde de Magé e tio do Duque de Caxias, o Barão de Suruí nasceu na Cidade do Rio de Janeiro, graduando-se pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro, em 1814. Combateu a Revolução Pernambucana (1817), a Independência da Bahia (1822-1823) e a

⁴⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1860, p. 86-87.

⁴⁸ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1870, p. 86-87; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175.

⁴⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 3.º v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 139.

⁵⁰ CASAL, Aires de. *Corografia Brasília*: tomo 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 34.

⁵¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953, p. 228.

Guerra da Cisplatina (1825-1828). Foi Ministro da Guerra (1831-1832 e 1835-1836) e Presidente da Província de São Paulo (1844-1847).⁵²

Uma fonte importante para se identificar algumas das famílias que moravam em Suruí, na primeira metade do século XIX, é o Livro de Registro Paroquial de Terras de Suruí, aberto em 30 de abril de 1854, pelo Padre José Rodrigues Portella, e que contém 146 declarações de 112 proprietários de terras de São Nicolau de Suruí, sendo 29 mulheres.⁵³

Declararam possuir terras na Freguesia de São Nicolau de Suruí, entre 1854 e 1856, as famílias de Joaquim Pinto de Castro, Maria Alexandrina da Silva Ferreira, Francisco José do Amaral, Joaquim José Vaz, Inocência Alexandrina Ferreira Costa, Marcelino João da Fonseca, Francisco Borges Pereira, Cândido José de Mello, Cândido Cardoso Pinto, Justino Francisco de Sousa, Rita Antonio de Jesus, Manoel Ferreira da Silva, Florentino Esteves de Almeida, Antônio de Nolla de Proença Salles, Padre Antonio de Proença Quintanilha, João Esteves de Almeida, Delfino Dias dos Santos, Joaquim José de Proença, Alexandrina Rosa do Nascimento, Manoel Alves da Costa, Evaristo José Teixeira Leite, João Cardoso Viçoso Franco, Julião José Alves, Domingos da Silva Barros, José Pires Alves, José Martins Perdigão, José Joaquim da Silva Leitão, José Joaquim de Siqueira, João José Machado, João Escócia da Veiga, Maria Renata da Conceição, Anna Renata de Santos, José de Castro e Silva, José Antonio Alves de Farias, Bárbara Rosa de Farias, Joaquim Dias Moreira, Sebastião José de Oliveira, Sebastiana Joaquina da Silva Ferreira, Joanna de Bonfim, Pedro Eneas do Valle, Claudina Maria de Sant'Anna, Francisco José Alves, Maria Rosa de Jesus, Maciel José de Barros, Belarmino Leopoldo de Magalhães, Pedro José de Sousa, Genoveva Miguelina de Sousa, Thereza Maria de Jesus, Prudêncio José Gonçalves, Venâncio Cardozo Pinto, Maria Joaquina da Fonseca, João Rodrigues Ferreira, Maria do Bonfim, Venâncio Antonio Alves de Farias, Manoel José da Silva, Antonio Teixeira Penna, Agueda Maria de Monserrat, Manoel de Oliveira Mattos, Francisco Gomes de Mattos, Manoel José Marques Airoza, Venâncio Cardoso Pinto, Felicíssimo José de Araújo, José Francisco Pedro, Fortunata Maria Gomes de Barros, Henriqueta Maria de Magalhães, Joaquina Maria da Conceição, Anna Rosa da Conceição, José Esteves de Almeida, Sebastiana Elisiária da Silva, João Antonio dos Santos, Francisco Alves Moreira, Pedro Antônio da Costa, Luiz José Pereira, José Eugênio Teixeira Leite, Delfina Maria Rosa de Andrade, Luiz Esteves de Almeida, José Joaquim de Oliveira, Antonio Soares da Nobrega, João Cavoxixa, Manoel Teixeira Marins, Francisco do Rego Quintanilha, Luiz de Proença Quintanilha, João de Proença Quintanilha, Salustiano José da Fonseca, Francisco José da Silva Pinto, Antonio de Sousa Vieira,

⁵² STRAUBE, Ernani Costa. *Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí: esboço de vida e obra*. Curitiba: Edição do Autor, 1969.

⁵³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856).

Joaquim Maria de Barros Paula, Ignácio José da Silva Leitão, João Fernandes Pereira, Anna Maria Joaquina Barbosa, Luiz Gomes da Silveira, José Lopes de Santana, José Manoel de Moura, Maria Rita da Conceição, Anna Teixeira do Amaral, Juliano José Vieira, Francisco José da Silva Leitão, Joaquim Pereira do Valle, Luiz José Pereira, Maria Custódia de Jesus, Laurinda Rosa de Jesus, Antonio Joaquim de Farias, Ignácia Maria Lopes, Antonio Joaquim da Costa Bravo, João Lopes de Magalhães, José Francisco do Nascimento, José Antonio do Nascimento, Anna Florinda de Siqueira, José Cardoso de Siqueira, Manoel Gomes da Cunha, Francisco Pereira Cardoso, Antonio Gomes de Oliveira e Cunha.

Em que pese o Barão de Suruí não figurar no Livro de Registro Paroquial de Terras de São Nicolau de Suruí, lhe são atribuídas a propriedade da Fazenda Suruí (atual Granja Santa Margarida, da família Walter, em Conceição) e da Fazenda Quizumba ou dos Ingleses (o atual bairro de Santa Dalila).⁵⁴

Não bastava a posse da terra e a exploração do trabalho escravo, as famílias que buscavam prestígio viam na ação política uma oportunidade de ascensão social. É importante lembrar que, em uma sociedade hierarquizada, a carreira política e os empregos públicos representavam a nobilitação, o embranquecimento e a permanência no poder.⁵⁵

A Freguesia de São Nicolau de Suruí no Segundo Reinado

O Almanak Laemmert é uma das principais fontes de pesquisa sobre as famílias da Província do Rio de Janeiro. Publicado, anualmente, na Corte, o almanaque relaciona os ocupantes dos cargos públicos, as sociedades religiosas, musicais, filantrópicas, maçônicas etc. e os principais negociantes, fazendeiros e profissionais liberais de cada freguesia do território fluminense.

A Freguesia de São Nicolau de Suruí figura nas páginas do almanaque, o que nos permite identificar seus principais representantes pelos cargos ocupados na Câmara Municipal de Magé, no Juizado de Paz de Suruí, na Subdelegacia de Polícia de Suruí, na Paróquia de São Nicolau de Suruí, na Irmandade do Santíssimo e São Nicolau, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e nas sociedades musicais Dois de Dezembro e União Suruhyense.

A Constituição do Império assegurava o direito de votar e ser votado apenas a população adulta masculina livre, com idade acima de 25 anos (21 anos

⁵⁴ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 02 de maio de 1936, p.13; Revista da Semana, Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 1937, p. 15; O Fluminense, Niterói (RJ), 12 de setembro de 1993, p. 3 (3.º caderno);

⁵⁵ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha 2000, p. 437-441

para os chefes de família, clérigos, oficiais militares, bacharéis e empregados públicos) ou com renda acima de 100 mil réis (o que incluía uma boa parte da camada pobre da população). Ocorre que a eleições eram indiretas. Em primeiro lugar, eram escolhidos os eleitores e estes, os que iriam ocupar os cargos e funções. Para a escolha dos eleitores, muitos votavam, convocados pelos patrões, pelos párocos e pelos chefes políticos locais, que controlavam os cargos de juiz de paz, de delegado de polícia e o comando da Guarda Nacional.⁵⁶

Os trabalhadores rurais, os pescadores, os pequenos artesãos de São Nicolau de Suruí eram conduzidos até a urna e escolhiam para eleitores da freguesia os representantes das principais famílias (Tabela 1), que mantinham assim o controle das indicações para os cargos e funções públicas.

Tabela 1. Eleitores da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| 1850 | Emiliano Carlos de Souza |
| 1850-1854 | Luiz José de Oliveira |
| 1850-1860 | Vicente Estácio da Silva |
| 1850-1860 | Luiz José Pereira |
| 1850-1854 | Ignácio José de Mello |
| 1852-1854 | Marcelino José de Oliveira |
| 1852-1854 | Francisco José do Amaral |
| 1857-1860 | Padre José Rodrigues Portella |
| 1857-1878 | Capitão José Francisco de Paula |
| 1857-1868 | José Joaquim da Silva Leitão |
| 1857-1871 | Belarmino Leopoldo de Magalhães |
| 1861-1871 | Tenente Virgílio José de Oliveira |
| 1861-1863 | Manoel Gomes da Cunha e Oliveira |
| 1861-1863 | Maciel José de Barros |
| 1861-1863 | Julião José Alves |
| 1867-1870 | Capitão Luiz José de Oliveira e Silva |
| 1867-1871 | Dr. Júlio Rodrigues de Moura |
| 1867-1878 | Capitão Manoel Francisco de Paula |
| 1869-1871 | Antonio José de Paiva |
| 1869-1871 | José Eugenio Teixeira Leite |

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 29-33.

| | |
|-----------|-----------------------------------|
| 1876-1878 | Dionísio José Barenco |
| 1877-1878 | Alexandrino Leopoldo de Magalhães |
| 1876-1878 | Benedicto Alves Barbosa |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; O Liberal, Rio de Janeiro (RJ), 17 de novembro de 1852, p. 1; O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 10 de outubro de 1876, p. 2.

A Câmara Municipal de Magé, instalada em 12 de junho de 1789,⁵⁷ representava o principal espaço de poder local, e teve suas cadeiras ocupadas por representantes da Freguesia de São Nicolau de Suruí (Tabela 2), inclusive pelo seu ex-pároco, o Padre José Rodrigues Portella, que chegou a presidi-la.⁵⁸

Tabela 2. Vereadores eleitos pela Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| 1849-1852 | Francisco Gomes da Cunha |
| 1858-1860 | |
| 1853-1856 | Padre José Rodrigues Portella |
| 1862-1864 | |
| 1857-1860 | Luiz José Pereira |
| 1862-1864 | |
| 1857-1860 | Virgílio José de Oliveira |
| 1861-1864 | Antonio Baptista de Oliveira |
| 1869-1876 | Capitão José Francisco de Paula |
| 1881-1885 | |
| 1881 | Capitão Luiz José de Oliveira e Souza |
| 1877-1889 | Capitão Manoel Francisco de Paula |
| 1885 | Dionysio José Barenco |
| 1885 | José Maria Gonçalves Penna |
| 1886-1887 | Benedicto Alves Barbosa |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 25 de outubro de 1885, p. 1; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 7 de julho de 1886, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 7 de setembro de 1887, p. 3; O Fluminense,

⁵⁷ SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 48.

⁵⁸ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 181; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1864, p. 328.

Niterói (RJ), 14 de julho de 1889, p. 2.

A manutenção da ordem escravista na Freguesia de São Nicolau de Suruí era garantida pelos subdelegados de polícia e seus substitutos (Tabelas 3 e 4), pelos escrivães de polícia (Tabela 5), oficiais de Justiça (Tabela 6) e pelos inspetores de quarteirão (Tabela 7).

Com a reforma do Código Penal, em 1841, a figura do delegado de polícia nomeado, e de seus subdelegados, tornou-se central, pois, além de prender suspeitos de crimes, podiam emitir ordens de busca e apreensão, ouvir testemunhas, redigir o processo crime contra os acusados, julgar casos menores e nomear os inspetores de quarteirão.⁵⁹

As principais famílias de Suruí viam na ocupação dos cargos de subdelegado (Tabela 3) e de substitutos do subdelegado (Tabela 4) uma forma de ampliar seu poder de proteção aos apadrinhados a fim de se fortalecer eleitoralmente.

Tabela 3. Subdelegados da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| 1848 | Tenente Francisco Gaspar da Costa |
| 1849-1856 | Vicente Estácio da Silva |
| 1857-1860 | Luiz José Pereira |
| 1862 | Julião José Alves |
| 1865-1866 | Ignácio José de Mello |
| 1867-1870 | Virgílio José de Oliveira |
| 1876 | Capitão José Francisco de Paula |
| 1878-1885 | Capitão Luiz José de Oliveira e Souza |
| 1885-1887 | Capitão Manoel Francisco de Paula |
| 1888-1889 | |
| 1887-1888 | Alferes Luiz Gonçalves da Motta |
| 1889 | |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; O Fluminense, Niterói (RJ), 25 de setembro de 1885, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 1.º de novembro de 1887, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 4 de julho de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1.

⁵⁹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 79-80

Tabela 4. Substitutos de Subdelegado da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|---------------------------------|
| 1850-1856 | Julião José Alves |
| 1850-1856 | Luiz José Pereira |
| 1850-1859 | Joaquim Dias Moreira |
| 1857 | Ignácio José de Mello |
| 1859 | |
| 1857 | Virgílio José de Oliveira |
| 1858-1862 | João Cardoso Viçosa Franco |
| 1858-1860 | Joaquim Pinto de Castro |
| 1859 | Francisco José do Amaral |
| 1859-1867 | Maciel José de Barros |
| 1860-1870 | Tenente José Francisco de Paula |
| 1860-1862 | Belarmino Leopoldo de Magalhães |
| 1865-1867 | Manoel Francisco de Paula |
| 1870 | Luiz José de Oliveira |
| 1870-1876 | Henrique de Lemos Moreira |
| 1870 | José Eugênio Teixeira Leite |
| 1876-1885 | Albino José do Amaral |
| 1878 | Dionysio José Barenco |
| 1878 | João Pedro Barenco |
| 1879-1885 | Luiz Gonçalves da Motta |
| 1879-1887 | Francisco José do Amaral Júnior |
| 1887 | Antonio Ramos de Faria |
| 1889 | |
| 1887 | José Maria Gonçalves Penna |
| 1889 | |
| 1888 | Augusto de Oliveira Mello |
| 1888 | Arsênio José de Paiva |
| 1888 | Manuel Augusto de Mello |
| 1889 | João Pedro Barenco |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; O Fluminense, Niterói (RJ), 21 de outubro de 1887, p. 2; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1.

90 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

Na estrutura burocrática imperial, os escrivães foram importantes figuras, pois poderiam obstruir as investigações criminais contra os aliados e acelerar denúncias contra os opositores políticos, ao mesmo tempo em que, e não muito raro, redigiam as decisões dos subdelegados, dos juízes de paz e dos próprios magistrados.⁶⁰ Isso explicaria o porquê de algumas das principais famílias de Suruí se interessarem em ocupar o cargo (Tabela 5).

Tabela 5. Escrivães do Juízo de Paz e da Subdelegacia de Suruí

| | |
|-----------|---------------------------------|
| 1846-1847 | Joaquim Leopoldo de Magalhães |
| 1848-1857 | Antonio Teixeira Penna |
| 1858-1862 | José Maria Nunes Teixeira |
| 1862 | Evaristo Ferreira Leite |
| 1865-1867 | José Maria Nunes Teixeira |
| 1870-1876 | Antonio Gomes de Oliveira Cunha |
| 1878-1885 | Ladislau José Teixeira Leite |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

Os oficiais de Justiça tinham a missão de cumprir as ordens de prisão, de busca e apreensão, bem como poderiam, de ofício, conduzir qualquer pessoa a presença dos juízes de paz, nas hipóteses de ter cometido algum crime ou pelo fato de tentar-se esconder, fugir ou portar armas, instrumentos e papéis que levassem a presunção de cumplicidade em algum crime ou aparentassem ter sido furtadas, segundo as regras do Código de Processo Penal de 1832.

Segundo o Regulamento n.º 120, de 31 de janeiro de 1842, a nomeação dos oficiais de justiça nas freguesias cabia aos subdelegados de polícia e poderiam servir também aos juízes de paz (artigo 52). Havia, portanto, uma relação de confiança na escolha dos oficiais de justiça de Suruí (Tabela 6), que deveriam ser leais aos subdelegados e aos juízes de paz que representavam as principais famílias da freguesia.

Tabela 6. Oficiais de Justiça da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|--------------------------|
| 1859 | Ricardo José Ferreira |
| 1859 | José Bento de Magalhães |
| 1860-1862 | Manoel Ferreira Mendes |
| 1876 | Luiz Leocádio de Proença |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

⁶⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 283.

O recenseamento de 1872 contabiliza na Freguesia de São Nicolau de Suruí, que se dividia em dez quarteirões, a população de duas mil almas e cinco eleitores.⁶¹ Cada inspetor de quarteirão atuava sob a orientação dos subdelegados. Tinham autoridade para interferir em qualquer aspecto da vida dos moradores do quarteirão. Expediam autorizações, passes e declarações de bons antecedentes para os moradores e atestados de óbito. Faziam rondas noturnas para fiscalizar se os policiais cumpriam suas obrigações. Garantiam a ordem pública nas ruas, tabernas e botequins e, principalmente, vigiavam possíveis aglomerações de escravizados.⁶²

Tabela 7. Inspetores de Quarteirão da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|----------------------------------|
| 1862 | Laurentino José Bravo |
| 1862 | Antonio José de Paiva |
| 1869-1871 | |
| 1862 | Henrique de Lemos Moreira |
| 1862 | Luiz de Proença Quintanilha |
| 1862 | Joaquim Ferreira do Valle |
| 1869-1870 | |
| 1862 | José Eves do Valle |
| 1862 | Justino Francisco de Souza |
| 1862 | Luiz Pires da Fonseca |
| 1862 | Francisco Joaquim da Fonseca |
| 1862 | José Joaquim do Amaral |
| 1869-1870 | Augusto César de Mendonça e Lima |
| 1869-1871 | José da Silva Leite |
| 1869-1871 | Francisco Félix do Bonfim |
| 1869-1871 | Gabriel Silvério de Martins |
| 1869-1871 | Firmino Nunes de Marins |
| 1869-1871 | Manoel Teixeira de Marins |
| 1869-1871 | José Eugênio Teixeira Leite |
| 1869-1871 | Francisco Eves da Silva |
| 1871 | José Pedro de Paiva |
| 1871 | Joaquim Ferreira do Valle |

⁶¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 186.

⁶² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 88-89.

92 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

| | |
|------|----------------------------------|
| 1889 | Guilherme de Proença Quintanilha |
| 1889 | Antonio José Romão Júnior |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 01 (1889-1895).

Em que pese o esvaziamento do cargo de juiz de paz, com a reforma do Código Penal, em 1841, que transferiu parte de sua autoridade para os delegados de polícia nomeados, a função permaneceu valorizada e cobiçada pelas principais famílias de Suruí (Tabela 8).

Tabela 8. Juízes de Paz da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|--------------------------------|-------------------------------------|
| 1848 | Tenente Francisco Gaspar da Costa |
| 1848 | Capitão Hermenegildo Alves da Silva |
| 1848-1849 1859-1860 | Capitão Francisco Gomes da Cunha |
| 1848 | Tenente Julião José Alves |
| 1849-1854 1857-1862 | Luiz José Pereira |
| 1849 | Antonio Baptista de Oliveira |
| 1849 1857-1860 1878-1885 | Maciel José de Barros |
| 1851-1856 | Vicente Estácio da Silva |
| 1851-1856 | Luiz José de Oliveira |
| 1851 | Emiliano Carlos de Souza |
| 1853-1856 | João de Proença Quintanilha |
| 1857-1858 | Dr. Joaquim de Oliveira Garcia |
| 1857-1860 | Ignácio José de Mello |
| 1862-1864 1870-1876 | Tenente José Francisco de Paula |
| 1862-1864 | Padre José Rodrigues Portella |
| 1862-1864 | Julião José Alves |

| | |
|--------------------|--|
| 1865-1885 | Manoel Francisco de Paula |
| 1865-1867 1870 | Alferes Belarmino Leopoldo de Magalhães |
| 1865-1867 1876 | José Joaquim da Silva Leitão |
| 1865-1867 1870 | José Antonio Alves de Farias Tenente Virgílio José de Oliveira |
| 1870, 1886 1876 | Capitão Luiz José de Oliveira e Souza Henrique de Lemos Moreira |
| 1878-1885 | Dionísio José Barenco |
| 1877-1887 | Benedicto Alves Barbosa |
| 1886 | Antônio Ramos de Faria |
| 1886 | José Maria Gonçalves Penna |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 7 de julho de 1886, p. 1; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 25 de julho de 1887, p. 2.

Competia a Assembleia Provincial legislar sobre a instrução pública primária (§ 2.º do artigo 10 do Ato Adicional de 1834). A instrução era ministrada por professores públicos ou particulares subvencionados e fiscalizada pelos inspetores de instrução pública, ambos nomeados pela Província do Rio de Janeiro.

Os inspetores de instrução pública de Suruí (Tabela 9) exerciam a função de intermediários entre os professores e o governo, ao mesmo tempo em que atuavam para garantir uma educação que assegurasse a manutenção da ordem escravista, através da difusão de valores morais e cívicos que interessavam ao Império.

Tabela 9. Inspetores de instrução pública da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|---------------------------|-----------------------------------|
| 1851-1853 | Frei Geminiano da Piedade Miranda |
| 1854-1859 | Ignácio José de Mello |
| 1860-1862 | Padre José Pinto dos Reis |
| 1864 1877-1878 1887 | Capitão Manoel Francisco de Paula |

94 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| 1867-1868 | Capitão José Francisco de Paula |
| 1879-1885 | |
| 1887-1888 | |
| 1889 | |
| 1870-1873 | Lino José de Oliveira e Souza |
| 1875-1876 | Capitão Luiz José de Oliveira e Souza |
| 1885 | |
| 1888 | Augusto de Oliveira Mello |
| 1889 | Antônio Ramos de Faria |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 1885, p. 3; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 18 de novembro de 1887, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 29 de julho de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 8 de dezembro de 1889, p. 3.

Um cargo pouco atraente para as famílias mais abastadas, mas que poderia servir de troca entre os chefes políticos e seus apadrinhados, era o de agente do Correio, pois, não havendo previsão de salário, sobrevivia o funcionário de percentual da renda de sua agência. Richard Graham observa que, apesar de mal remunerada, os chefes de agências postais exerciam um papel político, principalmente nas eleições, quando poderiam retardar a remessa e entrega das correspondências.⁶³

Tabela 10. Agentes do Correio da Freguesia de São Nicolau de Suruí

| | |
|-----------|------------------------------------|
| 1876-1878 | José Estácio da Costa e Silva |
| 1879-1883 | Francisco Estácio da Costa e Silva |
| 1883 | Alfredo da Silva Leitão |
| 1884-1885 | João Pedro Barenco |
| 1885-1888 | João Leal de Magalhães |
| 1888-1903 | João Pedro Barenco |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 25 de fevereiro de 1883, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 3 de julho de 1884, p. 3; O Paiz, Rio de Janeiro, RJ, 7 de outubro de 1885, p. 1; Gazeta Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 de janeiro de 1888, p. 2; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1.º de novembro de 1903, p. 3.

⁶³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 286

As irmandades religiosas eram associações leigas, dedicadas ao incremento de uma devoção, por exemplo, a São Nicolau, e que tinham autonomia para administrar seu patrimônio e rendas, segundo as regras estabelecidas em seus compromissos (estatutos). Eram responsáveis pelas festas religiosas e procissões, pela manutenção de igrejas, capelas e altares e pelo sepultamento de seus filiados. Irmandades pobres, fundadas por negros, contentavam-se em conseguir um altar lateral numa igreja ou capela para cultuar seus santos de devoção. Já as Irmandades do Santíssimo Sacramento congregaram os principais homens brancos da freguesia e tinham a finalidade específica de promoção do culto ao Sacramento da Eucaristia e a organização da procissão de Corpus Christi.⁶⁴

A Irmandade do Santíssimo e São Nicolau de Suruí remonta ao século XVIII, mas, no início, eram duas irmandades de brancos que acabaram se unindo. A Irmandade de São Nicolau começou como simples confraria, tendo os seus estatutos aprovados, em 1723, enquanto que a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada por volta de 1746. Pelos escritos de Monsenhor Pizarro e Araújo, ficamos sabendo que a Irmandade de São Nicolau era controlada pelos descendentes do Sargento-mor Bernardo Soares de Proença e entrou em decadência, por falta de associados, quando passou a admitir mulatos entre seus membros, o que levou a fusão com a Irmandade do Santíssimo Sacramento.⁶⁵

Nas igrejas-matrizes a partir do final do século XVII, a exemplo da Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, encontramos próximo do arco-cruzeiro dois altares laterais, um dedicado a Nossa Senhora do Rosário e outro a São Miguel e Almas. Foi, no século XVIII, que se incrementaram as irmandades do Rosário dos Pretos (admitiam-se negros e negras, ao contrário das do Santíssimo Sacramento, onde só ingressavam homens brancos). Já as irmandades de São Miguel e Almas eram dedicadas ao sufrágio das almas do Purgatório.⁶⁶

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi criada pelos negros por volta de 1688, provavelmente, na capela do sesmeiro Nicolau Baldin. Em 1754, a irmandade pediu autorização para colocar em seu altar a imagem de São Benedito, bem como que pudesse admitir em seus quadros os devotos do santo.⁶⁷ Em 1874, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito organizou a festa de sua padroeira, com missa cantada, sermão, queima de fogos, novenas e procissão,

⁶⁴ AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 89-95.

⁶⁵ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 84.

⁶⁶ AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 96-100.

⁶⁷ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 85-86.

para a qual convidou os irmãos da Irmandade do Santíssimo e São Nicolau.⁶⁸ Em 1885, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Suruí celebrou a festa de sua padroeira com missa solene, com sermão pelo Padre José Herculano da Costa Brito, convidado especialmente para a ocasião, e procissão com a imagem, carregada pelos membros da irmandade.⁶⁹

O cargo de provedor, a quem competia presidir a irmandade, era ocupado pelos chefes políticos e seus familiares, fazendeiros e negociantes influentes na Freguesia de São Nicolau de Suruí (tabelas 11 e 12).

Tabela 11. Provedores da Irmandade do Santíssimo e São Nicolau

| | |
|-----------|----------------------------------|
| 1859 | Capitão Francisco Gomes da Cunha |
| 1860-1861 | João Cardoso Viçosa Franco |
| 1862-1863 | Julião José Alves |
| 1864 | Maciel José de Barros |
| 1884 | José Francisco Lopes da Rocha |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 19 de junho de 1883, p. 3.

Tabela 12. Provedores da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

| | |
|-----------|---------------------------|
| 1859-1860 | Antonio Pereira dos Anjos |
| 1862-1863 | Aleixo José Ferreira |
| 1864 | Manoel Ferreira Leite |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

Havia, ainda, uma terceira irmandade, a de São Miguel e Almas, criada em 1723, confirmado seu compromisso em 1767.⁷⁰ Em que pese Monsenhor Pizarro e Araújo registrar a sua existência, em 1794, a sua ausência nas páginas do Almanak Laemmert pode sinalizar que, no século XIX, já não mais existia.

Cada irmandade era responsável por seu altar na Igreja Matriz de São Nicolau. O altar-mor pela Irmandade do Santíssimo e São Nicolau. O altar do lado do Evangelho, originalmente, dedicado a Nossa Senhora do Rosário e São

⁶⁸ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 27 de setembro de 1874, p. 3.

⁶⁹ O Apóstolo, Rio de Janeiro (RJ), 22 de novembro de 1885, p. 2.

⁷⁰ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 86.

Benedito, está agora dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, e, na reforma de 2013, passou a abrigar, na mesa do altar, um nicho com a imagem do menino Jesus na manjedoura. O altar do lado da Epístola, antes dedicado a devoção a São Miguel e às Almas do Purgatório, desde 2013, está dedicado a Nossa Senhora das Dores e guarda em um nicho, a imagem do Senhor morto.⁷¹

Além das descaracterizações das mesas dos altares laterais ter ocorrido depois do tombamento estadual, em 1980, o que por si só já caracteriza um desrespeito para com os Bens Culturais da Igreja, a troca das devoções contribui para o apagamento da memória das irmandades religiosas que sustentaram a fé católica em Suruí por tantos anos.

A presença de sociedades musicais em Suruí garantia o acesso a uma educação musical popular, com apresentações de suas bandas nas festas religiosas e eventos cívicos. Foram ainda espaços de prestígio social ocupados pelos representantes das principais famílias de Suruí, a exemplo da Sociedade Musical União Suruhyense, que foi dirigida pelo Dr. Bernardino Marques da Cunha Bastos (Presidente) e por Manoel Francisco de Paula Junior (Vice-Presidente).⁷²

Merece destaque a Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro, fundada em 2 de dezembro de 1875, dedicada a alfabetização de meninos pobres, incluindo aulas de música, ministradas pelo Prof. Carlos Gorlitz.⁷³ Em comemoração aos festejos da Independência, em 1880, sua banda foi convidada por José Narciso Ferreira Costa, comandante do Destacamento Policial de Suruí, para executar o hino nacional.⁷⁴

Tabela 13. Presidentes da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| 1878 | Capitão Luiz José de Oliveira e Souza |
| 1879 | Dionísio José Barenco |
| 1880-1885 | José Maria Gonçalves Penna |

Fonte: Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

O Distrito de Suruí e o Município de Magé

⁷¹ BARCELOS, Aurêa Maria Siqueira de; Resende, Padre Leonardo Tassinari. *A Paróquia de São Nicolau através dos séculos*. Petrópolis: Edições Diocese de Petrópolis, 2014, p. 38.

⁷² Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974.

⁷³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 180; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974.

⁷⁴ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 12 de setembro de 1880, p. 3.

O golpe militar que pôs fim ao Império do Brasil (1889) não trouxe alterações ao quadro político do Município de Magé. O Distrito de Suruí, criado pelo alvará de 11 de janeiro de 1755, foi confirmado pelos decretos estaduais de 8 de maio e de 3 de junho de 1892.⁷⁵

Enquanto os outros distritos de Magé vivenciaram os impactos da industrialização têxtil, a exemplo de Santo Aleixo, com os melhoramentos implementados pela Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados (1935) e pela Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello (1942), o Distrito de Suruí manteve-se atrelado a sua vocação agrícola, herdada dos períodos colonial e monárquico.

Em 1957, Renato Peixoto dos Santos comenta que o Distrito de Suruí contava com apenas duas longas ruas, com seu casario colonial, e aproximadamente 1.812 habitantes, em sua maioria agricultores e pescadores, sendo sua principal indústria, a farinha de Suruí.⁷⁶

Em 1979, apenas as ruas Coronel Sérgio José do Amaral, Coronel Alarico do Amaral e Isabel de Paula eram calçadas com paralelepípedos. As casas não tinham saneamento básico nem água encanada. Havia apenas um posto de saúde municipal (que só funcionava na parte da manhã), três escolas primárias (até a 4.^a série), uma escola ginásial (o Grupo Escolar Coronel Sérgio José do Amaral) e o lixo não era recolhido pela prefeitura, mas queimado pelos moradores, nos quintais e terrenos baldios.⁷⁷

Os manguezais, o Rio Suruí, a linha da Estrada de Ferro da Leopoldina (1926) e a abertura da rodovia (1957), foram responsáveis por manter o núcleo urbano original de Suruí preservado. Em 1984, Suruí ainda era um vilarejo de pescadores, com casas construídas às margens do rio (Imagem 2).⁷⁸

⁷⁵ Município de Magé. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Rio de Janeiro: IBGE, 1965, p. 150-153

⁷⁶ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 139-140.

⁷⁷ O Fluminense, Niterói (RJ), 15 de junho de 1979, p. 7.

⁷⁸ FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984.



Imagem 2. O Rio Suruí, vendo-se a Igreja Matriz e a ponte de pedra (IBGE, s. d.).

Apesar de aparentar ser o mais pobre dos distritos, três suruienses ocuparam a cadeira de Prefeito de Magé, no século XX: o Coronel Manuel Pinto dos Reis e o Coronel Sérgio José do Amaral foram prefeitos-interventores.⁷⁹ E Walcyr José do Amaral, que era o Vice-Prefeito, assumiu a prefeitura quando o Prefeito Juberto de Miranda Telles lançou-se candidato a deputado, em 1970.⁸⁰

⁷⁹ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 93-94.

⁸⁰ O Fluminense, Niterói (RJ), 14 de maio de 1970, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 6 de maio de 1976, p. 3 (2.º caderno).

Algumas das antigas famílias de Suruí

A partir dos registros paroquiais e civis e da coleção de periódicos da Biblioteca Nacional, podemos apontar algumas das famílias representativas do passado monárquico de São Nicolau de Suruí, que mantiveram sua importância ao longo do século XX.

Família Amaral

O patriarca da Família Amaral, na Freguesia de São Nicolau de Suruí, foi o Coronel Francisco José do Amaral, fazendeiro em Suruí, por volta de 1848,⁸¹ que chegou a ser subdelegado substituto, em 1859, quando faleceu.⁸²

Em 1.º de março de 1856, o Coronel Francisco José do Amaral compareceu a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí para declarar as terras deixadas por sua falecida esposa, Maria Rosa Pires, e herdadas por seus filhos Francisco José do Amaral Júnior, Guilhermina Carolina do Amaral, Maria da Glória Amaral, César Augusto do Amaral, José Francisco do Amaral e Elisa Claudina do Amaral, nas localidades de Caioaba e de Campinho.⁸³

Em 1888, Francisco José do Amaral Júnior (eleitor e fazendeiro), Sérgio José do Amaral (eleitor e negociante) e Albino José do Amaral (eleitor) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.⁸⁴

Francisco José do Amaral Júnior foi subdelegado substituto (1879-1880),⁸⁵ bem como Vice-Presidente da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1878).⁸⁶

César Augusto do Amaral aparece, no Almanak Laemmert, como lavrador em Suruí (1880-1885).⁸⁷

⁸¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1848, p. 62;

⁸² Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 30 de maio de 1859, p. 1.

⁸³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fls. 38v/39.

⁸⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

⁸⁵ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160

⁸⁶ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174.

⁸⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 1801; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1883, p. 408; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 975.

Major Albino José do Amaral, filho de Veridiano José do Amaral, nascido, em Suruí, por volta de 1842,⁸⁸ estudou farmácia na Faculdade de Medicina da Corte (1866-1867),⁸⁹ farmacêutico em Suruí (1875-1885), subdelegado substituto (1876, 1879-1885), secretário da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1878) e 3.º substituto do juiz de ausentes da Comarca de Magé (1887).⁹⁰ Radicou-se em Petrópolis, por volta de 1889,⁹¹ onde foi juiz de paz (1892) e inspetor (1899), em Cascatinha.⁹² Farmacêutico da Companhia Petropolitana (1906-1907)⁹³. Em 1891, foi batizado, em Petrópolis, seu filho Orlindo.⁹⁴ Em 1905, casou-se com a petropolitana Laudelina Florinda de Siqueira.⁹⁵ Faleceu, em Petrópolis, em 1912.⁹⁶

Já o Capitão Domingos José do Amaral, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se aposentou na Diretoria de Obras e Viação.

O Coronel Sérgio José do Amaral ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1903-1926), pelo Partido Republicano de Magé, e foi subdelegado de polícia em Suruí (1905, 1913-1915, 1916-1918, 1922, 1930).⁹⁷ Em 1925, auxiliou Frei Basílio Bolwer, franciscano de Petrópolis, a

⁸⁸ Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 5 de julho de 1900, p. 4; Gazeta Fluminense, Petrópolis (RJ), 12 de julho de 1905, p. 4.

⁸⁹ Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 1866, p. 1; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 28 de novembro de 1867, p. 1.

⁹⁰ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1875, p. 165; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 1800; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 19 de maio de 1887, p. 4.

⁹¹ O Mercantil, Petrópolis (RJ), 19 de outubro de 1889, p. 2.

⁹² Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 14 de junho de 1892, p. 2; Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 9 de junho de 1892, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 29 de novembro de 1899, p. 1.

⁹³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1906, p. 1816; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1907, p. 2344.

⁹⁴ O Mercantil, Petrópolis (RJ), 12 de setembro de 1891, p. 1.

⁹⁵ A União, Rio de Janeiro (RJ), 14 de julho de 1905, p. 3.

⁹⁶ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 8 de outubro de 1912, p. 12; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 8 de outubro de 1912, p. 14.

⁹⁷ A Capital, Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 1903, p. 2; O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 1905, p. 2; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1911, p. 4194; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1913, p. 4040; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1914, p. 4353; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1915, p. 4262; O Fluminense, Niterói (RJ), 7 de novembro de 1915, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 2 de março de 1916, p. 1; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1917, p. 4044; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1918, p. 4041; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1919, p. 4041; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1924, p. 5157; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1926, p. 1037; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 11 de novembro de 1918, p. 5; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ),

reconstruir a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí.⁹⁸ Chegou a ser Prefeito-interventor de Magé (1936) e Presidente da Câmara Municipal de Magé (1936-1938).⁹⁹ Foi também Presidente de Honra do Suruiense Futebol Clube (1934).¹⁰⁰ Faleceu, em Suruí, aos 83 anos, em 1948.¹⁰¹

Elisa do Nascimento Amaral, aos 82 anos, filha de Guilherme de Tal e de Apolinária Rosa do Nascimento, esposa do Coronel Sérgio José do Amaral e mãe do Coronel Alarico José do Amaral, faleceu, em 31 de dezembro de 1936.¹⁰²

Em 1.º de janeiro de 1889, o Coronel Sérgio José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua filha Carina do Amaral, de 2 meses de vida.¹⁰³

Euclides José do Amaral, filho do Coronel Sérgio José do Amaral e de Elisa do Nascimento Amaral, sendo seus avós paternos o Major Francisco José do Amaral e Rosa de Siqueira, e avó materna Apolinária Rosa do Nascimento, faleceu, em Pau Grande, aos 16 anos, a 6 de março de 1920.¹⁰⁴

Em 1921, Ovídio José do Amaral, solteiro, lavrador, nascido em Suruí, em 1897, filho do Coronel Sérgio José do Amaral e de Elisa do Nascimento Amaral, casou-se com Firmina Martinho Ribeiro, solteira, nascida em Suruí, em 1898, filha de Martinho Antonio Ribeiro, natural da Bahia e falecido, e de Maria Rosa Ribeiro, moradora em Suruí.¹⁰⁵

Em 27 de fevereiro de 1931, Miguel José do Amaral, brasileiro, casado, lavrador, natural de Suruí, compareceu, ao cartório de Suruí, para registrar o óbito de seu filho Sérgio José do Amaral Neto, com um mês de vida.¹⁰⁶

O Coronel Alarico José do Amaral, negociante, filho do Coronel Sérgio José do Amaral e Elvira Elisa Rosa do Amaral, foi 1.º suplente do subdelegado

20 de junho de 1922, p. 6; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 13 de dezembro de 1930, p. 5; .

⁹⁸ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de novembro de 1925, p. 11; O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 10 de dezembro de 1925, p. 12.

⁹⁹ SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann*: história da cidade de Magé, 1870-1950. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p.122.

¹⁰⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1934, p. 10.

¹⁰¹ A Noite, Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 1948, p. 10; O Fluminense, Niterói (RJ), 24 de fevereiro de 1948, p. 1.

¹⁰² Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 125.

¹⁰³ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 1.

¹⁰⁴ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 106v.

¹⁰⁵ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 38.

¹⁰⁶ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 41.

em Suruí (1930),¹⁰⁷ ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1947-1950),¹⁰⁸ e foi o Presidente do PSD de Magé (1953).¹⁰⁹ Faleceu, em Suruí, 1961.¹¹⁰

Em 1919, Alarico José do Amaral, aos 24 anos, casou-se, em Suruí, com Maria da Conceição Amaral, de 17 anos, filha de José Pires do Amaral e de Anna Cantente da Silva.¹¹¹

Alarico José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí, em 1925, para registrar o óbito de sua filha Laura Conceição do Amaral, falecida aos 2 meses de vida.¹¹²

Walcyr José do Amaral, filho do Coronel Alarico José do Amaral, foi Vice-Prefeito (1967-1970) e Prefeito de Magé (1970-1971).¹¹³ Faleceu, em 1978, vítima de um acidente automobilístico, nas proximidades do bairro de Santa Dalila. Deixou a viúva Célia e uma única filha, Maria Cecília.¹¹⁴

Em 2 de setembro de 1920, nasceu Waldyr José do Amaral, filho do Coronel Alarico José do Amaral e de Maria da Conceição Amaral, sendo avós paternos o Coronel Sérgio José do Amaral e Elisa Nascimento Amaral e avós maternos José Pires do Amaral e Ana da Silveira Cantente.¹¹⁵

Outro filho do Coronel Alarico José do Amaral, Waldair José do Amaral, foi vereador (1983-1988),¹¹⁶ chegando a Presidente da Câmara Municipal de Magé (1989-1993),¹¹⁷ quando se aprovou a Lei Orgânica de Magé, em 5 de abril de 1990. É o patrono do corredor dos gabinetes dos vereadores na Câmara Municipal de Magé (Lei Municipal n.º 2.102/2010).

Em Suruí, o Coronel Sérgio José do Amaral, o Coronel Alarico José do Amaral e seu filho Walcir José do Amaral são patronos de ruas, nos bairros Centro e Vila Nova. Existem, ainda, a Escola Estadual Coronel Sérgio José do Amaral e a Escola Municipal Vereador Waldair José do Amaral.

¹⁰⁷ Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 13 de dezembro de 1930, p. 5.

¹⁰⁸ Tribunal Popular, Rio de Janeiro (RJ), 16 de outubro de 1947, p. 1.

¹⁰⁹ Diário Carioca, Rio de Janeiro (RJ), 24 de julho de 1953, p. 9.

¹¹⁰ Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 18 de março de 1961, p. 7.

¹¹¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 02 (1916-1940), fl. 23v.

¹¹² Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 178v.

¹¹³ O Fluminense, Niterói (RJ), 14 de maio de 1970, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 6 de maio de 1976, p. 3 (2.º caderno).

¹¹⁴ O Fluminense, Niterói (RJ), 30 de setembro de 1978, p. 11.

¹¹⁵ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 3 (1915-1920), fl. 200.

¹¹⁶ O Fluminense, Niterói (RJ), 20 de agosto de 1983, p. 13; O Fluminense, Niterói (RJ), 26 de novembro de 1988, p. 6.

¹¹⁷ O Fluminense, Niterói (RJ), 8 de novembro de 1989, p. 6; O Fluminense, Niterói (RJ), 24 de fevereiro de 1991, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 28 de fevereiro de 1993, p. 4 (2.º caderno).

Família Barenco

Na Freguesia de São Nicolau de Suruí, encontramos quatro ramos da família Barenco, de origem italiana, descendentes dos irmãos João Barenco, José Barenco, Desidério José Barenco e Dionysio José Barenco,¹¹⁸ negociantes de secos e molhados, que se estabeleceram, muito provavelmente, atraídos pelo movimento no porto de Suruí. Ocorre que uma parte da família depois migrou para o distrito de Guia de Pacobaíba, também no Município de Magé, onde ainda vivem vários descendentes

Em 1851, encontramos italiano João Barenco como negociante de secos e molhados, em Suruí.¹¹⁹ Foi casado com uma filha do negociante Vicente Estácio da Silva.¹²⁰ Faleceu, em Suruí, em 1862.¹²¹

Em 1855, João Barenco e José Augusto de Azevedo Gomes dissolveram sua sociedade na casa de negócios no porto do Rio Suruí, ficando o primeiro com o ativo e o passivo da firma.¹²² No ano seguinte, encontramos João Barenco como negociante na Rua do Lavradio, 128, na Corte,¹²³ mesmo ano em que faleceu sua filha, Maria, aos 4 meses, de pneumonia aguda.¹²⁴

João Barenco teve, pelo menos, mais um filho, João Pedro Barenco, negociante em Suruí, por volta de 1876,¹²⁵ subdelegado substituto (1878 e 1889), tesoureiro da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1878-1879) e agente do Correio de Suruí (1884-1885 e 1888-1903).¹²⁶

Em 1897, João Pedro Barenco, 47 anos, natural de Suruí, negociante, filho de João Barenco e Angélica Rosa Barenco, casou-se, em Suruí, com Eulina Cândida Ferreira Braga, 25 anos, natural de São João da Barra, filha de Wenceslau Ferreira Braga e de Maria Clara da Silva Braga.¹²⁷ O casal teve, pelo menos, dois filhos, Nair Cândida Barenco e Getúlio Adolpho Barenco.

¹¹⁸ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 27 de maio de 1862, p. 1.

¹¹⁹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1851, p. 105;

¹²⁰ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 4 de janeiro de 1883, p. 3.

¹²¹ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 1862, p. 1.

¹²² Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 20 de setembro de 1855, p. 4.

¹²³ O Auxiliador da Administração do Correio da Corte, Rio de Janeiro (RJ), 1856, p. 143.

¹²⁴ Correio da Tarde, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1856, p. 3.

¹²⁵ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175.

¹²⁶ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 3 de julho de 1884, p. 3; O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 7 de outubro de 1885, p. 1; Gazeta Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 de janeiro de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1.º de novembro de 1903, p. 3.

¹²⁷ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 01 (1889-1916), fl. 66v.

Em 1927, Nair Cândida Barenco, nascida em Suruí, em 1902, filha de João Pedro Barenco e de Eulina Braga Barenco, casou-se, em Suruí, com Luiz Francisco das Chagas, natural de Santa Ana de Japuíba, em 1894, filho de José Francisco das Chagas e Camila Francisca das Chagas.¹²⁸

O casal Luis Francisco das Chagas e Nair Barenco Chagas teve, pelo menos, um filho, Gilberto Francisco das Chagas, falecido com 18 dias de vida, em 26 de dezembro de 1936.¹²⁹

Em 1929, Getúlio Adolpho Barenco, 31 anos, nascido em Suruí, em 1898, filho de João Pedro Barenco e de Eulina Braga Barenco, casou-se, em Guia de Pacobaíba, com Jardelina Rodrigues Pereira, 20 anos, nascida no distrito de Itambi, em Itaboraí, em 1909, filha de Emygdio Rodrigues Pereira e Carolina Ana de Azevedo.¹³⁰

Getúlio Adolpho Barenco foi o oficial do cartório de registro de civil de Suruí (1923-1928),¹³¹ bem como agente do Correio do distrito (1933).¹³² Compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu pai, João Pedro Barenco, aos 78 anos, viúvo, funcionário público, falecido em 29 de abril de 1931.¹³³

Em 11 de junho de 1898, João Pedro Barenco compareceu ao cartório de Suruí para registrar o falecimento, por tuberculose, de sua mulher Miguelina Maria Barenco, 37 anos, filha de Vicente Estácio da Silva e de Maria Joaquina de Jesus Silva, deixando o casal três filhos: Elisa Maria Barenco (13 anos), Augusto Avelino Barenco (12 anos) e Maria da Silva Barenco (5 anos).¹³⁴

Augusto Avelino Barenco foi agente do Correio de Suruí (1905).¹³⁵

O italiano José Barenco começou como negociante de fazendas, secos e molhados, em Suruí, por volta de 1862.¹³⁶ Fixou-se em Olaria da Praia Grande (atual Praia de Olaria), na Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, por volta de 1880, com sua esposa, a italiana Carlota Menghy Barenco.¹³⁷ O casal teve, pelo menos,

¹²⁸ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 02 (1916-1940), fl. 84.

¹²⁹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 124.

¹³⁰ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 191v.

¹³¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 04 (1920-1928).

¹³² A Batalha, Rio de Janeiro (RJ), 5 de dezembro de 1933, p. 5.

¹³³ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbito n.º 3 (1927-1940), fl. 44.

¹³⁴ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 152.

¹³⁵ O Fluminense, Niterói (RJ), 7 de maio de 1905, p. 2.

¹³⁶ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 187.

¹³⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 113; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 8 de setembro de 1881, p. 2.

sete filhos: Virgílio José Barenco, Santo José Barenco, Pedro José Barenco, Elvira Barenco Coelho, José Pedro Barenco, Adelino José Barenco e Santino José Barenco. É o ramo da família Barenco que ainda hoje está presente no 5.º distrito de Magé.

Virgílio José Barenco, presidente da 6.ª seção eleitoral do Município de Magé (1909), foi também subdelegado de Polícia, em Guia de Pacobaíba (1915).¹³⁸ Faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1925.¹³⁹

Em 1910, o Alferes Virgílio José Barenco, 36 anos, negociante e residente da Olaria da Praia Grande, filho de José Barenco e Carlota Menghy Barenco, viúvo, em primeiras núpcias, de Elvira Pereira Barenco, falecida em Guia de Pacobaíba, em 1909, casou-se com Maria Augusta Corrêa Pinto, 35 anos, professora pública, nascida em Magé, filha de Antonio Alves Corrêa e de Maria Luiz Siqueira Corrêa, viúva, em primeiras núpcias, do português Manoel Soares Pinto, falecido no Anil, em Guia de Pacobaíba, em 1907.¹⁴⁰

Em 1911, Santo José Barenco, 32 anos, negociante na Figueira (Guia de Pacobaíba), filho de José Barenco e Carlota Menghy Barenco, ambos italianos, casou-se com Laura Cantente da Silva, 24 anos, filha de Manoel José Soares da Silva e de Maria das Dores Cantante da Silva.¹⁴¹

Em Petrópolis, encontramos os irmãos José Pedro Barenco e Pedro José Barenco, filhos de José Barenco, que foram sócios na firma Barenco & Irmãos, dissolvida, em 1900.¹⁴² Pedro José Barenco foi, ainda, membro da comissão de sindicância da Caixa Raiffeisen, cooperativa de crédito, em Petrópolis (1915).¹⁴³ Faleceu, em 1954.¹⁴⁴

Em 1896, Elvira Carlota Barenco, 25 anos, residente na Olaria da Praia Grande, em Guia de Pacobaíba, casou-se com Manoel Fernandes Coelho Filho, 36 anos, residente em São Nicolau de Suruí, filho de Manoel Fernandes Coelho e de Maria da Conceição Coelho.¹⁴⁵

O casal Manoel Fernandes Coelho Filho e Elvira Barenco Coelho são

¹³⁸ A Capital, Rio de Janeiro (RJ), 25 de dezembro de 1909, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 1915, p. 3; O Fluminense, Niterói (RJ), 10 de novembro de 1915, p. 1.

¹³⁹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 16 de maio de 1925, p. 16.

¹⁴⁰ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 108v.

¹⁴¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 110.

¹⁴² Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 16 de novembro de 1900, p. 8; Gazeta Fluminense, Rio de Janeiro (RJ), 21 de junho de 1905, p. 3.

¹⁴³ A União, Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 1915, p. 2.

¹⁴⁴ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 9 de maio de 1954, p. 7 (5.º caderno).

¹⁴⁵ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 44.

os pais do Monsenhor Godofredo Barenco Coelho (1905-1965), pároco da Igreja Matriz de São Gonçalo, por 24 anos, e patrono da cadeira 36 da Academia Gonçalense de Letras, Artes e Ciências.¹⁴⁶ Na Praia de Olaria, em Guia de Pacobaíba, existe a Praça Monsenhor Barenco, em frente à antiga casa da família.

Virgílio Barenco Coelho foi proprietário do Armazém do Outeiro (1933) e agente do Correio em Guia de Pacobaíba (1935).¹⁴⁷ Em 1947, em sociedade com Antonio Seabra da Silva, comprou uma parte da Fazenda dos Remédios, dos herdeiros de Isabel Maria de Campos, sendo a área transformada, posteriormente, pelo Dr. Paulo Carneiro, no loteamento Praia da Esperança.¹⁴⁸

Adelino José Barenco foi juiz de paz em Guia de Pacobaíba (1914-1915) e ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1917-1925).¹⁴⁹ Faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1939.¹⁵⁰

Em 1930, Adelino José Barenco, 53 anos, nascido em 1877, filho de José Barenco e Carlota Menghy Barenco, italianos, casou-se, em Guia de Pacobaíba, com Aurora Rosa de Almeida, 38 anos, nascida em Nova Iguaçu, em 1892, viúva, em primeiras núpcias, do português Gabriel de Almeida, falecido em Guia de Pacobaíba, em 1928, com quem teve cinco filhos (Gabriel, Marieta, Nilo, Nelson, Arinda).¹⁵¹

O casal Adelino José Barenco e Aurora Rosa Barenco são os pais do poeta Manoel Rosa Barenco (1932-2001), nascido em Guia de Pacobaíba, autor de “Cantigas de pescador” (1966), de “Versos sem A” (1974) e de “Uma rosa sobre as ondas” (1974). Em Guia de Pacobaíba, Aurora Rosa Barenco é patronessa do antigo terminal rodoviário e de três ruas, nos bairros Goia, Ipiranga e Parque Recreio Dom Pedro II.

Santino José Barenco faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1936.¹⁵²

O italiano Desidério José Barenco começou como negociante de

¹⁴⁶ SILVA, Salvador da Mata e. *Gonçalenses Adotivos*. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Gráficas, 1996, p. 61-62.

¹⁴⁷ O Radical, Rio de Janeiro (RJ), 17 de novembro de 1933, p. 2; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 27 de outubro de 1935, p. 23.

¹⁴⁸ ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000, p. 82.

¹⁴⁹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1914, p. 4354; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1915, p. 4262; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1917, p. 4044; O Imparcial, Rio de Janeiro (RJ), 19 de maio de 1921, p. 7; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1925, p. 1036.

¹⁵⁰ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 25 de novembro de 1939, p. 18.

¹⁵¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 199v.

¹⁵² Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 17 de março de 1936, p. 13.

fazendas, secos e molhados, em Suruí, por volta de 1859,¹⁵³ figurando depois como fazendeiro, na freguesia, a partir de 1877.¹⁵⁴ Negociante com duas casas comerciais no arraial de Suruí, em 1880.¹⁵⁵ Produtor da farinha de Suruí da marca Época, vendida na Corte.¹⁵⁶

Em 26 de maio de 1891, Desidério José Barenco compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua esposa Josephina Rosa Barenco, aos 59 anos, natural de Suruí, com quem teve quatro filhos: Domingos José Barenco, nascido em 1851; Maria Barenco Veloso, nascida em 1854; Cândida Barenco de Almeida, nascida 1857; Euphemia Barenco Guimarães, nascida em 1867.¹⁵⁷

Euphemia Barenco Guimarães foi casada com Francisco Lopes Nascimento Guimarães (negociante); Cândida Barenco de Almeida, casada com Manuel Esteves de Almeida (fazendeiro); e, Maria Magdalena Barenco, casada com Casimiro Augusto Diniz Veloso (negociante).¹⁵⁸

Em 1898, Pedro Barenco Júnior, negociante, filho de Pedro Barenco e de Fortunata Barenco, natural do Reino da Itália e morador em Petrópolis, casou-se, em Suruí, com Laura Augusta Veloso, 23 anos, natural de Suruí, filha de Casimiro Augusto Veloso e de Maria Magdalena Barenco.¹⁵⁹

Em 02 de janeiro de 1898, Maria Barenco Veloso faleceu, na ilha de Paquetá, aos 42 anos, filha de Desidério José Barenco e de Josephina Rosa Barenco, já falecidos, moradora de Suruí, deixando o viúvo, Casimiro Augusto Diniz Veloso, e sete filhos: Améria (23 anos), Laura (22 anos), Desidério (20 anos), Madalena (19 anos), Idalina (17 anos), Zulmira (13 anos) e Julieta (11 anos), todos nascidos em Suruí.¹⁶⁰

O italiano Dionysio José Barenco começou como negociante em Suruí, por volta de 1876,¹⁶¹ exerceu, na freguesia, os cargos de subdelegado substituto (1877-1878), juiz de paz (1877-1885) e presidente da Sociedade

¹⁵³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1867, p. 260-261; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174

¹⁵⁴ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 186; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 174.

¹⁵⁵ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 160.

¹⁵⁶ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 1881, p. 5; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 16 de setembro de 1888, p. 7.

¹⁵⁷ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 49v.

¹⁵⁸ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 21 de junho de 1895, p. 5.

¹⁵⁹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 01 (1889-1916), fl. 82.

¹⁶⁰ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 170v.

¹⁶¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175.

Protetora de Música Dois de Dezembro (1879).¹⁶² Em 1892, encontramos Dionysio José Barenco como mesário na seção eleitoral de Cascatinha, em Petrópolis, sob a presidência do farmacêutico Albino José do Amaral.¹⁶³ Faleceu, em Petrópolis, em 1894.¹⁶⁴

Roberto Faria Barenco, negociante, filho de Dionysio José Barenco e de Maria Faria Barenco, nascido a 09 de julho de 1890, em Petrópolis, era morador e eleitor no Rio de Janeiro, em 1934.¹⁶⁵

Em 1888, Dionysio José Barenco (eleitor e lavrador) e João Pedro Barenco (eleitor e negociante) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.¹⁶⁶

Antônio José Barenco foi juiz de paz do 5.º distrito de Magé (1926).¹⁶⁷ Faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1931.¹⁶⁸

Em 1890, Vitalina Maria da Conceição, 18 anos, nascida em Suruí, filha natural de Carolina Barenco, casou-se com Virgílio José Barbosa, 31 anos, nascido em Suruí, filho natural de Luiza Rosa de Siqueira.¹⁶⁹

Mais recentemente, o comerciante Paulo Barenco, de Guia de Pacobaíba, ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1947-1970),¹⁷⁰ onde foi Presidente (1963) e Vice-Presidente (1950 e 1970).¹⁷¹ Sua esposa, Maria Pinheiro Barenco, também ocupou uma cadeira no legislativo municipal (1972-1988).¹⁷² Em Guia de Pacobaíba, existe a Escola Municipal Vereador

¹⁶² Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 186; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 973.

¹⁶³ O Mercantil, Petrópolis (RJ), 18 de maio de 1892, p. 2.

¹⁶⁴ Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 17 de fevereiro de 1894, p. 2.

¹⁶⁵ Boletim Eleitoral, Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 1934, p. 379.

¹⁶⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

¹⁶⁷ O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 17 de setembro de 1926, p. 1.

¹⁶⁸ Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 15 de abril de 1931, p. 14.

¹⁶⁹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 01 (1889-1916), fl. 15.

¹⁷⁰ O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 21 de outubro de 1948, p. 6; Diário Carioca, Rio de Janeiro, RJ, 17 de outubro de 1962, p. 11; O Fluminense, Niterói (RJ), 5 de março de 1970, p. 5.

¹⁷¹ A Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 8 de março de 1950, p. 1; Última Hora, Rio de Janeiro (RJ), 12 de agosto de 1963, p. 6; Diário Carioca, Rio de Janeiro (RJ), 7 de setembro de 1963, p. 6; O Fluminense, Niterói (RJ), 5 de maio de 1970, p. 5 (2.º caderno).

¹⁷² Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 1.º de agosto de 1972, p. 3; O Fluminense, Niterói (RJ), 21 de maio de 1980, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 16 de janeiro de 1983, p. 13; O Fluminense, Niterói (RJ), 2 de março de 1985, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 9 de janeiro de 1988, p. 11.

Paulo Barenco, na Praia de Olaria.

Família Bonfim

Francisco Félix do Bonfim, figura influente no Partido Liberal de Magé, foi assassinado em 1849, numa emboscada em seu quintal, tendo declarado a esposa, antes de falecer, que fora vítima de um atentado político.¹⁷³

Em 13 de fevereiro de 1856, Joanna Maria do Bonfim declarou ser proprietária de terras na Freguesia de São Nicolau de Suruí, no lugar chamado de Caioaba, fazendo divisa com as terras do Tenente Francisco José do Amaral e com as da viúva de Francisco Félix do Bonfim.¹⁷⁴

Em 21 de fevereiro de 1856, foi a vez da Senhorinha Maria do Bonfim, viúva de Francisco Félix do Bonfim, declarar ser proprietária de terras também na localidade de Caioaba, fazendo divisas com as terras de Joanna Maria do Bonfim e do Tenente Francisco José do Amaral.¹⁷⁵

Em 20 de maio de 1892, Manuel Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua mãe Senhorinha Maria do Bonfim, aos 70 anos, viúva, natural de Suruí, filha de Jacintha Maria de Jesus, deixando três filhos (o declarante, Francisco Félix do Bonfim Filho e João Félix do Bonfim).¹⁷⁶

Francisco Félix do Bonfim Filho, que figura como inspetor de quartirão (1869-70), foi carpinteiro em São Nicolau de Suruí.¹⁷⁷

Em 1883 e 1885, encontramos João Félix do Bonfim e Manoel Félix do Bonfim, na relação dos principais fazendeiros/lavradores de São Nicolau de Suruí.¹⁷⁸

Em 1888, Manoel Félix do Bonfim (lavrador) e João Félix do Bonfim (lavrador) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo

¹⁷³ Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de janeiro de 1849, p. 3.

¹⁷⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 16.

¹⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 20.

¹⁷⁶ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 62.

¹⁷⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1869, p. 85; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1870, p. 86; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 159.

¹⁷⁸ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1883, p. 409; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974.

fim da escravidão negra.¹⁷⁹

Em 1892, Manoel Félix do Bonfim foi nomeado 3.º suplente do subdelegado do distrito de Suruí,¹⁸⁰ sendo reconduzido ao cargo, em 1895.¹⁸¹

Em 1893, Manoel Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu sobrinho João, de seis anos, de cor parda, filho de João Félix do Bonfim e de Marina Nazareth do Bonfim, sendo avós paternos Senhorinha Maria do Bonfim e Francisco Félix do Bonfim e, da parte materna João Cardoso Viçosa Franco e Laurentina de Nazareth.¹⁸²

Francisco Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu pai, Manuel Félix do Bonfim, falecido, em 5 de outubro de 1906, aos 67 anos, no estado civil de solteiro, natural de Suruí, filho de Francisco Félix do Bonfim.¹⁸³

Em 1907, o Tenente Manuel Pinto dos Reis e Francisco Félix do Bonfim foram espancados, em Conceição de Suruí, por um grupo de desordeiros, sendo o crime atribuído a vingança política.¹⁸⁴

Em 1909, na mesa eleitoral do Distrito de Suruí, presidida pelo Tenente Manuel Pinto dos Reis, Manuel Félix do Bonfim figura como membro efetivo e Francisco Félix do Bonfim, como suplente.¹⁸⁵

Em 28 de agosto de 1913, figuram como signatários de uma carta dirigida à Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense quatro representantes da Família Bonfim: Manoel Félix do Bonfim, Francisco Félix do Bonfim, Noé Félix do Bonfim e Ludovico Félix do Bonfim.¹⁸⁶

Em 5 de outubro de 1916, faleceu, no Porto de Suruí, Manoel Félix do Bonfim, solteiro, aos 67 anos, natural e morador de Suruí, filho de Francisco Félix do Bonfim, tendo deixado descendência.¹⁸⁷

Em 1917, Landim Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua avó Rufina Antônia Bonfim, solteira, negra,

¹⁷⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

¹⁸⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 8 de agosto de 1892, p. 2.

¹⁸¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 12 de março de 1895, p. 2.

¹⁸² Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 69.

¹⁸³ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 53v.

¹⁸⁴ *O Fluminense*, Niterói (RJ), 7 de setembro de 1907, p. 1.

¹⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (RJ), 29 de novembro de 1909, p. 6.

¹⁸⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 29 de agosto de 1913, p. 10.

¹⁸⁷ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 53v.

falecida aos 90 anos.¹⁸⁸

Em 1921, João Félix do Bonfim, nascido em Suruí, em 1893, filho de Manuel Félix do Bonfim e de Luiza Thereza Alves, casou-se com Agar Tertuliano dos Santos, nascida, em Suruí, em 1903, filha de Albino Tertuliano dos Santos e de Maria Rosa dos Santos.¹⁸⁹

Em 1934, na eleição da nova diretoria do Suruhyense Footbal Club, foi eleita a chapa encabeçada pelo Presidente Capitão Francisco Romano de Paiva, figurando no conselho fiscal o Capitão João Félix do Bonfim.¹⁹⁰

João Félix do Bonfim Neto compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de Ludovico Félix do Bonfim, aos 69 anos, casado, natural de Suruí, filho de João Félix do Bonfim e de Mariana Bonfim, falecido a 8 de maio de 1938.¹⁹¹

Em 1944, João Félix do Bonfim figura na comitiva das lideranças de Suruí que recepcionaram o Comandante Ernani do Amaral Peixoto, interventor do Estado do Rio de Janeiro, em sua visita ao distrito.¹⁹²

João Félix do Bonfim Filho, o popular Zuca, fundou, em 1953, a escolinha de futebol do Suruiense Futebol Clube, com aulas teóricas das regras e táticas de futebol, em uma sala emprestada no Grupo Escolar Coronel Sérgio José do Amaral, e aulas prática no campo do clube.¹⁹³

Na década de 1970, encontramos João Félix do Bonfim Filho, concorrendo a uma cadeira na Câmara Municipal de Magé, nas eleições municipais de 1976,¹⁹⁴ bem como Nédio Félix do Bonfim, como técnico do Suruiense Futebol Clube e da Seleção Mageense de 1979.¹⁹⁵

Em Suruí, João Félix do Bonfim é patrono de rua nos bairros Chácara Grande Rio e Nova Orleans. João Félix do Bonfim Filho é o patrono do Estádio Mestre Zuca, do Suruiense Futebol Clube. Nédio Félix do Bonfim, pintor e proprietário do bar Cabana do Pai Tomás, na margem do Rio Suruí, é o patrono da ponte ali existente (Lei Municipal n.º 1604/2003).

¹⁸⁸ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 65.

¹⁸⁹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 02 (1916-1940), fl. 31.

¹⁹⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1934, p. 10.

¹⁹¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 151.

¹⁹² Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 7 de setembro de 1944, p. 3.

¹⁹³ Diário do Congresso Nacional, Brasília (DF), 24 de agosto de 1978, p. 7103.

¹⁹⁴ O Estado do Rio, Niterói (RJ), 5 de novembro de 1976, p. 1

¹⁹⁵ O Estado do Rio, Niterói (RJ), 13 de abril de 1979, p. 8; O Estado do Rio, Niterói (RJ), 23 de novembro de 1979, p. 6.

Família Paiva

A família Paiva foi outra que se estabeleceu, inicialmente, como negociantes de secos e molhados em Suruí. Uma parte da família depois migrou para a região da Raiz da Serra, na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, dentro do próprio Município de Magé, onde se destacou Horácio José de Paiva.

Joaquim José de Paiva foi negociante de secos e molhados estabelecido em Suruí (1864-1871).¹⁹⁶

Antonio José de Paiva foi negociante de secos e molhados (1864-1869), lavrador (1880-1885) e inspetor de quarteirão (1862 e 1869-1871).¹⁹⁷ Em 1892, o encontramos como proprietário no arraial de São Nicolau de Suruí.¹⁹⁸

Arsênio José de Paiva foi 2.º procurador da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1880-1885) e 2.º suplente de subdelegado de Suruí (1888).¹⁹⁹ O primeiro livro de registro de nascimentos de Suruí (1889-1916) demonstra sua condição de negociante muito popular na freguesia, figurando como testemunha em vários registros.

Em 1891, Arsênio José de Paiva, casado do Egídia Almeida Paiva, compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu filho Alfredo José de Paiva,²⁰⁰

Em 1888, Donato José de Paiva (eleitor) e Antonio José de Paiva (eleitor) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.²⁰¹

Em 19 de junho de 1892, o negociante Donato José de Paiva, casado com Adelina Amaral Paiva, compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de

¹⁹⁶ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1864, p. 334; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1871, p. 86.

¹⁹⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 187; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1864, p. 334; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1865, p. 261; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1868, p. 81; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1869, p. 85; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1871, p. 86; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 1801; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 975..

¹⁹⁸ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 23 de outubro de 1892, p. 4.

¹⁹⁹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 1888, p. 2.

²⁰⁰ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 53v.

²⁰¹ *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

sua filha Amélia José de Paiva ²⁰²

O Coronel Donato José de Paiva, lavrador, em Suruí, foi o festeiro da Festa de Nossa Senhora do Rosário (1903),²⁰³ bem como juiz de paz no distrito (1913-1915 e 1922).²⁰⁴

Francisco Romano de Paiva, compareceu, para registrar o óbito de sua mãe Adelina do Amaral Paiva, casada, 61 anos, ocorrido em 8 de abril de 1930.²⁰⁵

Compareceu ainda Francisco Romano de Paiva ao cartório de Suruí, para registrar o falecimento de seu pai Capitão Donato José de Paiva, 77 anos, natural de Suruí, falecido em 25 de maio de 1930.²⁰⁶

O Capitão Francisco Romano de Paiva, membro do Centro Republicano do Distrito Federal (1914), ²⁰⁷foi Diretor-Presidente do Suruiense Futebol Clube (1934) e suplente de subdelegado de polícia, em Suruí (1936).²⁰⁸

Em 1917, Aníbal Pires do Amaral, 22 anos, solteiro, negociante, natural de Suruí, filho de José Pires do Amaral e Ana da Silveira Cantente, casou-se com Maria do Amaral Paiva, 19 anos, solteira, natural de Suruí, filha de Donato José do Amaral e de Adelina Amaral Paiva.²⁰⁹

Aníbal Pires do Amaral, remador, casado com Maria Paiva do Amaral, natural de Suruí, compareceu ao cartório, em 25 de julho de 1920, para registrar o óbito de seu filho Nelson José do Amaral, com nove dias de vida, sendo avós paternos José Pires do Amaral e Ana da Silveira Cantente e maternos o Capitão Donato José de Paiva e Adelina Amaral Paiva.²¹⁰

Em 1918, Manasses Felipe de Paiva, 24 anos, solteiro, empregado no comércio, natural de Suruí, filho de Donato José de Paiva e de Adelina Amaral Paiva, casou-se com Laura Cristina de Paiva, 23 anos, solteira, natural de Suruí,

²⁰² Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 63.

²⁰³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 1903, p. 4.

²⁰⁴ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1913, p. 4040; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1914, p. 4354; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), p. 4262; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 16 de março de 1922, p. 5.

²⁰⁵ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 29.

²⁰⁶ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 29v.

²⁰⁷ O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 17 de maio de 1914, p. 10.

²⁰⁸ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1934, p. 10; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 5 de dezembro de 1936, p. 7.

²⁰⁹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 4v.

²¹⁰ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 116v.

filha de Ludovico José de Paiva.²¹¹

Em 1922, José Bebiano de Paiva, nascido em Suruí, em 1895, filho do Capitão Renato José de Paiva e de Rosa Adelina do Amaral Paiva, casou-se com Militima Ferreira de Paiva, filha de Ludovico José de Paiva e de Cristina Ferreira Leite.²¹²

Antonio de Almeida Merlo, nascido em 1893, oficial de Justiça, nascido e residente no Rio de Janeiro, filho de Laurênio Antonio de Merlo e de Rosa Maria Julia de Almeida Merlo, casou-se, em 1922, com Alvina do Amaral Paiva, nascida em 1906, filha do Capitão Donato José de Paiva e de Adelina Amaral Paiva.²¹³

Álvaro Coutinho de Almeida, 22 anos, negociante, natural do Rio de Janeiro, morador de Suruí, filho de Felipe Esteves de Almeida, brasileiro naturalizado, e da portuguesa Maria Coutinho de Almeida, casou-se, em 1919, com Antonieta do Amaral Paiva, 18 anos, filha do Capitão Donato José de Paiva e de Adelina Amaral Paiva.²¹⁴

O Tenente João Pedro de Paiva, da Guarda Nacional de Magé, aparece como negociante de secos e molhados, em Suruí, estabelecido por volta de 1911.²¹⁵ Em 1921, João Pedro de Paiva, empregado no comércio, morador de Suruí, nascido em 1887, filho de Donato José de Paiva e de Adelina do Amaral Paiva, casou-se com a portuguesa Belmira dos Santos Martins, natural de Bragança, nascida em 1900, filha dos lavradores Sebastião da Cruz Martins e Florentina de Jesus Martins.²¹⁶

O comerciante Ovídio José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de Francisco Romano de Paiva, comerciante, natural de Suruí, falecido, aos 49 anos, a 18 de julho de 1939, deixando viúva e filhos no Distrito Federal.²¹⁷

O Coronel Alarico José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí para registrar o falecimento de Maria Paiva do Amaral, filha do Capitão Donato José

²¹¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 16.

²¹² Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 42.

²¹³ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 44v.

²¹⁴ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 17.

²¹⁵ O Fluminense, Niterói (RJ), 26 de maio de 1910, p. 1; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1911, p. 4195;

²¹⁶ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 36.

²¹⁷ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 173v.

de Paiva e de Adelina do Amaral Paiva, com 37 anos, casada, natural de Suruí.²¹⁸

Em 10 de junho de 1916, Donato José de Paiva Júnior, 23 anos, solteiro, lavrador, natural de Suruí, filho de Donato José de Paiva e de Adelina do Amaral Paiva, casou-se, em Suruí, com Odette Rodrigues Timbau, 21 anos, solteira, natural do Rio de Janeiro, filha de Delphina Rodrigues do Espírito Santo, professora publica, em Suruí.²¹⁹ O casal teve, pelo menos, uma filha, Odette Rodrigues Paiva, falecida, do mal de sete dias, em 3 de maio de 1917.²²⁰

José Pedro de Paiva, além de negociante, por volta de 1869,²²¹ foi também inspetor de quarteirão, em Suruí (1871).²²² É o pai de Virgílio José de Paiva, também negociante em Suruí (1892).²²³

Em 24 de junho de 1892, José Pedro de Paiva, negociante no Porto de Suruí e casado com Rita de Almeida Paiva, compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu filho Arsênio José de Paiva, de dois anos.²²⁴

Em 2 de maio de 1898, nasceu Durval José de Paiva, filho de José Pedro de Paiva e de Rita Esteves de Almeida Paiva, sendo avó paterno José Pedro de Paiva e avó materno Manoel Esteves de Almeida, ambos falecidos.²²⁵

Ercília José de Paiva, filha de Virgílio José de Paiva e de Amélia Cândida de Paiva, nasceu em 12 de junho de 1898, sendo avós paternos José Pedro de Paiva e Rita de Almeida Paiva e materno Júlio Francisco Pereira.²²⁶

Horácio José de Paiva aparece como negociante de fazendas, secos e molhados estabelecido em Raiz da Serra, por volta de 1917,²²⁷ onde foi suplente de juiz de paz (1931) e subdelegado de polícia (1939).²²⁸ Em 1935, auxiliou Frei Cândido Spannagel nas obras de conservação da capela-mor e da imagem de

²¹⁸ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 98.

²¹⁹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 1v.

²²⁰ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 64v.

²²¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1869, p. 86.

²²² Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1871, p. 86

²²³ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 23 de outubro de 1892, p. 4.

²²⁴ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 63v.

²²⁵ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 2 (1897-1915), fl. 5v.

²²⁶ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 2 (1897-1915), fl. 8v.

²²⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1917, p. 4045.

²²⁸ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 25 de março de 1931, p. 3; O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 28 de fevereiro de 1939, p. 7.

Nossa Senhora da Piedade, remanescentes da antiga Matriz de Inhomirim.²²⁹ Em Raiz da Serra, existe a Escola Municipal Horácio José de Paiva, e, no bairro de Piabetá, a Rua Horácio de Paiva.

Família Pinto dos Reis

Em maio de 1858, a nomeação do Padre José Pinto dos Reis para pároco de São Nicolau de Suruí não foi nada pacífica, tendo um grupo de paroquianos comparecido ao Palácio Episcopal, na Corte, para defender a permanência do Padre José Rodrigues Portella.²³⁰

Natural de Portugal e filho de Venâncio Pinto e Maria dos Reis, o Padre José Pinto dos Reis, faleceu, aos 90 anos, em sua casa na ladeira da Igreja de São Nicolau (atual Ladeira Frei Basílio), em 3 de julho de 1915.²³¹

Em 1888, o Padre José Pinto dos Reis (eleitor) assinou uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.²³²

Em 1892, o Padre José Pinto dos Reis recebeu provisão para reger a Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, conjuntamente com a de São Nicolau de Suruí.²³³

O Padre José Pinto dos Reis teve um filho adotivo, o Coronel Manoel Pinto dos Reis, que foi 3.º juiz suplente de Magé (1906),²³⁴ ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1908-1911),²³⁵ e foi prefeito interino de Magé (de agosto a dezembro de 1923),²³⁶ presidente da Caixa Escolar de Magé (1923),²³⁷ presidente da Câmara Municipal de Magé (1925-1927),²³⁸ e, novamente, prefeito

²²⁹ KROKER, Frei Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1947, p. 24.

²³⁰ Correio da Tarde, Rio de Janeiro (RJ), 31 de julho de 1858, p. 3; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de julho de 1858, p. 2.

²³¹ Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 27v.

²³² *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

²³³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 17 de outubro de 1892, p. 2.

²³⁴ O Fluminense, Niterói (RJ), 18 de fevereiro de 1906, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 24 de março de 1906, p. 1.

²³⁵ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1908, p. 1348; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1909, p. O-38; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1910, p. 52; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1911, p. 4194

²³⁶ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 29 de agosto de 1923, p. 5; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 25 de dezembro de 1923, p. 21.

²³⁷ O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 1923, p. 9.

²³⁸ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 26 de março de 1925, p. 2; O Paiz, Rio de

de Magé (1929).²³⁹

Em 1932, o Coronel Manoel Pinto dos Reis é descrito como grande proprietário no arraial de Suruí, com destaque para sua chácara, na subida da ladeira da Igreja de São Nicolau, possuindo ainda no distrito boas fazendas e a fonte conhecida como “Água Mineral de Suruí”.²⁴⁰

Marianna Argentina de Paula Reis, esposa do Coronel Manoel Pinto dos Reis, faleceu em 1945.²⁴¹

Manoel Pinto dos Reis Júnior, filho do Coronel Manoel Pinto dos Reis e de Marianna Argentina de Paula Pinto dos Reis, foi nomeado para o cargo de subdelegado de Polícia de Suruí (1927),²⁴² bem como para 3.º oficial de secretaria da Diretoria de Estatística do Rio de Janeiro (1929).²⁴³ Um dos primeiros advogados inscritos no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1933.²⁴⁴ Casado com Yelta Portela, filha do Dr. Eduardo Portela (chefe político em Magé), Manoel Pinto dos Reis Júnior faleceu, em 1942, deixando um filho.²⁴⁵

Arlinda Pinto dos Reis, filha do Coronel Manoel Pinto dos Reis e de Marianna Argentina de Paula Pinto dos Reis, foi nomeada professora interina da escola masculina de Magé, em 1927.²⁴⁶

Abigail Pinto dos Reis, filha do Coronel Manoel Pinto dos Reis e de Marianna Argentina de Paula Pinto dos Reis, nasceu em Suruí, em 4 de janeiro de 1910.²⁴⁷ Advogada formada pela Faculdade de Direito de Niterói, sendo das primeiras inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil.²⁴⁸ Conhecida por seu temperamento forte, chegou a defender a bala seu patrimônio, como, em 1964, quando impediu a tiros que funcionários da prefeitura erguesse um coreto em terreno de sua propriedade, sendo presa em flagrante e posta em liberdade mediante fiança.²⁴⁹ Em 1972, denunciou, pela imprensa, o pároco de Suruí, o prefeito e o delegado de Magé de estarem tentando tomar suas terras.²⁵⁰

Janeiro (RJ), 13 de março de 1926, p. 4; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 20 de março de 1927, p. 4.

²³⁹ O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 21 de agosto de 1929, p. 7

²⁴⁰ O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 29 de abril de 1932, p. 5.

²⁴¹ A Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 25 de abril de 1945, p. 6.

²⁴² Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 10 de março de 1927, p. 10.

²⁴³ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 20 de setembro de 1929, p. 9

²⁴⁴ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 30 de novembro de 1933, p. 6.

²⁴⁵ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 20 de fevereiro de 1942, p. 12.

²⁴⁶ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 28 de dezembro de 1923, p. 9; O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 3 de abril de 1927, p. 11.

²⁴⁷ Boletim Eleitoral, Rio de Janeiro (RJ), 17 de dezembro de 1936, p. 1252.

²⁴⁸ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 13 de novembro de 1937, p. 4; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 2 de dezembro de 1941, p. 6.

²⁴⁹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 5 de dezembro de 1964, p. 9.

²⁵⁰ Luta Democrática, Rio de Janeiro (RJ), 15 de junho de 1972, p. 7

Considerações finais

A trajetória das famílias Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença exemplifica as estratégias adotadas por parte da sociedade brasileira colonial e monárquica para assegurar a continuidade de seu poder familiar.

A posse da terra foi o fator inicial de fixação dos povoadores às margens do Rio Suruí. Com os engenhos e as capelas surgem os primeiros suruienses. Em 1755, o desenvolvimento agrícola da região levou a criação da Freguesia de São Nicolau de Suruí que, desde 1789, pertence ao Município de Magé.

A simples posse de terras e a exploração do trabalho escravo não foram suficientes para a manutenção do poder. Antigas famílias de Suruí, ligadas ao comércio e a produção de alimentos, conseguiram legar para seus filhos e netos uma herança política e simbólica, ao longo dos séculos XVIII e XX, através de uma ação social que explica a repetição de nomes e sobrenomes em cargos e funções públicas estratégicas, como vereador, juiz de paz, subdelegado, inspetor, provedor etc.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Vila de Magé. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí (1854-1856).

Biblioteca Nacional – Seção da Hemeroteca

A Batalha, Rio de Janeiro (RJ); A Capital, Rio de Janeiro (RJ); A Manhã, Rio de Janeiro (RJ); A Noite, Rio de Janeiro (RJ); A União, Rio de Janeiro (RJ); Almanach do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ); Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ); Boletim Eleitoral, Rio de Janeiro (RJ); Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ); Correio da Tarde, Rio de Janeiro (RJ); Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ); Diário Carioca, Rio de Janeiro (RJ); Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ); Diário do Congresso Nacional, Brasília (DF); Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ); Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ); Gazeta Fluminense, Petrópolis (RJ); Gazeta Nacional, Rio de Janeiro (RJ); Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ); Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ); Luta Democrática, Rio de Janeiro (RJ); O Apóstolo, Rio de Janeiro (RJ); O Auxiliador da Administração do Correio da Corte, Rio de Janeiro (RJ); O Estado do Rio, Niterói (RJ); O Fluminense, Niterói (RJ); O Globo, Rio de Janeiro (RJ); O Imparcial, Rio de Janeiro (RJ); O Jornal, Rio de Janeiro (RJ); O Mercantil, Petrópolis (RJ); O Paiz, Rio de Janeiro (RJ); O

120 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

Radical, Rio de Janeiro (RJ); Revista da Semana, Rio de Janeiro (RJ); Tribunal Popular, Rio de Janeiro (RJ); Última Hora, Rio de Janeiro (RJ).

Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba

Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930).

Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí

Livro de Registro de Nascimentos n.º 1 (1889-1895).

Livro de Registro de Nascimentos n.º 2 (1897-1915),

Livro de Registro de Nascimentos n.º 3 (1915-1920).

Livro de Registro de Nascimentos n.º 4 (1920-1928).

Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1916).

Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940).

Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902).

Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927).

Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O Tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950.
- ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000.
- Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Rio de Janeiro: IBGE, 1965.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro*: inventário de Arte Sacra Fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.
- ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 3.º v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BARCELOS, Aurêa Maria Siqueira de; Resende, Padre Leonardo Tassinari. *A Paróquia de São Nicolau através dos séculos*. Petrópolis: Edições Diocese de Petrópolis, 2014.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASAL, Aires de. *Corografia Brasília*: tomo 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia*: introdução a ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: formação do patronato político brasileiro. v. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha 2000.
- FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro:

122 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

- Fundação Roberto Marinho, 1984.
- GINZBURG, Carlo et al. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KROKER, Frei Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1947.
- LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé, 1870-1950*. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988.
- STRAUBE, Ernani Costa. *Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí: esboço de vida e obra*. Curitiba: Edição do Autor, 1969.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro – século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.
- WINZ, Antonio Pimentel. Notas históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 15, Rio de Janeiro, 1965.

CONSIDERAÇÕES E CONTROVÉRSIAS ACERCA DO NOME DE ANTÔNIO BICUDO *VERSUS* ANTÔNIO BICUDO CARNEIRO

Pedro Silva Inácio¹

Resumo: Este artigo discorre sobre as controvérsias envolvendo o nome de Antônio Bicudo, que cerca de dois séculos após sua morte aparece referido como Antônio Bicudo Carneiro na obra de Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana*. Aborda as fontes primárias existentes e tece considerações face às lacunas presentes nas fontes secundárias disponíveis.

Abstract: This article discusses the controversies around the name of Antônio Bicudo, who, about two centuries after his death, is referred to as Antônio Bicudo Carneiro in the work of Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana*. It addresses existing primary sources and offers some conclusions against gaps in the available secondary sources.

Antônio Bicudo, português, imigrou para o Brasil e foi pessoa de grande relevância na comarca de São Paulo tendo exercido diversos cargos na vida pública no século XVI. Originário da Ilha de São Miguel, Açores, veio para o Brasil, onde se casou com Isabel Rodrigues, natural de São Paulo.

Este artigo visa abordar as controvérsias envolvendo seu nome, assunto recorrente em grupos de discussão de história e genealogia, visto que cerca de dois séculos após sua morte aparece também referido como **Antônio Bicudo Carneiro** na obra de Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana*².

Em genealogia o que dita a credibilidade das informações é a existência de fontes que as sustentem. É notório que prenomes e sobrenomes eram extremamente fluidos até o início do século XX, tanto na sociedade portuguesa, como, conseqüentemente, na sociedade brasileira. Não sendo, portanto, incomum que as pessoas fossem referidas nos diversos documentos por diferentes nomes ao longo de suas vidas. A pessoa nascia usualmente com um prenome, sendo referida somente como filha de fulano de tal e beltrana. Somente em even-

¹ Pedro Silva Inácio, engenheiro e genealogista desde 1996. Co-criador e administrador do *site* de memórias da cidade de Praia Grande, SC. <http://www.praiagrandedoscanyons.com.br>

² LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, *Nobiliarquia Paulistana*, Tomo III, p. 171.

tos posteriores de sua vida, usualmente no casamento, que o indivíduo aparecia já referido com um sobrenome de fato (ou, no caso das mulheres, comumente também somente com nomes de devoção).

Contudo, isto não era garantia de continuidade dos nomes, visto que ao longo da vida, a pessoa poderia aparecer em diversos momentos futuros, como no batismo de cada filho, ou dos netos, referida com um conjunto de prenomes e sobrenomes diverso.

Entretanto, ainda não é a discussão que se deseja ter aqui neste artigo. O que se questiona não é o fato de as pessoas terem nomes fluidos, o que se sabe era comum na época. O que se questiona aqui são quais seriam as fontes que sustentam se **Antônio Bicudo** também teria sido conhecido por **Antônio Bicudo Carneiro** ou não. O fato de o sobrenome “Carneiro” não ser encontrado na sua ascendência é peculiar e pode gerar dúvidas sobre sua credibilidade.

Infelizmente não existem mais muitos documentos contemporâneos à vida de Antônio Bicudo, como seu assento de batismo, seu casamento ou mesmo seu óbito. Afortunadamente, o que se tem de concreto são as atas preservadas da Câmara de São Paulo. Nelas existem mais de 40 menções a sua pessoa entre os anos de 1575 e 1587, sendo sempre referido como **Antônio Bicudo**, ou suas variantes ortográficas, tendo ele próprio assinado seu nome como Antônio Bicudo por mais de 40 ocasiões (vide Anexo B). Nessas atas, em nenhum momento ao longo de 12 anos, foi mencionado como Antônio Bicudo Carneiro.

Além das atas, há ainda o testamento³ de seu filho homônimo Antônio Bicudo, que em 1650 “declarou ser filho de Antônio Bicudo natural da Ilha de São Miguel e Isabel Rodrigues, natural desta terra”.

De outro lado, existe a famosa obra *Nobiliarquia Paulistana* do linhagista Pedro Taques que em 1767 concluiu a parte referente ao tronco dos Bicudos de São Paulo. Em sua obra Pedro Taques parece oscilar na denominação de Antônio Bicudo, ora o citando como Antônio Bicudo, ora como Antônio Bicudo Carneiro (vide Anexo A). Infelizmente não cita as fontes para suas afirmações. Pedro Taques foi o grande linhagista de sua época, mas não era contemporâneo de Antônio Bicudo, que viveu quase 200 anos antes dele. Não há como saber que documentos Pedro Taques teve o privilégio de ter acesso, e que hoje não estão mais disponíveis. Contudo, não se pode descartar a possibilidade real de equívoco de Pedro Taques.

Pertinente ressaltar que havia um outro Antônio Bicudo Carneiro na Ilha de São Miguel nos Açores, primo de Antônio Bicudo, que era filho de Pedro Bicudo e Catharina de Couros. Esse, contudo, claramente remete seu sobrenome

³ Inventários e Testamentos – Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, Tipografia Piratininga: São Paulo, 1921, vol. XV, p. 25 e ss.

“Carneiro” a sua avó Inês Carneiro.

Outra obra relevante, a *Genealogia Paulistana* de Silva Leme, simplesmente seguiu Pedro Taques quanto à questão do nome. Logo, não se pode afirmar que o nome Antônio Bicudo Carneiro era uma unanimidade entre linhagistas e historiadores, visto que, na verdade, todas as obras genealógicas seguintes, acabaram por perpetuar Pedro Taques e dela derivam quanto à informação sobre o nome.

Vale ressaltar que na atualidade outros pesquisadores^{4,5}, tais como Marcelo Meira Amaral Bogaciovas e Américo de Moura, já pontuaram indiretamente sobre o tema do nome de Antônio Bicudo. Bogaciovas claramente defende que o português Antônio Bicudo não era Carneiro, como quis Pedro Taques e seguiu Silva Leme.

Conclusão

Com bases nestas informações pode-se afirmar acertadamente que Antônio Bicudo era conhecido desse modo, como **Antônio Bicudo**. É como aparece referido nas atas da Câmara de São Paulo por dezenas de vezes ao longo de 12 anos, e principalmente era como ele próprio assinou por inúmeras vezes. Sendo também importante destacar que é desse modo que foi referido no testamento de seu filho, todos esses documentos fontes primárias contemporâneas a sua época.

Se, além de Antônio Bicudo, ele chegou a ser conhecido como Antônio Bicudo Carneiro, é uma questão que recai na esfera das conjecturas e talvez nunca saibamos. Isso visto que hoje não há um único documento de sua época que o denomine deste modo. Em suma, o que resta é a obra de Pedro Taques, escrita muitos anos depois e que não associa fontes a esta informação.

Desse modo, mostra-se salutar considerar que seu nome era de fato Antônio Bicudo e que o nome Antônio Bicudo Carneiro, como quis Pedro Taques, é somente uma variante que carece de provas primárias, quiçá mesmo um equívoco, até que possíveis provas documentais possam corroborar para sua fidedignidade.

⁴ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral, revista da ASBRAP n. 1, p. 158

⁵ MOURA, Américo, revista do IHGSP, vol. 47, p. 310.

ANEXO A - NOBILIARQUIA PAULISTANA⁶

BICUDOS, CARNEIROS, MENDONÇAS

Os Bicudos da capitania de São Paulo trazem a sua origem da ilha de São Miguel. Dela vieram para São Paulo, no principio da sua povoação dous irmãos, que foram Antonio Bicudo e Vicente Bicudo, como se vê de um requerimento que estes dous irmãos fizeram á camara de São Paulo, pedindo ambos 300 braças de terra em quadra, partindo pelo rio Carapicuíba, em 9 de Outubro de 1610; e neste requerimento declaram que havia muitos anos que tinham vindo para esta terra, onde sempre ajudaram, com suas pessoas e armas, ao bem público, achando-se nas guerras que contra os portugueses da vila atualmente moviam os barbaros indios gentios que infestavam a terra, e que eram casados e tinham filhos (Archivo da camara de São Paulo, caderno de registros, Maio de 1607, fl. 44 v.).

A cada um destes dous irmãos veremos nos numeros seguintes:

| | |
|----------------------|------|
| Antonio Bicudo | N. 1 |
| Vicente Bicudo | N. 2 |

N. 1

Antonio Bicudo Carneiro, foi da governança da terra, porque nela serviu sempre os cargos da república. Foi ouvidor da comarca e capitania pelos anos de 1585, em que mandou levantar pelourinho na vila de São Paulo em Janeiro do dito ano de 1585 (Archivo da camara de São Paulo, caderno 1585 á fl. 31 v.). Foi casado com Isabel Rodrigues, como se mostra do requerimento que fez aos officiais da camara de São Paulo, pedindo chãos para fazer casas com seu quintal no ano de 1598; e neste requerimento declarou que tinha dous filhos e quatro filhas (Archivo da camara de São Paulo, caderno de 1598, fl. 16), e que era seu genro Miguel de Siqueira. Tambem se prova que fora casado com Isabel Rodrigues pelo testamento com que em 4 de Dezembro de 1650 faleceu seu filho Antonio Bicudo, de quem fazemos menção no cap. I, porque nele declarou que era filho de Antonio Bicudo, natural da ilha de São Miguel, e de sua mulher Isabel Rodrigues, natural da vila de São Paulo. Não descobrimos o ano em que faleceram Antonio Bicudo e sua mulher Isabel Rodrigues. Deste matrimonio nasceram em São Paulo seis filhos:

⁶ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, Nobiliarquia Paulistana, Tomo III, p. 171.

ANEXO B - ATAS DA CÂMARA DE SÃO PAULO

Segue análise das transcrições das atas da câmara de São Paulo ao longo dos anos em que Antônio Bicudo (pai) é citado, ou assina⁷.

Tabela 1 - Menções a Antônio Bicudo nas atas da Câmara de São Paulo⁸

| Ano | Antônio Bicudo (pai) | Vicente Bicudo | Antônio Bicudo (filho) | Cargo / Obs. |
|------|----------------------|----------------|------------------------|----------------------|
| 1575 | x | | | vereador |
| 1576 | x | | | almotacel |
| 1577 | x | | | juiz |
| 1579 | x | | | juiz |
| 1580 | x | | | juiz |
| 1581 | x | | | vereador |
| 1582 | x | | | tabelião |
| 1583 | x | | | juiz |
| 1584 | x | | | Juiz |
| 1586 | x | | | ouvidor |
| 1587 | x | | | ouvidor |
| 1598 | x | | | ausente ⁹ |
| 1608 | | x | | candidato a vereador |
| 1611 | | | x | almotacel |
| 1612 | | x | | vereador |
| 1612 | | | x | - |
| 1613 | | x | | - |
| 1619 | | | x | juiz |
| 1624 | | | x | - |
| 1629 | | | x | - |
| 1637 | | | x | - |

Ano de 1575

Nas atas desse ano¹⁰, Antônio Bicudo aparece como vereador, sendo citado por oito vezes e ele próprio tendo assinado por vinte e duas ocasiões como Antônio Bicudo.

⁷ Listados também o irmão Vicente Bicudo e o filho homônimo Antônio Bicudo

⁸ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, II, III, IV.

⁹ É referido como ausente por sua mulher Isabel Rodrigues, quando ela solicita terras em São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Departamento de Cultura. Cartas de Datas de Terra (1555 a 1600). vol. I. Publicação da Subdivisão de Documentação Histórica. São Paulo: Graph. Cruzeiro do Sul, 1937, p. 98.

¹⁰ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 65 e ss.

p. 65

o q̄ atraz fiz ha mandado e se fizecẽ termos das ditas
nótfiquacoes e preguãos e o asinaram aqui eu frutuoso
da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — antº cubas —
antº preto — antº biqudo — dº † luiz.

paulo do campo nas cazas da morada de frº fiz es-
tando hi juntos hos snrões vreadores antº cubas e seus
parseiro antº bequdo e antº preto juiz ordinairo e na
camara sendo junto o povo desta villa ordenarão de
desta vila e mandando ẽ tudo o q̄ ell rei noso sñr man-
dava ẽ suas ordenações o q̄ elle prometeo fazer asim eu
frutuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — jº
fiz — antº bequdo — antº cubas — antº preto.

p. 66

e q̄ prº iso elles todos juntos se louvavam prº fintadores
nos ditos moradores antº cubas e antº biqudo prº q̄ am-
bos juntos llansasem a cada hũ cõforme a suas fazendas
fazer este auto q̄ asinarão aqui cõ o dito povo eu frui-
tuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — antº
biqudo — antº cubas — antº preto — allvare anes —
jº fiz — antº † vaz — balltezar roiz — sallvador † pires

pág. 68

comesar da feitura desta a dous mezes e o asinarão aqui
— crº † glz — antº bequdo — antº cubas — jº fiz —
mº fiz — ãº preto.

p. 70

dentro nos termos q̄ lhe foi dado e o asinaram aqui e
eu frutuoso da costa taº q̄ o escrevi — antº cubas —
antº biqudo.

prº iso e de como asim o requeriam asinaram aqui e eu
frutuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi —
antº biqudo — antº cubas — jº fiz — ãº preto.

p. 71

asinaram aqui e eu fruituoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — do p^r † tr^o — ant^o cubas — ant^o preto — ant^o biquido — j^o fiz.

cazas da morada de fr^o piz onde pousa o vreador ant^o cubas estando presentes cõ seu parceiro ant^o biquido e ant^o preto juiz ordinario e cõ jm^o fiz procurador do cõ

p. 72

penas nelles declaradas e p^r asim ser o asinaram aqui e eu fruituoso da costa t^{am} q̄ o escrevi — ant^o cubas — ant^o biquido — ant^o preto — j^o fiz.

p. 73

ẽtrẽguou nesta camara e eu fruituoso da costa escrivão q̄ o escrevi — ant^o biquido — ant^o cubas — m^{el} fiz — j^o fiz.

aqui e eu fruituoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — ant^o † fiz — ant^o biquido — ant^o cubas — m^{el} fiz — j^o fiz.

p. 74

estando hi juntos ẽ camara o dito ant^o cubas e seu parceiro ant^o biquido e ant^o preto juiz ordinario e jm^o fiz procurador do c^o pr^o fallarem ẽ cousas nesarias rador do c^o sobre que estavam careguados e o asinaram aqui o q̄ o não faz seu parceiro ant^o biquido p^r seu pareser ser contrairo de arellevar dita pena e eu fruituoso

p. 75

pousadas de manoell fiz juiz ordinario q̄ sam dentro da dita villa estando hi os senhores officiaes ant^o cubas e ant^o biquido e manoell fiz juiz e jm^o fiz procurador

dato tanto q̄ elle viece e o asinaram aqui e eu frutuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — antº biquido — antº cubas — m^{el} fiz — jº fiz.

p. 76

mento for acabado e de como asim se cõsertaram o asinaram aqui e eu frutuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — antº biquido — alvare anes — m^{el} fiz.

p. 79

o asinaram aqui e eu frutuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — sallvador † p̄iz — gº p̄iz — antº cubas — antº biquido m^{el} fiz — jº fiz. (*)

p. 80

escrivão da camara q̄ o escrevi — jorge moreira — Amrique da cunha — jº fiz — antº cubas — m^{el} fiz — antº biquido — ãtº preto.

p. 81

requerese contra o dito capitam e o asinaram aqui e eu frutuoso da costa t^{am} q̄ o escrevi — antº biquido — antº cubas — m^{el} fiz — jº fiz.

p. 82

costa escrivão da camara q̄ o escrevi — afonso † sardinha — antº cubas — antº biquido — m^{el} fiz.

a intender e o asinaram aqui e eu frutuoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — ãtº preto — Amrique da cunha — antº biquido — m^{el} fiz — antº cubas.

p. 84

o niandaram e ordenaram as cousas atraz escritas o asinaram aqui e eu fruituoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — m^{el} fiz — ant^o biquido — ant^o cubas.

p. 85

ditos llouvados e eu fruituoso da costa escrivão q̄ o escrevi — grasia † rōiz — g^o † piiz — ant^o biquido — ant^o cubas — m^{el} fiz — allvare anes — j^o frz.

p. 86

asinaram aqui e eu fruituoso da costa escrivão q̄ o escrevi a quoall pena sera apilliquada p^r a o c^o — ant^o cubas — m^{el} fiz — ant^o biquido — j^o fiz.

casas da morada do vreador ãt^o cubas estando hi sua merce cõ ho juiz ordinairo manoell fiz p^r ser auzenté seu parseiro ãt^o biquido e p^r ser nesesario fazer ce allmõtasell p^r esta villa estar sem elle e afonso sardinha q̄

p. 87

asinarão aqui e eu fruituoso da costa escrivão da camara q̄ o escrevi — ant^o cubas — j^o fiz — m^{el} fiz — ant^o biquido.

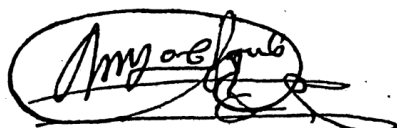
p. 88

sam dentro desta dita villa estando hi ẽ camara seu parseiro ãt^o biquido e manoell fiz juiz e não foi presente ju^o fiz procurador do c^o p^r estar doente mãdarão os ditos coanto estava chovêdo na dita casa e eu fruituoso da costa t^m q̄ o escrevi — ant^o cubas — ant^o biquido — m^{el} fiz.

Além das transcrições das atas, há ainda nesse volume duas cópias reprográficas¹¹ de assinaturas de Antônio Bicudo. Uma análise grafológica das assinaturas confir-

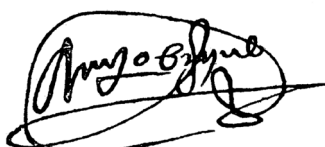
¹¹ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 61 e 77.

ma que ele assinou como Antônio Bicudo.



Antônio Bicudo

P. 61, assinatura de Antônio Bicudo



antº biquido
(Antônio Bicudo)



antº biquido
(Antônio Bicudo)

P. 77, assinatura e análise grafológica.

Ano de 1576

Nas atas desse ano¹², Antônio Bicudo aparece como almotacel, sendo citado por três vezes.

p. 100

de festas e serem nesarias allgũas cousas na dita villa e p^r **ãt^o biqudo** vreador q̄ foi o ano pasado ser auzente e jm^o fiz procurador do cõselho q̄ foi o ano pasado estar

p. 103

estava sem allmotacell q̄ pedia e requeria a suas merces fizesẽ allmotacell a **ãt^o biqudo** vreador q̄ foi o ano pasado p^r inda não servir o dito carguo este ano e lloguo p^r elle

p. 104

a villa de santos e vice cõ ãbarguos a dita cõdenação e a seguice ate aver acorda e lloguo pelo dito povo foi ãllejido e nomeado pr^o o dito caso a **ãt^o biqudo** q̄ presente

Ano de 1577

Nas atas desse ano¹³, Antônio Bicudo aparece como juiz, sendo citado por uma vez e ele próprio assinando as atas por uma ocasião como Antônio Bicudo.

p. 113

este ano presõte e acharão ã a dita pauta q̄ veho limpa e apurada por ho sãr houvidor sairẽ p^r julzes **ãt^o cubas** e **ãt^o becudo** e p^r breadores fr^o de britto e **ãt^o preto** e g^o piz e loguo hos ditos hoficiais hos mãdarão chamar a eu martym peres escrivão da camara q̄ ho escrevi — **ant^o cubas** — fr^o de britto — **ant^o biqudo** — g^o piz — a^o † sardinha — lopo dias — jorge moreira — Louremco Vaz — **ãt^o preto**.

¹² Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 100 e ss.

¹³ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 113.

Ano de 1579

Nas atas desse ano¹⁴, Antônio Bicudo aparece como juiz, sendo citado por onze vezes e ele próprio assinando as atas por treze ocasiões como Antônio Bicudo.

p. 134

a mi tabaliam lourenço vaz q̄ fizese este tremo em este livro da camara de como dava juram^{to} sobre os santos avãgelhos, ao juiz ant^o becudo e ao vreador ant^o preto e a joam fiz seu companheiro e a balltezar glz porcu-

p. 135

q̄ todos asinaram aci eu lourenço vaz tabaliam q̄ o escrivi — Ant^o bequdo — ant^o preto — j^o fiz — balltezar glz — jorge moreira.

de serem prezos q̄ não lho dando suas m. as sobreditas couzas elle ant^o becudo não ser obrigado a dar conta diso mas antes os sōr oficiaes darem comta diso e carecrivão da camara nesta vila e de seu salario le darem tres cruzados o que tudo asinarão aci eu lourenço vaz tabaliam q̄ o escrivi — Ant^o bequdo — Ant^o Preto — j^o fiz — balltezar — fiz — p^o † fiz.

p. 136

ano e bem assim salvador pires vreador do ano pasado por não se acar oje neste dia ant^o preto vreador nem ant^o becudo juiz ordinario os quaes se ajuntarão em camara o asinarão aqui eu lourenço vaz tabaliam que o escrivi — salvador † pires — Ant^o bequdo — baltezar de morais — j^o fiz.

de sam paulo do campo sendo em ela juntos os officiaes comvem a saber joam fiz e ant^o preto vreadores e ant^o becudo e baltezar de morais juizes e baltezar glz percu-

¹⁴ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 134 e ss.

com eles e com outros emlegerem hũ ouvidor o qual acabava a quatro deste mes de fevereiro e estando antº bequdo tomãdo as vozès de cada hũ sairão por eleitos

p. 137

podião ir em dous dias e q̃ todos asinarão aqui eu lourenco vaz taballiam q̃ o escrevi — Jorge moreira — afonso sardinha — jº fiz — antº bequdo — antº preto.

p. 138

nenhũa os ditos officiais respomderão q̃ eles provirião nisc com brividade e o dito antº bequdo me pedio de tudo esta sertidam a qual eu lhe pasei e sertifiquo pasar ... sñr ouviº. — Diz antonio biqudo juiz nesta villa de sam paulo do campo que emtrando elle este ano quinº setêta e nove pº juiz nesta dita villa achara prezo

p. 141

ambos vreadores e antº bequdo juiz e baltezar glz percurador com os mais senhores do regimento da tera pera fazerem juiz em auzemsa de baltezar de morais q̃ ido coni os ditos officiais eu lourenco vaz taballiam q̃ o escrevi — antº bequdo — antº preto — baltezar glz — jº fiz.

p. 142

abaixo asinado eu sobre lourenco vaz q̃ o escrevi — antº preto — Dº † dias — antº bequdo — baltezar glz — manoel ribeiro — jº fiz — dº † luis — gº † fiz — salcõmo asim foi contente e o asina com os ditos officiais eu lourenco vaz q̃ o escrevi — antº bequdo — Dº † dias jº † fiz — antº preto — baltezar glz — silvestrè † frº.

p. 144

eles obrigasẽ hũ ome q̃ nesta vila fose casereiro por o
juiz amtº bequdo assim lho pedir por sua pitisam a qual
nõ fize o despacho e tal como ele se cõtem e fize
convem a saber joam fiz e amtº preto ambos vreadores
e amtº bequdo juiz ordenario fizerão e apresentarão o
juiz amtº bequdo pº domingues pera q̃ fose casereiro
comforme ao despacho do sōr ouvidor por quanto bras

p. 145

cõ os ditos oficiais não fasam duvida so emẽdado por
q̃ se fez por fazer verdade eu lourenco vaz q̃ o escrivi —
amtº bequdo — pº dominges — amtº preto — jº fiz.

p. 148

e mandarão o asinarão aqui eu lourenco vaz tabaliam
q̃ o escrivi — amtº bequdo — jº fiz — atº preto —
antº † glz.

p. 149

feita e q̃ fose caregados sobre o percurador do com-
selho amtº glz q̃ os arecadase eu lourenco vaz q̃ o
escrivi — jº fiz — antº preto — amtº bequdo — antº † glz.

os ditos oficiais aqui asinados eu lourenco vaz escrivão
q̃ o escrivi — amtº bequdo — jº fiz — amtº preto —
braz glz — antº † glz.

p. 152

mandando o sōr capitam o contrairo etam podera hir
e de como asim o mãdarão o asinarão aqui eu lourenco
vaz taº q̃ o escrivi — atº preto — jº fiz — amtº bequdo.

a emtender o qual asinou aqui com os ditos oficiais eu
lourenco vaz taº q̃ o escrivi — salvador de paiva —
amtº bequdo — antº preto — jº fiz.

Ano de 1580

Nas atas desse ano¹⁵, Antônio Bicudo aparece como juiz, sendo citado por uma vez e ele próprio assinando as atas por uma ocasião como Antônio Bicudo.

p. 157

aos dezaseis dias do mes de janeiro de mil e quinhentos e outenta anos nesta vila de sam paulo do campo na caza da camara dela foram juntos joam fíz vreador e amtº breto diguo amtº bequdo juiz loguo na dita camara abrírao a pauta q̄ vinha dos officiais q̄ aviam de asinarãen com os ditos officiais velhos eu lourenco vaz ta^m q̄ o escrivi — Jorge moreira — amtº bequdo — jº fíz — jmº soares — pero dias — jmº masiel.

Ano de 1581

Nas atas deste ano¹⁶, Antônio Bicudo aparece como vereador, sendo citado por doze vezes e ele próprio assinando as atas por duas ocasiões como Antônio Bicudo.

p. 175

prezente ano pola qual parese sahirem por os officiais manonel ribeiro domingos dias juizes vreadores antº bequdo e manonel fíz o moso e percurador do conselho salvador de paiva os quais os ditos ofisiais mandarão vir perante sim a domingos dias e salvador de paiva e por não estarem na vila os mais officiais não foram chamados e assim foi chamado antº bequdo por estar prezente o qual o vreador jorge moreira deu juramento a dominq̄ he encarogado e pormeterão a fazer segundo noso sōr lhes dese a entender q̄ querendo o dito vreador jorge moreira dar juramento a antº bequdo pera servir de vreador e o dito antº bequdo se escuzou dizendo q̄ hera ou-

¹⁵ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 157.

¹⁶ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 175 e ss.

o não podiam obrigar a servir o officio da reprovica os ditos vreadores lhe não quizerão guardar a dita rézam e lhe puzeram pena de dous mil res pera este comselho q̄ aseitase o dito officio e p^r o dito ant^o bequido foi

p. 178

manuel ribeiro juiz e salvador de paiva percurador do conselho pera darem juramento dos santos avanjelhos ant^o bequido pera q̄ servise bem e verdadeiramente este pérzente ano de vreador por sair por enlensam em q̄ ele pos a mão perante mí ta^m o q̄ ele pormeteo a fazer segundo noso sôr lhe dese a entender e o asinaram aqui todos juntos eu lourenco vaz ta^m q̄ esto escrivi — manoel ribeiro—ant^o bequido—m^{el} fiz—salvador de paiva.

p. 179

vreador do ano pasado g^o fiz por não estar nesta vila ant^o bequido e o juiz manoel ribeiro e o porcurador do conselho salvador de paiva pera porem em pratica

p. 181

e outenta e hũ anos nesta vila de sam paulo do campo nas pouzadas do vreador manoel fiz estando o vreador do ano pasado em auzensa do vreador ant^o bequido e o juiz manoel ribeiro e o percurador do conselho sal-

p. 182

do campo nas pouzadas do vreador manoel fiz foi juntos os officiais pera se fazer quamara foi junto o vreador do ano pasado g^o fiz em auzenca de ant^o bequido e o

p. 183

do ano pasado porquamto não estava nesta vila ant^o bequido vreador e foi junto o vreador manoel fiz vreador neste ano e o juiz domingos dias e o percurador do quon-

p. 184

vreador manôel fíz gonsalo fíz o vreador do ano pasado por rezam de antº bequdo vreador neste prẽzente ano não estar nesta vila foi junto o juiz domingos dias e o percurador de conselho saluador de paiva.

p. 185

quoza q̄ requiere eu lonrenco vaz ta^m q̄ esto escrevi — antº bequdo — m^{el} fíz — manôel ribeiro — salvador de paiva.

oficiais da camara convem a saber gº fíz vreador do ano pasado q̄ serve em auzenca de antº bequdo e manôel fíz vreador neste ano prezente e o juiz manôel ribeiro

p. 186

do ano pasado gonsalo fíz q̄ esta em auzenca do vreador antº bequdo por não estar nesta vila e o vreador manôel fíz e o juiz manôel ribeiro é o percurador

Ano de 1582

Nas atas desse ano¹⁷, Antônio Bicudo aparece citado uma vez como tabelião.

p. 194

selo que serve en esta villa de saotos ahos vinte e dous dias do mes doutubro Antonio Bicudo tabalião en esta vila a fez e mill e quinhentos e oitenta e dous anos pagou nada — Jeronimo leitão.

Ano de 1583

Nas atas desse ano¹⁸, Antônio Bicudo aparece como juiz, tendo ele próprio assinando a ata como Antônio Bicudo.

¹⁷ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 194.

¹⁸ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 219.

p. 219

siell escrivão da camara q̄ o escrevi — baltezar roiz —
Paulo roiz — Salvador de paiva — gouonçallo madeira
— fr^{co} de britto — Belchior da costa — jm^o soares —
Jorge moreira — pedralves — d^o tex^{ra} de crav^o — jm^o
anes — m^o fiz — **amt^o bequdo** — d^{os} glz — Ant^o
Sayavedra — g^o piz — Sebastião Leme — Fr^{co} teix^{ra}
cid — pero nunes — Luiz Gomez — d^{os} diaz — m^{el} fiz
— bras † roiz — gaspar ns — Alv^o neto — g^o † glz —
marco fiz—salvador † piz—fernão diaz—Mateus Leme.

Ano de 1584

Nas atas desse ano¹⁹, Antônio Bicudo aparece como juiz, sendo citado por sete vezes e ele próprio assinando as atas por três ocasiões como Antônio Bicudo.

p. 231

procurador do conselho alvro neto e loguo pelo vereador baltezar roiz e o juiz m^o rib^o foi dado juram^{to} e emposados os juizes **ãt^o becudo** e a fr^{co} pr^a por serem presentes e aos vreadores por serem auzemtes lhes não a etemder ho q̄ asinarão aqui eu jm^o masiell escrivão da camara desta vila de são paulo q̄ esto escrevi — **amt^o bequdo** — Fr^{co} Pr^a — balltezar roiz — manonel ribeiro.

Aos dezanove dias do mes de janr^o hera de mill e quinhentos e oitenta e quatro anos nesta vila de são paulo do câpo nas pouzadas do juiz ordi^o **ãt^o becudo** por ao presente não aver quaza do conselho estamdo hi

p. 232

ho que asinarão aqui eu jm^o masiell escrivão da camara desta vila que esto escrevi — Jorge moreira — **Ant^o bequdo** — Ant^o de Proença — Paulo roiz.

¹⁹ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 231 e ss.

p. 233

asinarão aqui eu jmº masiell escrivão da camara que ho
 escrevi — jorge moreira — Amtº de Proença — Amtº
 bequdo.

p. 238

sobre ho procurador do conselho / e loguo no quaminho
 dos pinheiros afonso sardinha ãtº becudo frº da
 guama fernão dias dominguos glz guaspar fiz allvro

p. 246

vreadores e juiz frº prº e meº fiz juiz ã auzensia de
 amtº becudo e procurador do conselho allvro neto e
 sendo juntos hos ditos hofisiais como dito he pº orde-

p. 247

hũ calãdrairo do papa tersº gregorio nesta vila de são
 paulo do campo nas pouzadas de meº fiz juiz ã auzensia
 de ãtº becudo por não aver quaza do cõselho forão jum-
 tos hos hofisiais cõvem a saber jorge moreira e ãtº de

p. 249

turas escrivão da camara ho escrevi.

quamara que se fez nesta vila de
 são paulo ã quaza de meº fiz juiz ã
 auzẽsia de ãtº becudo.

campo nas pouzadas de meº fiz juiz ã auzesmia de ãtº
 becudo fizerão quamara por não aver quaza do cõselho
 covem a saber jorge moreira vreadores e ãtº de proẽça

Ano de 1586

Nas atas desse ano²⁰, Antônio Bicudo é citado em uma ocasião como ouvidor.

²⁰ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 291.

p. 291

chez percurador do concelho da dita villa hy perante
 todos elles eu escrivão ly o termo q̃ o ouvidor ant^o
 bicudo fez de como alimpou e apurou a pauta deste

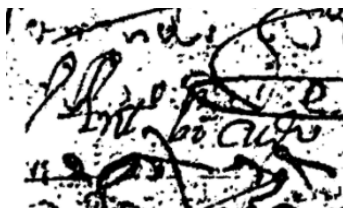
Ano de 1587

Nas atas desse ano²¹, Antônio Bicudo é citado em uma ocasião como ouvidor.

p. 309

g^o fêz e a jorge morera vereadores do ano pasado en
 dous mill res de pena q̃ lhes pusera ant^o bicudo ouvidor
 desta capit^a q̃ dentro em oito dias prim^{os} segt^{os} ale-
 vantasẽ pelourinho nesta villa e depois da not^{on} f^{ta} e

Após 1587 não existem mais menções a Antônio Bicudo (pai) nas atas da câmara de São Paulo. Este nome aparecerá novamente somente em 1611, mas provavelmente já na pessoa de seu filho homônimo, tendo este assinado uma das atas de 1612. E se percebe que a assinatura difere da assinatura de seu pai nos anos anteriores.



²¹ Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Edição, 1967, p. 309.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atas da Câmara de São Paulo, vol. I, 1562-1596, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 2ª Ed., 1967.
- Atas da Câmara de São Paulo, vol. II, 1596-1622, Duprat & C., 1915.
- Atas da Câmara de São Paulo, vol. III, 1623-1628, Duprat & C., 1915.
- Atas da Câmara de São Paulo, vol. IV, 1629-1639, Duprat & C., 1915.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, Nobiliarquia Paulistana, Tomo III, p. 171.
- LEME, Luís Gonzaga da Silva, Genealogia Paulistana, vol. VI, Títulos Bicudos.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral, revista da ASBRAP n. 1, p. 158
- MOURA, Américo, revista do IHGSP, vol. 47, p. 310.
- Inventários e Testamentos, publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, Tipografia Piratininga, São Paulo, 1921, vol. XV, p. 25. e ss.
- SETTE, Bartyra. JUNQUEIRA, Regina Moraes. Projeto Compartilhar. Testamento de Antônio Bicudo (filho).
<http://www.projeto compartilhar.org/SAESPp/antoniobicudo1650.htm>

JOÃO MONTEIRO FERRAZ – O FILHO
(DESCENDÊNCIA DE JOÃO MONTEIRO FERRAZ E ANA GOMES DE SOUZA)
A ORIGEM DA FAMÍLIA FERRAZ DA SILVA
CUNHA E REGIÃO

Decio Ferraz da Silva Junior

Resumo: *O presente trabalho tem por objetivo descrever a genealogia do povoador português João Monteiro Ferraz com sua mulher Ana Gomes de Souza, pelo seu filho João Monteiro Ferraz, antigos moradores da Freguesia do Facão, até a bisneta Maria Luiza Ferraz, a partir da qual se originou a família Ferraz da Silva, da Cidade de Cunha e região.*

Abstract: *The present work aims to describe the genealogy of the Portuguese population João Monteiro Ferraz with his wife Ana Gomes de Souza, by his son João Monteiro Ferraz, former residents of Freguesia do Facão, up to the great-granddaughter Maria Luiza Ferraz, from which it originated the Ferraz da Silva family, from City of Cunha and region.*

A família Ferraz da Silva, originária da região Serrana de Cunha, Estado de São Paulo, descende diretamente da união entre o português João Monteiro Ferraz, nascido na Freguesia de Mesão Frio, Comarca de Vila Real, arcebispado do Porto (ou Lamego), batizado na Igreja de Santa Cristina, hoje pertencente a Freguesia de Santo André, antiga província de Trás-os-Montes, Portugal, e a brasileira Ana Gomes de Souza (ou Pimenta de Oliveira), nascida e batizada na Vila de Paraty, Capitania do Rio de Janeiro, descendente da família Pimenta de Carvalho, originária da Cidade do Rio de Janeiro e Ilha Grande.

Este português, segundo dados colhidos em Portugal, partiu da região “conhecida como a Porta do Douro, devido a estarem colocados no seu território os primeiros marcos Pombalinos da região vinícola mais antiga do Mundo - A

Região Demarcada do Douro - e também, por ser o concelho que se localiza no derradeiro limite desta região”¹.

Não foi possível confirmar a data exata da chegada deste português em terras brasileiras, principalmente pela falta de documentos a registrar, no início do século XVIII, navios portugueses zarpando em direção ao Rio de Janeiro, em virtude do terremoto e incêndio da alfândega de Lisboa no ano de 1755. Porém, verificando alguns documentos enviados pelo governo da capitania do Rio de Janeiro ao Conselho Ultramarino² vê-se que este português, acompanhado de outros povoadores da região de Cunha, vindo na sua maioria da região norte de Portugal (Braga, Vila Real, Porto etc.), embarcou possivelmente no cais da Cidade do Porto na condição análoga à clandestino, pelo método sorrateiro utilizado pelos capitães das naus, denunciados pelas autoridades da época como se lê neste expediente do governador da época:

“O Governador do Rio de Janeiro, Luis Vahia Monteiro, em carta de 12 de março deste presente ano (cuja cópia com esta sobe às mãos de Vossa Majestade) dá conta das fraudes que cometem os capitães e mestres dos navios do Pôrto que navegam para aquela capitania fiados nos senhorios deles, em levarem nos tais navios um excessivo número de gente assim para a mesma capitania, como para as mais do Estado do Brasil, contra as ordens de Vossa Majestade, a qual carta sendo vista neste Conselho se ordenou ao desembargador Francisco Luis da Cunha de Ataíde, chanceler da Relação do Porto, remetendo-se-lhe a cópia da mesma carta e mais documentos de que se acompanhava procurasse examinar ali com a mais exata diligência e com o mais eficaz cuidado as fraudes que apontara dito governador do excessivo número de gente que vai nos navios que daquele porto saem para o da dita capitania e as mais do Brasil, examinando na sua volta aquela cidade se inteiramente satisfizeram as ordens de Vossa Majestade averiguando a culpa dos mestres e da pessoa que faz as listas se vão nelas maior número de passageiros dos que se matricularam e do que nisto

¹ OLIVEIRA, Bernardino Vieira de. *Breve Monografia do Concelho de Mesão Frio*. Mesão Frio, Portugal. Câmara Municipal de Mesão Frio, 2002.

² Documentos Históricos - Consultas do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro 1726 -1756 – Vol. XCIV, Biblioteca Nacional – Div. de Obras Raras e Publicações 1951 – pág. 46/47.

obrasse desse infalivelmente conta para Vossa Majestade manda neste particular a providencia conveniente e se evitarem os enganos que nesta parte se arguem a que satisfez o dito ministro, com o que consta da sua carta, cuja cópia com esta se envia à soberana presença de Vossa Majestade.

E dando-se vista de tudo ao procurador da Coroa, responder que se devia representar a Vossa Majestade o que informa o chanceler de Relação do Porto para que haja por bem ordenar que o chanceler examine as listas de gente da marcação das maiorias e possa impedir o não se alistarem os homens que não exercitam esta arte, ou expeça muito apertada ordens ao superintendente que se não alistem os que não forem marinheiros e demonstrando o contrário ser suspenso do cargo e ter o mais procedimento com ele que lhe parecer justo.

Pareceu ao Conselho o mesmo que ao procurador da coroa.

Lisboa Ocidental, 17 de dezembro de 1729.”

Ainda assim, ao pesquisar os poucos livros a respeito do assunto, vislumbra-se a hipótese da partida e chegada ter ocorrido entre os anos de 1725 e 1727, considerando o intenso tráfego marítimo mercantil entre Portugal e a Colônia, com destaque para a nau portuguesa Nossa Senhora do Rosário e Penha de França, que neste período efetuara diversas viagens entre o Rio de Janeiro e Portugal em favor do rico mercador carioca-português Francisco Pinheiro³.

JOÃO MONTEIRO FERRAZ, meu hexavô pelo lado paterno, humilde agricultor, ferreiro e morador de longínqua região em relação à sede da monarquia portuguesa, não teria condições econômicas ou mesmo influência para postular às autoridades constituídas tão perigosa travessia oceânica dentro das regras vigentes, com a intenção de perseverar em solo brasileiro em busca de riquezas que a pátria mãe pouco podia lhe oferecer.

Certamente o jovem português e uma legião de outros tantos patricios foram atraídos para a aventura transoceânica pelas notícias vindas da colônia sobre a existência de ouro nas Minas Gerais, não supondo ele, naquele momento, que anos mais tarde seu neto homônimo se casaria com uma descendente direta de um bandeirante paulista descobridor de jazidas onde hoje se situa o Rio das Velhas.

 Não por acaso ter se casado com uma nativa da região de Angra dos Reis

³ GODOY, José Eduardo Pimentel de. *Naus do Brasil Colônia*. Edições do Senado Federal. Brasília, 2007 – Vol. 88, pág. 444 a 446.

e Paraty, fixando moradia em terras devolutas da antiga povoação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão, que na companhia de outras famílias portuguesas ajudou a povoar, às margens da trilha indígena para Taubaté na região da Encruzilhada, local do entroncamento entre o velho caminho e o novo atalho para a Vila de Guaratinguetá, criado para encurtar a distância até a Garganta do Embaú.

O falecido historiador cunhense, João José de Oliveira Veloso⁴, citando outro ilustre historiador Valeparaibano, Prof. José Luiz Pasin, em referência ao celebrado Capistrano de Abreu, discorre sobre a importância da mencionada trilha para o desbravamento do sertão e o escoamento do ouro:

“Esses caminhos ou trilhas no sertão, provenientes de Paraty, que vieram a se denominar “Trilhas dos Guaianás” (Guaianases) e, em seguida “Caminho Velho” ou “Caminho do Ouro”, seguia de Paraty às regiões das minas, num percurso mais extenso daquele que seria posteriormente o Caminho Geral do Sertão.

(...)

Capistrano de Abreu reafirma a importância da trilha do Facão, como meio de comunicação entre o mar e a serra acima, onde se estabeleceria mais tarde a Cidade de Cunha.

“... Knivet porém diz que da Ilha Grande subiam a serra do mar a buscar escravos, quando lhes encomendavam. A afirmação comprova-se pela existência da estrada do Facão, em cuja margem demora a Cidade de Cunha, estrada que precedeu a invasão portuguesa.”

Não é demasiado afirmar, diante do cenário da época, que o imigrante aventureiro vindo do norte de Portugal tenha desembarcado na Cidade do Rio de Janeiro tomado a trilha mato adentro até a Baía de Sepetiba, embarcando dali em direção à Vila de Angra dos Reis ou mesmo partindo diretamente para a Vila de Paraty, na intenção de subir a Serra do Mar pela antiga trilha indígena, Caminho do Ouro, até a região aurífera de Minas Gerais. No trajeto entre a capital da colônia até o sertão mineiro poderia ter pousado na Vila de Paraty, conhecendo ali sua esposa, Ana Gomes de Souza ou Ana Gomes Pimenta de Oliveira, filha de outro português, o Sarg.-Mor Manoel Soares Pereira, natural de Monção, Arcebisado

⁴ VELOSO, João José de Oliveira. *A História de Cunha – Freguesia do Facão – A Rota da Exploração das Minas e Abastecimento de Tropas*. São Paulo, 2010 – págs. 48/49.

de Braga, e sua mulher Madalena Pimenta de Oliveira, nascida em Angra dos Reis ou Paraty, no seio das famílias Gago de Oliveira e Pimenta de Carvalho.

Aliás, essa ascendência faz sentido, pois o Capitão-Mor João Pimenta de Carvalho, Ouvidor e Loco-tenente da Capitania de São Vicente, procurador da Condessa de Vimieiro, Dona Mariana de Souza Guerra, fez doar em sesmaria a sua segunda filha, Maria Jacome de Melo, “*hum pedasso de terra que estava nesta capitania onde chamão Paraty guasû onde estiveram os Índios Goramenis a qual me pedia por devolutas e eu lhe puz por despacho lhe dava légua e meia de terra por Costa ficando o ditto Rio de Paraty Guacû em meio e para o certao meia légua*”⁵. João Pimenta de Carvalho teria não só doado terras a sua filha naquela localidade como também a outros angrenses, sendo o responsável pelo povoamento do que é hoje a Cidade de Paraty, vila natal e morada de Ana Gomes Pimenta de Oliveira.

Por sinal, o sobrenome Oliveira, que compõe o apelido de família Pimenta de Oliveira, surge da união de D. Madalena Pimenta de Carvalho, irmã de Maria Jacome de Melo, ambas filhas do então Capitão-Mor João Pimenta de Carvalho, com o também Capitão João Gago de Oliveira, irmão de Cecília Gago de Oliveira, prole de Antônio de Oliveira Gago e sua mulher Custódia Moreira.

De fato, havia uma proximidade entre as famílias Pimenta de Carvalho e Gago de Oliveira, pois um descendente de Cecília Gago de Oliveira, Antônio Lopes, casou-se com Luiza Pimenta, filha do casal Manoel Soares Pereira e Madalena Pimenta de Oliveira, irmã, portanto, de Ana Gomes Pimenta de Oliveira, o que explica em parte a expansão dos ‘Pimenta de Oliveira’ para as regiões de Itacuruça, Encontro, Gândara, Camundá e Mandiga, todas pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão⁶.

JOÃO MONTEIRO FERRAZ, nascido no ano de 1694 e batizado na dita Freguesia de Mesão Frio, Comarca de Vila Real, Arcebispado do Porto (ou Lamego) na data de 02-JUL-1694, foi filho de Manoel Monteiro Ferrador e s/m. Maria Gomes, ambos naturais da mesma freguesia, vindo a falecer na Vila de Gua-

⁵ MELLO, Diuner e Rameck, Maria José S. *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty, Séculos XVIII, XIX e XX – Vol. II*. Angra dos Reis, 2011, pág. 07.

⁶ VELOSO, João José de Oliveira. *A História de Cunha – Freguesia do Facão – A Rota da Exploração das Minas e Abastecimento de Tropas*. São Paulo, 2010 – págs. 243.

ratinguetá no ano de 1749⁷. Seu assento de batismo ficou assim registrado, com as imperfeições que se apresentam no respectivo livro de batismo⁸:

“João filho de Manoel Monteiro Ferrador e de sua mulher Maria Gomes moradores desta Vila de Mezan Frio freguezia desta de sancta Christina nasceo aos [...] três dias do mês [...] do dito anno de mil seiscentos e noventa e coatro annos foi baptizado nesta igreja de sancta christina em aos dois dias do mes de julho do dito anno de mil seiscentos e noventa coatro annos foram padrinhos Manoel de Queiroz Cerqueira cazado morador em sancta christina desta freguezia e Maria Guedes cazada mulher de João Pinto Carneiro moradores nesta vila e freguezia forao testemunhas presentes o Reverendo padre paschoal ferreira morador nesta vila freguezia de Sam Nicolao Andre Teixeira cazado morador nesta Villa e freguezia de Sam Nicolao e por assim pa tar na verdade fiz este asento errat ut supra que asinei com as testemunhas”

Contraíu núpcias, contando com trinta e um anos de idade, na então Vila de Paraty, Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, as quatro horas da tarde do dia 03-JUL-1727⁹, com **ANA GOMES DE SOUZA** ou **ANA GOMES PIMENTA DE OLIVEIRA**, ela com pouco mais de quinze anos, batizada na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na data de 29-MAIO-1712¹⁰, descendente das famílias

⁷ Inventário arquivado no Museu Frei Galvão (MFG/AMG - Maço 11 - 1º Ofício).

⁸ Livro de Batismo 43 da Paróquia de Santa Cristina, págs. 76/77. Em decorrência dos danos existentes no livro de batismo, parte do texto foi completado usando a mesma estrutura redacional empregada pelo Cura da Paróquia nos demais registros, exceto para a data de nascimento a qual está rasurada no texto original.

⁹ Livro 1º de Casamento da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty – fls. 12, certidão juntada nos autos do Processo de Patrimônio, Habilitação e Vita Et Moribus do Padre Jerônimo de Barros Veloso, fl. 25. Foram testemunhas: Coronel Manoel Dias de Menezes, Gregório Mendes de Almeida, João de Bastos da Costa, Francisco de Oliveira Montanha (Habilitações Sacerdotais - Notação 4166 – CX 658 – ACRJ).

¹⁰ Livro 1º de Batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty – fls. 64v, certidão juntada nos autos do Processo de Patrimônio, Habilitação e Vita Et Moribus do Padre Jerônimo de Barros Veloso, fls. 24v/25. Neste assento não consta o ano do batismo da criança Ana, mas consta o ano de 1712 nos assentos anteriores e posteriores, conforme certidão. Foram padrinhos Lourenço Carvalho e Marcelina do Amaral (Habilitações Sacerdotais - Notação 4166 – CX 658 – ACRJ).

Gago de Oliveira e Pimenta de Carvalho, estabelecidas desde os fins do século XVI no Rio de Janeiro e Ilha Grande (Angra dos Reis), filha do português, Sargento-Mor e Provedor do Registro de Sua Majestade, Manoel Soares Pereira, natural de Monção, Arcebispado de Braga, e s/m. Madalena Pimenta de Oliveira, nascida em Angra dos Reis por volta de 1690; n.m de Antônio Gago de Oliveira, Capitão de Infantaria paga na Cidade do Rio de Janeiro¹¹ (teria um irmão provedor da Fazenda Real), e s/m. Lourença Rodrigues Pais. Bisneta, pelo lado materno, do Cap. João Gago de Oliveira e s/m. Dona Madalena Pimenta de Carvalho; ele filho de Antônio de Oliveira Gago, natural da Vila de Santos, e sua segunda mulher Custódia Moreira, moradores da Ilha Grande; ela filha de João Pimenta de Carvalho e s/m. Susana de Estrada ou Susana Requeixo (R. ASBRAP nº 18, págs. 269/285).

ANA GOMES DE SOUZA faleceu na Vila de Cunha por volta de 1795 sem deixar inventário conhecido, mas seu comportamento marcante lhe valeu a alcunha de Ana da Encruzilhada, região onde estabeleceu morada até a sua morte, sempre rodeada pelas famílias de boa parte de seus filhos.

Há uma passagem peculiar que demonstra o caráter imponente da matriarca na longínqua Freguesia do Facão nos idos de 1750. Ana Gomes de Souza ousou desafiar os poderes constituídos da época promovendo perante as ordens eclesiásticas da Província de São Paulo denuncia dirigida ao então Rev. Sr. Dr. Governador do Bispado de São Paulo, Matheus Lourenço de Carvalho, contra Antônio da Silva Bravo, morador da Vila de Guaratinguetá, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha, Patriarcado de Lisboa, filho de Luiz da Silva e s/m. Joana Maria Josefa, e o Rev. Dr. Gaspar de Souza Leal, Vigário da Igreja da Matriz da dita vila, contratando procurador na capital da província para representá-la, Dr. João de Sampaio Peixoto.

Nesta denuncia consta registrado o depoimento da testemunha Bento

¹¹ Testemunhando a favor do caráter ilibado de Ana Gomes de Souza, nos autos do Processo Crime que moveu contra Antônio da Silva Bravo e o Reverendo Gaspar de Souza Leal, Bento Correia, natural do Rio de Janeiro, reforçando os depoimentos das demais testemunhas, ressalta sua ascendência como filha do Sargento Mor e Provedor do Registro Manoel Soares Pereira e neta do Capitão de Infantaria de sua Majestade Antônio Gago de Oliveira (Processo Crime – Pasta 05/1751 – ACMSP).

Correia, natural da Cidade do Rio de Janeiro, oficial de alfaiate, morador e casado na Vila de Guaratinguetá, atestando o caráter ilibado e sem mácula da denunciante, e sua importante ascendência, pois era ela filha de servidor da coroa portuguesa, Sargento-Mor e **Provedor da Oficina da Casa dos Quintos do Registro de Paraty**¹², e neta do Capitão de Infantaria de sua Majestade, Antônio de Oliveira Gago, bem como viúva do português João Monteiro Ferraz, homem honrado, irmão de dois clérigos, que teria vindo de Portugal para exercer na Freguesia de Nossa Senhora do Facão o ofício de ferreiro.

JOÃO MONTEIRO FERRAZ recebeu por sesmaria em 20-AGO-1746¹³, concedida pelo então Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo (D. Luís Mascarenhas), meia légua de terras de testada com meia légua de sertão, na região denominada de Encruzilhada e Aparição, no entroncamento das trilhas para Taubaté ou Guaratinguetá, entre as terras de André de Sampaio e Mathus Rodrigues da Silva, mas é quase certo que a família já estava fixada no local de longa data, ocupando terras provavelmente devolutas, mesmo porque seu filho mais velho nascera na região por volta de 1730. A confirmação da sesmaria consta do requerimento enviado a D. João V na data de 17-MAR-1747¹⁴, com texto de belíssima caligrafia.

Por outro lado, o inventário de **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o pai), arquivado no Museu Frei Galvão em Guaratinguetá, dá conta de que a família vivia exclusivamente da agricultura, mas pelos depoimentos do processo crime já mencionado, exerceria inicialmente o ofício de ferreiro, certamente prestando serviço aos tropeiros que de Minas Gerais rumavam em direção ao porto da Vila de Paraty, vice-versa, usando a Freguesia do Facão como ponto estratégico de parada para descanso e abastecimento das tropas.

Apresenta-se aqui, basicamente, a linha descendente direta de João Mon-

¹² A nomenclatura consta da certidão expedida pela Câmara da Vila de Paraty, na pessoa do escrivão João de Souza Maciel, na data de 23-AGO-1751, juntada nos autos do Processo Crime – Pasta 05/1751 – ACMSP.

¹³ DAESP – Livro 13 - fl. 36/36v.

¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU - São Paulo-M. Gouveia, CX 17, doc. 1649. AHU_CU_023-01, CX 17, D. 1649).

teiro Ferraz, oitavo filho do casal **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o pai) e **ANA GOMES DE SOUZA**, que deu origem às diversas famílias na região de Cunha e cercanias, em especial a família **FERRAZ DA SILVA**. Os demais irmãos serão pesquisados futuramente, para publicação de trabalho mais completo.

Segundo constou do inventário de **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o pai), o casal teve 12 filhos, com a característica que os filhos homens, em sua maioria, adotaram o nome de família do pai, **MONTEIRO FERRAZ**, com exceção do filho Antônio, que adotou o patronímico de seu avô materno **SOARES PEREIRA**, enquanto as filhas tomaram, na maioria, o apelido da família da mãe, **PIMENTA DE OLIVEIRA**.

Seguindo a ordem cronológica do inventário:

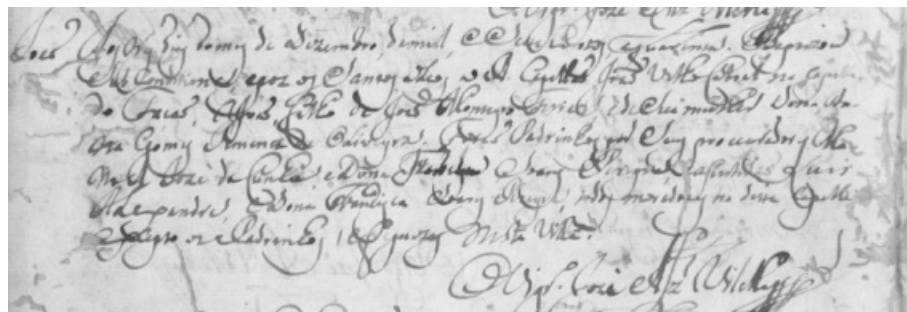
- 1(I) - MANOEL MONTEIRO FERRAZ;
- 2(I) - NARCISA MARIA DE OLIVEIRA;
- 3(I) - JOSÉ MONTEIRO FERRAZ;
- 4(I) - ANTÔNIO SOARES PEREIRA;
- 5(I) - FLORA JACINTA DE JESUS;
- 6(I) - LUCINDA PIMENTA DE OLIVEIRA;
- 7(I) - MARIA MONTEIRO FERRAZ;
- 8(I) - **JOÃO MONTEIRO FERRAZ, que segue.**
- 9(I) - TEODORA FRANCISCA DE OLIVEIRA;
- 10(I) - LOURENÇO MONTEIRO FERRAZ;
- 11(I) - ANA FRANCISCA DE OLIVEIRA;
- 12(I) - DOMINGOS MONTEIRO FERRAZ.

8(I) - **JOÃO MONTEIRO FERRAZ (o filho)**, meu pentavô, homônimo e oitavo filho do povoador João Monteiro Ferraz (o pai), batizado pelo Capelão João Velho Cabral na então Capela do Facão na data de 11-DEZ-1740¹⁵, Vila de Guaratinguetá, falecido na Vila de Cunha em 30-DEZ-1812¹⁶ aos sessenta e dois anos de idade.

¹⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1740/1749 - fl. 06. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida – ACDA.

¹⁶ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 36v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

Seu assento de batismo, registrado pelo Vigário José Alves Vilela, consta assim:



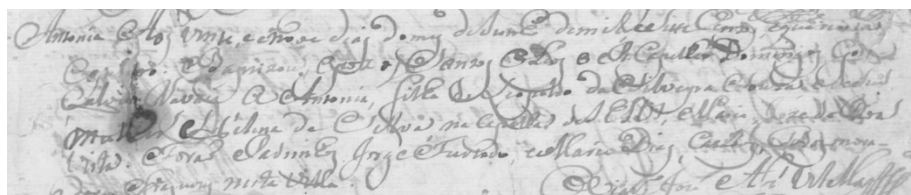
“João Aos onze dias do mês de Dezembro de Mil Setecentos e Quarenta, baptizou sub conditione e pus os santos óleos, o R. Capellão João Velho Cabral na Capella do Facão, a João filho de João Monteiro Ferraz e de sua mulher Dona Anna Gomes Pimenta de Oliveira. Forão padrinhos por seu procurador Manoel José da Cunha e Dona Francisca Soares Pereira, padrinhos Luis Alexandre e Dona Francisca Soares Pereira, todos moradores na dita capella excepto os padrinhos fregueses desta Villa.”

Contraiu núpcias em data desconhecida com **ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA**, nascida na Freguesia do Facão na data de 03-JUN-1744¹⁷ (quarta-feira, meia-noite), tendo como padrinhos de batismo Jorge Furtado de Mendonça e Maria Dias Tenório (nat. da Ilha Grande)¹⁸, esta moradora na Vila de Guaratinguetá nos idos de 1779, ocupando o fogo 19, contando com sessenta e quatro anos e viúva.

¹⁷ Esse registro de nascimento consta dos manuscritos de meu hexavô, Leopoldo da Silveira e Souza, publicados na RIHGSP n. XXXIII, págs. 243/272.

¹⁸ Maria Dias Tenório é a mesma descrita por H. V. Castro Coelho (R. ASBRAP nº 12, pág. 97), casada com João de Barros Freire (S.L, VIII, pág. 14), pois o casal consta do testamento da filha Catarina Dias Tenório, falecida na Vila de Cunha. Conforme nos relata o genealogista, a família Dias Tenório mantinha sesmaria na região da Vila de Angra dos Reis, localidade próxima à Vila de Paraty, onde nascera Ana Gomes de Souza/Ana Gomes Pimenta de Oliveira. Esse João de Barros é descrito pela Profª. Rosa Maria B. B. Andrade Nery como sendo João de Barros Alcaçouva (R. ASBRAP nº 27, pág. 56), que seria o mesmo taubateano a testemunhar na habilitação sacerdotal do Padre Leonel Pedroso da Silveira. Para Jorge Furtado de Mendonça não se logrou encontrar registros suficientes até o fechamento deste artigo, mas certamente era próximo da família.

Foi batizada na Capela de Jesus, Maria e José da Boa Vista pelo Capelão Domingos Gonçalves Navais:



“Ant^a Aos vinte e nove dias do mês de Junho de Mil Setecentos e Quarenta e Quatro, baptizou e poz os Santos Oleos, o Pr. Capellão Domingos Gonçalves Navais a Antonia filha de Leopoldo da Silveira e Souza e de sua mulher Helena da Silva na Capella de Jesus, Maria e Jose da Boa Vista. Forão padrinhos Jorge Furtado e Maria Dias, casados. Todos moradores e fregueses nesta Villa.”

ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA faleceu na mesma vila aos 80 anos de idade em 30-AGO-1824¹⁹. Foi filha de Leopoldo da Silveira e Sousa, batizado na Vila de Taubaté em 15-JUN-1700 e falecido na Vila de Guaratinguetá no ano de 1771, e s/m. Helena da Silva Rosa, batizada na Vila de Taubaté em 30-JAN-1703²⁰ e falecida também em Guaratinguetá no ano de 1772, ambos casados nesta vila em 22-JUN-1723; n.p. de Carlos Pedroso da Silveira (nat. de São Paulo) e s/m. Izabel de Sousa Ébanos Pereira Botafogo, npv de 1655 em Irajá²¹; n.m. de Miguel de Souza Silva e s/m. Barbara Maria de Castilho e Cruz. Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Gaspar Cardoso Gutterres (nat. de Lisboa) e s/m. Gracia da Fonseca Rodovalho (bat. em São Paulo em 24-NOV-1644) // Gibaldo Ebanos Pereira (nat. do Rio de Janeiro) e s/m. Iignes de Moura Lopes (nat. de São Vicente); bisneta, pela lado materno, dos casais: Manuel Francisco de Moura (nat. da Freguesia de Alvaiázere, Leiria), tabelião da Vila de Taubaté, e s/m. Maria da Silva (nat. do Alenquer, Portugal) // Domingos Alves Ferreira (nat. da Ilha Gran-

¹⁹ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 70v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

²⁰ Datas retiradas do texto “Povoamento do Solo Paulista” – de Carlos da Silveira, In: Correio Paulistano de 17/08/1934, pág. 04.

²¹ RIHGSP, vol. XXXI, pág. 89.

de) e s/m. Andreza de Castilho (S.L, V, págs. 431/433 e 507/510).

O sobrenome Ébanos remontaria ao alemão **HELIODORUS EOBANUS HESSUS**, personagem pesquisada por Decio Martins de Medeiros (R. ASBRAP nº 15, págs. 101/118).

O bandeirante Carlos Pedroso da Silveira, nascido em São Paulo por volta de 1654, foi o 1º a manifestar formalmente o descobrimento de ouro em Minas Gerais, descobridor das Novas Minas de Cataguazes, provedor da Real Casa de Fundição do Ouro de Paraty, criada pela Carta Regia de 9 de maio de 1703 e posteriormente provedor em Taubaté, que antes fora Ouvidor e Capitão-Mor. Em 1714 Carlos Pedroso da Silveira foi nomeado regente das 3 vilas da região: Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté, onde faleceu assassinado em 17-AGO-1719 em decorrência da emboscada do dia anterior, que para alguns historiadores fora praticada por Domingos Rodrigues do Prado²².

O celebrado genealogista Valeparaibano, Carlos da Silveira, explica muito bem a razão para a neta do bandeirante ter nascido na Freguesia do Facão, dado que sua família era originária de Taubaté. Seu pai, Leopoldo da Silveira e Sousa, mudou-se para aquela paragem na companhia de seu sobrinho, Carlos Pedroso da Silveira, filho de sua irmã Bernarda Pedroso da Silveira com João Pedroso de Castilho (S.L, III, pág. 130)²³, tomando posse de uma sesmaria ali adquirida, na região de Itacuruça, fixando morada até seu falecimento. Por sinal, essa sesmaria, concedida em 08-NOV-1735²⁴ pelo Conde de Sarzedas, consta resumida no Livro de Patentes e Sesmarias:

“Reg.¹⁰ de hua carta de sesmaria pasada a Leopoldo da Sylveira Sousa, Carlos Pedroso da Sylveira de eua legoa de terra em quadra no concelho da vila de Taubatê”.

Há de registrar que terras da Freguesia do Facão fizeram parte da Vila de Taubaté até meados do século XIX, quando então foram vendidas pela Câmara Municipal.

²² RIHGSP, vol. XXX, pág. 53.

²³ Silva Leme registra Francisco Alves de Castilho, mas Carlos Pedroso da Silveira, vendo os registros de Araçariguama, registra João Pedroso de Castilho, nome que adotamos.

²⁴ DAESP - Livro de Registro de Patentes, Provisões, Cartas de Sesmarias e Nomeações – Vol. 4 – 1734/1738, fls. 100 - (CO362 – 1.4.6).

Todos os filhos do casal Leopoldo e Helena nasceram na Freguesia do Facão, espalhando-se por todo o Vale do Paraíba Paulista, mas também para terras além Mantiqueira.

JOÃO MONTEIRO FERRAZ (o filho) e **ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA** tiveram vários filhos, mas no testamento deste patriarca apenas dois aparecem vivos e herdando seus bens, além de um “enjeitado” exposto em sua casa, de nome José Mariano Ferraz, também incluído em seu testamento e inventário, homem este de muitos filhos e que dele fez brotar na vila a progênie dos chamados “Mariano Ferraz” ou “Os Marianos”.

O testamento de **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o filho) traz valiosas informações sobre a religiosidade e o modo de vida da época, herança adquirida dos europeus ibéricos. A longa ladainha introdutória de seu testamento, lavrado na Vila de Cunha em 16-ABR-1805²⁵, antes das disposições dos bens, mostra muito bem a religiosidade vigente:

“Jesus, Maria José em nome da Santissima Trindade Padre Filho e Espírito Santo três pessoas distintas e hum só Deus verdadeiro. Saibão quantos este instrumento virem em como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos cinco aos dezesseis dias do mês de abril do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em casa de minha morada eu João Monteiro Ferraz estando em meu juízo perfeito e entendimento que Nosso Senhor puder mas doente de cama temendo a morte falível a todos os viventes, desejando por minha alma no caminho da salvação por não saber a que Nosso Senhor de mim quer forem quando será servido levar-me para si, faço este meu testamento na forma seguinte. Primeiramente emcomendo minha alma a Santissima Trindade Padre, Filho e Espírito Santo que a Criou e rogo ao Eterno Pai que pela morte do seu unigênito Filho queira receber; a virgem Maria Santissima Senhora Nossa, o santo do meu nome e da minha especial devoção, em todos os santos da corte do CEO. Rogo sejam meu enterro for e quando minha alma deste mundo partir digo alma deste mundo partir para que vá gozar da bem-aventurança para que foi criada porque como verdadeiro christão, protexo viver e morrer na Santa Fé Catholica e crer tudo a que temo e cré a Santa Madre Igreja Catholica Romana em cuja Fe espero salvar minha alma. Rogo em

²⁵ Autos de Contas de Testamento de João Monteiro Ferraz - Proc. 12378 – Cód. C05508 – DAESP.

primeiro lugar, a minha mulher Antônia da Silveira Souza em segundo lugar ao meu filho Antônio Ferraz de Oliveira em terceiro ao meu filho João Monteiro Ferraz, que por servixo de Deos queirao ser meus testamenteiros ordeno que meu corpo seja emterrado na Igreja do Rozario desta Freguesia se no tempo de meu falecimento estiver já acabada ou convento onde acontecer. O meu corpo será amortalhado em abito Franciscano digo em abito de São Francisco de quem sou Irmão terceiro será o meu corpo acompanhado das Irmandades do SANTÍSSIMO Sacramento últimos de que sou indigno irmão declaro que deixo ou quando meu testamenteiro mande dizer quatro capellas de missas pela forma seguinte hum pela de meus falecidos pais, outra pela alma de todos os meus escravos famintos falecidos outras duas pela minha alma meia capella meia capella dita pelas almas mais necexitadas das penas do purgatório, o meu emterro será aos arbítrios de meus testamenteiros evitando estes todos o supérfluo, antes três. Rogo que o que deverem de gastar demais seja [...] pelos pobres os mais necexitados de minha freguesia aos quais darão minhas roupas do meu uso ordinário logo que em falecer. Declaro que sou natural desta mesma Freguesia filho legitimo de João Monteiro Ferraz e de Dona Anna Gomes de Souza já falecidos. Declaro que sou casado com Antonia da Silveira Souza de cujo matrimonio temos somente vivo dois filhos Anna, Antonio digo filhos Antonio e João meus legítimos herdeiros. Declaro que tenho na paragem denominada emcruzilhada huma fazenda com casas e mais bemfeitorias que tudo sabem meus filhos mulher e vizinhos, todas as miudesas mais que tiver da casa que meus herdeiros tem dele inteiro conhecimento. Declaro que the a fazer desta possuo quatorze escravos emtre maxos e fêmeas, outros bens moveis como gados cavallos e bestas outros creasoins de que vivo que os meus referidos herdeiros de tudo sabem. Declaro que devo ao meu filho Antonio Ferraz a quantia de noventa e oito mil reis. Declaro mais que o dito meu filho tãobem me deve o que elle na seca consciencia dicer que se levava em conta no que o dito me dever no caso de por meu falecimento indo deverem contas de parte a parte. Declaro que dei a meu filho João hum escravo de nome Paulo em preço de sete dobras. Declaro que alem do sitio que tenho na nossa [...] mais nesta Villa huma morada de casas com três lanços corredores, cosinhas, tudo de telha. Declaro que devo ao meu compadre José Moreira, José Moreira Neves fazer desta quatro dobras de empréstimo, hum resto de Manoel José Landim que o dito Moreira dirá. Declaro que devo ao Capitão Antonio José de Camargo dinheiro de empréstimo duas dobras lhe fazer deste. Declaro que devendo eu ao capitão mor José Tomas de Siqueira seiscentos mil reis destas casas da Villa,

hum chacra que lhe comprei do falecido Barata para cujo pagamento recebeu na mão de Antônio Manoel quinhentos cincoenta mil reis [...] terras que vendi ao dito Antonio Manoel por esta quantia cujos pagamentos os vai recebendo o dito Capitão Mor. Declaro que para acabar as ditas minhas casas da Villa que forao digo que hirão da obrigação do dito vendedor comprei para o dito me levar em conta taboados, ferragens, pregos, como tudo constar dos meus asentos. Declaro que o que se me deve constar dos meus asentos no meu borrador. Declaro mais que meu sobrinho Carlos me deve da justa das casas que lhe vendi nesta Villa oitenta e quatro mil reis. Declaro mais que o dito meu sobrinho Carllos dis eu devo ao seu falecido pai cincoenta cinco mil ou quarenta abatendo as suas continhas que me devia meu sobrinho Antonio Borges cuja quantia hera de custos de huma demanda que teve com seu falecido pai, meu cunhado Julio Carrollos de quem me pagou [...] tenho em meu poder inda que o dito Jullio queira dizer que a seu bem para outra conta meus herdeiros não estejam por isso por que esta he a mesma verdade. Declaro que tirado o pio da minha terça se dara de esmola da mesma terca a minha afillhada Angela Maria de Jesus, cincoenta mil reis. Declaro mais que deixo a outro meu engeitado de nome José Mariano cincoenta mil reis. Declaro mais que deixo a minha afillhada Thereza Maria de Jesus outro cincoenta mil reis, isto no caso que ella proceda com a mesma modéstia que tem lhe a presente vivido. Declaro que deixo mais a minha afillhada filho de Manoel Caetano de nome Maria seis mil e quatro contos reis. Asino mais a minha afillhada de Manoel Caetano digo Manoel Ferreira Martins de nome Joséfa seis mil e quatro contos comprido a fim todo o mais remanecente de minha terça dando-se primeiro esmola a Nossa Senhora do Rozario dos Pretos desta Villa doze mil oitocentos reis para seu altar tudo o mais que restar deixo se le parta em qual parte nos meus netos filhos de meu filho Antônio isto he maxos e fêmeas os que estiverem nascidos lhe afazer deste, por esta forma concluo meu testamento o qual pedi e roguei ao Capitão mor José Alves de Oliveira o fizesse em so me assigno de minha letra e signal. Villa de Cunha dezesseis de abril de mil oitocentos e quinze João Monteiro Ferraz = Como testemunha que este fis a rogo do sobredito assignar José Alves de Oliveira”

Quando da transformação da Freguesia do Facão em “Vila de Cunha”, por ordem do Capitão-General Francisco da Cunha e Menezes, Governador da Província de São Paulo, lá estava ele entre outros descendentes dos primeiros povoadores, como por exemplo: os “Pires Querido”, “Gomes de Siqueira”, “Monteiro Silva”, etc.

Pode-se duvidar se o dito **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o filho), de que faz referência o Ofício de 1849 da Câmara Municipal de Cunha²⁶, seria de fato o filho do imigrante português **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o pai) com sua mulher **ANA GOMES DE SOUZA**; ou aquele homônimo filho de **JOSÉ MONTEIRO FERRAZ** com sua mulher **CATARINA MARIA DE TOLEDO SILVA**; ou até mesmo seu homônimo filho, fruto do casamento com **ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA**.

Todavia, traçando a linha de tempo, com base nos registros de batismo e o ano de criação da Vila de Cunha (1785), conclui-se que o filho do português é de fato aquele que participa, juntamente com as autoridades da época, do auto de ereção da “Nova Vila de Cunha”, pois nascido em 11-DEZ-1740 seria entre os três varões homônimos o único em idade adulta apto a participar de tão importante evento, juntamente com outros distintos moradores da localidade.

Vários são os registros documentais que confirmam a influência de **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o filho) na Vila de Cunha. Foi ele testemunha de casamento de seus sobrinhos: Joaquina Francisca de Oliveira, filha de sua irmã **ANA FRANCISCA DE OLIVEIRA**; de Francisca Maria, filha de sua irmã **LUCINDA MARIA DE OLIVEIRA**; de Maria Felizarda da Silva, filha de seu irmão **LOURENÇO MONTEIRO FERRAZ**. Também foi padrinho de nascimento de Manuel²⁷, filho de seu sobrinho Manuel Monteiro Ferraz com Teodora Monteiro. Ainda, testemunha no processo de Habilitação de ‘*Genere et Moribus*’ do Pe. João Antônio Viveiros Figueira (04-SET-1797) juntamente com seu irmão José Monteiro Ferraz de Sousa²⁸, tudo a demonstrar o prestígio que mantinha na vila. Além disso, também exerceu a vereança na recente criada Vila de N. S^a da Conceição de Cunha, conforme consta do ofício enviado ao Gov. da Capitania

²⁶ VELOSO, João José de Oliveira. *A História de Cunha – Freguesia do Facão – A Rota da Exploração das Minas e Abastecimento de Tropas*. São Paulo, 2010 – págs. 275/277.

²⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1787/1797 - fls. 44/44v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

²⁸ SILLOS, Luiz Gustavo de. *O Casal Henrique Tavares da Silva e Mariana Bicudo de Brito, Povoadores do Vale do Paraíba*. In: Revista ASBRAP nº 23 – pág. 224/225.

nos idos de 1798, assinando o documento com os demais integrantes da Câmara²⁹, bem como foi tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

De seu casamento com **ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA** teve muitos filhos, à exemplo de seu pai, mas como já observado em seu inventário apenas dois filhos homens herdaram seus bens, além do filho adotivo. Um deles, meu tetravô, **ALF. ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**, que rompendo a tradição, à exemplo de seu tio **ANTÔNIO SOARES PEREIRA**, abandona o patronímico **MONTEIRO FERRAZ** para incorporar o nome de família da avó paterna, descendente dos **PIMENTA DE OLIVEIRA**.

Acredita-se que essa suposta predileção pela família da avó decorrera do fato de seu pai, **JOÃO MONTEIRO FERRAZ**, ter desfrutado de longo tempo da companhia da mãe **ANA GOMES PIMENTA DE OLIVEIRA**, cuja forte presença na região lhe valeu a alcunha de Ana da Encruzilhada, pois quando do falecimento do pai ainda era uma criança de oito anos. Aliás, mesmo a emblemática ascendência da mãe, **ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA**, não foi capaz de influenciar seus filhos na vida adulta. Absolutamente nenhum deles adotou o apelido **SILVEIRA**, pois bisnetos que foram do laureado bandeirante paulista Carlos Pedroso da Silveira algo assim lhes pudessem ocorrer. Foram pais:

- 1(II) - **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**, § 1º **que segue**.
- 2(II) - **ANA**, batizada em 04-JUL-1774³⁰ e falecida na data de 30-JAN-1778³¹, sem geração;
- 3(II) - **JOÃO MONTEIRO FERRAZ**;
- 4(II) - **JOSEFA**, falecida em 20-MAR-1778³², sem geração;
- 5(II) - **FLORÊNCIA**, batizada na data de 24-NOV-1780³³ e falecida em data incerta;

²⁹ Ofícios 6-3-3, 6-3-9 e 6-3-28 - Ord. C00232 - Caixa 1.1.31 – DAESP.

³⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1766/1782 - fl. 58. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

³¹ Livro de Óbitos do Facão (Liv. 17 – 1759/1780 – pág. 28v) – ACDL.

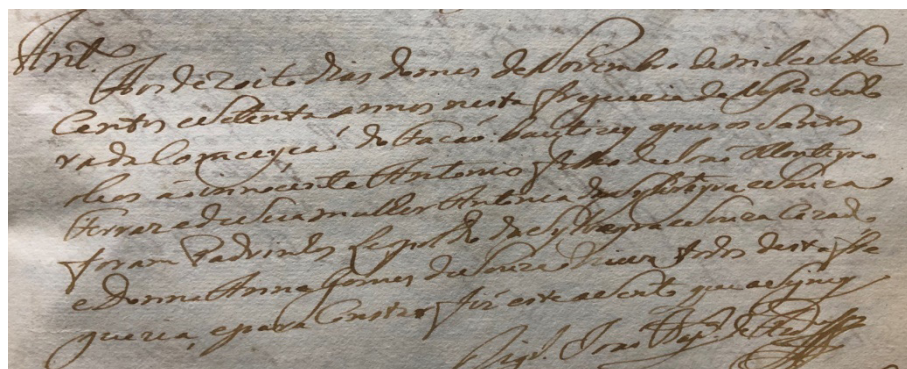
³² Livro de Óbitos do Facão (Liv. 17 – 1759/1780 – pág. 28v) – ACDL.

³³ Livro de Batismo de Cunha de 1766/1782 - fl. 87. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

- 6(II) - JOSÉ MARIANO FERRAZ (exposto);
7(II) - FRANCISCA, exposta em 28-OUT-1805³⁴.

§ 1º

- 1(II) - **ALFERES ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**, meu tetravô, filho primogênito e inventariante do pai, foi batizado na Freguesia do Facão na data de 18-NOV-1770³⁵, Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e falecido na condição de viúvo na então Vila de Cunha em 04-FEV-1863³⁶, com assento de batismo assim registrado pelo Vigário João Batista de Azevedo:



Ant.º. “Aos dezoito dias do mes de Novembro de Mil Settecentos e Setenta annos nesta freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Facão: baptizei opus os Santos óleos ao innocente Antonio filho de João Monteyro Ferraz e de sua mulher Antonia da Silveyra e Souza foram Padrinhos Leopoldo da Silveyra e Souza cazado e Donna Anna Gomes de Souza viúva todos desta freguezia e para constar fiz este asento que asigney.”

³⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1787/1797 - fl. 80v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

³⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1766/1782 - fl. 30. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

³⁶ Livro de Óbitos de Cunha de 1854/1873 - fl. 80. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

Contraiu núpcias na recente criada Vila de Cunha em 08-FEV-1797³⁷ com **RITA MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS**, nascida por volta de 1778 e falecida na Vila de Cunha em 31-DEZ-1838³⁸, tendo como testemunhas de casamento José Gomes de Siqueira e José Moreira Neves. No registro de casamento não consta a filiação de Rita Maria, mas segundo Carlos da Silveira³⁹ foi filha de João Monteiro Silva e s/m. Clara Maria dos Santos, o que se confirma na Lista Geral de Habitantes da Vila de Guaratinguetá de 1779⁴⁰ e também nos Autos de Inventário de Clara Maria dos Santos⁴¹; n.p de Nicolau Monteiro (nat. da Freguesia de Albufeira, Algarve, e fal. em 1757 em Guaratinguetá) e s/m. Florência da Silva Bicudo, fal. em 1768 em Guaratinguetá (S.L, VIII, pág. 213); n.m do Cap. José dos Santos Sousa (nat. da Freguesia de S. Vicente de Alcabideche, Cascais, Patriarcado de Lisboa) e s/m. Zeferina Francisca de Gouveia, nat. da Freguesia do Facão (S.L, VIII, pág. 212), npv de 1718 e fal. em 22-JUN-1799⁴².

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Diogo Mendes de Monteiro e s/m. Maria da Cruz (ambos nats. da Freguesia de Albufeira, Algarve⁴³) // Cap. Manuel Lopes Figueira (nat. da Freguesia da Figueira, Foz do Mondego, Bispado de Coimbra) e s/m. Joana da Silva (nat. da Vila de Pindamonhangaba ou Guaratinguetá); bisneta, pelo lado materno, dos casais: Francisco dos Santos Delgado (nat. da Freguesia de S. Vicente de Alcabideche, Cas-

³⁷ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 66. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

³⁸ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 109. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

³⁹ SILVEIRA, Carlos da. *Subsídios Genealógicos XC*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXXV. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1941 – pág. 100.

⁴⁰ Lista Geral de Habitantes da Vila de Sto. Antônio de Guaratinguetá de 1779 – DAESP.

⁴¹ Inventários e Testamentos da Vila de Cunha – CX 05/1798 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

⁴² Certidão expedida em 30/08/1802 – Autos de Prestação de Contas – Proc. 12392 – C05485 - CX 56 – DAESP.

⁴³ Fragmentos – Arquivo Privado Francisco Paula Santos – PR00386/PA00096 - DAESP

cais, Patriarcado de Lisboa) e s/m. Rosa Maria do Vale (nat. da Freguesia de N. S^a. do Vale, Patriarcado de Lisboa) // José Gomes de Gouveia (nat. da Freguesia de São Pedro, Cidade de Faro, Algarve) e s/m. Maria Nunes de Siqueira (nat. de São Paulo, Batizada em Sant'Ana, Fazenda dos Padres da Companhia de Jesus⁴⁴) - R. ASBRAP nº 15, págs. 173/192.

Trineta, pelo bisavô Manuel Lopes Figueira, de Felipe Lopes (nat. do Porto, Portugal) e s/m. Antônia Nunes (nat. da Freguesia da Figueira, Foz do Mondego, Bispado de Coimbra); ainda, trineta, pelos bisavós José Gomes de Gouveia e s/m. Maria Nunes de Siqueira, dos casais: Manuel Gomes e s/m. Francisca Pires // Capitão Manuel Nunes de Siqueira e sua terceira mulher Ana Luis Monteiro⁴⁵.

Pode ser que a ausência dos pais da noiva no registro paroquial tenha uma razão de ordem moral. A primeira filha do casal, Florência, foi batizada na data de 03-MAR-1797, menos de um mês após a celebração do casamento dos pais, o que significa dizer que a noiva se encontrava grávida ou mesmo já tivesse dado à luz a criança, pois não raro o registro de batismo ocorria muito após o efetivo nascimento. Por conta disso, o casamento foi celebrado sorrateiramente, sem a presença dos parentes dos noivos, como se comprova verificando os padrinhos da cerimônia.

De todo modo, pela genealogia descrita, **RITA MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS** foi descendente das mais antigas famílias povoadoras da região de Cunha e Guaratinguetá, tais como Lopes Figueira, Gomes de Gouveia, Nunes de Siqueira, Santos Souza, Monteiro Silva etc. Quando de sua morte, o inventário sem testamento alcançou a cifra de 12:541\$220, patrimônio partilhado entre o marido e dez herdeiros vivos.

ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA, além de alferes da milícia local, tesoureiro da Irmandade do Senhor do Rosário, também foi vereador na Câmara de Cunha nas legislaturas entre 1822 e 1834⁴⁶, participando da vida

⁴⁴ Fragmentos – Arquivo Privado Francisco Paula Santos – PR00386/PA00096 – DAESP.

⁴⁵ Os tetravôs de Rita Maria Angélica foram coletados da Pasta Miscelânea – Arquivo Frei Adalberto Ortmann – PR00395 – DAESP. Todavia, o nome da mãe do Cap. Manuel Lopes Figueira foi corrigido para Antônia Nunes, conforme R. ASBRAP nº 23, pág. 221 e 226.

⁴⁶ Gazeta do Rio de Janeiro, quinta-feira 14 de novembro de 1822, n. 137, págs. 683/684

política na região assim como seu pai também o fizera. Fixou moradia onde possuía “*um citio nominado Mato Dentro com hum quarto de testada meia légua de certão partindo com o Alf. Francisco José da Cunha e o Alf. Francisco Pereira Silva q. os houve p. compra tem 10 escravos em cultura e reside no mesmo citio*”⁴⁷. Há um episódio interessante, digno de nota, sobre sua atuação na vereança. Na queixa-crime proposta⁴⁸ por outro suplente de vereador e mais tarde Procurador da Câmara, Alf. Joaquim Guedes Dias, português do Porto, contra a Câmara Municipal em 1834, consta que **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA** fora convocado como suplente, juntamente com outro, em reunião solene onde se propunha o prolongamento de rua onde ambos tinham propriedade e, portanto, interesse direto na solução da questão. Acontece que o queixoso alegava ser suplente com maior número de votos, substituído e não convocado para participar da Assembleia, colocando em dúvida, por conta disso, a lisura do processo. A queixa-crime foi remetida pelo Promotor Público ao Provedor Geral da Província de São Paulo, concluindo-se, posteriormente, que a área pretendida para o prolongamento da rua pertencia por justo título ao vereador **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**. Mais tarde, a Câmara Municipal, em sessão de 05 de dezembro de 1836, propôs solução amigável para que ele cedesse o terreno, o que foi prontamente recusado.

O processo indica precisamente de qual rua se tratava o pretendido prolongamento, atual Rua Joel Mariano Leite, local onde estava encravado o terreno que mais tarde a filha, Maria do Carmo, herdaria por força do inventário da mãe, **RITA M. ANGÉLICA DOS SANTOS**, “*uma casa na*

vila com três partes na frente e seu comprimento e quintal de chão na mesma vila no valor de 600\$000 réis”.

// Correio Oficial, segunda-feira 03 de março de 1834, n. 50, pág. 01 // Ofício 6-3-32 - Ord. C00232 – Caixa 1.1.31 – DAESP.

⁴⁷ Relação de propriedades rurais e seus proprietários – C9868 – Cód. 1.1.703 – Maço 20, pág. 12 – Ano 1819 – DAESP.

⁴⁸ Coleção Privada Francisco de Paula Santos, Arquivo do Estado de São Paulo, PR00386 – AP00096.

Aliás, seu pai já houvera deixado em testamento casa de telha com benfeitorias na vila, sem, contudo, fazer qualquer referência sobre o exato local do imóvel. Talvez se tratasse da mesma casa. Mais tarde, aproximadamente cinquenta anos depois, seu neto **JOSÉ FERRAZ DA SILVA**, filho da caçula **MARIA LUIZA FERRAZ**, herdaria uma casa na Rua Direita, onde, por sua vez, meu avô paterno, **ALFREDO FERRAZ DA SILVA**, viveu a infância antes de receber na maioridade terras no bairro do Jaguarão, que mais tarde seriam divididas entre meu pai e meus tios.

Mas a descendência deste alferes, fruto do casamento com a neta de outro importante povoador cunhense, Nicolau Monteiro, diverge quando confrontados os registros religiosos, o inventário da falecida mulher e as informações de outro genealogista de renome. Para Carlos da Silveira⁴⁹, baseando-se nos registros das Ordenanças da Vila de Cunha, nove foram os descendentes do casal: Florência, João, Antônio, José, Francisco, Claro, Manuel, Maria e Geraldina.

Mas não foi bem assim. Tanto o inventário amigável da falecida esposa, minha tetravó **RITA M. ANGÉLICA DOS SANTOS**⁵⁰, como o Livro de Batismo de 1813/1822 da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL, apontam diferenças entre os registros documentais. No primeiro, o casal teve à época dez herdeiros, cujos bens foram partilhados entre todos, sendo minha tia-trisavó Maria José e sua irmã caçula, minha trisavó **MARIA LUIZA FERRAZ**, cronologicamente excluídas, ao contrário de seus outros irmãos, da terça parte dos bens deixados pelo avô paterno, meu pentavó **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o filho). Vale repetir a parte do testamento, lavrado em 16-ABR-1805, depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo: *“tudo o mais que restar deixo se le parta em qual parte nos meus netos filhos de meu filho Antonio isto he maxos e fêmeas os que estiverem nascidos lhe afazer deste. por esta forma concluo meu testamento o qual pedi e roguei ao Capitão mor José Alves de Oliveira o fizesse em so me assigno de minha letra e signal. Villa de Cunha dezesseis de abril de mil oitocentos e quinze, João*

⁴⁹ Subsídios Genealógicos XC, Correio Paulistano – publicação de 28.02.1941, pág. 05.

⁵⁰ Inventários e Testamentos da Vila de Cunha – CX 23/1839 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

Monteiro Ferraz”. (g.n)

Um pequeno adendo. A preferência pelos filhos de **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA** na terça⁵¹ parte disponível da herança do pai/avô não significava menosprezo em relação ao outro filho herdeiro, João Monteiro Ferraz. Acontece que este filho não havia ainda se casado segunda as regras da santa madre igreja, muito menos possuía filhos legítimos registrados, em que pese viver amancebado com vários filhos registrados como “*enjeitados*”. Voltando ao tema, a discrepância entre a listagem de Carlos da Silveira e o inventário de **RITA M. ANGÉLICA DOS SANTOS** se explica pelos levantamentos censitários, documentos estudados pelo genealogista, pois neles a filha Geraldina ainda estava viva e as filhas Maria José e Maria Luiza Ferraz não haviam nascido. Contrário ‘*sensu*’, no inventário por falecimento da mãe (18-NOV-1839) a filha Geraldina encontrava-se excluída, pois havia morrido solteira antes, enquanto Maria José e Maria Luiza Ferraz, nascidas respectivamente 1817 e 1820, aparecem herdando cada uma décima parte da metade dos bens inventariados.

Por essas razões de ordem cronológica e sucessória que Geraldina transfere ‘*post mortem*’ a seu pai, **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**, e também a seus contemplados irmãos, a cota que lhe cabia da terça de que fala o testamento de seu avô - **JOÃO MONTEIRO FERRAZ** (o filho), descrito no encerramento da prestação de contas registrada ao final do inventário amigável da falecida mãe, enquanto Maria José e Maria Luiza Ferraz nada receberam a tal título, pois nascidas após a abertura do testamento do avô paterno (16-ABR-1815), por disposição testamentária ficaram alijadas.

Outro ilustrativo registro documental também amplia a filiação do **ALF. ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA** com sua mulher **RITA MARIA**. Duas das cinco filhas legítimas do casal cunhense, elas: Maria José e Maria do Carmo se casaram com dois filhos do riquíssimo fazendeiro da época, o Alferes José Monteiro Silva (Cap. Agregado do Reg. de Infantaria

⁵¹ Nas Ordenações Filipinas vigentes à época, o testador podia legar a quem lhe interessasse um terço dos bens disponíveis – vulgarmente denominada “terça” – sendo o restante destinado aos legítimos herdeiros.

em 1790⁵²). São eles: José Thomaz Monteiro da Silva e José Vieira dos Santos, ambos alferes como o pai e o sogro. A filha Maria do Carmo, a partir de determinado momento, não aparece no registro censitário convivendo com seus pais, pois já estava casada com o mencionado alferes, escapando à análise do famoso linhagista silveirense.

Mas há um outro detalhe que passou despercebido. No Livro Batismo de 1813/1822 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, arquivado na Cúria Diocesana de Lorena – ACDL, consta registrado o batismo de uma criança de nome **RITA**, cuja maternidade estranhamente se omite, registrando-se como pai **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**.

Vasculhando os arquivos a procura de evidências, não foi possível localizar outro registro documental sobre a maternidade da menina. Possivelmente essa criança foi registrada erroneamente sem se fazer constar o nome da mãe, mas como faleceu antes dos pais, não constou do inventário da mãe.

Portanto, de todo o acervo pesquisado, onze foram os filhos do casal **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA e RITA MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS**, além daqueles falecidos na infância (Maria e Rita): 1(III) Florência Maria; 2(III) João José; 3(III) Antônio José; 4(III) José Hilário; 5(III) Maria do Carmo; 6(III) Geraldina Felícia; 7(III) Francisco José; 8(III) Claro Ferraz; 9(III) Manuel Justino; 10(III) Maria José e 11(III) Maria Luiza, que seguem nessa sequência:

- 1(III) - FLORÊNCIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO;
- 2(III) - JOÃO JOSÉ FERRAZ;
- 3(III) - ANTÔNIO JOSÉ FERRAZ DE OLIVEIRA;
- 4(III) - JOSÉ HILÁRIO FERRAZ;
- 5(III) - MARIA DO CARMO DA CONCEIÇÃO;
- 6(III) - GERALDINA FELICIA DOS SANTOS;
- 7(III) - FRANCISCO JOSÉ FERRAZ;
- 8(III) - CLARO JOSÉ FERRAZ DE OLIVEIRA;
- 9(III) - MANUEL JUSTINO FERRAZ;

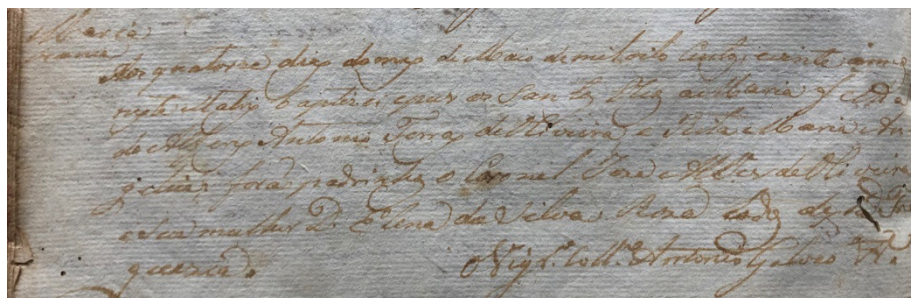
⁵² Livro Mestre Reg. Infantaria de Milícias da Vila de Cunha de 1798/1882 – Cód. C00447 – DAESP.

10(III) - MARIA JOSÉ DO CARMO;

11(III) - **MARIA LUIZA FERRAZ, que segue.**

11(III) - **MARIA LUIZA FERRAZ**, minha trisavó, irmã da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, batizada pelo Vigário Colado Antônio Galvão Freire, Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na data de 14-MAIO-1820⁵³, e falecida na Cidade de Cunha em 13-JAN-1872⁵⁴ antes de completar 52 anos de idade.

Foram padrinhos de batismo o Cel. José Alves de Oliveira e sua segunda mulher D. Elena da Silva Rosa, como registrado pelo Vigário Colado Antônio Galvão Freire:



“Maria” Aos quatorze dias do mês de maio de mil oitocentos e vinte anos nesta Matriz baptizei e puz os Santos Oleos a Maria filha do Alferes Antonio Ferraz de Oliveira e Rita Maria Angelica forão padrinhos o Coronel Jose Alves de Oliveira e sua mulher D. Elena da Silva Rosa todos desta freguezia.”

No inventário de sua falecida mãe herda terras com noventa e sete braças de testada com duas léguas de sertão no lugar “de trás do Campo Grande” e ainda terras com cento e quarenta e seis

⁵³ Livro de Batismo de Cunha de 1813/1822 - fl. 77v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁵⁴ Inventários e Testamentos da Vila de Cunha – CX 46/1872 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso // Livro de Óbitos de Cunha de 1854/1873 - fl. 123. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

braças de testada com duas léguas de sertão, ao lado das terras de sua irmã Maria do Carmo, casada com o Alferes José Vieira da Silva, fazenda que acredito tenha sido, após o falecimento de sua mãe, sua residência por toda a vida e onde boa parte dos seus filhos provavelmente nasceram.

Manteve relacionamento amoroso com o Alferes Nuno da Silva Reis⁵⁵, viúvo de Gertrudes Monteiro de Siqueira, com quem teve sete filhos no estado de solteira: Nuno Ferraz da Silva; João Ferraz da Silva; Galdino Ferraz da Silva; Benedita Augusta das Dores; José Ferraz da Silva; Francisca Maria dos Reis; e Antônio Ferraz da Silva, que seguem:

1(IV) - **NUNO FERRAZ DA SILVA (TOLEDO)**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 01-FEV-1841⁵⁶, casado na Cidade de Cunha na data de 26-SET-1864⁵⁷ com **MARIA DA CONCEIÇÃO DOS REIS**, fª de Joaquim (Gomes) Barbosa da Silva (fal. em agosto de 1859) e s/m. Joaquina Maria da Conceição.

Nuno faleceu antes de sua mãe em 17-DEZ-1871⁵⁸ aos 40 anos. Por conta disso, seu nome não foi relacionado na Escritura Pública de Reconhecimento elaborada por

⁵⁵ Informação colhida nos Autos do Inventário de Nuno da Silva Reis - CX 36/1858 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso. Vide Notas Explicativas ao final do trabalho.

⁵⁶ Na Ata de Alistamento da Paróquia de Cunha de 1865 (DAESP – Cód. CO5769) Nuno Ferraz aparece registrado no 2º Quarteirão, com idade de 26 anos e casado. Neste registro documental Nuno usa o patronímico Toledo. Pela documentação existente, Nuno é de fato o primeiro filho de Maria Luiza, exposto que foi na casa de Maria José Ferraz, casada com José Tomaz Monteiro Silva, tendo os mesmos tios como padrinhos.

⁵⁷ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 82. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁵⁸ Livro de Óbitos de Cunha de 1854/1873 - fl. 122. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

sua mãe, documento entranhado no Processo de Inventário. Consequentemente, seus filhos não foram incluídos na partilha dos bens da avó Maria Luiza Ferraz.

Mas o enigma sobre o nascimento de Nuno Ferraz da Silva julgo resolvido. Quando das pesquisas efetuadas nos documentos existentes, principalmente os livros paroquiais, pairava a dúvida sobre a data exata do batismo deste filho, pois ao contrário dos demais irmãos e irmãs não havia registro batismal de uma criança ‘Nuno’ cuja mãe fosse Maria Luiza Ferraz. A resposta para tal evento se encontra em outro registro de batismo, aquele onde a irmã, ou melhor a tia, Maria José Ferraz, casada, registra um menino de nome “Nuno” como exposto. Trata-se, na verdade, do filho mais velho da irmã caçula, que por ser solteira buscou certamente ajuda da irmã e do cunhado para esconder a maternidade.

Após viúva, usando o nome de **MARIA DA CONCEIÇÃO FERRAZ**, se casou novamente na Cidade de Cunha em 16-JAN-1875⁵⁹ com **PEDRO JOSÉ MONTEIRO**, fº de Francisco José Monteiro e s/m. Maria Eufrásia dos Reis (ou Toledo), casados na Vila de Guaratinguetá em 24-MAIO-1831⁶⁰; n.p do Cap. Manuel José da Silva (nat. de São Pedro de Lomar, Bispado de Braga) e s/m. Maria Rosa da Anunciação (nat. de Cunha); n.m do Ajudante Manuel da Silva Granito e s/m. Rita Maria dos Reis.

Filhos do primeiro casamento:

1(V) - **HERMELINDA**, bat. na Cidade de Cunha em 30-ABR-1865⁶¹.

⁵⁹ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 153v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶⁰ Livro de Casamento de Guaratinguetá de 1831/1842 - fl. 05v. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida – ACDA.

⁶¹ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 87v. Arquivo da Cúria Diocesana de

- 2(V) - **ARGILIA**, bat. na Cidade de Cunha em 19-SET-1866⁶².
- 3(V) - **NUNO**, bat. em Cunha em 17-NOV-1867⁶³, fal. em 25-NOV-1869⁶⁴.
- 4(V) - **MARIA**, bat. na Cidade de Cunha em 21-MAR-1869⁶⁵.
- 5(V) - **LEODOLFO**, bat. na Cidade de Cunha em 22-MAIO-1870⁶⁶.
- 2(IV) - **JOÃO FERRAZ DA SILVA (VAZ)**, batizado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 19-SET-1842⁶⁷ e falecido de pneumonia às onze horas da manhã do dia 09-DEZ-1878⁶⁸, aos 36 anos de idade, no bairro do Jaguarão – Rio do Peixe, com inventário aberto, sem testamento, na Cidade de São Luiz do Paraitinga, por imposição das autoridades judiciárias locais em decorrência da indefinição dos limites territoriais entre as comarcas vizinhas, questão que teria sido anteriormente resolvida pela Carta de Lei de 1873, que houvera executado o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial. Atuava como

Lorena – ACDL.

⁶² Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 116v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶³ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 134. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶⁴ Livro de Óbitos de Cunha de 1854/1873 - fl. 115v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 166. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 194. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 114. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁶⁸ Livro de Óbitos de Cunha de 1875/1879 - fl. 322. Missa de sétimo dia convocada pela esposa no Jornal O Cunhense de 15-DEZ-1878.

tropeiro de cargas próprias, mas principalmente como condutor de mercadorias de terceiros, por vezes na companhia de seu cunhado e parente Cornélio da Silva Reis⁶⁹. Foi proprietário de uma casa térrea situada na Rua Direita adquirida por escritura pública de Reginaldo Pimenta de Oliveira⁷⁰, bem como benfeitorias e cinco partes de terras no Jaguarão, adquiridas de sua cunhada Antônia Paula de Oliveira Correa, casada com o ourives Roque Ribeiro Braga⁷¹. Seu patrimônio, partilhado entre os filhos e a viúva, alcançou a cifra de 18:440 170⁷².

Por conta da idade, contraiu núpcias em 28-ABR-1862⁷³, mediante autorização e licença do Juiz de Órfãos, com **FLORA PAULA DE OLIVEIRA CORREA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 22-OUT-1848⁷⁴ e falecida na Cidade de Cunha em 14-DEZ-1902, fª do Cap. Francisco de Paula Correa (bat. em 06-NOV-1814 e fal. na Cidade de Cunha em 12-NOV-1868⁷⁵) e s/m. Mariana Rosa de Oliveira Araújo (nat. de Paraty), casados na Vila de Cunha em

⁶⁹ Relação de Guias Passadas no Registro do Taboão de Cunha de 1866 – CO999 (DAESP).

⁷⁰ Manuscritos – SISAS, Livro de Rendas 312/22, pág. 19/19v – Cód. CO8390 (DAESP).

⁷¹ Manuscritos – SISAS, Livro de Rendas 313/06, número 47 – Cód. CO8391 (DAESP).

⁷² Inventários e Testamentos – CX 144/1879 – São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁷³ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 128v/129. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁷⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 182. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁷⁵ Livro de Óbitos de Cunha de 1854/1873 - fl. 108v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL. Seu registro dá conta de que morreu de repente aos 56 anos de idade, às margens do Rio do Peixe envolto no seu fardamento militar, sendo sepultado no cemitério da Fazenda.

08-NOV-1838⁷⁶; n.p de Francisco (Isidoro) Correia da Silva (nat. de Pindamonhangaba, fal. na Vila de Cunha em 24-ABR-1814⁷⁷), sapateiro, soldado miliciano e posteriormente escrivão de órfãos⁷⁸, e sua segunda mulher Ana Joaquina de Oliveira ou Alvarenga (nat. de Cunha), casados na Vila de Cunha em 11-FEV-1810; n.m do Cap. Gabriel Lopes de Araújo (bat. na Igreja de Nossa Senhora da Corredoura, Freguesia de Caria, em 14-JUL-1776⁷⁹, Bispado de Lamego ou Porto, Portugal⁸⁰) e s/m. Mariana Rosa de Oliveira, nascida na Vila de Paraty em 20-FEV-1781 e batizada na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na data de 01-MAR-1781⁸¹.

⁷⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 03v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁷⁷ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 38v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL. Francisco Correia da Silva foi casado em primeiras núpcias na Freg. N. S^a. da Conceição do Campo Alegre (Rezende) em 07-JAN-1790 com Francisca Gomes da Silva, filha de Francisco Gomes Granito e s/m. Ana de Oliveira e Silva (Os Lopes Figueira, do Facão – Carlos da Silveira – RIHGSP XXXV, pág. 107). Seu inventário foi aberto com o nome de Francisco Correia da Silva e sua segunda mulher Ana Joaquina de Alvarenga.

⁷⁸ Com quarenta e dois anos de idade em 1814. “*Vive de officio de Escrivão de Orfãos: onrado, activo, e pronto no Real Serviço, tanto Militar como Civil: com boa disposição. Pussuirá em bens 2 ml cruzados*” – Regimento de Infantaria de Milícias da Vila de Cunha - 1º de Abril de 1814 – doc. 1.1201 – DAESP.

⁷⁹ In Torre do Tombo: <https://digitarq.advis.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1056463>.

⁸⁰ Alguns registros paróquias informam o local de nascimento de Gabriel Lopes de Araújo como Freguesia da Corredoura, o que de fato não se confirma, pois não existe Freguesia da Corredoura, mas sim o orago de Nossa Senhora da Corredoura de Caria, pertencente a Freguesia de Caria, hoje Concelho de Moimenta da Beira. Também se nota a variação do Bispado relativo à freguesia, que ora se registra como Bispado de Lamego, ora como Bispado do Porto.

⁸¹ Livro de Batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, certidão juntada nos autos do Processo de Patrimônio, Habilitação e *Vita Et Moribus* do Padre Manuel

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Isidoro Ferreira Batista e s/m. Catarina Vieira Cardoso // Severino de Araújo (nat. de Lisboa), exercia o ofício de carpinteiro, e s/m. Tomasia Francisca de Alvarenga (nat. de Cunha); bisneta, pelo lado materno, dos casais: Francisco de Araújo (nat. da Freguesia de São Pelágio, Vila da Rua, Bispado de Lamego, Portugal) e s/m. Leonor Lopes (nat. da Freguesia de Caria, Bispado de Lamego, Portugal) // Manuel Francisco Silva ou Vieira (nat. de Ubatuba) e s/m. Ana Maria de Oliveira (nat. de Paraty).

Trineta, pelos bisavôs maternos Francisco de Araújo/ Leonor Lopes, dos casais: Manoel Nunes de Araújo e s/m. Luiza dos Santos (moradores da Vila da Rua, Bispado de Lamego ou Porto, Portugal) // Manuel Lopes e s/m. Ana da Fonseca (nat. da Freguesia de Caria, Bispado de Lamego ou Porto, Portugal); ainda, trineta, pelos bisavós Manuel Francisco Vieira/Ana Maria de Oliveira, dos casais: Manuel Garcia de Siqueira (nat. de Pindamonhangaba) e s/m. Maria de Abreu (nat. de Paraty) // Francisco Lourenço da Costa e s/m. Angela Maria de Oliveira.

O avô materno de Flora Paula, o Cap. Gabriel Lopes de Araújo, transferiu-se por volta de 1830 para a Vila de Cunha, onde foi recenseado em 1835 como lavrador, dono de tropas e de uma fazenda com 39 escravos ao seu serviço, sabendo ler e escrever, com capacidade para ser empregado (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Segundo Joaquim Roberto Fagundes⁸², “*ocupou os mais diversos cargos na Vila de Parati, na câmara municipal e nas milícias, além de comerciante de loja seca. Nas*

Lopes de Araujo.

⁸² <https://ihgguara.wixsite.com/ihgguaratingueta/familia-de-parati>

milícias obteve as patentes de alferes, em 13/07/1811; quartel-mestre, em 31/05/1813 e capitão, em 21/07/1815 (Patentes – Arquivo Nacional – RJ)”. Com o falecimento do marido, FLORA PAULA DE OLIVEIRA CORREA se casou novamente com seu cunhado, JOSÉ FERRAZ DA SILVA, em data não identificada (livro desaparecido). Do primeiro casamento entre FLORA PAULA, segundo inventário de JOÃO FERRAZ DA SILVA.

1(V) - **ARTELINO FERRAZ DA SILVA**, bat. na Cidade de Cunha em 25-JUN-1865⁸³, casado com **MARIA ROSA DA ANUNCIAÇÃO E SILVA**, também chamada Rosa Ferraz da Silva, fª de João Manuel Silva Sobrinho e s/m. Teodora Maria da Anunciação Silva (casados na Cidade de Cunha em 08-JAN-1863⁸⁴); n.p de Manuel José da Silva e s/m. Joaquina Maria Lucia; n.m de Antônio da Silva Guimarães e sua segunda mulher Felicidade Perpétua Felicidade. Foram pais de, segundo inventário: João Ferraz da Silva; Ecilda Ferraz da Silva; Benedito Ferraz da Silva Sobrinho; Maria (José) Ferraz da Silva; Francisco Ferraz da Silva Sobrinho; José Ferraz da Silva; Roque Ferraz da Silva; Carmelina Ferraz da Silva; Antônio Ferraz da Silva; e Belmiro Ferraz da Silva.

2(V) - **HIPÓLITO FERRAZ DE CAMPOS SILVA**, bat. na Cidade de Cunha em 14-SET-1870⁸⁵ e

⁸³ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 92. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁸⁴ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 133v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁸⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 197. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

falecido de síncope cardíaca em 16-DEZ-1923, casado na mesma localidade em 03-JUN-1893⁸⁶ com sua prima **MARIA LUIZA FERRAZ DE CAMPOS** (fal. em 02-NOV-1948), fª de Galdino Ferraz da Silva e s/m. Carolina do Amor Divino; n.p do Alf. Nuno da Silva Reis e sua companheira Maria Luiza Ferraz; n.m de José Ramalho de Campos e s/m. Tereza Francisca do Amor Divino. Foram pais de, segundo inventário: Izaltino Ferraz de Campos; Benedito Ferraz de Campos; Rosa Ferraz de Campos; Carmelina Ferraz de Campos; e Geralda Ferraz de Campos.

- 3(V) - **FRANCISCO FERRAZ DA SILVA**, bat. na Cidade de Cunha em 19-DEZ-1873⁸⁷, casado na Cidade de Guaratinguetá com **MARIA RITA DA CONCEIÇÃO**, fª de Francisco Alves Coelho e s/m. Rita Maria de Jesus⁸⁸.
- 4(V) - **LAURENTINA MARIA DA CONCEIÇÃO**, também chamada Laurentina Ferraz da Silva, casada com **MIGUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA COSTA**. (s.m.n)
- 5(V) - **PAULA DE OLIVEIRA CORREIA**, inventariada como Paula Ferraz da Silva, nascida em 29-OUT-1878 e bat. na Cidade de Cunha em 17-NOV-1878⁸⁹ (fal. em 13-MAIO-1915), casada na Cidade de Cunha em 04-FEV-1893⁹⁰ com

⁸⁶ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fl. 142.

⁸⁷ Livro Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 264v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁸⁸ Processo de Habilitação – Caixa ano 1894 - Museu Frei Galvão.

⁸⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 95v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁹⁰ Livro de Registro Civil de 1890/1908 - fls. 126v/127.

AVELINO JOSÉ DA GRAÇA, bat. na Cidade de Cunha em 22-NOV-1868⁹¹ e fal. em 16-JUL-1931, fº do Ten. Manuel José da Graça e s/m. Lauriana Eufrasia de Oliveira (Lima) Graça; n.p de Fortunato José da Graça (de França) – escrivão judicial, e s/m. Beralda Umbelina de Viterbo ou Beralda Belina da Vitoria (casados na Vila de Cunha em 16-JAN-1832⁹²); n.m do Cap. Joaquim Pires de Lima (fal. em 21-MAR-1863) e s/m. Benedita (Leopoldina) Eufrásia de Oliveira Santos. Com o falecimento da esposa em 13-MAIO-1915, **AVELINO JOSÉ DA GRAÇA** se casou pela segunda vez com **FELICIANA ALFA DA SILVA**, nascida em 24-MAIO-1885, fª de Belmiro José da Silva e s/m. Teodora Maria da Anunciação⁹³. Filhos do primeiro casamento: Maria Ferraz da Graça; Benedita Ferraz da Graça; e Lucia Ferraz da Graça.

Do segundo casamento de **FLORA PAULA DE OLIVEIRA CORREA** com seu cunhado **JOSÉ FERRAZ DA SILVA**:

6(V) - **JOAQUINA FERRAZ DA SILVA**, também chamada Joaquina de Oliveira Ferraz, batizada sob licença na Capela de N. Sª de Aparecida em 18-MAIO-1880⁹⁴, casada na Cidade de Cunha

⁹¹ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 158. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁹² Livro de Casamento de Cunha de 1831/1842 - fl. 136v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁹³ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fls. 91v/92.

⁹⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 139. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

em 22-JUN-1895⁹⁵ com seu primo **JOSÉ CORNÉLIO FERRAZ**, também aparece como José Cornélio Ferraz da Silva ou dos Reis (fal. em Guaratinguetá em 01-JAN-1978)⁹⁶, fº de Cornélio da Silva Reis e s/m. Francisca Maria dos Reis; n.p de Nuno da Silva Reis⁹⁷ e sua companheira Luciana Eufrásia de Toledo, também chamada Luciana de Carvalho; n.m do Alf. Nuno da Silva Reis e sua companheira Maria Luiza Ferraz.

7(V) - **NUNO FERRAZ DA SILVA**, bat. na Cidade de Cunha em 31-MAR-1883 e n. em 15-DEZ-1882⁹⁸. Foi testemunha de casamento de seu sobrinho, Francisco Ferraz de Oliveira, celebrado em 13-JUL-1929. (s.m.n)

8(V) - **MANOEL JOSÉ FERRAZ DA SILVA**, bat. na Cidade de Cunha em 27-JUL-1884⁹⁹ e n. em 04-JUL-1884. (s.m.n)

9(V) - **ALFREDO FERRAZ DA SILVA**, nascido aos 29-JUL-1887¹⁰⁰ e bat. na Cidade de Cunha

⁹⁵ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fl. 16v.

⁹⁶ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fl. 174.

⁹⁷ Nuno da Silva Reis foi casado na Vila de Cunha com Helena Xavier França, com quem não teve filhos. Lavrou testamento na Vila de Cunha em 30-JAN-1864, aberto em 08-AGO-1864, juntado nos autos da Tomada de Contas aberto em 06-ABR-1868, declarando que, por fragilidade, teve dois filhos em estado de solteiro com Luciana de Carvalho, também solteira, que são seus testamenteiros declarados **Cornélio da Silva Reis** e **Teodoro da Silva Reis**. Tomada de Contas de Nuno da Silva Reis - CX 42/1868 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

⁹⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 228. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

⁹⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1883/1888 - fl. 21v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁰⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1883/1888 - fl. 118v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

em 14-AGO-1887, teve como padrinho o Dr. Alfredo Casemiro da Rocha, importante figura local, Vereador, Deputado e Prefeito eleito em 1933 pelo Partido Republicano Paulista – PRP, agremiação na qual **ALFREDO FERRAZ DA SILVA** fora membro do Diretório Municipal em 1936. Considero que o nome de meu avô seja uma homenagem ao ilustre médico e político. Foi casado na Cidade de Cunha em 13-ABR-1912 com **MARIA DA GLÓRIA DE LIMA FERRAZ**, bat. na antiga Vila de Jaguari/MG, hoje Cidade de Camanducaia/MG, Paróquia Imaculada Conceição, aos quatro meses de idade, em 26-MAR-1894¹⁰¹, e fal. na Cidade de Cruzeiro em 21-OUT-1975 aos oitenta e dois anos, fº de João Pires de Oliveira Lima¹⁰², bat. na Vila de Cunha em 30-DEZ-1849¹⁰³, e s/m. Florência Augusta de Oliveira Lima (nat. da Freguesia de Jaguari, atual Camanducaia/MG); n.p do Cap. Joaquim Pires de Lima, bat. na Vila de Cunha em 18-DEZ-1808¹⁰⁴ (fal. em 20-MAR-1863) e s/m. Benedita (Leopoldina) Eufrásia de Oliveira

¹⁰¹ Conforme certidão expedida. Livro de Batismo 18 – fls. 26. Paróquia Imaculada Conceição – Arquidiocese de Pouso Alegre. Teve como padrinhos: João Honório da Silva e Maria Benedita da Conceição.

¹⁰² Consta no inventário do pai, Joaquim Pires de Lima, que seu filho João Pires de Oliveira Lima, teve aula particular por dois anos, nos termos da lei, com o professor particular, Francisco Antônio de Azevedo, no sítio da Samambaia e Ortelã.

¹⁰³ Certidão juntada nos Autos do Inventário - CX 38/1863 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁰⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1790/1797 - fl. 115v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

Santos, bat. em Cunha em 20-SET-1829¹⁰⁵ (casados em Cunha em 12-MAIO-1844¹⁰⁶).

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Cap. João de Araújo Lima (nat. da Freguesia de Santa Lucrécia do Louro, Arcebispado de Braga) e s/m. Teodora Maria Lucia (nat. de Cunha) // Antônio da Silva Guimarães¹⁰⁷ (Inspetor do 7º Quartelão do 2º Distrito de Cunha em 1835¹⁰⁸ e Ten. da Quarta Companhia do 36º Batalhão de Infantaria de Cunha¹⁰⁹) e sua primeira esposa, em 4º grau de consanguinidade, Lauriana Lucinda (Leopoldina) dos Santos¹¹⁰ (fal. em Cunha em 05-JUN-1835 aos 27 anos), casados na Vila de Cunha em 07-JAN-1825¹¹¹. Este casal possuía um sobrado na Rua Direita, bem como terras na região do Jacuí, conforme inventário da esposa. O Capitão João de Araújo Lima, português de

¹⁰⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 62v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁰⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 26v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁰⁷ Batizado na Matriz de Cunha em 26-MAIO-1805, com idade de doze dias (certidão extraída do Liv. 5 – fls. 76, juntada nos autos da dispensa matrimonial – ACMSP.

¹⁰⁸ Lista Geral de Habilitantes da 2ª Companhia da Vila de Cunha de 1835 – DAESP.

¹⁰⁹ Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Americana, 1873 – pág. 212.

¹¹⁰ Batizada na Matriz de Cunha em 26-DEZ-1811, com idade de doze dias, exposta ao Cel. José dos Santos Sousa, seu tio-avô pelo lado de sua avó (certidão extraída do Liv. 5 - fls. 193, juntada nos autos da dispensa matrimonial – ACMSP. Filha de Luiza Eufrazia da Silva, neta de Domingos da Silva Monteiro e s/m. Ana Maria dos Santos, bisneta dos casais: Nicolau Monteiro Silva e s/m. Florência da Silva // José dos Santos Sousa e s/m. Zeferina Francisca de Gouveia.

¹¹¹ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 102. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

Braga, mantinha na vila a função de capitão e negociante de escravos novos.

Trineta, pelo bisavô paterno Cap. João de Araújo Lima, de Manuel de Araújo Lima e s/m. Joaquina da Costa (nat. da Freguesia de Santa Lucrecia do Louro, Arcebispado de Braga); trineta, pela bisavó paterna Teodora Maria Lucia, do Alf. Antônio Pires Querido Portugal¹¹² (nat. da Freguesia de S^{ta}. Maria de Viade, Bispado do Porto) e s/m. Maria Rosa da Anunciação, nat. de Cunha (casados no Facão em 03-MAR-1780¹¹³).

Ainda, trineta, pelo bisavô paterno Inspetor Antônio da Silva Guimarães, do Cap. Francisco Lourenço Guimarães¹¹⁴ (nat. da Freguesia Couto do Manhan-te, Arcebispado de Braga, fal. na Vila de Cunha em 15-JAN-1830) e s/m. Maria Francisca da Silva Reis (casados na Vila de Cunha em 03-JUN-1786¹¹⁵), moradores no bairro do Paraitinga.

Tetraneta, pelo trisavô Alf. Antônio Pires Querido,

¹¹² Por volta do ano de 1800 mantinha sítio com capela na paragem da vila, ocupando o fogo 68, possivelmente no Bairro do Paraitinga (Ordenanças de 1794) com mulher, três filhos e 26 escravos. O casal Antônio Pires Querido e Maria Rosa da Anunciação teve uma filha de nome Joaquina dos Anjos Querido, irmã de minha tetravó Teodora Maria Lucia, que foi bisavó do Guaratinguetaense, Promotor, Deputado, Juiz, Presidente da Província de São Paulo, Min. da Fazenda, Senador, Conselheiro e Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves.

¹¹³ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 05v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹¹⁴ Com cinquenta e cinco anos de idade em 1814. “*Vive de lavouras, boa disposição, pronto, e activo no Serviço Militar e Civil. Pussuirá em bens 10 mil cruzados*” – Regimento de Infantaria de Milícias da Vila de Cunha- 1º de Abril de 1814 – doc. 1.1201 – DAESP.

¹¹⁵ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 29v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

de Domingos Pires Querido e s/m. Benta Afonso de Macedo; tetraneta, pela trisavó Maria Rosa da Anunciação, de José Alves (ou Álvares) de Oliveira (nat. da Freg^a de Paramos, Vila da Feira, Bispado do Porto) e s/m. Margarida da Silva Amaral (nat. de Santos/SP), casados na Vila de Paraty em 22-SET-1732¹¹⁶; tetraneta, pelo trisavô Cap. Francisco Lourenço Guimarães, de Manuel Domingos Barreto e s/m. Rosa Lourenço (nat. da Freguesia Couto do Manhante); tetraneta, pela trisavó Maria Francisca dos Reis, de Tomas da Silva Reis e s/m. Emiliana Maria da Silva (nats. de Cunha). O Cap. João de Araújo Lima, natural de Braga, Portugal, teria vindo ao Brasil na companhia de seu primo, o Rev. Francisco da Costa Moreira, conforme nos relata Carlos Eugenio Marcondes de Moura¹¹⁷. Antônio da Silva Guimarães, conforme Registro de Terras de 1850/1856¹¹⁸, era possuidor de um “sitio de terras lavradas no lugar denominado “Samambaia”, tendo como um dos confrontantes Antônio Pires de Lima, irmão do Cap. Joaquim Pires de Lima, este marido de Benedita Leopoldina. Esses Pires de Lima, tronco de minha avó pelo

¹¹⁶ José Alves (ou Álvares) de Oliveira era filho de Antônio Leite (nat. de São João da Madeira, Freguesia de Oliveira de Azeméis, Comarca de Aveiro) e s/m. Isabel Álvares (nat. da Freguesia de Paramos, Vila da Feira, Bispado do Porto). Margarida da Silva Amaral foi filha de Manuel Álvares Vieira (nat. da Sé de São Paulo) e s/m. Clara Maria do Amaral (nat. de Santos), moradora do Bairro da Borda do Campo em 1792 já viúva do marido.

¹¹⁷ MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de. *Os Galvão de França no Povoamento de S. Antônio de Guaratinguetá (1733/1972)*. 2ª Parte, São Paulo, 1973 – pág. 559.

¹¹⁸ Registro de Terras – Cunha RT 09 – 17.04.041 – vols. 99/100/101. O local correto é Samambaia, localizado no Bairro do Jacuí, às margens do Ribeirão Samambaia, afluente do Rio Jacuí.

lado paterno, foram possuidores de terras e moradores no bairro do Paraitinga de Cubas. Pais de:

- 1(VI) - **JOÃO FERRAZ DA SILVA**, natural e casado na Cidade de Cunha em 27-JUL-1938 com **APARECIDA LENZE E SILVA** (nat. de São José do Itamonte/MG), fº de Leopoldino Ramos da Silva e s/m. Maria Francisca Lenze.
- 2(VI) - **DOLORES FERRAZ DA SILVA (TIA LOLÔ)**, natural e casada na Cidade de Cunha em 28-SET-1935 com **DURCELINO PEREIRA DA SILVA** (nat. de Pedra Branca/MG), fº de Silvestre Pinto da Silva Filho e s/m. Mariana Candida de Jesus.
- 3(VI) - **MARIA JOSÉ FERRAZ DA SILVA (TIA MAROCA)**.
- 4(VI) - **FLORENÇA FERRAZ DA SILVA (TIA FLORENÇA)**, nascida na Cidade de Cunha em 30-MAR-1925, casada na Cidade de Guaratinguetá em 1942 com **RODOLFO DUBSKY DE CAMPOS**, fº de Joaquim José Vieira de Campos e s/m. Cecília Dubsky de Campos.
- 5(VI) - **JOSÉ FERRAZ DA SILVA (TIO JUCA)**.
- 6(VI) - **FLORA FERRAZ DA SILVA NOVAES** (nat. de Cunha), casada na Cidade de Guaratinguetá em 1952 com **JOSÉ SEBASTIÃO NOVAES**, fº de Antônio da Silva Novaes e s/m. Sofia Chicarino Novaes.

7(VI) - **DECIO FERRAZ DA SILVA**, nascido em 11-ABR-1930 no bairro “Córrego Fundo”, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em 09-AGO-1930¹¹⁹, padrinhos: Bento Ferraz de Campos e Benedita Vieira Cardoso. Foi casado na Cidade de Cunha/SP em 08-DEZ-1949 com **MARIZA NOVAES PINHEIRO DA SILVA**, nascida na Cidade de Cruzeiro/SP em 25-ABR-1930 e fal. na Cidade de Guaratinguetá em 04-DEZ-1992, fª de Gilberto de Bustamante Pinheiro e s/m. Luzia Novaes Pinheiro; n.p de Antônio Candido Pinheiro (nat. de Rezende/RJ) e s/m. Alice de Bustamante Pinheiro (nat. de Caxambu/MG), casados na Freguesia de São José de Campo Belo, Quarto Distrito de Resende em 28-JUL-1896¹²⁰; n.m do Cap. João Paulo da Silva Novaes, bat. em 15-JUL-1859¹²¹ e fal. em Pinheiros em 29-DEZ-1904, e s/m. Deolinda Eufrásia Pereira Novaes. Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Candido Xavier Pinheiro, fazendeiro de Café na Fregª de Campo Belo¹²², atual

¹¹⁹ Livro de Batismo n. 28, fls. 46. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹²⁰ Livro de Reg. de Mat. de Rezende – págs. 155/156. Alice de Bustamante era filha natural, legitimada posteriormente pelo pai.

¹²¹ Certidão juntada nos autos de Revisão Eleitoral de 1886 - CX 65 (1886) – Arquivo Museu Mun. Malba Tahan (Queluz).

¹²² Almanak Administrativo, Mercantil e Industria da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1853 – pág. 120.

Itatiaia/RJ (nat. de Mogi das Cruzes – bat. em 22-JAN-1820 e fal. em 14-ABR-1891) e s/m. Maria Ignacia Escobar Pinheiro (bat. no Curato de São José do Campo Belo em 14-AGO-1838)¹²³, residentes em Rezende/RJ // Com. Antônio Teodoro Fortes de Bustamante¹²⁴ (bat. na Freg^a de Pouso Alto/MG em 15-JUN-1839 e n. em 20-MAIO-1839, fal. em Barra Mansa em 03-JUL-1886) e Rita Leopoldina Pereira; bisneta, pelo lado materno, dos casais: José Dias Novaes e s/m. Maria do Carmo Alexandrina dos Santos // José Pedro Pereira da Costa e s/m. Maria Tereza Dias Novaes (casados em 22-ABR-1864¹²⁵).
Pelo tronco dos “Pinheiros”, trineta de Antônio Pinheiro do Prado (bat. em 23-AGO-1789 e fal. em Mogi das Cruzes em 31-JUL-1861¹²⁶) e s/m. Gertrudes

¹²³ Acervo Itamar Bopp – Arquivo Pessoal do Dr. Itamar Bopp - dados da Matriz de Resende-RJ e outras freguesias - pasta 2369.

¹²⁴ Livro de Batismo de N. S^a. da Conceição de Pouso Alto - fl. 13. Aprovado em latim para a Faculdade de Direito de S. Paulo em 1858 (Jornal do Commercio de 15 de abril de 1859), a qual não cursou devido à morte do pai. Nomeado Comendador da Ordem da Rosa em 29/04/1868 por serviços prestados na Guerra do Paraguai. Quando da morte, o jornal O Baependyano de 06/07/1886 reproduziu a informação vinda de Barra Mansa dizendo que o ilustre concidadão devia ter perto de 50 anos e celibatário, o que não condizia com a verdade, pois o comendador manteve às escondidas relacionamento amoroso com a caxambuense Rita Leopoldina Pereira, que acredito tenha sido ex-escrava.

¹²⁵ Livro de Casamento de Queluz de 1865/1883 - fl. 97v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹²⁶ Autos de Inventário – Proc. 169 – 2º Ofício Mogi das Cruzes – Cód. C07902 - DAESP.

Maria de Jesus - ou da Conceição - (nat. de São Paulo¹²⁷ - bat. em 28-OUT-1799), aquele filho de Constantino Pinheiro do Prado, bat. na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré – Nazaré Paulista, na data de 03-JUL-1760¹²⁸, e s/m. Rosa Maria de Jesus (S.L, III, pág. 281), aquela filha de Matias José da Silva¹²⁹ (nat. de Mogi das Cruzes) e sua segunda mulher Gertrudes Maria de Jesus¹³⁰ (nat. de São Paulo e fal. em

Nos Autos do Inventário de Antônio Pinheiro do Prado consta ter deixado uma chacra com suas terras de cultura e uma olaria, as margens da lagoa do Valentim, bem como uma casa na cidade na Rua do Chafariz. Herdeiros: João Pinheiro do Prado // Candido Xavier Pinheiro // Manoel Antônio Pinheiro // Carolina Maria de Jesus c/c Serafim Mendes de Faria // Joaquina Maria de Jesus c/c João dos Passos // Fortunata Maria de Jesus c/c Manoel Joaquim de Santa Ana // Benedita Maria de Jesus c/c Antônio Joaquim Fernandes.

¹²⁷ Casados na Capela de Nossa Senhora da Penha de França em 17-JUN-1814.

¹²⁸ <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-QWCS?i=41&cc=2177299>.

¹²⁹ Matias José da Silva era filho de Salvador de Góes Muniz e s/m. Ana Leme Nogueira; n.p de Leandro de Góes da Silva e s/m. Maximiana de Siqueira (nat. de Mogi das Cruzes); n.m de Geraldo Fernandes Nogueira e sua segunda mulher Domingas de Lima do Prado ou da Silva (nat. de Mogi das Cruzes) – S.L, V, págs. 303/304 e III, pág. 172. Matias José foi casado a primeira vez em 03-JUL-1787 com Francisca de Paula Cardoso, filha de Bento José de Moraes e s/m. Rosa Maria Cardoso. A segunda vez em 19-JAN-1789 com Gertrudes Maria de Jesus. Por fim, a terceira vez com Ana Gertrudes de Jesus (nat. de Mogi das Cruzes), filha de Francisco Fernandez Nogueira e s/m. Isabel Maria da Ressurreição (Dispensa Matrimonial - ACSP).

¹³⁰ Gertrudes Maria de Jesus era filha de Jerônimo Nunes da Silva (ou Fonseca) e s/m. Ana Pedrosa; n.p de João Nunes da Fonseca e s/m. Ana da Conceição (nats. de São Paulo); n.m de Antônio Correa Pinto e sua 1ª mulher Maria Pinheiro (nats. de Mogi das Cruzes); b.p de Antônio Nunes e s/m. Ursula da Fonseca (nat. de São Paulo) e b.p de Garcia Rodrigues e s/m. Antônia Dias Preto (nats. de São Paulo); b.m de Francisco

Mogi das Cruzes em 20-JAN-1801), casamento não descrito por Silva Leme // Antônia Maria das Dores.

Pelo tronco dos “Bustamantes”, trineta do Barão de Pouso Alto Francisco Teodoro da Silva (nat. de Ouro Preto/MG, fal. em Pouso Alto em 07-JUN-1868) e s/m. Rita de Cassia Pereira da Silva (natural e falecida de Pouso Alto/MG), ele filho do Coronel Carlos José da Silva (bat. na Freguesia de São Nicolau em 04-NOV-1741, Lisboa) e sua segunda mulher Maria Angélica de Sá Menezes (nat. de São João Del Rei/MG), ela filha de Miguel Pereira da Silva (nat. da Freguesia de Santa Marinha, Bispado da Cidade do Porto) e s/m. Isabel Maria do Espírito Santo (nat. de Pouso Alto/MG)¹³¹.

Pelo tronco dos “Novaes”, trineta de José Antônio Dias Novaes¹³² (nat. de Cotia) e s/m. Maria de Freitas Silva

Martins Azevedo e s/m. Ana Pedroso (nats. de Mogi das Cruzes) e b.m de Manoel Maciel (nat. da Freg. da Conceição de Guarulhos). S.L, V, págs. 299/300 e Liv. de Cas. da Sé 1782/1794 – págs. 120 e 156 - Clas. 01-02-16 e Liv. de Cas. da Sé 1726/1767 – pág. 143 – Clas. 01-03-16.

¹³¹ Genealogia em Projeto Compartilhar, Título Fortes Bustamante, por Regina Junqueira e Bartyra Sette (projeto compartilhar.com.br) e ascendência em R. ASBRAP nº 03, págs. 271/280, por Rui Vieira da Cunha.

¹³² Antes de se casar e se transferir para a região de Queluz, José Antônio Dias Novaes habilitou-se para o sacerdócio, juntamente com seus irmãos Joaquim Dias Novaes e Antônio José Dias Novaes – *Habilitação de Genere et Moribus* – Habilitações Sacerdotais da Cúria Metropolitana de São Paulo, volume 2/3/735 de 1803.

(nat. de S. João Marcos, Campo Grande/RJ) – S.L, IX, pág. 80, ele fº do Alf. José Novaes Dias e s/m. Ana Tereza de Camargo, ela fª do Cap. José de Freitas Aguiar e s/m. Luiza Nunes da Silva // Alf. Cláudio Ribeiro da Silva (nat. de Pouso Alto) e sua primeira mulher Maria do Carmo (nat. de Cunha), casados na Vila de Cunha em 27-DEZ-1820, ele fº do Cap. Mor Domingos da Silva Moreira e s/m. Maria Escolástica Ribeiro (nats. de Pouso Alto/MG), ela fª do Alf. José dos Santos Sousa e s/m. Florência Maria da Silva (nat. de Cunha); trineta, ainda, dos casais: Cap. Joaquim José Pereira da Costa e s/m. Maria Eufrásia de Oliveira // Joaquim Dias Novaes (nat. de Queluz) e s/m. Lucia Maria Brandina Novaes (nat. de Cotia)¹³³.

Pelo tronco dos “Freitas”, tetraneta do Cap. José de Freitas Aguiar e s/m. Luiza Nunes da Silva (ambos naturais de Campo Grande), ele fº do português Joaquim de Freitas Aguiar e s/m. Vitória Vieira Nazaré, ela fª de José da Silva Alves e s/m. Clara Nunes da Silva.

Vale aqui a transcrição das notas de Píndaro Carvalho Rodrigues sobre os Freitas de Aguiar: “*Um ramo dos Freitas, originá-*

¹³³ CAMARGO, Eduardo Ribeiro dos Santos. *Achegas Genealógicas. Os Novaes de São Paulo*. 2ª Edição. Editora Ave Maria Ltda. São Paulo. 1966.

rios da Freguesia de FREITAS do Concelho de Fafe, Distrito de Braga, Portugal, entrelaçou-se com os AGUIAR, do Concelho de Barcelos, também do Distrito acima.

Formou-se, assim, a família FREITAS AGUIAR, que viveu, depois, na Freguesia de Santa Cristina do Airão, do Concelho de Guimarães, Distrito de Braga, onde nasceu JOAQUIM DE FREITAS AGUIAR, filho do Pe. Romão de Freitas e de Crispina Francisca, ambos de Guimaraes.

Vindo Joaquim de Freitas para o Brasil, casou-se, em 1748, na Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes da Candelária, do Rio de Janeiro, com VITORIA VIEIRA NAZARETH, nascida, por volta de 1723, em Campo Grande, G.B, filha de Antônio Simões Jacinto e de Maria Vieira Nazareth, ambos, também, de Campo Grande, G.B (Livro 5º, pág. 195 verso, Igreja da Candelária. Indicação obtida por gentileza do Colégio Brasileiro de Genealogia, ao qual pertencemos, G.B)”¹³⁴.

Joaquim de Freitas Aguiar foi proprietário de terra e produtor de café no termo de S. João do Príncipe, ao lado, por exemplo, do conhecido Comendador Joaquim José de Souza Breves. Também atuava como Juiz de Paz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Passa-Três, sendo o segundo mais votado

¹³⁴ Os Freitas Aguiar e Nunes da Silva, seus principais entrelaçamentos no Brasil, Píndaro Carvalho Rodrigues, texto apêndice da Obra: Achegas Genealógicas da 2ª Edição – Os Novaes de São Paulo, Eduardo Ribeiro dos Santos Camargo – 1966 – págs. 222/233.

como vereador em 1849, com 514 votos.

10(V) - **BENEDITO FERRAZ DA SILVA**, nascido na Cidade de Cunha em 27-DEZ-1890, registrado em 19-JAN-1891. (s.m.n)

3(IV) - **GALDINO FERRAZ DA SILVA** ou **GALDINO JOSÉ DA SILVA REIS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 16-AGO-1846¹³⁵ e fal. em 12-NOV-1912, foi o patriarca do clã dos “Galdino”. Contraiu núpcias na Cidade de Cunha em 03-JUN-1870¹³⁶ com **CAROLINA DO AMOR DIVINO**, também chamada Carolina Antônia de Oliveira, bat. na Vila de Cunha em 14-ABR-1856¹³⁷ e fal. em 08-SET-1925, fª de José Ramalho de Campos (fal. em 21-FEV-1891) e s/m. Tereza Francisca do Amor Divino, bat. na Vila de Cunha em 28-FEV-1819¹³⁸ (fal. em 16-ABR-1885), casados na Vila de Guaratinguetá em 14-FEV-1832¹³⁹, moradores no Barro Vermelho; n.p de Jerônimo Ramalho de Campos e s/m. Maria Ledovina de Jesus ou Maria Ludovina de Jesus (fal. em 25-AGO-1831¹⁴⁰), casados na Vila de Cunha em 19-AGO-1816¹⁴¹; n.m de Bento Alves de Toledo e s/m.

¹³⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 156. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹³⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 122. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹³⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 98v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹³⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1813/1822 - fl. 63v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹³⁹ Livro de Casamento de Guaratinguetá de 1831/1842 - fl. 20v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁴⁰ Livro de Óbitos Bocaina de 1804/1874 - fl. 91 Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁴¹ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 58v. Arquivo da Cúria Diocesana de

Luísa Maria da Conceição (casados na Vila de Cunha em 01-JUL-1799¹⁴²). Moradores na fazenda Felicidade. Jerônimo Ramalho de Campos e Maria Ludovina contraíram núpcias em condições especiais. Maria Ludovina, segundo consta dos documentos existentes, era filha de pais incógnitos e viúva de José Caetano França, cujo casamento não se localiza. Ao pretenderem se casar os nubentes (oradores) foram submetidos ao julgamento eclesiástico de dispensa matrimonial, pois havia a suspeita de que eram parentes em 2º grau a 4º misto ao 3º de consanguinidade, com cognação espiritual por ter sido a oradora, Maria Ludovina, madrinha de uma criança que se presume ter sido filha do orador. Pelos depoimentos das testemunhas no processo, os oradores presumiam-se parentes, que nas palavras da testemunha Francisco Pimenta de Oliveira seriam ambos primos irmãos, ou seja, pela definição popular da época, pais e mães em comum, melhor explicando, dois irmãos se casando com duas irmãs da outra família, algo bem comum para a época. Mesmo assim, o casamento foi autorizado, pois não havia certeza de que ambos eram parentes e tendo havido cópula carnal entre os oradores, impossibilitada estaria de “achar outro sujeito capaz”, ainda mais considerando que a oradora vivia em estado de miséria, na companhia da madrinha, melhor solução seria autorizar o matrimônio entre ambos¹⁴³.

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Antônio Ramalho de Toledo (ou Campos) e s/m. Maria Joaquina de

Lorena – ACDL.

¹⁴² Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 77. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁴³ Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo – Dom Duarte Leopoldo e Silva – processo 1816, vol. 4550 – págs. 19/25.

Oliveira // exposta em casa de Genoveva de Toledo Silva¹⁴⁴; bisneta, pelo lado materno, dos casais: Jerônimo de Campos Moreira (nat. da Freguesia de São Pedro de Croca, Bispaço do Porto) e s/m. Tereza de Toledo Cortez (nat. de Taubaté) // Manuel Rodrigues Costa e s/m. Maria Luísa da Conceição (falecida em Taubaté com testamento aberto em 1854¹⁴⁵).

Pais, pelo inventário de **GALDINO F. DA SILVA**¹⁴⁶:

1(V) - **JOSÉ AUGUSTO DE CAMPOS**, bat. na Cidade de Cunha em 08-SET-1873¹⁴⁷ e fal. em 31-OUT-1932, casado a primeira vez em 02-OUT-1893¹⁴⁸ com **LUCINDA MARIA DO CARMO (GALVÃO DE FRANÇA)**, fª de Luiz Antônio Galvão e s/m. Dona Maria Rosa do Carmo, em segundas núpcias em 01-OUT-1908 com **AUREA VIEIRA CARDOSO**, fª de Benedito Porfírio Ferraz (ou Cardoso) e s/m. Maria da Conceição do Carmo (ou Carmo Vieira), e pela terceira vez na Cidade de Cunha em 25-SET-1914¹⁴⁹ com **LEONILDA DE FRANÇA LEITE**, fª de Pedro Pereira Leite e s/m. Fir-

¹⁴⁴ Acredito que Maria Ludovina de Jesus, casada em segundas núpcias com Jerônimo de Ramalho de Campos (Santiago), cujo primeiro casamento é mencionado no testamento do próprio Jerônimo Ramalho, seja a mesma pessoa descrita no inventário de Genoveva de Toledo Silva, morando em casa do Alf. Antônio Pires Querido.

¹⁴⁵ Arquivo Padre Adalberto Ortmann – Tít. Arquivos da Provedoria de Taubaté 1838/1861 – DAESP.

¹⁴⁶ Filiação extraída do Inventário de Galdino Ferraz da Silva – CX 80/1902 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁴⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 261. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁴⁸ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fls. 150v/151.

¹⁴⁹ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fls. 104/105.

mina Laurentina da Conceição.

- 2(V) - **JOÃO PEDRO FERRAZ**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 02-MAR-1875¹⁵⁰, casado na Cidade de Cunha em 01-FEV-1896¹⁵¹ com **MARIA BENEDITA FERRAZ (DE JESUS)**, fª de João Moreira da Silva Queiro e s/m. Tereza Rodrigues Vieira.
- 3(V) - **CELERIANO FERRAZ DE CAMPOS**, nascido em 09-DEZ-1876 e batizado sob licença na Capela de Nossa Senhora de Aparecida em 31-MAIO-1877¹⁵² (falecido em Guaratinguetá), casado com **MARIA PAULA DA ANUNCIACÃO**, falecida em decorrência do parto aos vinte cinco anos de idade em 27-OUT-1903, fª de Vergínio Ramalho de Campos e s/m. Maria Benedita da Anunciação. Foram pais de Benedita e Galdino, garoto que faleceu cinco dias após o falecimento da mãe¹⁵³.
- 4(V) - **MARIA LUIZA FERRAZ DE CAMPOS**, nascida em 02-DEZ-1878 e bat. na Cidade de Cunha em 01-JAN-1879¹⁵⁴, casada com seu primo **HIPÓLITO FERRAZ DA SILVA** (vide 11(III), 2(IV), 2(V) acima).
- 5(V) - **BENEDITO FERRAZ (DE CAMPOS) DA**

¹⁵⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 292. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁵¹ Cartório de Registro Civil de Cunha, Livro B-02, fls. 36v, Termo 09.

¹⁵² Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 55. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁵³ Inventários e Testamentos da Vila de Cunha – CX 72/1903 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁵⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 99v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

SILVA, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 31-DEZ-1882 e n. em 01-DEZ-1882¹⁵⁵, casado na Cidade de Cunha em 05-SET-1903¹⁵⁶ com **MARIA JOSÉ DE JESUS**, fª de Antônio Fernandes de Oliveira (fal. em 03-MAR-1889 aos cinquenta e oito anos) e sua segunda mulher Francisca Maria de Oliveira (casados na Cidade de Cunha em 24-JUN-1853¹⁵⁷), moradores nas Abóboras; n.p de Clara Maria de Jesus; n.m de Júlio Ferreira de Castilho (nat. de São Luiz do Paraitinga) e s/m. Ana Maria (ou Francisca) de Oliveira (nat. de Cunha), casados na Vila de Guaratinguetá em 25-JUL-1823¹⁵⁸.

Ao relatar a fuga dos moradores diante do avanço das tropas ditatoriais sobre a Cidade de Cunha no desenrolar da Revolução de 32, Oracy Nogueira¹⁵⁹ narra que Alfredo Casimiro da Rocha e seus familiares foram se abrigar na fazenda de um certo Dito Galdino, alcunha de Benedito Ferraz da Silva, que acredito seja o filho de Galdino Ferraz da Silva, primo portanto de meu avô Alfredo Ferraz da Silva, pois naquela época a família já possuía terras herdadas no Rio do Peixe e Córrego Fundo. Também corro-

¹⁵⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 221. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁵⁶ Cartório de Registro Civil de Cunha, Livro B-03, fls. 64v, Termo 42.

¹⁵⁷ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 66v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁵⁸ Livro de Casamento de Guaratinguetá de 1806/1823 - fl. 144v. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida – ACDA.

¹⁵⁹ Nogueira, Oracy. *Negro Político, Político Negro: A Vida do Doutor Alfredo Casimiro da Rocha, Parlamentar da “República Velha”*. São Paulo. EDUSP, 1992, pág. 231.

bora essa hipótese o relato de Flora Ferraz da Silva Novaes, que ao discorrer sobre a infância na fazenda, lembrou-se da presença de diversas pessoas da cidade abrigadas no antigo casarão de seu pai às margens do Rio Paraitinga na confluência do Rio do Peixe, nos idos de 1932.

6(V) - **BENTO FERRAZ DE CAMPOS**, bat. no Santuário de Aparecida sob licença em 29-DEZ-1888¹⁶⁰ e n. em 03-ABR-1888, casado na Cidade de Cunha em 11-SET-1908¹⁶¹ com **BENEDITA VIEIRA CARDOSO** (fal. em 16-JUN-1941), fª de Benedito Porfirio Ferraz (ou Cardoso) e s/m. Maria da Conceição do Carmo. Padrinhos de batismo de meu pai.

7(V) - **EVANGELINA FERRAZ DE CAMPOS**, nascida na Cidade de Cunha em 17-AGO-1890, registrada em 24-AGO-1890¹⁶², casada na mesma localidade em 20-SET-1904¹⁶³ com **JOÃO PINTO DOS SANTOS**, fal. em Cunha em 19-JUL-1968, fº de João Pinto dos Santos, fazendeiro de algodão no bairro de Santa Cruz¹⁶⁴, e s/m. Maria Ignacia da Graça. Talvez este João Pinto dos Santos (PAI) seja um dos filhos naturais de Teodora Maria do Carmo. Assim considerando, seria ele neto do casal Alf. José Vieira dos Santos/Maria do Carmo Ferraz, o que colocaria em parentesco Evangelina Ferraz de Campos e João Pinto dos Santos.

¹⁶⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1883/1888 - fl. 163. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁶¹ Cartório de Registro Civil de Cunha, Livro B-04, fls. 141, Termo 41.

¹⁶² Livro de Registro Civil 1889/1891 - fl.167.

¹⁶³ Cartório de Registro Civil de Cunha, Livro B-03, fls. 90v, Termo 55.

¹⁶⁴ Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Americana, 1873 - pág. 216.

- 8(V) - **GALDINO FERRAZ DE CAMPOS** (nat. de Cunha), falecido em Lorena em 03-JAN-1956, casado na Cidade de Cunha em 12-JAN-1912¹⁶⁵ com **LAURENTINA DA GRAÇA E SILVA** (nat. de Cunha), fª de Manoel Felipe de Amorim e s/m. Dona Lucinda da Silva Pinto. Tiveram ao menos: Conceição Ferraz de Campos casada em Cunha com Fernando Martins dos Santos; Raulino Ferraz de Campos casado com Dona Benedita de Oliveira.
- 4(IV) - **BENEDITA AUGUSTA DAS DORES**, bat. na Vila de Cunha em 01-MAIO-1848¹⁶⁶, falecida solteira sem filhos em 16-FEV-1873. Foi matriculada na Escola de Cunha em 1863, completando seus estudos em 1866¹⁶⁷. De seu inventário consta ter deixado aos irmãos terras no Sertão (denominado Água Fervendo) e Campo Grande, sendo inventariante o irmão mais velho, João Ferraz da Silva.
- 5(IV) - **JOSÉ FERRAZ DA SILVA**, bat. na Vila de Cunha em 23-OUT-1852¹⁶⁸, meu bisavô, contraiu núpcias com sua cunhada, minha bisavó, **DONA FLORA DE PAULA DE OLIVEIRA CORREA** (vide 11(III), 2(IV) acima).
- 6(IV) - **FRANCISCA MARIA DOS REIS**, bat. na Vila de Cunha em 02-OUT-1853¹⁶⁹, casada na Cidade de Cunha

¹⁶⁵ Livro de Registro Civil de 1908/1922 - fls. 71/72.

¹⁶⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 175v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁶⁷ Livro de Matrícula de Cunha (Feminino) n. 25 – 1870/72, Ordem 2238 - fl. 02 – DAESP.

¹⁶⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 43. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁶⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 57. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

em 08-OUT-1865¹⁷⁰ com seu primo em 1º grau de impedimento transversal ao segundo grau de impedimento misto **CORNÉLIO DA SILVA REIS**, batizado em data incerta, fal. em 01-MAR-1874, fº de Nuno da Silva Reis¹⁷¹ e sua companheira Luciana Eufrásia de Toledo, também chamada Luciana de Carvalho (bat. na Vila de Cunha em 26-OUT-1806); n.p do Alf. Nuno da Silva Reis e s/m. Gertrudes Monteiro de Siqueira; n.m do Cap. Antônio José de Carvalho e s/m. Francisca Maria (Monteiro) de Toledo, ambos falecidos em 1827, moradores no bairro do Cumbe. **FRANCISCA MARIA DOS REIS** teve um filho de pai incógnito nascido em 17-NOV-1875, cujo registro de 08-DEZ-1875 não consta o nome da criança¹⁷².

1(V) - **MARIA DA CONCEIÇÃO DOS REIS**, bat. na Cidade de Cunha em 18-JAN-1868¹⁷³, ali casada em 18-JUN-1886 com **MIGUEL RODRIGUES MONTEMOR**, bat. na Cidade de Cunha em 07-OUT-1863¹⁷⁴, fº de Máximo Rodrigues Montemor (fal. em 01-JUL-1890) e s/m. Felicidade

¹⁷⁰ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 137. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁷¹ Nuno da Silva Reis foi casado na Vila de Cunha com Helena Xavier França, com quem não teve filhos. Lavrou testamento na Vila de Cunha em 30-JAN-1864, aberto em 08-AGO-1864, juntado nos autos da Tomada de Contas aberto em 06-ABR-1868, declarando que, por fragilidade, teve dois filhos em estado de solteiro com Luciana de Carvalho, também solteira, que são seus testamenteiros declarados **Cornélio da Silva Reis** e **Teodoro da Silva Reis**. Tomada de Contas de Nuno da Silva Reis - CX 42/1868 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁷² Livro de Registro Civil, filme 008161829 - fls. 35/35v.

¹⁷³ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 138v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁷⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 57v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

Clementina das Dores; n.p do Alferes Manuel Rodrigues Montemor (fal. em Taubaté em junho de 1834¹⁷⁵) e s/m. Mariana Francisca da Costa; n.m do Alferes José Galvão de Siqueira com sua segunda mulher Joaquina Zelinda de Siqueira¹⁷⁶.

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Domingos Vaz Cardoso e s/m. Maria Rodrigues // João de Deus Matos e s/m. Maria da Silva Prado¹⁷⁷; bisneto, pelo lado materno, dos casais: Alf. Felix Gomes de Siqueira e sua segunda mulher Ana Joaquina Galvão de França (bat. na Vila de Guaratinguetá em 09-MAR-1744¹⁷⁸ e fal. em 16-AGO-1825) // Francisco Pinto dos Santos e s/m. Dona Teodora Maria de Siqueira.

MIGUEL RODRIGUES MONTEMOR se casou novamente na Cidade de Cunha em 30-JAN-1895 com **ETELVINA MARIA DA CONCEIÇÃO**, fª de João Serafim Monteiro Ferraz e sua segunda mulher Maria Rosa.

2(V) - **BENEDITA MARIA DA CONCEIÇÃO**, bat. na Cidade de Cunha em 08-DEZ-1869¹⁷⁹, sepultada no cemitério de Lagoinha em 07-JAN-

¹⁷⁵ Arquivo Histórico Municipal Dr. Felix Guisard Filho – 2º Ofício Cível 1834 (Taubaté).

¹⁷⁶ Joaquina Zelinda de Siqueira era irmã da primeira mulher, Ana Celidonia de Siqueira ou Santos. Autos Cíveis de Justificação (CX 24/1809) e Autos de Inventário de Francisco Pinto dos Santos (CX 05/1799) - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁷⁷ ORTMANN, P. Adalberto. *Genealogia Guaratinguetaense*. In: Anuário Gen. Latino (Edição da Ver. Gen. Latina), Vol. 4. S. Paulo: Rev. dos Tribunais, 1952 - págs. 343/344.

¹⁷⁸ MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de. *Os Galvão de França no Povoamento de S. Antônio de Guaratinguetá (1733/1972)*. 1ª Parte, São Paulo, 1973 – pág. 23.

¹⁷⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 183. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

1912¹⁸⁰. Foi casada na Cidade de Cunha em 07-FEV-1887 com seu parente **FRANCISCO RODRIGUES MONTEMOR**, bat. na Cidade de Cunha em 16-JAN-1868¹⁸¹, fº de José Rodrigues Montemor e s/m. Geralda Maria de Jesus (ou Conceição); n.p de Máximo Rodrigues Montemor (fal. em 01-JUL-1890) e s/m. Felicidade Clementina das Dores; n.m de Francisco José Ferraz e s/m. Maria Rita da Conceição.

3(V) - **JOSÉ CORNÉLIO FERRAZ**, também aparece como José Cornélio Ferraz da Silva ou dos Reis, bat. na Capela de Nossa Senhora de Aparecida em 21-FEV-1873¹⁸² - vide 11(III), 2(IV) e 6(V).

4(V) - **EULINA REIS**, bat. sob licença na Capela de Nossa Senhora de Aparecida em 02-ABR-1881 e n. em 16-MAIO-1880¹⁸³. Esta filha nasceu muito após a morte do marido, razão pela qual no registro de batismo não aparece a paternidade.

7(IV) - **ANTÔNIO FERRAZ DA SILVA**, bat. na Vila de Cunha em 12-JUL-1857¹⁸⁴, falecido em agosto de 1888 no bairro do Paraitinga em circunstância trágica. Seu inventário não foi encontrado nos arquivos judiciários.

¹⁸⁰ Livro de Óbitos de Lagoinha de 1878/1916 - fl. 128. Arquivo da Cúria de Aparecida – ACDA.

¹⁸¹ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 138v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁸² Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 251. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁸³ Livro de Batismo de Cunha de 1875/1883 - fl. 168. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

¹⁸⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 107. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL.

Exerceu a função de tutor de seus sobrinhos, filhos de sua irmã Francisca Maria dos Reis, após a morte do cunhado Cornélio da Silva Reis, em substituição a seu irmão João Ferraz da Silva, também falecido. No documento de fls. 84¹⁸⁵ do inventário, **ANTÔNIO FERRAZ DA SILVA** declara exercer a função de magistério público na Vila de Santo Antônio da Bocaina (Cachoeira Paulista), não podendo mais atuar na função de guardião de seus sobrinhos, sendo substituído posteriormente. De fato, ao pesquisar o Assentamento de Professores no Arquivo Público do Estado de São Paulo (1852-1892), **ANTÔNIO FERRAZ DA SILVA** consta como aprovado no exame de primeiras letras em 05-AGO-1880¹⁸⁶, transferindo-se em 1883, por seu próprio requerimento, para o bairro do Facão de Baixo, Município de Cunha¹⁸⁷, onde possuía 26 alunos matriculados, que são frequentes¹⁸⁸.

Havia uma forte ligação entre os irmãos Antônio Ferraz e João Ferraz. A parceria entre ambos se mostrou evidente no inventário de João Ferraz da Silva, onde o irmão se apresentava como credor da quantia de seiscentos mil reais sem qualquer documento existente, dívida confirmada pela cunhada e inventariante Flora Paula de Oliveira¹⁸⁹. Além disso, fora nomeado tutor dos filhos menores, seus sobrinhos: Artelino, Hypólito, Laurenti-

¹⁸⁵ Inventário de Cornélio da Silva Reis – CX 49/1874 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁸⁶ Instrução Pública – Assentamentos de Professores (1852-1892) – Cód. E2092 – pág. 16 (DAESP).

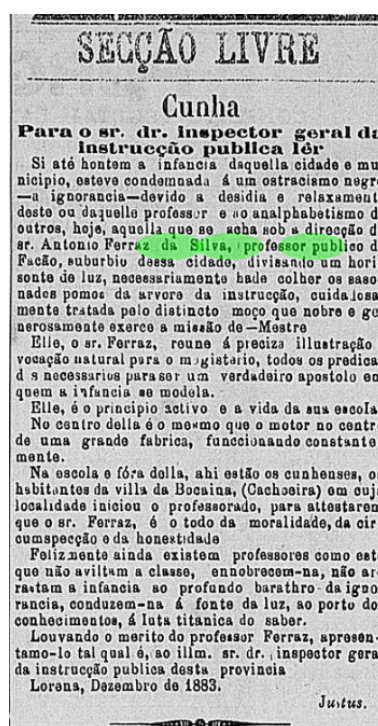
¹⁸⁷ Correio Paulistano – 12.04.1883, pág. 2.

¹⁸⁸ Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Americana, 1884/1888 - pág. 354.

¹⁸⁹ Inventário – CX 146/1879-B – São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

no, Francisco e Paula, substituído posteriormente pelo outro irmão José Ferraz da Silva, que mais tarde se tornaria padraсто dos menores.

Este antepassado de minha família gozava de prestígio no exercício do magistério de primeiras letras, a ponto de um texto ser publicado no Correio Paulistano de 13/12/1883 tecendo elogios ao professor cunhense:



Infelizmente, as honras ao ilustre mestre não foram suficientes para impedir o que viria acontecer cinco anos mais tarde. No Diário Correio Paulistano de 28 de Agosto de 1888 publicou-se que: “*sabe-se que suicidara-se, atirando-se ao rio Parahytinga, próximo à Cidade de Cunha, o sr. Antônio Ferraz da Silva, professor publico ali residente há*

muitos anos. Ignora-se os motivos que levaram-no a praticar esse acto de loucura”.

Esse triste acontecimento de suicídio incomum por afogamento no Rio Paraitinga se soma a outro que ouvia com frequência na infância de que um certo tio de meu pai teria se suicidado por enforcamento. Meu tio-avô Alfredo Pires de Lima, irmão de minha avó Maria da Glória Pires de Lima, tirou a própria vida enfocando-se nos idos de 1935, deixando viúva a esposa Lucia Ferraz da Graça¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Inventário de Alfredo Pires de Lima – CX 110-B/1942 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

NOTAS EXPLICATIVAS
O RELACIONAMENTO ENTRE O ALF. NUNO DA SILVA REIS E
MARIA LUIZA FERRAZ
UM ENREDO GENEALÓGICO

Quando as pesquisas sobre a família “Ferraz da Silva” foram iniciadas, um mistério chamou a atenção desde os primeiros apontamentos. Quem foi o homem por trás dos filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ**, a filha caçula do Alferes Antônio Ferraz de Oliveira com sua mulher Rita Angélica dos Santos!? Seria ele um parente da família em grau de consanguinidade? Teria **MARIA LUIZA FERRAZ** se relacionado com mais de um homem, sendo seus filhos de pais diferentes?

A garota, como tantas outras de seu tempo, na longínqua Vila de Cunha do século XIX, se diferenciou dos demais irmãos e irmãs. Nunca se casou formalmente, tendo sete filhos, seis deles reconhecidos por escritura antes do seu falecimento, documento integrante de seu inventário, excluído o filho Nuno Ferraz da Silva por ter falecido anteriormente. Mãe solteira aos dezenove anos, tudo indica ter vivido de forma independente nas terras herdadas de sua mãe na companhia dos filhos, algo relativamente comum para a época, conforme nos relata a literatura sobre o matriarcado no século XVIII e XIX. Seu pai, irmãos e cunhadas não foram padrinhos e/ou madrinhas de batismo de seus filhos, o que revela a discordância de boa parte dos familiares com o estilo de vida adotado pela jovem senhora.

MARIA LUIZA tinha uma outra irmã de nome Maria José Ferraz, casada com o Alferes José Thomaz Monteiro Silva, moradores nas Abóboras/Gandra, em terras que se acredita foram herdadas da falecida mãe. Dentre os registros de batismo do casal aparece uma criança exposta, de nome Nuno, batizada na Igreja Matriz da Vila na data de 31-NOV-1839. Parece claro o que de fato aconteceu entre as irmãs. Maria Luiza ainda era uma jovem moça de dezenove anos, caçula e órfã da mãe falecida alguns anos antes, vivendo sozinha na presença do pai, pois os demais irmãos e irmãs estavam casados há longa data. Vendo-se em difícil situação, socorreu-se da irmã para esconder o nascimento, batizando o menino de

nome “Nuno” na qualidade de exposto.

Mas essa informação foi apenas o início de tudo. À medida que os estudos evoluíam, outros elementos documentais foram paulatinamente surgindo, ora conduzindo para um beco sem saída, por vezes complicando ainda mais os resultados, ora desvendando novas alternativas, que ao final se mostraram peças-chave na solução do problema.

O segundo passo se deu ao descobrir em alguns documentos que o filho primogênito de **MARIA LUIZA FERRAZ** adicionava ao fim do nome o patronímico TOLEDO – Nuno Ferraz da Silva **Toledo**, o que de certa forma abria um leque de possibilidades, na medida em que a família TOLEDO pertencera àquelas primeiras famílias povoadoras da Freguesia do Facão, com inúmeros membros na localidade.

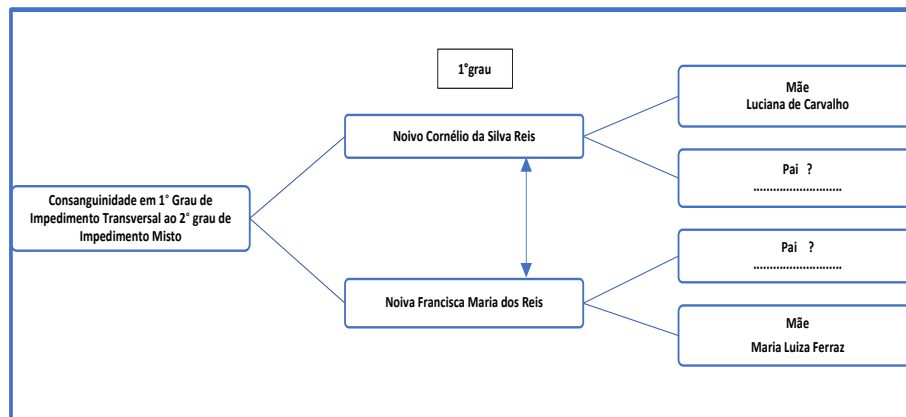
Mais tarde, pesquisando sobre o primeiro marido de Flora de Paula de Oliveira Correa, constatou-se não haver nos arquivos do Fórum de Cunha qualquer registro judicial, o que era estranho dado as notícias de que o casal possuía terras na paragem do Córrego Fundo, herdadas pelos filhos anos depois. Alargando o território de pesquisa, escarafunchando os arquivos do Fórum de São Luiz do Paraitinga, um registro nos índices dos Processos de Inventário dava conta de um certo João Ferraz da Silva **Vaz**, inventariado por nada menos que Flora de Paula de Oliveira Correa. Mais do que depressa as buscas mudaram de rumo, os arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que naquela época mantinha serviço muito eficiente, com setor especializado para consulta de documentos de valor histórico. Lá estava depositado o processo de inventário de João Ferraz da Silva, aberto em São Luiz do Paraitinga pelo fato de a fazenda onde moravam no Córrego Fundo ser região limítrofe, o que fez deslocar o processo para outro município.

Pois bem. João Ferraz da Silva de fato usava outro patronímico ao final (VAZ), conforme constava do índice, o que acrescentava um novo ingrediente, dificultando ainda mais as pesquisas, pois a família VAZ sempre foi muito numerosa na localidade. A partir disso, a hipótese de que **MARIA LUIZA FERRAZ** pudesse ter se relacionado com mais de um homem, dando à luz a filhos de pais diferentes, também se tornou uma possibilidade plausível, mas pela dificuldade daquele momento esses dados foram guardados para estudos futuros.

Anos depois, revendo os livros do arquivo eclesiástico da Cúria Dioce-

sana de Lorena, uma informação possibilitou estreitar o campo de pesquisa. Uma filha de **MARIA LUIZA**, Francisca Maria dos **Reis**, mais um patronímico diferente, se casou com um parente de nome Cornélio da Silva Reis, **também filho de pai incógnito**.

Diante da possibilidade da existência de Processo de Dispensa Matrimonial, por conta do parentesco dos nubentes, buscou-se junto a Diocese de Taubaté acesso aos arquivos correspondentes. Por sorte lá estava ele, mal instruído com poucas informações relevantes, pois continha poucos dados genealógicos, servindo apenas para justificar uma pretensa pobreza dos noivos como forma de isentá-los das despesas decorrentes do processo, o que não era verdade, pois tanto a noiva como o noivo possuíam terras herdadas de seus pais e avós. Mesmo assim, o processo foi capaz de informar que os noivos eram primos em primeiro grau de impedimento transversal a segundo grau de impedimento misto, situação que despertava mais dúvida que certeza. Seriam os pais de Cornélio e Francisca irmãos? Poderia Luciana, mãe de Cornélio, ter sido amante de Antônio Ferraz de Oliveira, pai de **MARIA LUIZA FERRAZ**, e João Monteiro Ferraz, irmão daquele e tio desta, pai dos filhos da própria sobrinha?! Buscando ajuda com o Monsenhor da Chancelaria da Cúria, chegou-se à conclusão de que os pais dos noivos eram de fato irmãos ou parentes muito próximos, esquematicamente dispostos assim:



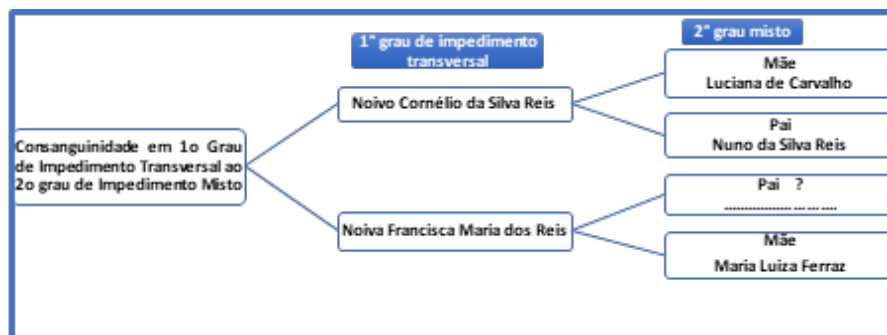
A partir de então, as informações sobre Nuno Ferraz da Silva, que usava **TOLEDO**, e a informação de João Ferraz da Silva, que usava **VAZ**, foram momentaneamente abandonadas, mesmo porque o outro filho, José Ferraz da Silva, nunca

usou qualquer outro patronímico associado ao nome. O alvo agora era Cornélio da Silva Reis e seu parentesco com Francisca Maria dos Reis. Aliás, ao iniciar as pesquisas já se considerava os “Silva Reis” como possíveis candidatos a pai dos filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ** por carregarem o patronímico **SILVA**, mas isso era muito vago pois diversas outras famílias na Vila de Cunha usavam o mesmo nome de família, multiplicando demasiadamente os dados a serem pesquisados.

Passados alguns anos, pretendendo retomar de onde havia parado, um evento absolutamente impensável ocorreu: a pandemia de Coronavírus! Por conta disso, surgiu a oportunidade de estar mais próximo dos arquivos do Centro de Cultura e Tradições de Cunha, onde estavam - e ainda estão - depositados os velhos Processos Judiciais da antiga Freguesia do Facão, Vila de Cunha. Após os piores momentos da pandemia, o primeiro objetivo foi investigar os inventários dos membros da família “Silva Reis”.

Inicialmente nada se relevou além do trivial, mas estudando o inventário de Nuno da Silva Reis, que fora casado com Helena Xavier França, eis que entrado aos autos do processo estava seu testamento, lavrado na Vila de Cunha em 30-JAN-1864. Qual foi a surpresa! Nuno da Silva Reis deixou declarado textualmente ter tido em estado de solteiro dois filhos com Luciana de Carvalho, também solteira, aquela mesma Luciana Eufrasia de Toledo do registro de casamento dos filhos, eles: **Cornélio da Silva Reis** e Teodoro da Silva Reis, instituídos únicos e legítimos herdeiros, pois Nuno da Silva Reis não teve filhos com sua esposa Helena Xavier França. Com isso, uma peça do quebra-cabeças fora descoberta, restando apenas uma, aquela mais importante para desvendar o ascendente masculino de todos os membros da família “Ferraz da Silva”.

Resgatando aquela premissa de que os pais dos noivos eram irmãos ou parentes muito próximos: quem poderia ser de fato o pai de Francisca Maria dos Reis, esposa de Cornélio da Silva Reis? Seria este parente também o pai dos demais filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ**, dado que cada filho utilizava um patronímico diferente ao final, TOLEDO, VAZ, REIS e o próprio SILVA, exógeno na família até então? De volta ao organograma, imputando a nova informação obtida, o parentesco próximo entre os pais dos noivos, por conta do impedimento transversal, torna-se evidente:



Partiu-se, assim, para os estudos de todos os inventários disponíveis dos irmãos de Nuno das Silva Reis: João José Vaz da Silva; Benedito Vaz da Silva Reis; José Vaz da Silva Reis e outros parentes que se encaixavam cronologicamente; contando com a sorte de o verdadeiro pai ter também declarado em testamento ou escritura pública de reconhecimento de paternidade os filhos incógnitos. Um a um todos foram sendo descartados, pois nenhuma evidência documental apontava para a paternidade dos filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ**, que apesar do estreitamento do campo de pesquisa ainda permanecia um mistério.

Porém, aquilo que se demonstrava improvável acabou por acontecer. Dos seis inventários existentes para diferentes membros homônimos da família, um inventariado pelo então Comendador José Antônio de Macedo Sampaio chamou atenção. Tratava-se do **ALF. NUNO DA SILVA REIS**, rico fazendeiro da localidade, pai de Nuno da Silva Reis, aquele mesmo casado com Helena Xavier França, cujos bens avaliados em morte-mor partível bruto alcançou a cifra de 133.654\$326 Contos de Réis, uma verdadeira fortuna para os padrões da época. Apenas em propriedades, deixou em vida “*diversas glebas de terras na Fazenda do Cumbe, partindo de um lado com terras dos herdeiros de Antonio Jose de Carvalho, por outro lado com terras do patrimônio de Jesus, Maria e Jose; por outro lado com terras da encruzilhada e dos herdeiros de Maria Gertrudes, que hoje são do inventário de Manoel Pereira de Toledo, por compra que fez das ditas herdeiras; por outro lado com terras de Jose Prudente de Toledo e de Isabel; por outro com terras da Palmeira e do Bom Retiro e por outro lado com terras do falecido Antonio Jose Vaz, que se acha na Fazenda sem divisada*”. Mas de seu testamento, lavrado na Vila de Cunha em 21-MAIO-1853, aberto em 26-MAR-1858, fls. 37/39 dos autos, revelou-se o mais importante para as pesquisas. Ao dispor de seus bens em terça parte,

no montante de 41.964\$109 Contos de Réis, declarou que o testamenteiro “*dará de minha terça aos filhos de MARIA LUIZA, de nomes NUNO, JOÃO, GALDINO, FRANCISCA e JOSÉ – a cada um a quantia de quatrocentos mil reis, e outra igual quantia de quatrocentos mil reis a MANOEL JOSÉ exposto em casa de meu genro Jose Prudente, cujas quantias ficarão em poder de meu testamenteiro para ir entregando a estes legatários, quando os mesmos forem casando ou emancipando e se alguns deles falecer irão substituindo uns aos outros*”.

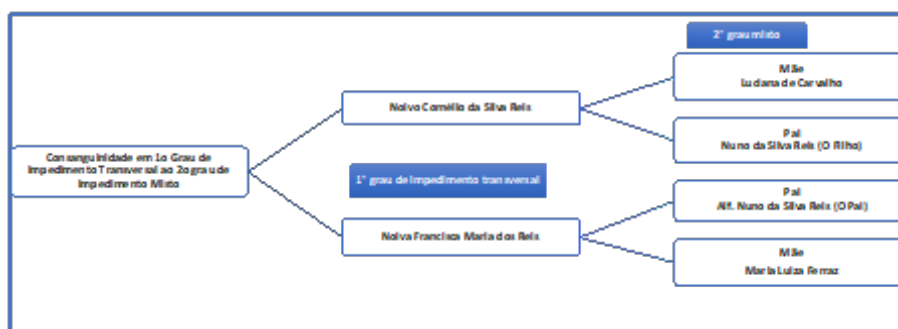
Nota-se que em nenhum momento o **ALF. NUNO DA SILVA REIS** declara textualmente ser o pai dos filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ**, contudo o testador ainda estabeleceu que se “*dará minha terça a MARIA LUIZA a quantia de um conto e quinhentos mil reais, em escravos ou naqueles bens que ela quiser receber*”, o que demonstra a preocupação do falecido com a manutenção da companheira e também dos filhos. Contudo, o inventário não se limitou a relevar apenas os termos do testamento lavrado pelo ‘*de cujus*’, pois às fls. 46 ficou registrado uma petição de José Prudente de Toledo, genro do falecido, dizendo que “*ele condoído das circunstâncias críticas em que se acha colocada sua parenta D. Maria Luiza Ferraz, quer fazer com os mesmos herdeiros de maior do finado inventariado doação a ela do escravo Jose Coelho Congo avaliado pela quantia de 1.800\$000 com a condição de não ser o mesmo escravo sujeito a dívidas com hipotecas da donatária e por sua morte passar o dito escravo a seus filhos Galdino Ferraz da Silva, João Ferraz da Silva, Nuno Ferraz da Silva, Francisca Ferraz da Silva, Benedita Ferraz da Silva, Jose Ferraz da Silva, Antonio Ferraz da Silva*”, proposta que contou com o aval de todos os demais herdeiros, meio irmãos dos filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ**.

Não tanto pelas circunstâncias críticas alegada, a proposta na verdade tinha por objetivo a melhor distribuição da herança, pois no testamento lavrado o testador deixou de incluir por esquecimento os filhos Antônio Ferraz e Benedita Ferraz, igualando desta forma o legado entre os todos os filhos.

Embora o testamento seja de suma importância na revelação da paternidade, de tudo que se lê dos autos do inventário o que identifica com precisão a paternidade do **ALF. NUNO DA SILVA REIS** em relação aos filhos de **MARIA LUIZA FERRAZ** é o termo usado por José Prudente de Toledo ao qualificar a donatária como *parenta*, pois somente na qualidade de mãe dos filhos do alferes falecido é que tal termo poderia ter sido utilizado pelo dedicado genro. Se o **ALF. NUNO DA SILVA**

REIS não fosse de fato o pai daquelas crianças não haveria sentido algum o uso de tal tratamento, muito menos a concordância de todos os demais herdeiros envolvidos na doação oferecida, circunstância que só foi aceita por serem todos parentes entre si.

Assim, aquilo que o Processo de Dispensa Matrimonial não descreveu a contento está agora definitivamente revelado, a consanguinidade existente entre os noivos era de fato real, escondida inutilmente dado que tudo já era de conhecimento geral por conta das revelações do testamento e inventário do pai da noiva e avô do noivo, confirmando a tese do Chanceler da Cúria de Taubaté de que o parentesco entre os pais dos nubentes era muito próximo, no caso pai e filho, de modo que o organograma final se mostra desta forma:



Além da resolução deste grau de parentesco entre a filha Francisca Maria dos Reis com seu marido Cornélio da Silva Reis, também se torna claro agora a razão pela qual os demais membros da família optaram por usar patronímicos diversos ao fim de cada nome. Nuno Ferraz da Silva costumava usar TOLEDO porque sua bisavó de fato era TOLEDO CORTEZ, dos velhos troncos taubateanos. João Ferraz da Silva usava VAZ em algumas oportunidades também porque seu ancestral era VAZ DA SILVA, membro do clã “Silva Porto”, aquele mesmo português responsável pela instituição da primeira capela da povoação do Facão. Galdino e Francisca adotaram REIS ao final do nome não só pela ascendência paterna, mas também devido ao ancestral português natural da Freguesia de Benfica, Patriarcado de Lisboa, o Capitão Nuno dos Reis dos Santos. E por fim o próprio patronímico SILVA que permaneceu muito presente na família por gerações, hoje pouco utilizado, cuja ancestralidade remete ao casal Guaratinguetaense das mais antigas famílias povoadoras da vila, Antônio Tavares de Melo

(nat. de Guaratinguetá) e s/m. Maria da Silva Cortez (nat. de Jundiaí).

Apenas os irmãos José Ferraz e Benedita Ferraz não optaram por usar outro nome de família. Por qual razão é difícil imaginar. Aliás, entender o motivo da escolha deste ou daquele nome é um exercício que exige um tanto de psicologia. Basta ver que de tantos troncos familiares disponíveis (CORTEZ, TAVARES DE MELO, LOPES FIGUEIRA E CARDOSO) só alguns foram utilizados por seus descendentes, para uma época em que trocar de nome no curso da vida era algo absolutamente natural.

Por conta dessas revelações testamentárias, as lacunas da genealogia dos “Ferrazes da Silva” foram finalmente preenchidas. O **ALF. NUNO DA SILVA REIS**¹⁹¹ (NPV 1781) foi filho do Capitão-Mor José Vaz da Silva (batizado na Capela de Jesus, Maria e José da Boa Vista, Freguesia do Facão, aos 21-DEZ-1742¹⁹² e falecido na Vila de Cunha em 20-JAN-1821) com sua mulher Ana da Silva Reis, nascida na Freguesia do Facão por volta de 1758 e falecida por volta de 1791, casados na Vila de Cunha por volta de 1777; neto paterno de Luiz da Silva Porto (nascido em 19-AGO-1690 e batizado na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Sé da Cidade e Bispado do Porto, na data de 24-AGO-1690¹⁹³), fundador da Capela de Jesus, Maria e José na sua fazenda de cultura no sítio da Boa Vista, Freguesia do Facão, com sua mulher Maria de Toledo Cortez ou Piza (nat. de Taubaté) – S.L, V, págs. 546/559; neto materno do Capitão Nuno dos Reis dos Santos¹⁹⁴ (nat. da Freguesia de Benfica, Patriarcado de Lisboa) com sua mulher Ana da Silva – nat. de Guaratinguetá (R. ASBRAP nº 15, págs. 173/192).

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Domingos da Silva e s/m. Maria Ferreira (nats. da Sé da Cidade e Bispado do Porto) // Cap. João Vaz Cardoso (nat. de São Paulo),

¹⁹¹ O Alferes Nuno da Silva Reis foi vereador na Vila de Cunha na Legislatura de 1834/36 juntamente com o pai de sua companheira, o Alf. Antônio Ferraz de Oliveira, com quem assinou a Ata da Sessão Extraordinária da Câmara de 17 de fevereiro de 1834 celebrando a notícia da remoção do tutor de V. M. I. e o fim da Sociedade Militar.

¹⁹² Livro de Batismo de Guaratinguetá de 1740/1749 - fl. 27v. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida – ACDA.

¹⁹³ Livro de Batismo de Nossa Senhora da Assunção n. 08 de 1688/1692 - fl. 61. Arquivo Distrital do Porto - ADPRT.

¹⁹⁴ Nuno dos Reis dos Santos foi Capitão-Mor da Freguesia de Nossa Senhora do Facão nos idos de 1765.

familiar do Santo Ofício e Juiz Ordinário e de Órfãos em Taubaté (R. ASBRAP n.º 20), e s/m. Francisca de Freitas Cortez (nat. de Taubaté); bisneto, pelo lado materno, pela bisavó Ana da Silva, do Cap. Manuel Lopes Figueira (nat. da Freguesia da Figueira, Foz do Mondego, Bispado de Coimbra), Juiz de Paz da Vila de Guaratinguetá, casado possivelmente em Pindamonhangaba, onde em 1736 faleceu o sogro (S.L, VIII, pág. 86), e s/m. Joana da Silva, batizada em Guaratinguetá na data de 13 de Julho de 1693.

Trineto, pelos bisavôs maternos Manuel Lopes Figueira e s/m. Joana da Silva, dos casais: Felipe Lopes (nat. do Porto, Portugal) e s/m. Antônia Nunes (nat. da Freguesia da Figueira, Foz do Mondego, Bispado de Coimbra) // Antônio Tavares de Melo (nat. de Guaratinguetá) s/m. Maria da Silva Cortez¹⁹⁵ (nat. de Jundiáí).

Há um longo caminho ainda a percorrer quanto aos troncos portugueses da família em Portugal, mas por certo há dúvidas que essa história familiar agora desvendada ainda não consegue responder. Por exemplo. Por que o Alferes, viúvo da primeira mulher, falecida bem antes do nascimento do primeiro filho de **MARIA LUIZA**, não se casou com ela em segundas núpcias, reconhecendo os filhos do casal? A resposta para essa pergunta pode ser a chave por trás de outro enigma que envolve o nascimento e morte de outro membro da família “Ferraz da Silva”. Mas isso é uma outra história, para uma outra oportunidade!

¹⁹⁵ Há divergências sobre a esposa de Antônio Tavares de Melo. Para Carlos da Silveira, em seu trabalho sobre “Os Lopes Figueira, do Facão”, publicado na RIHGSP XXXV e Subsídios Genealógicos XLII, a mãe de Joana da Silva seria Maria da Silva Cortez, pois assim constou no registro de batismo dessa filha (Vila de Guaratinguetá 13-JUL-1693), apesar de considerar possível um segundo casamento ou até um nome composto para a esposa: Ana Maria da Silva Cortez. Por outro lado, Silva Leme, em sua Genealogia Paulistana, volume VIII, página 86, registra Ana da Silva como esposa de Antônio Tavares de Melo. Estava inclinado à hipótese de um segundo casamento de Antônio Tavares de Melo com Ana da Silva. Isso porque Joana da Silva, seguindo certa tradição, deu a sua primeira filha o nome de Maria da Silva em homenagem a avô materna, mas não deixou de homenagear a madrastra, dando a sua quarta filha o nome de Ana da Silva. Todavia, na habilitação sacerdotal do Padre João Antônio de Viveiros Figueira, cunhense batizado em 15-AGO-1765, consta certidão de casamento de seus pais onde se registra que os avós maternos são: Antônio Tavares de Melo e s/m. Ana da Silva (natural da Vila de Jundiáí), ambos pais de Joana da Silva. São, portanto, Maria da Silva Cortez e Ana da Silva a mesma pessoa.

FONTES DE PESQUISA**Arquivos Eclesiásticos:**

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – ACMSP
Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – ACMRJ
Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL
Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté – ACDT
Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida – ACDA
Arquivo da Cúria Diocesana de Itaguaí – ACMI
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
Arquivo da Paróquia Imaculada Conceição - Camanducaia

Arquivos Públicos e Privados:

Acervo Itamar Bopp – Arquivo Pessoal do Dr. Itamar Bopp - dados da Matriz de Resende-RJ e outras freguesias.
Arquivo Público do Estado de São Paulo – DAESP
Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – AHM – SMC/PMSP
Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.
Arquivo do Museu Municipal Malba Tahan – Cidade de Queluz.
Arquivo da Prefeitura Municipal de Cruzeiro
Arquivo do Museu Major Novaes.
Arquivo do Museu Frei Galvão - Arquivo Memória de Guaratinguetá - MFG/AMG
Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho
Arquivo Histórico Ultramarino - IICT
Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT
Arquivo Distrital de Vila Real
Biblioteca Nacional do Brasil - BNB

Cartório de Registro Civil de Cunha.

Cartório de Nota de Cunha.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Real Gabinete Português de Leitura

Sítios na internet:

<http://www.asbrap.org.br>

<http://arquivoestado.sp.gov.br>

<http://antt.dglab.gov.pt>

<http://bndigital.bn.gov.br>

<http://advlr.org.pt>

<https://sites.google.com/site/decimedeiros/home/genealogia>

<http://ihggguara.wixsite.com/ihgguaratingueta>

<https://digital.bbm.usp.br>

<http://familysearch.org>

<http://projetocompartilhar.org.br>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Americana, 1873.
- Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Americana, 1884/1888.
- Almanak Administrativo, Mercantil e Industria da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1853.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Primeiras Gerações dos Pimentas de Carvalho no Brasil*. In: Revista ASBRAP nº 18.
- CAMARGO, Eduardo Ribeiro dos Santos. *Achegas Genealógicas. Os Novaes de São Paulo*. 2ª Edição. Editora Ave Maria Ltda. São Paulo. 1966.
- COELHO, H. V. Castro. *Povoadores de S. Paulo – Jaques Félix Flamengo (Adendas às Primeiras Gerações)*. In: Revista ASBRAP nº 12.
- COELHO, H. V. Castro. *Povoadores de S. Paulo – Sebastião Gil*. In: Revista ASBRAP nº 20.
- CORREIO PAULISTANO, DE 22.02.1941; DE 28.02.1941; DE 12.04.1883; DE 13.12.1883; DE 28.08.1888.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Um Servidor do Real Erário*. In: Revista ASBRAP nº 3.
- GODOY, José Eduardo Pimentel de. *Naus do Brasil Colônia*. Edições do Senado Federal. Brasília, 2007 – Vol. 88.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.
- Livro de Registro de Patentes, Provisões, Cartas de Sesmarias e Nomeações – Vol. 4 – DAESP.
- MEDEIROS, Décio Martins de. *Heliodorus Eobanus Hessus*. In: Revista ASBRAP nº 15.
- MELLO, Diuner e Rameck, Maria José S. *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty, Séculos XVIII, XIX e XX – Vol. II*. Angra dos Reis, 2011.
- MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de. *Os Galvão de França no Povoamento de S. Antônio de Guaratinguetá (1733/1972)*, São Paulo, 1973.
- NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade. *Sobre os Andrades de Taubaté e do Vale do Paraíba: um caminho feito de dados, ilações, suposições e inspiração*. In: Revista ASBRAP nº 27.
- NOGUEIRA, Oracy. *Negro Político, Político Negro: A Vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, Parlamentar da “República Velha”*. São Paulo. EDUSP, 1992.
- OLIVEIRA, Bernardino Vieira de. *Breve Monografia do Concelho de Mesão Frio*. Mesão Frio, Portugal. Câmara Municipal de Mesão Frio, 2002.

- ORTMANN, P. Adalberto. *Genealogia Guaratinguetaense* In: Anuário Gen. Latino (Edição da Rev. Gen. Latina), Vol. 4. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1952.
- PASCOAL, Ednéa do Marco. *Angra dos Reis 500 anos de História*. Angra dos Reis/RJ, 2010.
- RODRIGUES, Píndaro Carvalho. *Os Freitas Aguiar e Nunes da Silva, seus principais entrelaçamentos no Brasil*. Apêndice In: *Os Novaes de São Paulo*. 2ª Edição. Editora Ave Maria Ltda. São Paulo. 1966.
- SILLOS, Luiz Gustavo de . *O Casal Henrique Tavares da Silva e Mariana Bicudo de Brito, Povoadores do Vale do Paraíba*. In: Revista ASBRAP nº 23.
- SILVEIRA, Carlos da. *Uma dúvida a resolver*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXX. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1894.
- SILVEIRA, Carlos da. *Ainda a dúvida a resolver – Alguns Inéditos Interessantes – Hypótese sobre Barbara Heliodoro*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXXI. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1933/34.
- SILVEIRA, Carlos da. *Um Precioso Manuscrito*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXXIII. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1940.
- SILVEIRA, Carlos da. *Subsídios Genealógicos*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXXIV. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1941.
- SILVEIRA, Carlos da. *Subsídios Genealógicos*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXXV. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1941.
- SILVEIRA, Carlos da. *Povoamento do Solo Paulista*. In: Correio Paulistano de 17/08/1934.
- VELOSO, João José de Oliveira. *A História de Cunha – Freguesia do Facão – A Rota da Exploração das Minas e Abastecimento de Tropas*. São Paulo, 2010.

O CASAL

**ALFERES ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA / RITA MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS
POR SUA PRIMEIRA FILHA FLORÊNCIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO (ALGUNS
“GOUVEIAS”, “CAMPOS” E “PEREIRAS DA SILVA”)**

Decio Ferraz da Silva Junior

Resumo: *Genealogia de Florência Maria do Espírito Santo, primeira filha do casal Alferes Antônio Ferraz de Oliveira com sua mulher Rita Maria Angélica dos Santos, neta de João Monteiro Ferraz e sua mulher Antônia da Silveira e Souza.*

Abstract: *Genealogy of Florência Maria do Espírito Santo, first daughter of the couple Alferes Antônio Ferraz de Oliveira with his wife Rita Maria Angélica dos Santos, granddaughter of João Monteiro Ferraz and his wife Antônia da Silveira e Souza.*

No trabalho desenvolvido sobre “A Origem da Família Ferraz da Silva” de Cunha e Região, publicado conjuntamente com este trabalho, uma pequena parte da genealogia da família Monteiro Ferraz foi traçada, tomando por base a matriarca Maria Luiza Ferraz, precursora de todos os “Ferrazes da Silva” que viveram e ainda vivem na região de Cunha e arredores, pela linha patriarcal ascendente de João Monteiro Ferraz, originário de Mesão Frio, Alto Douro, Portugal, seu filho João Monteiro Ferraz e seu neto Antônio Ferraz de Oliveira.

Agora, dando sequência ao trabalho inicial, busca-se aqui descrever a descendência da irmã mais velha de Maria Luiza Ferraz, primeira filha do casal Alferes Antônio Ferraz de Oliveira e Rita Maria Angélica dos Santos, **FLORÊNCIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO**, que se casara com seu primo em terceiro grau de parentesco, **ANTÔNIO JOAQUIM MONTEIRO**, casal este ramo de alguns “Campos”, descendentes do tronco português de Jerônimo de Campos Moreira, originário de Penafiel, Bispado do Porto; também de alguns “Gouveias” entrelaçados com um membro da família Camargo pelo tronco do

Capitão-Mor José Gomes de Gouveia, português da Cidade de Faro, Algarve; e ainda, de alguns “Pereiras da Silva”, da extensa prole de Francisco Pereira de Souza, natural da Freguesia de Santo Tirso de Paramos, casado provavelmente na Vila de Paraty com Marcelina Alves (Alvares) da Silva, espalhados pela região de São Luiz do Paraitinga, Lagoinha, Cunha e Taubaté.

Seguindo a ordem cronológica do inventário¹ de João Monteiro Ferraz, casado com Ana Gomes de Souza, também chamada Ana Gomes Pimenta de Oliveira (nat. de Paraty), de alcunha Ana da Encruzilhada:

- 1(I) - MANOEL MONTEIRO FERRAZ;
- 2(I) - NARCISA MARIA DE OLIVEIRA;
- 3(I) - JOSÉ MONTEIRO FERRAZ;
- 4(I) - ANTÔNIO SOARES PEREIRA;
- 5(I) - FLORA JACINTA DE JESUS;
- 6(I) - LUCINDA PIMENTA DE OLIVEIRA;
- 7(I) - MARIA MONTEIRO FERRAZ;
- 8(I) - **JOÃO MONTEIRO FERRAZ, que segue.**
- 9(I) - TEODORA FRANCISCA DE OLIVEIRA;
- 10(I) - LOURENÇO MONTEIRO FERRAZ;
- 11(I) - ANA FRANCISCA DE OLIVEIRA;
- 12(I) - DOMINGOS MONTEIRO FERRAZ.

8(I) - **JOÃO MONTEIRO FERRAZ (O FILHO)**, batizado na data de 11-DEZ-1740² na Capela de Nossa Senhora da Conceição, Freguesia do Facão, Vila de Guaratinguetá, falecido aos sessenta e dois anos de idade na Vila de Cunha em 30-DEZ-1812³, casado com **ANTÔNIA DA SILVEIRA E SOUZA**, nascida na Freguesia do Facão na data de 03-JUN-1744⁴ (quarta-feira, meia-noite), tendo

¹ Inventário arquivado no Museu Frei Galvão (MFG/AMG - Maço 11 - 1º Ofício).

² Livro de Batismo de Cunha de 1740/1749 - fl. 06. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida - ACDA.

³ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 36v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁴ Esse registro de nascimento consta das anotações de meu hexavô, Leopoldo da Silveira

como padrinhos Jorge Furtado de Mendonça e Maria Dias Tenório. Foi filha de Leopoldo da Silveira e Sousa e s/m. Helena da Silva Rosa; n.p de Carlos Pedroso da Silveira e s/m. Izabel de Sousa Ébanos Pereira Botafogo; n.m de Miguel de Souza Silva e s/m. Barbara Maria de Castilho e Cruz. Pais dos filhos listados em testamento⁵, para que nos interessa:

- 1(II) - **ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA, § 1º que segue.**
- 2(II) - JOÃO MONTEIRO FERRAZ;
- 3(II) - JOSÉ MARIANO FERRAZ (exposto).

§ 1º

- 1(II) - **ALFERES ANTÔNIO FERRAZ DE OLIVEIRA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 18-NOV-1770⁶, Freguesia do Facão, Vila de Guaratinguetá, e falecido em 04-FEV-1863⁷ aos noventa e três anos de idade. Casado na Vila de Cunha em 08-FEV-1797⁸ com **RITA MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS**, nascida e batizada em data incerta, provavelmente no ano de 1778, e falecida na Vila de Cunha em 31-DEZ-1838⁹ aos sessenta anos de idade, mais ou menos, filha de João Monteiro Silva e s/m. Clara Maria dos Santos. Foram pais de:

- 1(III) - **FLORÊNCIA MARIA, que segue.**
- 2(III) - JOÃO JOSÉ FERRAZ;
- 3(III) - ANTÔNIO JOSÉ FERRAZ;

e Souza, publicadas por Carlos da Silveira na RIHGSP n. XXXIII, págs. 243/272 (Um Precioso Manuscrito).

⁵ Autos de Contas de Testamento de João Monteiro Ferraz - Proc. 12378 – Cód. C05508 – DAESP

⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1766/1782 - fl. 30. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷ Livro de Óbitos de Cunha 1854/1873 - fl. 80. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 66. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 109. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

- 4(III) - JOSÉ HILÁRIO FERRAZ;
 5(III) - MARIA DO CARMO FERRAZ;
 6(III) - GERALDINA FELÍCIA;
 7(III) - FRANCISCO JOSÉ FERRAZ;
 8(III) - CLARO FERRAZ;
 9(III) - MANUEL JUSTINO FERRAZ;
 10(III) - MARIA JOSÉ FERRAZ;
 11(III) - MARIA LUIZA FERRAZ.

1(III) - **FLORÊNCIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO**, recebeu o nome da tia materna, também chamada de Florência Maria de Jesus entre outras formas, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em 03-MAR-1797¹⁰ e falecida na Cidade de Cunha em 26-ABR-1858¹¹. Na Listagem da 3ª Companhia de Ordenanças de Cunha de 1799 (DAESP), Florência aparece com 2 anos de idade ao lado de seu irmão João com 1 ano. Estranhamente se casou fora de sua paróquia, na Matriz de Santo Antônio de Guaratinguetá, com o nome de Florência Belinda de Oliveira, em 28-MAIO-1817¹², com seu primo em terceiro grau de consanguinidade **ANTÔNIO JOAQUIM MONTEIRO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 15-OUT-1789¹³, fº de Antônio Monteiro Ferraz e s/m. Maria Isabel de Toledo; n.p de André Rodrigues Cordeiro e s/m. Narcisa Maria de Oliveira; n.m de José Monteiro Ferraz e s/m. Catarina Maria de Toledo Silva.

Bisneto, pelo lado paterno, por sua avó Narcisa Maria de Oliveira, do casal João Monteiro Ferraz e s/m. Ana Gomes de Souza (ou Ana Gomes Pimenta de Oliveira); bisneto, pelo lado materno,

¹⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1782/1797 - fl. 146v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹¹ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 176. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹² Livro de Casamento de Guaratinguetá de 1816/1823 - fl. 14. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida - ACDA.

¹³ Livro de Batismo de Cunha de 1790/1797 - fl. 76v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

dos casais: João Monteiro Ferraz e s/m. Ana Gomes de Souza (ou Ana Gomes Pimenta de Oliveira) // Luiz da Silva Porto (nascido em 19-AGO-1690 e bat. na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Sé da Cidade e Bispado do Porto, na data de 24-AGO-1695¹⁴), fundador da Capela de Jesus, Maria e José nas terras de seu sítio na Boa Vista, Freguesia do Facão, e s/m. Maria de Toledo Cortez (nat. de Taubaté) – S.L, V, págs. 546/559.

Tudo indica que Florência Maria tenha se casado fora da sua paróquia para burlar os procedimentos canônicos de investigação de consanguinidade contando certamente com a participação do clero local, algo um tanto comum na região, como relatado nos autos do Processo Crime que Ana Gomes de Souza moveu contra Antônio da Silva Bravo e o Reverendo Gaspar de Souza Leal (Processo Crime – Pasta 05/1751 – ACMSP).

Em 1823 o casal aparece vivendo “a favor” nas terras do Alf. Antônio Ferraz de Oliveira, no bairro das Abóboras, 2ª Companhia das Ordenanças da Vila de Cunha¹⁵. No inventário conjunto do casal¹⁶, com patrimônio partilhado de 73:479\$224, sete foram os filhos herdeiros: 1(IV) Maria do Carmo; 2(IV) Antônio Monteiro; 3(IV) Maria Rita; 4(IV) José Monteiro; 5(IV) Teodoro José; 6(IV) Augusta Maria; 7(IV) Geraldina; além do exposto 8(IV) Antônio.

1(IV) - **MARIA DO CARMO DA CONCEIÇÃO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em 19-JUL-1820¹⁷ e falecida na Cidade de São Luiz do Paraitinga em 11-OUT-1866, recebeu o nome de sua tia

¹⁴ Livro de Batismo de Nossa Senhora da Assunção n. 08 de 1688/1692 - fl. 61, Arquivo Distrital do Porto - ADPRT.

¹⁵ Lista Geral de Habitantes da 2ª. Companhia da Vila de Cunha de 1823 - DAESP.

¹⁶ Inventário - CX. 36/1859 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1813/1822 - fl. 78. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

materna. Foi casada na Vila de São Luiz do Paraitinga em 03-JUN-1843¹⁸ com o **CAP. ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE GOUVEIA**, bat. na Vila de São Luiz do Paraitinga em 23-SET-1816¹⁹, fº do Cap. José Alexandre Gomes de Gouveia e s/m. Maria Isabel do Carmo (casados em São Luiz do Paraitinga em 28-FEV-1854²⁰); n.p do Capitão-Mor José Gomes de Gouveia Silva (nat. de Mogi-Guaçu) e s/m. Joana Maria da Silva (nat. de Cunha); n.m de Luis Francisco Barreto e s/m. Ana Francisca de Jesus (casados na Vila de Taubaté em 08-SET-1794).

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Capitão-Mor José Gomes de (Siqueira) Gouveia e s/m. Maria Barbosa da Silva (nat. de Taubaté) // Cap. Nuno dos Reis dos Santos (nat. da Freguesia de Benfica, Lisboa) e s/m. Ana da Silva – nat. de Guaratinguetá (R. ASBRAP nº 15, págs. 173/192); bisneto, pelo lado materno, dos casais: Antônio Barreto Leme e s/m. Maria Branca de Jesus // Francisco de Sales (Tourinho) e s/m. Quitéria Francisca dos Santos. O casal e seus filhos foram moradores no bairro do Chapéu Grande. O Capitão-Mor José Gomes de Gouveia Silva aparece na Lista Geral da Vila de Cunha de 1789, 1ª Companhia de Ordenanças, como Tenente de Cavalaria Auxiliar da Vila de Taubaté.

ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE GOUVEIA e seu pai José Alexandre aparecem na Acta de Proc. de

¹⁸ Livro de Casamento 05 de São Luiz do Paraitinga de 1840/1847 - fl. 25. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT. No registro de casamento os pais do noivo se declaram solteiros, casando-se ambos em data posterior.

¹⁹ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1804/1823 - fl. 178v - Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT. Este filho foi registrado como exposto, assim como os demais filhos do Capitão José Alexandre, reconhecidos posteriormente quando de seu casamento com Maria Isabel do Carmo.

²⁰ Livro de Casamento 07 de São Luiz do Paraitinga de 1854/1866 - fl. 12v/13. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT. Observação: “Assento registrado posteriormente, pois não foi lançado no lugar correto”.

Qualificação de São Luiz do Paraitinga de 1847, vivendo no 9º Quarteirão²¹. Foram pais de dez filhos, conforme inventário de Maria do Carmo da Conceição²²:

1(V) - **JOSEFINA MARIA DE GOUVEIA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em 04-MAIO-1846²³, casada na Cidade de São Luiz do Paraitinga em 05-MAR-1867²⁴ com **JOÃO PEREIRA LEITE**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em 02-SET-1842²⁵, fº de Antônio Leite da Fonseca e s/m. Francisca Galvão de França, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 22-SET-1822²⁶ (casados em 07-NOV-1837²⁷); n.p de João Leite Fonseca (nat. da Freg^a de Arozedo, Bispado do Porto) e s/m. Teodora Maria de Jesus (nat. de Cunha), casados em 08-NOV-1803²⁸; n.m do Ten. Tomé Gomes de Siqueira e s/m. Isabel Galvão de França, casados em Guaratinguetá em 08-MAIO-1804.
O português João Leite Fonseca, Capitão de Ordenanças da Vila de Cunha, teve com sua

²¹ Negócios Eleitorais de São Luiz do Paraitinga. Cód. O5923 - DAESP.

²² Inventário - CX. 104/1866 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

²³ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 153v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

²⁴ Livro de Casamento 08 de São Luiz do Paraitinga de 1866/1871 - fl. 11v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

²⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 112v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

²⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 03. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

²⁷ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 175. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

²⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 02. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

mulher dois filhos (João e Antônio), casados com duas irmãs da família Siqueira França (Teodora e Francisca). Mas curioso notar que após ficar viúvo em 1831, o sogro português se casou em 20-OUT-1832 com a irmã das noras, de nome Maria Galvão de Siqueira. Assim, a irmã virou sogra.

- 2(V) - **MARIA FLORÊNCIA DE GOUVEIA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 23-OUT-1847²⁹. Apresentava-se solteira, com 31 anos de idade, no inventário da avó, Maria Isabel do Carmo, aberto em 1882³⁰, mas de fato conviveu por vinte e três anos com seu cunhado **JOÃO PEREIRA LEITE**, marido de sua falecida irmã Josefina Maria de Gouveia, casando-se com ele em idade propecta em Lagoinha em 05- FEV-1908³¹.
- 3(V) - **RITA MARIA DE GOUVEIA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 26-FEV-1849³², casada na Cidade de Cunha em 22-FEV-1868³³ com **JOÃO MARTINS DE CASTRO SOBRINHO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 09-ABR-1847³⁴, fº de Joaquim

²⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - 170. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

³⁰ Inventário - CX. 152/1882 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

³¹ Livro de Casamento de Lagoinha de 1904/1910 - fl. 35v. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida - ACDA.

³² Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 186. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

³³ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 139. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

³⁴ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 163. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

Martins de Castro e s/m. Maria Joaquina de Jesus (casados na Vila de Cunha em 09-DEZ-1839³⁵; n.p do Tenente Antônio Martins de Castro (nat. da Freg^a de Fanzeres, Bispado do Porto) e s/m. Isidora Maria Rosa (nat. de Taubaté), casados na Vila de Cunha em 01-MAIO-1796³⁶; n.m do Alf. Francisco Pereira da Silva (fal. em 05-ABR-1829) e s/m. Maria Clara de Jesus (ou Maria Alves de Oliveira), casados na Vila de Cunha em 24-MAIO-1799³⁷.

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: João Tomé e s/m. Francisca Maria de Jesus // Ten. Antônio Pereira da Silva e s/m. Izabel Maria de Jesus; bisneto, pelo lado materno, dos casais: Ten. Antônio Pereira da Silva e s/m. Izabel Maria de Jesus // Manuel José Landim e s/m. Clara Maria de Oliveira, casados na Freguesia do Facão em 05-MAIO-1779³⁸.

4(V) - **ANTÔNIO PAULINO (MONTEIRO) GOMES DE GOUVEIA**, bat. na Vila de São Luiz do Paraitinga em 09-SET-1849³⁹, casado na Cidade de Cunha em 15-SET-1872⁴⁰ com

³⁵ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 08. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

³⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 64v/65. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

³⁷ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 75v/76. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

³⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 04. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL. Esses “Pereiras da Silva” são progênie do casal Francisco Pereira de Souza (nat. da Freguesia de Santo Tirso de Paramos, Bispado do Porto) e s/m. Marcelina Alves (Alvarez) da Silva (nat. de Paraty).

³⁹ Livro de Batismo 04 de São Luiz do Paraitinga de 1842/1852 - fl. 81v/82. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

⁴⁰ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 60. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

AVELINA MARIA DA CONCEIÇÃO, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 15-AGO-1855⁴¹, fª de José Monteiro dos Santos e s/m. Maria do Carmo da Conceição. **ANTÔNIO MONTEIRO GOMES DE GOUVEIA** se casou novamente em São Luiz do Paraitinga em 13-OUT-1896, em estado de grave enfermidade (*‘in articulo mortis’*), sem as diligências canônicas, com **FRANCISCA MARIA**, viúva de Joaquim José Gomes de Gouveia⁴², possivelmente seu tio paterno.

5(V) - **FRANCISCO**, com 13 anos no inventário da mãe (npv de 1853). Também não consta no inventário da avó, bem como descendentes. (s.g)

6(V) - **JOSÉ MONTEIRO GOMES DE GOUVEIA**, com 12 anos no inventário da mãe, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha em 14-AGO-1854⁴³. (s.m.n)

7(V) - **PEDRO MONTEIRO GOMES DE GOUVEIA**⁴⁴, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 19-AGO-1855⁴⁵, com 10 anos no inventário da mãe, casado com **ZEFERINA RAMIRA RIBEIRO**.

8(V) - **EGÍDIO MONTEIRO GOMES DE GOUVEIA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora

⁴¹ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 92. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁴² Livro de Casamento 11 de São Luiz do Paraitinga de 1885/1898 - fl. 177v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

⁴³ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 71v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁴⁴ Listado no 10º Quarteirão - Relação da Parochia de São Luiz do Paraitinga de 1882. “*É defeituoso do externo e sofre dos pulmões*”. Cód. CO2422 - DAESP.

⁴⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 92v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

da Conceição em 16-AGO-1857⁴⁶, casado na Matriz de Lagoinha em 29-OUT-1877⁴⁷ com **BENEDITA EUGÊNIA DO ROSÁRIO**, viúva de Fabiano Senobre⁴⁸, moradores do bairro do Oriente. Pais de, ao menos: Benedita e Lourenço.

9(V) - **MARIA LUIZA** (ou **LAURINDA**) **DO CARMO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 21-OUT-1863⁴⁹, casada na Cidade de Cunha em 15-FEV-1874⁵⁰ com **TERTULIANO SERAFIM MONTEIRO FERRAZ**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 16-JUL-1854⁵¹, fº de João Serafim Monteiro Ferraz e s/m. Feliciano Maria Ribeiro (casados em Cunha em 27-JUL-1851⁵²); n.p de Joaquina Maria; n.m de Bernardo José Ribeiro (nat. da Freguesia de São Salvador, Rossas, Concelho de Guimarães, Portugal),

⁴⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 109. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL. Detalhe importante. A respectiva folha 109 deste livro está rasgada ao meio e pelo pouco que se lê é possível inferir que se trata de um filho/a de Maria do Carmo com alguém de sobrenome Gouveia. Por estar cronologicamente entre as datas de casamento e morte dos pais, acreditamos se tratar do registro de batismo de Egídio M. G. de Gouveia.

⁴⁷ Livro de Casamento de Lagoinha de 1876/1898 - fl. 13. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

⁴⁸ Pode ser a mesma pessoa de nome Fabiano Senóbio de Castilho envolvido no Processo Crime de 1844, São Luiz do Paraitinga - C08849 - Delegacia de Polícia - DAESP. Talvez seja ele filho de Francisco Senobio de Castilho com sua mulher Ana Rita da Fonseca.

⁴⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 58/59v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL. Registro com o nome dos pais lançados erroneamente, Antônio José Monteiro e Maria do Carmo de Jesus.

⁵⁰ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1874 - fl. 141v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁵¹ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 70. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁵² Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 56v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

negociante de fazenda seca, e s/m. Joaquina Adelinda (Umbelina) de Oliveira (nat. de Cunha), casados em 27-JUL-1803⁵³.

10(V) - **MARIA TEODORA DE GOUVEIA**, bat. na Cidade de São Luiz do Paraitinga em 27-MAR-1864⁵⁴, casada na mesma cidade em 20-SET-1881⁵⁵ com **FELICIANO PEREIRA LEITE**, bat. na Cidade de Cunha em 10-NOV-1859⁵⁶, fº de Antônio Leite da Fonseca e s/m. Francisca Galvão de França (casados na Vila de Cunha em 07-NOV-1837⁵⁷); n.p de João Leite Fonseca (nat. do Porto) e s/m. Teodora Maria de Jesus, nat. de Cunha (casados na Vila de Cunha em 08-NOV-1803⁵⁸); n.m do Ten. Tomé Gomes de Siqueira (nat. de Cunha) e s/m. Isabel Galvão de França (nat. de Guaratinguetá), casados na Vila de Guaratinguetá em 08-MAIO-1804. Com a morte da mulher, **FELICIANO PEREIRA LEITE** se casou novamente em São Luiz do Paraitinga com **BENVINDA LOPES FRANÇA**, fª de Luis Lopes Figueira e s/m. Flausina Lopes França.

⁵³ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 88v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁵⁴ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1863/1866 - fl. 8v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

⁵⁵ Livro de Casamento 10 de São Luiz do Paraitinga de 1879/1885 - fl. 21v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

⁵⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 145v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁵⁷ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 175. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁵⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 02. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

2(IV) - **ANTÔNIO MONTEIRO FERRAZ**, bat. na Matriz de N. S^a da Conceição em 10-NOV-1821⁵⁹, casado na Vila de Cunha em 06-OUT-1844⁶⁰ com **MARIA LUÍSA DA CONCEIÇÃO**, bat. na Matriz de N. S^a da Conceição em 12-SET-1824⁶¹ e fal. em 10-OUT-1881, moradores no Sertão de Santa Cruz, f^a de Luiz Vaz da Silva (nat. de Cunha, fal. em 27-DEZ-1846⁶²) e s/m. Luísa Maria de Campos (nat. de Cunha, fal. em 13-MAIO-1873), casados em Cunha em 06-NOV-1823⁶³; n.p do Capitão-Mor José Vaz da Silva (fal. em 22-JAN-1822⁶⁴) e s/m. Ana da Silva Reis (nats. de Cunha); n.m de Bento (Ramalho) Alves de Toledo (nat. de Cunha, fal. em 27-MAIO-1831) e s/m. Luísa Maria da Conceição (nat. de Cunha), casados em Cunha em 01-JUL-1799⁶⁵, fal. em Taubaté (test^o aberto em 1854).

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Luiz da Silva Porto (nascido em 19-AGO-1690 e bat. na Igreja de N. S^a da Assunção, Sé e Bispado do Porto, na data de 24-AGO-1695⁶⁶), fundador da Capela de Jesus, Maria e José nas terras de seu sítio na Boa Vista, Freguesia do Facão, e

⁵⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1813/1822 - fl. 91v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶⁰ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 27. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶¹ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 19v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶² Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 128. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶³ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 96v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶⁴ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 65. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶⁵ Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 76v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶⁶ Livro de Batismo de Nossa Senhora da Assunção n. 08 de 1688/1692 - fl. 61, Arquivo Distrital do Porto - ADPRT.

s/m. Maria de Toledo Cortez (nat. de Taubaté) – S.L, V, págs. 546/559 // Cap. Nuno dos Reis dos Santos (nat. da Freguesia de Benfica, Lisboa) e s/m. Ana da Silva (nat. de Guaratinguetá); bisneta, pelo lado materno, dos casais: Jerônimo de Campos Moreira (nat. da Freguesia de Croca, Concelho de Penafiel, Bispado do Porto) e s/m. Teresa de Toledo Cortez // Manuel Rodrigues da Costa (nat. de Portugal) e s/m. Maria Luísa da Conceição (Pereira de Sousa). Pais de:

1(V) - **JOSÉ DOMINGUES DE CAMPOS (MONTEIRO)**, bat. na Matriz de N. S^a da Conceição em 30-AGO-1846⁶⁷ e fal. em 12-MAIO-1914, casado na Cidade de Cunha em 12-MAIO-1869⁶⁸ com sua prima em segundo grau em linha lateral de consanguinidade **GERALDINA MARIA DA CONCEIÇÃO**, bat. na Matriz de N. S^a da Conceição em 05-OUT-1845⁶⁹, f^a de Lino Pereira Coelho (bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 12-OUT-1822⁷⁰) e sua primeira mulher Laurinda Venturosa da Glória (casados em Cunha em 07-OUT-1844⁷¹); n.p de Antônio José Coelho (nat. da Freguesia de Santa Maria de Viade,

⁶⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 157v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 118. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁶⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 147v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL. Neste registro de batismo a criança aparece como o nome de Maria. Como não foi possível identificar nenhum registro com o nome de Geraldina, acredito que a criança mudou seu nome na fase adulta, talvez na crisma, acrescentando Geraldina, fato muito comum na localidade.

⁷⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 04. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷¹ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 27v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

Guimarães, Bispado de Braga) e s/m. Maria Teresa de Jesus (casados na Vila de Cunha em 15-ABR-1803⁷²); n.m de Luiz Vaz da Silva e s/m Luísa Maria de Campos.

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: José Joaquim Alves Coelho e s/m. Clara Leonor Gonçalves // Ten. Antônio Pereira da Silva e s/m. Izabel Maria de Jesus; bisneta, pelo lado materno, dos casais: Capitão-Mor José Vaz da Silva e s/m. Ana da Silva Reis (nats. de Cunha) // Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição (nats. de Cunha). (s.g)

2(V) - **DONARIA MARIA DA CONCEIÇÃO**, bat. na Matriz de N. S^a da Conceição em 12-JUL-1848⁷³, casada na Cidade de Cunha em 13-FEV-1864⁷⁴ com seu parente **LEOPOLDINO JOSÉ DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 14-DEZ-1839⁷⁵, f^o de José Lino de Campos (ou Oliveira) e s/m. Carolina Maria da Conceição (ou Carolina Antônia de Oliveira) – fal. em 08-SET-1863, casados na Vila de Guaratinguetá em 19-NOV-1830⁷⁶; n.p de Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria

⁷² Livro de Casamento de Cunha de 1773/1803 - fl. 88v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷³ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 177. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷⁴ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 78. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 78v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷⁶ Livro de Casamento de Guaratinguetá de 1816/1831 - fl. 188. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida - ACDA. Casados no Oratório do Padre Manuel da Costa Pinta. A noiva se casou usando o nome de Cassiana, certamente para esconder a consanguinidade havida entre os noivos.

da Conceição; n.m de Jerônimo Ramalho de Campos (ou Toledo) e sua primeira mulher Maria Ledovina (ou Ludovina) de Jesus (fal. em 25-AGO-1831).

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Jerônimo de Campos Moreira (nat. da Freguesia de Croca, Concelho de Penafiel, Bispado do Porto) e s/m. Tereza de Toledo Cortez (nat. de Taubaté) // Manuel Rodrigues Costa (nat. de Portugal) e s/m. Maria Luísa da Conceição (nat. de Cunha); bisneto, pelo lado materno, dos casais: Antônio Ramalho de Toledo (ou Campos) e s/m. Maria Joaquina de Oliveira // exposta à Geneveva de Toledo Silva⁷⁷.

LEOPOLDINO JOSÉ CAMPOS pode ser o mesmo a casar novamente em Silveiras (28-NOV-1874) com Maria Geraldina da Cunha (nat. de Cunha), f^a de Delfina Maria do Carmo.

3(V) - **LAURINDO MONTEIRO DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 14-JAN-1851⁷⁸, casado na Cidade de Cunha em 16-FEV-1874⁷⁹ com sua prima em segundo grau de consanguinidade **LUIZA MARIA DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 25-MAIO-1854⁸⁰, f^a de Lino

⁷⁷ Acredito que Maria Ludovina de Jesus, casada em segundas núpcias com Jerônimo Ramalho de Campos, cujo primeiro casamento não foi possível localizar, seja a mesma pessoa descrita no inventário de Geneveva de Toledo Silva, morando em casa do Alf. Antônio Pires Querido.

⁷⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 23v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁷⁹ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 142v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁸⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 67. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

Pereira Coelho e sua primeira mulher Laurinda Venturosa da Glória; n.p de Antônio José Coelho (nat. da Freg^a de Santa Maria de Viade, Guimarães, Bispado de Braga) e s/m. Maria Teresa de Jesus (nat. de Cunha); n.m de Luiz Vaz da Silva e s/m Luísa Maria de Campos.

LUIZA MARIA DE CAMPOS faleceu na Cidade de Cunha em 16-NOV-1881⁸¹, deixando apenas uma filha de nome Adelaide, que se tornou única herdeira testamentária de seus tios, José Domingues de Campos e Geraldina Maria da Conceição⁸². Com a morte da mulher, **LAURINDO M. DE CAMPOS** se casou novamente na Cidade de Guaratinguetá em 24-ABR-1883⁸³ com sua prima em terceiro grau igual transversal **GERALDINA MARIA DE CAMPOS**, também chamada **CEMIDUCEIA AUGUSTA DE CAMPOS**, f^a de Joaquim Augusto da Purificação e Silva e s/m. Maria Agostinha de Campos.

Quando de sua morte, ocorrida em 10-DEZ-1913, **LAURINDO MONTEIRO DE CAMPOS** foi tratado como capitão, assim como vereador da Câmara Municipal de Cunha, tendo recebido os seguintes elogios: “*O capitão Laurindo era o typo da probidade, da honestidade e do esforço do trabalho. Fazendeiro neste município, ninguém*

⁸¹ Inventário - CX 56/1881 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

⁸² Inventário - CX. 82/1914 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

⁸³ Livro de Casamento de Guaratinguetá de 1880/1884 - fl. 48. Arquivo da Arquidiocese de Aparecida - ACDA. Tiveram por padrinhos de casamento Timóteo José Cesário de Campos e Benildo Vaz de Campos.

*como ele sabia amar a terra que o viu nascer. Eis porque sua morte abalou profundamente a Cidade de Cunha...”*⁸⁴.

- 4(V) - **GERALDINA** (ou **GERALDA**) **MARIA DO ESPÍRITO SANTO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 14-AGO-1854⁸⁵ e fal. em 28-FEV-1918, casada na Cidade de Cunha em 01-MAR-1870⁸⁶ com seu primo em segundo grau em linha lateral igual de consanguinidade **ANTÔNIO LUIS PEREIRA COELHO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 15-FEV-1849⁸⁷ e falecido em sua fazenda no “Mato Dentro” na data de 26-MAIO-1916, moradores no sertão da Santa Cruz, fº de Lino Pereira Coelho e sua primeira mulher Laurinda Venturosa da Glória; n.p de Antônio José Coelho (nat. da Freguesia de Santa Maria de Viade, Guimarães, Bispado de Braga) e s/m. Maria Teresa de Jesus; n.m de Luiz Vaz da Silva e s/m. Luísa Maria de Campos. Lino Pereira Coelho se casou novamente em 02-MAIO-1877 na Matriz de Lagoinha com Isabel Linda da Conceição, fº de Antônio Leite da Fonseca e s/m. Francisca Galvão de França.
- 5(V) - **LUIZA MARIA DE CAMPOS** (ou **DAS NEVES**), bat. na Cidade de Cunha em 30-AGO-

⁸⁴ Correio Paulistano - Sexta-feira, 12 de Dezembro de 1913 - pág. 4.

⁸⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 71v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁸⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 121. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁸⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 184. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

1858⁸⁸, casada na Cidade de Cunha na Fazenda de Lino Pereira Coelho em 17-FEV-1874⁸⁹ com sua prima de segundo grau de consanguinidade **JOSÉ LUIS (LINO) VAZ DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 12-JAN-1854⁹⁰, fº do Cap. Luiz Vaz de Campos (fal. em 07-ABR-1890) e s/m. Idalina Leopoldina (Maria) de Campos (fal. em 11-JUN-1891); n.p. de Luiz Vaz da Silva e s/m. Luiza Maria de Campos; n.m. de José Lino de Campos (Oliveira) e s/m. Carolina Antônia de Oliveira (ou Carolina Maria da Conceição). José Lino aparece registrado na Lista Geral de Eleitores de São Luiz do Paraitinga de 1890, 18º Quarteirão Bairro do Chapéu⁹¹.

6(V) - **LUIZ JOSÉ MONTEIRO DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 20-ABR-1862⁹², casado na Cidade de Cunha por volta de SET-1883 com sua prima **MARIA DA CONCEIÇÃO DE CAMPOS**, bat. na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Lagoinha em 12-JUN-1868⁹³, com idade de onze dias, fº do Cap. Luiz Vaz de Campos e s/m. Idalina Leopoldina (Maria) de Campos

⁸⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 120. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁸⁹ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 143. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 60v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹¹ Negócios Eleitorais de São Luiz do Paraitinga. Cód. CO5923 - DAESP.

⁹² Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 33v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹³ Livro de Batismo de Lagoinha de 1866/1873 - fl. 24v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

(casados na Vila de Cunha em 26-JAN-1853⁹⁴); n.p de Luiz Vaz da Silva e s/m. Luiza Maria de Campos; n.m de José Lino de Campos (Oliveira) e s/m. Carolina Antônia de Oliveira (ou Carolina Maria da Conceição). Luiz José foi eleitor em São Luiz do Paraitinga em 1890⁹⁵.

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Capitão-Mor José Vaz da Silva e s/m. Ana da Silva Reis // Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição (nats. de Cunha); bisneta, pelo lado materno, dos casais: Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição // Jerônimo Ramalho de Campos e sua primeira mulher Maria Ledovina (ou Ludovina) de Jesus. Pais de, ao menos: Idalina; Geraldina e Olímpio.

- 7(V) - **MARIA FLORÊNCIA DAS MERCÊS**, bat. na Cidade de Cunha em 14-JAN-1863⁹⁶, casada com **ANTÔNIO AVELINO DE CARVALHO COELHO** (fal. em 03-NOV-1908), fº de Antônio Egídio de Carvalho e s/m. Maria Lina Venturosa da Glória. Foram pais de, conforme inventário de Antônio Avelino⁹⁷: Benedito Antônio de Carvalho; Luiz Mezalino de Carvalho; Rita Maria da Conceição c/c Deolindo José de Campos; José Benedito de Carvalho; Francisco; Maria Antônia; Maria Luiza.

⁹⁴ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 63v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹⁵ Negócios Eleitorais de São Luiz do Paraitinga - Cód. CO9034 - X.B.2.1.3 - fl. 29v. - DAESP.

⁹⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1860/1875 - fl. 46v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹⁷ Inventário - CX. 76/1908 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. "Francisco Veloso".

3(IV) - **MARIA RITA DA ASSUNÇÃO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 03-AGO-1823⁹⁸ e falecida na Cidade de Cunha em 13-NOV-1861, inventário aberto em 17-FEV-1862⁹⁹, casada com seu parente **MANUEL EUFRASIO DE CAMPOS**, patriarca do clã dos “Eufrasios”, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 21-JUL-1823¹⁰⁰ e falecido em 12-SET-1883¹⁰¹, moradores no bairro de Itacuruça, fº do Alf. Bento Alves de Toledo (fal. em Cunha em 27-MAIO-1831¹⁰²) e s/m. Luísa Maria da Conceição; n.p de Jerônimo de Campos Moreira (nat. da Freguesia de Croca, Concelho de Penafiel, Bispado do Porto) e s/m. Teresa de Toledo Cortez; n.m de Manuel Rodrigues da Costa (nat. de Portugal) e s/m. Maria Luísa da Conceição (ou Pereira de Sousa).

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Bento Coelho Ramalho e s/m. Luiza Moreira (naturais da Freguesia de Croca, Concelho de Penafiel, Bispado do Porto) // Amaro de Toledo Cortez (nat. de Taubaté) e s/m. Marta Rodrigues de Miranda; bisneto, pelo lado materno, por sua avó Maria Luiza da Conceição, de Francisco Pereira de Souza (nat. da Freguesia de Santo Tirso de Paramos, Bispado do Porto) e s/m. Marcelina Alves (Alvarez) da Silva (nat. de Paraty).

Membros da família “Toledo Cortez”, antigos moradores de São Paulo, migraram para a Vila de Taubaté no final

⁹⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 09. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

⁹⁹ Inventário - CX. 38/1862 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁰⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1813/1822 - fl. 05. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁰¹ Inventário - CX. 57/1884 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹⁰² Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 90v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

de sec. XVII e início do sec. XVIII e posteriormente habitaram a região de São Luiz do Paraitinga, participando de sua fundação¹⁰³. O casal Maria Rita/Manoel Eufrásio foi residente no bairro de Paraitinga de Cubas, onde possuíam terras, mas Jerônimo/Teresa, seus avós, viveram no bairro da Catioca. Seus filhos foram moradores de São Luiz do Paraitinga, qualificados na Lista de eleitores de 1890¹⁰⁴ (Antônio, Higino e Lino).

Com o falecimento da esposa, **MANUEL EUFRASIO DE CAMPOS** contraiu núpcias com **ANA MARIA FRANCISCA DE JESUS**.

Do primeiro matrimônio, conforme inventário de **MARIA RITA DE ASSUNÇÃO**:

1(V) - **MARIA EUFRASIA DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 16-AGO-1837¹⁰⁵, casada na Vila de Cunha em 27-JAN-1853¹⁰⁶ seu primo em segundo grau e no quarto misto ao terceiro de consanguinidade **LINO JOSÉ DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 22-SET-1833¹⁰⁷ e falecido em data incerta em São Luiz do Paraitinga¹⁰⁸, fº de José Lino de Campos (Oliveira) e s/m. Carolina Antônia de Oliveira (ou Carolina Maria da Conceição), moradores

¹⁰³ NERY, Rosa Maria Borriello de Andrade. *São Luiz do Paraitinga: Reduto de Gente Bandeirante*, Edit. Rev. dos Tribunais, 2014 - págs. 115/116.

¹⁰⁴ Negócios Eleitorais de São Luiz do Paraitinga. Cód. CO9034 - DAESP.

¹⁰⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 44v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁰⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 64. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁰⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 105v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁰⁸ Testamento - CX. 192/1901 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

no bairro da Catioca; n.p de Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição; n.m de Jerônimo Ramalho de Campos e sua primeira mulher Maria Ledovina (ou Ludovina) de Jesus.

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Jerônimo de Campos Moreira (nat. da Freguesia de Croca, Concelho de Penafiel, Bispado do Porto) e s/m. Tereza de Toledo Cortez (nat. de Taubaté) // Manuel Rodrigues Costa (nat. de Portugal) e s/m. Maria Luísa da Conceição (nat. de Cunha); bisneto, pelo lado materno, dos casais: Antônio Ramalho de Toledo (ou Campos) e s/m. Maria Joaquina de Oliveira // exposta em casa de Genoveva de Toledo Silva. (s.g)

2(V) - **CESARINA EUFRASIA DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 13-FEV-1840¹⁰⁹, casada com seu primo **JOSÉ (THOMAZ) MONTEIRO FERRAZ (ou DE OLIVEIRA)**, fº de José Thomaz Monteiro da Silva e s/m. Maria José do Ferraz. Até o inventário de sua mãe estava solteiro contando com 36 anos de idade, mas na Qualificação de Cidadãos de Cunha de 1876¹¹⁰ aparece com 44 anos e casado. Moradores no sítio “Do Xavier”, foram possuidores de terras vendidas a Joaquim Egídio Pinto de Siqueira no local denominado Paraitinga de Cubas¹¹¹.

3(V) - **ANTÔNIO EUFRASIO DE CAMPOS**,

¹⁰⁹ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 81v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹¹⁰ DAESP - Cód. CO5769.

¹¹¹ Manuscritos - SISAS, Livro de Rendas 312/22, pág. 08v - Cód. CO8390 - DAESP.

batizado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 02-SET-1842¹¹², casado na Cidade de Cunha em 03-MAR-1862¹¹³ com sua prima em terceiro grau de consanguinidade **TEREZA JOAQUINA DE JESUS**, batizado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 02-AGO-1843¹¹⁴, fª de Nuno José da Costa e sua primeira mulher Isabel Maria da Conceição, residentes no Bangu; n.p de Dona Tereza Joaquina de Jesus; n.m de Antônio José Coelho (nat. da Freguesia de Santa Maria de Viade, Guimarães, Bispado de Braga) e s/m. Maria Teresa de Jesus.

ANTÔNIO EUFRASIO DE CAMPOS aparece registrado na Lista Geral de Eleitores da Matriz de N. Sª da Conceição de Lagoinha do ano de 1876, vivendo no 17º Quarteirão, bairro da Pitangueira¹¹⁵, mesmo quarteirão em que vivia seu irmão Higino de Campos.

4(V) - **JOSÉ BENTO DE CAMPOS MINHÁ**, bat. na Matriz de Nossa senhora da Conceição em 19-MAIO-1843¹¹⁶, casado com **ELISERIA MARIA DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 25-JUN-1848¹¹⁷, residentes no Monjolo, fª de Teodoro

¹¹² Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 112v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹¹³ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 129v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹¹⁴ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 126. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹¹⁵ Negócios Eleitorais de São Luiz do Paraitinga. Cód. CO5923 - DAESP.

¹¹⁶ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 131v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹¹⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 177v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

Alves de Toledo e s/m. Maria Isidora Oliveira ou Toledo, casados em Cunha em 15-JAN-1829¹¹⁸; n.p de Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição; n.m Jerônimo Ramalho de Campos e s/m. Maria Ledovina de Jesus. Pais de, conforme inventário¹¹⁹: João Bento de Campos; Maria Teodora de Jesus; Maria José e Maria Rita.

- 5(V) - **HIGINO EUFRASIO DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 20-DEZ-1845¹²⁰ e falecido solteiro, sem filhos, na Cidade de São Luiz do Paraitinga em 18-OUT-1891¹²¹, com testº lavrado em Taubaté. (s.g)

HIGINO EUFRASIO DE CAMPOS foi proprietário de terras com 83 braças de testada com ¼ de légua de fundos no Bairro do Paraitinga, vendidas a Egídio P. de Siqueira¹²².

- 6(V) - **BENTO SALOMINO DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 29-MAIO-1849¹²³, casado na Cidade de Cunha em 21-OUT-1871¹²⁴ com sua prima em segundo

¹¹⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 122. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL. No assento de casamento não consta o nome dos pais da noiva, sendo informado que fora exposta a Maria Joaquina de Oliveira. Na verdade, era filha precoce de Maria Ludovina, que viúva do primeiro marido passou a viver na companhia de Jerônimo Ramalho de Campos, vindo a se casar posteriormente ao nascimento dos dois primeiros filhos.

¹¹⁹ Inventários e Testamentos da Vila de Cunha – CX 89/1921 – Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. “Francisco Veloso”.

¹²⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 149. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹²¹ Inventário - CX. 175/1890 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹²² Manuscritos - SISAS, Livro de Rendas 312/26, pág. 02. Cód. CO8390 - DAESP.

¹²³ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 189. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹²⁴ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 128. Arquivo da Cúria Diocesana de

grau de consanguinidade **MARIA TEODORA DA CONCEIÇÃO**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 16-JUL-1857¹²⁵, fª de Teodoro Alves de Toledo e s/m. Maria Isidora de Toledo, casados em Cunha em 15-JAN-1829¹²⁶; n.p de Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição; n.m Jerônimo Ramalho de Campos e s/m. Maria Ledovina de Jesus.

Adotou nome de Bento de Campos Salomino ou Bento Salomino de Campos, quando da Crisma. Aparece registrado na lista de eleitores da Paróquia de Cunha de 1881 com o nome de Bento Salomino de Campos¹²⁷.

7(V) - **LERINO (LINO) EUFRASIO DE CAMPOS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 27-JUN-1851¹²⁸ com o nome de Lerino, mas adotou Lino quando da Crisma, nome que aparece no inventário da mãe, conforme certidão juntada. Foi casado na Cidade de São Luiz do Paraitinga em 05-JUN-1881¹²⁹ com sua prima **JOAQUINA DINA DO AMOR DIVINO**, fª de Antônio Pereira

Lorena - ACDL.

¹²⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 107v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹²⁶ Livro de Casamento de Cunha de 1803/1838 - fl. 122. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL. No assento de casamento não consta o nome dos pais da noiva, sendo informado que fora exposta a Maria Joaquina de Oliveira. Na verdade, era filha precoce de Maria Ludovina, que viúva do primeiro marido passou a viver na companhia de Jerônimo Ramalho de Campos, vindo a se casar posteriormente ao nascimento dos dois primeiros filhos.

¹²⁷ Arquivo Privado Francisco Paula Santos - CX. 102.7.1 - ficha n. C-126 - DAESP.

¹²⁸ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 23. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹²⁹ Livro de Casamento 10 de São Luiz do Paraitinga de 1879/1885 - fl. 19v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

da Silva e s/m. Geraldina do Amor Divino; n.p do Cap. João Pereira da Silva (fal. em Taubaté em 15-FEV-1861) e s/m. Joaquina Alves da Silva (nat. de São Luiz do Paraitinga e fal. em Taubaté); n.m de Antônio Joaquim Monteiro e s/m. Florência Maria do Espírito Santo.

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: Ten. Antônio Pereira da Silva e s/m. Isabel Maria de Jesus (fal. em 06-AGO-1823¹³⁰) // Manuel Pereira da Silva e s/m. Maria Clara de Lima Ferreira (ou Jesus), casados na Matriz de São Luiz do Paraitinga em 24-OUT-1781.

O casal residiu em Piracicaba onde o filho Benedito Eufrasio de Campos completou seu curso complementar.

8(V) - **AMADOR EUFRASIO DE CAMPOS**, bat. na Cidade de Cunha em 06-NOV-1859¹³¹, morador da Cidade de São Luiz do Paraitinga. Pode ser o mesmo casado com Miquelina Julia Correa, moradores em Avaré.

Do segundo matrimônio de **MANUEL EUFRASIO** com **ANA MARIA FRANCISCA**:

9(V) - **LAURINDO EUFRASIO DE CAMPOS**, casado na Cidade de Cunha em 17-JUL-1905¹³² com **MARIA JOSÉ DE JESUS**, filha natural de Rita Maria de Jesus.

4(IV) - **JOSÉ MONTEIRO FERRAZ**, bat. na Matriz de

¹³⁰ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 67v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹³¹ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 145. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹³² Certidão juntada nos autos de Inventário paterno - CX. 57/1884 - Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun. "Francisco Veloso".

Nossa Senhora da Conceição em 20-MAR-1825¹³³ e fal. em 24-JUN-1876, casado na Vila de São Luiz do Paraitinga em 01-ABR-1845¹³⁴ com **CAROLINA GOMES DE GOUVEIA** (ou **CAROLINA GOUVEIA CAMARGO**), bat. na Vila de São Luiz do Paraitinga em 28-SET-1830¹³⁵, moradores no bairro da Pedra Negra, fª do Cap. Antônio José Lopes de Camargo (nat. de São Paulo, falecido em São Luiz do Paraitinga em 16-DEZ-1840¹³⁶) e sua terceira mulher Ana Joaquina de Gouveia, viúva do Cap. Lourenço Pereira da Silva, residentes no bairro do Chapéu; n.p do Capitão Francisco Lopes de Camargo e s/m. Maria Cardoso de Melo; n.m do Capitão-Mor José Gomes de Gouveia Silva (nat. de Mogi-Guaçu e fal. em São Luiz do Paraitinga¹³⁷) e s/m. Joana Maria da Silva (nat. de Cunha).

Bisneta, pelo lado paterno, dos casais: João Lopes da Cunha (nat. de Mogi das Cruzes) e s/m. Maria Paes de Camargo, casados na Freguesia de Montserrat de Cotia (S.L, I, pág. 181) // Ignácio de Melo Coutinho e s/m. Ana Maria da Silveira (S.L, III, pág. 337); bisneta, pelo lado materno, dos casais: Capitão-Mor José Gomes de (Siqueira) Gouveia e s/m. Maria Barbosa da Silva (nat. de Taubaté) //

¹³³ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 23. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹³⁴ Livro de Casamento 05 de São Luiz do Paraitinga de 1854/1866 - fl. 37. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹³⁵ Livro de Batismo 03 de São Luiz do Paraitinga de 1824/1842 - fl. 97v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT. A criança foi batizada com o nome de Carolinda, mas no casamento e outros registros usava Carolina.

¹³⁶ Inventário - CX. 47/1841 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹³⁷ Inventário - CX. 32/1827 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Curioso notar que em seu testamento o Cap. José Gomes de Gouveia Silva, entre os bens disponíveis, deixa para a irmã ZEFERINA FRANCISCA DE GOUVEIA, “esmola” no valor 25\$600 réis, nome idêntico a outra Zeferina Francisca, que seria tia do falecido testador inventariado.

Cap. Nuno dos Reis dos Santos (nat. da Freguesia de Benfica, Lisboa) e s/m. Ana da Silva (nat. de Guaratinguetá).

Este **CAPITÃO ANTÔNIO JOSÉ DE CAMARGO**, que mais tarde acrescentaria ao nome o patronímico LOPES, foi figura proeminente na região e também próximo da família MONTEIRO FERRAZ, pois no testamento de **JOÃO MONTEIRO FERRAZ (O FILHO)** aparece como credor do espólio, como se fez constar: “*Declaro que devo ao Capitão Antonio José de Camargo dinheiro de empréstimo duas dobras lhe fazer deste.*”

Não era um filho da terra, das tradicionais e antigas famílias povoadoras de Cunha. Fora, na verdade, um aventureiro que após desertar da milícia paulistana, conforme nos relata Carlos da Silveira¹³⁸, resolveu estabelecer morada longe de casa. Casou-se em primeiras núpcias com a cunhense Ana Luísa do Amaral (24-NOV-1801), f^a do Sargento-Mor José Alves de Oliveira e de Dona Inês de Andrade da Silva, com quem teve onze filhos. Fez a vida e se tornou Capitão-Mor da Vila de Cunha, mesmo tendo desertado do serviço militar na capital, o que lhe permitiu cabedal suficiente para hospedar seus pais (Francisco Lopes Camargo e s/m. Maria Cardoso do Carmo) e a irmã (Ana Maria de Camargo) na vila serrana, onde morreram e foram enterrados. Com o falecimento da esposa (inventário aberto

¹³⁸ SILVEIRA, Carlos. *Subsídios Genealógicos*, Biblioteca Genealógica Brasileira, Vol. 3, ano 1942, pág. 26. Em tempo, vale aqui uma pequena correção nos textos pesquisados. Antônio José de Camargo não morreu em Guaratinguetá casado pela segunda vez, como apontado por Carlos da Silveira. Silva Leme, por outro lado, não relaciona entre os filhos de Francisco Lopes de Camargo e Maria Cardoso de Melo, Antônio José Lopes de Camargo e seu irmão Luiz Antônio de Camargo (S.L, I, pág. 181), o que pode ter induzido o Padre Adalberto Ortmann a considerar Francisco Lopes de Camargo (Genealogia Guaratinguetaense - Anuário Gen. Latino, pág. 386) como filho do Coronel Estevam Lopes de Camargo com Isabel Paes de Siqueira (S.L, I, pág. 191), o que evidentemente não está correto (vide Índice de Inv. e Test. da Vila de Cunha 1787-1900 - Joaquim Roberto Fagundes).

em 1822), casou-se pela segunda vez, sem descendentes, com a Guaratinguetaense Antônia Maria Rangel, viúva que era de dois maridos, cidade onde foi morar e estabelecer novamente a vida na companhia do irmão Luiz Antônio de Camargo. Falecendo a segunda mulher, contraiu núpcias pela terceira e última vez com Ana Joaquina de Gouveia, viúva do Cap. Lourenço Pereira da Silva, com quem teve uma única filha, vivendo o restante da vida em São Luiz do Paraitinga onde veio falecer.

Um detalhe de família. **JOSÉ MONTEIRO FERRAZ** não mantinha bom relacionamento com a sogra Ana Joaquina de Gouveia, pois litigaram na justiça pela posse de escravos (João, Thomaz, Bernardo e Efigênia), que ela alegava lhe pertencer como usufrutuária dos bens deixados da terça da filha Carolina, pela morte do marido e pai Cap. Antônio José Lopes de Camargo, o que a justiça lhe deu razão¹³⁹.

Foram pais, conforme inventário paterno, sem testamento¹⁴⁰:

1(V) - **JOSÉ MONTEIRO (GOUVEIA) FERRAZ JUNIOR**, bat. na Matriz de São Luiz do Paraitinga em 17-ABR-1846¹⁴¹, casado em Cunha em 07-OUT-1865¹⁴² com sua prima **MARIA DA CONCEIÇÃO DO CARMO (ou JESUS)**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 29-DEZ-1840¹⁴³, fª de José

¹³⁹ Ação 'Uti posse' - CX. 53/1846 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁴⁰ Inventário - CX. 133/1875 - A - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁴¹ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1842/1852 - fl. 47. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹⁴² Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 89. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁴³ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 92v. Arquivo da Cúria Diocesana de

Thomaz Monteiro Silva e s/m. Maria José Ferraz; n.p do Ten. José Monteiro Silva e s/m. Francisca Izabel da Conceição; n.m do Alf. Antônio Ferraz de Oliveira e s/m. Rita Maria Angélica dos Santos. Foram pais de: Maria José de Jesus casada com Antônio Pereira da Silva Reis; Pedro e Benedito falecidos. **MARIA DA CONCEIÇÃO DO CARMO** se casou novamente em Cunha 18-AGO-1876 com **JOÃO PEREIRA QUERIDO**, fº de Francisco Pereira Gomes de Gouveia e s/m. Maria Angélica dos Anjos Querido.

2(V) - **SENHORINHA MARIA GOUVEIA**, bat. na Matriz de São Luiz do Paraitinga em 22-ABR-1852¹⁴⁴, casada a primeira vez com **MANOEL JOSÉ DOS REIS**. A segunda vez em Cunha em 01-OUT-1875¹⁴⁵ com seu primo em terceiro grau de consanguinidade **JOSÉ TERTULIANO FERRAZ**, fº de José Cardoso Ferraz e s/m. Maria Rita de Jesus; n.p de João José Ferraz e s/m. Jesuína Maria de São José; n.m de José Thomaz Monteiro Silva e s/m. Maria José Ferraz.

3(V) - **JOAQUIM MONTEIRO GOUVEIA**, bat. em São Luiz do Paraitinga em 04-NOV-1855¹⁴⁶. (s.m.n)

4(V) - **PEDRO MONTEIRO FERRAZ**. (s.m.n)

Lorena - ACDL.

¹⁴⁴ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1842/1852 - fl. 115v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹⁴⁵ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 169. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁴⁶ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1852/1857 - fl. 78v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

- 5(V) - **BENEDITO MONTEIRO GOUVEIA**, bat. em Cunha em 24-ABR-1866 e n. em 20-DEZ-1865¹⁴⁷. (s.m.n)
- 6(V) - **BENEDITA ESMELIA DE GOUVEIA**, bat. em Cunha em 13-SET-1869¹⁴⁸. (s.m.n)
- 7(V) - **BENEDITA MARIA DE GOUVEIA**, bat. na Cidade de Cunha em 25-ABR-1873 e n. em 03-SET-1872¹⁴⁹. (s.m.n)
- 5(IV) - **TEODORO JOSÉ MONTEIRO FERRAZ**¹⁵⁰, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 18-NOV-1827¹⁵¹ e fal. em 29-MAR-1881, casado na Vila de Cunha em 16-AGO-1850¹⁵² com sua prima em segundo, terceiro e quarto graus de consanguinidade **FLORÊNCIA JOAQUINA DOS REIS**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 22-JAN-1833¹⁵³ e fal. em 23-DEZ-1856¹⁵⁴, fª do Alf. José Vieira dos Santos e s/m. Maria do Carmo Ferraz; n.p de José Monteiro Silva e s/m. Francisca Izabel da Conceição; n.m do Alf. Antônio Ferraz de Oliveira e s/m. Rita Maria Angélica dos Santos. **FLORÊNCIA JOAQUINA DOS REIS** faleceu antes

¹⁴⁷ Certidão juntada nos autos de Inventário paterno - CX. 133/1875-A - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁴⁸ Certidão juntada nos autos de Inventário paterno - CX. 133/1875-A - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁴⁹ Certidão juntada nos autos de Inventário paterno - CX. 133/1875-A - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁵⁰ Dois filhos de nome Teodoro estão registrados no ano de 1827 (fls. 40 e 43v). Como apenas um aparece no inventário dos pais, considerou-se o mais novo para todos os efeitos, pois era comum o filho subsequente ter o mesmo nome do antecessor falecido.

¹⁵¹ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 43v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵² Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 50. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵³ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 99. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵⁴ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 169. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

do pai e da mãe, bem como seu único filho Antônio (bat. em 18-OUT-1853¹⁵⁵ e fal. em 24-MAR-1855¹⁵⁶), ausentes, portanto, dos inventários.

6(IV) - **AUGUSTA MARIA JESUS** (ou **MONTEIRO**), bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 06-JUL-1828¹⁵⁷, casada na Vila de Cunha em 14-OUT-1850¹⁵⁸ com **FRANCISCO PEREIRA SALGADO**, bat. na Vila de São Luiz do Paraitinga em 03-FEV-1822 e nascido a 13-JAN-1821¹⁵⁹, falecido na Cidade de São Luiz do Paraitinga em 19-MAIO-1881. Foi filho do Sargento-Mor José Pereira dos Reis e s/m. Ana Luiza da Fonseca (casados na Vila de São Luiz do Paraitinga em 05-MAIO-1823¹⁶⁰), viúva do Alf. Francisco Rodrigues da Costa; n.p do Cap. Manuel Pereira de Castro (nat. de Lamego, Bispado do Porto) e s/m. Ana Francisca Moreira; n.m de Ignácio Pires da Fonseca e s/m. Angélica Maria de Santana.

FRANCISCO PEREIRA SALGADO, após o falecimento da esposa, teve outras três filhas naturais com Francisca Pereira Cursino, reconhecidas por escritura pública e testamento. Por sinal, seu testamento informa que teve quatro filhos com sua falecida esposa: Luiz, Maria Isabel, Geraldina e Antônio, estabelecendo

¹⁵⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1849/1859 - fl. 58. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵⁶ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 154. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵⁷ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 49v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵⁸ Livro de Casamento de Cunha de 1838/1870 - fl. 51. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁵⁹ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1804/1823 - fls. 246 - Arquivo da Cúria de Taubaté. Este filho foi registrado como natural pelo casal, pois a mãe ainda constava como viúva e o pai como solteiro.

¹⁶⁰ Livro de Casamento 03 de São Luiz do Paraitinga de 1775/1791 - fl. 177. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

a divisão da terça de seu patrimônio para as filhas de Luiz Pereira Ferraz.

Outro detalhe importante se refere ao litígio firmado no Libelo Cível entre os filhos legítimos, ainda vivos, Luiz Timóteo de Moura¹⁶¹ e Maria Izabel de Castro, contra as filhas naturais, Deolinda, Luiza e Maria sobre a validade dos testamentos e escrituras. Pela sentença final, foi reconhecida a validade do primeiro testamento e a invalidade do segundo, afastando-se para efeitos de partilha a menor reconhecida pelo pai ainda em gestação, de nome Maria.

Pais, conforme inventário de **FRANCISCO PEREIRA SALGADO**¹⁶²:

1(V) - **LUIZ PEREIRA SALGADO** (ou **FERRAZ**), também chamado de Luiz Timóteo de Moura, bat. na Matriz de São Luiz do Paraitinga em 15-DEZ-1851¹⁶³, casado na Cidade de Cunha em 11-AGO-1870¹⁶⁴ com **LUCINDA MARIA DE CAMPOS**, fª de Manuel Ramalho de Campos e s/m. Placidina Maria de Campos, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 09-FEV-1823¹⁶⁵ (casados em Cunha em 06-JUL-1837); n.p do Alf. Francisco José da Cunha e s/m. Lucinda Maria da Conceição;

¹⁶¹ Luiz Pereira Ferraz mudou seu nome para Luiz Timóteo de Moura possivelmente pelas desavenças e litígios com seu pai ainda em vida. Foi Inspetor de Quarteirão do Bairro do Ribeirão das Almas nos idos de 1879.

¹⁶² Inventário - CX. 147/1880 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁶³ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1842/1852 - fl. 106. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹⁶⁴ Livro de Casamento de Cunha de 1841/1877 - fl. 123v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

¹⁶⁵ Livro de Batismo de Cunha de 1822/1834 - fl. 06. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

n.m do Alf. Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição. Conforme Escritura de Troca e Permuta, lavrada no Cartório de Notas de Cunha em 30-MAR-1872, o marido assina o documento se autodeclarando Luiz Timóteo de Moura. (Livro de Notas n. 36)

2(V) - **MARIAIZABEL DE CASTRO**, bat. na Matriz de São Luiz do Paraitinga em 15-MAIO-1853¹⁶⁶, casada com **VALENCIO JOSÉ RAMALHO DE CAMPOS**, fº de Manuel Ramalho de Campos e s/m. Placidina Maria de Jesus; n.p do Alf. Francisco José da Cunha e s/m. Lucinda Maria da Conceição; n.m do Alf. Bento Alves de Toledo e s/m. Luísa Maria da Conceição.

3(V) - **GERALDINA**, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 24-FEV-1855¹⁶⁷, com a licença do Reverendo da Matriz de São Luiz do Paraitinga. Falecida em data incerta não constando do inventário paterno.

4(V) - **ANTÔNIO PEREIRA SALGADO**, bat. na Matriz de São Luiz do Paraitinga em 20-JUL-1856¹⁶⁸. Faleceu solteiro sem herdeiros, conforme constou do Testamento Cerrado feito pelo pai, encartado nos autos do inventário.

Da união de **FRANCISCO PEREIRA SALGADO** com **FRANCISCA PEREIRA CURSINO**:

5(V) - **DEOLINDA PEREIRA DA CONCEIÇÃO**, bat. na Matriz de Lagoinha em 04-AGO-

¹⁶⁶ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1852/1857 - fl. 12. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹⁶⁷ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1852/1857 - fl. 57. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹⁶⁸ Livro de Batismo de São Luiz do Paraitinga de 1852/1857 - fl. 97. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

1878¹⁶⁹, com três anos no inventário do pai, casada na Vila de Lagoinha em 15-ABR-1894¹⁷⁰ com **AMANCIO PEREIRA DE PAULA**, fº Francisco Lourenço de Paula e s/m. Benedita Cursino da Conceição.

6(V) - **LUIZA**, bat. na Matriz de Lagoinha em 06-DEZ-1880¹⁷¹, falecida em Lagoinha em 28-ABR-1883 no curso do inventário do pai, sendo representada por sua mãe para efeito de divisão dos bens.

7(V) - **MARIA**, bat. na Matriz de Lagoinha em 25-SET-1881¹⁷².

7(IV) - **GERALDINA (DINA) DO AMOR DIVINO**, falecida em São Luiz do Paraitinga em 12-DEZ-1906¹⁷³, casada com **ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA**, fal. em São Luiz do Paraitinga em 01-AGO-1898¹⁷⁴, fº do Cap. João Pereira da Silva (fal. em Taubaté em 15-FEV-1861) e s/m. Joaquina Alves da Silva (nat. de São Luiz do Paraitinga e fal. em Taubaté); n.p do Ten. Antônio Pereira da Silva e s/m. Isabel Maria de Jesus (fal. em 06-AGO-1823¹⁷⁵); n.m de Manuel Pereira da Silva e s/m. Maria Clara de Lima Ferreira (ou Jesus), casados na Matriz de São Luiz

¹⁶⁹ Livro de Batismo de Lagoinha de 1874/1879 - fl. 75v. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida - ACDA.

¹⁷⁰ Certidão juntada nos autos do Inventário - CX. 147/1880, São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁷¹ Livro de Batismo de Lagoinha de 1879/1886 - fl. 06. Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida - ACDA.

¹⁷² Certidão juntada nos autos do Libelo Cível - CX. 159/1884, São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁷³ Inventário - CX. 213/1910-A - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁷⁴ Livro de Óbitos "C-5", fls. 8, nº 86 - Cartório de Registro Civil de São Luiz do Paraitinga.

¹⁷⁵ Livro de Óbitos da Bocaina de 1804/1874 - fl. 67v. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

do Paraitinga em 24-OUT-1781¹⁷⁶.

Por sinal, um irmão do Cap. João Pereira da Silva, de nome Teodoro Pereira da Silva, Tenente Coronel, foi “*uma das figuras mais respeitáveis, no passado de Caçapava*”¹⁷⁷.

Bisneto, pelo lado paterno, dos casais: Francisco Pereira de Souza (nat. da Freguesia de Santo Tirso de Paramos, Bispado do Porto) e s/m. Marcelina Alves (Alvarez) da Silva (nat. de Paraty) // Antônio Rodrigues de Carvalho (nat. da Parnaíba) e s/m. Ana Soares da Motta (nat. de Taubaté); bisneto, pelo lado materno, dos casais: Francisco Pereira de Souza (nat. da Freg^a de Santo Tirso de Paramos, Bispado do Porto) e s/m. Marcelina Alves (Alvarez) da Silva (nat. de Paraty) // Lourenço Rodrigues do Prado (nat. de Taubaté) e sua segunda mulher Barbara Moreira de Castilho, natural de Guaratinguetá (S.L, III, pág. 45), casados na Vila de Guaratinguetá em 16-FEV-1751.

Carlos M. Sodero informa que¹⁷⁸ “*todos os filhos do cap. João Pereira nasceram em Cunha, passando depois a família para S. Luiz e mais tarde para Taubaté*”. Por algum motivo o genealogista não indica o nome da esposa de Antônio Pereira da Silva, mas cremos ser este o f^o do Cap. João Pereira da Silva que se casou com Geraldina Dina do Amor Divino.

Foram pais de, conforme inventário de **ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA**¹⁷⁹:

1(V) - **ANTÔNIO PEREIRA FILHO**, quarenta

¹⁷⁶ Livro de Casamento 01 de São Luiz do Paraitinga de 1775/1791 - fl. 15/15v. Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté - ACDT.

¹⁷⁷ ALÍPIO BASTOS, Benedito. *Caçapava Apontamentos Históricos e Genealógicos*. Editora Reis, Cardoso, Botelho & Cia. -1955 - pág. 277.

¹⁷⁸ Parte da genealogia de Geraldina foi extraída de SODERO, Carlos Martins. *A Família Pereira da Silva na Freguesia do Facão*. In: Revista do Arquivo Municipal – RAM, vol. LXXXIII - pág. 99/114.

¹⁷⁹ Inventário - CX. 187/1898 - São Luiz do Paraitinga - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

- anos de idade (npv 1858). Não aparece no inventário da mãe, bem como herdeiros.
- 2(V) - **JOÃO DINO PEREIRA**, trinta e oito anos no inventário (npv 1860). Inventariante do espólio materno, sem outras informações.
- 3(V) - **JOAQUINA DINA DO AMOR DIVINO**, depois Joaquina Pereira de Campos, fal. em Piracicaba em 13-OUT-1930, foi casada com seu primo **LERINO (LINO) EUFRASIO DE CAMPOS**, fº de Manuel Eufrazio de Campos e s/m. Maria Rita da Assunção.
- 4(V) - **PRAXEDES PEREIRA DA SILVA**, trinta e seis anos no inventário da mãe (npv 1852).
- 5(V) - **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, trinta e cinco anos no inventário (npv 1851). Consta como falecido no inventário da mãe, com filhos legitimados por escritura: Belmira Pereira Silva, Amelia Pereira Silva e Aurora Pereira Silva.
- 8(IV) - **ANTÔNIO**, exposto, bat. na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 08-JUN-1835¹⁸⁰. (s.m.n)

¹⁸⁰ Livro de Batismo de Cunha de 1834/1849 - fl. 14. Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena - ACDL.

FONTES DE PESQUISA

Arquivos Eclesiásticos:

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – ACMSP

Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena – ACDL

Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté – ACDT

Arquivo da Cúria Diocesana de Aparecida – ACDA

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

Arquivos Públicos e Privados:

Arquivo Público do Estado de São Paulo – DAESP

Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – AHM – SMC/PMSP

Arquivo do Centro de Cultura e Tradição de Cunha - Museu Mun.

“Francisco Veloso”.

Cartório de Registro Civil de Cunha.

Cartório de Registro Civil de São Luiz do Paraitinga.

Cartório de Registro Civil de Lagoinha.

Cartório de Notas de Cunha.

Sítios na internet:

<http://www.asbrap.org.br>

<http://arquivoestado.sp.gov.br>

<http://antt.dglab.gov.pt>

<http://bndigital.bn.gov.br>

<http://advlr.org.pt>

<http://familysearch.org>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALÍPIO BASTOS, Benedito. *Caçapava Apontamentos Históricos e Genealógicos*. Editora Reis, Cardoso, Botelho & Cia. -1955.
- COELHO, H. V. Castro. *Povoadores de S. Paulo – Antão Nunes (Adendas às Primeiras Gerações)*. In: Revista ASBRAP nº 15.
- CORREIO PAULISTANO, DE 12.12.1913.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.
- NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade. *São Luiz do Paraitinga: Reduto de Gente Bandeirante*, Edit. Rev. dos Tribunais, 2014.
- ORTMANN, P. Adalberto. *Genealogia Guaratinguetaense*. In: Anuário Gen. Latino (Edição da Rev. Gen. Latina), Vol. 4. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1952.
- SILVEIRA, Carlos da. *Subsídios Genealógicos*. In: Biblioteca Genealógica Brasileira, Vol. 3, ano 1942.
- SILVEIRA, Carlos da. *Um Precioso Manuscrito*. In: Revista do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, vol. XXXIII. São Paulo: Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo, 1940.
- SODERO, Carlos Martins. *A Família Pereira da Silva na Freguesia do Facão*. In: Revista do Arquivo Municipal – RAM, vol. LXXXIII.
- VELOSO, João José de Oliveira. *A História de Cunha – Freguesia do Facão – A Rota da Exploração das Minas e Abastecimento de Tropas*. São Paulo, 2010.
- TELEGRAMMAS, Interior, Cunha. CORREIO PAULISTANO, Segunda-feira, 12 de Dezembro de 1913, pág. 04.

**OS MESQUITAS DE SÃO PEDRO DE ALVITE – PRIMEIROS ESTUDOS
CAPITÃO JOSÉ MANUEL DE MESQUITA E SUA DESCENDÊNCIA NO BRASIL**

*Eduardo Dias Roxo Nobre
Gastão de Souza Mesquita Filho*

Resumo: Relato sobre o português José Manuel de Mesquita, suas origens e descendência.

Abstract: Report about the portuguese José Manuel de Mesquita, his origins and offspring.

1. Capitão José Manuel de Mesquita

O Capitão José Manuel de Mesquita nasceu em Portugal no dia 06-FEV-1766 e faleceu aos 46 anos, em 30-DEZ-1812, na Cidade de Itu. Até o momento desconhecemos a data exata em que veio ao Brasil, deixando sua região natal, mas sabemos que José Manuel nasceu em São Pedro de Alvite, então Freguesia do Conselho de Cabeceira de Basto, Comarca de Guimarães, ao Norte de Portugal. Seu batistério encontra-se em Alvite¹.

Casou-se, já no Brasil, com Ângela Ribeiro de Cerqueira Leite em 12-AGO-1795. Ângela, que por sua vez viveu até os 86 anos, nasceu em 03-ABR-1779 e faleceu em 10-SET-1865, em Itu/SP, cidade onde também se casaram.

Tiveram 11 filhos, todos nascidos em Itu/ SP. Alguns faleceram muito jovens e por isso não deixaram descendência, no entanto os demais tiveram numerosa prole, que hoje em nossos estudos já ultrapassam os dois mil descendentes, número que certamente será muito maior na medida em que forem realizados os registros das gerações atuais. Em ordem cronológica de nascimento, foram seus filhos:

- 1) José Antônio de Mesquita (n. 1797/fal. 1881)
- 2) Manuel de Mesquita (faleceu em menoridade)
- 3) Manuel José de Mesquita (n. 1799/fal. 1882)
- 4) Teolinda Angélica de Mesquita Barros (n. 1800)
- 5) Francisco de Paula Mesquita (n. 1801, faleceu solteiro)
- 6) Ângela Rosa de Mesquita (n. 1802, faleceu solteira)

¹ Sítio Family Search, Livro de Registros de Batismos (1709-1848), Braga, São Pedro de Alvite – Imagem 309 (consultado em 26 de agosto de 2021)

7) Elizea Guilhermina de Mesquita Barros (n. 1804/fal. 1834)

8) Antônio José de Mesquita (n. 1807/fal. 1839)

9) Luís Antônio de Mesquita Barros (n. 1810/fal. 1879)

10) Joaquim de Mesquita (faleceu em menoridade)

11) Maria Miquelina de Mesquita (n. 1811)

Até o momento pouco pudemos descobrir sobre a vida de José Manuel em Portugal, sua principal motivação ao vir para o Brasil, a data exata de sua viagem e para onde foi quando aqui chegou.

Então, reencontramos José Manuel já em Itu/SP, onde foi senhor de engenho e possivelmente também comerciava escravos. Quando se casou, em 08-AGO-1795, já se encontrava bem estabelecido economicamente. Na obra *Egressos do Cativo*, de Roberto Guedes, é descrito um curioso episódio ocorrido em 1794, que assim foi narrado por seu adversário:

“(...) Vindo eu da freguesia de Ararituaba a fazer pagamento de açúcar ao capitão José Manoel de Mesquita, este me faltou inteiramente com o ajuste nos preços do açúcar, não querendo estar pelo crédito. Daqui se originou termos nossas razões, onde me disse que não queria o açúcar e que eu o metesse onde a decência não permite dizer-se, e fazendo-me menção para minha banda com as mãos. Lhe dei um cachaço, e com isto entrou ele para dentro e saiu com uma espada, e o capitão Andrade com um porrete, e o capitão Ferrão com uma arma de fogo, e vieram sobre mim a ofender-me; eu, por me livrar deles, puxei por uma faca flamenga, vendo eles que não podiam chegar, por se temerem talvez dita faca (...) Neste ato, que foi repentino, me deram a voz de preso (prisão) à ordem de V. Exa., (e) eu, em ouvindo o Augusto Respeitável nome de V. Exa., para já me dei por preso, entregando a dita faca aos mesmos meus agressores, e me recolhendo a esta cadeia, donde me acho por ordem de V. Exa. Pode atender que o capitão Andrade e o capitão Ferrão são amigos intrínsecos e hóspedes na ocasião do dito capitão Mesquita, aonde informar a V. Exa., apaixonados contra mim (...) Cadeia de Itú, 30 de setembro de 1794.”²

O Capitão José Manuel, que recebeu a agressão por mandar Salvador Martins Bonilha “meter o açúcar onde a decência não me permite dizer”, por ser também senhor de engenho provavelmente não queria receber seu pagamento em açúcar, apesar de prática bastante comum na época, mas que talvez não lhe satisfizesse por ser ele também produtor do dito açúcar.

Nessa mesma obra, traz o autor outra importante informação, de que José Manoel não era apenas senhor de engenho, pois analisando dados de inúmeros

² GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo – Trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850. Mauad Editora. Rio de Janeiro. 2008

censos realizados em Itu/SP, verificou uma flutuação atípica no número de escravos declarados por ele, o que o levou a afirmar que *“Ele morava em Itú em 1800, tinha 87 escravos; em 1803, era senhor de 104 escravos; e de 82, em 1809. As oscilações do número de escravos de Mesquita levantam suspeita de que comerciava escravos. Mas não apenas isso. Com efeito, em 1804, em uma ação de crédito por assinatura de dez dias, um certo capitão José Manoel de Mesquita, da vila de Itu, cobrava o alferes Manoel Vieira Pinto a quantia de 76\$800, resto de maior quantia de um escravo, comprado em abril de 1798.”*

2. Sua Ascendência e seus Irmãos

Os pais de José Manuel foram Ana Maria de Araújo e Antônio José Ferreira de Mesquita, que se casaram em São Pedro de Alvite em 29-JAN-1749.

Ana Maria, sua mãe, que também era conhecida como Ana Maria de Mesquita, nasceu em São Pedro de Alvite, em 15-JAN-1726. Foram seus pais Maria de Araujo (ou Pereira) e José de Mesquita. Maria nasceu em Cacheina e faleceu em 11-ABR-1729 em São Pedro de Alvite. Cacheina e São Pedro de Alvite são duas localidades vizinhas, distantes algumas centenas de metros, logo podemos concluir que os avós maternos e os pais de José Manuel, após o casamento, passaram a residir nas proximidades de onde sua mãe Ana Maria nasceu, se casou, faleceu e muito provavelmente residiu por toda sua vida.

A avó materna de José Manuel, Maria de Araújo (ou Pereira) era filha de Domingas Fernandes, nascida em Penedo, e de Braz de Araujo, natural de Santa Maria do Salto, em Portugal.

Infelizmente sobre seu avô materno, José de Mesquita, até o momento pouco pudemos descobrir, apenas que era filho de Miguel Sobrinho de Mesquita, nascido em Cabo Villa de Pielas, e de Escolástica da Silva, nascida em Pousadourros, ambos em Portugal.

A grande curiosidade que surge quando analisamos a ascendência de José Manuel e a origem do sobrenome Mesquita, foi que seu pai, Antônio José Ferreira, provavelmente após seu casamento, passou a utilizar o sobrenome “de Mesquita”, que na realidade era o sobrenome de seu sogro José de Mesquita, pois como veremos a seguir, ele não possuía nenhum ascendente com sobrenome Mesquita.

O pai de José Manuel, Antônio José Ferreira de Mesquita, nasceu em Vila Pequena, Couto de Dornelas, em 14-ABR-1728, e faleceu em São Pedro de Alvite. Seu avô paterno foi Francisco Domingues, filho de Pedro Domingues e Agostinha Lopes, os três também nascidos em Vila Pequena. Sua avó paterna foi Maria Ferreira, filha de Pedro Ferreira, nascido em Couto, e Paula Gonçalves, nascida em Vilarinho Seco, ambos em Portugal.

O casal composto por Ana Maria de Araújo e Antônio José Ferreira de Mesquita tiveram numerosa prole, e José Manuel foi o quinto de seis irmãos, conforme dados do batistério de Alvite:

1. Maria Teresa de Mesquita, nascida em 14-NOV-1749
2. Manuel Antônio de Mesquita, nascido em 20-JAN-1752
3. Bento de Mesquita, nascido em 09-JAN-1754
4. Luísa Clara de Mesquita, nascida em 18-JUL-1762
5. José Manuel de Mesquita, nascido em 06-FEV-1766
6. Custodia de Mesquita, nascida em 19-ABR-1767

3. Os Araújo Mesquita de Paracatu

Nesse momento em que tratamos dos ascendentes e irmãos de José Manuel, nos cabe fazer um parêntese para tratar de dois de seus tios, pois, segundo trabalho genealógico “Pioneiros do Arraial do Ouro – Os Araujo Mesquita de Paracatu”, de José Aluísio Botelho e Eduardo Rocha, dois tios maternos de José Manuel, irmãos de sua mãe Ana Maria, vieram muito antes do que ele ao Brasil e se instalaram em Paracatu, Estado de Minas Gerais.

A cidade de Paracatu, que primeiro foi chamada de Arraial de São Luís e Sant’Ana das Minas do Paracatu e depois se tornou Vila de Paracatu do Príncipe, já era conhecida pelos europeus desde 1586, quando por lá passou a bandeira de Domingos Luís Grou, mas tornou-se objeto de maior interesse quando lá foram descobertas abundantes jazidas de ouro e prata.

Desconhecemos, assim, se a vinda de José Manuel para o Brasil foi motivada pela presença dos tios, que aqui já estavam instalados. Não temos nenhuma informação; que nos dê indício de que José Manuel mantinha contato com esses seus dois tios João e Antônio, que se instalaram em Paracatu, e que pelo relato, tiveram êxito em sua empreitada pelo interior do Brasil.

O Alferes João de Araújo Mesquita se casou com Custódia Maria do Sacramento, natural da freguesia da Manga das Minas do Paracatu, filha de Antônio José Cabral, natural de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, e de Ana de Sousa Camelo, natural das Minas.

Sobre Antônio de Araújo Mesquita, do trabalho referido acima, temos que *“ele figurava na lista dos homens mais abastados do arraial de São Luís e Santana, datada de 1756, proprietário de “Loja de Fazendas”, bem como possuidor de 56 datas minerais com 70 escravos em 1769; não descobrimos se foi casado, mas deixou pelo menos uma filha descoberta, de nome Ana de Araújo Mesquita.”*³

³ BOTELHO, José Aluísio. ROCHA, Eduardo. Artigo: Pioneiros do Arraial do Ouro – Os Araujo Mesquita de Paracatu. (Consultado em 26 de agosto de 2021) <https://araposadachapada.blogspot.com/2018-JUL-pioneiros-do-arraial-do-ouro-24-araujo.html>

Não temos notícia que esses dois troncos da família Mesquita, oriundos de São Pedro de Alvite, tenham mantido qualquer contato ou mesmo se conhecido nas gerações que se seguiram, mas continuaremos pesquisando nesse sentido.

Essa suposição se reforça, pois vemos que os tios de José Manuel estavam já bem estabelecidos nas Minas em 1756, muito antes de seu nascimento e sua vinda ao Brasil e, apesar de inúmeras viagens ao interior, também chamadas de monções, partirem de Itu/SP, não localizamos qualquer menção até o momento de que José Manuel tenha estado naquela região ou que seus tios tenham vindo a Itu/SP durante o período em que lá viveu José Manuel.

4. José Manuel, Portugal e sua Época

Por volta de 1700, Portugal passou a usufruir da prosperidade decorrente da mineração brasileira. Palácios reais e casas senhoriais refletiam o esplendor de uma era de muita fartura, mas a extrema riqueza de alguns não era acompanhada pela grande maioria. Os camponeses viviam em condições de dependência quase feudais, vivendo em casas rústicas e sofrendo todo tipo de necessidade.

No Brasil, a mineração teve outras consequências e foi especialmente sentida pela indústria açucareira, que teve enorme perda de mão-de-obra, quando seus trabalhadores emigraram para as minas, o que forçou ainda mais a importação de escravos da África.

Curiosamente, nessa época a família real portuguesa, considerada então a mais rica da Europa, pensou em transferir a corte e o controle de seu império para o Rio de Janeiro, o que viria a ocorrer somente cem anos após, quando a família real e corte fugiram das forças de Napoleão.

Enquanto Lisboa se voltava para as colônias, a cidade do Porto se tornava centro de exportação de vinho para a Inglaterra. O vinho produzido em Portugal nessa época; não estava à altura do vinho francês, mas era mais acessível e por isso muito consumido pelos ingleses. Na década de 1730 comerciantes de vinho ingleses começaram a misturar aguardente francês aos melhores vinhos da região, criando então o renomado Vinho do Porto, que passou a ser o principal produto da região.

Apesar de bem-sucedido na exploração das colônias e do comércio de vinho, Portugal permanecia extremamente subdesenvolvido. A riqueza não havia favorecido a grande maioria que continuava vivendo em enorme precariedade. Os caminhos que sequer podiam ser chamados de estradas, eram tão ruins que uma carroça levava 5 dias para percorrer os 65 quilômetros entre o Porto e Braga.

A escassez de alimentos, especialmente nas áreas mais pobres ao Norte, levou os habitantes a cultivar com sucesso alguns vegetais oriundos das Américas, como a batata e o milho, sendo esse último introduzido em alguns locais mais

úmidos e aptos a agricultura. Na década de 1760, justamente quando nasceu José Manuel, uma grande recessão atingiu o país.

Em 1777 faleceu D. José I, então Rei de Portugal, e sua esposa assumiu como regente de sua filha, a Rainha Maria I – que ao final da vida fugiu ao Brasil, em 1808, e era mãe de D. João VI, e promoveu mudanças significativas em Portugal, removendo o até então todo poderoso Marquês de Pombal, que teve muita influência por ter coordenado a reconstrução da Cidade de Lisboa, após o terrível terremoto de 1755, que trouxe o caos ao país.

Como a principal fonte de riqueza de Portugal vinha do Brasil, nada mais natural que, diante das adversidades em sua terra natal, muitos portugueses tenham decidido vir para cá para tentar a sorte e enriquecer. A população portuguesa no Brasil deu grande salto nesse período, saindo de 1 milhão em 1636, para 2 milhões em 1732 e 3 milhões em 1801, chegando a causar problemas demográficos, especialmente no Norte de Portugal, região onde nasceu José Manuel, tamanha a quantidade de homens que decidiram emigrar.

Os paulistas, que descobriram as riquezas minerais do sertão brasileiro em suas entradas, ou bandeiras, e as haviam explorado com total exclusividade até então, viram sua região de exploração ser invadida por imigrantes portugueses e outros forasteiros, que chegavam pelo Norte, interessados na riqueza local. Essa competição pelos recursos minerais da região que hoje compõe o estado de Minas Gerais acabou gerando um confronto, que foi chamado de Guerra dos Emboabas e resultou na expulsão dos paulistas, que foram explorar a mineração nas regiões onde hoje estão os estados de Goiás e Mato Grosso.

A cidade de Itu/SP, por sua vez, sempre foi o local de partida dos paulistas que empreendiam expedições ao sertão. Alguns seguiam a pé para o Norte, enquanto outros utilizavam o Rio Tietê, navegando por suas águas em direção ao interior desconhecido, mas que prometia enorme recompensa.

O próprio sogro de José Manuel, Capitão Antônio de Barros Penteado “*foi as minas com seu irmão capitão José de Barros e, na exploração da mina da Melgueira, conseguiu tirar em alguns anos uma arroba de ouro, com o que, voltando para São Paulo, comprou terras em Itu onde ficou estabelecido.*” (Silva Leme, Volume III, pág. 386)

No entanto, na década de 1760 houve um declínio da produção de ouro e os antigos proprietários de minas passaram a explorar fazendas de gado ou agricultura, mas a mineração não se extinguiu por completo. Na ocasião estima-se que existiam em Minas Gerais cerca de 75.000 brancos, 150.000 escravos negros, e ainda um grande número de índios, mamelucos e brancos nascidos na colônia.

Nessa época, “*os líderes de Minas Gerais eram originários principalmente do norte de Portugal – não de Lisboa ou do sul – e pertenciam a uma*

cultura integrada que dominava as outras vertentes raciais. Os imigrantes educados possuíam grandes bibliotecas, reuniam-se em clubes de debates filosóficos, traduziram a obra de Adam Smith e, além de tudo isso, apagaram suas origens provinciais da cidade do Porto, comprando seus títulos de nobreza.” (História Concisa de Portugal, David Birmingham, edipro, p. 122).

Foi nesse contexto que José Manuel veio ao Brasil e ele se encaixa com exatidão nesse perfil do emigrante, que partiu do Norte de Portugal para fazer no Brasil sua sorte.

5. A Região de seu Nascimento em Portugal

São Pedro de Alvite é a localidade onde nasceu José Manuel. Fica no Norte de Portugal, no Distrito de Braga, região também de nascimento de seus pais e quase todos os seus avós, muito próximo à divisa com o Distrito de Vila Real. Cacheina e São Pedro de Alvite estão inseridas na Freguesia de Alvite, no Concelho de Cabeceiras de Basto.

Vila Pequena, Couto de Dornelas e Vilarinho Seco estão localizados no Distrito de Vila Real, no Concelho Boticas, e este núcleo está distante de Alvite aproximadamente 20 quilômetros, já no sopé da Serra de Alturas do Barroso.

Seguindo os caminhos por onde passaram os Mesquitas, que deram origem a família, estivemos em São Pedro de Alvite, local de nascimento de José Manuel em 1766, em novembro de 2017 e junho de 2018. A parte mais antiga e preservada consiste em uma igreja de 1730 e algumas casas, além de um cemitério no alto do morro atrás da igreja, porém um cemitério moderno.

Distante algumas centenas de metros, está Cacheina. Lá nasceu Maria Ferreira, avó paterna de José Manuel. Na visita que fizemos em 2018, estacionamos na Rua Cacheina e conversamos com uma senhora que ali reside. Disse ter ouvido falar da família Mesquita, mas que não conhece mais ninguém. Ali perto contemplamos uma antiga casa já quase em ruínas, que talvez já estivesse de pé quando José Manuel morou por lá.

Cacheina fica no Concelho de Cabeceiras de Basto e no distrito de Braga e atualmente engloba São Pedro de Alvite. Como consta em “Memórias Paroquiais de Cabeceira de Basto”, de 1758, no passado a região toda era denominada São Pedro de Alvite e é descrita como:

“Esta igreja e freguesia de São Pedro de Alvite de Basto, é da Província de Entre-Douro-e-Minho, Arcebispado de Braga Primaz, comarca da vila de Guimarães, couto do mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto.

Tem esta freguesia ao presente cento e vinte vizinhos, pessoas de sacramento quatrocentas, menores trinta.

Parte desta freguesia está situada nas faldas da serra chamada da Senhora da Orada e parte na planície e vale que corre ao longo de um regato de pouca água que principia na Portela do Couto até o fim da freguesia onde chamam Vila Verde, Portela e Passo. Por ficar funda quase toda a freguesia dela e seus lugares senão descobrem povoações algumas.

A igreja está cercada de moradores e vizinhos cujo lugar se chama Cacheina e entre todos os lugares e bairros de que se compõem esta freguesia são seis a saber: Petimão, Vila Verde, Reiros, Oural, Cacheina, Chão e Soutosa.”⁴

Em 2018 estivemos também em Couto de Dornelas, Vilarinho Seco e Vila Pequena, esta última o local de nascimento de Antônio José Ferreira de Mesquita, pai de José Manuel. Vila Pequena faz jus ao nome, pois é realmente uma “pequena vila”, com pouquíssimos habitantes (poucas dezenas), todos em avançada idade. As poucas ruas que compõem a vila possuem construções muito antigas algumas em bom estado e em pleno uso. No meio da vila notamos um terreno com diversos bois e vacas. As construções são todas de pedra, material farto na região.

O último local que visitamos na região de onde partiu o Mesquita que deu origem a essa grande família no Brasil, foi Vilarinho Seco, local de nascimento de sua bisavó Paula Gonçalves, mãe de sua avó paterna Maria Ferreira.

Situada no sopé da serra de Alturas do Barroso, que se eleva a mais de 1.200 metros de altitude, Vilarinho Seco é uma das mais bem conservadas aldeias barrosãs. Residem lá, atualmente, apenas 80 pessoas e é uma verdadeira viagem no tempo, pois há séculos nada ali mudou. As construções são feitas com pedras enormes e a pequena população vive da agropecuária familiar.

6. A Cidade de Itu

A cidade de Itu, cuja grafia do nome na época em que viveu José Manuel era Ytu, tem sua origem no tupi e significa queda d’água. A cidade se desenvolveu no local conhecido pelos indígenas como “Utu-Guaçu” ou grande queda d’água e foi fundada pelo sertanista Domingos Fernandes e seu genro Cristóvão Diniz.

Domingos Fernandes, deixando a vila de Parnaíba onde vivia, em 1610 fundou, onde hoje é a cidade de Itu, uma capela dedicada à Nossa Senhora da Candelária. Em 1644, há informação de que já residiam ao redor dessa capela diversas famílias e em 1653 o povoamento foi elevado à categoria de freguesia. Já em 1657

⁴ Sítio do Município de Cabeceiras de Bastos - Texto transcrito, com atualização da grafia e pontuação, a partir de José Viriato Capela – As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto seiscentista. Braga: Universidade do Minho, 2003. P. 214-216. <https://cabeceirasdebasto.pt/cultura-memorias-paroquiais- Alvite>

se tornou uma vila, sendo assim a 7ª vila constituída na Capitania de São Paulo, quando São Paulo ainda fazia parte da Capitania do Rio de Janeiro.

Em 1724, a então “Villa de Ytu” contava com oitocentas casas, um convento de religiosos Franciscanos, um hospício e uma igreja. Era local de grande movimento, pois todo o fluxo de pessoas que se dirigiam para as minas de Cuiabá passava por ali para iniciar sua grande jornada que partia do Rio Tietê.

Itu se tornou comarca em 1811 e sua jurisdição territorial compreendia um enorme território da cidade de Franca até Curitiba, atualmente capital do Estado do Paraná. Foi a terceira comarca criada na então Capitania de São Paulo e era, na época, a comarca mais movimentada da Capitania. Em 1814 a comarca de Itu era composta por 8 vilas e 15 freguesias, num total de mais de 50 mil habitantes.

Foi nesse período efervescente que José Manuel chegou a Itu, diretamente de São Pedro de Alvite ou após uma passagem pelas minas de Paracatu, o certo é que em 12-AGO- 1795 ele lá estava, pois se casou com Ângela Ribeiro de Cerqueira Leite, numa cerimônia testemunhada pelo Capitão Manuel Pinto Correia e o Tenente Francisco Galvão, e com quem teve nos anos seguintes seus 10 filhos.

7. Ângela Ribeiro de Cerqueira Leite, sua Esposa

A esposa de José Manuel, Ângela Ribeiro de Cerqueira Leite nasceu em Itu/SP, sendo seus pais o Capitão Antônio de Barros Penteado e Maria de Paula Machado. Foi batizada em sua terra natal na Igreja Nossa Senhora da Candelária no dia 03-ABR-1779, sendo seus padrinhos José de Barros Penteado e sua esposa Maria Dias, e faleceu na mesma cidade em 10-SET-1865.

Nas pesquisas realizadas foram identificadas diversas versões de seu sobrenome, utilizadas em momentos diferentes de sua vida, sendo certo que seu nome foi uma homenagem ou referência a sua avó materna Ângela Ribeiro Leite, mãe do Capitão Antônio de Barros Penteado e esposa do Capitão Fernão Paes Barreto, já falecida quando do seu nascimento.

Não raro no passado verificamos que uma mesma pessoa era identificada em momentos distintos por sobrenomes e até nomes diferentes. Ângela foi chamada de Ângela Ribeiro Leite no registro de seu casamento, como se verifica do Livro próprio. Já no inventário de seu marido, José Manuel, em Itu/SP no ano de 1813, foi utilizado o nome de Ângela Ribeiro de Cerqueira Leite, que optamos por adotar para esse trabalho. Em outros documentos legais encontramos Ângela Ribeiro Mesquita, e até mesmo Ângela Ribeiro de Barros e Ângela Ribeiro de Mesquita Barros.

Seus pais, Capitão Antônio de Barros Penteado e Maria de Paula Machado se casaram em 1778 em Itu/SP. Sua mãe era filha do capitão-mor Salvador Jor-

ge Velho e de Genebra Maria Machado. Seu pai, por sua vez, era filho do Capitão Fernão Paes de Barros e Ângela Ribeiro Leite, casados em 1731 em São Paulo.

O Capitão Antônio de Barros Penteado com seu irmão, Capitão José de Barros, explorou a mineração por alguns anos e obteve uma arroba de ouro, com o que, voltando para São Paulo, comprou terras em Itu/SP onde ficou estabelecido e conseqüentemente sua família.

Foram irmãos de Ângela, sendo ela a mais velha:

1. Ângela Ribeiro de Cerqueira
2. Joaquim Floriano de Barros
3. Genebra de Barros Leite (Baroneza de Monte Alegre)
4. Escolástica Joaquina de Barros
5. Bento Paes de Barros (Barão de Itu)
6. Antônio Paes de Barros (Barão de Piracicaba)
7. Francisco Xavier Paes de Barros
8. Ana Joaquina de Barros
9. Maria de Barros Leite

8. Descendência de José Manuel e Ângela

O casal Ângela e José Manuel teve numerosa prole, foram 11 filhos e hoje a descendência do casal supera alguns milhares de descendentes, que organizamos nestes primeiros estudos somente até os filhos da quarta geração. Assim foram seus filhos:

- §1. José Antônio de Mesquita (mais tarde capitão José Manuel de Mesquita)
- §2. Manuel de Mesquita
- §3. Manuel José de Mesquita
- §4. Teolinda Angelica de Mesquita Barros
- §5. Francisco de Paula Mesquita
- §6. Ângela Rosa de Mesquita
- §7. Elizea Guilhermina de Mesquita Barros
- §8. Antônio José de Mesquita (mais tarde Antônio de Mesquita Barros)
- §9. Joaquim de Mesquita
- §10. Luís Antônio de Mesquita Barros
- §11. Maria Miquelina de Mesquita

§1. JOSÉ ANTÔNIO DE MESQUITA

1-1 **JOSÉ ANTÔNIO DE MESQUITA** (mais tarde Capitão José Manuel de

Mesquita), nasceu em 1797 e faleceu em Itu/SP aos 01-JUN-1881. Casou-se em 01-OUT-1833, em Itu/SP, com Gertrudes de Campos Almeida, filha de Inácio Xavier Paes Campos e Antonia Pacheco de Almeida. Gertrudes nasceu em 1813 e faleceu em Itu/SP, aos 18-NOV-1876. Tiveram 6 filhos, a seguir:

2-1 **ÂNGELA** falecida em menoridade.

2-2 **JOSÉ MANUEL DE MESQUITA JUNIOR** nasceu em 03-FEV-1838, em Itu/SP, e faleceu em São Paulo/SP aos 23-MAR-1878. Foi bacharel em direito e casou-se com sua parente Amelia Hygina de Sousa Barros, nascida em 26-ABR-1846, e filha do dignitário Luís Antônio de Sousa Barros e Ilídia Mafalda de Sousa Barros. Amelia Hygina faleceu em Paris, França, aos 27-FEV-1891. Tiveram 4 filhos:

3-1 **FELICÍSSIMA DE MESQUITA** nasceu em 05-MAIO-1866 e casou-se com o dr. Henrique Baumfelder, natural da Alemanha, em 28-MAR-1875 na cidade de Hamburgo, Alemanha. O casal se separou judicialmente na Alemanha por moléstia ignorada antes do casamento.

3-2 **JOSÉ MANUEL DE MESQUITA** nasceu aos 20-NOV-1867. Casou-se em São Paulo/SP no dia 04-SET- 1889 com sua prima Ângela Whitaker de Oliveira, filha do comendador Justiniano de Mello Oliveira e de Brazília Urbana de Aguiar Whitaker. José Manuel faleceu em 13-FEV-1912. Ângela nasceu em Rio Claro/SP no dia 22-JUL-1867, tendo sido batizada em São Carlos/SP aos 30-SET-1867. Faleceu em São Paulo/SP em 10-DEZ-1927.

3-3 **GERTRUDES DE MESQUITA** nasceu em 1870, casada com seu parente João de Aguiar Melchert, filho de Adolfo Júlio de Aguiar Melchert e de Escolástica Joaquina de Campos e faleceu em São Paulo/SP no dia 19-JUL-1895. Tiveram duas filhas:

4-1 **SILVIA MELCHERT** nascida em 1895 e falecida em Ribeirão Preto/SP aos 02-JUN-1969. Foi casada com Alvaro Xavier da Silva Telles, nascido em 1891, e falecido aos 09-JAN-1957 em São Carlos/SP.

4-2 **ELVIRA MELCHERT**

3-4 **LÍDIA DE MESQUITA** nascida em 1871 e falecida aos 24-AGO-1910, foi casada com seu primo Alberto de Sousa Vergueiro, filho de Joaquim Vergueiro e de Luísa Augusta de Sousa Barros. Nascido em São Paulo/SP em 1855 e falecido nesta mesma cidade aos 20-FEV-1900. Tiveram dois filhos:

4-1 **JORGE DE MESQUITA VERGUEIRO**

4-2 **IGNEZ DE MESQUITA VERGUEIRO**

2-3 **DR. INÁCIO XAVIER PAES DE CAMPOS DE MESQUITA** nasceu em 03-ABR-1845, formado em medicina, ocupou por muito tempo o cargo de médico da polícia em São Paulo, onde faleceu em 1899. Casou-se com Elisa de Sousa Barros, filha do dignitário Luís Antônio de Sousa Barros e de sua 2.^a mulher Felicíssima de Almeida Campos, em 24-JAN-1874. Tiveram 11 filhos:

3-1 **INÁCIO XAVIER DE CAMPOS MESQUITA** nasceu em 20-NOV-1875 em Itu/SP e faleceu aos 03-OUT-1879.

3-2 **LUÍS ANTÔNIO DE CAMPOS MESQUITA** nasceu em 1877 e faleceu em 25-OUT-1943 em São Paulo/SP. Foi bacharel em direito e se casou com Maria de Almeida, falecida em São Paulo aos 29-JUN-1966. Tiveram três filhos:

4-1 **MARIA DE CAMPOS MESQUITA** nascida em 1906 e falecida em São Paulo/SP aos 10-MAR-1986.

4-2 **INACIO DE CAMPOS MESQUITA**

4-3 **ANTONIETA DE CAMPOS MESQUITA** foi casada com Raul Cintra Leite. Tiveram 2 filhas: Maria Stella de Campos Mesquita Cintra Leite e Vera de Campos Mesquita Cintra Leite.

3-3 **ELISA DE MESQUITA** nascida em 1879 e falecida no Rio de Janeiro em 02-NOV-1901. Foi casada com José Mauricio Higgins, que foi pastor da Igreja Presbiteriana de Curitiba no período de 1897 a 1903.

4-1 **PAULO HIGGINGS** nascido em maio de 1898.

4-2 **BRANCA EUNICE HIGGINGS** nascida em 1901.

3-4 **JORGE DE ALMEIDA CAMPOS DE MESQUITA**, nascido em Itu/SP em 1882, faleceu aos 16-OUT-1961 e foi sepultado no Cemitério da Consolação em São Paulo/SP. Casou-se em 07-JAN-1911 com sua prima Mathilde de Mesquita Sampaio com notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo. Tiveram um filho:

4-1 **JORGE DE MESQUITA** casado com Celia Del Gallo

3-5 **ÂNGELA RIBEIRO MESQUITA** nascida em 1884 e falecida em São Paulo/SP aos 25-JUN-1972.

3-6 **INÁCIO MANUEL DE MESQUITA** nascido em 1892 e falecido em Sorocaba/SP aos 29-SET-1965. Foi casado com Osmarina Dias Viterbo.

4-1 **ELISA MESQUITA**

4-2 CARMEM MESQUITA

3-7 **CECILIA JULIA DE MESQUITA** nascida em Paris. Foi casada com Ernesto Luís de Oliveira Ramos. Tiveram três filhos:

4-1 **ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA JUNIOR** nasceu em 1901 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ aos 15-FEV-1990, tendo sido cremado em São Paulo/SP. Foi casado com Maria Luísa Penteado Stevenson. Tiveram 2 filhos: May Mac Dowell e Carlos Ernesto Stevenson de Oliveira.

4-2 SOFIA DE OLIVEIRA

4-3 CARLOS DE OLIVEIRA

3-8 BRANCA DE ALMEIDA

3-9 BEATRIZ DE BARROS

3-10 FELICÍSSIMA DE CAMPOS

3-11 **JOSÉ MANUEL DE MESQUITA** nascido em Genebra.

2-4 **FRANCISCA AMALIA DE MESQUITA** foi a segunda mulher de seu primo, o capitão Francisco Corrêa Pacheco, comendador da ordem de Cristo, nascido em 1820 em Itu/SP, e que foi primeiro casado com Maria Hyppolita Pereira Mendes, sem geração; era filho do capitão Antônio Corrêa Pacheco e Silva e de Maria Xavier de Almeida Paes. Tiveram 12 filhos:

3-1 **ANTÔNIO CORREA DE CAMPOS MESQUITA** nascido em 07-AGO-1858, em Itu/SP, e falecido aos 16-ABR-1895. Casou-se com Francisca de Andrade Coutinho em 1884. Teve:

4-1 **RUY DE CAMPOS MESQUITA**, terminou seus estudos em Recife e chegou em 1881 em Itu/SP.

4-2 CLOVIS DE CAMPOS MESQUITA

4-3 SARAH DE CAMPOS MESQUITA

3-2 **JOSÉ CORREA PACHECO** nascido em 01-JUN-1860 em Itu/SP.

3-3 **MARIA ELISA CORREA** nasceu em 20-JUL-1861 e foi casada com seu primo José Calazans Negreiros, filho de Inácio Xavier de Negreiros e de Cherubina Leite de Sampaio. Foram seus padrinhos de batismo Antônio Correa Pacheco e Ignacia Joaquina Correa.

3-4 **FRANCISCO CORREA PACHECO** nascido em 15-OUT-1865 em Itu/SP.

3-5 **INÁCIO CORREA DE MESQUITA** nasceu em 22-OUT-1867, em Itu/SP e faleceu 14-NOV-1949. Foi casado com Isaura Braga.

- 4-1 **MARCELO DE MESQUITA** nascido em 1903 e falecido em Rio Claro/SP, no dia 26-MAIO-1992.
- 3-6 **LUÍS PACHECO** nascido em 01-ABR-1869 em Itu/SP.
- 3-7 **ANTONIA CANDIDA DE MESQUITA CORREA** nasceu em 04-MAR-1870 em Itu/SP.
- 3-8 **ANA CANDIDA DE MESQUITA CORREA** nasceu em Itu/SP, no dia 20-JUN-1876 e faleceu em Jau/SP aos 28-JUN-1962. Casou em Itu/SP, no dia 01-NOV-1910, com Joaquim Ferraz de Almeida Prado (n. 1860/m. 04-DEZ-1929 – Jau/SP). Tiveram três filhas:
- 4-1 **MARIA DO CARMO PRADO** nascida em 15-AGO-1914 em Jau/SP.
- 4-2 **BENEDITO DE ALMEIDA PRADO**
- 4-3 **JOAQUIM DE ALMEIDA PRADO**
- 3-9 **TIAGO PACHECO** nascido em 07-AGO-1883.
- 3-10 **GERTRUDES DE MESQUITA CORREA** casada com José Galvão de Almeida, filho de José Galvão de Almeida (homônimo) e de Maria Isabel de Campos. Tiveram quatro filhos:
- 4-1 **LETACIO GALVÃO** nascido em 01-SET-1881 em Itu/SP.
- 4-2 **JOSÉ ALFREDO GALVÃO**
- 4-3 **FRANCISCO GALVÃO**
- 4-4 **MARIA JULIA GALVÃO**
- 3-11 **FRANCISCA EUGENIA CORREA** solteira.
- 3-12 **MARIA JOSÉ CORREA DE MESQUITA**
- 2-5 **ANTONIA EUFROZINA DE MESQUITA** nasceu em 1843 e faleceu em São Paulo/SP aos 11-FEV-1932. Casou-se com José de Almeida Sampaio (o Jeca S.Paio), filho do Capitão Francisco de Paula Ferraz de S.Paio e de Isabel de Almeida Prado. Tiveram 11 filhos:
- 3-1 **RITA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 1865 e faleceu em São Paulo/SP aos 10-JUL-1953.
- 3-2 **ISABEL DE MESQUITA SAMPAIO** nascida em Itu/SP, no dia 01-FEV-1867. Faleceu em São Paulo/SP aos 04-JUN-1952. Foi casada com Francisco de Almeida Prado, filho Antônio Leite de Almeida Prado e Ana Brandina de Almeida Prado, com quem teve 6 filhos:
- 4-1 **ANTÔNIO DE ALMEIDA PRADO** nasceu em Itu/SP em 13-JUN-1889 e faleceu aos 07-JUN-1965. Foi casado com Zilda Junqueira. Tiveram 3 filhos: Beatriz de Almeida Prado, Flávio de Almeida Prado e Décio de Almeida Prado.

4-2 **SEBASTIÃO “NHONHO” ALMEIDA PRADO**, nascido em Itu/SP, aos 29-JUN-1894. Faleceu em Orlândia/SP no dia 31-JUL-1976 e foi sepultado em Morro Agudo/SP. Casou-se em 14-MAIO-1917 com Elza Junqueira em Aparecida do Norte/SP. Nhonhô se notabilizou como fazendeiro e criador de gado nelore mocho e cavalos mangalarga. Era residente em Morro Agudo, na Fazenda Santa Elza, herdada de seu sogro, Capitão Antônio Olyntho Diniz Junqueira, que também lhe deixou a Fazenda Pindorama, em Barretos, e a base para a sua tropa de cavalos mangalarga. Abriu fazendas no noroeste do Estado de São Paulo, em Araçatuba (Fazenda Anhangai), Pereira Barreto (Fazenda Três Marias), e no Mato Grosso do Sul, em Dourados (Fazenda Taquarussu). Em Orlândia, tinha também a Fazenda Mosquito e deixou o Sítio Lagarto Verde, onde morou após ficar viúvo. Atuou de forma diligente na modernização da agropecuária nacional, tendo participado ativamente da Sociedade Rural Brasileira, contribuindo para a importação de novas máquinas e equipamentos e com a industrialização da produção agrícola. Foi um dos idealizadores e fundadores da Companhia Açucareira Vale do Rosário e da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia - CAROL. O casal teve 9 filhos: Maria Isabel de Almeida Prado, Marina de Almeida Prado, Arnaldo de Almeida Prado, Margarida de Almeida Prado, Elza de Almeida Prado, Lucia de Almeida Prado, Lídia de Almeida Prado, Gilberto de Almeida Prado e Célia de Almeida Prado.

4-3 **SOFIA DE ALMEIDA PRADO** nasceu em 01-FEV-1903 na Fazenda Santa Isabel em São Joaquim da Barra/SP e faleceu em 28-NOV-1986 em São Paulo/SP. Casou-se em 20-MAIO-1922 em São Paulo/SP, com José Jorge Diniz Junqueira, nascido em 01-FEV-1895 na Fazenda Paissandu em Dorândia, Barra do Piraí/RJ e falecido aos 16-MAR-1933 na Fazenda Invernada, da qual era proprietário, em Morro Agudo/SP. Tiveram 7 filhos: Francisca Junqueira, Isabel Junqueira, Eduardo Diniz Junqueira, Otávio Junqueira, Armando Diniz Junqueira, Zilda Junqueira e José Jorge Junqueira.

4-4 **CLOTILDE DE ALMEIDA PRADO** nasceu em Nuporanga/SP em 19-FEV-1902 e faleceu em São Paulo/SP aos 04-MAR-1980. Casou-se com Celso Torquato Junqueira aos 18-JUN-1924. Celso nasceu em 21-MAR-1894 em Baependi/MG, foi batizado na capela da Fazenda Favacho no mesmo ano no dia 29 de abril. Foram seus padrinhos seu tio materno Antônio Olyntho Diniz Junqueira e sua esposa Francisca Junqueira. Faleceu em Morro Agudo/SP em 26-JUN-1990. Tiveram 2 filhas: Joana Helena Junqueira e Bruna Celina Junqueira.

4-5 **ANA BLANDINA DE ALMEIDA PRADO** nasceu em Itu/SP aos 02-MAR-1888 e faleceu em Orlândia/SP no dia 13-ABR-1982. Casou-se em São Paulo/SP no dia 04-JUL-1908 com João Francisco Diniz Junqueira, nascido aos 25-JAN-1886, na Fazenda Invernada em Orlândia/SP. Faleceu no dia 25-JAN-1886 em São Vicente/SP. Tiveram 5 filhos: Orlando Prado Diniz Junqueira, Adélia Diniz Junqueira Bastos, Genoveva Diniz Junqueira, Francisco Diniz Junqueira e Magdalena Diniz Junqueira.

4-6 **JOSÉ OTAVIO DE ALMEIDA PRADO** nascido em Itu/SP, foi casado com Escolástica de Negreiros Cintra, nascida em 1904. Tiveram 7 filhos: Maria de Almeida Prado, Cecília de Almeida Prado, Henrique de Almeida Prado, Helena de Almeida Prado, Blandina de Almeida Prado, Marina de Almeida Prado e Octávio de Almeida Prado.

3-3 **JOSÉ HENRIQUE DE SAMPAIO** nascido em 14-MAR-1868 em Itu/SP e falecido em São Paulo/SP aos 19-JAN-1937. Em 1894 casou-se com Leandrina Fonseca, nascida em 1871 e falecida em 13-AGO-1955. Era filha de Francisco Emygdio Pacheco e Ana de Vasconcelos Prado.

3-4 **FRANCISCA SAMPAIO** nascida em 22-DEZ-1869, em Itu/SP. Faleceu também em Itu/SP no ano de 1887. Foi casada com Josué de Almeida Prado, nascido em Indaiatuba/SP aos 18-SET-1868.

3-5 **GERALDO AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 1872 e faleceu em Campinas/SP aos 10-SET-1918. Casou-se em 7-JUN-1899 em São Paulo/SP, na Igreja da Consolação, com Ismalia de Souza Queiroz. Tiveram 11 filhos, a seguir:

4-1 **JOSÉ AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 19-MAR-1900 e falecido aos 16-MAR-1977.

4-2 **MARCELO AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 02-AGO-1902 e falecido aos 18-NOV-1948.

4-3 **EDUARDO AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 12-ABR-1904 e falecido aos 17-MAIO-1978. Foi casado com Edwiges Retundini.

4-4 **GERALDO AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido 08-MAR-1906 e falecido Ribeirão Preto/SP aos 06-ABR-1949. Sepultado em Morro Agudo/SP. Foi casado com Maria de Lourdes Guimarães. Tiveram 2 filhas: Maria Cecília de Mesquita Sampaio e Maria Helena de Mesquita Sampaio.

4-5 **MADRE MARIA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 1907

4-6 **FERNANDO CARLOS DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em

20-OUT-1910 e falecido aos 11-JUL-2003. Casou-se com Vicentina Roda D'Agostino em 27-ABR-1944.

4-7 **ANTONIA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 20-OUT-1900.

4-8 **LUÍS AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 02-ABR-1912 e falecido aos 06-JUN-1985. Foi casado com Maria da Conceição Netto de Camargo.

4-9 **PAULO AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 22-SET-1914 e falecido aos 22-FEV-2002 em São Paulo/SP. Casou-se em 29-MAIO-1946 com Zilda Vidigal Pontes, nascida em 26-SET-1927 e falecida em Campinas/SP aos 22-JUN-2010.

4-10 **MARGARIDA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 05-ABR-1916 e faleceu aos 23-MAR-1983.

4-11 **OSWALDO AFFONSO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 19-FEV-1918 e falecido aos 23-DEZ-1984. Casou-se pela primeira vez em 19-FEV-1946 com Melyr Moreira de Mello e pela segunda vez com Regina Cardoso Franco.

3-6 **JOÃO BAPTISTA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em Itu/SP no ano de 1874 e faleceu em São Paulo/SP aos 06-MAR-1960. Casou-se em 1898 com Ana Candida Correa Leite. Tiveram uma filha:

4-1 **ANTONIA DE MESQUITA SAMPAIO** foi casada com Aureliano Carlos Fonseca e faleceu aos 19-SET-1990.

3-7 **ALFREDO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em Itu/SP, aos 16-NOV-1875 e falecido em 01-SET-1960.

3-8 **ROBERTO DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em Itu/SP no ano de 1877. Faleceu também em Itu/SP em 1949. Em 1902 casou com Noemia de Salles Romeiro com quem teve 9 filhos a seguir:

4-1 **ROBERTO DE MESQUITA SAMPAIO JUNIOR** nasceu no ano de 1913 e faleceu em São Paulo no dia 09-JAN-2007. Foi casado com Jandyra Tuma.

4-2 **RODOLFO DE MESQUITA SAMPAIO** nascido em 1915 e falecido em São Paulo/SP aos 18-ABR-2003. Foi casado com Maria de Lourdes Lacerda de Oliveira.

4-3 **CECILIA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 1919 e faleceu em São Paulo/SP no dia 05-AGO-2007. Foi casada com José Coelho Pamplona.

4-4 **MARIA CAMILA DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 1923 e faleceu aos 16-DEZ-1999. Foi casada com Cristian Von Bullow.

4-5 **OTÁVIO DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 31-JUL-1926 e faleceu aos 26-MAIO-2005 em São Paulo/SP. Foi casado com Dirce Pires.

4-6 **MARIA TERESA DE MESQUITA SAMPAIO** nascida em 1927 e falecida em 05-OUT-2000 em São Paulo/SP. Foi casada com Adolfo Eugenio Nardy.

4-7 **MARIA DE MESQUITA SAMPAIO** foi casada com Silvio Cardoso Franco.

4-8 **JOSÉ INÁCIO DE MESQUITA SAMPAIO** foi casado com Yolanda de Toledo

4-9 **MAURÍCIO DE MESQUITA SAMPAIO** foi casado com Maria Igenes Pinheiro.

3-9 **LUÍS DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 19-ABR-1878 em Itu/SP.

3-10 **MARIA DO CARMO DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em Itu/SP aos 19-JAN-1880 e faleceu em São Paulo no dia 21-DEZ-1961. Casou-se em São Paulo/SP no dia 01-JUL-1926 com Paulo Samuel Maytre, que nasceu na Suíça em 1871.

3-11 **MATHILDE DE MESQUITA SAMPAIO** nasceu em 1887. Casou-se em 07-JAN-1911 com seu primo Jorge de Almeida Campos de Mesquita (já mencionado acima), nascido em 1882, em Itu/SP, e falecido aos 16-OUT-1961, com notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo. Tiveram um filho:

4-1 **JORGE DE MESQUITA** casado com Celia Del Gallo.

2-6 **LUÍS DE MESQUITA** falecido em menoridade.

§2 MANUEL DE MESQUITA

1-2 **MANUEL DE MESQUITA** nasceu em 05-NOV-1797 em Itu/SP. Foi tenente de milícias e faleceu solteiro. Foram seus padrinhos o Capitão Manuel Pinto Ferraz e sua esposa Francisca de Paula, conforme consta do Batistério de Itu/SP.

§3 MANUEL JOSÉ DE MESQUITA

1-3 **MANUEL JOSÉ DE MESQUITA** nasceu em Itu/SP aos 28-FEV-1799. Faleceu na mesma cidade no dia 10-SET-1882.

§4 TEOLINDA ANGELICA DE MESQUITA BARROS

1-4 **TEOLINDA ANGELICA DE MESQUITA BARROS** nasceu em 08-MAR-1800 na cidade de Itu/SP. Casou-se com o Capitão Carlos José Nardy de Vasconcellos, filho do Sargento-Mor Carlos Mariano de Vasconcellos Noronha e de Maria da Anunciação Góes. Tiveram 9 filhos, conforme a seguir:

2-1 **ANTÔNIO NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP aos 22-NOV-1819 e faleceu em 28-OUT-1887. Foi casado com Carolina da Costa Aguiar, filha de João Xavier da Costa Aguiar e Ana Joaquina de Barros. Tiveram 9 filhos:

3-1 **ANTÔNIO NARDY DE VASCONCELLOS JUNIOR** nasceu em Itu/SP aos 20-AGO-1842 e faleceu em Jau/SP no dia 09-MAR-1910. Foi Capitão de voluntários da Guerra do Paraguai. Casou-se com Ambrozina Augusta de Almeida, nascida em 1854 e falecida e sepultada em Jau/SP aos 08-OUT-1919. Tiveram 9 filhos:

4-1 **LAVINIA NARDY DE VASCONCELLOS** nascida em Itu/SP, em 25-SET-1872 e falecida em Jau/SP aos 30-DEZ-1917. Foi casada com Alfredo Augusto Leitão, nascido em Piracicaba/SP em 5-DEZ-1864 e falecido em Jau/SP aos 22-ABR-1928. Tiveram 8 filhos: Alfredo Augusto Leitão Filho, Wanda Leitão, Maria da Conceição Leitão, Alcina Leitão, Ercilia Leitão, Silvia Leitão, Rejane Leitão e Nelson Leitão.

4-2 **PELAGIO NARDY DE VASCONCELLOS** nascido em Itu/SP aos 09-SET-1875 e falecido em 11-MAIO-1959 na cidade de Jau/SP.

4-3 **OROZIMBO NARDY DE VASCONCELLOS** nascido em Itu/SP aos 28-ABR-1877 e falecido em Araraquara/SP no ano de 1974.

4-4 **ALZIRA NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Jau/SP no dia 27-JUL-1878. Foi batizada na Igreja Nossa Senhora do Patrocínio nesta mesma cidade no dia 5-DEZ-1878. Faleceu solteira também em Jau/SP aos 23-SET-1927.

4-5 **THEODOMIRO NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Jau/SP no dia 02-JUL-1881. Foi batizado nesta mesma cidade no dia 14-OUT-1881. Foi casado com Antônia Dias do Prado e faleceu também em Jau/SP aos 25-ABR-1928. Tiveram 4 filhos: Alceu Dias Vasconcelos, Nair Dias Nardy, Maria Ambrosina Dias Nardy e Maria da Conceição Dias Nardy.

4-6 **ANTÔNIO NARDY DE VASCONCELLOS JUNIOR** (homônimo ao pai) nasceu em Jau/SP no dia 07-MAIO-1883. Foi batizado nesta mesma cidade no dia 20-JUL-1883. Foi casado com Maria Dias do Prado e faleceu e foi sepultado em Jau/SP aos 24-NOV-1955. Tiveram 1 filho, João Alberto Nardy Vasconcellos.

4-7 **MARIA BENEDICTA NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Jau/SP no dia 21-NOV-1886. Faleceu também em Jau/SP aos 28-DEZ-1970.

4-8 **MARIA NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu no ano de 1887, tendo sido batizada aos 20-ABR-1887. Faleceu no dia 29-DEZ-1970. Todos os fatos ocorreram em Jau/SP.

4-9 **QUINTINO NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu e foi batizado em Jau/SP, aos 10-AGO-1889 e 28-SET-1889, respectivamente. Faleceu em São Paulo no dia 10-SET-1953. Foi escrivão de paz em São Paulo.

3-2 **CARLOS NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em 1845 e faleceu em Jau/SP aos 02-AGO-1928. Casou-se em 08-AGO-1872 em Itu/SP com Carolina Augusta de Almeida, nascida em Porto Feliz/SP aos 10-AGO-1851 e falecida em Jau/SP em 31-MAR-1896. Filha de Rafael Tobias da Silveira e Maria Jacintha de Almeida. Tiveram 8 filhos:

4-1 **MARIA DE VASCONCELLOS** nascida em 1874.

4-2 **SILVIA DE VASCONCELLOS** nascida em Porto Feliz/SP, em 16-FEV-1876 e falecida em Jau/SP aos 10-SET-1953. Foi casada com Sebastião Ferraz de Campos.

4-3 **ANTÔNIO NARDY DE VASCONCELLOS** nascido em 1877.

4-4 **RAFAEL NARDY DE VASCONCELLOS** nascido em 1879.

4-5 **ZENAIDE NARDY DE VASCONCELLOS** nascida em 1881.

4-6 **ALBERTO CARLOS NARDY DE VASCONCELLOS** nascido em 1893.

4-7 **PRUDENCIO NARDY DE VASCONCELLOS** nascido em 05-SET-1900 e falecido aos 19-NOV-1974 em São Paulo/SP.

4-8 **CAROLINA NARDY DE VASCONCELLOS**

3-3 **LUÍS NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em 20-OUT-1845 em

Itu/SP. Faleceu solteiro.

3-4 **FRANCISCO NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP aos 05-OUT-1848. Foi casado com Maria Leopoldina de Sousa.

4-1 **FRANCISCO NARDY DE VASCONCELLOS FILHO** nasceu em 11-MAR-1879 em Itu/SP e faleceu aos 22-FEV-1959. Foi casado com Ana de Souza.

4-2 **ANTÔNIO NARDY DE VASCONCELLOS.**

3-5 **CAROLINA NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP em 01-OUT-1850, onde também faleceu aos 02-AGO-1928.

3-6 **THEODOLINDA NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP no dia 01-JUL-1853.

3-7 **ANA DE VASCONCELLOS** nasceu aos 10-MAIO-1857. Faleceu solteira.

3-8 **ELENA NARDY DE VASCONCELLOS** nasceu no dia 10-MAIO-1860 em Itu/SP.

3-9 **ADOLFO ALBERTO NARDY DE VASCONCELLOS** foi casado com Cândida Botelho.

4-1 **ADOLFO BOTELHO DE VASCONCELLOS**

4-2 **MARIA BOTELHO DE VASCONCELLOS**

4-3 **CANDIDA BOTELHO DE VASCONCELLOS**

4-4 **CAROLINA BOTELHO DE VASCONCELLOS** casada com José da Silva Gordo.

2-2 **MARIA BARBARA DE VASCONCELLOS** nasceu em 1822 e faleceu em Itu/SP aos 10-JUN-1904.

2-3 **ELÍDIA DE MESQUITA VASCONCELLOS** nasceu aos 20-JUL-1826 em Itu/SP. Foram seus padrinhos de batismo “por procuração de Doutor José da Costa Carvalho e sua esposa Genebra de Barros Leite, José Manuel de Mesquita e Dona Ângela Mesquita”.

2-4 **CAROLINA DE MESQUITA VASCONCELLOS** nasceu em 1831 em Itu/SP e faleceu aos 27-ABR-1913 nesta mesma cidade.

2-5 **JOSÉ NARDY DE VASCONCELLOS**, faleceu solteiro.

2-6 **TEOLINDA DE MESQUITA BARROS** faleceu em São Roque/SP no ano de 1859. Foi casada com Antônio Basilio de Sousa Barros Payaguá. Tiveram 10 filhos:

3-1 **CARLOS AUGUSTO DE VASCONCELLOS** nasceu aos 22-OUT-1848 e faleceu em Pereiras/SP no dia 04-JUL-1930. Casou-se com Rita Engler, nascida em 05-JUN-1852 e falecida em Pereiras/SP aos 03-JUN-1925.

4-1 **TRAJANO ENGLER DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP no dia 14-JAN-1877 e faleceu em Capivari/SP aos 15-JUL-1958. Foi casado com Escolástica Queiroz Guimarães, nascida em Jundiaí/SP, em 12-JUN-1882 e falecida em Botucatu aos 14-SET-1962.

4-2 **BRASÍLIA ENGLER DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP em 10-MAR-1879 e faleceu em Osasco/SP no dia 26-AGO-1960. Foi casada com Bolívar de Castro Leite.

4-3 **AUGUSTO ENGLER DE VASCONCELLOS** nasceu no dia 02-NOV-1881 em Itu/SP e faleceu em Botucatu/SP aos 03-JUL-1959. Foi casado com Wanda Moraes.

4-4 **CARLOS ENGLER VASCONCELLOS.**

3-2 **FRANKLIN BASÍLIO DE VASCONCELLOS** nasceu em Itu/SP em 11-ABR-1852 e faleceu na mesma cidade aos 26-JUL-1911. Foi casado com Gertrudes Teixeira Engler nascida em Cotia/SP aos 27-FEV-1855. Tiveram 6 filhos:

4-1 **HERCULANO DE VASCONCELLOS** nascido em Itu/SP aos 09-JAN-1878.

4-2 **BOLÍVAR DE VASCONCELLOS** nascido em Itu/SP no dia 22-ABR-1879.

4-3 **HORTÊNCIA DE VASCONCELLOS** nasceu em 1880, tendo sido batizada na Igreja Nossa Senhora da Candelária em Itu/SP aos 19-JUL-1880. Foi casada com Oscar de Toledo Prado.

4-4 **OSVALDO DE VASCONCELLOS** nascido em Itu/SP no dia 17-MAIO-1883.

4-5 **EZILDA ENGLER DE VASCONCELLOS** nasceu em 20-OUT-1887 em Itu/SP, cidade onde também foi batizada na Igreja Nossa Senhora da Candelária aos 16-NOV-1887. Faleceu nesta mesma cidade

aos 20-SET-1911.

4-6 **LAURO ENGLER DE VASCONCELLOS** nasceu no ano de 1894 e faleceu na Santa Casa de São Paulo/SP aos 13-JAN-1934. Foi casado com Gabriela Machado Campos.

3-3 **ÂNGELA TEOLINDA DE VASCONCELLOS BARROS** nasceu em Itu/SP aos 28-JAN-1859. Foi casada com Francisco Ferraz de Almeida. Tiveram 3 filhos:

4-1 **MARIA DE ALMEIDA** nascida aos 22-NOV-1875.

4-2 **TEOLINDA DE ALMEIDA** nascida aos 12-ABR-1877.

4-3 **ANTÔNIO BASÍLIO DE VASCONCELLOS**

3-4 **ANTÔNIO BASÍLIO DE VASCONCELLOS BARROS** foi casado em primeiras núpcias com Francisca Damásio dos Santos e em segundas núpcias com Maria Luísa de Camargo. Teve 11 filhos, sendo:

Com a primeira esposa Francisca:

4-1 **MARIA C. DE VASCONCELLOS BARROS**

4-2 **OSCAR DE VASCONCELLOS BARROS** nasceu em 24-OUT-1872 em Jundiáí/SP e faleceu em São José do Rio Pardo/SP no dia 12-ABR-1932. Casou-se em 17-ABR-1902, em São José do Rio Pardo, com Lídia Odorina Smith, filha do imigrante americano Alfred Preston Smith e Isabel Libania Rodrigues. Lídia nasceu em Casa Branca/SP no dia 17-ABR-1884 e faleceu em São José do Rio Pardo/SP aos 12-MAR-1950. Oscar foi administrador da Fazenda Tubaca⁵ neste mesmo município, onde, entre 1905 e 1922, nasceram todos os seus 9 filhos: Agenor Smith de Vasconcellos, Dulce Vasconcellos Barros, Paulo Vasconcellos Barros, Clarisvaldo Smith Vasconcellos, Marilda Smith Vasconcellos, Aracy Smith Vasconcellos, Zilda Smith Vasconcellos, Jair Smith Vasconcellos e Nadira Smith Vasconcellos.

4-3 **JUVENAL DE VASCONCELLOS BARROS**

Com a segunda esposa Maria Luísa de Camargo:

4-4 **JOSÉ R. DE VASCONCELLOS BARROS**

⁵ Curiosamente a Fazenda Tubaca atualmente é de propriedade e onde reside desde 1960 o autor Sr. Eduardo Roxo Nobre. A fazenda é de propriedade da família há 7 gerações, desde 1870.

4-5 ALZIRA BARROS

4-6 ANTÔNIO BASÍLIO DE VASCONCELLOS BARROS nasceu em 18-ABR-1873. Assinou a ata da Convenção de Itu/SP representando Jundiáí.

4-7 ANTONIETTA BARROS

4-8 MANUEL BARROS

4-9 TEOLINDA BARROS

4-10 SEBASTIÃO BARROS

4-11 MARIA BARROS

3-5 JOSÉ BASÍLIO DE VASCONCELLOS PAYAGUÁ

3-6 ANTÔNIO BASÍLIO DE BARROS

3-7 MARIA JOAQUINA DE CAMARGO BARROS

3-8 HERMANTINA JORGE DE BARROS

3-9 AUGUSTA DE SOUZA

2-6 CARLOS NARDY DE VASCONCELLOS

§5 FRANCISCO DE PAULA MESQUITA

1-5 FRANCISCO DE PAULA MESQUITA nasceu em 07-JUL-1801, na cidade de Itu/SP. Faleceu solteiro.

§6 ÂNGELA ROSA DE MESQUITA

1-6 ÂNGELA ROSA DE MESQUITA nasceu em 20-OUT-1802, na cidade de Itu/SP. Faleceu solteira.

§7 ELIZEA GUILHERMINA DE MESQUITA BARROS

1-7 ELIZEA GUILHERMINA DE MESQUITA BARROS nasceu em 24-

AGO-1804, na cidade de Itu/SP, onde faleceu aos 19-OUT-1834 com apenas 30 anos. Casou em sua cidade natal, no ano de 1819, com seu tio Joaquim Floriano de Barros, irmão de sua mãe, nascido no ano de 1796 e falecido em Itu/SP no dia 05-MAR-1831. Tiveram 5 filhos:

2-1 **MARIA DE BARROS** nascida no ano de 1821.

2-2 **JOAQUIM DE MESQUITA BARROS** nascido no ano de 1823 e falecido no dia 15-DEZ-1823 com aproximadamente 2 meses de idade.

2-3 **ÂNGELA GUILHERMINA DE MESQUITA BARROS** nasceu em 23-NOV-1824 e faleceu no dia 16-DEZ-1913, ambos em Itu/SP, mesma cidade em que se casou com seu primo Coronel Francisco Fernando Paes de Barros, aos 05-ABR-1842. Francisco era agricultor de café e cana nos arredores de Salto de Itu/SP, inicialmente na Fazenda Milha e depois na Fazenda Morro Vermelho. Foi influente chefe político e exerceu de forma enérgica e austera o cargo de Delegado de Polícia em Capivari/SP e ficou muito conhecido e respeitado como “Delegado Chico Fernando”, nascido em 1824, faleceu em Itu/SP aos 07-JAN-1902. Tiveram 3 filhos:

3-1 **JOAQUIM FERNANDO DE BARROS** nascido em 1845 e falecido em Barretos/SP no dia 02-ABR-1901. Foi casado com sua prima Maria Cândida de Barros, filha de Bento Paes de Barros e Maria Elisa Correa de Barros, nascida em 1859 e falecida no dia 24-DEZ-1917. Foi um dos primeiros a explorar o sertão da Serra dos Agudos, deputado provincial no período de 1870 a 1871 e Juiz de Direito em Barretos. Tiveram 8 filhos:

4-1 **FRANCISCO FERNANDO DE BARROS NETO** nascido em Capivari/SP aos 09-NOV-1868 e falecido no dia 15-MAIO-1927 em São Paulo/SP. Foi casado com sua parente Maria Paes de Barros, filha de Rafael Paes de Barros e Francisca de Azevedo Barros. Nasceu em Itu/SP no dia 20-AGO-1868 e faleceu em São Paulo/SP aos 28-JUL-1930. Tiveram 3 filhos Marcelo Paes de Barros, Carlos Fernando de Barros e Ramiro Paes de Barros.

4-2 **FERNANDO JORGE DE BARROS** nascido no ano de 1879 e falecido em setembro de 1914. Casou-se em 06-MAIO-1905 com Eutália de Barros Souza, filha de Bento José de Souza e Ana Cândida de Barros Souza, nascida em 1884 e falecida no Rio de Janeiro/RJ, aos 26-JAN-1944. Tiveram 3 filhos: Clovis de Souza Barros, Silvia de Souza Barros e Elsa de Souza Barros.

4-3 **ANA CÂNDIDA DE BARROS**

4-4 MARIA ELISA DE BARROS**4-5 MARIA ÂNGELA DE BARROS****4-6 MARIA JORGE DE BARROS****4-7 BENTO DE BARROS****4-8 JOAQUIM FERNANDO DE BARROS**

3-2 FERNANDO PAES DE BARROS nascido em Itu/SP aos 04 de agosto 1858 e falecido em São Paulo/SP no dia 06-JUN-1925. Foi casado com Rafaela de Paula Sousa, filha do Conselheiro Antônio Francisco de Paula Sousa, nascida em 08-FEV-1858 e falecida no dia 09-JAN-1928. Formou-se engenheiro nos Estados Unidos, na faculdade de Syracuse. Tiveram 5 filhos:

4-1 RAFAELA PAES DE BARROS nasceu em 08-JUL-1884 na cidade de São Paulo/SP.

4-2 MARIA ÂNGELA PAES DE BARROS nascida aos 16-JAN-1889.

4-3 CEZINA PAES DE BARROS nascida no dia 03-AGO-1890.

4-4 DIOGO PAES DE BARROS nascido aos 19-AGO-1896.

4-5 ANTONIA PAES DE BARROS, falecida na infância.

3-3 FRANCISCO FERNANDO DE BARROS JUNIOR nasceu em Itu/SP e faleceu em Salto de Itu/SP no dia 02-NOV-1918. Poucos meses após regressar de longo período nos Estados Unidos onde cursou engenharia na faculdade de Syracuse, casou-se aos 09-SET-1879 em Itu/SP com sua prima Maria Alexandrina de Barros nascida em 1861 e falecida no dia 17-DEZ-1936 em Campinas/SP. Francisco foi um republicano histórico. Fundou em Salto de Itu/SP, atual cidade de Salto, o Clube Republicano 14 de julho. Instalou em Salto importante fábrica de tecidos, com o advento da república foi deputado estadual em várias legislaturas. O casal teve 2 filhos:

4-1 ALÍPIA DE BARROS, falecida na infância.

4-2 ALEXANDRE LUÍS DE ALMEIDA BARROS faleceu em São Paulo/SP aos 13-NOV-1943. Foi casado com Emília da Fonseca, falecida em Campinas no dia 06-SET-1975, era filha de José Manuel da Fonseca e Maria Inês da Costa Carvalho. Tiveram 15 filhos: Roberto Fonseca de Barros, José Fonseca de Barros, Paulo Fonseca de Barros, Maria Cecília Fonseca de Barros, Maria Inês Fonseca de Barros, Alípi

Fonseca de Barros, Mario Fonseca de Barros, Marina Fonseca de Barros, Fernando Fonseca de Barros, Alexandre Luis Fonseca de Barros, Emília Fonseca de Barros, Zélia Fonseca de Barros, Geraldo Fonseca de Barros, Francisco Fonseca de Barros e Marcilio Fonseca de Barros.

2-4 **AUGUSTA DE MESQUITA BARROS** nasceu aos 28-DEZ-1824 e faleceu em março de 1825 com apenas 3 meses de idade.

2-5 **JOAQUIM FLORIANO DE MESQUITA BARROS** nasceu em 22-DEZ-1825 na cidade de Itú/SP. Foram seus padrinhos o Padre Diogo Antônio Feijó e Dona Ângela de Mesquita (que também assina Ângela Ribeiro de Cerqueira) Casou-se com Ana Luísa de Campos Ferraz, filha de Feliciano Mendes Ferraz e Maria Theresa de Campos Bicudo. Faleceu no dia 21-JUN-1908 em Itú/SP. Tiveram 9 filhos:

3-1 **FELICIANO MENDES DE MESQUITA BARROS** nasceu no dia 03-ABR-1815 em Itú/SP, era engenheiro e faleceu em sua fazenda no município de Muriaé/MG aos 10-MAR-1899. Casou-se no Rio de Janeiro/RJ em 19-OUT-1876 com Maria da Glória de Toledo Figueiredo, filha de Affonso Celso de Figueiredo e Francisca de Paula Toledo, nascida em Ouro Preto/MG no dia 15-JUN-1861 e falecida no Rio de Janeiro/RJ aos 19-MAR-1916. Tiveram 8 filhos:

4-1 **MERCEDES DE MESQUITA BARROS** nasceu no Rio de Janeiro/RJ aos 17-JAN-1886. Casou-se na mesma cidade no dia 25-JUL-1907 com Artur de Toledo Dodsworth, que nasceu também no Rio de Janeiro/RJ no dia 27-OUT-1871, filho de Jorge João Dodsworth e Carlota de Toledo e faleceu em 12-SET-1917. Tiveram 2 filhas: Maria da Glória Dodsworth e Silvia de Barros Dodsworth.

4-2 **GASTÃO AFFONSO DE MESQUITA BARROS** nasceu no Rio de Janeiro/RJ no dia 01-AGO-1887, onde também faleceu aos 13-JUL-1952. Foi casado com Elisa de Melo Trindade, nascida em Ponta Porã/MS aos 17-JUL-1887. Tiveram 5 filhos: Feliciano Antônio de Mesquita Barros, Marina de Mesquita Barros, Gilda de Mesquita Barros, Glória Ligia de Mesquita Barros e Beatriz de Mesquita Barros.

4-3 **MARIA DA GLÓRIA DE MESQUITA BARROS** nasceu no dia 05-JUL-1891 no Rio de Janeiro/RJ. Foi casada com Oton de Araujo Lima, nascido aos 07-OUT-1891. Tiveram 4 filhos: Roberto de Araujo Lima, Victor de Araujo Lima, Paulo de Araujo Lima e Rute de Araujo Lima.

4-4 **MARCILIA AFFONSO DE MESQUITA BARROS** nasceu no

dia 22-MAIO-1894 no Rio de Janeiro/RJ, onde também faleceu aos 30-SET-1951. Em 18-DEZ-1934 casou-se no Rio de Janeiro/RJ com Francisco Bevilacqua, nascido em São Paulo/SP em 22-MAIO-1892. Francisco era filho de Vicente Bevilacqua e Julia Santini Salvador.

4-5 **ZÉLIA DE MESQUITA BARROS** nasceu em Petrópolis em 11-NOV-1895. Casou-se em 16-JAN-1924 no Rio de Janeiro/RJ com Olavo Novais da Silva, filho de Alexandre Ribeiro da Silva e Maria Isabel de Novais. Tiveram 2 filhos: Zélio da Silva e Lizéa da Silva.

4-6 **CELSO DE MESQUITA BARROS**, falecido na infância.

4-7 **VICTOR DE MESQUITA BARROS**, falecido na infância.

4-8 **FELICIANO DE MESQUITA BARROS**.

3-2 **ELISEA DE MESQUITA BARROS** nasceu em Itu/SP aos 24-MAR-1853.

3-3 **JOAQUIM AUGUSTO DE MESQUITA BARROS** nasceu em 1856 e faleceu solteiro em Itu/SP no dia 17-OUT-1886.

3-4 **FRANCISCO DE MESQUITA BARROS** nasceu em 06-OUT-1859 em Itu/SP e faleceu em São Paulo/SP aos 06-JUL-1928. Casou com Maria Fausta da Fontoura em Bragança Paulista/SP no dia 22-JAN-1891. Maria Fausta era filha de Gabriel da Silveira Vasconcellos e Francisca Fontoura e faleceu em Itu/SP aos 10-NOV-1903. Tiveram 7 filhos:

4-1 **CASSIO DE MESQUITA BARROS** nasceu em Itu/SP no ano de 1903 e faleceu em São Paulo/SP aos 26-NOV-1979. Foi casado com Judith Penteado. Tiveram 2 filhos: Cassio de Mesquita Barros Junior e Álvaro Penteado de Mesquita Barros

4-2 **DULCE DE MESQUITA BARROS** faleceu em São Paulo/SP no dia 26-AGO-1986. Foi casada com Alexandre Tognollo.

4-3 **FABIO DE MESQUITA BARROS** nasceu em 1907 e faleceu em Colina/SP no dia 15-SET-1958. Foi casado com Alda Marcondes. Tiveram 2 filhos: Fabio de Mesquita Barros Junior e Celia de Mesquita Barros.

4-4 **MARIA DE LOURDES DE MESQUITA BARROS** nasceu em 1912 e faleceu em São Paulo/SP aos 31-DEZ-1993. Foi casada com Bráslcio Pereira de Souza. Tiveram 1 filho: Marcelo Pereira de Souza.

4-5 **JOAQUIM DE MESQUITA BARROS**

4-6 JOSÉ DE MESQUITA BARROS

4-7 OLAVO DE MESQUITA BARROS

3-5 **ANTÔNIO CARMELINO DE MESQUITA BARROS** nasceu em Itu/SP no dia 16-JUN-1861. Casou-se com Lavinia Paes de Barros, filha de Rafael de Aguiar de Barros e Francisca de Azevedo, falecida em São Paulo/SP aos 04-JUN-1942. Tiveram 2 filhos:

4-1 **RAUL DE MESQUITA BARROS** nasceu em São Paulo/SP no dia 02-SET-1893 e foi batizado na Igreja Santa Efigênia.

4-2 CARMELINA DE MESQUITA BARROS

3-6 **JOSÉ DE MESQUITA BARROS** nasceu em Itu/SP no dia 28-JUN-1863. Faleceu em Santa Cruz do Rio Pardo/SP aos 20-JUN-1921. Casou-se com Cecília de Mello Oliveira. Tiveram 1 filho:

4-1 LUÍS ANTÔNIO DE MESQUITA

3-7 **ANAALBERTINA DE MESQUITA BARROS** nasceu aos 13-MAR-1868.

3-8 **MARIA AMÁLIA DE MESQUITA BARROS** faleceu em São Paulo/SP no dia 24-DEZ-1927. Casou-se com Pedro Alexandrino Rangel de Quadros Aranha, nascido em 1844 e falecido aos 09-MAR-1944. Era filho do Alferes João Dias Aranha e Ana Cândida do Amaral. Tiveram 3 filhos:

4-1 **MARIA AMÁLIA ARANHA PEREIRA** nascida em Itu/SP aos 08-MAIO-1873. Foi casada com Antônio Veriano Pereira. Tiveram 1 filha: Maria de Lourdes Aranha Pereira

4-2 LUÍS ARANHA

4-3 IZAURA DE BARROS ARANHA

3-9 JOÃO DE MESQUITA BARROS

§8 ANTÔNIO JOSÉ DE MESQUITA

1-8 **ANTÔNIO JOSÉ DE MESQUITA**, mais tarde também conhecido como **ANTÔNIO DE MESQUITA BARROS**, nasceu em 1807 em Itu/SP e faleceu nesta mesma cidade no dia 10-JAN-1839, onde também teve curso seu inventário. Casou-se em 1839, com Gabriella Emilia da Costa Aguiar, filha do Coronel João Xavier da Costa e Ana Joaquina de Barros, também em Itu/SP. Tiveram 8 filhos:

2-1 **GABRIELLA DE AGUIAR MESQUITA** nasceu em Itu/SP aos 12-ABR-1840.

2-2 **ANTÔNIO JOSÉ DE MESQUITA BARROS** nasceu em 1843 e faleceu solteiro.

2-3 **JOÃO BATISTA DE AGUIAR MESQUITA** nasceu no dia 12-OUT-1846 em Itu/SP.

2-4 **ÂNGELA DE AGUIAR MESQUITA**

2-5 **BENTO JOSÉ DE AGUIAR MESQUITA** nasceu em 08-MAIO-1853 em Itu/SP. Casou-se com Elisa Avelina Ferraz. Tiveram 5 filhos:

3-1 **FRANCISCO ANTÔNIO FERRAZ DE MESQUITA**

3-2 **MARIA ELISA DE MESQUITA**

3-3 **ANA ELISA DE MESQUITA**

3-4 **FRANCISCA FERRAZ DE MESQUITA**

3-5 **MARIA JOSÉ MARQUES DE MESQUITA**

2-6 **LUÍS ANTÔNIO DE MESQUITA BARROS** nasceu em 08-MAIO-1853, em Itu/SP, e foi casado com Joséphina Teixeira da Fonseca.

2-7 **AUGUSTO BARROS** nasceu em Itu/SP aos 03-ABR-1854.

2-8 **ANA DE AGUIAR MESQUITA** nascida no ano de 1857 em Itu/SP.

§9 **LUÍS DE MESQUITA BARROS**

1-9 **LUÍS DE MESQUITA BARROS** nasceu em 1810 em Itu/SP. Faleceu nesta mesma cidade aos 10-SET-1879. Casou-se em Itu/SP, em 03-ABR-1839, com Clara de Paula Souza, que era filha do Conselheiro Francisco de Paula Sousa e Mello e Maria de Barros Leite. Foi vereador de Indaiatuba/SP no ano de 1844. Tiveram 11 filhos:

2-1 **LUÍS DE MESQUITA BARROS** nasceu em Itu/SP aos 15-MAR-1846. Foram seus padrinhos Antônio Francisco de Paula Sousa e sua mulher Maria Rafaela de Sousa. Faleceu solteiro.

2-2 **MANUEL DE MESQUITA BARROS** nasceu em Itu/SP em 1848, onde também faleceu no dia 08-ABR-1918. Foram seus padrinhos Manuel José de Mesquita e Ângela Ribeiro por procuração de Maria de Barros Souza. Faleceu solteiro.

2-3 **CLARA DE SOUSA MESQUITA** nasceu em Itu/SP aos 21-JAN-1850. Foram seus padrinhos Antônio de Mesquita e Maria Paula de Sousa. Faleceu em menoridade.

2-4 **ÂNGELA DE SOUSA MESQUITA** nasceu em 21-ABR-1851. Faleceu solteira.

2-5 **ELIZEA DE SOUSA MESQUITA** nasceu em Itu/SP no dia 05-AGO-1853. Faleceu nesta mesma cidade aos 20-NOV-1902. Foram seus padrinhos Major Antônio e Gertrudes de Mesquita Barros.

2-6 **EVANGELINA DE SOUSA MESQUITA** nasceu em 1857. Faleceu solteira.

2-7 **GASTÃO DE SOUZA MESQUITA** nasceu em 26-ABR-1858 em Itu/SP. Faleceu no Hotel Avenida, no Rio de Janeiro/RJ no dia 28-AGO-1929. Casou-se em fevereiro de 1887 com Elisa de Abreu Ferraz na cidade de Limeira. Elisa era filha de José Ferraz de Camargo e Ana Severina de Abreu e nasceu em Limeira/SP no dia 25-JAN-1869. Gastão graduou-se em direito na então Faculdade de Direito de São Paulo, atual São Francisco/USP. Era convicto republicano e ainda jovem assinou a Convenção de Itu, fazendo as vezes de seu pai, republicano histórico que estava adoentando na ocasião e não pode comparecer ao congresso. Após sua formatura abriu seu escritório de advocacia em Limeira, onde também serviu como promotor interino, sendo nomeado Juiz Municipal de Limeira em 1887. Durante a primeira república foi nomeado intendente de Limeira durante o governo provisório e depois Juiz de Direito da Comarca de Limeira. Posteriormente assumiu a Vara Criminal da Capital, São Paulo, e depois foi nomeado Ministro do Tribunal de Justiça, cargo em que permaneceu até sua aposentadoria em 1928. (É trisavô do coautor Gastão Mesquita Filho). Tiveram 5 filhos:

3-1 **LUÍS FERRAZ DE MESQUITA** nasceu em 1890 em Piracicaba/SP e faleceu em Lucélia/SP, cidade que fundou em 15-NOV-1960. Casou em 1920 com Cecília de Moraes Mendes, nascida em São Paulo/SP no dia 01-JUN-1896, onde também faleceu aos 30-MAIO-1986. Tiveram 12 filhos:

4-1 **OTÁVIO MENDES MESQUITA** nascido aos 23-DEZ-1922 e falecido em São Paulo aos 26-FEV-1974. Foi casado com Adília Yazaki. Tiveram 6 filhos: Maria do Carmo Mesquita, Otávio Mesquita, Odilon Mesquita, Maria de Lourdes Mesquita, João Mesquita e Andre Mesquita.

4-2 **MANUEL MENDES MESQUITA** nasceu em São Paulo em 23-ABR-1924 e falecido nesta mesma cidade aos 26-FEV-1996. Foi casado com Ana Laís Prince da Costa.

4-3 **CARLOS MENDES MESQUITA** nasceu em São Paulo no dia 03-ABR-1925. Faleceu em Campinas/SP aos 29-AGO-1999. Foi casado com Diva Coelho.

4-4 **ELISA MENDES MESQUITA** nasceu em 16-ABR-1928 e faleceu em São José do Rio Preto/SP aos 29-JUL-1975. Casou-se com Sergio Pinto Cesar, nascido no ano de 1926 e falecido em 2004.

4-5 **MARIO MENDES MESQUITA** nasceu em 09-NOV-1928 e faleceu em São Paulo/SP aos 22-MAIO-2015. Foi casado com Myriam Mauro.

4-6 **CECILIA MESQUITA** nasceu em dezembro de 1933 e faleceu aos 22-SET-1934.

4-7 **RUTH MENDES MESQUITA** nasceu em São Paulo/SP em 29-ABR-1935, onde também faleceu aos 14-AGO-1999. Foi casada com Francisco Reynaldo de Arruda Camargo, nascido em 19-JUL-1929 em São Paulo/SP e falecido nesta mesma cidade aos 17-AGO-2011. Tiveram 1 filha: Cecilia Mesquita de Arruda Camargo.

4-8 **PEDRO MESQUITA** faleceu ainda criança em 14-OUT-1937 em São Paulo/SP.

4-9 **MARIA MARTA MENDES MESQUITA** foi casada com Jesualdo Pinto Cesar.

4-10 **LUÍS FERRAZ DE MESQUITA FILHO**

4-11 **RUBENS MENDES MESQUITA** foi casado com Agar Reis Ribeiro. Tiveram 4 filhas: Patricia Ribeiro Mesquita, Denise Ribeiro Mesquita, Heloisa Ribeiro Mesquita e Claudia Ribeiro Mesquita.

4-12 **ANA MARIA MENDES MESQUITA** foi casada com Claudio Fagundes Saraiva. Tiveram 3 filhos: Claudio Fagundes Saraiva, Marcelo Mesquita Saraiva e Flavio Mesquita Saraiva.

3-2 **NAIR FERRAZ DE MESQUITA** nasceu em 25-SET-1892 e faleceu em São Paulo/SP no dia 12-NOV-1977. Casou-se no dia 24-JAN-1913 em São Paulo/SP com Francisco Xavier Paes de Barros Filho, filho de Francisco Xavier Paes de Barros e Francisca Paes de Barros, e falecido aos

20-ABR-1940.

3-3 **GASTÃO DE SOUZA MESQUITA FILHO** nasceu em Limeira/SP no dia 18-ABR-1895 e falecido aos 12-JUL-1979, em São Paulo/SP, onde está sepultado no Cemitério da Consolação. Casou-se no dia 06-DEZ-1921 em São Paulo/SP com Isaura de Moraes Barros, filha de Antônio de Moraes Barros e Isaura Ferraz de Almeida. Isaura nasceu em Piracicaba/SP no dia 14-JUN-1900 e faleceu em São Paulo/SP no dia 19 de junho 1988. Gastão formou-se engenheiro na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, participou da Revolução de 1932, esteve envolvido com a construção de estrada de ferro ligando Ourinhos/SP a Cambará/PR e juntamente com outros investidores adquiriu a Cia. de Terras Norte do Paraná que colonizou 540 mil alqueires naquele Estado, sendo responsável pela fundação de 64 cidades na região. Tiveram 4 filhos:

4-1 **MARINA DE MORAES BARROS MESQUITA** nasceu em São Paulo/SP no dia 12-JAN-1923 e faleceu nesta mesma cidade no dia 09-OUT-2015. Casou-se com Paulo Nelson Pereira no dia 25-NOV-1953. Paulo nasceu em Tatuí/SP no dia 24-JAN-1923 e faleceu em São Paulo/SP no dia 23-ABR-2011. Tiveram 2 filhas: Maria Isabel Mesquita Pereira e Isaura Mesquita Pereira

4-2 **GASTÃO DE SOUZA MESQUITA NETO** nasceu em Chavantes/SP no dia 01-SET-1924 e faleceu em São Paulo/SP no dia 26-JUN-1999. Foi sepultado no Cemitério do Morumbi. Casou-se em 23-DEZ-1949 com Beatriz Guimarães de Oliva, nascida no dia 05-JAN-1925 em São Paulo, onde faleceu aos 24-OUT-2001, era filha de Roberto Dias de Oliva e Zilda Guimarães. Foi sepultada no Cemitério do Morumbi. Tiveram 4 filhos: Suzana de Oliva Mesquita, Gastão de Souza Mesquita, Lúcia de Oliva Mesquita e Roberto de Oliva Mesquita.

4-3 **CORA DE MORAES BARROS MESQUITA** nasceu em São Paulo/SP no dia 21-JAN-1926. Casou-se com Luís Branco Junior. Tiveram uma filha, Cora Mesquita Branco.

4-4 **ISAURA DE MORAES BARROS MESQUITA** nasceu em 1927 em São Paulo/SP. Faleceu nesta mesma cidade aos 21-DEZ-2010. Foi casada com Jorge Bello. Teve uma filha: Dora Mesquita Bello.

3-4 **RAUL FERRAZ DE MESQUITA** nasceu em 25-JAN-1900 em Limeira/SP e faleceu em 24-NOV-1982 em São Paulo/SP e está sepultado no Cemitério da Quarta Parada nesta mesma cidade. Foi batizado em Limeira

no dia 18-FEV-1900, tendo sido seus padrinhos Arthur Sampaio e Candida Ferraz Sampaio. Casou-se no Rio de Janeiro/RJ em 12-ABR-1954 com Antônia Navarro, nascida no dia 18-JUN-1914 e falecida em 13-OUT-1975, ambos em São Paulo/SP.

3-5 PAULO FERRAZ DE MESQUITA nasceu em Limeira/SP aos 07-OUT-1902. Casou-se dia 10-NOV-1935 com Zillah Barreto, nascida dia 03-MAR-1911 em Amparo/SP e falecida aos 20-MAIO-1991. Paulo faleceu dia 17-JUN-1985. Foi combatente da Revolução de 1932, ocasião em que foi dado como falecido em combate, conforme publicado no jornal O Estado de São Paulo do dia 27-SET-1932, dando conta que no dia 12 de setembro daquele ano, Paulo teria voluntariamente se incorporado a um grupo de metralhadoras pesadas e tombado em combate em decorrência de ferimentos causados por estilhaço de uma granada. Paulo por ser engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e estar cursando o segundo ano da faculdade de medicina, foi inicialmente designado como auxiliar do delegado técnico de Ourinhos/SP, mas ansioso para tomar parte mais ativamente no combate pediu e obteve transferência para Chavantes. *“Ali, não se conformou com a calma daquela região e, sem a licença devida de seus superiores, uniu-se a um batalhão que ia para a linha de fogo. A volta, foi preso por indisciplina e, depois, regularizou sua situação, incorporando-se a um grupo de metralhadoras pesadas.”* (O Estado de São Paulo, 27-SET-1932)

2-8 ISABEL DE SOUSA MESQUITA nasceu em 09-JUN-1860 em Itu/SP e faleceu aos 04-JUN-1935 em São Paulo/SP. Foram seus padrinhos de batismo Joaquim Francisco de Paula Sousa e Gertrudes Antonia de Paula Sousa. Casou-se com Brazilico Lopes Paes de Barros no dia 19-AGO-1879 em Itu/SP. Brazilico faleceu em 08-JAN-1912. Tiveram 11 filhos:

3-1 DULCILIA PAES DE BARROS nascida em 1895 em Sorocaba/SP, casou-se em 1917 com Frederico Rudolpho Herminio Schroeder, nascido em 1896 em São Paulo/SP e filho de Ricardo Schroeder e Sofia Maria.

3-2 LUÍS GONZAGA PAES DE BARROS nasceu em 26-OUT-1898 em São Manoel/SP. Casou-se com Maria Augusta Tavares.

3-3 MANUEL PAES DE BARROS nasceu em 23-OUT-1900 em São Manoel/SP. Casou-se com Eurydice Hervey Costa.

3-4 CLARICE DE BARROS

3-5 BRASILICA DE BARROS

3-6 MARIA OLEZIA DE BARROS

3-7 **ÂNGELA PAES DE BARROS** casou-se em 17-JAN-1913 com José Guimarães Couto.

3-8 **ANA PAES DE BARROS** casou-se em 1921 com Emilio Reichert Junior.

3-9 ISABEL DE BARROS

3-10 **EUTÁLIA BENEDICTA PAES DE BARROS** casou-se em 04-SET-1918 com Adolfo Eduardo Killian Kesselring, filho de Jean Jacques Kesselring.

3-11 VIOLETA PAES DE BARROS

2-9 **MARIA LUÍSA DE SOUSA MESQUITA** nasceu em Itu/SP no dia 15-MAIO-1862. Faleceu solteira.

2-10 **FRANCISCO BARROS**, faleceu solteiro.

2-11 **FRANCISCA PAULINA DE MESQUITA**, faleceu solteira.

§10 JOAQUIM DE MESQUITA

1-10 **JOAQUIM DE MESQUITA** nasceu em 1810 em Itu/SP e faleceu na mesma cidade aos 24-FEV-1811. Do livro de registro de óbitos, no qual foi registrado seu falecimento consta que “faleceu de lombrigas” e foi sepultado no Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, em Itu/SP.

§11 MARIA MIQUELINA DE MESQUITA

1-11 **MARIA MIQUELINA DE MESQUITA** nasceu em 1811.

AGRADECIMENTO

Nossos especiais agradecimentos a parente Ana Lúcia Tinoco Cabral pela minuciosa revisão do texto e dos descendentes do tronco Mesquita Sampaio Almeida Prado.

FONTES CONSULTADAS

- **Arquivo do Museu Republicano de Itu. Universidade de São Paulo.**

- **Livros:**

BIRMINGHAM, David. *História Concisa de Portugal*. Edipro. 2015

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo – Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Mauad Editora. Rio de Janeiro. 2008

JUNQUEIRA DE MATTOS, José Américo. *Família Junqueira*. 2004

NARDY FILHO, Francisco. *A Cidade de Itú*. 1930

SILVA LEME, Luis Gonzaga. *Genealogia Paulistana*. Duprat & Comp. 1904. São Paulo

- **Sítios na internet:**

BOTELHO, José Aluísio. **ROCHA**, Eduardo. Artigo: Pioneiros do Arraial do Ouro – Os Araujo Mesquita *de Paracatu*. <https://araposadachapada.blogspot.com/2018-JUL-pioneiros-do-arraial-do-ouro-24-araujo.html>

Family Search <https://www.familysearch.org>

Sítio do Município de Cabeceiras de Bastos <https://cabeceirasdebasto.pt/cultura-memorias-paroquiais-avite>

JOAQUIM DINIZ: PERCURSO MILITAR, ASCENDÊNCIA E DESCENDÊNCIA

Francisco Montanha Rebello¹

Resumo: *descrição do percurso militar de Joaquim Diniz, bisavô do autor, entre 1905 e 1942. Sua ascendência e descendência.*

Abstract: *description of the military career of Joaquim Diniz, the author's great-grandfather, between 1905 and 1942. His ancestors and descendants.*



Figura nº1: Joaquim Diniz.

I – NASCIMENTO

1888 – Joaquim Diniz foi baptizado a 12 de agosto de 1888 na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, lugar das Lapas, concelho de Torres Novas, Patriarcado de Lisboa, sendo padrinho Joaquim dos Reis César Lima, mestre geral da Fábrica de Tecidos (...), casado, e madrinha Nossa Senhora, tocando com a prenda

¹ Licenciado em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), sócio agregado do Instituto Português de Heráldica (IPH), sócio efectivo da Associação Portuguesa de Genealogia (APG), sócio da Associação dos Amigos da Torre do Tombo (AATT) e da Associação da Nobreza Histórica de Portugal (APNHP).

Francisco Luís, trabalhador, solteiro².



Figura n.º2: igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, lugar das Lapas, Torres Novas³.

II – O PERCURSO MILITAR

1905 – Joaquim Diniz assentou praça em fevereiro. Entre 23 de fevereiro e 6 de outubro esteve de serviço ao quartel do Corpo de Marinheiros, sendo 2º Grumete⁴. Entre 6 de outubro de 1905 e 24 de abril de 1906 faz parte da guarnição da Fragata D. Fernando e Glória⁵.

² Arquivo Distrital de Santarém, livro de Batizados do ano de 1888, assento nº18.

³ <https://www.allaboutportugal.pt/pt/torres-novas/monumentos/igreja-paroquial-de-nossa-senhora-da-graca-2>

⁴ Segundo-grumete - posto de praça não graduada, equivalente a soldado do Exército ou da Força Aérea; <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grumete>

⁵ A D. Fernando foi o último navio de guerra inteiramente à vela da Marinha Portuguesa. Foi construída em Damão, na Índia Portuguesa, sob a supervisão do engenheiro construtor naval Gil José da Conceição, por uma equipa de operários indianos e portugueses, liderados pelo mouro Yadó Semogi. Na sua construção foi usada madeira de teca de Nagar-Aveli. Depois do lançamento ao mar, em 22 de outubro de 1843, o navio foi rebocado para Goa onde foi aparelhado. O navio foi baptizado em homenagem ao Casal Real Português, o rei-consorte D. Fernando II e a Rainha D. Maria II, cujo nome próprio era Maria da Glória. O “Glória” do seu nome também



Figura nº3: Fragata D. Fernando e Glória.

1906 – Em 14 de fevereiro é promovido a 1º Grumete. Em 23 de abril é promovido a Grumete-Artilheiro. De 24 de abril a 5 de agosto faz parte da guarnição do Cruzador Adamastor. De 5 a 10 de agosto embarca na Fragata D. Fernando e Glória. De 10 de agosto de 1906 a 4 de janeiro de 1907 volta a embarcar no

se referia à sua santa protetora, [Nossa Senhora da Glória](#), de especial devoção entre os Goeses. O navio estava armado com 50 bocas de fogo, com 28 na [bateria](#) e 22 no [convés](#). A sua viagem inaugural, de Goa a [Lisboa](#), decorreu entre [2 de fevereiro](#) e [4 de julho](#) de 1845. A D. Fernando navegou durante 33 anos, percorrendo cerca de 100 000 [milhas](#), correspondentes a, quase, cinco voltas ao mundo. Foi empregue no transporte de tropas, colonos e degredados para [Angola](#), [Índia](#) e [Moçambique](#). Participou em operações navais de guerra no [Ultramar Português](#). Apoiou a expedição de [Silva Porto](#) de ligação terrestre entre [Benguela](#) em Angola e a costa de Moçambique. Em setembro de 1865 a D. Fernando substituiu a nau [Vasco da Gama](#) como Escola de Artilharia Naval, fazendo viagens de instrução até 1878. Nesse ano, fez a sua última missão no mar, realizando uma viagem de instrução de [guarda-marinhas](#) aos [Açores](#). Nessa viagem, ainda conseguiu salvar a tripulação da [barca](#) americana Laurence Boston que se tinha incendiado. A partir daí passou a estar sempre fundeada no [Tejo](#). Em 1938 deixou de servir de Escola Prática de Artilharia Naval, passando a ser utilizada como navio-chefe das Forças Navais no Tejo. Em 1940 cessou o seu uso pela Marinha Portuguesa, sendo a fragata transformada em Obra Social da Fragata D. Fernando, uma instituição social que se destinava a albergar e a dar instrução e treino de marinharia a rapazes oriundos de famílias pobres. Em 1963, um violento incêndio destruiu uma grande parte do navio, ficando abandonado no Tejo. Entre 1992 e 1997 a fragata foi recuperada pela Marinha Portuguesa, recorrendo ao [Arsenal do Alfeite](#) e aos estaleiros Rio-Marine de [Aveiro](#). O navio esteve exposto na [Expo 98](#). Desde então é um navio museu da Marinha Portuguesa, estando actualmente, desde [1 de Março](#) de 2008, em doca seca, em [Cacilhas](#) - [Almada](#), onde tem vindo a receber trabalhos de manutenção.

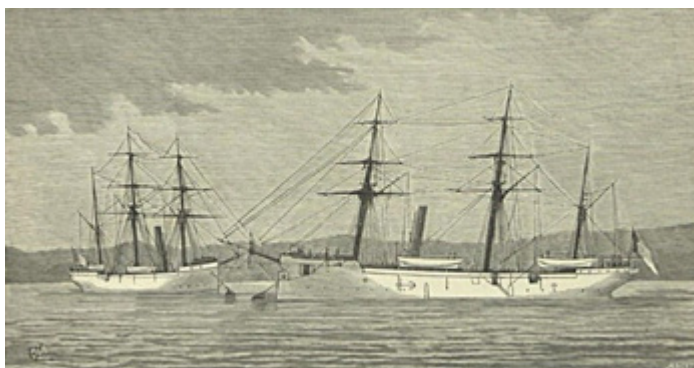
Cruzador Adamastor. Tem 18 anos.



*Figura n.º4: Cruzador Adamastor*⁶.

1907 – De 4 de janeiro a 11 de março está no quartel do Corpo de Marinheiros. Em 31 de janeiro é promovido a 2.º Artilheiro. De 11 de março de 1907 a 30 de junho de 1908 faz parte da guarnição da Canhoneira Liberal. De 15 de julho a 7 de setembro está no Hospital de Marinha.

⁶ Construído nos Estaleiros Navais de Livorno, na Itália em 1896 e financiado pelas receitas provenientes de uma subscrição pública organizada como resposta portuguesa ao ultimato britânico de 1890, o seu custo na altura foi de 381.629.000\$000 de reis (1.900€00, cerca de 8.000.000€00 de euros em valores actuais). O seu primeiro comandante foi o Capitão de Mar-e-Guerra Ferreira do Amaral. O Adamastor desempenhou um papel importante no golpe de 5 de outubro de 1910, que levou à implantação da República Portuguesa, sendo responsável pelo bombardeamento do Palácio Real das Necessidades. Durante o seu período de serviço o Adamastor percorreu em missões de soberania quase todos os territórios ultramarinos portugueses, desde Angola a Timor. Também fez várias visitas oficiais a países estrangeiros, como o Brasil ou o Japão. Na Primeira Guerra Mundial, o Adamastor tomou parte activa nas operações militares contra os alemães, no norte de Moçambique. A 6 de Novembro de 1922 foi feito Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Foi desactivado em 1934 e vendido à Firma F. A. Ramos & C^a., pelo preço de 60.850\$00 (303€51, cerca de 52.000€00 euros em valores actuais). https://pt.wikipedia.org/wiki/NRP_Adamastor



*Figura nº5: Canhoneira Liberal, à direita*⁷.

1908 – De 30 de junho a 16 de setembro, com 20 anos, Joaquim Diniz faz parte da guarnição do Cruzador São Rafael.



*Figura nº 6: Cruzador São Rafael*⁸.

⁷ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Liberal_\(canhoneira\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Liberal_(canhoneira)): A Liberal foi uma canhoneira da Marinha Portuguesa. Foi tida como navio gêmeo a canhoneira Zaire. A canhoneira foi construída em Inglaterra em 1884. A Liberal era uma canhoneira de ferro e madeira de 558 toneladas de deslocamento. Prestou serviços em Angola, Moçambique, Macau, São Tomé e Ajuda. A embarcação naufragou em 22 de junho de 1910, ao bater em algumas rochas no litoral de Angola. Na ocasião o navio transportava o Governador Geral de Angola, tenente-coronel Alves Roçadas e uma força militar que ia fazer a ocupação em regiões ocupadas pelos cuamatos e cuanhamas. O salvamento dos naufragos foi feito pelo vapor Vilhena e do navio transporte África, que estavam no porto de Luanda. Não houve vítimas.

⁸ https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/multimedia_web/Paginas/efemeride-entrada-

De 16 de setembro a 24 de outubro faz parte da guarnição do Cruzador Vasco da Gama⁹.

tejo-cruzadores-s-gabriel-s-rafael-22set20.aspx: EFEMÉRIDE|ENTRADA NO TEJO DOS CRUZADORES S. GABRIEL E S. RAFAEL. FEZ EM 22/09/2020 120 ANOS QUE OS CRUZADORES S. GABRIEL E S. RAFAEL, QUE TIVERAM O INÍCIO DA SUA CONSTRUÇÃO EM 1898 E FORAM ENTREGUES A PORTUGAL EM ESTADO DE COMPLETO ARMAMENTO A 10 DE SETEMBRO DE 1900, ENTRARAM NO TEJO. No primeiro quartel do século XIX a grande revolução estimulada pelo emprego do vapor na propulsão, e do ferro na construção dos navios, alterou radicalmente os meios e os métodos de combate. As fragatas sofreram alterações neste sentido, adquirindo características mistas, ou seja, navegar à vela e vapor. As fragatas, pela sua grande velocidade e bom armamento, eram ideais para missões de escolta e proteção. Mais tarde, surgiram os primeiros cruzadores de ferro. Os cruzadores, no contexto de guerra, encarregavam-se do reconhecimento e apoio direto de uma esquadra. Com o passar do tempo passaram a responder a situações mais diversificadas para além do seu papel clássico no contexto de guerra. Inserido no programa de modernização da Armada, protagonizado pelo ministro da marinha Jacinto Cândido, foram encomendados novos navios que procuravam responder às necessidades lusas no mar. A carta de lei de 21 de maio de 1896 autorizava o Governo à aquisição de 5 navios: os Cruzadores S. Gabriel, S. Rafael, D. Carlos e Rainha D. Amélia, e o Rebocador de alto-mar Bérrio. Estes dois primeiros foram construídos pela Société Anonyme de Forges et Chantiers de la Méditerranée, em Le Havre, França, e coube ao Capitão-de-Fragata Manuel de Azevedo Gomes vigiar a sua construção. O S. Gabriel esteve no ativo de 1898 a 1925 e o S. Rafael de 1898 a 1911, tiveram respetivamente 30 e 12 comandantes. O S. Gabriel e o S. Rafael tinham características muito semelhantes, nomeadamente a nível de motores, tendo duas máquinas de tríplice expansão, verticais, que viabilizavam os 15 nós de velocidade máxima. A potência indicada era de 3000 cavalos-vapor, o fundo dos navios era forrado de madeira e cobre, o casco era de aço e o convés couraçado. Foram os primeiros navios portugueses a usufruírem de recursos tecnológicos de comunicações de radiofusão T.S.F. — Telegrafia Sem Fios. Estes navios realizaram inúmeras missões por todo o mundo, especialmente no contexto ultramarino do Índico, e participaram também em diversas visitas diplomáticas e correspondentes cerimónias de honra. O S. Gabriel, entre 11 de dezembro de 1909 e 20 de abril de 1911, realizou uma viagem de circum-navegação, de orientação oeste para este. Esta viagem demorou 16 meses e 8 dias, foram percorridas 41 981 milhas e gastaram-se 174 556 817 réis, bem como 45 748 toneladas de carvão. O comandante Pinto Basto publicou, em 1912, um livro da viagem a que deu o título Cruzador S. Gabriel — obra esta reeditada em 2018 pela Academia de Marinha.

⁹ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_da_Gama_\(coura%C3%A7ado\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_da_Gama_(coura%C3%A7ado)): Vasco da Gama foi uma corveta couraçada ou, simplesmente, couraçado, operado pela Marinha Portuguesa entre 1878 e 1935. Foi construída pela Thames Iron Works em Londres, lançado em 1876 e concluído em 1878. Serviu como nau capitânia da frota portuguesa durante a maior parte de sua longa e pacífica carreira. Foi reconstruído e modernizado entre 1901 e 1903, onde foi alterado a dimensão, tonelagem e armamento. Já obsoleto na década de 1930, o Vasco da Gama foi finalmente vendido para demolição em 1935.

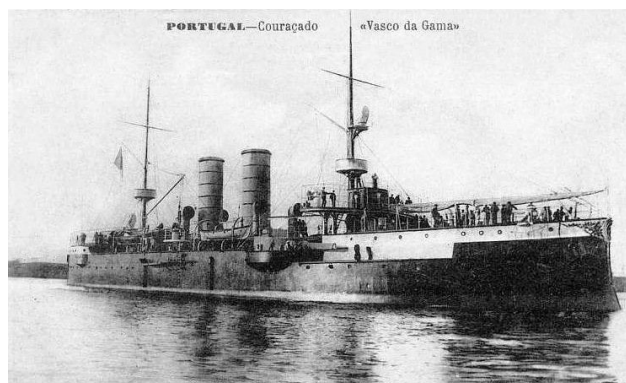


Figura nº 7: Cruzador Vasco da Gama¹⁰.

De 24 a 30 de outubro faz parte da guarnição da Canhoneira Zambeze¹¹.

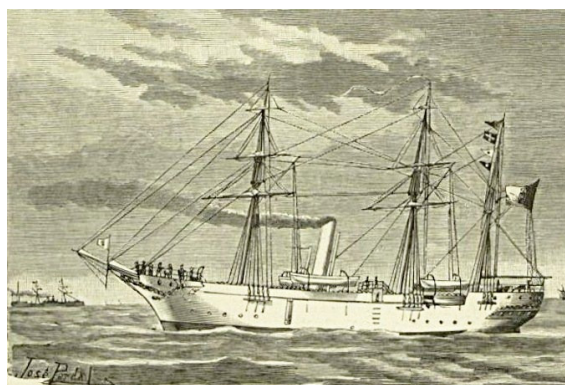


Figura nº 8: Canhoneira Zambeze.

De 30 de outubro de 1908 a 9 de fevereiro de 1911 volta a embarcar no Cruzador Vasco da Gama, fazendo, provavelmente, parte da guarnição de uma das suas peças de artilharia. Este navio estava armado com 2 peças de 203 mm, as de maior calibre

¹⁰ <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/07/marinha-de-guerra-no-sec-xix-1.html>

¹¹ Canhoneira de madeira de 616 t de deslocamento que foi lançada à água em Lisboa em 30 de setembro de 1886. Prestou serviço em Angola, Ajuda, S. Tomé, Cabo Verde e Guiné. Em 1920 foi mandada passar ao estado de completo desarmamento e em 1924 foi vendida por inútil. Esteve ao serviço na Real Marinha de Guerra Portuguesa pelo menos de 1888 a 1910. In Marinha de Guerra Portuguesa: Navios da Armada Real de 1638-1910 XIV

que a marinha portuguesa já teve, e 1 de 150 mm, além de armamento menor¹².

1909 – É agraciado com a medalha comemorativa da obra filantrópica e de socorros prestados por estrangeiros à Itália.

1910 – Em 31 de janeiro, com 22 anos, a bordo do Cruzador Vasco da Gama, é promovido a 1º Artilheiro.

1911 – De 9 de fevereiro a 13 de março está no quartel do Corpo de Marinheiros. Casa com D. Maria de Jesus Leão em 27 de fevereiro. De 13 de março a 6 de junho regressa ao Cruzador Vasco da Gama. Entre 6 e 7 de junho está no quartel do Corpo de Marinheiros. De 7 de junho a 9 de agosto vai para o Comando Geral da Armada. De 19 de agosto a 14 de setembro volta a estar no quartel do Corpo de Marinheiros. De 14 de setembro a 23 de outubro volta a embarcar no Cruzador Vasco da Gama e de 23 a 25 de outubro embarca na Fragata D. Fernando e Glória, tratando-se, provavelmente, de um destacamento em diligência para suprir uma falta. Em 25 de outubro regressa ao Cruzador Vasco da Gama.

1912 – Nasce, a 2 de fevereiro, tem ele 23 anos, o seu primeiro filho: Alberto. De 24 de outubro de 1912 até 3 de setembro de 1913 faz parte da guarnição da Fragata D. Fernando e Glória.

1913 – Em 31 de julho é promovido a Cabo. De 3 de setembro a 7 de outubro está no quartel do Corpo de Marinheiros. De 7 de outubro de 1913 até 30 de junho de 1918 está na Escola Naval.

1914 – A 21 de outubro, tem ele 26 anos, nascem as suas duas filhas gémeas: Maria Amélia e Lucília.

1916 – Em 23 de maio é promovido a 2º Sargento.

1917 – De 18 a 28 de junho está no hospital.

1918 – De 30 de junho de 1918 até 16 de maio de 1925 está na Escola Naval.

1920 – Em 22 de maio é promovido a 1º Sargento.

1921 – É admitido sócio do Montepio dos Sargentos de Terra e Mar com inscrição em julho.

1925 – De 16 de maio a 1 de julho está na Brigada de Artilheiros. Tem 37 anos. De 1 de julho de 1925 a 4 de julho de 1928 faz parte da guarnição do Cruzador Adamastor. Segundo o site da Comissão Cultural de Marinha¹³, em 1926, o cruzador Adamastor regressou ao Extremo-Oriente, ficando ao serviço do território de Macau e da comunidade portuguesa em Xangai. Em 1933 o navio tornou a Portugal, tendo sido abatido ao efetivo dos navios da Armada a 16 de novembro desse mesmo ano. Presume-se, portanto, que Joaquim Diniz esteve em Macau

¹² In <https://naval.blogs.sapo.pt/tag/cruzador+vasco+da+gama>

¹³ https://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/multimedia_web/Paginas/cruzador-adamastor.aspx,

cerca de 2 anos: de 1926 a 4 de julho de 1928 quando destacou do navio.

1927 – De 18 de agosto a 3 de setembro fez parte de um destacamento de desembarque para cooperar com as forças internacionais de defesa interna de Shanghai.

1928 – De 4 a 9 de julho anda embarcado no Cruzador República. De 9 de julho a 31 de outubro é supranumerário ao quadro no Serviço da Armada. Segundo nota de 19 de setembro do Montepio dos Sargentos de Terra e Mar foi antecipada a sua inscrição para 23 de maio de 1916. De 31 de outubro de 1928 a 15 de julho de 1929 volta a prestar serviço na Brigada de Marinheiros.

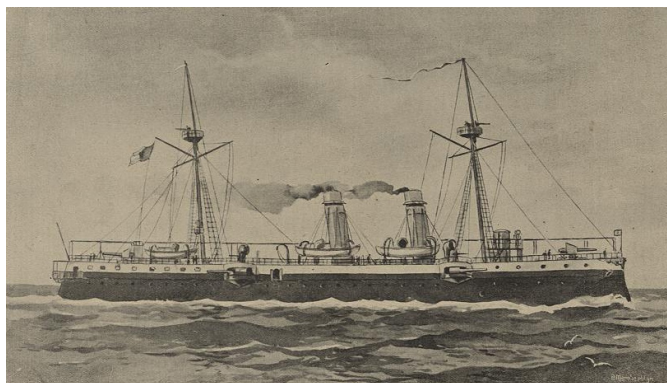


Figura nº 9: Cruzador República¹⁴.

1929 – De 15 a 22 de julho está na Brigada de Artilheiros. Segundo as actas de exame do Conselho Escolar da Brigada de Marinheiros do mês de julho foi submetido a exame no Curso Geral de Sargentos tendo ficado aprovado no dia 6 deste mês. Em 22 de julho vai para a Direcção da Marinha Mercante. Em 22 de julho recebeu guia para a direcção da Marinha Mercante a fim de no departamento marítimo de Costa fazer o tirocínio de que trata o artº

¹⁴ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rainha_Dona_Am%C3%A9lia_\(cruzador\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rainha_Dona_Am%C3%A9lia_(cruzador)): O cruzador Rainha Dona Amélia foi uma unidade da Armada Portuguesa, construída no Arsenal de Lisboa, em 1901. O navio foi baptizado em honra de D. Amélia de Orleães, esposa do Rei D. Carlos I. Em 1910, após a implantação da república, na qual o cruzador teve papel proeminente nos diversos movimentos revolucionários, o seu nome foi alterado para NRP República. A 6 de Agosto de 1915 perdeu-se por encalhe próximo da Consolação, a sul de Peniche. O cruzador Rainha D. Amélia tinha casco em aço. Foi o primeiro navio em aço construído no Arsenal de Lisboa com projecto coordenado pelo engenheiro naval Alphonse Croneau, um técnico francês contratado pelo Governo Português para modernizar o Arsenal. Disponha do seguinte armamento: quatro peças de 150 mm, duas de 100 mm, duas de 47 mm, duas de 37 mm, duas metralhadoras de 6,5 mm e dois tubos lança-torpedos.

1º da lei 1094 de 16/12/1920. Esta lei fixava em três meses o tirocínio a satisfazer pelos sargentos artilheiros, do serviço geral e de manobra, para o secretariado naval e auxiliares de manobra¹⁵. De 22 de julho a 22 de agosto está no Departamento da Marinha de Costa. De 23 de agosto de 1929 a 10 de fevereiro de 1930 volta à Direcção da Marinha Mercante. Em 22 e 23 de outubro está na Brigada de Artilheiros. Segundo nota de 23 de outubro da Direcção da Marinha Mercante, terminou o tirocínio de que trata a lei 1094 de 16/12/1920. Em 23 de outubro é promovido a Guarda-Marinha do Secretariado Naval, equivalente a Subtenente. Aumentado ao efectivo do corpo em 23 de outubro.



Figura n.º 10: insígnia de Guarda-Marinha.

1930 – Por decreto de 29 de janeiro é promovido a Guarda-Marinha do Secretariado Naval a contar para efeitos de antiguidade de 23 de outubro de 1929. Em 10 de fevereiro está na Brigada de Artilheiros. Entre 10 e 11 de fevereiro é supranumerário ao Quadro no Serviço da Armada. De 11 de fevereiro de 1930 até 11 de junho de 1931 vai para a Direcção da Marinha Mercante. Em 5 de abril é admitido como sócio do Montepio Oficial sob o n.º 19.346 com inscrição em maio de 1916, data na sua entrada no Montepio dos Sargentos de Terra e Mar. Em 20 de maio, é inscrito subscritor do Cofre de Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano. De 11 de agosto a 10 de setembro está em licença disciplinar de 30 dias.

1931 – De 11 de junho de 1931 a 17 de setembro de 1932 está no Comando Geral da Armada. Destacou para o Serviço de Justiça de 3 a 9 de julho. Em 24 de julho passou a prestar serviço na Marinha Mercante acumulando com o de oficial de inspecção do Comando Geral da Armada. De 24 de julho de 1931 a 19 de setembro de 1932 está na Direcção da Marinha Mercante. Em 2 de setembro tira uma licença disciplinar de 30 dias. Em 23 de outubro é promovido a Segundo-Tenente¹⁶ do Secretariado Naval. Por decreto de 4 de novembro é

¹⁵ Ver Diário do Governo n.º 256/1920, Série I de 1920-12-16 em DRE.PT

¹⁶ Na Marinha de Guerra Portuguesa, como patentes de oficial subalterno, existem as de primeiro-tenente – equivalente a capitão no Exército – e de segundo-tenente (2TEN) - equivalente a tenente no Exército. Além dessas, existe a patente de subtenente - equivalente a alferes no Exército - atribuída aos oficiais que não são oriundos da Escola Naval. A patente equivalente, dos oficiais oriundos da

promovido a Segundo-Tenente do Secretariado Naval (a contar de 23/10/1931), para todos os efeitos legais.

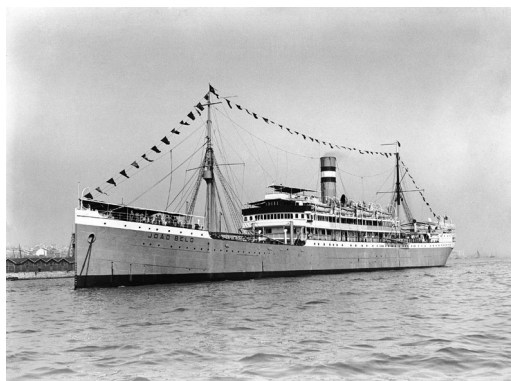


Figura nº11: insígnia de Segundo-Tenente.

1932 – Em 16 de abril transitou para o 2º grau do Cofre da Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano. De 19 de agosto a 18 de setembro tira uma licença disciplinar de 30 dias.

Por portaria de 27 de agosto, é nomeado para servir na marinha privativa da Colónia de Angola como escrivão do departamento marítimo. Em 15 de setembro deixou de prestar serviço como oficial subalterno ao Quartel General do Comando Geral da Armada a contar de 17 do corrente. De 19 a 22 de setembro é adjunto no Comando Geral da Armada. De 22 de setembro de 1932 a 29 de maio de 1939 tem um cargo na Repartição de Marinha do Ministério das Colónias. Em 7 de outubro viaja no Pacote João Belo. De 7 de outubro de 1932 a 13 de janeiro de 1939 é escrivão do Departamento Marítimo de Angola. Por decreto de 17 de outubro, é mandado sair do respectivo quadro e passar à situação de remissão extraordinária da arma, a contar de 23 de setembro findo, de harmonia com o disposto no artº 17, º3 e artº 20 do Estatuto dos oficiais da Armada, aprovado por decreto nº 17.807 de 21/12/1929, por no citado dia 22 de setembro ter recebido guia para a Repartição de Marinha do Ministério das Colónias, a fim de ir servir na Marinha privativa da Colónia de Angola, como escrivão do departamento marítimo.

Escola Naval, é designada guarda-marinha. Na Marinha Portuguesa, também existe a patente de capitão-tenente, que pertence à subcategoria dos oficiais superiores, sendo equivalente a major no Exército. A patente de tenente do Mar foi introduzida, na Marinha Portuguesa, no século XVIII, sendo equiparada a capitão do Exército. Em 1782 passou a existir o posto de segundo-tenente, passando o de tenente de Mar a designar-se “primeiro-tenente”. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenente>



*Figura nº12: Paquete João Belo*¹⁷.

1935 – Em 12 de fevereiro fez entrega do cargo de escrivão do Departamento Marítimo de Angola e na mesma data assumiu o de capitão do porto, interino, de Luanda. Em 4 de março é transferido para a 3ª classe de pensões do Montepio dos S.E. sob o nº 19.346, a partir de 1 de abril de 1934. Por decreto de 28 de março é agraciado com a medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar¹⁸. Já era condecorado com a medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar.

De 12 de agosto a 25 de novembro é Capitão Interino do porto de Luanda. Por portaria de 2 de dezembro é exonerado do lugar de capitão do porto de Luanda, interino, por, em 25 do mês findo ter feito entrega do lugar ao 1º tenente Américo Pereira dos Santos Cabral.

¹⁷ <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/04/paquete-joao-belo-e-ccn.html>

¹⁸ A Medalha Militar de Comportamento Exemplar é uma medalha militar portuguesa criada a 2 de outubro de 1863, por decreto da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, com três graus (ouro, prata e bronze), e distingue militares que servem ao longo da sua carreira com exemplar conduta moral e disciplinar e comprovado espírito de lealdade. In https://pt.wikipedia.org/wiki/Medalha_de_Comportamento_Exemplar

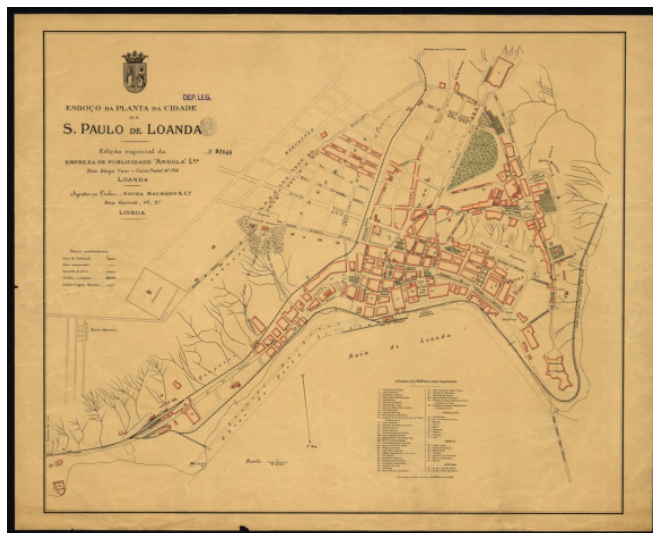


Figura nº13: S. Paulo de Luanda.

1936 – Por portaria provincial de 2 de junho, da colónia de Angola, é louvado pela muita competência, sentido artístico, dedicação e inteligência com que realizou o documentário militar nas Salas de Marinha e do Exército concorrendo assim para o êxito da exposição comemorativa do “28 de maio” (autorizada a publicação por despacho de 29 de junho de S. Exa o Superintendente de Serviços da Armada).

1938 – De 8 de abril a 3 de junho é Capitão Interino do porto de Luanda.

1939 – Em 14 de janeiro é agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem Militar de Aviz¹⁹. Em 3 de fevereiro seguiu do departamento marítimo de Angola para a Metrópole a bordo do paquete João Belo. Em 8 de fevereiro é louvado pelo chefe do departamento marítimo da Colónia de Angola, porque durante mais de 6 anos consecutivos desempenhou as funções de escrivão do departamento marítimo e por vezes as de capitão do porto, interino, de Luanda, sempre com muita dedicação e zelo pelos serviços, aliando a outras qualidades (...). De 8 a 28 de fevereiro viaja no Paquete João Belo com destino à Metrópole. Por portaria de 14 de março, é exonerado do cargo de escrivão do departamento marítimo

¹⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_Militar_de_Avis: A Ordem Militar de Avis, de seu nome completo Ordem Militar de São Bento de Avis, é a mais antiga ordem honorífica Portuguesa, que herdou o nome da Ordem de São Bento de Avis posteriormente à criação desta. É concedida para premiar altos serviços militares, pelo que está reservada exclusivamente a oficiais das Forças Armadas Portuguesas, da Guarda Nacional Republicana, e ainda às unidades, órgãos, estabelecimentos e corpos militares

da colónia de Angola por ter terminado a sua comissão de serviço. A 29 de maio está na Superintendência. Em 30 de maio, é nomeado para prestar serviço na 4ª secção da Repartição do Pessoal. Por portaria de 6 de junho, é mandado considerar na situação de comissão ordinária a (...) do dia 29 de maio do corrente ano. Por portaria de 8 de junho, concedido o 1º aumento de soldo, desde 1 de junho do corrente ano. Em 7 de julho, mandado ingressar no respectivo quadro a contar de 26/06/1939. Em 1 de setembro tira uma licença disciplinar de 30 dias. Leva guia de licença de 20 de setembro até 5 de outubro e de 9 a 24 de outubro. Em 16 de novembro é nomeado para o cargo de chefe da 4ª secção da Repartição do Pessoal. De 16 de novembro de 1939 a 29 de outubro de 1942 é chefe da 4ª Secção da Repartição de Pessoal.



Figura nº14: Medalha de cavaleiro da Ordem Militar de Avis.

1940 – Em 23 de janeiro foi inscrito subscritor da caixa Geral de Aposentações com o nº 584. Em 26 de junho satisfaz as condições especiais de promoção exigidas pela alínea b) do artº 93 do Estatuto dos Oficiais da Armada. Em 23 de agosto, com 52 anos, é promovido a Primeiro-Tenente²⁰ auxiliar. Por portaria de 6 de setembro, é promovido ao posto de 1º Tenente auxiliar a contar do dia 23

²⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenente#Patente_naval: na Marinha de Guerra Portuguesa, como patentes de oficial subalterno, existem as de primeiro-tenente (1TEN) – equivalente a capitão no Exército – e de segundo-tenente (2TEN) – equivalente a tenente no Exército. Além dessas, existe a patente de subtenente (STEN) – equivalente a alferes no Exército – atribuída aos oficiais que não são oriundos da Escola Naval. A patente equivalente, dos oficiais oriundos da Escola Naval, é designada guardamarinha. Na Marinha Portuguesa, também existe a patente de capitão-tenente, que pertence à subcategoria dos oficiais superiores, sendo equivalente a major no Exército. A patente de tenente do Mar foi introduzida, na Marinha Portuguesa, no século XVIII, sendo equiparada a capitão do Exército. Em 1782 passou a existir o posto de segundo-tenente, passando o de tenente de Mar a designar-se “primeiro-tenente”.

de agosto do corrente ano, de harmonia com os artigos (...) para preenchimento da vacatura resultante da passagem à situação de reforma do 1º tenente auxiliar António Pedro Rodrigues e por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção a que se refere o mesmo estatuto. De 9 de setembro a 9 de outubro tira licença disciplinar de 30 dias.



Figura nº 15: Insignia de 1º tenente

1941 - De 1 a 28 de agosto tira uma licença disciplinar de 30 dias.

1942 – De 3 a 15 de agosto está no hospital em Lisboa. De 21 de agosto a 20 de outubro tira uma licença de 60 dias da Junta de Saúde Naval. Por despacho ministerial de 29 de outubro, é confirmada a opinião da Junta de Saúde Naval que em uma sessão de 27 do corrente o julgou incapaz de todo o serviço. Na mesma data, é exonerado do cargo de chefe da 4º Secção da Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada. Em 25 de novembro, foi autorizado, como encargo da Caixa Geral de Aposentações, o abono, em duodécimos, a partir de 1 de dezembro de 1942 da seguinte pensão anual: pensão de reforma de 19.548\$00. Por portaria de 30 de novembro, é considerado na situação de reforma nos termos da alínea b) do artº 2 do DL nº 30250 de 30/12/1939, a contar do dia 29 de outubro do corrente ano, data do despacho ministerial que confirma a opinião da Junta de Saúde naval, que em sua sessão de 27 do mesmo mês o julgou incapaz de todo o serviço.



Figura nº 16: o 1º tenente Joaquim Diniz.

III – MORTE

1954 – † às 11 horas do dia 23 de junho, na casa nº17, 1º dto, da rua Actor Isidoro, na freguesia de Arroios desta cidade de Lisboa, com 65 anos de idade.

IV – ASCENDÊNCIA E DESCENDÊNCIA

- I. **João Diniz** – c.c. **Maria da Soledade**. Filho:
- II. **Luís Diniz** – trabalhador, natural e morador no lugar das Lapas, concelho de Torres Novas. C., no mesmo lugar das Lapas, c. **Maria Emília da Soledade**, de ocupação doméstica, n. e moradora no lugar das Lapas, concelho de Torres Novas, fª de João Emílio e de sua mulher Maria da Soledade. Filho:
- III. **Joaquim Diniz** – Primeiro-Tenente da Armada reformado, foi bat. a 12.08.1888²¹ na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, lugar das Lapas, concelho de Torres Novas, Patriarcado de Lisboa, sendo padrinho Joaquim dos Reis César Lima, mestre geral da Fábrica de Tecidos (...), casado, e madrinha Nossa Senhora, tocando com a prenda Francisco Luís, trabalhador, solteiro. † às 11 horas do dia 23.06.1954, na casa nº17, 1º dto, da rua Actor Isidoro, na freguesia de Arroios desta cidade de Lisboa,

²¹ Arquivo Distrital de Santarém, livro de baptizados do ano de 1888, assento nº18.

com 65 anos de idade²². C., em 27.02.1911, c. **Maria de Jesus Leão**, bat. a 04.05.1887²³ na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça do lugar e freguesia das Lapas, concelho de Torres Novas, Patriarcado de Lisboa, sendo padrinho Manuel Jacinto, proprietário, casado, e madrinha Nossa Senhora, tocando com a prenda José da Fonseca Charneca, trabalhador, solteiro. F^a legítima, sexta do nome, de António Pereira Leão, proprietário, natural deste lugar e freguesia e de Francisca da Nazareth da Silva, doméstica, natural do lugar do Carvalhal da Aroeira, freguesia de São Pedro da Vila e concelho de Torres Novas, Patriarcado de Lisboa, recebidos na dita freguesia de São Pedro, paroquianos e moradores nesta das Lapas, neta paterna de Leão Pereira e de Francisca Cesária e materna de José da Silva e de Laurentina da Silva. † às 20 horas do dia 19.02.1953, numa casa da rua Actor Isidoro, 17, 1º dto, da freguesia de Arroios desta cidade de Lisboa, com 65 anos de idade²⁴. Filhos:
1(IV) **Alberto Leão Diniz** – que segue no §7.

§1 Miranda Quintas



Figura nº 17: Lucília Leão Diniz.

2(IV) **Lucília Leão Diniz** – n. há uma hora do dia 21.10.1914 numa casa da travessa da Bica aos Anjos, nº22, segundo andar, na freguesia dos Anjos²⁵. Foram testemunhas presentes que são padrinhos Jacinto Borges Saraiva, casado,

²² 2ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro 1, fls 315, registo nº629.

²³ A.N.T.T., registos paroquiais, freguesia das Lapas, concelho de Torres Novas, livro B-30, folha 1111 verso.

²⁴ 2ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, registo nº216 do ano de 1953.

²⁵ 2ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro 19, registo

carpinteiro, morador no beco do Félix a Santa Bárbara, 1, 4º andar, desta cidade, e Sant'Ana Borges Saraiva de 20 anos. A declaração do nascimento foi feita pelo pai. A registada nasceu de prenhes gemelar e difere de sua irmã por ter o rosto mais comprido e o corpo mais desenvolvido. C.c. **Armando de Miranda Quintas**, co-proprietário dos Armazéns Quintas & Irmão, em Luanda, Angola. Filhos:

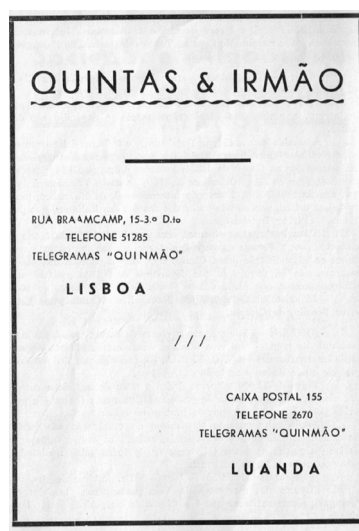


Figura nº 18: publicidade da firma Quintas & Irmão.

§2 – Raposo de Magalhães

- 1(V) **Maria Manuela Diniz de Miranda Quintas** – n. a 25.07.1940. C.c. **Manuel Emilio Neves Raposo de Magalhães**, administrador da Crisal – Cristais de Alcobaça, fº de José Emilio Raposo de Magalhães, Alcobaça (1883-1974), Industrial, Banqueiro, Lavrador, grande proprietário, fundador da Crisal – Cristais de Alcobaça, da Fábrica de Conservas Cister e do Banco Raposo de Magalhães, e de sua mulher, com quem casou em Alcobaça a 18 de junho de 1914, Judite Froes Barreto Neves (ver anexo I a este trabalho: família Raposo de Magalhães). Filhos:
- 1(VI) **Fernando Manuel Quintas Raposo de Magalhães** – c. 22.11.1986, c. **Ana Teresa Gomes Pereira Marques**. Divorciados. Fernando vive em comunhão de facto com **Maria Marta Furtado Marques**, n. 30.09.1961. Filhos do casamento:

- 1(VII) **Filipe Marques Raposo de Magalhães** – n. 10.05.1987.
- 2(VII) **Francisco Marques Raposo de Magalhães** – n. 28.04.1988. C.c. **Ana Filipa da Fonseca Rebelo** em 14.09.2018. Filha:
VIII. **Margarida Rebelo Raposo de Magalhães** – n. 18.03.2020.
- 3(VII) **Rodrigo Marques Raposo de Magalhães** – n. 30.03.1993.
- 4(VII) **Gonçalo Marques Raposo de Magalhães** – c., 13.07.2019, c. **Catarina M^a Cunhal Sendim Líbano Monteiro**, f^a de Luis Manuel da Costa Pinheiro Líbano Monteiro e de Maria Rita de Sousa Cunhal Melero Sendim. Filha:
VIII. **Maria do Rosário Líbano Monteiro Raposo de Magalhães** – n. 13.05.2020.
- 5(VII) **Beatriz Marques Raposo de Magalhães** – n. 28.02.2007.
- 2(VI) **Sofia Quintas Raposo de Magalhães** – c. no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça a 20 de junho de (...) com **Gustavo Paulo de Oliveira Martins Passos de Gouveia**, filho de (...) e de sua mulher Luisa Isabel de Oliveira Martins Passos de Gouveia. Filho:
VII. **Gustavo Emílio Raposo de Magalhães Passos de Gouveia** – n. em 13.01.1989.

§3 – Diniz Quintas

- 2(V) **Joaquim Manuel Diniz Quintas** – n. em 06.07.1942. C.c. **Maria Helena Monteiro de Barros**, que nasceu a 27.08.1943. (ver anexo II a este trabalho: família Monteiro de Barros). Filhos:
 - 1(VI) **Pedro Monteiro de Barros Quintas** – n. em 13.01.1969. C. 04.06.1994, igreja de Santa Maria, Sintra, c. **Isabel Campos Ledesma Mendes Frazão**, f^a de Miguel Pedro Abreu Mendes Frazão e de sua mulher Alice de Oliveira Campos Ledesma. Filhos:
 - 1(VII) **Sebastião Mendes Frazão Monteiro Quintas** – n. em 27.06.1995.
 - 2(VII) **Salvador Mendes Frazão Monteiro Quintas** – n. em 29.10.1996.
 - 3(VII) **Santiago Mendes Frazão Monteiro Quintas** – n. em 04.04.2000.
 - 4(VII) **Simão Mendes Frazão Monteiro Quintas**
- 2(VI) **Ricardo Monteiro de Barros Quintas** – n. 04.02.1971. C. igreja de Nossa Senhora do Rosário, 04.10.1999, c. **Rita Mesquita Quintela Moura Cruz**, f^a de José Alberto de Azevedo Moura Cruz e de sua mulher Maria Palmira de Mesquita Quintela. Filhos:
 - 1(VII) **Margarida Cruz Quintas**
 - 2(VII) **Catarina Cruz Quintas**
- 3(VI) **Jaime Monteiro de Barros Diniz Quintas** – n. 05.05.1973. C., 04.10.1998, na igreja de Santo António do Estoril, c. **Ana Laing Correia de Matos**,

n. São Sebastião da Pedreira, Lisboa, 12.03.1973, fº de João Pedro Coelho Correia de Matos e de sua mulher Bernadette Rosemary Laing. Filho:
1(VII) **Manuel Correia de Matos Quintas**

§4 – Câncio Martins

3(V) **Maria de Lurdes Diniz de Miranda Quintas** – c.c. **Guilherme Câncio Martins**, arquitecto. Filhos:

1(VI) **João Luís Quintas Câncio Martins** – n. Luanda, Angola, 10.08.1963. † Portalegre, Elvas, 19.07.1998. Licº em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa, administrador de empresas. C.c. **Elsa Maria Trindade Gomes**, n. Santa Justa, Lisboa, 07.05.1963, fº de José Anceriz Gomes e de sua mulher Cândida Silvina Solipa Trindade. Elsa Gomes é licenciada em Gestão pela UCP. Filhos:

1(VII) **João Gomes Câncio Martins** – n. Lisboa, S. Sebº da Pedreira.

2(VII) **Rita Gomes Câncio Martins** – n. Lisboa, S. Sebº da Pedreira.

2(VI) **Miguel Quintas Câncio Martins** – arquitecto. C.c. Filha:

1(VII) **Xana Câncio Martins**

§5 – Diniz Quintas

4(V) **Luís Filipe Diniz Quintas** – licº em Economia pela UCP. C.c. Paula. Filhos:

1(VI) **Nuno Quintas**

2(VI) **Daniel Quintas**

3(VI) **Joana Quintas**

§6 – Montanha Rebello²⁶

3(IV) **Maria Amélia Leão Diniz** – n.²⁷ à uma hora e dez do dia 21.10.1914 numa casa da travessa da Bica aos Anjos, 22, segundo, da freguesia dos Anjos, Lisboa. Foram testemunhas presentes Ambrosina Braga e Silva, viúva, doméstica, moradora na avenida Almirante Reis, 23, 1º, desta cidade e António Rocha de Oliveira, solteiro, maior, Cabo Artilheiro da Armada, morador no Quartel dos Marinheiros desta cidade. C.c. **Gabriel Augusto Montanha Rebello** na

²⁶ REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “*A odisseia de uma família – os Montanha*”, Lisboa, Scribe, 2009, e “*Rebellos, da freguesia de São Miguel do Juncal, termo de Porto de Mós*”, Raizes & Memórias – Revista da Associação Portuguesa de Genealogia, nº33, dezembro 2016, pp. 33-86.

²⁷ 2ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro 18, registo nº363, ano e 1914.

paroquial da Ilha do Cabo, Luanda, Angola, a 13.08.1937. O casamento (...) foi dissolvido por óbito do marido a 12.07.1990. † em 18.12.1993 na freg^a de N. S^a de Fátima, concelho de Lisboa. Filhos:



Figura n^o 19: M^a Amélia Leão Diniz.

1(V) **Francisco Alberto Diniz Montanha Rebello** – engenheiro de Organização Científica do Trabalho (Paris), n. Luanda, Angola, 13.02.1939, c. Ile de France, Paris, Sacré Coeur, 05.03.1962 c. **Maria Isabel Grave Sanches Osório**, n. Lisboa 21.01.1941. Filhos:

1(VI) **Francisco de Sanches Osório Montanha Rebello** – licenciado em Gestão pela UCP, autor deste trabalho, n. Lisboa, 23.02.1963, c. 07.07.1990, na capela da casa da Quinta da Bogalheira, Torres Vedras, c. **Teresa do Carmo de Saldanha Ferreira Pinto Basto**, lic^a em História, n. Lisboa, 16.10.1963, f^o de José Alfredo Salgueiro Ferreira Pinto Basto e D. Margarida do Carmo da Câmara de Saldanha (Rio Maior). Filhos:

1(VII) **Francisco do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello** – n. Lisboa, 22.08.1992. Lic^o Business pela Univ de Surrey, UK, Mestre em Business pelo Instituto de Empresa (IE), Madrid.

2(VII) **Margarida do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello** – n. Lisboa, 07.06.1994. Mestrado integrado em Medicina pela FMUL, mestrado em gestão pela Universidade Nova de Lisboa. C. 10.07.2021, na capela de S. José da Quinta da Bogalheira, Torres Vedras, c. Pedro M^a Zilhão de Sacadura Botte, n. 15.04.1993, Cascais, advogado, lic^o em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (2015), LL.M. (Master of Laws) em Commercial Law pela Universidade de Edimburgo (2016), f^o de Pedro de Sacadura Botte e de Aida M^a

Pulido Garcia Zilhão.

3(VII) *Isabel do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello* – n. Lisboa, 03.11.1997. Lic^a em Educação Básica pela Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx).

4(VII) *Teresa do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello* – n. Lisboa, 10.07.2001. Frequenta, actualmente, o 2º ano do curso de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

2(VI) *Tiago de Sanches Osório Montanha Rebello* – jornalista, escritor, c. 1ª vez, c. **D. Teresa Maria Ribeiro Ferreira de Lancastre**, prof^a de música, pianista, f^a dos 5ºs condes da Guarda. C., em 2ªs núpcias, c. **Joana Borges Cardoso**, n. Cascais 06.12.1968, f^a de João Manuel de Azevedo e Silva Cardoso e de Gisela Simone Braga Fernandes Borges. Filhos do 1º casamento:

1(VII) *Maria Margarida de Lancastre Montanha Rebello* – n. Lisboa, 21.01.1995, fotógrafa, c. 27.08.2021, na capela da casa da Quinta da Princesa, c. **João Afonso Lupi de Ordaz Caldeira**, f^o de João Manuel de Carvalho de Ordaz Caldeira e de Teresa Marta Duarte Silva Lupi.

2(VII) *Maria de Lancastre Montanha Rebello* – n. 17.02.1998.

3(VII) *Lourenço de Lancastre Montanha Rebello* – n. 27.07.2001.

4(VII) *Teresa Maria de Lancastre Montanha Rebello* – n. 28.04.2006.

3(VI) † *Bruno de Sanches Osório Montanha Rebello* – n. em Luanda, Angola, 18.01.1969 e † 04.11.1984.

4(VI) *Isabel de Sanches Osório Montanha Rebello* – lic^a em Psicologia. n. 20.03.1971, Lisboa, c. 02.02.2002, c. **Francisco Rodo Coutinho Leotte Tavares** (dos viscondes da Quinta de São Tomé). Filho:

1(VII) *Francisco Montanha Rebello Leotte Tavares* – n. 30.10.2006.

2(V) *Luís Augusto Diniz Montanha Rebello* – n. Angola, 01.06.1941. C., em 1ªs núpcias, 21.05.1966, c. **Maria da Graça Cantinho Salles de Brito**. C.g. C., pela 2ª vez, Curitiba, Brasil, 21.10.1985, c. **Veronita Aparecida de Albuquerque do Rego**. C.g. Filhos do 1º casamento:

1(VI) *Luís Miguel Salles de Brito Montanha Rebello* – Lisboa, 23.04.1969, Lic^o em Informática, c. 06.09.1997, c. **Cristina Alexandra de Sousa Matos**. Filhos:

1(VII) *Catarina de Sousa Matos Montanha Rebello* – n. Lisboa, 23.05.2003.

2(VII) *Guilherme de Sousa Matos Montanha Rebello*

2(VI) *Ana Rita Salles de Brito Montanha Rebello* – n. 23.04.1978.

Filhos do segundo casamento:

3(VI) *Gabriel de Albuquerque do Rego Montanha Rebello* – médico, n. Curitiba, Brasil, 16.02.1986.

4(VI) *Gonçalo de Albuquerque do Rego Montanha Rebello* – médico, n. Curitiba, Brasil, 16.02.1990.

5(VI) *Gabriela de Albuquerque do Rego Montanha Rebello* – médica, n. Curitiba, Brasil, 23.05.1992.

§7 – Leão Diniz

IV. *Alberto Leão Diniz* – engenheiro geógrafo pela Faculdade de Ciências de Lisboa; exerceu a função de Director Geral dos Serviços Meteorológicos de Cabo-Verde, Açores, Lisboa, Angola. Licenciado em Ciências Geográficas completou a formação com Ciências Matemáticas. Por na ocasião não haver Serviço Meteorológico (na ocasião entregue à Armada) lecionou ensino liceal em Vila Franca de Xira. C. Lisboa, 21.03.1941, c. **Maria Fernanda do Carmo Estevão**, † Lisboa, 14.01.2006. Filhos:



Figura n.º 20: Alberto Leão Diniz.

1(V) *Joaquim José Estevão Diniz* – que segue no §9.

§8 – Vaz Monteiro

2(V) *Maria do Carmo Estevão Diniz* – médica pela Faculdade de Medicina de

Lisboa, com a especialidade de Ginecologia e Obstetrícia pelos Hospitais Cívicos de Lisboa, onde fez as Carreiras Médicas e de Ginecologia Oncológica pelo Instituto Português de Oncologia, onde exerceu a sua actividade como Chefe de Serviço, n. Lisboa, 10.07.1946. C. 01.05.1981, Igreja Paroquial de Cristo Rei, Algés, c. **Francisco António Vaz Monteiro**, n. 23.06.1936, Sanfins do Douro, Alijó, médico pela Faculdade de Medicina de Coimbra, com a especialidade de Cirurgia Geral pelos Hospitais Cívicos de Lisboa, onde fez as Carreiras Médicas e Cirurgia Oncológica pelo Instituto Português de Oncologia de Lisboa, tendo sido graduado em Chefe de Serviço, médico de Medicina do Trabalho com a especialidade dada pelo Colégio da Especialidade da Ordem dos Médicos em Lisboa, tendo exercido esta actividade como Chefe de Serviço, nos Estaleiros Navais da Lisnave, Lisboa e Margueira, fº de António Vaz Monteiro e de Maria de Jesus de Sousa Sampaio. Filhos:

1(VI) **Francisco Diniz Vaz Monteiro** – licº em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (1997), Pós-Graduação em Tecnologias da Construção no Instituto Superior Técnico. É sócio-gerente de Roseta Vaz Monteiro Arquitectos que fundou em 2001 com Filipa Roseta. Desenvolveu vários projectos de arquitectura incluindo a Igreja da Boa Nova. Residiu em Londres entre 2006 e 2008 onde colaborou com Foster+Partners integrado em equipas de arquitectura que desenvolviam projectos de grande escala para Moscovo (Russian Tower e extensão do Museu Pushkin), Londres (Battersea Masterplan), Lusail e Lisboa.²⁸ C., a 24.04.1999, na igreja de Santo António do Estoril, c. **Filipa Maria Salema Roseta**, que n. em Lisboa a 09.03.1973, fº de Pedro Manuel da Cruz Roseta, Ministro da Cultura, deputado à Assembleia da República, e de sua mulher Maria Helena do Rego da Costa Salema, Arquitecta, Bastonária da Ordem dos Arquitectos, Deputada à Assembleia da República, Presidente da Câmara Municipal de Cascais (1983-85), Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa (1976-78), Vice-Presidente da Associação Parlamentar do Conselho da Europa, Deputada à Assembleia Constituinte. Filipa Roseta formou-se em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (1996) onde é Professora Auxiliar do departamento de Projecto. Residiu em Londres, entre 2006-2008, onde obteve um doutoramento do Royal College of Art com uma tese intitulada “A Avenida Moderna”. Sobre estes temas tem publicado artigos,

²⁸ <http://www.rosetavazmonteiro.com/101000/1/index.htm>

capítulos de livros e é co-autora de um livro. Pertence à Ordem dos Arquitectos em Portugal desde 1996. Nos primeiros anos de prática profissional trabalhou em ateliers portugueses e obteve um Mestrado em Cultura Arquitectónica e Contemporânea da FAUTL.
2(VI) **Leonor Diniz Vaz Monteiro** – Economista. Casada. C.g.

§9 – Estevão Diniz

- V. **Joaquim José Estevão Diniz** – médico. N. Lisboa, 12.06.1948. C., em 1^{as} núpcias, c. **Nazaré de Mascarenhas Moreira**. Casou, pela 2^a vez, com (...). Filhos do 1^o casamento:
- 1(VI) **Carlos Alberto de Mascarenhas Moreira Estevão Diniz** – que segue no número VI.
- 2(VI) **Sofia de Mascarenhas Moreira Estevão Diniz** – n. em 31.07.1976, Arquivista. Casou com **Rui Pedro Palma Borrvalho Pinheiro da Silva**. Filhos:
- 1(VII) **Maria Inês de Mascarenhas Diniz Pinheiro da Silva** – n. em 12.10.2000.
- 2(VII) **João Pedro de Mascarenhas Diniz Pinheiro da Silva** – n. em 06.10.2005.
- Filha do segundo casamento:
- 3(VII) **Ana Margarida Diniz**
- VI. **Carlos Alberto de Mascarenhas Moreira Estevão Diniz** – n. em 11.11.1972. Solteiro.

V – FONTES

- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, *A odisseia de uma família – os Montanha*, Lisboa, Scribe, 2009.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Uma ascendência Rego e Botelho”, *Cadernos Barão de Arêde – Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho*, nº5, julho-setembro 2015, pp. 151-174.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Apontamentos Vários (Parte I)”, *Cadernos Barão de Arêde – Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho*, nº7, janeiro-junho 2016, pp. 85-122.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Uma utilização do método Maia de Loureiro: Genealogia da Família Montanha”, *Revista da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia*, nº23, 2016, pp. 269-296.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Rebellos, da freguesia de São Miguel do Juncal, termo de Porto de Mós”, *Raízes & Memórias – Revista da Associação Portuguesa de Genealogia*, nº33, dezembro 2016, pp. 33-86.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Um ramo da família Noronha, dos condes dos Arcos (aplicação da proposta de estratificação e mobilidade social de Maia de Loureiro)”, *Raízes & Memórias – Revista da Associação Portuguesa de Genealogia*, nº34, dezembro 2017, pp. 333-346.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Aplicação da proposta de estratificação e mobilidade social de Maia de Loureiro a um ramo da família Rego, dos Açores”, *Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX Série, Tomo 19, 2017, pp. 335-362.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “O percurso militar de Francisco Luiz Rebello”, *Revista da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia*, nº27, 2020, pp. 291-344.
- REBELLO, Francisco de Sanches Osório Montanha, “Hoesch, Heusch, von Hoesch, barão von Hoesch, von Heusch do antigo ducado de Limburg”, *Livro Primeiro da Academia dos Simples*, 2020, pp. 370-404.
- Além de todas as fontes que estão referidas ao longo do texto nas notas de pé de página, o autor baseou-se no site <https://geneall.net/pt/> e consultou a seguinte documentação no Arquivo Histórico de Marinha:

LIVROS MESTRES: Diniz, Joaquim - Reformado - 4/47 - 23/06/1954 -

AUXILIAR DE SERVIÇO NAVAL - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=6817&FileID=8289>

FOTOS DE OFICIAIS:

4830 - DINIS, Joaquim - 16/pág 28 - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16049&FileID=10470>

5231 - DINIS, Joaquim - 16/pág 95 - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16049&FileID=10544>

8681 - DINIS, Joaquim - 22/pág 70 - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16056&FileID=12246>

6783 - DINIS, Joaquim - 19/pág 53 - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16053&FileID=10798>

FOTOS DE SARGENTOS:

945 - DINIS, Joaquim - 3 - pág. 23 - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16056&FileID=12246>

2825 - DINIS, Joaquim - 7 - pág. 34 - <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16081&FileID=13044>

DOCUMENTAÇÃO AVULSA:

Diniz, Joaquim – 1932 - 1431/B.

VI – AGRADECIMENTOS

Agradeço todo o apoio dado na realização deste trabalho a Rogério Marques, Capitão de Fragata da Marinha de Guerra portuguesa. Deixo aqui o texto de um email que me enviou e que espelha bem a história que com este trabalho quis contar: *“Li o texto sobre o seu bisavô ITEN Joaquim Diniz e fiz várias anotações que coloco à sua consideração. Também aqui as Forças Armadas desempenharam um papel fundamental na educação e literacia, pois sempre permitiram aos seus membros, que tivessem o gosto pela aprendizagem e pelo desejo de progredir, cultivarem-se e evoluírem. Funcionavam assim de elevador social para aqueles que, com valor e competência as serviam. Também neste caso, uma vida tão rica de experiências que, por certo eram inimagináveis para o jovem de com 18 anos saiu de Lapas, Torres Novas. E ele soube agarrar as oportunidades que a vida lhe deu. Well done!”*.

ANEXO I

Família Raposo de Magalhães

- I. *Gonçalo de Magalhães***²⁹ – n. c. 1650, † Alcobaça, 29.09.1693. C.c. **Maria Ferreira do Espírito Santo**, n. c. de 1650, † Alcobaça, 06.02.1695. Filhos:
- 1(II) **Manuel** – n. Porto, S.Nicolau, 12.04.1674. S.m.n.
 - 2(II) **Domingos de Magalhães** – que segue no número II.
 - 3(II) **Maria** – bat. Alcobaça, 04.04.1690. S.m.n.
 - 4(II) **António** – bat. Alcobaça, 29.07.1693. S.m.n.
- II. *Domingos de Magalhães*** – n. Porto, São Nicolau, 29.09.1672, † Alcobaça, 20.02.1731. C. Alcobaça, 04.07.1695, c. **Domingas de Sousa**, n. Alcobaça, bat. em 11.03.1679, † c. de 1752, f^o de Francisco Ramos e de Isabel de Sousa, † 09.02.1719. Filhos:
- 1(III) **Manuel de Magalhães e Sousa** – padre, n. em 1700.
 - 2(III) **Maria Águeda de Sousa** – bat. Alcobaça, 13.02.1701. C., Alcobaça, 09.12.1726, c. **Bernardo de Almeida**, n. Tarouca, Salzedas, f^o de Antonio de Almeida, que “vivía de suas fazendas”, n. Oliveira de Frades, Souto de Lafões, e de Maria da Fonseca, n. Tarouca, Salzedas, neto paterno de João de Almeida e de Domingas João. Filhos:
 - 1(IV) **Francisco de Almeida e Sousa** – padre, bat. Alcobaça, 22.09.1726. S.m.n.
 - 2(IV) **José Joaquim de Almeida e Sousa** – ouvidor dos Coutos de Alcobaça, vereador do Senado da Câmara de Alcobaça, n. c. 1734. C. Alcobaça, 15.06.1773, c. **Ana Barbosa de Sá**, n. Lisboa, Santa Engrácia, bat. 22.03.1750, f^o de Lourenço José Monteiro de Lemos, escrivão da ouvidoria dos Coutos de Alcobaça, bat. Torres Vedras, Ventosa, 11.09.1718, e de sua mulher, c. quem c., Lisboa, Santa Engrácia, 10.09.1742, Catarina Rosa de Sá, n. c. de 1720, Vila Nova de Paiva, Vila Cova à Coelheira, São João Batista, neta paterna de José Gomes Castelão e de Joana Monteiro, neta materna de Luis Barbosa da Costa, Cavaleiros da Ordem de Cristo, Capitão-Mor de Vila Cova à Coelheira, que está sepultado na Capela do seu Solar em Vila Cova à Coelheira (f^o de Bento Barbosa de Barros, Capitão-

²⁹ <https://geneall.net/pt/nome/122087/goncalo-de-magalhaes/> todo este anexo foi baseado no site <https://geneall.net/pt/>

Mor de Vila Cova à Coelheira, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, administrador das Capelas da Santíssima Trindade e de Santo António da Vila-Cova-à-Coelheira³⁰), e de Maria Francisca. Filhos:

1(V) **Joaquim Bento de Sousa e Sá** – n. Alcobaça, 21.12.1777. C.c. **Maria da Piedade**. C.g.

2(V) **Ana Benedita Barbosa de Sousa e Sá** – n. Alcobaça, 20.02.1779. C. no Cadaval, Vermelha, Ermida de Nossa Senhora da Piedade da Quinta da Dagorda, 08.01.1800, c. **Nuno Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria**, n. Cadaval, Vermelha, 01.12.1763, fº de José Alemão de Mendonça de Cisneiros e Faria, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real (Alvará de 16.9.1748), Fidalgo de Cota de Armas (Alvará de 24.1.1753) bat. no Cadaval, Vermelha, São Simão, 08.12.1706, e de sua mulher, c. quem c. em Lisboa, Mercês, 12.02.1762, Ana Leonor Fradesso de Faria, bat. Lisboa, Santa Engrácia, 08.04.1737, neta paterna de Nuno de Faria Franco Pimentel, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Mariana de Mendonça e Abreu Gomes Cisneiros, neta materna de Diogo de Faria e Sá Frade e de Luísa Antónia Perestrelo da Fonseca. S.g.

3(V) **Maria Gertrudes Barbosa de Sousa e Sá** – n. Alcobaça, 01.11.1780, † Alcobaça, 10.1862. C., Alcobaça, 29.09.1806, c. **José Emílio de Magalhães**, Bacharel formado em Leis (UC), Ouvidor dos Coutos de Alcobaça (herdou o cargo do seu sogro e parente, o Dr. José Joaquim de Almeida e Sousa), usou enquanto estudante o nome José Emílio de Magalhães e Sousa, n. Leiria, Sé, 1770, † Alcobaça, 01.1860, fº de João José de Magalhães e Sousa, n. c. 1735, e de Maria Joaquina da Conceição, n. c. 1740, neto paterno de Luis de Magalhães e Sousa e de Maria Teresa da Encarnação, neto materno de António André dos Reis e de Maria Diniz. C.g.

4(V) **José Joaquim de Almeida e Sousa** – n. 15.07.1782. S.m.n.

5(V) **Manuel Barbosa Pinto de Vasconcelos** – n. Alcobaça, 28.03.1784, † Leiria, 26.09.1853. C.c. **Francisca Rosa do Amor Divino**, fº de Domingos Antunes Gonçalves de Carvalho, Juiz em Pombal e Coimbra, e de Maria Joana Ferreira Nobre. C.g.

6(V) **Torcata Joaquina Barbosa e Sá** – n. 07.10.1785. C., Bombarral, Salvador, 11.09.1815, c. **Francisco de Paula Barbosa**, n. Bombarral, Salvador, onde foi bat., 04.07.1768, fº de Tiago José Monteiro, n. Bombarral, 13.04.1733, e de sua mulher, c. quem c. no Bombarral, 11.09.1756, Marcelina Rosa Figueiredo Barbosa, n. 13.07.1736,

³⁰ Felgueiras Gayo, Nobiliário das Famílias de Portugal, Carvalhos de Basto, 2ª Edição, Braga 1989, vol. III, pg. 392 (Carneiros).

neto paterno de José Gomes Castelão e de Joana Monteiro (ver em cima), neto materno de António Barbosa de Figueiredo e de Maria das Candeias. S.g.

7(V) *Gertrudes Máxima Barbosa de Sá e Vasconcelos* – n. 11.09.1788. S.m.n.

8(V) *Deodata Barbosa de Sá e Vasconcelos* – n. 07.04.1792. S.m.n.

3(III) *Luis de Magalhães e Sousa* – que segue no número III.

4(III) *José de Magalhães* – padre.

5(III) *Maria de S. José* – c., Alcobaça, 17.05.1717, c. **José Correia**, fº de António Ameixieira e de Maria Correia. S.m.n.

III. *Luis de Magalhães e Sousa* – n. Alcobaça, bat. 03.12.1703. C.c. **Maria Teresa da Encarnação**, n. c. 1710. Filho:

IV. *João José de Magalhães e Sousa* – n. c. 1735. C.c. **Maria Joaquina da Conceição**, fº de António André dos Reis e de Maria Diniz (ver em cima). Filho:

V. *José Emílio de Magalhães* – Bacharel formado em Leis (UC), Ouvidor dos Coutos de Alcobaça (herdou o cargo do seu Sogro e Parente o Dr. José Joaquim de Almeida e Sousa), usou enquanto estudante o nome José Emílio de Magalhães e Sousa, n. Leiria, Sé, 1770, † Alcobaça, 01.1860. C.c. s.p. **Maria Gertrudes Barbosa de Sousa e Sá** (ver em cima). Filhos:

1(VI) *João Emílio de Magalhães* – que segue no número VI.

2(VI) *Luisa de Magalhães* – n. 31.05.1817. S.m.n.

VI. *João Emílio de Magalhães* – n. Alcobaça, 12.11.1811, † Alcobaça, 31.07.1864. C., Alcobaça, 19.04.1841, c. **Maria Silvéria Raposo**, Senhora da Quinta da Cerca do Mosteiro de Alcobaça (depois chamada da Cova da Onça), n. Lisboa, 21.01.1821, † Alcobaça, 03.07.1908, fº de José Silvério Raposo, n. Marinha Grande, 1782, † 28.02.1861, e de sua mulher, c. quem c. em Lisboa, São Cristóvão e São Lourenço, 07.01.1818, Ana Avelina do Carmo, n. Leiria, Óbidos, 10.11.1778, neta paterna de Silvério Afonso Raposo, negociante em madeiras, assina como testemunha em 1790, e de Eufrásia Maria da Encarnação. Filhos:

1(VII) *Tomás Emílio Raposo de Magalhães* – n. Alcobaça. S.m.n.

2(VII) *José Eduardo Raposo de Magalhães* – que segue no número VII.

VII. *José Eduardo Raposo de Magalhães* – Bacharel em Filosofia (UC), Bacharel em Matemática (UC), Licenciado em Engenharia Civil (UC), Governador Civil de Leiria, Músico amador e regente, Lavrador e vitivicultor, n. Alcobaça, 12.06.1844, † Alcobaça, Quinta da Cova da Onça, 1942. C., Nazaré, 30.01.1882, c. **Maria**

Virgínia de Carvalho Remígio, n. Nazaré, Pederneira, 15.05.1846, † Alcobaça, 1946, fª de José Carvalho Remígio, n. 20.06.1821, e de Maria dos Anjos Carvalho. Filhos:



Figura n.º 21: José Eduardo Raposo de Magalhães.

1(VIII) **José Emilio Raposo de Magalhães** – que segue no número VIII.

2(VIII) **João Emílio Raposo de Magalhães** – Médico (UC), Professor, Fundador do IPO, n. Alcobaça, 1884, † Lisboa, Lapa, 23.11.1961. C., Lisboa, 08.12.1914, c. **Maria Teresa de Lima Mayer**, fª de Carlos Félix de Lima Mayer, Médico, financeiro e administrador de empresas, cofundador da “Companhia de Moçambique”, um dos Vencidos da Vida, n. Lisboa, 1846, † Lisboa, Santos-o-Velho, 28.02.1910, e de sua mulher, c. quem c. em Lisboa, Lapa, 02.05.1875, Amélia da Veiga Araújo, neta paterna de António Mayer, que se converteu ao Catolicismo em 18-08-1825, comerciante inscrito no Consulado Geral de França em Lisboa (31-10-1838), fundador da Firma “Lima Mayer & Filhos” (1834), administrador e negociante de propriedades agrícolas, geriu e administrou bens e propriedades pertencentes à Casa dos Duques de Palmela, dos Marquêses do Faial e de Sousa Holstein e dos Condes da Lapa e da Casa Lousa; em 1841, arrendou, para exploração, o Morgadio de Beja ao 4º Marques de Penalva, Juiz desembargador, e de Maria Clementina de Lima, herdeira da Grande Casa Agrícola da Família Lima, foi Senhora em Sucessão ao seu pai e irmão da Quinta da Lagoalva de Cima, Quinta do Outeiro, Quinta do Sobral, Casal do Carvalho, Casal do Borrageiro, Casais da perna molhada e das Pombas, neta materna de João Francisco de Araújo e de Clotilde Joaquina da Veiga. S.g.



Figura nº 22: José Emílio Raposo de Magalhães.

- VIII. José Emílio Raposo de Magalhães** – industrial, Banqueiro, Fundador da Crisal – Cristais de Alcobaça, da Fábrica de Conservas Cister e do Banco Raposo de Magalhães, lavrador e grande proprietário, n. Alcobaça, 14.07.1883, † Alcobaça, 09.08.1974. C., Alcobaça, 18.06.1914, c. **Judite Froes Barreto Neves**, n. Alcobaça, 12.06.1896, † Alcobaça, 07.02.1987, f^a de António José de Sousa Neves, Médico (U.C.), n. Alcobaça, 17.12.1869, † Alcobaça, 03.10.1955, e de Lavínia Froes Barreto Perdigão, n. 28.05.1874, † 24.02.1961, neta paterna de Francisco de Sousa Neves, proprietário, e de Maria José Freire Figueira, neta materna de José de Almeida Barreto Perdigão, Médico (U.C.), e de Francelina de Avelar Froes. Filhos:
- 1(IX) **Eduardo Neves Raposo de Magalhães** – n. Alcobaça, 1915. C.c. **Maria Domingas de Sousa Machado Burgos**, representante do título de visconde de Oleiros, n. 30.03.1921, f^a de Domingos Burgos, n. 11.11.1888 e de Marta Roma Marques de Sousa Machado, n. Lisboa, Mártires, 27.07.1887, † 16.06.1978, neta paterna de José Lopes Burgos e de Hermínia Clotilde de Albuquerque Costa e Ornelas (neta materna de Francisco Rebelo de Albuquerque Mesquita e Castro³¹, 2^o visconde de Oleiros, lic^o em Direito, governador civil de vários distritos administrativos, valoroso militar e Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição), neta materna de Guilherme da Silva Guardado de Sousa Machado e de Alda Roma Marques. Filhos:
- 1(X) **Maria Luisa Burgos Raposo de Magalhães**.

³¹ <https://geneall.net/pt/nome/54538/francisco-rebelo-de-albuquerque-mesquita-e-castro-2-visconde-de-oleiros/>

2(X) *José Emílio Burgos Raposo de Magalhães*.

3(X) *Maria Helena Burgos Raposo de Magalhães* – † Alcobaça, 14.11.2008, c.c. **António Nascimento e Sousa**, médico, † 31.12.2009.

Filhos:

1(XI) *Maria Luísa* – c.c. **Jaime Artur Fonseca de Sotto-Mayor**, fº de Jaime Artur Lopes Marques de Sottomayor, n. 18.11.1927 em Lisboa, Beato, † Lisboa, Santo Condestável, 23.11.1980, e de Maria do Socorro Farinha Torres da Fonseca, n. Lisboa, 06.04.1928, neto paterno de Diogo Vasconcelos Hasse de Sottomayor e de Celeste Lopes Marques, neto materno de Boaventura da Silva Marques e de Maria dos Anjos Lopes.

2(XI) *José Pedro*

2(IX) *António Neves Raposo de Magalhães* – industrial e lavrador, n. Alcobaça, 1916. C.c. **Maria Regina Brilhante Coutinho**, † Lisboa, 2000, fª de Francisco Ribeiro Coutinho e de Berta Brilhante Periquito. Filhos:

1(X) *Teresa Coutinho Raposo de Magalhães* – n. Alcobaça, 24.07.1942. C.c. **Alberto Manuel Santos Ortigão de Oliveira**, n. 21.10.1929, fº de Manuel Ortigão de Oliveira, n. 25.10.1901, Porto, Nevogilde, † Porto, Ramalde, 28.05.1964, e de sua mulher, c. quem c. no Porto, 16.11.1927, Guiomar Helena da Cruz Santos, n. 23.09.1904, Porto, Miragaia, † Porto, Lordelo do Ouro, 04.07.1990, neto paterno de Manuel Joaquim de Oliveira e de Maria Emília da Cunha Ramalho Ortigão (sobrinha de Ramalho Ortigão³², escritor, bibliotecário na Real Biblioteca da Ajuda, Secretário e Oficial da Academia Nacional de Ciências, Vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais, Membro da Sociedade Portuguesa de Geografia, da Academia das Belas-Artes de Lisboa, do Grémio Literário, do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, e da Sociedade de Concertos Clássicos do Rio de Janeiro, da Academia de História de Madrid, da Sociedade Geográfica de Madrid, da Real Academia de Belas Artes de S. Fernando, da Union Ibero-Americana, e da Real Academia Sevillana de Buenas Letras, em Espanha, Comendador da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem da Rosa, no Brasil e grã-cruz da Ordem de Isabel a Católica). C.g.

2(X) *António Coutinho Raposo de Magalhães* – n. 1948. C.c. **Maria Cecília Vaz Sant’Ana Godinho**, n. 07.06.1947, fª de Mariano Feijóo de Sant’Ana Godinho, magistrado e advogado, e de Maria Gertrudes Antunes Vaz, neta paterna de Mariano Caetano de Sant’Ana

³² <https://geneall.net/pt/nome/25764/ramalho-ortigao/>

Godinho, Juiz de Direito pela Universidade de Coimbra, Advogado, e de Blandina Feijóo. C.g.

3(IX) **José Neves Raposo de Magalhães** – advogado, banqueiro, diplomata, Presidente do Conselho de Administração da Crisal-Alcobaça, Secretário Geral da Fundação Gulbenkian, Cônsul Geral de Portugal em Lyon, Ministro (corpo diplomático), Administrado do Crédito Predial Português, n. Alcobaça, 20.05.1918, † Lisboa, 22.05.1995. C.c. **Maria João de Macedo de Oliveira Simões Pereira da Costa Guerra**, n. Leiria, Barreira, 17.07.1916, † 20.12.2009, fª de António Carlos Pereira da Costa Guerra³³, 3º visconde da Barreira, n. 21.12.1894, e de Maria Francisca de Macedo de Oliveira Simões, n. 15.02.1893, neta paterna de João Carlos Marques da Silva e Costa Guerra³⁴, 2º visconde da Barreira, Licº em Medicina (Universidade de Coimbra), médico municipal em Leiria, do Hospital da Misericórdia, etc. e de Sara Celestina Lopes de Beja, neta materna de José Maria de Oliveira Simões e de Feliciano Maria Alves de Macedo. Filhos:



Figura n.º 23: José Neves Raposo de Magalhães.

1(X) **Jorge Emílio Guerra Raposo de Magalhães** – sócio do Real Clube Tauromáquico Português, n. 30.07.1944, † 22.05.2016. C., Cascais, c. **Maria Amélia Ribeiro de Sommer Champalimaud**, n. Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 29.03.1944, fª de Henrique de Sommer Champalimaud, n. Lisboa, 07.02.1919, † Cascais, 12.11.1996, e de Maria Madalena da França de Sommer Ribeiro, n. 19.01.1920, Lisboa, Anjos, † Lisboa, Cascais, 16.03.2016, neta paterna

³³ <https://geneall.net/pt/nome/53904/antonio-carlos-pereira-da-costa-guerra-3-visconde-da-barreira/>

³⁴ <https://geneall.net/pt/nome/54712/joao-carlos-marques-da-silva-e-costa-guerra-2-visconde-da-barreira/>

de Carlos Montez Champalimaud, médico, proprietário, agricultor e empresário, e de Ana de Araújo de Sommer, neta materna de João de Sommer Ribeiro e de Maria Amélia de Oliveira Pinto da França (bisneta de Bento da França Pinto de Oliveira³⁵, 1º conde da Fonte Nova). Filhos:

1(XI) **Jorge Champalimaud Raposo de Magalhães** – Licº em Arquitectura (UL), Pós-Graduado em Gestão de Imobiliário (ISEG), n. Cascais, 16.09.1970. C., Cascais, Estoril, 08.09.2001, c. **Alexandra-Nadejda, Princesa de Koháry**³⁶, Degree in Literature-History and Political Science (Bishop's University), Degree in Graphic Design (Pratt Institute of New York), n. Canadá, Toronto, 14.09.1970, fª de Bronislaw Tomasz Andrzej Chrobok, Banqueiro de Investimentos, n. Kattowitz, Polónia, 27.08.1933, e de sua mulher, c. quem c. em Toronto, Canadá, 16.11.1969, Maria Luisa³⁷, princesa da Bulgária, n. Sofia, 13.01.1933, neta paterna de Pawel Wincenty Chrobok, coronel do Exército Polaco, Herói da Independência da Polónia(1920-21), Engenheiro-arquitecto, Doutor em Filosofia (U. de Darmstadt), e de Maria Cernowska, neta materna de Boris III, rei da Bulgária³⁸ e de Joana de Sabóia³⁹, princesa de Itália (fª de Vitor Manuel III, rei de Itália⁴⁰). C.g. 2(XI) **Lourenço Champalimaud Raposo de Magalhães** – n. 18.11.1972. C., Penafiel, Bustelo, 21.06.2008, c. **Catarina Henry Lobo Guedes**, n. 15.07.1980, fª de Francisco José Lobo Guedes, n. Porto, 09.10.1932, e de Isabelle Vaylet Henry, neta paterna de Fernando van Zeller Guedes, fundador da Sociedade Comercial dos Vinhos de Mesa de Portugal (1942), e de Maria Amália Cabral Lobo de Vasconcelos. C.g.

3(XI) **Martim Champalimaud Raposo de Magalhães** – n. 09.01.1974. C., 16.07.2011, c. **Ana Cristina Santiago Sutcliffe**, n. 26.12.1980, fª de David Robert Sutcliffe, † Lisboa, 28.09.2019, e de Maria Teresa Freire de Andrade Santiago.

2(X) **João Emílio Guerra Raposo de Magalhães** – c.c. **Maria Manuel Cordes Cabêdo Sanches**, Arquitecta Paisagista, Professora, fª do Almirante Carlos Sanches e de Maria do Carmo d' Oriol Pena Cordes Cabedo, neta paterna de Manuel Carlos Sanches e de Maria Agostinha Araujo da Silva Lemos, neta materna de Maximiliano Cordes Cabedo, Licº em Medicina, Escola Médico-cirúrgica de Lisboa (28.07.1908), Capitão Miliciano, Médico-Cirurgião do Corpo Expedicionário Português, I Guerra, França, Condecorado com a Cruz de Guerra, e de Maria Teresa de Figueiredo e Melo d' Oriol Pena (bisneta paterna de Joaquim José do Vadre de Santa Marta de Mesquita e Melo⁴¹, 2º visconde de Andaluz). C.g.

³⁵ <https://geneall.net/pt/nome/25741/bento-da-franca-pinto-de-oliveira-1-conde-da-fonte-nova/>

³⁶ <https://geneall.net/pt/nome/63002/alexandra-nadejda-princesa-de-kohary/>

³⁷ <https://geneall.net/pt/nome/18768/maria-luisa-princesa-da-bulgaria/>

³⁸ <https://geneall.net/pt/nome/6509/boris-iii-rei-da-bulgaria/>

³⁹ <https://geneall.net/pt/nome/8791/joana-de-saboia-princesa-de-italia/>

⁴⁰ <https://geneall.net/pt/nome/6226/vitor-manuel-iii-rei-de-italia/>

⁴¹ <https://geneall.net/pt/nome/48036/joaquim-jose-do-vadre-de-santa-marta-de-mesquita-e-melo-2->

3(X) *Maria Francisca Guerra Raposo de Magalhães* – c., em 1^{as} núpcias, c. **Eugénio Pereira de Castro Caldas**, arquitecto, n. Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 08.03.1945, f^o de Eugénio Queiroz de Castro Caldas, eng^o agrónomo, prof^o Catedrático do Instituto Superior de Agronomia, n. Lisboa, 05.12.1914, † Lisboa, 18.12.1999, e de sua mulher, c. quem c. em Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 14.12.1942, Maria Lusitana Mascarenhas de Lemos, n. Lisboa, São Jorge de Arroios, 10.10.1919, † 18.03.2019, neto paterno de Eugénio Pereira de Castro Caldas, médico, e de Laura Teixeira de Queiroz, neto materno de Júlio Mascarenhas Viana de Lemos, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, e de Maria Luísa Bacelar Mascarenhas de Matos. C.g. C., pela 2^a vez, c. **José Nuno Firmo Botelho de Andrade**, f^o de Ernesto João Mascarenhas Botelho de Andrade e de Ilda da Costa Firmo. C.g.

4(X) *António Carlos Guerra Raposo de Magalhães* – † 2004. C., 1^a vez, c. **Maria Lucinda dos Santos Rodrigues Pinto**, n. 11.09.1952, † 11.09.1982. S.g. C., 2^a vez, c. **Maria do Rosário Bandeira de Lima de Sousa Machado**, f^a de Francisco José Rebello de Sousa Machado, n. Lisboa, 15.11.1923, e de Maria Gabriela Campelo de Andrade Bandeira de Lima, n. Lisboa em 1925, neta paterna de João de Sousa Machado e de Maria Helena Montanha Rebello⁴², neta materna de Vicente Bandeira de Lima e de Gabriela Campelo de Andrade. S.g. C., 3^{as} núpcias, c. **Maria Theotónio Pereira de Sampaio e Melo**, n. 16.02.1954, f^a de Rui António Marinho de Almeida de Sampaio e Melo, n. 19.12.1915, e de Maria Teresa de Bettencourt Theotónio Pereira, n. 09.10.1923. S.g. C., 4^a vez, c. **Teresa Maria Lagos Homem de Melo**, f^a de Manuel José Archer Homem de Melo, Lic^o em Direito (UL), Deputado à Assembleia Nacional em três legislaturas, n. Águeda, Casa da Aguieira, 30.08.1930, † Cascais, Estoril, 20.06.2019, e de Domitília Fernanda da Silva Lagos, n. Oliveira do Hospital, 20.07.1927, † 01.01.2018, neta paterna de Manuel Homem de Melo da Camara, 1^o conde de Águeda, e de Maria José Archer Crespo de Figueiredo, neta materna de João Rodrigues Lagos, grande empresário em Angola e Moçambique, e de Mécia Maria Pereira da Silva. S.g.

5(X) *Maria João Guerra Raposo de Magalhães*

6(X) *Ana Filipa Guerra Raposo de Magalhães*

7(X) *Duarte Carlos Guerra Raposo de Magalhães* – c. Lisboa, Santa Isabel, 09.02.1980, c. **Isabel Paiva Raposo Farrusco**, n. 05.11.1955, f^a de Francisco dos Santos Farrusco Jr, oficial de cavalaria, n. 19.01.1923, e de Maria do Rosário Buzaglo de Paiva Raposo, n. 09.09.1933. Cg.

4(IX) *João Neves Raposo de Magalhães* – sócio do Real Clube Tauromáquico Português, Banqueiro, Presidente da Câmara de Alcobaça (1984\8), n. 03.07.1922. C., pela 1^a vez, Lisboa, 20.12.1944, c. **Maria da Luz Barros e Sá de Abreu**,

visconde-de-andaluz/

⁴² <https://geneall.net/pt/nome/31768/maria-helena-montanha-rebelo/>

n. Lisboa, Santos-o-Velho, 29.11.1923, † Lisboa, 07.08.2016, fº de Miguel Brito do Rio de Abreu, n. Sintra, Santa Maria e São Miguel, 31.07.1889, † Lisboa, 22.04.1946, e de Madalena Alves do Rio de Barros e Sá, n. Lisboa, Mercês, 13.12.1898, † Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 22.02.1988, neta paterna de Eduardo Augusto da Rocha de Abreu, médico e deputado, e de D. Adelaide de Meneses Brito do Rio, neta materna de Rafael de Barros e Sá (fº de António José de Barros e Sá, deputado, fidalgo da Casa Real, auditor e Juiz Relator do Supremo Tribunal de Justiça Militar, Par do Reino, Ministro da Justiça e Fazenda, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Grã-Cruz Carlos III de Espanha, Grã-Cruz Pio IX, Presidente da Câmara dos Pares de 1886 a 1890), e de Maria de Lucena Alves do Rio. C.g.

C., em 2ªs núpcias, 06.07.1979, c. **Linda Brunhilde Schubert Rindfleisch**. S.g. 5(IX) **Manuel Emílio Neves Raposo de Magalhães** – que segue no número IX. 6(IX) **Fernando Emílio Neves Raposo de Magalhães** – administrador da Crisal, Alcobaça, administrador da Resinagem Nacional, presidente da Sopursal, Sociedade Industrial de Sal do Algarve, S.A., director Secretário do Automóvel Club de Portugal (1974-76), c.c. **Maria Luísa Nunes de Almeida Bandeira**, fº de Luís Tito Schreyer Pereira Bandeira, n. 14.02.1907, e de Maria Generosa Alfaia de Carvalho Nunes de Almeida, neta paterna de Ezequiel de Azevedo Bandeira, arquitecto, e de Sofia Maximiana Schreyer Pereira, neta materna de Joaquim Nunes de Almeida e de Generosa Alfaia de Carvalho. Filhos:

1(X) **Maria João Bandeira Raposo de Magalhaes**

2(X) **Pedro Emílio Almeida Bandeira Raposo de Magalhaes** – n. em 28.01.1964. C.c. **Mafalda Ramada de Sousa de Campos Nogueira**⁴³. C.g.

3(X) **Luís Maria Almeida Bandeira Raposo de Magalhaes**

4(X) **Miguel Emílio Almeida Bandeira Raposo de Magalhães** – n. em 29.04.1970, c.c. **Vera Pires Correia Cassiano Neves**, fº de Luis Cassiano de Azevedo Gomes Neves, (3º neto de Elise Hensler⁴⁴, condessa de Edla, 2ª mulher de D. Fernando II⁴⁵, rei de Portugal), n. Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 19.04.1945, † Lisboa, Campo Grande, 17.04.2003, e de Ana Maria Pires Correia, n. Lisboa, Anjos, 13.02.1947. C.g.

5(X) **Catarina Bandeira Raposo de Magalhães** – **António Maria Lobato de Melo do Amaral Pyrrait**. C.g.

IX. Manuel Emílio Neves Raposo de Magalhães – administrador da Crisal – Cristais de Alcobaça. c.c. **Maria Manuela Diniz de Miranda Quintas**. C.g. (ver em cima).

⁴³ <https://geneall.net/pt/nome/596063/mafalda-ramada-de-sousa-de-campos-nogueira/>

⁴⁴ <https://geneall.net/pt/nome/21770/elise-hensler-condessa-de-edla/>

⁴⁵ <https://geneall.net/pt/nome/5680/d-fernando-ii-rei-de-portugal/>

ANEXO II

Família Monteiro de Barros⁴⁶

- I. **Francisco do Couto de Azevedo** – “foi Cavaleiro da ordem de X^o Fidalgo da Casa Real segundo dizem seus descendentes serviu na India co patente de Cap.am, e acompanhou ao Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo a Cochim, e foi Procurador de Cortes por Vila do Conde no ano de 1642”. Capitão, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real. C.c. **Ângela da Costa**, f^a de António Álvares da Costa, que serviu em África, onde foi armado cavaleiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real, e de Maria de Oliveira Gaio. Filho:

- II. **Manuel do Couto de Azevedo** – senhor da Casa do Vinhal, junto de Vila Nova, e de um Morgado em Vila do Conde, que tem por cabeça a Capela de Nossa Senhora da Piedade, com suas Armas, que serviu na Aclamação à sua custa, n. Porto, Vila do Conde, 26.06.1685. C.c. **Isabel de Barros**, † em Vila do Conde, 10.04.1695, filha de Miguel de Freitas de Barros, Senhor da Casa de Arroios, n. Vila Nova de Famalicão, Requião, c. 1615, e de sua mulher, c. quem c. em Celorico de Basto, Vale de Bouro, 29.01.1633, Margarida Borges Monteiro, n. Celorico de Basto, Vale de Bouro, neta paterna de Diogo de Freitas Rebelo, alcaide-mor de Moçambique, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, “serviu Diogo de Freitas em Tanger com Armas e Cavalos a sua custa, e acompanhou a El Rei D. Sebastião a Africa, onde ficou cativo, e se resgatou a sua custa”, e de Brites de Barros de Faria, neta materna de António Monteiro de Campos e de Brites Borges, Senhora da Casa de Melhorado, Vale de Bouro, Celorico de Basto. Filho:

- III. **Francisco de Barros de Azevedo** – Senhor da casa de Vinhal, Senhor do Morgado que Instituiu seu segundo tio João da Costa de Azevedo que tem por cabeça o Altar de S. Benito no Convento de S. Francisco. Teve de **Custódia Gomes**, filha de João Gomes e de Maria Gomes a um filho:

- IV. **José de Azevedo Monteiro de Faria** – “foi legitimado por El rei, e Sua Santidade foi Professo na Ordem de X^o e da Governança da cidade do Porto”. Cavaleiro da Ordem de Cristo, da governança da cidade

⁴⁶ Este anexo foi baseado em Forjaz, Jorge, Mendes, António Ornelas, *Genealogias da Ilha Terceira*, volume VIII, Rayte a Silvano, páginas 728 e 729, Dislivro Histórica, 2007, e no site <https://geneall.net/pt/>

do Porto. C.c. **Antónia Josefa de Neiva**, filha de Vitoriano da Costa de Oliveira, Desembargador da Relação de Goa, Desembargador da Suplicação, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e de D. Mariana Sequeira de Melo. Filhos:

1(V) **Francisco de Azevedo Monteiro de Barros Faria**

2(V) **Pedro de Azevedo Monteiro de Faria**

3(V) **António de Azevedo Monteiro de Faria (ou de Barros)** – que segue no número V.

4(V) **Caetano de Azevedo Faria e Couto** – c.g.

V. **António de Azevedo Monteiro de Barros** – C.c. N. Filho:

VII. **José de Azevedo Monteiro de Barros e Faria**⁴⁷ – major do Exército, Cavaleiro da Ordem de Aviz, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (decreto de 20.01.1847⁴⁸), n. Vila Nova de Famalicão, 1811, † 27.11.1872. C., na Sé do Funchal, 1832, c. **Maria Andreza Telo de Menezes**, natural do Funchal. Filho do casamento:

1(VII) **Luciano de Azevedo Monteiro de Barros**, que segue no número VII.

Filho natural:

2(VII) **Viriato de Azevedo Monteiro de Barros** – bat. Sé de Angra, 06.01.1853. Reconhecido pelo pai em 1871. S.m.n.

VII. **Luciano de Azevedo Monteiro de Barros** – chefe do Estado Maior da 5ª Divisão Militar, sediada em Angra, passou à reserva no posto de general de brigada⁴⁹. N. Braga, Sé, 06.09.1844. C. na capela do Paço Episcopal (reg. Sé), sendo celebrante o Bispo D. João Maria, 23.01.1878, c. **Francisca de Paula da Silva**, n. Sé, 29.05.1858, fª de João Maria da Silva, proprietário, e de Maria Delfina Coelho Borges. Filhos:

1(VIII) **José de Azevedo Monteiro de Barros** – n. Angra do Heroísmo, Sé, Açores, 18.02.1879, † Lisboa, 29.05.1894. Matriculou-se no Colégio Militar em 1889.

2(VIII) **João de Azevedo Monteiro de Barros** – que segue no número VIII.

3(VIII) **Maria** – n. Sé, 27.03.1882, † Sé, 30.03.1886.

4(VIII) **António** – n. Sé, 29.12.1883, † Sé, 04.04.1884.

5(VIII) **fulano** – n. Sé, 03.09.1885, † Sé, 05.09.1885.

6(VIII) **fulano** – n. Sé, 16.08.1886, † Sé, no mesmo dia.

VIII. **João de Azevedo Monteiro de Barros** – General da arma de Engenharia (reformado em 1939), governador militar de Lisboa, comandante geral da G.N.R., engenheiro-chefe da Companhia das Águas, comendador (1919) e grande-oficial (1928) da Ordem

⁴⁷ <http://geneall.net/pt/nome/861585/jose-de-azevedo-monteiro-de-barros-e-faria/>

⁴⁸ Belard da Fonseca, *A Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, página 165.

⁴⁹ A.H.M., processo individual, caixa 1308.

de Aviz, medalha da Vitória (1920), medalha de ouro dos Bons Serviços, medalha de ouro da Legião Portuguesa, etc.. N. Sé, Angra do Heroísmo, 31.07.1880, † Lisboa, 02.02.1943. C., 19.04.1909, c. **Gertrud Elisabeth Martin Moerder**. Filhos:

1(IX) **José de Azevedo Monteiro de Barros** – Coronel. N. 17.01.1910.
 2(IX) **Jaime de Azevedo Monteiro de Barros** – que segue no número IX.
 3(IX) **Maria Helena de Azevedo Monteiro de Barros** – n. Lisboa, 14.06.1913, † Estrela, Lisboa, 23.05.2002. C. Anjos, Lisboa, agosto.1932, c. **António Sebastião Ribeiro de Spínola**⁵⁰, General da arma de Cavalaria, marechal do Exército, medalha de Mérito Militar de 3ª classe, oficial da Ordem de Aviz, oficial da Ordem da Torre e Espada, etc. Governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné e Presidente da República Portuguesa, n. Santo André, Estremoz, 11.04.1910, † Ajuda, Lisboa, 13.08.1996, fº de António Sebastião Spínola, inspector de Finanças, n. Calheta, Funchal, e de Maria Gabriela Alves Ribeiro. S.g.



Figura nº 24: marechal António de Spínola.

- IX.** **Jaime de Azevedo Monteiro de Barros** – contra-almirante da Armada, chefe do gabinete do Ministro da Marinha, 2º comandante naval de Angola, fez parte da Missão Geo-hidrográfica da Guiné durante 10 anos. N. Lisboa, 21.10.1911, † Lisboa, 25.06.1974. C.c. **Etelvina Júlia da Silva e Almeida**. Filha:
- X.** **Maria Helena Monteiro de Barros** – n. 27.08.1943. C.c. **Joaquim Manuel Diniz Quintas**, n. 06.07.1942, filho de Armando de Miranda Quintas e de Lucília Leão Diniz. C.g. (ver em cima)

⁵⁰ <http://geneall.net/pt/nome/24020/antonio-de-spinola/>

ANEXO III

Família Câncio Martins

I. *Luis Câncio Martins* – casado. Filhos:

1(II) *Guilherme Câncio Martins* – que segue no número II.

2(II) *José Luís Câncio Martins* – lic^o em eng^a. C.c. **Isabel Maria Lima da Motta Faria**, f^a de Hermano da Motta Faria, comerciante na vila da Ribeira Grande, onde foi presidente da Câmara Municipal e desempenhou outros cargos públicos, que n. em 1902 na Ribeira Grande, Conceição, e † na Ribeira Grande, N^a Sr^a da Conceição, Hospital de S. Francisco, em 31.07.1994, e de sua mulher Clotilde do Rego Lima, neta paterna de Augusto de Faria, comerciante na vila da Ribeira Grande, e de sua mulher Hermínia da Silva Motta. Filhos:

II. *Guilhermina Helena da Mota Faria Câncio Martins* – n. na Ribeira Grande, Matriz, em 06.08.1962. C.c. **António Pinto Basto Bissaia Barreto**, n. em 22.12.1959, f^o de Albano José R-oque de Pinho Bissaia Barreto, n. em 30.01.1934 e † em 19.03.2003, e de sua mulher Maria da Conceição Ferreira Pinto Basto, n. em 08.12.1936, neto paterno de António de Matos Barreto, prof^o, sócio do Real Clube Tauromáquico Português, e de sua mulher Maria da Piedade Valdez Briffa Roque de Pinho (f^a de Álvaro Roque de Pinho, 2^o conde de Alto Mearim), neto materno de Albano Caldeira Ferreira Pinto Basto e de sua mulher Jesuína Rita Salgueiro da Costa. Filhos:

1(IV) *José Albano Câncio Martins Bissaia Barreto* – médico, n. no Porto em 02.05.1991.

2(IV) *Isabel Maria Câncio Martins Bissaia Barreto* – n. no Porto em 07.07.1995.

3(IV) *Inês Câncio Martins Bissaia Barreto* – n. em 18.09.2000.

III. *Guilherme Câncio Martins* – arquitecto, c.c. **Maria de Lurdes Diniz de Miranda Quintas**, f^a de Armando de Miranda Quintas, fundador dos armazéns Quintas & Irmão, em Luanda, Angola, e de sua mulher Lucília Leão Diniz, neta materna de Joaquim Diniz, 1^o tenente da Armada Portuguesa, e de sua mulher Maria de Jesus Leão. C.g. (ver em cima).

ANEXO IV

Família Montanha Rebello

Família descendente por legítima varonia de Manuel Rebello, já falecido em 1710, e de sua mulher Maria de Moura. Deste casal foi neto José Rebello de Moura (n. na freg. de S. Pedro, Óbidos, princípios do séc. XVIII), que casou na freg. de S. Nicolau, Lisboa, com Maria-Josefa (bat. freg. dos Mártires, Lisboa). Deste casal foi filho Joaquim-José Rebello (bat. freg. da Conceição Nova, Lisboa, a 8.12.1748) que casou na freg. de St.^a Isabel, Lisboa, a 8.4.1783, com D. Joaquina-Petronilha (n. na freg. de St.^a M.^a do Castelo, Almada). Destes foi filho Joaquim da Cruz Rebello (bat. freg. de Santos-o-Velho, Lisboa, a 24.5.1792) que casou na freg. de St.^a Isabel, Lisboa, a 17.7.1816, com D. Luzia Prisca Gorenni (bat. na Igreja do Loreto, paróquial da Nação Italiana em Lisboa), filha de Nicolau Gorenni (n. freg. de S. João da cidade de Bastia, ilha da Córsega) e de sua mulher, com quem casou na freg. de S. Paulo, Lisboa, a 2.8.1787, D. Maria Madalena de Ferrari (bat. na Igreja do Loreto a 10.3.1766), neta paterna de António Gorenni e de Luísa Gorenni, neta materna de Bartolomeu de Ferrari (bat. freg. de St.^o Hilário do lugar de Nervi, arcebispado de Génova), e de Rosa de Viterbo Gneco (bat. na Igreja do Loreto, Lisboa).

De Joaquim da Cruz Rebello e D. Luzia-Prisca Gorenni foi bisneto Francisco-Luís Rebello (n. freg. da Encarnação, Lisboa, a 6.11.1880 – fal. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 6.2.1968) capitão de mar-e-guerra, comendador das o.o. de Avis e da Estrela da Roménia, oficial da o. da Legião de Honra de França, etc., que casou na freg. S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 4.7.1906 com D. Virgínia-Luísa Montanha (n. na freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 13.3.1883 – aí fal. a 15.9.1971. D. Virgínia Luísa era filha natural de D. Ana-Maria Montanha (n. freg. de S. Mamede, Lisboa, a 31.1.1847 – fal. a 19.2.1939) (*havida de seu sobrinho João-José-da-Conceição de Noronha Montanha, tenente, filho de seu irmão João-Paulino Montanha, general de brigada, governador do Forte de S. Julião da Barra, cavaleiro das o.o. de Cristo e da Torre e Espada, comendador da o. de Avis, etc., e de sua mulher D. Maria Guilhermina de Noronha, irmã do 1.^o Conde de Mahem – cf. este título – filha de D. Joaquim-Cristovão de Noronha (3.^o neto de D. Marcos de Noronha, 4.^o conde dos Arcos), major, moço-fidalgo e fidalgo-escudeiro da C.R., senhor da aldeia de Mahém, etc., e de sua mulher D. Genoveva-Leonilde da Costa Campos – cf. Condes dos Arcos de Valdevez, II linha).*

D. Ana-Maria era filha de João-Baptista Montanha (n. freg. de St.^a Engrácia, Lisboa, a 22.5.1810 – fal. freg. da Pena, Lisboa, a 14.7.1895), major de infantaria,

cavaleiro da o. de Avis (1862), medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo 2 (1863), e de sua mulher, com quem casou na freg. de S. Vicente de Fora, Lisboa, a 8.12.1835, D. Maria- Rosa-Zeferina de Miranda, filha de Tomé-Gualberto de Miranda, escrivão das sizas e do almoxarifado da vila de Ponte de Lima (1819), alferes da 5.^a companhia do regimento de Voluntários Reais de Milícias a pé de Lisboa Ocidental (12.2.1815), despachante da Casa da Índia e Mina (12.9.1819), e de sua mulher D. Maria do Carmo.

João-Baptista era irmão de: 1) *Alexandre-José-Victor Montanha* (n. freg. de St.^a Engrácia, Lisboa, 12.4.1804), que justificou a sua nobreza em 5.4.1824 para assentar praça como cadete a 17.4.1824, frequentou a Real Academia de Marinha, foi cadete porta-bandeira do regimento de Infantaria 7 (1.10.1827), alferes (9.4.1831), condecorado com as medalhas de Fidelidade ao Rei e à Pátria e da Real Efigie do Rei D. Miguel; 2) *Padre Joaquim de Santa Rita Montanha* (n. freg. de St.^a Engrácia, Lisboa, 13.3.1806 – fál. 1870), monge da Ordem de S. Francisco, cavaleiro da o. de Cristo, mandou construir a igreja da N.^a Sr.^a da Conceição em Inhambane onde foi figura proeminente da vida política e social e membro do triunvirato que governou esta região de Moçambique em 1850, professor, comerciante, explorou a região onde é actualmente o famoso Krugger Park e foi um dos quatro descobridores do Transval em conjunto com Serpa Pinto, Diocleciano das Neves e Costa Leal.

João-Baptista e seus irmãos eram filhos de José-Alexandre Montanha (bat. freg. da Ajuda, Lisboa, a 19.12.1757), cavaleiro da ordem de Santiago (1792), e de sua segunda mulher (era viúvo de D. Luísa-Justina-Rosa Moreira Pegas e Freire, filha do dr. António Moreira Pegas e Freire, advogado da Casa da Suplicação, cavaleiro da o. de Cristo (26.8.1761), fidalgo de cota de armas (carta de 2.12.1774 para Moreiras, Pegas e Freires), com quem casou no oratório do palácio do marquês de Lavradio, freg. de St.^a Engrácia, Lisboa, a 18.4.1803, D. Maria-Liberata-de-Santa-Rita da Costa Machado de Espínola (n. freg. de S. Cristóvão, Lisboa, a 12.12.1776); *neto pat.* de Alexandre-José Montanha (bat. freg. da Pena, Lisboa, a 10.4.1730), cavaleiro professo na o. de Cristo (24.5.1767), tenente-coronel de Infantaria com o exercício de engenheiro (16.6.1781), notável urbanista, topógrafo, agrimensor, fundador da cidade de Porto Alegre, no Brasil, onde ainda existe uma avenida com o seu nome (Rua Capitão Montanha), de sua 1.^a mulher, com quem casou na freg. da Encarnação, Lisboa, a 7.9.1754, D. Maria-Caetana de Azevedo e Ataíde (bat. freg. de S. Tomé, Lisboa, a 26.7.1735), filha de António Monteiro de Ataíde e de D. Joana-Teodora de Azevedo; *bisneto, por varonia*, de José da Costa Montanha (n. freg. de St.^a Catarina, Lisboa, a 21.2.1672, filho de Diogo Ribeiro Carreira e de sua mulher Isabel Delgada), escrivão das carruagens da Corte e Reino, que casou duas vezes: I, com D. Violante Barbosa de Macedo (n. freg. de Maiorca, Alcobaça), filha de José de Macedo Serrão, cavaleiro da o. de Cristo e de sua mulher D. Luísa-Maria-Josefa de Aguiar, de quem teve duas filhas:

a) D. Luísa-Teresa do Souto (bat. freg. da Pederneira, a 15.10.1707), que casou a 1.2.1734 com o capitão de ordenanças Francisco Sollano de Almeida, familiar do St.º Ofício (carta de 18.3.1755), escrivão das madeiras do pinhal de El-Rei, c.g. na família Sollano de Almeida; b) D. Violante-Josefa do Souto (bat. freg. de S. João Baptista, Tomar, a 11.4.1717), que casou com Caetano Duarte Ferreira e Barbuda (bat. freg. da Pederneira a 27.6.1709), ourives do ouro, familiar do Santo Ofício (carta de 23.9.1748); José da Costa Montanha casou II, Lisboa, a 26.3.1729, com D. Leocádia-Teresa-Rosa (n. freg. da Pederneira), filha do capitão José da Rosa Pinto, escrivão da Fazenda Real na praça de Cacheu, e de sua mulher D. Josefa-Maria-Rosa de Moraes, *neta mat.* de Alexandre de Moraes Heusch, procurador das causas e cônsul da Nação Alemã e do Mar Báltico por sucessão a seu pai, capitão Guilherme Heusch (n. em Hamburgo), cônsul da Nação Alemã e do Mar Báltico em Lisboa (4.1.1641), descendente por legítima varonia de Heinrich Hoesch von Kettenis (1390-1460), tronco de uma família alemã do ducado de Limburg com armas de burguesia com ligações matrimoniais à nobreza de Limburg desde o princípio do séc. XVI (von Walhorn, von dem Sand) e de que alguns membros foram nobilitados: Mathias Gerhard Hoesch foi agraciado com o título de barão (1745) pelo Príncipe eleitor Maximiliano da Baviera; ao Conselheiro Real do comércio da Saxónia Hugo Hoesch foi concedido em Dresden (1913) um título nobiliárquico hereditário; Ludwig Heusch, da linha de Aachen, foi agraciado com um título nobiliárquico hereditário na Prússia nos finais do séc. XVIII e foi integrado na nobreza.

A referida 2.ª mulher de José-Alexandre Montanha, D. Maria-Liberata-de-Santa-Rita era filha de Joaquim-Germano da Costa Machado (n. freg. de S. Cristovão, Lisboa, a 28.5.1745) e de sua mulher, com que casou na freg. da Pena, Lisboa, a 11.11.1775, D. Inácia-Violante-Roberta da Silva (n. freg. dos Mártires, Lisboa, registo transcrito a 30.4.1758), filha Brás da Silva Ribeiro (n. freg. de S. José, Ponta Delgada, Açores, a 31.1.1716), cavaleiro da o. de Cristo (15.6.1743) por renúncia de seu cunhado José-Jacob Biotti em favor de sua mulher, D. Cecília-Maria-Teresa de Spínola (bat. no Loreto, Lisboa), filha de Guilherme Biotti, piemontês.

Brás da Silva era filho de outro Brás da Silva Ribeiro (n. em Ponta Delgada), sargento do número do presídio da cidade de Ponta Delgada, e de sua mulher, com quem casou na freg. de S. Sebastião, Ponta Delgada, a 19.3.1707, Maria Tavares (n. freg. de N.ª Sr.ª da Estrela, Ribeira Grande, S. Miguel), filha natural de Duarte Tavares Correia (n. na Ribeira Grande, S. Miguel), capitão, e de Maria-do-Rosário Moniz (n. freg. de N.ª Sr.ª da Boa Viagem, Ribeira Grande). Duarte Tavares era filho de Manuel do Rego Cabral (n. em 1607), capitão, e de sua mulher, com quem casou na freg. Matriz da Ribeira Grande a 2.5.1622, D. Maria da Ponte Raposo; neto paterno de Francisco do Rego Cabral, (n. freg. de S. Pedro, Ponta Delgada, bat. a 6.4.1577 – fal. a 11.8.1642), capitão, sucessor no vínculo e capela da Glória, e de sua 1.ª mulher D. Ana da Costa de Arruda, (cf. REGO BOTELHO,

dos condes de Rego Botelho, e REGO E SÁ BOTELHO, dos Açores).
Dos supra citados capitão de mar-e-guerra Francisco-Luís Rebello e sua mulher D. Virgínia-Luísa Montanha é neto o eng.º Francisco-Alberto Diniz Montanha Rebello, abaixo mencionado.

Francisco-Alberto Diniz Montanha Rebello, engenheiro de organização científica do trabalho (Paris), administrador de empresas, n. freg. de N.ª Sr.ª da Conceição, Luanda, Angola, a 13.2.1939; c. em Paris, Igreja do Sacré Coeur, a 5.3.1962 com D. *Maria-Isabel* Grave de Sanches Osório, n. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 21.1.1941, filha de Martinho Charráz de Sanches Osório e mulher D. Josefa-Augusta Gonçalves Grave.

FILHOS:

1) *Francisco* de Sanches Osório Montanha Rebello, licenciado em Gestão (Universidade Católica Portuguesa), administrador de empresas, sócio do Instituto Português de Heráldica, fidalgo de cota de armas (certificado do Instituto da Nobreza Portuguesa de 23.8.2007), n. freg. de S. Jorge de Arroios, 23.2.1963; c. na capela da quinta da Bogalheira, freg. do Ramalhal, Torres Vedras, a 7.7.1990, com D. *Teresa-do-Carmo* de Saldanha Ferreira Pinto Basto, licenciada em História (Univ. Livre), n. freg. de Alcântara, Lisboa, a 16.10.1963, filha de José-Alfredo Ferreira Pinto Basto e mulher D. Margarida-do-Carmo da Câmara de Saldanha (cf. FERREIRA PINTO BASTO)

FILHOS:

(1) *Francisco-do-Carmo* Pinto Basto Montanha Rebello, n. freg. da Lapa, Lisboa, a 22.8.1992.

(2) D. *Margarida-do-Carmo* Pinto Basto Montanha Rebello, n. freg. de S. Domingos de Benfica, Lisboa, a 7.6.1994.

(3) D. *Isabel-do-Carmo* Pinto Basto Montanha Rebello, n. freg. de S. Domingos de Benfica, Lisboa, a 3.11.1997.

(4) D. *Teresa-do-Carmo* Pinto Basto Montanha Rebello, n. freg. de S. João de Deus, Lisboa, a 10.7.2001.

2) *Tiago* de Sanches Osório Montanha Rebello, escritor, jornalista, n. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 2.3.1964; c. na capela da casa da quinta da Princesa, Corroios, Seixal, a 4.7.1992, com D. *Teresa-Maria* Ribeiro Ferreira de Lancastre, professora de música, n. freg. de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 6.8.1965, filha dos 5.os Condes da Guarda, D. Sebastião-Manuel de Lancastre e D. Margarida-Maria da Câmara Ribeiro Ferreira (cf. CONDES DA GUARDA).

FILHOS:

(1) D. *Maria-Margarida* de Lancastre Montanha Rebello, n. freg. de St.ª M.ª dos Olivais, Lisboa, a 21.1.1995.

(2) D. *Maria* de Lancastre Montanha Rebello, n. freg. de St.^a M.^a dos Olivais, Lisboa, a 17.2.1998.

(3) *Lourenço* de Lancastre Montanha Rebello, n. freg. de St.^a M.^a dos Olivais, Lisboa, a 27.7.2001.

(4) D. *Teresa-Maria* de Lancastre Montanha Rebello n. freg. de St.^a M.^a dos Olivais, Lisboa, a 28.4.2006.

3) † *Bruno* de Sanches Osório Montanha Rebello, n. freg. de N.^a Sr.^a da Conceição, Luanda, Angola, a 18.1.1969 e fal. a 4.11.1984.

4) D. *Isabel* de Sanches Osório Montanha Rebello, licenciada em Psicologia, n. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 20.3.1971; c. na Igreja da Cartuxa, Laveiras, freg. de Caxias, Oeiras, a 2.2.2002, com *Francisco Rodo Pereira Coutinho Leotte Tavares*, licenciado, BA (Hons) (International Business Studies na Brunel University – Londres, Grã-Bretanha, e na Kutztown University - Pennsylvania, USA) na especialidade de Marketing & Publicidade, n. em Lisboa a 12.6.1972, filho de Francisco Pereira Coutinho Leotte Tavares e mulher D. Leonor Sousa Rodo (cf. VISCONDES DA QUINTA DE SÃO TOMÉ). C.g.

Irmão

1. *Luís-Augusto* Diniz Montanha Rebello, n. no Dundo, Angola, a 1.6.1941; c. I freg. de St.^o Adrião, Moçâmedes, Angola, a 24.5.1966 com D. *Maria-da-Graça* Cantinho de Brito, n. freg. de Chinde, Quelimane, Moçambique, a 14.3.1948, filha do capitão-tenente José de Salles Henriques de Brito, governador do distrito de Moçâmedes, e mulher D. Beatriz Gonçalves de Sequeira Cantinho; c. II, Curitiba, estado do Paraná, Brasil, a 21.10.1985 com D. *Veronita-Aparecida de Albuquerque* do Rego, arquitecta, engenheira de segurança do trabalho e advogada, n. em Campo Mourão, estado do Paraná, Brasil, a 14.11.1956, filha de Joaquim-Xavier do Rego e mulher D. Adalbrair de Albuquerque do Rego.

FILHOS DO 1.º CASAMENTO:

1) *Luís-Miguel* Salles de Brito Montanha Rebello, licenciado em Informática, pós-graduações em Auditoria e Gestão, gestor de empresa, auditor, n. freg. de S. João de Deus, Lisboa, a 23.4.1969; c. na capela do Asilo Militar de Runa, Torres Vedras, a 6.9.1997 com D. *Cristina-Alexandra* de Sousa Matos, licenciada em Informática, gestora de empresas, n. em Luanda, Angola, a 7.5.1972 filha de Ramon-Pepe Matos e mulher D. Maria-Emília Vitoriana.

FILHA:

(1) D. *Catarina* de Sousa Matos Montanha Rebello, n. freg. de St.^a Maria dos Olivais, Lisboa, a 23.5.2003.

2) D. *Ana-Rita* Salles de Brito Montanha Rebello, n. em Curitiba, estado do Paraná, Brasil, a 23.4.1978.

FILHOS DO 2.º CASAMENTO:

3) *Gabriel de Albuquerque do Rego Montanha Rebello*, n. Curitiba, estado do Paraná, Brasil, a 16.2.1986.

4) *Gonçalo de Albuquerque do Rego Montanha Rebello*, n. Curitiba, estado do Paraná, Brasil, a 16.2.1990.

5) D. *Maria-Gabriela de Albuquerque do Rego Montanha Rebello*, n. Curitiba, estado do Paraná, Brasil, a 23.5.1992.

Pais

† *Gabriel-Augusto Montanha Rebello*, director da Companhia Mineira do Lobito, despachante oficial, n. freg. de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 14.2.1913 e fal. em Lisboa a 19.7.1990; c. na freg. de N.ª Sr.ª do Cabo, Luanda, Angola, a 13.8.1937 com D. *Maria-Amélia Leão Diniz*, n. freg. dos Anjos, Lisboa, a 21.10.1914 e fal. freg. de N.ª Sr.ª de Fátima, Lisboa, a 28.12.1993, filha de Joaquim-Luís Diniz, oficial de marinha, e mulher D. Maria-de-Jesus Leão.

Irmãos do pai

do casamento do avô, Francisco-Luís Rebello, n. freg. da Encarnação, Lisboa, a 6.11.1880 e fal. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 6.2.1968, com D. Virgínia-Luís Montanha, n. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 13.3.1883, c. freg. S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 4.7.1906 e fal. freg. de S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 15.9.1971.

1. † D. *Maria-Helena Montanha Rebello*, n. freg. de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, em 13.4.1907 e fal. freg. de N.ª Sr.ª de Fátima, Lisboa, a 30.4.1980; c. freg. de N.ª Sr.ª da Conceição, Luanda, Angola, a 5.8.1922 com *João de Sousa Machado*, empresário, administrador-delegado da Companhia Mineira do Lobito, n. em São Vicente, Cabo Verde, 1893 e fal. a 24.7.1964, filho de José de Sousa Santos e mulher D. Maria Whanon. C.g. (cf. CONDES DO AMEAL E CONDES DE OLIVEIRA DOS ARCOS).

2. † D. *Maria-Luís Montanha Rebello*, n. freg. de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 1.6.1908 e fal. em Lisboa, a 27.12.1975; c. freg. de Luso, Mealhada, a 22.8.1938, com *Eduardo Coutinho de Oliveira Mota da Costa e Sousa Lambin*, juiz adjunto dos Tribunais Militares territoriais de Lisboa, n. na freg. dos Anjos, Lisboa, a 9.11.1906 e fal. na freg. do Campo Grande, Lisboa, a 15.2.1966, filho de Luís-José da Costa e Sousa Lambin e mulher D. Adelaide-dos-Prazeres de Oliveira da Mota. C.g.

3. D. *Maria-Manuela Montanha Rebello*, n. freg. de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 27.8.1909; c. civ. 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, a 7.11.1959 e relig. a 14.8.1967, com *António Gonçalves Coimbra*, tenente-coronel, comendador da o. de Avis, n. freg. de Nandufe, Tondela, em 1896 e fal. a 28.9.1971, filho de José Gonçalves Coimbra e mulher D. Emília Antunes Gomes. S.g.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA CESTARI, DE MONTESANO SULLA MARCELLANA

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho¹

Resumo: *Estudo genealógico da família Cestari, originária de Montesano sulla Marcellana, na Província de Salerno, e seu entrelaçamento com outras famílias da Itália meridional, além de dados biográficos de alguns de seus membros.*

Abstract: *Genealogical study of the Cestari Family from Montesano sulla Marcellana in the Province of Salerno and its entanglement to other Southern Italian families, and some biographical data of family members.*

Os Cestari são uma das mais antigas e importantes famílias do Vale de Diano, na Província de Salerno, Região da Campânia, na Itália, cuja presença em Montesano sulla Marcellana é registrada desde, pelo menos, o século XVI².

Por se tratar de um sobrenome frequente em Montesano sulla Marcellana, para a elaboração do presente trabalho, elegemos quatro ramos da família Cestari, em razão da projeção econômica e política de cada um, mas, infelizmente, não conseguimos estabelecer a relação de parentesco entre eles.

O mais antigo ramo aqui tratado é o do genearca *Maestro* Angelo Cestari, nascido em meados do século XVI, de quem são trinetos os Condes Ferdinando Maria Cestari e Domenico Cestari, que residiam em Nápoles (§§ 1º e 2º).

O segundo ramo que destacamos tem início no *Maestro* Antonio Cestari, nascido na segunda metade do século XVI, de quem descendem os irmãos Reverendos Cono, Bruno e Bernardo Cestari, que viviam em Montesano sulla Marcellana (§§ 3º a 9º).

Outro ramo que teve presença política e econômica muito marcante em Montesano sulla Marcellana é o de Dom Giovanni Domenico Cestari e seu sobrinho Notário Vincenzo Cestari, ambos da segunda metade do século XVI (§§ 10º a 60º). Entre os descendentes deste último, destacamos Dom Nicola Cestari,

¹ Os nomes em negrito que aparecem na genealogia descrita ao longo deste trabalho são de antepassados do autor.

² FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 15 e 17.

líder republicano que foi barbaramente assassinado por sanfedistas, após a reação à implantação da República Napolitana de 1799, na referida localidade. O filho dele, Dom Tommaso Cestari, era ardente liberal, membro da carbonária e tomou parte nos movimentos políticos de 1820-1821, por meio dos quais as províncias meridionais se insurgiram contra a Dinastia Bourbonica, razão pela qual ele acabou sendo preso e faleceu no cárcere, em Salerno, no ano de 1823. A trágica história de Dom Nicola Cestari e seus familiares deu origem ao romance histórico *La breve stagione del "galantuomo"*, de Felice De Martino³.

Apesar de não termos conseguido comprovar o parentesco entre os três primeiros ramos da família Cestari aqui descritos, há indícios de que tenham alguma proximidade, pois seus membros eram sepultados na Igreja de *S. Andrea*, em Montesano sulla Marcellana, além de os descendentes do *Maestro* Antonio Cestari e do Notário Vincenzo Cestari terem relação de apadrinhamento em alguns batismos.

Por fim, tratamos de outro ramo da família, que frequentemente utilizava a variante Cestaro, estabelecido em Nápoles, cuja origem *montesane* e o parentesco com Dom Nicola Cestari, assassinado em 1799, são apontados por alguns autores⁴. Trata-se dos descendentes do Magnífico Giuseppe Cestaro, pai do consagrado pintor Dom Giacomo Cestaro e avô do Abade Giuseppe Cestari (que teve importante papel na República Napolitana de 1799, falecendo em combate), do Abate Gennaro Cestari, de Dom Nicola Cestari e Dom Andrea Cestari, estes últimos exilados na França por envolvimento no movimento republicano (§ 61º). Porém, não conseguimos comprovar a efetiva origem *montesane* desse ramo da família, nem o parentesco deles com Dom Nicola Cestari, assassinado em 1799.

³ Salerno: Edizione Marte, 2004, 126 p.

⁴ CASSESE, Leopoldo. *"Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano"*, p. 81; D'AMICO, Giuseppe. *"Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari"*, p. 13; FULGIONE, Giuseppe. *"Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari"*, p. 43.



Panorama de Montesano sulla Marcellana, em 1939

§ 1º

- I- *Magister* ANGELO CESTARI⁵ teve a seguinte descendência⁶:
- 1(II)- BARTOLOMEO CESTARI casou-se com CORNELIA PADULA, deixando geração que segue.
 - 2(II)- ANTONIO CESTARI, casado com PORZIA GILIBERTO, com geração que segue no § 2º.
 - 3(II)- MERCURIO CESTARI.
 - 4(II)- GIOVANNI ANTONIO CESTARI.
- II- BARTOLOMEO CESTARI casou-se com CORNELIA PADULA, filha de Antonio Padula. Ambos eram naturais de Montesano⁷, onde a escritura de constituição do dote para o matrimônio foi feita em 18-NOV-1590⁸. Deste ato, consta

⁵ Magister ou maestro significa mestre.

⁶ O testamento de Bartolomeo Cestari menciona os nomes dos seus irmãos (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Bartolomeo Barone, caixa 720, fls. 283-284v). Em complementação a essa informação, o ato de constituição de dote para o casamento de Cornelia Padula com Bartolomeu Cestari aponta os nomes dos pais de ambos os nubentes (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 716, fls. 128).

⁷ Em 1862, Montesano passou a se chamar Montesano sulla Marcellana [SICA, Angelo; AROMANDO, Giuseppe; VANNATA, Francesco (organizadores), “150 Da Montesano a Montesano sulla Marcellana”, p. 26].

⁸ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco

que a cerimônia do casamento seria celebrada na Igreja de *S. Andrea*, na referida localidade. Ele fez testamento em Montesano, no dia 28-FEV-1605, do qual se depreende que o casal teve os seguintes filhos⁹:

- 1(III)- GIOVAN BATTISTA CESTARI.
- 2(III)- ANGELO CESTARI.
- 3(III)- ELISABETTA CESTARI
- 4(III)- PORZIA CESTARI.

§ 2º

II- ANTONIO CESTARI, filho do *Magister* Angelo Cestari (n.º. I do § 1º), faleceu antes de 1605 e foi casado com a Magnífica PORZIA GILIBERTO ou PORZIA CILIBERTA¹⁰, natural de Saponara, atual Grumento Nova, Província de Potenza. Ele foi inventariado em 3-SET-1622, em Montesano¹¹. O casal teve¹²:

- 1(III)- *Magnificus U.J.D.* GIOVAN BATTISTA CESTARI^{13,14}, que foi casado, em primeiras núpcias, com a Magnífica FULGENZIA BARRESE e, depois, casou-se com a Magnífica Dona LUISA DE RUGGERO ou ALOISIA DE RUGGERO, também chamada ALOISIA DE RUGGERO CARAFA. Com geração que segue.

Dionigi, caixa 716, fls. 128.

⁹ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Bartolomeo Barone, caixa 720, fls. 283-284v.

¹⁰ Cf. testamento de Bartolomeo Cestari (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Bartolomeo Barone, caixa 720, fl. 284).

¹¹ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi (1622-1647), caixa 718, fls. 15v/20v.

¹² A informação de que o U.J.D. Giovan Battista Cestari era filho do falecido Antonio Cestari com Porzia Giliberto, de Saponara, consta de uma escritura de ratificação que ele fez em 17-MAIO-1632 (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 718, fl. 11v/15v). A Magnífica Porzia Giliberto já era falecida em 1668, conforme consta de uma procuração outorgada por seu filho (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fl. 10).

¹³ *U.J.D.* é a abreviação de *utriusque juris doctor*, ou seja, doutor em leis civis e canônicas.

¹⁴ *Magnificus* (Magnífico) era um título que os padres e os tabeliães utilizavam em documentos para designar pessoas ricas, importantes ou notáveis de uma localidade, muito difundido no Reino de Nápoles nos séculos XVI a XVIII. Não é sinônimo de dom e, por vezes, são utilizados de forma cumulativa. A designação de dom, por sua vez, é uma forma de tratamento de párcos e de pessoas respeitáveis, muito utilizada em territórios da Itália meridional que estiveram sob domínio espanhol. No presente trabalho, utilizamos as expressões magnífico e dom apenas àqueles que são assim tratados em documentos oficiais, civis ou eclesiásticos.

- 2(III)- SUPPLIZIA CESTARI foi casada com o *U.J.D.* OTTAVIO SALATO, natural de Gioi. Pelo que se depreende de uma escritura de ratificação, datada de 17-MAR-1632, passada em Montesano, o Doutor Ottavio Salato moveu uma ação, perante a *Regia Corte*, contra seu cunhado, Doutor Giovan Battista Cestari, tendo por objeto o dote de Supplizia Cestari. A lide versava sobre cerca de 22 *ducati*¹⁵ anuais, que representavam o “censo del capitale” de 250 *ducati*, que Doutor Ottavio Salato deveria pagar ao Doutor Giovan Battista Cestari. Para sanar o litígio, os dois cunhados, mediante intervenção arbitral de dois jurisperitos do foro de Nápoles, fizeram, nesta cidade, um compromisso em 5-MAR-1632, que foi transcrito na escritura de ratificação passada em Montesano¹⁶.
- 3(III)- ROBERTO CESTARI é mencionado no inventário do pai, mas já era falecido em 1632¹⁷.
- 4(III)- Dom VINCENZO CESTARI, clérigo regular, o qual, como secular, chamava-se GIULIO CESTARI¹⁸. Na época do inventário paterno era monge.

III- Magnífico *U.J.D.* GIOVAN BATTISTA CESTARI, nascido em Montesano, casado com a Magnífica FOLGENZIA BARRESE¹⁹, natural de Marsico, filha de ... Barrese e da Magnífica Camila Spera, neta materna do Magnífico Doutor Giovanni Spera, marido e herdeiro da Magnífica Perna Sacco²⁰. Após ficar viúvo, o Magnífico Doutor Giovan Battista Cestari casou-se com a Magnífica Dona ALOISIA DE RUGGIERO ou LUISA DE RUGGIERO ou, ainda, ALOISIA DE RUGGIERO CARAFA, também viúva²¹, que veio a falecer em 20-

¹⁵ Ducato, cujo plural é ducati, é uma unidade monetária que corresponde a 5 tari ou 10 carlini ou 200 tornesi ou, ainda, 100 grana (VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. *Gli Statuti Della Terra di Montesano*, p. 29, nota 26).

¹⁶ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 718, fls. 11v/15v.

¹⁷ Cf. escritura de ratificação datada de 17-MAR-1632, na qual Porzia Ciliberta participou, representada pelo *U.J.D.* Fulvio de Juliano (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 718, fls. 11v/15v).

¹⁸ Cf. escritura de ratificação datada de 17-MAR-1632 (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 718, fls. 11v/15v).

¹⁹ Num manuscrito sobre a família Barrese, que se encontra arquivado na Biblioteca Nacional de Nápoles, não encontramos o nome de Folgenzia Barrese. Entretanto, há menção de que, no ano de 1658, um Dr. Giovan Battista Cestaro recebeu bens do Magnífico Francesco Barrese em razão de um débito (BARRESE LI PRATI, Eligio. *Abbozzo di Memorie per la Casa Barrese li Prati di questa Città di Marsico*, p. 40).

²⁰ Cf. escritura datada de 12-ABR-1667 (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fl. 8v).

²¹ De seu primeiro consórcio, a Magnífica Dona Aloisia De Ruggiero Carafa teve o filho

AGO-1688, com 66 anos de idade²². O jurisconsulto Giovan Battista Cestari possuía bens em Nápoles²³, tendo falecido em 1670, deixando descendência de ambos os consórcios. Com a primeira mulher, teve:

1(IV)- Magnífica GIULIA CESTARI ou GIULIA CAMILLA CESTARI, nascida aos 23-MAIO-1626 e batizada no dia 27 seguinte, em Montesano, tendo como padrinho o Magnífico Doutor Francesco Gogliermينو²⁴. Em uma escritura datada de 12-ABR-1667 vê-se que ela já era falecida e que havia doado a seu pai o privilégio da Capela *Santissima Ascensione*, na Igreja de Santa Maria, em Marsico, que herdara da antepassada Perna Sacco²⁵.

2(IV)- VINCENZO ANTONIO FERRANTE AGOSTINO CESTARI nasceu aos 28-AGO-1627, sendo batizado por Dom Geronimo Monaco, *rettore* da Paróquia da Igreja de *S. Andrea*, em Montesano²⁶.

Com a segunda mulher, o *U.J.D.* Giovan Battista Cestari teve²⁷:

3(IV)- *U.J.D.* Dom GIUSEPPE CESTARI, que se casou com Dona CATERINA DURANTE, com quem teve geração que segue.

4(IV)- Clérigo Dom GENNARO CESTARI nasceu por volta de 1654 e recebeu a *prima tonsura* em 1671, do Bispo Aragona, sendo que, na visita pastoral de 1680, estava a serviço da Igreja Paroquial de *S. Andrea*, em Montesano²⁸. Por uma escritura de permuta, datada de 22-MAR-1679, ele e os irmãos *U.J.D.* Dom Giuseppe Cestari e Dom Antonio Cestari comparecem, na condição de filhos e herdeiros do *U.J.D.* Giovan Battista Cestari, o qual, em 1659, concedeu ao

Abade Dom Francesco De Leonardis, conforme se depreende de escritura datada de 1º-MAIO-1656, por meio da qual ele e seu padrao doaram bens a Dona Lucrezia Cestari (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Angelo Fanzi, caixa 724).

²² Os dados sobre a idade e dia de falecimento de Dona Aloisia de Ruggiero, assim como o ano de falecimento de seu marido, Giovan Battista Cestari, constam de uma lápide na Chiesa dei Cappuccini, em Montesano sulla Marcellana. Ver foto e transcrição do texto da lápide em latim em: FULGIONE, Giuseppe. Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari, p. 17 e 55, letra “a”.

²³ Cf. se depreende de procuração outorgada em 30-SET-1622 (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 718, fls. 14v/20v).

²⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1618-1628).

²⁵ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fl. 8v.

²⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1618-1628).

²⁷ Cf. escritura de permuta datada de 22-MAR-1679, onde não se vê o nome da mãe (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Francesco Antonio Greco, caixa 725).

²⁸ Arquivo Diocesano de Teggiano, S. Visita - 1680 - Montesano e Sanza – cart. 88.

Arcipreste Dom Flavio de Luise (ou Dom Flavio Aloisio) uma casa no lugar chamado *Sotto San Nicola*, em Montesano, tendo recebido em troca um imóvel na *Strada della Piazza*, contígua a outra casa de propriedade do *U.J.D.* Giovan Battista Cestari ²⁹.

5(IV)- Dom ANTONIO CESTARI também era clérigo em 1679.

6(IV)- Dona LUCREZIA CESTARI que, por escritura datada de 1º-MAIO-1656, recebeu, em doação *causa mortis* de seu pai e de seu irmão uterino Abade Francesco de Leonardis, uma *casa palatiata* e seus móveis³⁰. *Provavelmente é a mesma* Lucrezia Cestari que fez testamento em 14-JUN-1713, em Montesano, no qual pediu para ser sepultada na Igreja de *S. Andrea*, na referida localidade, e instituiu seu marido GEROLAMO CESTARO como herdeiro³¹.

IV- *U.J.D.* Dom GIUSEPPE CESTARI foi *avvocato fiscale* da *Regia Udienza* de Salerno³² e, sucessivamente, tesoureiro do *Regio Fisco* dos tribunais administrativos e judiciários de Teramo e de Chieti³³. Já era falecido em 1737³⁴. Foi casado com Dona CATERINA DURANTE, com quem teve os seguintes filhos³⁵:

1(V)- Conde Dom FERDINANDO CESTARI ou Dom FERDINANDO MARIA CESTARI, nascido no dia 28-JAN-1698, em Nápoles, onde foi batizado na Igreja de *S. Maria di Tutti i Santi*³⁶. Após cinco anos de estudos públicos em Nápoles, o Magnífico Ferdinando Cestari tornou-se doutor em leis canônicas e civis em 1725. Segundo registros do *Almo Collegio dei Dottori* da referida cidade, ele matriculou-se como *istitutista* em 19-NOV-1707, passando para

²⁹ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Francesco Antonio Greco, caixa 725.

³⁰ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Angelo Fanzi, caixa 724.

³¹ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 728, fls. 41v-43v.

³² *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 730, fl. 10v.

³³ FULGIONE, Giuseppe. “Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari”, p. 16 e 55, letra “a”; FULGIONE, Giuseppe. “Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana”- pôster e cartão com legenda, nota 5.

³⁴ Cf. escritura datada de 17-JUL-1737 (Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 730, fl. 10-19v).

³⁵ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Donato Aleva, caixa 732.

³⁶ Cf. certidão de batismo constante dos registros do Collegio dei Dottori (Archivio di Stato di Napoli – Collegio dei Dottori – Contenitore 64 – facoltà legge 1725).

o segundo ano *della legge* em 13-NOV-1708, para o terceiro ano em 18-NOV-1710, para o quarto em 2-NOV-1717 e, por fim, no quinto ano *della legge* em 8-NOV-1723³⁷. Por escritura passada perante o Notário Antonio Pennino, em Nápoles, aos 26-JAN-1732, Dom Ferdinando Maria Cestari e seu irmão, Dom Domenico Cestari, venderam a Dom Nicola Gerbasio todos os seus bens situados em Montesano, inclusive o *palazzo* situado no lugar denominado *La Piazza*, conforme se depreende de ato notarial datado de 17-JUL-1737³⁸. O Conde Ferdinando Maria Cestari veio a falecer no dia 27-JUN-1760, sendo sepultado na Igreja de *San Giovanni a Carbonara*, em Nápoles, deixando viúva a Senhora Dona MARIANNA CASABURO (ou CASABURI)³⁹. Ela faleceu em Nápoles, no dia 7-JAN-1794⁴⁰.

- 2(V)- Conde Dom DOMENICO CESTARI faleceu em 18-ABR-1762, com testamento do dia anterior, legando seus bens ao Monastério de *San Giovanni a Carbonara*, em Nápoles, onde morou por muitos anos. Contudo, houve contestação pedindo a nulidade de seu testamento e outras pretensões, movida por seus sobrinhos: Marquês Dom Filippo Villapiana⁴¹ e *Cavaliere* Dom Gennaro Villapiana, filhos da irmã uterina do testador, Marquesa Dona Beatrice Letizia, casada com o Marques Dom Onofrio Villapiana⁴². Entre os vários argumentos, alegaram que Dom Domenico Cestari havia manifestado a um amigo a intenção de deixar os bens aos sobrinhos Villapiana, com usufruto

³⁷ Archivio di Stato di Napoli – Collegio dei Dottori – Contenitore 64 – fls. 95 e seguintes.

³⁸ Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 730, fl. 10-19v.

³⁹ Arquivo Paroquial da Igreja de Santa Maria di Tutti i Santi em Nápoles - Livro de Óbitos.

⁴⁰ Archivio di Stato di Napoli – Archivi Privati – Archivio Serra di Gerace, Manoscritti, Tavole Genealogiche, família Cestari, vol. V, p. 1695.

⁴¹ Marquês Filippo Villapiana nasceu em 19-SET-1706, tendo se casado aos 30-JUN-1742, com Maria Emmanuela Carafa, dos Marqueses de Tortorella, tendo ele falecido em 27-ABR-1778 e ela em 13-JUL-1788 (Archivio di Stato di Napoli – Archivi Privati – Archivio Serra di Gerace, Manoscritti, Tavole Genealogiche, família Villapiana, vol. VI, p. 2160).

⁴² O Marquês Onofrio Villapiana, falecido aos 24-OUT-1743, casou-se em 2-JUL-1699, com Beatrice Letizia di Nicola Francesco. Ele era filho de Filippo Villapiana (falecido aos 22-AGO-1706) e de Isabella Letizia di Francesco e Beatrice del Murio, que se casaram em 7-MAIO-1671; neto paterno de Onofrio Villapiana e de Grazia Galleria; por fim, bisneto por linha masculina de Caprio Villapiana (Archivio di Stato di Napoli – Archivi Privati – Archivio Serra di Gerace, Manoscritti, Tavole Genealogiche, família Villapiana, vol. VI, p. 2160).

para as duas irmãs do testador, que viviam no Monastério da *Consolazione*. Inicialmente, foi determinado o sequestro dos bens do testador. Por instrumento do dia 1º-DEZ-1762, ficou estipulado que os irmãos Villapiana renunciariam à pretensão de nulidade do testamento, cedendo os direitos referentes aos bens dotais de Dona Caterina Durante, mas, em contrapartida, receberiam 5000 *ducati* dos *PP. di San Giovanni a Carbonara*, no período de um ano. A questão somente foi decidida em 1774⁴³. A herança dos falecidos Condes Dom Domenico Cestari e Dom Ferdinando Cestari figura entre os “*Forastieri bonatenenti non abitanti*” no *Catasto Onciario*⁴⁴ de Sala, em 1764, com muitos bens e a expressiva renda de 406 onças e 23 *carlini*⁴⁵.

3(V)- Dom FRANCESCO CESTARI é mencionado na ação de anulação do testamento de seu irmão Dom Domenico Cestari⁴⁶.

⁴³ CIRILLO, Giuseppe Pasquale, “*Per lo Marchese D. Filippo Villapiana contro PP. di S. Giovanni a Carbonara*”, p. 171-218 (disponível na internet).

⁴⁴ *Catasto Onciario* ou *Onciario Carolino* ou, apenas, *Onciario* foi um cadastro criado na reforma fiscal instituída por Carlos de Bourbon, na primeira metade do século XVIII, no qual se relacionavam as famílias, seus bens e rendas, em cada localidade, para a cobrança de tributos. Levava o nome de *Onciario*, pois a avaliação dos bens era feita em *once*, antigo padrão monetário (LAMATTINA, Gaetano. *Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*, p. 155 e 157). A *oncia* era utilizada sobretudo nas escrituras contábeis e não como moeda corrente, correspondendo a 6 *ducati* ou 30 *tari* (VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. *Gli Statuti Della Terra di Montesano*, p. 29, nota 26).

⁴⁵ *Archivio di Stato di Napoli, Regia Camera della Somaria - Catasti Onciari - faldone 4337, fl. 639.*

⁴⁶ CIRILLO, Giuseppe Pasquale, “*Per lo Marchese D. Filippo Villapiana contro PP. di S. Giovanni a Carbonara*”, p. 203 (disponível na internet).

639.
7 19 — 2

Ereditio del Sr. Affo Conte D. Dom. e D. Ferd. Cestari
 e affo D. D. D. Paolo Bone affo
 Campo con olive avanti li Cappuccini — on. 15
 Temp. con lague ad. Angelo — on. 10
 Campo con olive sotto la Madonna del Monte 1. d. 20.
 Dofite ad. M.^o della Misericordia seu Galan-
 draco — on. 2. d. 15.
 Vign. Depute ad. Sebastiano — on. 6. d. 20.
 Il frutto dell' olive si raccogliono nel campo
 de S. Ruffo Restinato — on. 8. d. 10.
 Il frutto dell' olive si raccogliono nel campo
 dello de Samuele — on. 3. d. 10.
 Il frutto dell' olive si raccogliono nel campo
 di Pietro Eugenio a Pupulo — on. 0. d. 10.
 La p.^a del frutto dell' olive nel campo a
 Reattaglio dalli gredi del Sr. Felice Lanc
 nella — on. ?
 La difesa D.^a Justina — on. 200
 D.^a per l'ingi in denaro si piggono da d.^a d.^a
 se possono p.^a ogni stabile an. 7. 40. 39½ — on. 134. d. 19½
 Dal Mac. D. D. Michele de Labini an. l'ing. di
 no. 2 di vago — on. 6
 Da D. Dom. Giuliano an. p.^a 10. e m.^a 2 di g.^a — on. 2
 Da Strazi Romano p.^a 5. letina m.^a di g.^a — on. 2. d. 1.
 Da D. Dom. Vanello an. p.^a 14. di g.^a — on. 5. d. ½
 on. 406. d. 83.
 11. — 82½
 7 27 — 29

Herança dos Condes Dom Domenico e Dom Ferdinando Cestari no *Catasto Onciario* de Sala, em 1764 (Archivio di Stato di Napoli - Regia Camera della Somaria - Catasti Onciari - faldone 4337, fl. 639).

§ 3º

Desentroncado

- I- *Magister* ANTONIO CESTARI foi casado com a honesta STELLA DE PETRONE. Por escritura datada de 17-MAR-1595, ela doou bens aos filhos Aniballe, Roberto e Scipione Cestari⁴⁷. Stella De Petrone ainda fez testamento em Montesano, aos 13-NOV-1614⁴⁸. O casal teve numerosa descendência:
- 1(II)- POLITE CESTARI, com geração que segue.
 - 2(II)- Magnífico ANIBALLE CESTARI casou-se, primeiro com a Magnífica BEATRICE TOSCANO. Contraiu núpcias, pela segunda vez, com PORZIA PADULA. Teve geração que segue no § 4º.
 - 3(II)- ROBERTO CESTARI.
 - 4(II)- *Magister* SCIPIONE CESTARI, que foi casado com BEATRICE DE RISTAINO, deixando a descendência que segue no § 5º.
 - 5(II)- Dona ISABELLA CESTARI foi casada com Dom FABRIZIO POLLESI, natural da *terra Bonati* (ou seja, de Vibonati), tendo sido constituído dote de 1000 ducados, conforme escritura passada em Montesano, no dia 5-NOV-1595⁴⁹.
- II- POLITE CESTARI, nascida em Montesano, onde fez testamento aos 30-SET-1628, no qual pede para ser sepultada na Igreja de *S. Nicola*, em sua terra natal. Nas suas disposições de última vontade, menciona alguns sobrinhos, filhos de seus irmãos Aniballe e Scipione, e nomeia como herdeira sua filha⁵⁰:
- 1(III)- GIOVANELLA FINAMORE.

§ 4º

- II- ANIBALLE CESTARI, filho do *Magister* Antonio Cestari e de Stella de Petrone (nº. I do § 3º). Foi casado com CAMILLA FRABASILE, com quem teve os seguintes filhos, conforme se depreende de escritura de *Divisio Interfratres*, datada de 24-OUT-1628, entre os herdeiros do falecido Aniballe Cestari⁵¹:

⁴⁷ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 717, fls. 208/209.

⁴⁸ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Monaco Dionigi (1612-1620), caixa 718, fls. 75v/78.

⁴⁹ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Monaco Dionigi, caixa 717, fls. 44/v.

⁵⁰ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Monaco Dionigi (1622-1647), caixa 718, fls. 19v/22.

⁵¹ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 5-6v.

- 1(III)- Reverendo Dom FRANCESCO ANTONIO CESTARI.
- 2(III)- PAOLO CESTARI.
- 3(III)- GERONIMO CESTARI.
- 4(III)- PERNA CESTARI, que também é mencionada no testamento da tia Polite Cestari.

§ 5º

- II- *Magister* SCIPIONE CESTARI ou SCIPIONE CESTARO, natural de Montesano, filho do *Magister* Antonio Cestari e de Stella de Petrone (n.º. I do § 3º). Contraiu núpcias aos 22-MAIO-1616, em Tramutola, com BEATRICE DE RESTAINO⁵², da terra de Tramutola, filha de ... e de Laura Fusara, cujos *capitoli matrimoniali* (pacto antenupcial) datam de 1º-MAIO-1616⁵³. Da visita pastoral de 1728, em Montesano, consta o *jus patronatus* da Capela de Santa Maria do Monte Carmelo, erigida por ele e seu filho Aniballe Cestari⁵⁴. O casal teve:
 - 1(III)- GIULIA CESTARI foi casada duas vezes, conforme se depreende de escritura datada de 26-NOV-1645⁵⁵.
 - 2(III)- OTTAVIO CESTARI é citado no testamento da tia Polite Cestari.
 - 3(III)- Magnífico ANIBALLE CESTARI ou ANIBALLE CESTARO, que se casou duas vezes: primeiro com a Magnífica BEATRICE TOSCANO, depois com PORZIA PADULA. Teve geração que segue.

- III- Magnífico ANIBALLE CESTARI ou ANIBALLE CESTARO, natural de Montesano, contraiu núpcias, pela primeira vez, com a Magnífica BEATRICE TOSCANO, filha dos Magníficos Andrea Toscano e Giulia Padula, tendo celebrado pacto antenupcial em 19-MAIO-1646⁵⁶. Casou-se, pela segunda vez, após celebrar pacto antenupcial aos 22-ABR-1657⁵⁷, com PORZIA PADULA, filha única de Giovanni Domenico Padula e neta de Tommaso Padula.
Aniballe Cestari e sua segunda mulher, Porzia Padula, tiveram:
 - 1(IV)- Magnífico PIETRO ANTONIO CESTARO ou PIETRO CESTARI, que foi casado com a Magnífica AGATA AMENDOLA, com quem teve

⁵² Arquivo Paroquial de Tramutola – Livro de Matrimônios.

⁵³ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Monaco Dionigi (1612-1620), caixa 718, fls. 105-106v.

⁵⁴ Arquivo Diocesano de Teggiano, *Visita Pastorale* – Montesano - 1728.

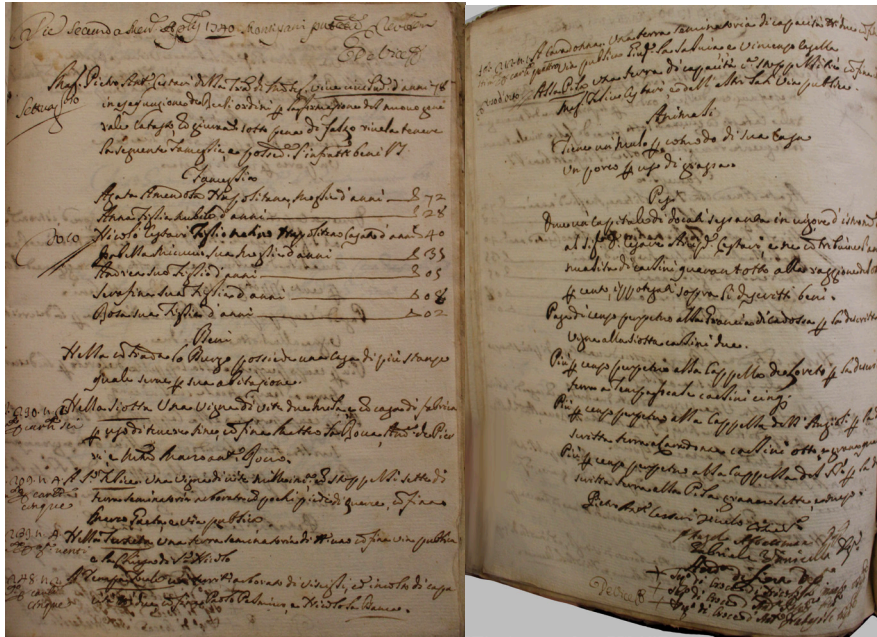
⁵⁵ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Monaco Dionigi (1622-1647), caixa 718, fls. 1/2v.

⁵⁶ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 12v/17.

⁵⁷ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fls. 10/v.

descendência que segue.

- 2(IV)- FELICE CESTARI, que contraiu núpcias com ANNA GRECO, com geração descrita no § 6°.



Magnifico Pietro Antonio Cestari com seu núcleo familiar e bens, no *Catasto Onciario* de Montesano, em 1740 (*Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele, faldone 4288*). Foto de Michele Cartusciello.

- IV- Magnífico PIETRO ANTONIO CESTARI ou PIETRO CESTARI (ou CESTARO), natural de Montesano, casou-se com a Magnífica AGATA AMENDOLA, napolitana. O casal figura no *Catasto Onciario* de Montesano em 1740, ele com 78 anos e ela com 72, ocasião na qual residiam numa casa de muitos cômodos, na *Strada lo Burgo*, além de possuírem vinhas e terras seminatórias⁵⁸. Tiveram a seguinte descendência:

- 1(V)- Magnífica CANDIDA CESTARI ou CANDIDA FRANCESCA CESTARI, nascida em 10-NOV-1702, foi batizada em Montesano, no dia 13 subsequente⁵⁹.

⁵⁸ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele, 1740, faldone 4288*.

⁵⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

- 2(V)- GIUSEPPE CESTARI foi batizado em Montesano, no dia 16-ABR-1705, com o nome de GIUSEPPE ANDREA ANTONIO. Teve como padrinhos: Doutor Físico Dom Domenico Cestari⁶⁰ e Girolama Pettinato⁶¹.
- 3(V)- ANNA ROSA CESTARO foi batizada em Montesano, aos 17-MAR-1710, pelo padre Doutor Dom Giuseppe Maria Cestari. Seu padrinho foi o Doutor Físico Donato Antonio Greco⁶². Figura como solteira e residindo com seus pais no *Catasto Onciario* de 1740, em Montesano⁶³. Veio a falecer aos 14-FEV-1746, sendo sepultada na Igreja de *S. Andrea*⁶⁴.
- 4(V)- Magnífica TEODORA CESTARI foi batizada aos 25-JAN-1712, em Montesano, com o nome de TEODORA FRANCESCA ANTONIA, tendo como padrinho Antonio Abbatemarco⁶⁵. Casou-se com o Magnífico LUCA RISOLO, natural de Casella (atual Caselle in Pittari), com pacto antenupcial celebrado em Montesano, aos 20-OUT-1731⁶⁶.
- 5(V)- Magnífico NICOLA CESTARI, casado com ISABELLA MICUCCIO, com geração que segue.
- V- Magnífico NICOLA CESTARI, nascido em Nápoles, casou-se com ISABELLA MICUCCIO. Figuram no *Catasto Onciario* de Montesano em 1740, ele com 40 anos de idade e ela com 35 anos⁶⁷. Tiveram:
- 1(VI)- SERAFINA CESTARI, com 8 anos de idade no *Catasto Onciario* de 1740.
- 2(VI)- ANDREA CESTARI, com 5 anos em 1740.
- 1(VI)- ROSA CESTARI recebeu o sacramento do batismo aos 31-JAN-1738, em Montesano⁶⁸. Também figura no *Catasto Onciario* de 1740.
- 2(VI)- Magnífico ANTONIO CESTARI, casado com DEODATA ABATEMARCO ou ADEODATA ABATEMARCO, com geração que segue.
- 3(VI)- GIUSEPPE ANGELO ALESSANDRO CESTARI foi batizado em Montesano, aos 7-DEZ-1744, tendo nascido no dia 5 anterior. Seu

⁶⁰ Doutor Físico significa médico.

⁶¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁶² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁶³ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

⁶⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1701-1747).

⁶⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749), fl. 20.

⁶⁶ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 729, fls. 45v-48.

⁶⁷ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

⁶⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

padrinho foi o Magnífico Notário Luca Abbatemarco⁶⁹.

- VI- Magnífico ANTONIO CESTARI, batizado aos 23-NOV-1740, em Montesano⁷⁰, onde se casou, em 11-FEV-1777, com a Magnífica DEODATA ABATEMARCO ou ADEODATA ABATEMARCO, filha do Notário Francesco Abatemarco e de Agnese Martino. Tiveram:
- 1(VII)- CATARINA NICOLETTA CESTARI foi batizada em Montesano, aos 22-ABR-1779⁷¹.
 - 2(VII)- CATARINA CESTARI recebeu o sacramento do batismo em Montesano, no dia 17-MAIO-1781⁷².
 - 3(VII)- NICOLA GIUSEPPE CESTARI, batizado em Montesano, a 7-JAN-1784. Seus padrinhos foram os Magníficos Gioacchino Abatemarco e Rosa Cestari⁷³.
 - 4(VII)- ISABELLA ROSA CESTARI foi batizada aos 16-JUN-1786, em Montesano⁷⁴.
 - 5(VII)- FRANCESCO SAVERIO CESTARI recebeu o sacramento do batismo a 5-JAN-1789, em Montesano⁷⁵.
 - 6(VII)- AGNESE ANUNZIATA CESTARI nasceu aos 23-MAIO-1791 e foi batizada no dia 25 subsequente, em Montesano. A madrinha foi Serafina Cestari⁷⁶.
 - 7(VII)- ARCANGELO MARCO CESTARI, batizado em Montesano, aos 26-ABR-1794, sendo sua madrinha, Serafina Cestari⁷⁷.
 - 8(VII)- AGNESE ROSA CESTARI, que foi batizada em Montesano, a 3-JUN-1797, sendo padrinhos os Magníficos Notário Felice Tomarelli e Cristina Rivellese⁷⁸.
 - 9(VII)- ISABELLA CESTARI, batizada em Montesano, no dia 5-MAIO-1801.

§ 6º

- IV- Magnífico FELICE CESTARI, nascido em Montesano, filho do Magnífico Aniballe Cestari e de Porzia Padula (n. III do § 5º). Casou-se em Montesano,

⁶⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁷⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁷¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

⁷² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

⁷³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

⁷⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

⁷⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

⁷⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

⁷⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

⁷⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

no dia 11-JUL-1694, com a Magnífica ANNA GRECO, sendo testemunhas do ato: Nicola Greco e Antonio Rinaldo⁷⁹. Ele deixou testamento datado de 20-AGO-1730, no qual nomeou os filhos como herdeiros universais⁸⁰, tendo falecido, em sua terra natal, com 91 anos de idade, aos 21-JAN-1749, no estado de viúvo⁸¹. Foi sepultado na Igreja de *S. Andrea*. Tiveram:

- 1(V)- DOMENICO CESTARI, mencionado no testamento do pai.
- 2(V)- Magnífico CRISTOFORO CESTARI foi casado, em primeiras núpcias, com PRUDENZA MARGAGLIONE. Depois, casou-se com GIUSTINA RADESCA, com quem teve geração que segue.
- 3(V)- Sacerdote CONO CESTARI, nascido em 6-MAR-1699 e batizado em Montesano no dia 8 subsequente, com o nome de ALESSANDRO CONO LUCIANO, tendo como padrinho o Magnífico Nicola Greco⁸². No testamento do pai, foi qualificado como subdiácono. Figura no *Catasto Onciario* de 1754, com os irmãos Sacerdote Bruno Cestari e Michele Cestari, proprietários de casa própria na *Contrada Borgo*, em Montesano⁸³. Veio a falecer, aos 77 anos de idade, no dia 30-ABR-1776, em Montesano, onde foi sepultado na Igreja de *S. Andrea*⁸⁴.
- 4(V)- ROSA BARBARA CESTARI foi batizada em Montesano, aos 22-FEV-1701⁸⁵. Não é mencionada no testamento do pai.
- 5(V)- Magnífica DOROTEA CESTARI, batizada com o nome de ROSA DOROTEA aos 19-MAR-1702, em Montesano⁸⁶, onde faleceu em 12-DEZ-1743. Foi casada com BIAGIO PASCALE⁸⁷.
- 6(V)- Magnífica AGNESE CESTARI ou MARGHERITA AGNESE CESTARI, batizada aos 29-MAR-1704, em Montesano⁸⁸, onde veio a falecer no dia 23-DEZ-1764, já viúva de VINCENZO VERRICELLI⁸⁹.
- 7(V)- Reverendo Dom BRUNO CESTARI foi batizado aos 23-NOV-1705, em Montesano, sendo-lhe imposto o nome de GIUSEPPE BRUNO⁹⁰.

⁷⁹ Arquivo Diocesano de Teggiano, *Fede di matrimonio*.

⁸⁰ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 729, fls. 11-13.

⁸¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁸² Arquivo Diocesano de Teggiano, *Fede del battesimo*.

⁸³ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 18, nota 4.

⁸⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁸⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁸⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁸⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁸⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁸⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁹⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

- Era capelão na Igreja de *S. Maria Ascensione*, quando faleceu em Montesano, aos 27-JUL-1767⁹¹.
- 8(V)- Reverendo Dom BERNARDO CESTARI ou BERNARDO CESTARO, nascido em 2-DEZ-1707, tendo sido batizado dois dias depois, em Montesano, com o nome de BERNARDO ANTONIO⁹². No dia 1º-OUT-1751, em sua casa situada na *Contrada detta Lo Borgo*, em Montesano, fez testamento nomeando como herdeiros os Reverendíssimos Senhores Dom Cono e Dom Bruno Cestari, seus irmãos. Entre as disposições de última vontade, pediu para ser sepultado na Igreja de *S. Andrea*, sua paróquia, no túmulo dos sacerdotes⁹³. Ao falecer em 8-OUT-1751, era sacerdote em Montesano⁹⁴.
- 9(V)- PORZIA CESTARI (ou CESTARO) é mencionada no testamento paterno como casada com o Magnífico ANTONIO MARGAGLIONE.
- 10(V)- Magnífico MICHELE CESTARO ou PAOLO MICHELE CESTARI, casado com a Magnífica CARMINA ABBATEMARCO, com quem teve geração que segue no § 7º.
- 11(V)- Magnífico DONATO CESTARI, cujo nome completo era DONATO ANTONIO CRESCENZO CESTARI, casado com SERAFINA ABBATEMARCO, com geração que segue no §9º.
- V- Magnífico CRISTOFORO CESTARI (ou CESTARO) casou-se, pela primeira vez, em 11-JAN-1726, em Montesano, com PRUDENZA MARGAGLIONE⁹⁵. Ele veio a falecer, na mesma localidade, no dia 8-ABR-1764, tendo sido casado com GIUSTINA RADESCA⁹⁶. Do segundo consórcio teve:
- 1(VI)- MICHELE ARCANGELO CESTARI, batizado em Montesano, no dia 11-SET-1756. Sua madrinha foi Catarina Masullo e a parteira Apollonia de Pierri⁹⁷.

§ 7º

- V- Magnífico MICHELE CESTARO, filho dos Magníficos Felice Cestari e Anna Greco (nº IV do § 6º). Seu nome completo era PAOLO MICHELE CESTARI e

⁹¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁹² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁹³ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 730, fls. 20v/21.

⁹⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁹⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Matrimônios (1695-1749).

⁹⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

⁹⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

foi batizado em 3-MAIO-1710, pelo Doutor Dom Giuseppe Maria Cestari, arcepreste de Montesano, tendo como madrinha Girolama Pettinato⁹⁸. Faleceu aos 30-AGO-1755, em sua terra natal, onde foi sepultado na Igreja de *S. Andrea*⁹⁹. Casou-se em 9-NOV-1743, na Igreja Matriz de *S. Nicola*, em Montesano¹⁰⁰, com a Magnífica CARMINA ABBATEMARCO, falecida com 75 anos de idade, aos 13-ABR-1787, em Montesano¹⁰¹. Tiveram:

- 1(VI)- GIUSEPPE MARIA NICOLA DOMENICO CESTARI, batizado em Montesano, no dia 2-DEZ-1744, tendo como padrinhos a Magnífica Dona Rosa Cestari e Dom Tommaso Cestari, ambos filhos de Dom Nicola Cestari¹⁰².
- 2(VI)- FRANCESCO SAVERIO NICOLA CESTARI foi batizado em Montesano, aos 17-MAR-1747, tendo como padrinhos Tommaso e Teresa Cestari¹⁰³.
- 3(VI)- CRISPINO EUGENIO CESTARI, que, *provavelmente*, trata-se do Magnífico EUGENIO CESTARI, que se casou com a Magnífica LEONARDA GUIDO e, depois, com a Magnífica ROSA GAGLIARDI ou ROSA MARINA GAGLIARDI ou, ainda, ROSA MARIA GAGLIARDI, com quem teve geração que segue.
- 4(VI)- PASQUALE FELICIANO ANTONIO CESTARI foi batizado em 10-JUN-1751, pelo *U.J.D.* Dom Francesco Antonio Greco, reitor na Igreja de *S. Andrea*, em Montesano¹⁰⁴.
- 5(VI)- BERNARDO PROSPERO LUDOVICO CESTARI foi batizado em Montesano, no dia 7-NOV-1752, sendo madrinha a Magnífica Agnes Abbatemarco¹⁰⁵.
- 6(VI)- NICOLA MARIANO CESTARI, batizado a 3-FEV-1754, em Montesano, tendo como padrinhos os Magníficos Doutor Físico Gennaro Stretzza e Agnes Abbatemarco. A parteira foi Apollonia de Pierre¹⁰⁶.
- 7(VI)- BERNARDO CESTARI foi batizado em Montesano, no dia 11-MAR-1756, tendo como madrinha a Magnífica Agnes Abbatemarco¹⁰⁷.
- 8(VI)- Magnífico FELICE CESTARI, casado com CHERUBINA TOMARELLI, com geração que segue no § 8º.

⁹⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

⁹⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

¹⁰⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Matrimônios (1695-1749).

¹⁰¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1780-1800).

¹⁰² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁰³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁰⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

¹⁰⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

¹⁰⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

¹⁰⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

- VI- CRISPINO EUGENIO CESTARI nasceu no dia 16-JUL-1748, tendo sido batizado em Montesano, no dia 20 subsequente, pelo Reverendo Dom Rocco Monaco¹⁰⁸. *Provavelmente* trata-se do Magnífico EUGENIO CESTARI, *possidente*, que se casou com a Magnífica LEONARDA GUIDA, natural de Lacusliberi (atual Lagonegro, na Província de Potenza), falecida em Montesano, com 34 anos, no dia 20-ABR-1787, cujo cadáver foi depositado na sepultura da família Cestari, na Igreja de *S. Andrea*. Contraiu núpcias, pela segunda vez, com a Magnífica ROSA GAGLIARDI ou ROSA MARINA GAGLIARDI ou, ainda, ROSA MARIA GAGLIARDI, *civile*, com quem teve os seguintes filhos:
- 1(VII)- ANNA FRANCESCA BEATRICE CESTARI, batizada em Montesano, no dia 11-JAN-1791, sendo padrinho o Magnífico Dom Pietro Guida¹⁰⁹.
 - 2(VII)- MARIA CARMELA CESTARI foi batizada em Montesano, aos 12-MAIO-1793. Os padrinhos foram: Magnífico Dom Nicola Abatemarco e Dona Patrizia Abatemarco¹¹⁰.
 - 3(VII)- GIUSEPPA ANNA CESTARI, batizada no dia 10-OUT-1795, em Montesano¹¹¹.
 - 4(VII)- NICOLA MARIA CESTARI, batizado em Montesano, no dia 10-JUL-1798, como NICOLA MARIA BERNARDO CESTARI¹¹². *Possidente*, faleceu em 6-JUL-1878, na casa situada na *Piazza Vecchia*, em Montesano, já viúvo de ELEONORA APA¹¹³.

§ 8º

- VI- Magnífico FELICE CESTARI, filho dos Magníficos Michele Cestaro e Carmina Abbatemarco (nº. V do § 7º). Casou-se em Montesano, no dia 6-MAIO-1781, com CHERUBINA TOMARELLI, filha dos Magníficos Giuseppe Tomarelli e Lucrezia Macieri¹¹⁴. Pais de:

1(VII)- MICHELE CESTARI recebeu o sacramento do batismo em Montesano,

¹⁰⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁰⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹³ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 2659 – Registro de Óbitos – ano 1878 – número de ordem 65, in <https://familysearch.org>, consultado em 4-SET-2020. Agradeço ao genealogista italiano Michele Cartusciello por localizar e me indicar esse assento de óbito.

¹¹⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Matrimônios (1750-1802).

no dia 13-MAIO-1787¹¹⁵.

2(VII)- ARCANGELO CESTARI, batizado em Montesano, a 5-NOV-1788¹¹⁶.

3(VII)- BERNARDO CESTARI foi batizado em Montesano, aos 22-JUL-1791¹¹⁷.

§ 9º

V- Magnífico DONATO CESTARI, cujo nome completo era DONATO ANTONIO CRESCENZO CESTARI, filho dos Magníficos Felice Cestari e Anna Greco (nº IV do § 6º). Nasceu a 2-ABR-1712, tendo sido batizado no dia 7 subsequente, pelo Arcipreste de Montesano, Doutor Dom Giuseppe Maria Cestari¹¹⁸. Casou-se na Igreja Matriz de *S. Nicola*, em Montesano, no dia 4-OUT-1749, com SERAFINA ABBATEMARCO, filha do Notário Antonio Abbatemarco e de Angela Protarillo¹¹⁹. Já viúvo, ele veio a falecer em 14-SET-1782, em Montesano¹²⁰. O casal teve¹²¹:

1(VI)- ANNA DIONISIA CESTARI, batizada em Montesano, no dia 14-OUT-1751, pelo Reverendo Alberico Abbatemarco.

2(VI)- GESUALDA CESTARI foi batizada aos 22-MAIO-1754, em Montesano, pelo Reverendo Roberto Verricela. Os padrinhos foram: Doutor Físico Carlo Abbatemarco e a Magnífica Giudite Rivellese.

3(VI)- ROSA CELESTINA CESTARI, batizada a 5-ABR-1757, em Montesano, pelo Reverendo Alberico Abbatemarco. A madrinha foi a Magnífica Marianna Abbatemarco.

4(VI)- *Magnificus* BERNARDO CESTARI recebeu o sacramento do batismo no dia 5-ABR-1760, em Montesano, tendo como padrinhos os Magníficos Giuseppe Cestari e Marianna Abbatemarco. Veio a falecer, na mesma localidade, a 4-ABR-1796.

§ 10º

Desentroncado

I- ... CESTARI, pai de:

1(II)- Dom GIOVANNI DOMENICO CESTARI já era falecido em 1643, por ocasião do testamento de seu sobrinho, Notário Vincenzo Cestari,

¹¹⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

¹¹⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹¹⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Matrimônios (1695-1749).

¹²⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1780-1800).

¹²¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

- o qual pediu para que fossem rezadas missas por sua alma¹²².
- 2(II)- ... **CESTARI**, com geração que segue.
- II- ... **CESTARI**, que teve¹²³:
- 1(III)- Notário **VINCENZO CESTARI**, com geração que segue.
- 2(III)- Dom **GIOVANNI CESTARI** também já era falecido, em 1645, por ocasião do inventário do Notário Vincenzo Cestari, seu irmão¹²⁴.
- III- Notário **VINCENZO CESTARI**, natural de Montesano, fez testamento em 19-NOV-1643, redigido na sua casa, situada nas imediações do lugar dito *Santa Maria la Grazia*, sob a porta da Terra de Montesano, vulgarmente conhecida como *Porta la Ravata*, no qual, entre outras disposições, pede para seu corpo ser acompanhado nas Igrejas de *S. Nicola* e de *S. Andrea*, bem como sepultado nesta última¹²⁵. Foi inventariado em Montesano, aos 20-DEZ-1645, deixando uma casa de vários cômodos, com *orto* e cisterna ao lado, confrontando com os bens de Pietrangelo Cestaro, herdeiros de Santoro Cestaro, Tommaso de Persico Cestaro e outros; além de diversos bens móveis que guarneciam a casa, alguns animais, bem como uma vinha na *Massaria Porcile*¹²⁶ e outras terras¹²⁷. Em seu testamento, nomeou como herdeiro universal e particular seu filho¹²⁸:
- 1(IV)- Dom **GIOVANNI DOMENICO CESTARI**, que contraiu primeiras núpcias com a Magnífica **BEATRICE ANGELA FERRO** e, depois, com **GIOVANNA CERULLO**. Teve geração de ambos os consórcios, conforme segue.

¹²² *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 40v-42.

¹²³ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 75-76.

¹²⁴ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fl. 75v.

¹²⁵ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 40v-42.

¹²⁶ *Massaria* ou *masseria* é uma fazenda.

¹²⁷ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 75-78.

¹²⁸ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 40v-42.



Palazzo Cestari, situado na atual *Via Dottore Nicola Cestari*, n. 60, anterior *Via Croce*, n. 8; antiga *Strada Amendola*, no lugar dito *Santa Maria della Grazia*, em Montesano (foto do autor, em MAIO-2018).

IV- Dom **GIOVANNI DOMENICO CESTARI** ou apenas **DOMENICO CESTARI**, que já era falecido por ocasião do inventário do pai em 1645¹²⁹. Nascido em Montesano, foi casado, primeiro, com a Magnífica **BEATRICE ANGELA FERRO**, filha do *A.M.D.* **Giovanni Paolo Ferro**¹³⁰, ambos naturais de Sassano¹³¹. Por ocasião desse matrimônio, o pai da nubente deu em dote 400 *ducati*¹³².

¹²⁹ Pelas datas do testamento e do inventário do Notário Vincenzo Cestari vê-se que seu filho, Dom Giovanni Domenico Cestari, faleceu entre 19-NOV-1643 e 20-DEZ-1645.

¹³⁰ *A.M.D.* é a abreviação de *Artis Medicinae Doctor*, ou seja, doutor da arte médica. É o mesmo que *dottor fisico* ou *medico fisico* ou, simplesmente, médico (CARTUSCIELLO, Michele – comunicação pessoal).

¹³¹ Cf. escritura de doação datada de 7-OUT-1639, em favor do então Clerigo Vincenzo Cestari (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 30v-31).

¹³² Cf. se deprende de escritura datada de 20-DEZ-1645, entre o então Clérigo Vincenzo Cestari e o *Dottor Físico* Giovanni Paolo Ferro, que faz menção ao pacto antenupcial do casal Giovanni Domenico Cestari e Beatrice Angela Ferro, celebrado perante o notário de Montesano, Angelo Giuliano (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 73-75).

Beatrice Angela Ferro faleceu antes de 1639 e deixou, para seu irmão carnal, Clérigo Giuseppe Massimo: 10 anéis de ouro, de um total de 25 anéis do mesmo metal que ela possuía¹³³.

Depois, Dom Giovanni Domenico Cestari casou-se com a Magnífica GIOVANNA CERULLO ou GIOVANNA CERULLA, natural de Centola, filha do Notário Marcello Cerullo¹³⁴. Ela fez testamento em Montesano, em 5-JUN-1661¹³⁵. Do primeiro matrimônio, Dom Giovanni Domenico Cestari teve um único filho¹³⁶:

1(V)- Magnífico *Dottor Fisico* **VINCENZO CESTARI**, casado com **AGNESE PADULA**, com quem teve geração que segue.

Dom Giovanni Domenico Cestari e sua segunda mulher, Magnífica Giovanna Cerullo, tiveram apenas dois filhos¹³⁷:

2(V)- **DIEGO CESTARI** ou **DIDACO CESTARI**, nascido em Montesano, onde, com seu meio irmão *Dottor Fisico* Vincenzo Cestari, fundou a venerável capela sob a denominação de *S. Maria Gratia*, conforme se depreende de escritura datada de 23-JAN-1656¹³⁸. Ele e sua irmã estavam sob tutela do avô materno, Notário Marcello Cerullo, na

¹³³ Cf. se depreende de escritura datada de 20-DEZ-1645, entre o então Clérigo Vincenzo Cestari e o *Dottor Fisico* Giovanni Paolo Ferro (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 73-75).

¹³⁴ A naturalidade e filiação de Giovanna Cerullo constam do pacto antenupcial, de 1645, para seu segundo casamento com Francesco Padula. Desse documento também consta que o pacto antenupcial referente ao seu primeiro matrimônio, com Giovanni Domenico Cestari, foi feito perante o notário de Centola, Pompeo Ciccanello (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722)

¹³⁵ Após ficar viúva, Giovanna Cerullo casou-se com o Magnífico Francesco Maria Padula, nascido em 18-JAN-1627 e batizado em Montesano aos 22-JAN-1627, com o nome de Francesco Antonio Maria, filho dos cônjuges Giovanni Battista Padula e Giulia Rinaldo (Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos - 1618-1628). Foram pais de: A) Girolamo Padula, clérigo; B) Pietrantonio Padula; C) Carlo Padula (cf. testamento de Giovanna Cerullo, datado de 5-JUN-1661 - *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fls. 18v/19v).

¹³⁶ Cf. escritura de doação datada de 7-OUT-1639, em favor do então Clerigo Vincenzo Cestari (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 30v-31).

¹³⁷ Cf. escritura de doação datada de 7-OUT-1639, em favor do então Clerigo Vincenzo Cestari (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 30v-31).

¹³⁸ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Angelo Fanzi, caixa 724.

- 3(V)- escritura de inventário do avô paterno Notário Vincenzo Cestari¹³⁹. Magnífica GIULIA CESTARI é mencionada no testamento de sua mãe¹⁴⁰. Foi casada com Magnífico CLAUDIO PETROSILLO, tendo sido feito pacto antenupcial por escritura de 2-DEZ-1662, da qual participaram, além dos nubentes, o irmão da noiva, por parte de pai, Magnífico Doutor Físico Vincenzo Cestari, e a mãe dela, com o expreso consentimento do segundo marido, Magnífico Francesco Maria Padula¹⁴¹.



Brasão dos Cestari, esculpido em pedra, que existia sobre o portão do palazzo da família, em Montesano sulla Marcellana.

- V- Magnífico *Dottor Físico* VINCENZO CESTARI¹⁴² nasceu em 16-MAIO-1623, sendo batizado em Montesano¹⁴³. Aparece qualificado como clérigo, tanto numa escritura de doação datada de 7-OUT-1639, por meio da qual recebeu bens de seu pai, Dom Giovanni Domenico Cestari, com o consentimento do avô Notário Vincenzo Cestari¹⁴⁴; quanto no inventário deste último, em

¹³⁹ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 75-78.

¹⁴⁰ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fls. 18v/19v.

¹⁴¹ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fls. 17v-20.

¹⁴² *Dottor físico* significa médico.

¹⁴³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1618-1628).

¹⁴⁴ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca

20-DEZ-1645, no qual teve como curador o avô materno Doutor Físico Giovanni Paolo Ferro¹⁴⁵. Desistiu da vida religiosa e veio a se casar com a Magnífica **AGNESE PADULA**, nascida no dia 21-JAN-1621 e batizada em Montesano¹⁴⁶, filha de **Giovanni Battista Padula** e de **Giulia Rinaldo**. O Doutor Físico Vincenzo Cestari instituiu, em seu favor, bem como de sua linha de descendência e de toda a família Cestari, o direito de *ius patronatus* da Venerável Capela de *S. Maria delle Grazie*, em Montesano, com o consentimento do Reverendíssimo Senhor Bispo de Capua, conforme ato datado de 23-JAN-1656, lavrado pelo Notário Giovanni Angelo Fanzi, de Montesano¹⁴⁷.



Instituída em meados do Século XVII, pelo médico Vincenzo Cestari, a Capela de *Santa Maria delle Grazie* (Capela Cestari), em Montesano sulla Marcellana, com seu altar de madeira, tendo ao centro a imagem de Nossa Senhora, com o Menino Jesus, e à direita, São Vicente Mártir (fotos do autor, em SET-2014).

Antonio Greco, caixa 722, fls. 30v-31.

¹⁴⁵ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 722, fls. 75-78.

¹⁴⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1618-1628).

¹⁴⁷ É o que se infere de ato datado de 15-ABR-1657, pelo Notário de Montesano Luca Antonio Greco, de Montesano, por meio do qual o Douro Físico Vincenzo Cestari doa bens à referida capela (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – caixa 723, fls. 6v/8).



Órgão de tubos no balcão da Capela de *Santa Maria delle Grazie*, da família Cestari (foto do autor, em SET-2014).

Por escritura de 15-ABR-1657, o médico Vincenzo Cestari doou em favor da Capela de *S. Maria delle Grazie* cerca de 250 livros de medicina, filosofia, lógica, leis, história, poética, arte, métrica, astrologia, teologia e outros de diversos temas espirituais. Restou estabelecido que tais livros não poderiam ser vendidos, alienados, locados, nem gravados, sob pena de nulidade; bem como que nenhum capelão que estivesse fora da linha do doador pudesse fazer uso deles; além de, havendo muitos filhos e descendentes, a preferência de uso dos livros seria dos homens em relação às mulheres. No caso de extinção da linha de descendentes do doador, os livros deveriam ser avaliados e leiloados em praça pública, com grande participação do povo. No mesmo ato, ele também doou à referida capela, aumentando o dote para que pudesse ser bem servida, 15 ovelhas e duas vacas, uma de nome *Navicella*, com um novilho; e outra chamada *Brunetta*, com uma novilha. Tais animais não deveriam ser alienados, mas mantidos para que se multiplicassem em favor da referida capela¹⁴⁸.

¹⁴⁸ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723, fls. 6v-8.

Dom Vincenzo Cestari já havia falecido em 19-SET-1687, quando o comissário apostólico Lelio Ferro visitou as igrejas de Montesano, entre elas a de *S. Andrea*, onde havia o altar de *S. Maria della Provvidenza*, que foi de sua propriedade¹⁴⁹.

O Doutor Físico Vincenzo Cestari faleceu em 8-MAR-.... e a Magnífica Agnese Padula faleceu em 15-SET-...¹⁵⁰, deixando a descendência que segue:

- 1(VI)- *Dottor Físico* GIOVANNI BATTISTA AGOSTINO CESTARI, nascido em 5-MAIO-1648¹⁵¹.
- 2(VI)- GIOVAN DOMENICO AGOSTINO CESTARI, clérigo em 1661¹⁵².
- 3(VI)- Doutor **TOMMASO CESTARI**, casado com a Magnífica **GIROLAMA PETTINATO**, com quem teve geração que segue no § 11º.
- 4(VI)- Reverendo Doutor Físico Dom DOMENICO CESTARI, nascido por volta de 1653, foi promovido a sacerdote aos 31-JUL-1678. Segundo relatório da visita pastoral de 1680, em Montesano, estava agregado ao serviço da Igreja de *San Nicola*, mas era *filianus* da Igreja de *Sant'Andrea*. Na mesma ocasião, ele tinha os benefícios de *Santa Maria della Provvidenza* e de *Santa Maria delle Grazie*, que eram de sua família, com bula expedida em 19-FEV-1677¹⁵³. Era proprietário da Igreja de *S. Maria delle Grazie*, quando foi visitada pelo comissário apostólico Lelio Ferro, em 19-SET-1687¹⁵⁴. Fez testamento nuncupativo, datado de 20-AGO-1718, depositado perante o Notário Francesco Antonio Monaco, nomeando seu irmão Arcipreste Dom Giuseppe Maria Cestari como seu herdeiro universal e, depois da morte deste, em substituição, os seus sobrinhos Doutor Nicola Cestari, Clérigo Cesare Antonio Cestari e Vincenzo Cestari, filhos do falecido Doutor Tommaso Cestari¹⁵⁵. Veio a falecer antes de 1720 e foi sepultado na Igreja de *S. Nicola*, em Montesano¹⁵⁶.

¹⁴⁹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 18.

¹⁵⁰ Os dias de falecimento do Doutor Físico Dom Vincenzo Cestari e da Senhora Agnese Padula constam do testamento de Dom Giuseppe Maria Cestari, filho do casal, mas sem referência aos anos respectivos (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Distrito de Sala Consilina – Notário de Montesano, Donato Alleva, caixa 732*).

¹⁵¹ *Archivio di Stato di Salerno – Acta Doctoratus*.

¹⁵² Cf. escritura de doação de 26-JUN-1661 (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Notário de Montesano, Luca Antonio Greco, caixa 723*).

¹⁵³ Arquivo Diocesano de Teggiano, *S. Visita - 1680 - Montesano e Sanza – cart. 88*.

¹⁵⁴ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 18.

¹⁵⁵ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario de Montesano – Volume di Rivele, 1740, faldone 4288*.

¹⁵⁶ Cf. testamento de Dom Giuseppe Maria Cestari, de 29-MAIO-1720 (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili – Distrito de Sala Consilina – Notário de Montesano, Donato Alleva, caixa 732*).

- 5(VI)- Reverendíssimo *U.J.D.* Dom GIUSEPPE MARIA CESTARI, nascido por volta de 1665, recebeu a *prima tonsura* cerical aos 27-MAR-1678. Do relatório da visita pastoral de 1680, em Montesano, consta que ele era provido de todas as necessidades, dispensado da escola, frequentava os sacramentos com devoção e mandado a servir a igreja com fervor¹⁵⁷. Foi arcepreste de Montesano, onde faleceu com 89 anos, no dia 8-FEV-1753, sendo sepultado na Matriz de *S. Nicola*¹⁵⁸. Fez testamento nuncupativo aos 29-MAR-1720, nomeando como herdeiros universais e particulares seus sobrinhos *Dr. Sig. Nicola Cestari* e *Rev. Sig. D. Cesare Antonio Cestari*. Entre outras disposições, deixou valores para o clero da Igreja de *S. Nicola*. Estabeleceu, ainda, que os porcos da casa e aqueles que dividia com Giacomo La Rocca deveriam ficar para a Senhora Dorotea Bigotti, mulher de seu sobrinho Senhor Nicola Cestari. Também deixou para a Capela de *S. Maria delle Grazie*, patronato da família Cestari, a metade que tinha dos porcos que estavam com Carlo Avigliano, os quais deveriam ser vendidos e o valor apurado utilizado para que o Capelão Dom Cesare Antonio Cestari comprasse toalhas, castiçais, flores e outros aparatos de adorno do altar¹⁵⁹. Fez outro testamento em 9-FEV-1740, ocasião em que residia no *palazzo* situado na *Strada S. Maria della Grazia*, em Montesano, nomeando como herdeiros os Senhores Dom Cesare Antonio e Tommaso Cestari, respectivamente seu sobrinho e sobrinho neto¹⁶⁰.
- 6(VI)- Magnífica TERESA CESTARI, casada com Magnífico DOMENICO ALIANO, que segue.

- VI- Magnífica TERESA CESTARI casou-se em 1685, com Magnífico DOMENICO ALIANO, cuja família era originária de Moliterno¹⁶¹. Ela fez testamento datado de 25-MAR-1733, quando residia em Montesano, na casa situada na *Strada della sotto il Castello*. Entre outras disposições testamentárias, pediu para ser enterrada na Igreja de *S. Nicola*, sua paróquia. Nesse documento, vê-se que o casal teve¹⁶²:
- 1(VII)- Reverendo Senhor Dom MICHELE ALIANO, indicado como

¹⁵⁷ Arquivo Diocesano de Teggiano, *S. Visita* - 1680 - Montesano e Sanza – cart. 88.

¹⁵⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

¹⁵⁹ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Distrito de Sala Consilina – Notário de Montesano, Donato Alleva, caixa 732.

¹⁶⁰ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 730, fls. 2v/4.

¹⁶¹ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, nota 9.

¹⁶² *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Distrito de Sala Consilina – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 729.

universal e particular herdeiro no testamento de sua mãe.
2(VII)- ... casou-se com GIOVAN BATTISTA RIVELLEZE.



Pátio interno do *Palazzo Cestari*, com elementos de heráldica sobre os arcos do balcão, onde se vê, esculpidos em pedra: ao centro, o brasão dos Cestari; à esquerda, o dos Bigotti; e à direita, o dos Pettinato (foto do autor, MAIO-2018).



Brasão da família Pettinato, existente no *Palazzo Cestari* (foto do autor)

§ 11º

VI- *U.J.D. TOMMASO CESTARI* faleceu aos 31-AGO-1716 e foi sepultado na Igreja de *S. Andrea*, em Montesano¹⁶³, filho do Doutor Físico Dom Vincenzo Cestari e da Magnífica Agnese Padula (n. V do § 10º). Foi casado com a Magnífica **GIROLAMA PETTINATO**, falecida em Montesano, com 82 anos, em JUN-1737 e sepultada na mesma igreja¹⁶⁴.

Magnífica Girolama Pettinato deixou testamento nuncupativo, datado de 9-ABR-1735, designando, como herdeiros universais e particulares, seu filho *Sig. D. Cesare Antonio Cestari* e seu neto *Sig. Tommaso Cestari*. No referido documento, ela menciona, ainda, que seu falecido pai, Magnífico **Giuseppe Pettinato**, constituiu dote para seu matrimônio em 1675. Entre outras disposições, ela pediu que, por ocasião de sua morte, rezassem na Capela de *S. Maria delle Grazie*, patronato de seus filhos, bem como manifestou a vontade de ser enterrada na sepultura de sua família, na Igreja de *S. Andrea*, sua paróquia. A Dom Cesare Cestari deixou uma parte correspondente a *ducati trecento*. Dispôs, entre outras coisas, “*che il vestito di lama¹⁶⁵ d’oro di color tarquino (?), una ad il panno di testa vallonato d’argento, una cateniglia (catenella) d’oro et uno sproviere¹⁶⁶ guarnito ad rizza vestito in potere di esso signor D. Cesare affine le dia ad una delle figlie del fu dottor Sig. Nicola Cestari, cioè a quella che si collocherà altrimenti, e non collocandosi nessuna di esse, restia in beneficenza di esso sig. Tommaso*”¹⁶⁷. Para o cumprimento das suas últimas vontades, nomeou seu cunhado *Dr. Sig. D. Giuseppe Maria Cestari*¹⁶⁸. Tiveram:

- 1(VII)- Reverendíssimo *U.J.D. Dom CESARE ANTONIO CESTARI* que, em 1720, era capelão da Igreja de *S. Maria delle Grazie*, em Montesano, conforme se depreende do testamento de seu tio Dom Giuseppe Maria Cestari. Depois, tornou-se arcepreste de Montesano, onde faleceu com 56 anos, em 7-ABR-1752, após 17 dias de enfermidade, sendo sepultado na Igreja de *S. Andrea*¹⁶⁹.
- 2(VII)- Magnífico Dom **NICOLA CESTARI**, que se casou com a Magnífica

¹⁶³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1701-1747).

¹⁶⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1701-1747).

¹⁶⁵ *Lamè* é um tecido.

¹⁶⁶ Provavelmente é um tipo de roupa.

¹⁶⁷ A testadora Girolama Pettinato quer que um vestido seja dado a uma de suas netas, filhas do falecido Dr. Nicola Cestari, se se casarem. Caso contrário, o vestido deveria ser entregue a seu neto Tommaso Cestari para doação a caridade.

¹⁶⁸ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Distrito de Sala Consilina – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 729, fls. 20-23.

¹⁶⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

Dona **DOROTEA BIGOTTI**, com descendência que segue.

- 3(VII)- Dom VINCENZO CESTARI é citado no testamento do tio Doutor Físico Dom Domenico Cestari em 1718, tendo falecido antes de 1740¹⁷⁰.
- 4(VII)- ANGELA CESTARI, batizada em Montesano, pelo Pároco Dom Carlo Pascale, aos 20-JUN-1700, tendo como padrinhos o Magnífico Nicola Gerbasio e Girolama La Magna¹⁷¹.
- 5(VII)- AGNESE CESTARI, monja beneditina que, em 1739, vivia no Mosteiro de *S. Croce della Saponara* (atual Grumento Nova), tendo declarado que recebeu de seu irmão Dom Cesare Antonio Cestari e de sua cunhada Dona Dorotea Bigotti o valor de *ducati dieci* relativo a seu vitalício, tanto em dinheiro quanto em coisas comestíveis¹⁷².

VII- Magnífico Dom **NICOLA CESTARI**, *U.J.D.*, que, em 1722, herdou de Giovanni Domenico Cestari um crédito de 300 *ducati* concedido à *Università* de Montesano¹⁷³; ¹⁷⁴. Nesse mesmo ano ele fez erigir uma fonte em sua propriedade rural em *Eliceto*¹⁷⁵. Veio a falecer em Montesano, aos 23-JAN-1735, sendo sepultado na Paróquia de *S. Andrea*¹⁷⁶.

Foi casado com a Magnífica Dona **DOROTEA BIGOTTI**, nascida aos 15-ABR-1691, em Sala (atual Sala Consilina), onde foi batizada no dia 18 subsequente, na *Parrocchia di S. Leone*, com o nome de **MADDALENA AGATA DOROTEA BIGOTTI**, tendo como madrinha Antonia Pannella, *quondam* Angelo, da Paróquia de *S. Nicola*¹⁷⁷. Ela era filha do Magnífico *U.J.D. Nicola Bigotti* (ou **Bigotto**) e da Magnífica **Rosa Parisi** (ou **Parese**),

¹⁷⁰ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

¹⁷¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁷² *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

¹⁷³ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 18.

¹⁷⁴ *Università* é a denominação utilizada na Itália Meridional, no período da Idade Média, para designar os centros habitados com pelo menos 2000 moradores. Deriva do latim *Universitas civium*, ou seja, a *coletividade de cidadãos*, os quais viam na união a possibilidade de oposição à prepotência do feudatário e de reconhecimento dos direitos essenciais. Essa denominação perdurou até a ocupação francesa (1806) quando foi substituída por *Comune* (VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. *Gli Statuti della Terra di Montesano*, p. 10).

¹⁷⁵ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, foto 5.

¹⁷⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1701-1747).

¹⁷⁷ Arquivo Diocesano de Teggiano – Livro de Batismos - *Parrocchia di San Leone* – Sala Consilina.

esta natural de Moliterno, mas ambos fregueses da Paróquia de *S. Leone*, em Sala, sendo neta paterna dos Magníficos **Giuseppe Bigotti e Caterina Pandelli** (ou **Pannella**), neta materna de **Ottaviano Parisi**.

Em 1740, Dona Dorotea Bigotti figura no *Catasto Onciario* de Montesano como mãe e tutora dos infantes Dom Tommaso, de 9 anos de idade; Dona Rosa, de 15 anos; Dona Teresa, de 13 anos; e Dona Serafina, de 11 anos. Por esse cadastro, verifica-se que possuía considerável patrimônio em imóveis e muitos animais, além de treze empregados, sendo: três servas, um criado, sete serventes de casa, um *massaro*¹⁷⁸ e um *molettiere* (muladeiro). Na mesma habitação dela também viviam o tio e o irmão de seu falecido marido, Doutores Dom Giuseppe Maria Cestari e Dom Cesarantonio Cestari, este último Arcipreste de Montesano¹⁷⁹.

Na condição de viúva do Doutor Dom Nicolò Cestari e tutora dos filhos menores, Dona Dorotea Bigotti apresentou manifestação perante o Ilustríssimo Senhor Duque Marquês *Preside e Governatore dell'Armi* na *Regia Udienza* de Salerno, esclarecendo que, diante de despesas altíssimas para manutenção de seus rebanhos bovinos, ovinos e caprinos pastando na Basilicata durante o inverno, não se lucrava muito com a atividade, de modo que os animais deveriam ser vendidos para pagamento de impostos¹⁸⁰.

¹⁷⁸ *Massaro* é aquele que administra um negócio agrícola, próprio ou alheio (PETRÒCCHI, P. “*Nòvo Dizionario Universale della Lingua Italiana*”, v. I, p. 803, e v. II, p. 168; CATTANA, Anna. - e NESCI, Maria Teresa. “*Zanichelli Dizionario Compatto della Lingua Italiana*”, p. 734).

¹⁷⁹ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

¹⁸⁰ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.



Fonte erguida em 1722, pelo Doutor Nicola Cestari, em *Eliceto*, propriedade rural que, até hoje, pertence a um de seus descendentes. Outrora, sobre o arco, havia um brasão dos Cestari em pedra. Na arquitrave se lê: *U.I.D. N. CESTARI A.D. MDCCXXII F.F.* (foto do autor, em SET-2014).



O brasão da família Bigotti pode ser visto, num afresco, no teto do arco de ingresso do *Palazzo Cestari*, em Montesano sulla Marcellana (foto do autor, MAIO-2018).



Capela de *San Giuseppe* (Capela Bigotti), em Sala Consilina, erguida em 1735, pelo Reverendo Abade Dom Giuseppe Bigotti¹⁸¹, irmão da Magnífica Dorotea Bigotti. Sobre a porta de ingresso, há um brasão da família Bigotti, esculpido em pedra (fotos do autor, em MAIO-2018).

¹⁸¹ LOMBARDI, Gelsomina; PUGLIESE, Micaela. “*Dal romantico ao barocco: l’architettura religiosa minore*”, p. 174 e 189.



Brasão da família Bigotti esculpido na tampa de mármore de uma antiga sepultura, no piso da *Sala delle Campane*, na Cartuxa de São Lourenço, em Padula¹⁸². No campo do brasão há um cão lebreiro, com três faixas abaixo (foto do autor, em SET-2014).

¹⁸² D’ALESSIO, Maria Teresa. “*La sepoltura della famiglia Bigotti nella Certosa di Padula*”, in *Bollettino della Soprintendenza per i BAP di Salerno e Avellino*, p.29-35.

Dona Dorotea Bigotti fez testamento em 8-JAN-1764, do qual se depreende que residia em Montesano, na *Contrada detta L'Amendola sui S^a Maria della Grazia*. Nomeou como universal e particular herdeiro seu filho, Senhor Dom Tommaso Cestari, sobretudo e especialmente dos seus “*beni mobili stabili gioie oro argento monetato e non monetato racoglienze, nomi di debitori e sopra ogni altra cosa da detta eredità*”. Entre outras disposições, ela pede para ser enterrada na Igreja de *S. Andrea*, sua paróquia, na sepultura *jus patronatus* de sua família¹⁸³. Ela faleceu no dia 10-JAN-1764, em Montesano¹⁸⁴.

O Doutor Senhor Dom Nicola Cestari e Dona Dorotea Bigotti tiveram a seguinte descendência:

- 1(VIII)- Soror ISABELLA CESTARI, monja professa no Monastério de Santa Clara, em Tricarico, que, aos 22-SET-1739, com as suas irmãs Sorores Ana Rosa Cestari, Agnese Cestari e Petronilla Cestari, firmou documento declarando ter recebido de sua mãe e do tio Dom Cesare Cestari o costumeiro vitalício anual no montante de 40 *ducati*, tanto em dinheiro quanto em bens comestíveis¹⁸⁵.
- 2(VIII)- Soror ANNA ROSA CESTARI, que, em 1739, era monja professa no Monastério de Santa Clara, em Tricarico¹⁸⁶.
- 3(VIII)- Soror AGNESE CESTARI, monja professa no Monastério de Santa Clara, em Tricarico, no ano de 1739¹⁸⁷.
- 4(VIII)- Magnífica PETRONILLA CESTARI, nascida aos 31-MAIO-1719 e batizada em 3-JUN-1719, em Montesano, com o nome de ROSA GIOVANNA PETRONILLA¹⁸⁸. Em 1739, era monja professa no Monastério de Santa Clara, em Tricarico¹⁸⁹.
- 5(VIII)- Magnífica Dona ROSA CESTARI, casada com o Magnífico Dom PASQUALE DE RAGUTIIS ou PASQUALE DE RAUTIIS, com geração que segue.
- 6(VIII)- Dona TERESA CESTARI, nascida em 4-SET-1724 e batizada após dois dias, em Montesano, como ROSARIA ROSA AURORA

¹⁸³ *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Distrito de Sala Consilina – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 731.

¹⁸⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1748-1779).

¹⁸⁵ Documento transcrito em: *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

¹⁸⁶ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

¹⁸⁷ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

¹⁸⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁸⁹ *Archivio di Stato di Napoli, Catasto Onciario* de Montesano – *Volume di Rivele*, 1740, *faldone* 4288.

TERESA CESTARI ¹⁹⁰.

7(VIII)- Dona SERAFINA CESTARI nasceu em 10-MAR-1726 e foi batizada após dois dias, em Montesano, tendo como padrinho o *U.J.D.* Magnífico Dom Domenico Cestari, por seu procurador Doutor Físico Angelo Abbatemarco¹⁹¹. Com os irmãos Dom Tommaso e Donas Rosa e Teresa Cestari, todos menores, figuram em uma escritura datada de 16-OUT-1740, como herdeiros do *U.J.D.* Nicola Cestari¹⁹².

8(VIII)- Magnífico Dom **TOMMASO CESTARI**, cujo nome completo era **TOMMASO MICHELE GIUSEPPE DOMENICO FRANCESCO ANTONIO PASQUALE STANISLAO BERNARDO LUDOVICO ONOFRIO VINCENZO CESTARI**, casado com a Magnífica Dona **ROSA FILIPPA SCAFATI** ou apenas Dona **ROSA SCAFATI**, que segue no § 12º.

VIII- Magnífica Dona ROSA CESTARI, nascida aos 26-ABR-1722 e batizada dois dias depois, em Montesano¹⁹³. Casou-se na Matriz de *S. Nicola*, em Montesano, aos 10-JAN-1746, com o Magnífico Dom PASQUALE DE RAGUTHIS ou PASQUALE DE RAUTHIS, *U.J.D.*, natural de Tramutola¹⁹⁴. Ele era notário em sua terra natal e foi qualificado como *nobile vivente* no *Catasto Onciario* de 1746, quando tinha 27 anos. Segundo esse cadastro, viviam na residência desse casal em Tramutola: Isabella Cesareo, *ava*, de 63 anos; Anna Angelina, de Montesano, *balia*, de 30 anos; Serafina Vassalla, de Montesano, *serva*, com 24 anos; Marzia Di Filippo, de Castello Saraceno, *serva*, com 25 anos; Michele Branchini, *laccheo* (lacaio), de 15 anos; Giacchino Lombardo, *lettighiero* (liteireiro), de 30 anos; Giovanni Paciello, *ortolano* (hortelão), de 40 anos. Na ocasião, Dom Pasquale De Rautiis tinha renda imponible de 702 onças e renda tributável de 321 onças¹⁹⁵. Tiveram, pelo menos:

1(IX)- Dona MARIA LAURA, com 10 meses de idade por ocasião do *Catasto Onciario* de 1746.

¹⁹⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁹¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁹² *Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Montesano, Antonio Abbatemarco, caixa 730, fls. 14v/15.

¹⁹³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁹⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Matrimônios (1695-1749).

¹⁹⁵ BONSERA, Santino G; ORIOLO, Remo; TROCCOLI, Giuseppe D. “*Tramutola. Note e ricerche storiche*”, p. 168.

§ 12º

VIII- Magnífico Dom **TOMMASO CESTARI**, *U.J.D.*, foi batizado em 9-NOV-1730, na Paróquia de *S. Nicola*, em Montesano, tendo-lhe sido imposto o nome de **TOMMASO MICHELE GIUSEPPE DOMENICO FRANCESCO ANTONIO PASQUALE STANISLAO BERNARDO LUDOVICO ONOFRIO VINCENZO**¹⁹⁶, filho dos Magníficos Dom Nicola Cestari e Dona Dorotea Bigotti (n.º. VII do § 11º). Veio a falecer às 4 horas do dia 13-OUT-1780, vítima de *apoplectico morbo*, em Montesano, sua terra natal, onde foi sepultado na Igreja de *S. Andrea*, no altar de *Santa Maria della Provvidenza*, pertencente a sua família¹⁹⁷.

Após obter dispensa de Roma, datada de 11-DEZ-1754, em razão de impedimento de 3º e 4º graus de consanguinidade, casou-se em 9-JAN-1755¹⁹⁸, na Igreja de *S. Matteo* na Cidade de Nocera dei Pagani, com a Magnífica Dona **ROSA FILIPPA SCAFATI** ou apenas Dona **ROSA SCAFATI**, nobre, natural de Nocera dei Pagani, onde foi batizada aos 28-FEV-1736, filha do ilustríssimo Senhor Dom **Giuseppe Scafati**, *galantuomo*, e da Senhora Dona **Marianna Saja** (ou **Saija**) *gentildonna*¹⁹⁹, sendo neta paterna do *A.M.D.* **Giovanni Battista Scafati** e da Senhora **Chiara Ferrara**²⁰⁰.

¹⁹⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1700-1749).

¹⁹⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1780-1800); FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 19 e 55, “b” e “c”, onde se vê, inclusive, as transcrições dos assentos de óbito e de batismo, sendo que, neste último, foi omitido o nome “Onofrio”.

¹⁹⁸ O dia do casamento está ilegível no *processetto matrimoniale*, mas consta de: FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 19.

¹⁹⁹ Arquivo Diocesano de Nocera Inferiore – *Processetto Matrimoniale* – Igreja de *S. Matteo* de Nocera dei Pagani – *busta* 46.

²⁰⁰ Os nomes dos pais de Dom Giuseppe Scafati constam de uma escritura de 1722 instituindo dote de 400 *ducati* para sua irmã Caterina Scafati, cujo nome religioso era Sórora Maria Vittoria Scafati, no Monastério de *S. Anna*, em Nocera (*Archivio di Stato di Salerno – Protocolli Notarili* – Notário de Nocera, Andrea Scafati, *fasci* 3973, fl. 396/v).



Na clausura do Convento de *S. Maria degli Angeli*, em Nocera Superiore, pintado sob um afresco que representa o Trânsito de Santa Clara, há um brasão dos Scafati²⁰¹ (foto de Michele Cartusciello).

²⁰¹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 19.



No teto do arco de ingresso do *Palazzo Cestari*, em Montesano sulla Marcellana, também pode ser visto o brasão da família Scafati, em um afresco muito danificado pelo tempo (foto do autor, MAIO-2018).

Após o bárbaro assassinato de seu filho mais velho, Dona Rosa Filippa Scafati ficou cega pelo trauma²⁰². Ela faleceu no dia 7-DEZ-1811, em Montesano, onde residia na *Strada Amendola*²⁰³, deixando a seguinte descendência havida com Dom Tommaso Cestari:

- 1(IX)- Dom **NICOLA CESTARI**, cujo nome completo era **NICOLA GAETANO GIUSEPPE MARIO ANTONIO ANDREA SAVERIO BENEDETO VINCENZO CESTARI**, casou-se com Dona **MARIA TERESA SAN PIETRO** ou **TERESA SANTOPIETRO**, com quem teve geração que segue.
- 2(IX)- Dom **CESARE CESTARI**, batizado com o nome de **CESARE ANTONIO EMMANUELE GIUSTINO**, aos 26-SET-1757, em Montesano²⁰⁴, onde faleceu em 29-ABR-1788²⁰⁵. Em 1772, era noviço reverendo.

²⁰² CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92, nota 1; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 29-30.

²⁰³ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Montesano sulla Marcellana - Registro de Óbitos – 1811 - n.º. 164.

²⁰⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²⁰⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1780-1800).

- 3(IX)- BEATRICE GIROLAMA NICOLETTA CESTARI, nascida às 12 horas do dia 29-MAR-1759, sendo batizada em Montesano, no dia 31 subsequente, pelo Reverendo Abade Dom Nicola Bigotti, de Sala. Seus padrinhos foram: Reverendo Dom Tommaso Lomanto, por procuração de Dom Pascale Sabini, de Sassano, e Dona Dorotea Bigotti, por procuração de Dona Camilla Ferri, também de Sassano²⁰⁶.
- 4(IX)- MARIA AGNESE CESTARI, batizada em 18-FEV-1763, em Montesano, sendo padrinho Dom Nicola Cestari²⁰⁷. Dona AGNESE CESTARI, mônaca, faleceu aos 86 anos de idade, no dia 13-SET-1842, em sua casa na *Strada Amendola*, em Montesano²⁰⁸.
- 5(IX)- GIUSEPPE MARIA ANTONIO CESTARI foi batizado em 8-JUN-1764, em Montesano, pelo Reverendo Dom Nicola Bigotti, de Sala, sendo padrinhos: Magnífico Dom Nicola Cestari, por procuração do Magnífico Dom Francesco Antonio Ferri, de Sassano²⁰⁹.
- 6(IX)- Dom DOMENICO CESTARI, batizado em Montesano no dia 16-NOV-1765, sendo-lhe imposto o nome DOMENICO VINCENZO DIDACO²¹⁰. Faleceu em Montesano, no dia 19-JUN-1781²¹¹.
- 7(IX)- VINCENZO CESTARI nasceu às 4 horas de 7-MAR-1768, sendo batizado em Montesano no dia 9 do mesmo mês e ano, pelo *U.J.D.* Pietro Antonio Abbatemarco, arcepreste. Foi-lhe imposto o nome VINCENZO TOMMASO MICHELE ARCÂNGELO GIOVANNI DI DEO e seus padrinhos foram: Magnífico Dom Francesco Sabini, de Sassano, por seu procurador Dom Cesare Cestari. A parteira foi Anna de Luca²¹².
- 8(IX)- Dona MARIA GAETANA CESTARI ou Dona GAETANA CESTARI, batizada em Montesano, pelo Ecônomo Lorenzo Abbatemarco, aos 27-MAIO-1770, com o nome de GIROLAMA MARIA GAETANA²¹³. Por ato do Notário Felice Calenda, de Nocera dei Pagani, datado de 14-ABR-1781, seus pais instituíram dote de 600 *ducati* em favor do Monastério de *S. Chiara*, para ela estudar

²⁰⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²⁰⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²⁰⁸ *Archivio di Stato di Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1842 – número de ordem 118 – imagem 129, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 29-JUL-2020.*

²⁰⁹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²¹⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²¹¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Óbitos (1780-1800).

²¹² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²¹³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

e se tornar freira²¹⁴.

- 9(IX)- Dona GIROLAMA CESTARI, batizada como MARIA GIROLAMA RACHELE TERESA CESTARI, em Montesano, aos 16-NOV-1772. O padrinho foi seu irmão *Novizio Reverendo* Cesare Cestari e Patrizia Abbatemarco, esta por procuração da Magnífica Dona Arcangela Sabini, mulher de Pietro Bigotti, de Sala²¹⁵. Casou-se na Igreja de *S. Nicola*, em Montesano, aos 29-MAR-1796, com o *U.J.D.* Dom MICHELE GATTA²¹⁶, cujo nome original era ANGELO ANDREA GENOVESE, nascido em Castiglione aos 22-DEZ-1777, que foi adotado por seu parente Dom Diego Gatta, sacerdote e jurista de Sala²¹⁷; ²¹⁸.

O Sacerdote Diego Gatta assumiu posição reformista e anticurialista, atacando a igreja oficial, sendo, por isso, confinado em um monastério²¹⁹. Com o movimento republicano de 1799, a família Gatta sofreu represálias, e Dom Diego Gatta se recolheu em Sala Consilina visando proteger o consistente patrimônio familiar, que, naquele momento, estava em risco pela ação de sanfedistas. De fato, pouco tempo depois, as massas realistas passaram a agir: sequestraram o jurista, espoliaram seus bens, incendiaram o antigo e importante *Palazzo* Gatta, situado no *rione* dito *In mezzo alla terra*, além de sua vasta e importante biblioteca²²⁰.

Doutor Michele Gatta também era envolvido no movimento republicano e, por tal motivo, foi assassinado em 3-MAIO-1799, deixando a mulher grávida²²¹. A *gentildonna* GIRONIMA CESTARI

²¹⁴ Arquivo Diocesano de Nocera Inferiore.

²¹⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²¹⁶ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Matrimônios (1750-1802).

²¹⁷ FULGIONE, Giuseppe. “*La storia scritta nella pietra. Diego Gatta insigne giurista salernitano*”, in “L’agenda di Salerno e província”, p. 25-26; FULGIONE, Giuseppe. “*Un grande del diritto e della storia Diego Gatta di Sala Consilina*”, in “Il Saggio”, ano XIV, nº. 162, SET-2009, p. 18.

²¹⁸ Sobre a família Gatta, de Sala Consilina, ver: CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 98 e 126-127, nota 6; SPINELLI, Enrico. “*Contributi alla Storia Culturale del Vallo di Diano (secc. XV-XIX)*”, p. 19-36.

²¹⁹ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 98.

²²⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*La storia scritta nella pietra. Diego Gatta insigne giurista salernitano*”, in “L’agenda di Salerno e província”, p. 25-26; FULGIONE, Giuseppe. “*Un grande del diritto e della storia Diego Gatta di Sala Consilina*”, in “Il Saggio”, ano XIV, nº. 162, SET-2009, p. 18.

²²¹ FULGIONE, Giuseppe. “*La storia scritta nella pietra. Diego Gatta insigne giurista salernitano*”. In: L’agenda di Salerno e província, p. 25-26; FULGIONE, Giuseppe. “*Un grande del diritto e della storia Diego Gatta di Sala Consilina*”, in “Il Saggio”,

faleceu, em Montesano, na casa onde residia, situada na *Strada Amendola*, em 8-ABR-1845²²².

10(IX)- GIUSEPPE MARIO ANTONIO CESTARI, batizado aos 22-OUT-1774, em Montesano²²³.

IX- Dom **NICOLA CESTARI**, *U.J.D.*, nasceu em 15-OUT-1755, em Montesano, onde foi batizado na Igreja Matriz de *S. Nicola*, com o nome de **NICOLA GAETANO GIUSEPPE MARIO ANTONIO ANDREA SAVERIO BENEDETO VINCENZO**²²⁴, tendo sido barbaramente assassinado em 17-FEV-1799²²⁵. Foi casado com a Magnífica Dona **MARIA TERESA SAN PIETRO** ou **MARIA TERESA SANTOPIETRO** ou apenas **TERESA SANTOPIETRO**, *gentildonna*, nascida por volta de 1756, natural de Vignola (atual Comuna de Pignola, na Província de Potenza), filha do Senhor **Giuseppe Santo Pietro**, gentilhombre, e de **Sofia Masellis**, gentil dama²²⁶, neta paterna do *U.J.D.* Dom **Nicola Santo Pietro** e de Dona **Eleonora Ferrari** (ou **Ferrara**), neta materna do Doutor Dom **Silvestro de Masellis** e de Dona **Francesca Parisi**.

ano XIV, nº. 162, SET-2009, p. 18.

²²² *Archivio di Stato di Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1845– número de ordem 34 – imagem 39, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

²²³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²²⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1750-1780).

²²⁵ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 27 e 56, onde se lê, inclusive, as transcrições dos assentos de batismo e de óbito.

²²⁶ Cf. ato de registro de óbito de Maria Teresa San Pietro (*Ufficio dello Stato Civile da Comuna de Montesano sulla Marcellana - Registro de Óbitos – 1851 - nº. 26*).



Fachada do *Palazzo Cestari*, em Montesano sulla Marcellana, onde Dom Nicola Cestari, *utriusque juris doctor* (doutor em leis civis e canônicas), foi barbaramente assassinado em 1799 (foto do autor, MAIO-2018).

Homem rico e prudente, o *dottore in lege* Dom Nicola Cestari era uma das figuras mais influentes de Montesano, com uma indiscutível ascendência sobre boa parte da população²²⁷. De personalidade autoritária e pragmática, exerceu seu domínio político local, direta ou indiretamente, por cerca de vinte anos²²⁸.

Em 1785, Dom Nicola Cestari, na condição de *sindaco* da Universidade de Montesano²²⁹, solicitou ao Bispo de Capaccio, Angelo Maria Zuccari, que restabelecesse a celebração de batismos e de matrimônios na Igreja de *Sant' Andrea*, ligada à família Cestari, o que se justificaria pelo aumento da população que chegava a 5000 almas. Contudo, a mencionada autoridade eclesiástica não acolheu o pedido, por se tratar de filial da Paroquial Igreja Matriz de *San Nicola*, não sendo o caso de desmembramento²³⁰.

²²⁷ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81.

²²⁸ D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 91-92.

²²⁹ *Sindaco* é o chefe do poder executivo municipal, que se traduz para o português como prefeito. Não se confunde com o *prefetto*, que é o chefe de polícia da província.

²³⁰ D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di*

Embora Dom Nicola Cestari tenha sempre gerido, com probidade, os negócios políticos econômicos da *Università* de Montesano, e fosse benquisto por parte do povo²³¹, sua longa atividade de administrador, naturalmente, não poderia isentá-lo de acusações justas ou infundadas, nem do rancor de uma grande parte da população²³².

Antigos e novos rancores colocavam em conflitos os representantes das famílias mais influentes do local²³³. Dom Nicola Cestari era odiado por Dom Francesco Paolo Gerbasio e Dom Emerico Gerbasio (pai e filho), pelo Barão Giuseppe Antonio Gerbasio e por Dom Giuseppe Gerbasio *quondam* Matteo²³⁴. Os Gerbasios, visando removê-lo de sua posição, fomentaram o rancor popular²³⁵, dando a entender coisas inverídicas contra a estima de Dom Nicola Cestari²³⁶. Os familiares de Gioacchino Abbatemarco também odiavam Dom Nicola Cestari por vários motivos.

Em 7-FEV-1792, Dom Nicola Cestari foi nomeado presidente da municipalidade e *capo eletto* de Montesano²³⁷. Nessa condição, ele teve que proceder ao alistamento militar obrigatório, determinado pelo soberano, em razão da guerra contra a França²³⁸. Gioacchino Abbatemarco protestou contra a decisão da convocação de seu filho, Rosario Abbatemarco, sendo fomentado por Dom Francesco Paolo Gerbasio, que também tinha dependentes que seriam incluídos no alistamento²³⁹.

Com isso, Dom Francesco Paolo Gerbasio, arvorando-se em defensor dos direitos do povo, fomentou a indignação popular contra as instruções reais e, sobretudo, contra o executor delas. Então, Dom Nicola Cestari

Napoli”, p. 82-83.

²³¹ Cf. testemunho de seu moleiro Francesco Grassano, de alcunha *Cicerone*, no Processo Cestari, na *Regia Udienza Provinciale*, parcialmente transcrito em: D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 33-34.

²³² CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81.

²³³ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 79.

²³⁴ Cf. testemunho de Francesco Grassano, de alcunha *Cicerone*, no Processo Cestari, na *Regia Udienza Provinciale*, parcialmente transcrito em: D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 33-34.

²³⁵ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81.

²³⁶ Cf. testemunho de Francesco Grassano, de alcunha *Cicerone*, no Processo Cestari, na *Regia Udienza Provinciale*, parcialmente transcrito em: D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 33-34.

²³⁷ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 27.

²³⁸ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 85; CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81.

²³⁹ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 85.

noticiou à *Regia Udienza di Salerno* quem foi o instigador do tumulto, o qual foi processado²⁴⁰.

Em seguida, houve imposição da *decima* sobre os bens e foi determinada a venda das terras das *cappelle laicali* para fazer frente às necessidades do Estado²⁴¹. Dom Nicola Cestari encarregou-se de executar a resolução soberana. Para o cumprimento dessa medida, ele obteve parecer do conterrâneo Angelo Maria Abbatemarco, que residia em Nápoles. Foi criada uma comissão composta pelo *Dottor Fisico* Carlo Abbatemarco (pai de Angelo Maria²⁴²), Dr. Nicola Gaudio e do Notário Nicola Barbella, os quais procederam à divisão dos novos tributos e a venda das terras das *cappelle laicali* da Corte Real. Não se sabe precisamente como foram executadas tais operações, porém, entre os compradores das propriedades das *cappelle laicali* estavam os membros da referida comissão e o próprio Dom Nicola Cestari²⁴³.

Excluídos dessa operação, Dom Giuseppe Gerbasio, Dom Antonio Gerbasio, Dom Emerico Gerbasio, o Sacerdote Dom Vincenzo M. Lauria e seu irmão Michele Lauria, bem como o *Mag.* Gioacchino Abbatemarco e filhos disseminaram o mau humor do povo contra Dom Nicola Cestari e (Carlo) Abbatemarco, fazendo a plebe rude acreditar que estes queriam empobrecer o povo, usurpar os bens das *cappelle* para fins privados, fomentando as pessoas a fazerem saques²⁴⁴.

²⁴⁰ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81.

²⁴¹ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 86.

²⁴² Ver árvore genealógica incompleta da família Abbatemarco em: VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. “*Gli Statuti della Terra di Montesano*”, p.20.

²⁴³ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81-82.

²⁴⁴ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 81-82.



Porta da capela na varanda do *Palazzo Cestari*, datada de 1783 (fotos do autor, em MAIO-2018).



Na capela do *Palazzo Cestari*, imagem de São Miguel Arcanjo, com o brasão da família em sua base (fotos do autor, em MAIO-2018).



Altar da capela do *Palazzo Cestari*, recentemente restaurado, com o brasão da família na lateral esquerda (foto do autor, MAIO-2018).

Por ocasião de outro alistamento obrigatório, em 1798, Gioacchino Abbatemarco, que já tinha um filho servindo ao exército, pretendia que o outro fosse liberado. Porém, Dom Nicola Cestari, na condição de *prosindaco* da *Università* de Montesano, manteve a convocação de mais um filho de Gioacchino Abbatemarco, determinando a inclusão de Giuseppe Abbatemarco no lugar de Gaetano Abbatemarco, que estava doente²⁴⁵. Com isso, Gioacchino Abbatemarco entendeu ser vítima de represália do *capo eletto*²⁴⁶.

Além disso, dois anos antes, Dom Nicola Cestari, como advogado, havia defendido a Igreja Paroquial de *S. Andrea* numa ação judicial movida por Gioacchino Abbatemarco, o qual pretendia a restituição de alguns territórios que alegava ser dos seus antepassados²⁴⁷.

Não se pode esquecer outro desentendimento, surgido alguns anos antes, quando foi necessário atender à ordem real do *onciario* sobre os bens fundiários particulares em Montesano, ocasião na qual Gioacchino Abbatemarco, pretendendo a isenção do pagamento, apoiado por Dom Giuseppe Gerbasio e pelos irmãos Sacerdotes Dom Nicola e Dom Vincenzo Lomanto, procurou

²⁴⁵ D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 86.

²⁴⁶ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 82.

²⁴⁷ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 82.

levantar a população, colocando a culpa tanto em Dom Nicola Cestari quanto em Dom Nicola Gaudio, eleito deputado para tal *onciario*²⁴⁸.

Além dessas inimizades pessoais, havia um grande descontentamento popular contra Dom Nicola Cestari, pois ele era procurador da *Real Certosa di San Lorenzo*²⁴⁹, em Padula, detentora do feudo de Montesano, e, nessa condição, ele defendia o direito de os monges coletarem a *bagliva*²⁵⁰ em detrimento de seus concidadãos²⁵¹.

Nesse contexto, aos 27-AGO-1798, formou-se o parlamento para a eleição dos novos administradores de Montesano e, na tumultuada assembleia, as classes mais baixas derrubaram os *galantuomini* e fizeram a nomeação do cargo de *sindaco* (prefeito) e de *capo eletto* recaírem sobre duas pessoas do partido popular, ou seja, Giosuè Monaco e Domenico Barbella, ambos ardentes líderes do povo, apoiados demagogicamente pelos Gerbasios. O programa administrativo deles se resumia, precipuamente, em negar o pagamento dos direitos da *bagliva* para a Cartuxa de São Lourenço, em Padula, e de mover ação judicial contra ela, à custa do município, para reaver os pagamentos anteriores, que Dom Nicola Cestari, na condição de lugar-tenente da Corte local²⁵², sempre satisfizes²⁵³.

Com isso, Dom Nicola Cestari recorreu e conseguiu anular a eleição, bem como obteve a nomeação interina para os cargos, de dois “*galantuomini*” amigos seus: Dom Attanasio Greco Quintana e Domenico Frabasile²⁵⁴.

²⁴⁸ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 86.

²⁴⁹ *Certosa* é uma cartuxa, ou seja, um mosteiro da Ordem de São Bruno.

²⁵⁰ Os proventos da *bagliva* serviam para financiar obras públicas, além de pagar os *bàiuili* (ou *baglivi*) e outros magistrados locais. Os *bàiuili* ou *baglivi* eram oficiais da corte com múltiplos encargos referentes ao poder local. Tinham competência para julgarem as causas civis que não comportassem penas corporais, mas apenas pecuniárias, além de danos causados no campo. Eles também desempenhavam função de controle da polícia urbana e campestre, cuidando da higiene das habitações e da manutenção das estradas (VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. “*Gli Statuti della Terra di Montesano*”, p. 28, nota 24).

²⁵¹ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 87-88; CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 82.

²⁵² Lugar-tenente era o órgão jurisdicional que administrava a justiça local de acordo com as competências reconhecidas ao feudatário. O juiz era nomeado pelo feudatário e permanecia no cargo por um ano, salvo confirmação (D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 89, nota 19).

²⁵³ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 88-89; CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 82-83.

²⁵⁴ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 83.

Por mais uma vez, os interesses que ligavam Dom Nicola Cestari à *Certosa* de Padula tornam-se causa de outro episódio que tornam inimigos os três *guardiani della Grancia di Cadossa*²⁵⁵: Vitantonio Vassallo, Biase Petrola e Domenico Menta. Ele adquiriu o direito de exploração dos terrenos do mosteiro, até então exercido por contrato com o *granciere* Frei Benedetto Ferrara, aumentando o preço do contrato de 1000 para 1100 *tomoli* de mantimentos a favor dos monges e retirando dos três guardiães as vantagens que usufruíam na gestão precedente²⁵⁶.

Aos 23-JAN-1799, as tropas francesas entraram em Nápoles, notícia que se espalhou pelas províncias, animando os patriotas²⁵⁷, que iniciaram o movimento de democratização.

No dia 27 subsequente, Dom Emerico Gerbasio *del fu* Francesco enviou de Marsico Nuovo uma carta ao seu conterrâneo Dom Nicola Cestari, acompanhada de um cocar tricolor e uma sátira ao soberano, convidando-o a democratizar o *paese*²⁵⁸.

Então, Dom Nicola Cestari, pessoa equilibrada e amante da ordem, pediu conselho ao *capo eletto* da *Università* de Montesano, Dom Attanasio Greco Quintana, o qual lhe respondeu que, se Dom Emerico Gerbasio quisesse plantar a *árvore da liberdade* em Montesano, que o fizesse no jardim de sua casa²⁵⁹.

Alguns dias mais tarde, o cidadão *montesane* Angiolo Maria Abbatemarco, residente em Nápoles, enviou a Dom Nicola Cestari alguns proclamas impressos em francês e em italiano, com uma carta o incitando à democratização e colocando-o a par dos acontecimentos da capital. Ainda assim, os *galantuomini* locais não se animaram em provocar inovações e permaneceram sem qualquer

²⁵⁵ Trata-se da Abadia de *Santa Maria di Cadossa*, *grancia* da Cartuxa de São Lourenço de Padula (D'AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 31, nota 24). *Grancia* é uma expressão dialetal até hoje difundida na língua falada. De tradição espanhola, deriva do latim *granum* e do seu derivado *granica* (celeiro) e, por meio do francês *grange*, indicava comunidades autônomas que, fossem cartuxinas ou beneditinas, eram utilizadas para administração do poder e de edifícios. Essas construções, ainda hoje, se encontram em toda Itália Meridional, herança da dominação espanhola e representavam um grande negócio agrário, do qual faziam parte os monges, convertidos ou leigos, que, por sua vez, constituíam uma comunidade econômica que administrava a propriedade predial (D'ALESSIO, Maria Teresa. “*La sepoltura della famiglia Bigotti nella Certosa di Padula*”, in *Bollettino della Soprintendenza per i BAP di Salerno e Avellino*, p. 35, nota 18).

²⁵⁶ D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 89.

²⁵⁷ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 72.

²⁵⁸ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 74.

²⁵⁹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 74.

manifestação favorável ou hostil ao novo governo²⁶⁰.

Por fim, Dom Nicola Cestari recebeu missiva de Vincenzo Origo, de Sarno, o qual, declarando-se encarregado de democratizar Montesano pelo Governo Republicano, advertiu-lhe que preparasse *l'albero della libertà*. Na manhã de 7-FEV-1799, um cidadão de Padula, que estava de passagem por Montesano, anunciou que, naquele mesmo dia, chegaria ali o seu conterrâneo Dom Ettore Netti para plantar a *árvore da liberdade*, assim como já havia feito em Padula e outros locais²⁶¹.



Árvore da liberdade, símbolo do movimento republicano de 1799.

Essa notícia gerou um sentimento de ciúme campanilístico, porque um *padulese* não poderia gabar-se de ter democratizado Montesano e, diante disso, foi feito um simulacro de cerimônia, sem o rito e simbologias preconizadas²⁶². Na tarde do mesmo dia 7-FEV-1799, com a chegada do comissário Vincenzo Orrigo, acompanhado de homens armados, vestidos ao modo republicano, o povo foi convocado a comparecer na praça, sob pena de fuzilamento; foram lidos os proclamas exaltando a liberdade trazida pelos franceses; impuseram ao relutante Sacerdote Dom Liborio Pepe que fizesse uma pregação comparando a revolução de Cristo, que nos livrou dos pecados,

²⁶⁰ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 74-75.

²⁶¹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 75.

²⁶² D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 91.

com a dos franceses, que liberava da tirania²⁶³. Então, Dom Nicola Cestari foi eleito presidente da municipalidade republicana, incumbindo-se de replantar a *árvore da liberdade* em Montesano, segundo o rito e a forma republicana²⁶⁴. Os outros membros da Municipalidade Republicana eleitos na ocasião foram: Dom Emerico Gerbasio, Dom Giuseppe Monaco, Dom Gregorio Greco, Reverendo Dom Liborio Pepe, Dom Francesco Scacuti, Crescenzo Germino e Domenico Casella, munícipes; Dom Nicola Gaudio e Gennaro Cardinalle, juízes de paz; e o Notário Dom Nicola Tomaselli, secretário²⁶⁵. No domingo subsequente, 10 de fevereiro, após a exposição do sacramento e o canto do *Te Deum* na Capela de Santa Sofia, a cerimônia foi renovada mais solenemente, entre cantos e sons de violões e violinos. Debaixo da nova árvore, com uma boina vermelha, uma bandeira tricolor e um ramo de oliveira sobrepostos, bailaram animadamente Dom Emerico Gerbasio e uma senhora do vizinho *Casale* de Santa Maria, que dançou com um militar de Montesano²⁶⁶. Havia uma atmosfera de festa popular, dando a impressão de que todos haviam se reconciliado²⁶⁷.

No dia seguinte, o munícipe Giuseppe Monaco foi enviado a Nápoles para informar ao Governo Republicado a redemocratização de Montesano e receber instruções²⁶⁸.

O novo Governo Republicano ordenou que os membros do exército dissolvido depusessem as armas, as divisas e as insígnias reais, gerando descontentamento nos muitos militares de Montesano, entre eles Rosário Abbatemarco, que há seis anos servia com o grau de “*sergente dei Granatieri del Reggimento Real Campagna di Roma*”²⁶⁹.

Então, a municipalidade criou uma Guarda Urbana, instituída para garantir a ordem pública e evitar invasões de terras. Para a manutenção da guarda, seria necessária a aprovação de um novo tributo e foi marcado o dia 17-FEV-1799 para a votação pelo parlamento local. Diante disso, o povo rebelou-se, entendendo que se tratava de uma medida para tutelar os ricos²⁷⁰.

Com o objetivo de derrubar Dom Nicola Cestari, presidente da

²⁶³ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 92; CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 75-76.

²⁶⁴ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 76.

²⁶⁵ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 76.

²⁶⁶ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 76.

²⁶⁷ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 92.

²⁶⁸ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 77.

²⁶⁹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 89.

²⁷⁰ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 83-84 e 89.

municipalidade republicana, entre os dias 13 e 14-FEV-1799, na casa de Gioacchino Abbatemarco, foi tramado um complô, com a participação dos cinco filhos dele (Sacerdote Nicola, Rosario, Giuseppe, Gaetano e Saverio Abbatemarco) mais Dom Giuseppe Gerbasio, além dos soldados dispensados Andrea Montemurro, Emanuele e Valeriano Vignati. Também participaram da trama Vitantonio Vassallo, Biase Petrola e Domenico Menta, guardiães da *Grancia di Cadossa*²⁷¹.

Para não levantar suspeitas, Dom Giuseppe Gerbasio partiu para Nápoles, deixando aos Abbatemarcos a incumbência de colocar o plano em prática. Nessa viagem, ele se encontrou, pela estrada, com Anastasio Greco Quintana, revelando o horror que ocorreria no dia seguinte em Montesano, aconselhando-o a não ir para lá²⁷².

Por volta das 19 horas do dia 17-FEV-1799, Rosario Abbatemarco saiu pelas ruas armado, com uma bandeira vermelha e gritando: “*Viva il re, morano i Giacobini*”²⁷³.

Assim, o *ex-sergente* Rosario Abbatemarco arregimentou pessoas humildes, armadas com espingardas, baionetas, bastões e machados, que se dirigiram à praça em frente à Igreja de Santa Sofia para derrubarem a *árvore da liberdade*²⁷⁴. A derrubada da *árvore da liberdade* foi diretamente efetuada por Carmine Minicucci, Anastasia Paladino e Eugênia Cardinale, com a ajuda de Nicola Cafaro, que estava armado para garantir a ação deles. Em seguida, as referidas mulheres transportaram a árvore do lugar dito *La Croce*, onde havia sido plantada, até o local chamado *Lo Murgione*, onde, com a assistência de Vincenzo Radesca, ela foi feita em pedaços com golpes de machado²⁷⁵.

Enquanto isso, os três guardiães da *Grancia di Cadossa* (Vitantonio Vassallo, Biase Petrola e Domenico Menta) percorriam a parte baixa do *paese* conclamando o povo²⁷⁶.

Da praça, o bando foi até a Igreja de *San Nicola* e retiraram as pessoas que escutavam a pregação. Agitando a bandeira vermelha, Rosario Abbatemarco foi até o altar e, depois de gritar “*Viva il re, morano i Giacobini*”, ordenou que cantassem o *Te Deum*, que foi entoado por seu irmão padre, Dom Nicola Abbatemarco²⁷⁷.

A numerosa multidão dirigiu-se à parte baixa do *paese* e, ao passarem pela

²⁷¹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 90.

²⁷² D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 94, nota 3; CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 90, nota 1.

²⁷³ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 91.

²⁷⁴ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 91.

²⁷⁵ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 22.

²⁷⁶ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 90-91.

²⁷⁷ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 91.

casa de Giuseppe Gerbasio, a mulher dele, Maria Giovanna D'Alonzo, proferia palavras de morte aos jacobinos: “*Ammazzate ssi Giacobini, e figli e Madri, e quanti ne trovate; brusciateli tutti!*”²⁷⁸.

Quando passaram diante da Capela de Santa Sofia, o Sacerdote Nicola Abbatemarco impôs, com ameaça de morte, que seu par, Dom Andrea Perretti, que estava na praça, empunhasse uma grande cruz de madeira e se colocasse à frente do cortejo dos revoltosos sanfedistas. Então, um homem gritou para a multidão: “*Mo' ha da essere ccà la testa di D. Nicola Cestari!*”²⁷⁹.

O velho Gioacchino Abbatemarco permaneceu na praça, enquanto seus filhos conduziram a plebe, ávida por vingança e sangue, até o *Palazzo Cestari*²⁸⁰.

Avisado sobre o que estava ocorrendo, o presidente da municipalidade, Dom Nicola Cestari, permaneceu em casa, convencido de que não tinha o que temer, pois não havia feito nada de mal. No *Palazzo Cestari*, também se encontravam sua mãe, Dona Rosa Filippa Scafati, seus quatro filhos mais novos e um amigo²⁸¹.

Sua mulher, Dona Teresa Santopietro, estava rezando na Igreja de *S. Maria delle Grazie*, de propriedade da família Cestari, enquanto os quatro filhos mais velhos (Tommaso, Giuseppe, Vincenzo e Michele) encontravam-se na propriedade rural de seu pai, *l'Eliceto*, com o moleiro da família, Francesco Grassano, de alcunha *Cicerone*²⁸².

Os insurgentes agruparam-se em frente ao *Palazzo Cestari*, chefiados pelos irmãos Rosario, Nicola, Giuseppe, Gaetano e Saverio Abbatemarco, filhos de Gioacchino Abbatemarco²⁸³. Os revoltosos arrombaram o portão e alcançaram Dom Nicola Cestari que, tardiamente, tentava salvar-se²⁸⁴.

²⁷⁸ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 91.

²⁷⁹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 91-92.

²⁸⁰ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.

²⁸¹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.

²⁸² D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 97; CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.

²⁸³ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 28-29.

²⁸⁴ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.



Portão de ingresso do *Palazzo Cestari*, sobre o qual, em 2016, foi colocado um brasão com elementos heráldicos das famílias Cestari, Bigotti e Scafati, em substituição ao antigo brasão dos Cestari, que, infelizmente, foi danificado (foto do autor, MAIO-2018).



Arcos de ingresso do *Palazzo Cestari*, em cujo teto há afrescos com brasões das famílias Cestari, Bigotti e Scafati (foto do autor, MAIO-2018).

Dom Nicola Cestari foi surpreendido no pátio interno do seu *palazzo* por Gaetano, Rosário e Giuseppe Abbatemarco; Emanuele e Valeriano Vignati; Andrea Montemurro, cognominado “*Quarantino*”; Vitantonio Vassallo, Biase Petrola e Domenico Menta. Nesse momento, Gaetano Abbatemarco segurou Dom Nicola Cestari pelo braço, o qual, depois de ser atingido por diversos golpes de punhais no peito e outras partes do corpo, implorou: “*Per carità non mi ammazzate, almeno fatemi prima confessare, e vedere mammà*”²⁸⁵.

Os algozes responderam: “*Si chiavato mmano a Nuie, che ài da confessà e vede’, mo’ te facimo vede’ mammà e chello che buoie*”, continuando a golpeá-lo, até que, por fim, Emanuele Vignati desferiu um golpe de baioneta no pescoço de Dom Nicola Cestari, que caiu morto ao solo. Então, os assassinos começaram a festejar, gritando alegremente: “*È fatto, è fatto!*”²⁸⁶. Na sequência, Rosário Abbatemarco cortou a genitália da vítima com uma baioneta e, depois de envolvê-la em um papel, colocou-a numa bolsa. Enquanto isso, Domenico Larocca cortou a cabeça do cadáver com golpes de machado²⁸⁷. Tudo foi executado diante do Padre Dom Nicola Abbatemarco, que cuspiu na cara de Dom Nicola Cestari e atirou-lhe pedras²⁸⁸, cuja presença teve peso moral para a consumação do crime, além de seu comportamento instigador²⁸⁹. Na sequência, os rebeldes espetaram a cabeça de Dom Nicola Cestari em um longo mastro de madeira, fornecido por Saverio Laguglia²⁹⁰, sendo levada para a praça, em um cortejo precedido da cruz, e colocada no mesmo lugar em que, dias antes, havia sido plantada a *árvore da liberdade*²⁹¹.

Apavorada, Dona Rosa Filippa Scafati se escondeu dentro de casa, protegendo os quatro netinhos com o próprio corpo e, em seguida, conseguiu fugir com as crianças, graças à ajuda de fiéis empregadas domésticas²⁹².

Enquanto o corpo decapitado de Dom Nicola Cestari permanecia no chão do pátio interno do *palazzo*, a serva Cristina Russo, de Montesano, e a babá Maria Spinelli, de Buonabitacolo, andaram pelos *casaleni*²⁹³ a procura de Dona Rosa Filippa Scafati, para salvá-la do massacre. Nesse meio tempo,

²⁸⁵ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 23 e 31.

²⁸⁶ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 31.

²⁸⁷ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 23 e 31.

²⁸⁸ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 23 e 31.

²⁸⁹ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 96.

²⁹⁰ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 23 e 31.

²⁹¹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.

²⁹² CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.

²⁹³ *Casaleni* é a forma dialetal de *casalini*, ou seja, grupo de casebres, normalmente utilizados para abrigar animais ou armazenar objetos ou produtos.

as empregadas foram alertadas por Basilio Barbella, de alcunha *Pagliere*, e Laura Cestari, de Montesano, de que os revoltosos ateariam fogo na casa, sugerindo que fugissem com as crianças e a velha senhora²⁹⁴.

Diante desse alerta, a babá Agnese Barbella pegou o bebê, cobriu-o com um pano e saiu pelo portão com Basilio Barbella e Laura Cestari. Concomitantemente, Gaetano Lombardo, de alcunha *Coronaro*, com ajuda de algumas mulheres, fizeram um buraco pela parte de fora do muro dos *casaleni*, que dava em um beco secreto, por onde saíram Dona Rosa Filippa Scafati, as outras três crianças e as empregadas Cristina Russo e Maria Spinelli, as quais se esconderam na vizinha habitação do próprio Gaetano Lombardo, de onde viram a fumaça que saía de dois quartos superiores do *Palazzo Cestari*²⁹⁵.

A eles se juntaram Dona Teresa Santopietro, que estava na igreja, e seus filhos mais velhos, que estavam na propriedade rural da família²⁹⁶. Num primeiro momento, a família Cestari refugiou-se em Sala, na casa de Dona Girolama Cestari, irmã de Dom Nicola Cestari²⁹⁷; ²⁹⁸. Depois, fugiram para Padula²⁹⁹.

O *Palazzo Cestari* foi saqueado, depredado e incendiado, sendo tudo destruído: móveis, documentos e uma importante biblioteca. Os danos do saque foram de cerca de 30 mil ducados³⁰⁰.

Durante a noite, os rebeldes acenderam uma fogueira sob o mastro com a cabeça de Dom Nicola Cestari e começaram a dançar ao redor, ao som de violões e tambores. Em um dado momento, Andrea Montemurro, cognominado *Quarantino*, Nicola Cafaro e Tommaso Barbella cortaram um pedaço da bochecha de Dom Nicola Cestari, assaram no fogo e comeram³⁰¹, num repugnante ato de canibalismo.

Na manhã seguinte, o cadáver de Dom Nicola Cestari encontrava-se na Igreja de *S. Andrea*, em Montesano, dentro de um caixão, todo flagelado e ensanguentado, com a cabeça sobre o peito, sendo realizado o funeral pelos padres ali presentes, e foi enterrado, por Diodato Verricelli e Angiolo

²⁹⁴ D'AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 32.

²⁹⁵ D'AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 32-33.

²⁹⁶ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92.

²⁹⁷ D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 97.

²⁹⁸ Dona Girolama Cestari era casada com o Doutor Michele Gatta, que, poucos meses depois, foi assassinado em razão de seus ideais republicanos.

²⁹⁹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 92, nota 2; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 30.

³⁰⁰ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 93, nota 2.

³⁰¹ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 93, nota 1.

Lomanto, na sepultura *gentilizia* da família Cestari em frente ao altar de *Santa Maria della Provvidenza*³⁰². Seu assento de óbito foi assim registrado:

*“Anno Domini 17 nonagesimo nono die Dominica decimoseptimo mensis februaryi hora 22 circiter dominica secunda quadragesimae utriusque iuris doctor Nicolaus Cestari vir magnificae dominae Marie Theresiae Santo Pietro huius terrae Montisani annorum 45 circiter in C.S.M.E. (= communione sanctae matris ecclesiae) in eius palatio a non paucis dictis subditis dictae terrae in revolutionis motu occisus et capite abscisso, palatio espoliato post subito omnibus mobilibus ac flammis dato, cum terrore et lacrimis gentium meticulousae conscientiae, expectantium quod brev. studuit; qui alienae ruina letali non erit impunitus, eiusque cadaver in Divi Andreae delatum fuit e fuit sepultum in sepultura gentilizia familiae dicti domini Cestari ante aram altares dicti Sanctae Mariae Provvidentiae, presentibus testibus reverendo domino Joseph Greco a quo fuit cantata missa, domino Pascali Cardinale, aliisque. Revolutione seditiose concitata in matrici ecclesia Divi Nicolai in eo die posthabitis solitis functionibus concionari debebatur populo consultato: deinde seducto Palatium eiusdem dicti Nicolai cum comitatu ut plurimum facinerosum armis aggressi, fuit barbere occisus”*³⁰³.

Ainda no dia 18-FEV-1799, a população atacou a casa do pai do advogado Angelo Maria Abbatemarco e do seu tio Arcipreste Pietrantonio Abbatemarco³⁰⁴, a ponto de destruí-la. Também foi atacada a casa de Dom Giuseppe Monaco que, depois da democratização, foi até Nápoles a cargo da municipalidade, para obter a nova legislação. Sua mulher e um tio foram maltratados e feridos pelos rebeldes³⁰⁵.

Apesar de também fazer parte da Municipalidade Republicana recém-instalada, Dom Emerico Gerbasio participou do complô contra Dom Nicola Cestari e, no dia 19-FEV-1799, foi eleito superintendente geral do povo pelo parlamento local³⁰⁶.

Como chefe da nova administração, Dom Emerico Gerbasio instaurou uma ditadura populista em Montesano, determinando o sequestro de todos os bens dos Cestari, a apreensão dos títulos de crédito subtraídos no *palazzo* pelos revoltosos, também permitiu a destruição dos campos e

³⁰² D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 98, nota 7.

³⁰³ Ato de morte de Nicola Cestari, *Liber mortuorum* (1780-1800), f. 134 r, da Paróquia de S. Nicola, em Montesano, cuja imagem e transcrição constam em: SICA, Angelo; AROMANDO, Giuseppe; VANNATA, Francesco (organizadores), “*150 Da Montesano a Montesano sulla Marcellana*”, p. 13.

³⁰⁴ Ver árvore genealógica incompleta da família Abbatemarco em: VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. “*Gli Statuti della Terra di Montesano*”, p. 20.

³⁰⁵ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 93.

³⁰⁶ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 93-94.

o saque às propriedades dessa família, além de retirar grande quantidade de peixes do lago em *Eliceto* para abastecer a sua propriedade. Além disso, ele aboliu as taxas e tributos devidos à Cartuxa de São Lourenço, além de subtrair do mosteiro os benefícios dos moinhos, que deveriam ser revertidos em favor dos insurgentes³⁰⁷.

Após ter seu *palazzo* e propriedade rural depredados e espoliados, bem como seus bens sequestrados, Dona Maria Teresa Santo Pietro ficou em situação de miséria, tendo que cuidar dos oito filhos³⁰⁸. Ainda assim, ela foi compelida a pagar dez homens armados para proteger a sua vida e de seus familiares³⁰⁹. Diante disso, a família Cestari foi ajudada pelos monges da Cartuxa de São Lourenço³¹⁰.



Cartuxa de São Lourenço, em Padula (foto do autor, em MAIO-2018).

Pautada nos ideais de justiça, Dona Maria Teresa Santo Pietro demoveu de seus filhos a ideia de vingança³¹¹. Assim, arriscando a própria vida, ela

³⁰⁷ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 94 e 112-113.

³⁰⁸ AMBROGI, Marco. “*La storia in Parallelo. Aspetti culturali e social del Vallo di Diano attraverso le gesta delle sua protagoniste*”, p. 59-60.

³⁰⁹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 30.

³¹⁰ DE MARTINO, Felice. “*La breve stagione del ‘galantuomo’*”, p. 106.

³¹¹ AMBROGI, Marco. “*La storia in Parallelo. Aspetti culturali e social del Vallo di Diano*”

buscou, obstinadamente, a punição dos assassinos de seu marido e a defesa de seus direitos³¹².

Inicialmente, Dona Maria Teresa Santopietro recorreu ao Bispo Lodovici e ao Cardeal Ruffo, sendo que este determinou o levantamento do sequestro dos bens da família Cestari e aquele intimou Dom Emerico Gerbasio para responder à acusação de falta de zelo na organização das massas³¹³.

Assim, Dom Emerico Gerbasio caiu em desgraça e foi sucedido por Dom Giuseppe Gerbasio *quondam* Matteo, que, nomeado *capo eletto*, continuou praticando arbitrariedades contra diversas pessoas³¹⁴.

Mesmo sob a Dinastia Bourbonica, que não via com bons olhos as famílias que haviam aderido aos movimentos de liberdade filo-franceses, Dona Maria Teresa Santo Pietro conseguiu a condenação de parte dos responsáveis pelo homicídio do marido³¹⁵.

Dom Giuseppe Gerbasio acabou sendo sentenciado e preso em Salerno, no dia 17-NOV-1801. Os irmãos Nicola, Rosário e Giuseppe Abbatemarco também foram presos, assim como os outros autores do homicídio de Dom Nicola Cestari, quais sejam: Saverio Laguglia, Vincenzo Paruolo, Serafino Frabasile, Biagio Petrola, Paulo Larocca e Gregorio Pascale³¹⁶. Contudo, após serem beneficiados por um indulto, todos foram soltos em 6-NOV-1802³¹⁷.

Com a queda da Monarquia Bourbonica, vencida pelo exército francês, Dom Emerico Gerbasio e os cinco irmãos Abbatemarco finalmente foram processados e condenados pelos homicídios de Dom Nicola Cestari, em Montesano, e de alguns franceses, em Casalnuovo (atual Casalbuono), que voltavam do Egito³¹⁸.

Em Montesano, a prisão dos acusados foi executada por Dom Tommaso Cestari e Dom Giuseppe Cestari (filhos mais velhos de Dom Nicola Cestari), à frente de uma patrulha de soldados franceses. Dom Emerico Gerbasio foi preso em 17-MAIO-1806 e os cinco irmãos Abbatemarco em 15-JUN-1806. Num primeiro momento, foram encarcerados em Salerno e, depois, levados

attraverso le gesta delle sua protagoniste", p. 60.

³¹² D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 112-113.

³¹³ CASSESE, Leopoldo. "*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*", p. 112-113.

³¹⁴ CASSESE, Leopoldo. "*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*", p. 113-114.

³¹⁵ AMBROGI, Marco. "*La storia in Parallelo. Aspetti culturali e social del Vallo di Diano attraverso le gesta delle sua protagoniste*", p. 60.

³¹⁶ D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 112.

³¹⁷ CASSESE, Leopoldo. "*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*", p.116-117.

³¹⁸ D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 119; CASSESE, Leopoldo. "*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*", p.119.

para *S. Maria Apparente*, em Nápoles³¹⁹.

O processo foi conduzido pelo Tenente-coronel Eugène Beauvoisins, juiz militar do Tribunal Extraordinário de Nápoles. Apenas Saverio Abbatemarco foi absolvido, mas seus irmãos e Dom Emerico Gerbasio foram condenados à morte por enforcamento³²⁰.

Dom Emerico Gerbasio foi enforcado no Largo do Mercado, em Nápoles, no dia 29-JAN-1807³²¹. A pena dos irmãos Abbatemarco foi executada em 31-JAN-1807³²².

Maria Teresa San Pietro veio a falecer com 95 anos de idade, no dia 18-DEZ-1851, em sua casa, na *Strada Amendola*, em Montesano³²³.

O casal *U.J.D.* Dom Nicola Cestari e Dona Maria Teresa San Pietro teve os seguintes filhos, dos quais oito supérstites a ele:

- 1(X)- Dom **TOMMASO CESTARI**, cujo nome completo era **TOMMASO DOMENICO VINCENZO MICHELE GIUSEPPE CESTARI**, casou-se com Dona **MARIA TERESA TORRUSIO**, cujo nome completo era **MARIA TERESA EDVIGES FRANCESCA PAOLA EMANUELA TORRUSIO**, com quem teve a descendência que segue no § 15º.
- 2(X)- MARIANNA FRANCESCA CESTARI, batizada em Montesano, aos 29-JUN-1785³²⁴. Sem mais notícias.
- 3(X)- Dom GIUSEPPE CESTARI, advogado, nascido em 12-OUT-1786 e batizado, no dia seguinte, em Montesano, com o nome de GIUSEPPE MARIA EDUARDO³²⁵. No último domingo do Carnaval de 1799, ele retornou de Tramutola, onde estudava, com uma roseta tricolor no chapéu (símbolo republicano), mas seu pai, gritando, o fez tirar³²⁶. Junto ao seu irmão Tommaso Cestari, acompanhou a patrulha

³¹⁹ D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 118.

³²⁰ D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 118 e 124-126.

³²¹ Cf. certidão de óbito de Emerico Gerbasio constante do processo de habilitação matrimonial de seu filho Dom Pasquale Antonio Gerbasio com Dona Felicia Cestari, filha de Dom Nicola Cestari e de Dona Maria Teresa Santo Pietro (*Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Matrimoni, Processetti - 1830 - número de ordem 29 - imagem 4, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021*).

³²² D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 118 e 124-126.

³²³ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Montesano sulla Marcellana - Registro de Óbitos - 1851 - nº. 26.

³²⁴ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana - Livro de Batismos (1781-1800).

³²⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana - Livro de Batismos (1781-1800).

³²⁶ D'AMICO, Giuseppe. "*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*", p. 30.

- francesa que, em 1806, prendeu os assassinos de seu pai³²⁷.
- 4(X)- Dom VINCENZO CESTARI, nascido aos 17-JAN-1788 e batizado no dia 19 seguinte, em Montesano, como o nome de VINCENZO ANTONIO FRANCESCO³²⁸. Foi *rettore* da Igreja de *S. Andrea* em Montesano, localidade em que faleceu aos 27-NOV-1841, na sua casa, situada na *Strada Amendola*³²⁹.
- 5(X)- Dom MICHELE CESTARI, sacerdote secular, cujo nome completo era MICHELE DOMENICO ANTONIO CESARE CESTARI, batizado em Montesano, aos 23-NOV-1790, tendo como padrinhos: Dom Nicola Rautiis, de Tramutola, e Dona Maria Agnese Cestari³³⁰. Faleceu aos 23-MAR-1846, em sua própria casa, situada na *Strada Pignasecca*, n. 11, no *Circondario* Montecalvário, em Nápoles³³¹.
- 6(X)- Dona RACHELE CESTARI, cujo nome completo era MARIA RACHEL TEODORA LYDIA CESTARI, casou-se com Dom FEDERICO GERBASIO, com geração que segue no § 13º.
- 7(X)- MARIA ANNA CAMILLA CESTARI, batizada em Montesano, no dia 8-JUL-1796, tendo como padrinhos Dom Tommaso Cestari e Dona Rosa Scafati, por meio dos procuradores Dom Giovanni Maria Acquaviva e Dona Dorotea Cestari³³².
- 8(X)- Dona MARIA FELICIA ISABELLA CESTARI ou apenas FELICIA CESTARI, casada com Dom PASQUALE ANTONIO GERBASIO, com descendência que segue.
- 9(X)- Dom CESARE CESTARI, que nasceu aos 27-JAN-1799 e foi batizado, no dia seguinte, na Igreja de *S. Nicola*, em Montesano, com os nomes CESARE MARIA BERNARDO, tendo como padrinho Dom Tommaso Cestari, com procuração de Dom Francesco Sabino, de Sassano, e madrinha Giovanna Serafina Cestari, de Montesano. A parteira foi Rosa Cestari³³³. Qualificado como *possidente*, faleceu solteiro, aos 34 anos de idade, no dia 10-SET-1832, na casa de Giuseppe Carrese, em Castellamare, Província de Nápoles. Do

³²⁷ D'ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano*”, p. 118.

³²⁸ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

³²⁹ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1842 – número de ordem 196 – imagem 201, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 29-JUL-2020.

³³⁰ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

³³¹ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile – Montecalvario – Morti – 1846 - número de ordem 265* (agradeço ao Sr. Michele Cartusciello por me enviar os dados sobre esse assento).

³³² Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

³³³ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

assento de óbito, consta que ele residia em Montesano, mas estava em Castellamare de passagem³³⁴.

- X- Dona MARIA FELICIA ISABELLA CESTARI ou apenas FELICIA CESTARI, nascida no dia 7-NOV-1797, em Montesano, onde foi batizada, na Igreja de *S. Nicola*, no dia 9 seguinte, pelo Padre Dom Giuseppe Greco. O padrinho foi Dom Tommaso Cestari, procurador do Doutor Dom Michele Gatta, de Sala. A parteira foi Agnese Cestari³³⁵. Residia na *Strada Amendola*, em Montesano, quando aí se casou, aos 19-DEZ-1830, com Dom PASQUALE ANTONIO GERBASIO, de profissão *civile*, nascido em Montesano, onde residia na *Strada Piazzile*³³⁶, filho de Dom Emerico Gerbasio³³⁷ e de Dona Vittoria Cicchetti³³⁸. Ele foi batizado no dia 10-NOV-1803, pelo Reverendo Dom Antonio Gerbasio, reitor da Igreja de *Santa Maria Assunta*, em Montesano, tendo como madrinha a avó paterna, Agnese Franco³³⁹. Pais de,

³³⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Castellammare di Stabia - Registro de Óbitos - 1832 - n.º. 46.

³³⁵ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana - Livro de Batismos (1781-1800).

³³⁶ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Nati - 1830 - número de ordem 29 - imagem 118, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-JUN-2021.*

³³⁷ Dom Emerico Gerbasio era filho de Dom Francesco Paolo Gerbasio e de Dona Agnese Franco, neto paterno de Filippo Gerbasio e da nobre Celidonia Manzi, neto materno de Dom Gennaro Franco (sobre a genealogia da família Gerbasio, ver: D'ACUNTI, Vincenzo. "*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*", p. 68-70). O Maginífico Dom Francesco Paolo Gerbasio faleceu aos 65 anos de idade, em 8-OUT-1794, em Montesano, onde foi sepultado na Venerável Igreja de *Santa Maria Assunta*. Dom Emerico Gerbasio foi enforcado aos 29-JAN-1807, no *Largo del Mercato*, em Nápoles, e seu cadáver foi transferido da *Compagnia dei Bianchi della Giustizia* para a Igreja *del Carmine Maggiore* [cf. certidões constantes do processo de habilitação matrimonial de Dom Pasquale Antonio Gerbasio e Dona Felicia Cestari - *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Matrimoni, Processetti - 1830 - número de ordem 29 - imagens 4 e 7, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021*].

³³⁸ Dona Vittoria Cicchetti faleceu com 35 anos de idade, no dia 21-ABR-1809, na casa situada na *Strada di la Chiesa Nuova*, em Montesano, deixando seis filhos supérstites: Maria Carmela, de 12 anos; Bernardo, com 11 anos; Francesco Paolo, de 10 anos; Clementina, de 7 anos; Pasquale, de 5 anos; e Pietrantonio, de 3 anos [*Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile Napoleonico - Morti - 1809 - número de ordem 25 - imagem 30, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021*].

³³⁹ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Matrimoni, Processetti - 1830 - número de ordem 29 - imagem 2, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.*

que descobrimos:

- I(XI)- MARIA VITTORIA RACHELE BEATRICE GERBASIO, *civile*, nascida em Montesano, onde faleceu na casa situada *Strada Santo Antônio*, no dia 4-AGO-1908, aos 77 anos de idade, viúva de GENNARO PALOMBO³⁴⁰.



Em Montesano sulla Marcellana, a Igreja de *Santa Maria Assunta*, conhecida como *Chiesa Nuova*, erguida pela família Gerbasio, no início do Século XVIII. No piso, há o brasão dos Gerbasio, como o mote *Nunquam Horum Lux Cedet* (fotos do autor, SET-2014).

§ 13º

- X- Dona RACHELE CESTARI, filha de Dom Nicola Cestari e Dona Maria Teresa Santo Pietro (nº. IX do § 12º). Gentil dama e *civile*, cujo nome completo era MARIA RACHEL TEODORA LYDIA CESTARI, foi batizada no dia 3-AGO-1792, em Montesano³⁴¹. Aí se casou, aos 29-MAR-1815, com o Dom FEDERICO GERBASIO, natural de Nápoles³⁴², então com 35 anos de idade, *possidente*, residente na *Strada Santo Spirito*, em Montesano, filho de Dom

³⁴⁰ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015933 item 1 – DGS 7417036– imagem 867 – Registro de Óbitos – ano 1908 – número de ordem 48, in <https://familysearch.org>, consultado em 5-JUN-2020.

³⁴¹ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

³⁴² Cf. assento de seu óbito.

Giuseppantonio Gerbasio, proprietário, já falecido³⁴³, e de Dona Caterina De Sio (*civile e gentildonna*, então com 60 anos). Na ocasião, a nubente residia na *Strada Amendola*, em Montesano³⁴⁴. Em 1816, ele foi qualificado como *civile* e, em 1818, como tenente cívico³⁴⁵. Ambos faleceram na casa que eram proprietários, situada na *Strada Piazza Vecchia*, em Montesano, ela no dia 30-DEZ-1826 e ele aos 19-MAR-1828³⁴⁶. Pais de, que descobrimos:

- 1(XI)- PEPPINO ANTONIO MARIA nasceu aos 23-FEV-1816, na casa de seus pais, situada na *Strada Piazza Vecchia*, em Montesano³⁴⁷.
- 2(XI)- Dona LUISA GERBASIO, cujo nome completo era MARIA LUISA ROSA EMANUELA, foi casada com Dom RAFFAELE VALENTINI, com geração que segue.
- 3(XI)- Dona MARIA ROSA LUTUGALDA GERBASIO ou apenas MARIA ROSA GERBASIO, *gentildonna*, nascida aos 20-SET-1818, em Montesano³⁴⁸, onde residia na *Strada Santo Spirito*, quando se casou, no dia 4-FEV-1835, em sua terra natal³⁴⁹, com Dom GIUSEPPE GIFFONI, farmacêutico, natural de Vibonati, onde residia e foi batizado como GIUSEPPE VINCENZO, na Paróquia de *S. Antonio Abbate*, aos 12-NOV-1808, filho de Dom Nicola

³⁴³ Giuseppantonio Gerbasio, *benestante*, domiciliado no *Quartiere Montecalvario*, em Nápoles, cidade em que faleceu no *Spedale di San Francesco di Paola*, aos 76 anos de idade, no dia 6-JUL-1813 (*Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Napoleonico – Vicaria – Morti – 1813 - 6600 – número de ordem 1039 – imagem 187*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 27-MAIO-2020).

³⁴⁴ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile Napoleonico – Matrimoni – 1815 – número de ordem 8 – imagens 20-21*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

³⁴⁵ Cf. assentos de nascimentos dos filhos Peppino Antonio Maria e Maria Rosa Lutugalda Gerbasio.

³⁴⁶ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Mort – 1826 – número de ordem 166 – imagem 171; e 1828 – número de ordem 28 – imagem 48*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

³⁴⁷ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1816 – número de ordem 33 – imagem 38*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

³⁴⁸ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1818 – número de ordem 102 – imagem 107*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

³⁴⁹ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Matrimoni – 1835 – número de ordem 3 – imagem 14*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

Giffoni e de Dona Angela de Simone (ou Angiola De Simone)³⁵⁰. Por ocasião desse matrimônio, os pais de ambos os nubentes já eram falecidos, sendo a noiva, menor de idade, tutelada por Dom Cono Barbella *fu* Nicola, sacerdote secular, então com 55 anos de idade. Em 4-FEV-1835, perante o juiz régio de Montesano, Cesare Longobardi, compareceram os seguintes parentes da noiva, para deliberarem sobre o propósito de a menor se casar, bem como para estabelecerem o pacto antenupcial, ficando constituído em dote as cotas das heranças paternas e maternas: Dona Caterina de Sio *fu* Fortunato, de 75 anos, avó paterna; Dom Paolo Gerbasio, de 34 anos, e Dom Pasquale Gerbasio, de 32 anos, ambos primos-irmãos do lado paterno, filhos do falecido Emerico Gerbasio; Dona Teresa Santopietro *fu* Giuseppe, de 60 anos, avó materna; Dom Michele Cestari *fu* Nicola, de 44 anos, tio materno; e Dom Nicola Cestari *fu* Tommaso, de 27 anos, primo irmão, todos proprietários de Montesano, onde residiam³⁵¹.

- 4(XI)- CAMILLA GERBASIO, *gentildonna*, natural de Montesano, onde faleceu, na casa situada na *Strada Santo Spirito*, sem número, no dia 14-JAN-1899, aos 79 anos de idade, viúva de BENEDETTO MATTINA³⁵².
- 5(XI)- Dom FRANCESCO GERBASIO, cujo nome completo era FRANCESCO ANTONIO GIUSEPPE GERBASIO, que se casou com Dona MARIA FRANCESCA SIMONETTI ou FRANCESCA SIMONETTI, com geração que segue no § 14º.

XI- Dona LUISA GERBASIO, gentil dama, cujo nome completo era MARIA LUISA _____ ROSA EMANUELA, nascida em 19-JUN-1817, na casa de seus pais situada

³⁵⁰ Dom Nicola Giffoni, *civile*, faleceu aos 46 anos de idade, no dia 15-JUL-1822, em Vibonati, onde era domiciliado na *Strada Piazzale*, filho de Dom Casimiro Giffoni e de Dona Ana Fusanaro (ou Fasanaro). Deixou viúva Dona Angela de Simone. Por sua vez, Dom Casimiro Giffoni falecera com 59 anos, no dia 19-MAR-1806, em Vibonati, sendo sepultado no Venerável Convento de São Francisco de Paula - *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Matrimoni, Processetti - 1835 - número de ordem 3- imagens 128-129*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

³⁵¹ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Matrimoni, Processetti - 1835 - número de ordem 3 - imagens 126-146*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

³⁵² *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno), 1866-1910 - microfilme nº. 2015933 item 1 - DGS 7417036- imagem 516 - Registro de Óbitos - ano 1899 - número de ordem 3*, in <https://familysearch.org>, consultado em 5-JUN-2020.

na *Strada S. Spirito*, em Montesano³⁵³. Casou-se em sua terra natal, no dia 9-ABR-1837, com Dom RAFFAELE VINCENZO GIUSEPPANTONIO VALENTINI, conhecido como Don RAFFAELE VALENTINI, proprietário e *legale*, domiciliado em Montesano, na *Strada Santo Martino*, viúvo de Michelina Scolpino³⁵⁴. Ele nasceu no dia 19-JAN-1807, em Marsico Nuovo, onde foi batizado, nas Igrejas Paroquiais Unidas de *S. Catarina Vergine e Martire* e *S. Tommaso Martire*, aos 22-JAN-1807, filho de Dom Dionigio Valentini (ou Volennino) e de Dona Carmela Guerriero *di* Gesualdo³⁵⁵.

Dona Luisa Gerbasio faleceu no dia 8-SET-1864, deixando viúvo Dom Raffaele Valentini³⁵⁶. Pais de, pelo menos:

- 1(XII)- FEDERICO VALENTINI, notário, cujo nome completo era FEDERICO DIONIGI LIBERATORE VALENTINI, nascido aos 26-ABR-1838, em Montesano, ocasião em que seus pais aí residiam na *Strada Piazza Vecchia*³⁵⁷.
- 2(XII)- ULISSE VALENTINI ou FEDELE ULISSE VALENTINI, casado com RACHELE MARIGLIANI, cujo nome completo era RACHELE MARIANNA ARCANGELA MARIGLIANI, com geração que segue.

XII- ULISSE VALENTINI ou FEDELE ULISSE VALENTINI, nascido em 11-JUL-1842, em Montesano, ocasião em que seus pais residiam na *Strada Chiesa Nova*³⁵⁸. Era farmacêutico e se casou aos 26-MAR-1876, em Tramutola, com a geltil dama RACHELE MARIGLIANI, cujo nome completo era RACHELE MARIANNA

³⁵³ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1817 – número de ordem 82 – imagem 85, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

³⁵⁴ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Matrimoni – 1837 – número de ordem 11 – imagens 46-47, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

³⁵⁵ Cf. processo de habilitação matrimonial de Don Raffaele Valentini e Dona Luisa Gerbasio [*Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Matrimoni, Processetti – 1837 – número de ordem 11 - imagens 207-236, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021].

³⁵⁶ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1864 – número de ordem 120 – imagem 125, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

³⁵⁷ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1838 – número de ordem 53 – imagens 110-111, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

³⁵⁸ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1842 – número de ordem 89 – imagens 182-183, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

ARCANGELA MARIGLIANI, então com 23 anos de idade, proprietária, nascida e residente em Tramutola, filha de Nicola Marigliani e de Margherita Molinari³⁵⁹. Pais de:

1(XIII)- RAFFAELE LORENZO FEDERICO LUIGI VALENTINI ou apenas RAFFAELE VALENTINI, nascido em 8-OUT-1882, na *Strada Santa Croce*, em Montesano, onde faleceu no dia 13-FEV-1967³⁶⁰. Qualificado como *civile*, casou-se em Montesano, aos 15-OUT-1903, com sua parente MARIA CARMELA NICODEMO³⁶¹, filha de Dom Antonio Nicodemo e de Dona Teresina Cestari – n.º. 4(XIII) de n.º. XII do § 24.º.

§ 14.º

XI- Dom FRANCESCO GERBASIO, *civile*, cujo nome completo era FRANCESCO ANTONIO GIUSEPPE GERBASIO, filho de Dom Federico Gerbasio e de Dona Rachele Cestari (n.º. X do § 13.º). Nasceu no dia 16-FEV-1822, em Montesano, onde foi batizado no dia 18 subsequente³⁶². Faleceu no dia 2-JAN-1899, na casa situada na *Strada Santo Spirito*, em Montesano³⁶³. Foi casado com Dona MARIA FRANCESCA SIMONETTI ou FRANCESCA SIMONETTI, *gentildonna* e *civile*, natural de San Chirico Raparo, em Potenza, falecida no dia 15-JUL-1880, aos 49 anos de idade, em Montesano, filha de Dom Antonio Simonetti e de Dona Giacinta Giordano³⁶⁴. Pais de, pelo menos:

³⁵⁹ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 1051 – Registro de Matrimônios – ano 1876 – Parte II - número de ordem 2 (transcrição do matrimônio), in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

³⁶⁰ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015897 – DGS 7417038 – imagem 207 – Registro de Nascimentos – ano 1882 – número de ordem 125, com averbação do óbito, in <https://familysearch.org>, consultado em 15-JUN-2021.

³⁶¹ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015896 itens 1-3 – DGS 7417039 – imagens 726-727 – Registro de Matrimônios – ano 1903 – Parte II - número de ordem 2, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

³⁶² *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1822* – número de ordem 19 – imagens 40-41, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

³⁶³ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015933 item 1 – DGS 7417036 – imagem 516 – Registro de Óbitos – ano 1899 – número de ordem 1, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

³⁶⁴ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 2702 – Registro de Óbitos – ano

- 1(XII)- FEDERICO GERBASIO, cujo nome completo era FEDERICO ALESSANDRO GERBASIO, casou-se com sua parente GAETANA CESTARI, com geração que segue.
- 2(XII)- ANTONIO GIUSEPPE MARIA ANGIOLO CORONATO GERBASIO nasceu aos 26-SET-1864, em Montesano³⁶⁵. ANTONIO GERBASIO era estudante quando faleceu, no dia 9-MAIO-1885, na casa situada na *Contrada Cappuccini*, em Montesano³⁶⁶.
- 3(XII)- OVIDIO GERBASIO, falecido em 1953, solteiro, sem descendentes³⁶⁷. Foi *sindaco* (prefeito) de Montesano sulla Marcellana de 1914 a 1927 e deste ano até 1929 foi *podestà*³⁶⁸.

XII- FEDERICO GERBASIO, cujo nome completo era FEDERICO ALESSANDRO GERBASIO, nasceu aos 26-SET-1862, em Montesano³⁶⁹, onde veio a falecer, na casa situada na *Strada Santo Spirito*, em 26-FEV-1907³⁷⁰. Foi casado com sua parente GAETANA CESTARI, filha do *Cavaliere* Tommaso Cestari e de Dona Carolina Simonetti – n.º. 1(XIII) do n.º. XII do § 15º adiante. Tiveram uma única filha³⁷¹.

- 1(XIII)- FRANCESCA GERBASIO, casada com Doutor RAFFAELE PASSARELLI, com geração que segue.

XIII- FRANCESCA GERBASIO casou-se com Doutor RAFFAELE PASSARELLI, médico pediatra, nascido em Vallo della Lucania, filho de Dom Gaetano Passarelli.

1880 – número de ordem 77, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

³⁶⁵ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1864 – número de ordem 182 – imagem 187, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

³⁶⁶ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015858 – DGS 7417037– imagem 2956 – Registro de Óbitos – ano 1885 – número de ordem 40, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).*

³⁶⁷ PASSARELLI, Gaetano – cominuação pessoal.

³⁶⁸ SICA, Angelo; AROMANDO, Giuseppe; VANNATA, Francesco (organizadores), “*150 Da Montesano a Montesano sulla Marcellana*”, p. 31.

³⁶⁹ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1862 – número de ordem 149 – imagem 154, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

³⁷⁰ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015933 item 1 – DGS 7417036– imagem 836 – Registro de Óbitos – ano 1907 – número de ordem 23, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).*

³⁷¹ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 336; FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, nota 32; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21.

Em Montesano sulla Marcellana, Raffaele Passarelli foi *podestà* de 11-ABR-1935 a 22-JAN-1937, e desta data até 1º-AGO-1939, foi *commissario prefettizio* (cargos correspondentes ao chefe do executivo municipal)³⁷². Em Montesano, ele herdou de seu pai territórios com mais de 200 hectares, seja por vale ou pela montanha, constituídos, em maior parte, de pastos arborizados, bosques de talhadia, terras produtivas não cultivadas, de carvalhos, mas também terras de plantio irrigadas, vinhedos, olivais, com muitas casas rurais e um belíssimo lago de pesca, que se estende por cerca de 10 hectares. O casal também possuía a famosa e vasta propriedade de *Cadossa*, em Montesano sulla Marcellana, antigo mosteiro com *fondo anexo*³⁷³, adquirido pela família Gerbasio em 1869 em razão da lei eversiva do patrimônio eclesiástico de 1866³⁷⁴. Pais do:

1(XIV)- Doutor GAETANO PASSARELLI, viúvo de SILVIA FACCIOLI, gentil dama de Turim³⁷⁵, falecida em DEZ-2012. Advogado e herdeiro único das propriedades das famílias paterna e materna no Vale de Diano e no Cilento, as quais administra com competência e produtividade, além de manter em ótimo estado de conservação um dos monumentos de maior prestígio na região, tanto pela antiguidade quanto pelo valor artístico: a Abadia de *S. Maria di Cadossa*, onde reside³⁷⁶. Com descendência.

§ 15º

- X- Dom TOMMASO CESTARI, *galantuomo* e proprietário, filho de Dom Nicola Cestari e Dona Maria Teresa Santo Pietro (n.º IX do § 12º). Nasceu em Montesano aos 26-ABR-1784, sendo batizado no dia 29 seguinte, com o nome de TOMMASO DOMENICO VINCENZO MICHELE GIUSEPPE³⁷⁷. Casou-se aos 27-DEZ-1806, na Igreja de *Santa Maria Assunta*, em Cannalonga, com Dona MARIA TERESA TORRUSIO ou Dona TERESA TORRUSIO ou, ainda, Dona TERESINA TORRUSIO, *gentildonna e civile*. A cerimônia desse matrimônio foi

³⁷² SICA, Angelo; AROMANDO, Giuseppe; VANNATA, Francesco (organizadores), “150 Da Montesano a Montesano sulla Marcellana”, p. 31.

³⁷³ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 336 e 358, nota 5.

³⁷⁴ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 129-130.

³⁷⁵ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, nota 32; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21.

³⁷⁶ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 336-337.

³⁷⁷ Arquivo Paroquial de Montesano sulla Marcellana – Livro de Batismos (1781-1800).

celebrada pelo Bispo de Capaccio, Monsenhor Filippo Speranza³⁷⁸.

Ela foi batizada na Igreja de *Santa Maria Assunta*, em Cannalonga, no dia 12-JUL-1785, com o nome de **MARIA TERESA EDVIGES FRANCESCA PAOLA EMANUELA**, filha do Magnífico Dom **Giovanni Battista Torrusio** (*legale*, que foi *sindaco* de Cannalonga em 1811) e de Dona **Maria Antonia Agresti**, *civile*, natural da Cidade de Nápoles³⁷⁹.

Dom Tommaso Cestari foi aluno do *Reale Collegio Militare*, em Nápoles³⁸⁰. Com seu irmão Giuseppe Cestari, acompanhou a patrulha francesa que, em 1806, prendeu os assassinos de seu pai³⁸¹.

Em 1812, Dom Tommaso Cestari aparece como *capitano di legionari*. Nos anos de 1810, 1814 e 1816, ele foi qualificado como *capitano civico*³⁸². Em 1816, era *sindaco* (prefeito) de Montesano. No ano de 1817, o Capitão Dom Tommaso Cestari era comandante militar do *Circondario di Padula*, sendo que, em março do ano seguinte, seu nome foi indicado para substituir o *maggiore delle milizie* do Distrito de Sala, Dom Nicola Schipani, que havia falecido³⁸³. Em 1819 e 1820, figura como *maggiore dei militi*³⁸⁴.

Após um breve período de domínio napoleônico, o Reino de Nápoles e Duas Sicílias foi retomado pelos Bourbons. Ardente liberal, Dom Tommaso Cestari era membro da carbonária e tomou parte nos movimentos políticos de 1820-1821³⁸⁵, por meio dos quais as províncias meridionais se insurgiram contra a Dinastia Bourbônica. Com cerca de 30 anos de idade, tornou-se *maggiori dei militi della Carboneria* e o batalhão dos legionários do Distrito de Sala Consilina estava sob as suas ordens³⁸⁶.

³⁷⁸ Arquivo da Cúria Diocesana de Vallo della Lucania – Livro de Registro de Matrimônios da Paróquia de Santa Maria Assunta- Cannalonga - vol. 1801-1874 – p. 7 v. (cf. cópia do assento em latim e respectiva certidão em italiano emitida aos 25-MAR-2010, assinada pelo vice-arquivista Dom Aniello Adinolfi e pelo chanceler Dom Francesco Pecoraro).

³⁷⁹ Arquivo da Cúria Diocesana de Vallo della Lucania – Livro de Registro de Batismos da Paróquia de Santa Maria Assunta – Cannalonga.

³⁸⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 31.

³⁸¹ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 118.

³⁸² Cf. assentos de nascimento de seus filhos Antonia, Gaetano, Giuseppe e Domenico Cestari.

³⁸³ *Archivio di Stato di Napoli (Sede di Pizzofalcone) – Excerpta* – n. 36.

³⁸⁴ Cf. assentos de óbito de seu filho Andrea e de nascimento do filho Achile Cestari.

³⁸⁵ CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”, p. 118, nota 5.

³⁸⁶ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 32.



Bastante imponente, o *Palazzo* Torrusio, no centro de Cannalunga, ainda hoje pertence a membros dessa família (foto do autor, em SET-2014).

No dia 5-ABR-1816, em Atena Lucana, houve um sanguinário episódio, decorrente de uma discussão ocorrida na taverna de Lorenzo Manzione, entre dois carbonários e dois reacionários. O litígio continuou na rua, sendo que o *sindaco* Vincenzo Giacchetti e o tenente dos legionários Antonio Plango, ambos carbonários, tentaram apaziguar. Nesse meio tempo, apareceram outros realistas para ajudar os seus companheiros e atiraram contra Vincenzo Giacchetti e Antonio Plango. Este último foi assassinado em frente ao *palazzo* do príncipe, enquanto o *sindaco* tentou fugir, mas acabou atingido por um disparo de espingarda e caiu morto, em frente a igreja. Uma bala perdida também matou um camponês de nome Michele Manzolillo, que transitava pelo local. Em seguida, os realistas assaltaram a casa de Antonio Plango, feriram sua mulher, Nicoletta Pandolfi, e, durante a noite, enterraram os corpos das três vítimas fatais no jardim contíguo ao *palazzo* do príncipe. No dia seguinte, os realistas ainda invadiram a casa de Saverio Arcangelo Pessolano, chefe dos carbonários de Atena Lucana. Difundida a notícia pelo Vale de Diano, foram até Atena o *sottointendente* de Sala Consilina, Gabriele Giuliani; o *maggiore dei militi della Carboneria*, Tommaso Cestari; e o juiz instrutor. Os três ordenaram a prisão de 28 indiciados como autores dos trágicos fatos. Porém, depois de poucos dias, a

polícia liberou todos, entendendo que a causa dos eventos ocorridos deveu-se à incapacidade “*del locale capo delle forze dell’ordine*”³⁸⁷.

Na manhã de 7-JUL-1820, os carbonários de Sala (atual Sala Consilina), chefiados pelo *Maggiore* Tommaso Cestari, pelo ex-*sindaco* Giuseppe Bove e por Raimondo Cicerale, reuniram-se em um lugar da zona rural, chamado *Campo di Pupino*, e, depois de enaltecerem o rei, a Carbonária, Deus, a constituição e a manutenção do preço do sal em 6 *grana*, transitaram pela localidade gritando, em alta voz, as referidas aclamações. Pela estrada, juntaram-se a eles outros insurgentes e, por volta das 13 horas, os manifestantes dirigiram-se para a igreja principal de *S. Pietro*, onde foram tocados os sinos e entoado o *Te Deum* pelos dois sacerdotes carbonários, Dom Michele Santarsiero e Dom Michele Palladino. Este último, do púlpito, leu uma declaração contendo o programa dos revoltosos, que continha os seguintes tópicos: o único poder soberano é aquele que advém do povo; o poder legislativo não pertence ao soberano; os impostos incidentes sobre os imóveis deverão ser reduzidos por iniciativa popular; os funcionários públicos deverão prestar juramento em 24 horas, sob pena de perda instantânea do cargo; o preço do sal não poderão superar 6 *grana* por cada *rotolo*; os aposentados deverão continuar a perceber o que lhes competir e a gozar dos direitos adquiridos; e, por fim, aqueles que não estiverem em consonância com os cânones lidos naquele momento, seriam punidos por uma corte marcial. Terminada a cerimônia religiosa, a manifestação transcorreu de modo ordenado e os “*militi*”, guiados por seu chefe, o Major Tommaso Cestari, colocaram uma bandeira tricolor na praça principal de Sala³⁸⁸.

No dia seguinte, chegaram a Sala outros carbonários, provenientes de diversas localidades, e se juntaram aos que ali já se encontravam, num local da zona rural, chamado *Giocatori*, fazendo-se cercar de homens armados, para evitar que pessoas estranhas ao movimento entrassem³⁸⁹. O objetivo era de reorganizar as forças, escolher os oficiais e emanar ordens. Havia um contingente de 1500 homens e, por aclamação, elegeram Dom Vincenzo Parisi, de Polla, como grão-mestre, sendo que Saverio Arcangelo Pessolano (ou Pessolani) e Tommaso Cestari foram nomeados, respectivamente, primeiro e segundo assistentes; Michele Pessolani, orador; e Raimondo Cicerale, secretário³⁹⁰.

³⁸⁷ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 32-33.

³⁸⁸ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 33-34.

³⁸⁹ BRACCO, Vittorio. “*Polla. Linee di una storia*”, p. 368.

³⁹⁰ BRACCO, Vittorio. “*Polla. Linee di una storia*”, p. 368; SORMANI, Miguel Enriche.

Graças à pressão da Carbonária, exercida maciçamente em todo o reino, que, em 13-JUL-1820, o Rei Ferdinando I promulgou uma nova constituição, enquanto, em Salerno, se formava uma junta provisória de governo. Aos 28-JAN-1821, o monarca retrocedeu, renegou a constituição e deixou que o exército austríaco ocupasse o reino. Com isso, vários núcleos carbonários formaram-se para constituir grupos armados e levantar a população contra o exército invasor. Entretanto, os carbonários foram vencidos³⁹¹. Sobrevindo uma efetiva reação, o *Maggiore* Tommaso Cestari escondeu-se na zona rural de Montesano, mas, descoberto por alguns policiais da vizinha Basilicata, foi preso e enviado para Salerno³⁹².

Dom Tommaso Cestari faleceu no cárcere, após uma grave doença³⁹³, às 11 horas do dia 15-JAN-1823, na *Forza Centrale di S. Antonio*, na Comuna de Salerno. O referido óbito foi declarado por Mattia Juliano e Matteo De Filippi, ambos com 50 anos e qualificados como sargentos da reserva³⁹⁴.

Por sentença prolatada em 17-MAR-1824, pela Gran Corte Criminal de Salerno, no processo contra diversos réus de Polla, S. Rufo, Sala Consilina, Atena Lucana, S. Arsênio e outros lugares, acusados de conspiração, atentado ao governo, mediante incitação dos súditos a armarem-se contra a autoridade real, com organização de bandos e saques aos cofres públicos, Dom Tommaso Cestari não foi condenado porque já havia falecido³⁹⁵.

Dona Teresina Torrusio faleceu no dia 11-OUT-1864, em Montesano, ocasião em que residia na *Strada Amendola*³⁹⁶.

O casal Dom Tommaso Cestari e Dona Teresina Torrusio teve numerosa descendência:

- 1(XI)- Dom NICOLA CESTARI casou-se com Dona GAETANA SCALDAFERRI, com geração que segue.
- 2(XI)- Dona ANTONIA CESTARI ou MARIA ANTONIA CESTARI, nascida em 13-JUN-1810, em Montesano, ocasião em que seus pais residiam

“Antonio Santelmo nel Risorgimento salernitano”, p. 207.

³⁹¹ FULGIONE, Giuseppe. “Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari”, p. 34-35.

³⁹² CASSESE, Leopoldo. “Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano”, p. 118, nota 5.

³⁹³ CASSESE, Leopoldo. “Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano”, p. 118, nota 5.

³⁹⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Salerno - Registro de Óbitos – 1823 – n.º. 32 (agradeço à Sra. Anna Mafalda D’Amore, *Ufficiale dello Stato Civile Delegato*, por me enviar uma cópia desse assento).

³⁹⁵ FULGIONE, Giuseppe. “Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari”, p. 33, nota 12.

³⁹⁶ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1864– número de ordem 147 – imagem 152*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

- na *Strada l'Amendola*³⁹⁷. Qualificada como *civile*, faleceu na mesma residência, aos 29-JUL-1822³⁹⁸.
- 3(XI)- Dom GAETANO CESTARI, cujo nome completo era DOMENICO LUIGI GAETANO CESTARI, casado com Dona MARIA BEATRICE MAROTTA, cujo nome completo era MARIA BEATRICE DOMENICA MICHELA MAROTTA, com descendência que segue no § 22º.
- 4(XI)- Dom GIUSEPPE CESTARI, cujo nome completo era GIUSEPPE MARIA CESTARI, nascido em 8-DEZ-1814, na casa paterna, situada na *Strada Amendola*, em Montesano³⁹⁹.
- 5(XI)- Dom DOMENICO CESTARI nasceu às 14 horas do dia 24-MAR-1816, na casa de seus pais, situada na *Strada Amendola*, em Montesano. Recebeu o sacramento do batismo em 3-ABR-1816⁴⁰⁰. Qualificado como proprietário, casou-se em sua terra natal, no dia 20-JUN-1868, com ROSA MICUCCI, conhecida publicamente como MARIA, de 23 anos, *contadina*, natural de Montesano, filha de Francesco Micucci, braçal, e de Teresa Monaco, já falecida⁴⁰¹.
- 6(XI)- ANDREA DIODATO CESTARI ou apenas ANDREA CESTARI, nascido em 2-JUN-1818, na casa de seus pais situada na *Strada Amendola*, em Montesano. Foi batizado em 5-JUN-1818⁴⁰². Faleceu na mesma casa, no dia 4-MAIO-1819⁴⁰³.
- 7(XI)- Dom ACHILLE CESTARI ou ACHILLE ANDREA CESTARI, nascido em

³⁹⁷ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile Napoleonico – Nati – 1810* – número de ordem 9 – imagem 95, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

³⁹⁸ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1822* – número de ordem 17 – imagem 43, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

³⁹⁹ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile Napoleonico – Nati – 1814* – número de ordem 355 – imagem 369, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

⁴⁰⁰ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Montesano sulla Marcellana - Registro de Nascimentos - 1816 – n.º. 49 – fl. 25 (agradeço ao genealogista italiano Michele Cartusciello por me enviar os dados sobre esse assento).

⁴⁰¹ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 729 – Registro de Matrimônios – ano 1868 – número de ordem 16, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁴⁰² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Montesano sulla Marcellana - Registro de Nascimentos - 1818 – n.º. 53 (agradeço ao Sr. Michele Cartusciello por me enviar os dados sobre esse assento).

⁴⁰³ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1819* – número de ordem 88 – imagem 93, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

5-AGO-1820, às 16 horas, em Montesano, na casa de seus pais situada na *Strada Amendola*. O nascimento foi declarado por Agnese Palermo, de 60 anos, *levatrice* (parteira). Foi batizado no dia 7 do mesmo mês e ano, pelo Cônego M. Cestari⁴⁰⁴. Qualificado como gentil-homem, faleceu em sua cidade natal, na casa situada na *Strada Amendola*, em 11-ABR-1833⁴⁰⁵.

8(XI)- Dona ROSA CESTARI OU ROSA BEATRICE CESTARI, nascida em 6-NOV-1821, em Montesano, ocasião em que seus pais residiam na *Strada Amendola*. Foi batizada na mesma cidade, Igreja de *S. Nicola*, no dia 8 subsequente⁴⁰⁶.

XI- Dom NICOLA CESTARI, juiz régio, nasceu em 8-DEZ-1805⁴⁰⁷. Casou-se com Dona GAETANA SCALDAFERRI, *civile* e *gentildonna*, natural de Lauria, filha de Carlo Scaldaferrri e de Maria Francesca Sisinni, estes *civili* e residentes em Lauria.

Dom Nicola Cestari faleceu em Montesano, sua terra natal, em 11-DEZ-1881, com 76 anos de idade, qualificado como *pretore a riposo*⁴⁰⁸. Dona Gaetana Scaldaferrri faleceu na mesma localidade, na casa situada na *Strada Amendola*, nº. 5, no dia 24-ABR-1875, com 70 anos⁴⁰⁹. Ambos eram proprietários e tiveram a seguinte descendência:

1(XII)- *Cavaliere* TOMMASO CESTARI, casado com Dona CAROLINA

⁴⁰⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Montesano sulla Marcellana - Registro de Nascimentos - 1820 – nº. 120 (agradeço ao Sr. Michele Cartusciello por me enviar os dados sobre esse assento).

⁴⁰⁵ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1833 – número de ordem 35 – imagem 40*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

⁴⁰⁶ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1821 – número de ordem 145 – imagem 283*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

⁴⁰⁷ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, nota 25.

⁴⁰⁸ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 2769 – Registro de Óbitos – ano 1881 – número de ordem 179, in <https://familysearch.org> (consultado em 4-SET-2020). Agradeço ao genealogista italiano Michele Cartusciello por localizar e me indicar esse assento de óbito.

⁴⁰⁹ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 2531 – Registro de Óbitos – ano 1875 – número de ordem 51, in <https://familysearch.org> (consultado em 4-SET-2020). Também agradeço ao genealogista italiano Michele Cartusciello por localizar e me indicar esse assento.

- SIMONETTI, com geração que segue.
- 2(XII)- Dom CESARE CESTARI, sacerdote e *dottore in legge*. Nasceu aos 24-JAN-1837, na casa situada na *Strada Amendola*, em Montesano, foi batizado no dia 31 subsequente, com o nome CESARE MICHELE MARCO CESTARI⁴¹⁰. Faleceu em sua cidade natal, em 14-FEV-1909⁴¹¹. Segundo asseveram alguns, ele teria sido enterrado no sepulcro da família, em frente ao altar de Santa Rosa, na Igreja dos *Cappuccini*⁴¹².
- 3(XII)- ENRICO CESTARI nasceu aos 26-JUL-1839, na casa de seus pais, situada na *Strada Amendola*, em Montesano. Foi batizado no dia 29 subsequente com o nome ERRICO MARIO MICHELE CESTARI⁴¹³.
- 4(XII)- VINCENZO CESTARI, cujo nome completo era VINCENZO GAETANO EMILIO CESTARI, nascido em 5-MAR-1842, na *Strada Amendola*, em Montesano⁴¹⁴. Nessa ocasião, seu pai foi qualificado como *legale*.

⁴¹⁰ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1837 – número de ordem 24 – imagens 52-53, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

⁴¹¹ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015933 item 1 – DGS 7417036 – imagem 886 – Registro de Óbitos – ano 1909 – número de ordem 13, in https://familysearch.org (consultado em 5-JUN-2020).*

⁴¹² FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 20 e 56, onde há a transcrição do assento de óbito.

⁴¹³ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1839 – número de ordem 114 – imagens 234-235, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

⁴¹⁴ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1842 – número de ordem 33 – imagens 70-71, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*



Convento dos Capuchinos, em Montesano sulla Marcellana, adquirido no ano de 1875, em hasta, pelo *Cavaliere* Tommaso Cestari e pelo Barão Francesco Gerbasio (foto do autor, em SET-2014).

XII - *Cavaliere* TOMMASO CESTARI, *legale*, nascido em Montesano, no dia 8-DEZ-1835, ocasião em que seus pais residiam na *Strada Amendola*. Batizado em sua cidade natal, no dia 16 subsequente, com o nome TOMMASO VINCENZO CESARE CESTARI⁴¹⁵. Foi *pretore* em Sorrento e culminou sua brilhante carreira de magistrado como presidente da Corte de Apelo dos Abruzos, vindo a falecer em sua terra natal, aos 20-DEZ-1911⁴¹⁶. Casou-se em San Chirico Raparo, então *Circondario* de Lagonegro, no dia 21-MAIO-1865⁴¹⁷, com Dona CAROLINA SIMONETTI, *gentildonna* e *possidente*, cujo nome completo era CAROLINA MARIA GIUSEPPA FILOMENA SIMONETTI, nascida em San Chirico Raparo, em Potenza, no dia 14-OUT-1840, filha de Dom Antonio Simonetti, *legale*, e de Dona Giacinta Giordano⁴¹⁸.

Com as leis eversivas do patrimônio eclesiástico na Itália, o magistrado Dom Tommaso Cestari e o Barão Dom Francesco Gerbasio adquiriram em hasta, no ano de 1875, o Convento dos Capuchinhos, em Montesano, abrangendo o complexo monástico e jardim⁴¹⁹.

O casal Dom Tommaso Cestari e Dona Carolina Simonetti teve a seguinte descendência⁴²⁰:

1(XIII)- GAETANA CESTARI, nascida no dia 23-AGO-1868, em Montesano, ocasião em que seus pais residiam na *Strada Amendola*⁴²¹. Ela faleceu aos 28-NOV-1943⁴²² e foi casada com seu primo FEDERICO

⁴¹⁵ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) - Stato Civile della Restaurazione - Nati - 1835 - número de ordem 186 - imagens 380-381, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

⁴¹⁶ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 20.

⁴¹⁷ *Archivio di Stato di Potenza - San Chirico Raparo - Stato Civile Italiano - Matrimoni - 1865 - número de ordem 4 - imagem 5, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 4-SET-2020.* Também agradeço ao genealogista italiano Michele Cartusciello por localizar e me indicar esse assento.

⁴¹⁸ *Archivio di Stato di Potenza - San Chirico Raparo - Stato Civile della Restaurazione - Nati - 1840 - número de ordem 77 - imagens 78-79, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

⁴¹⁹ D’ACUNTI, Vincenzo. “*La famiglia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli*”, p. 129.

⁴²⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, notas 29 e 30; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 20-21.

⁴²¹ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno), 1866-1910 - microfilme nº. 2015896 - DGS 7417039- imagens 1874-1875- Registro de Nascimentos - ano 1868 - número de ordem 135, in https://familysearch.org (consultado em 5-JUN-2020).*

⁴²² FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, nota 32; FULGIONE, Giuseppe. “*Una*

- GERBASIO, com geração descrita no n.º. XII do § 14º retro.
- 2(XIII)- *Cavaliere* NICOLA CESTARI, casado com FLORA GUARINI, com geração descrita no § 17º.
- 3(XIII)- GIACINTA CESTARI, solteira⁴²³.
- 4(XIII)- ERSILIA CESTARI, cujo nome completo era ERSILIA ELENA ENRICHETTA ELISA PETRONILLA CESTARI, *gentildonna*, nasceu no *palazzo* da sua família em Montesano, aos 15-JUN-1871⁴²⁴. Casou-se aos 25-ABR-1908, na Comuna de Áquila, nos Abruzzos, com o nobre patricio *aquilano* DOMENICO NARDIS⁴²⁵, inscrito no *Elenco Ufficiale Nobiliare Italiano* de 1922⁴²⁶, cujo nome completo era DOMENICO ANTONIO LUIGI FRANCESCO RAFFAELE GIUSEPPE MARIA NARDIS, nascido em 2-JAN-1864, em Áquila, onde foi batizado, no dia seguinte, na Paróquia de *San Massimo*⁴²⁷, filho de Gennaro Nardis, patricio de Áquila, e de Angelina Paolucci, neto paterno de Domenico Nardis⁴²⁸ e de Angela Rosa Diana Felici⁴²⁹. Ambos faleceram na casa situada na *Via San Marciano*, em Aquila, ela no dia 5-SET-1928⁴³⁰, ele em 3-JAN-1941⁴³¹.
- 5(XIII)- VINCENZO CESTARI casou-se com MARIA GAVEGLIA, com quem teve os filhos que seguem no § 16º.

famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari”, p. 21.

⁴²³ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21.

⁴²⁴ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015896 – DGS 7417039– imagens 2113-2144 – Registro de Nascimentos – ano 1871 – número de ordem 96, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴²⁵ *Registri dello Stato Civile di L’Aquila (L’Aquila)*, 1809-1910 – microfilme n.º. 2014121 – DGS 7181933– imagem 236 – Registro de Matrimônios – ano 1908 – número de ordem 60, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴²⁶ p. 637.

⁴²⁷ *Archivio di Stato di L’Aquila – L’Aquila – Stato Civile Italiano – Morti – 1864* – número de ordem 5 – imagem 5, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

⁴²⁸ *Archivio di Stato di Napoli – Archivi Privati – Archivio Serra di Gerace, Manoscritti, Tavole Genealogiche*, família Nardis, vol. II, p. 426.

⁴²⁹ BORELLA, Andrea (curador). “*Annuario della Nobiltà Italiana nuova serie*”, ano XXXI, vol. II, p. 791; SPRETI, Vittorio, “*Enciclopedia storico-nobiliare italiana*”, v. IV, p. 777.

⁴³⁰ *Archivio di Stato di L’Aquila – L’Aquila – Stato Civile Italiano – Morti – 1928* – número de ordem 218 – imagem 124, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

⁴³¹ *Archivio di Stato di L’Aquila – L’Aquila – Stato Civile Italiano – Morti – 1941*– Parte I - número de ordem 3, imagem 20, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.

- 6(XIII)- SILVIA CESTARI, cujo nome completo era SILVIA GIACINTA EMIRA IDA CESTARI, nasceu em 17-ABR-1876, na casa de seus pais, situada na Via *Piazza*, nº. 9, em Polla⁴³². Foi casada com o Dr. GIUSEPPE CARLIZZI, magistrado, que foi presidente de seção da *Suprema Corte di Cassazione*⁴³³.
- 7(XIII)- CESARE MICHELE DIEGO CESTARI, nascido em Montesano, onde faleceu, na casa situada na *Strada Amendola*, nº. 50, com 14 dias de idade, em 17-NOV-1879. Na ocasião, seu pai residia em Sala Consilina⁴³⁴.

§ 16º

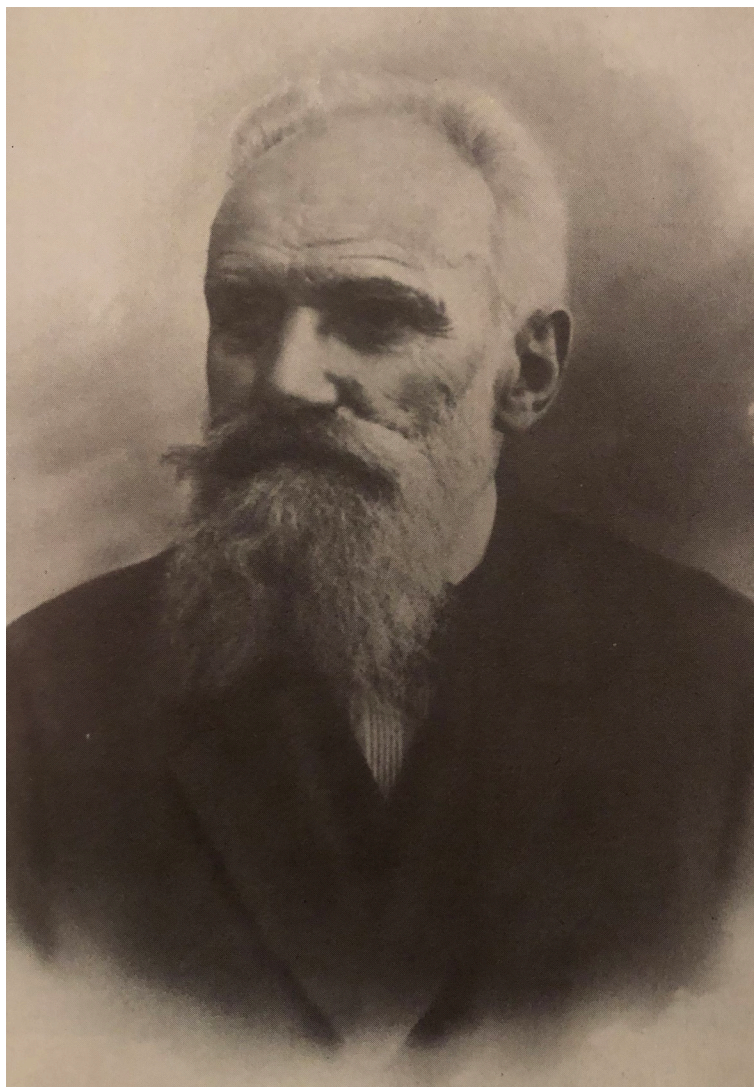
- XIII- VINCENZO CESTARI, filho do *Cavaliere* Tommaso Cestari e de Dona Carolina Simonetti (nº. XII do § 15º). Nascido aos 28-AGO-1872 e falecido em 19-MAIO-1960, foi um famoso advogado do foro napolitano, além de dedicar-se a pintura e a escultura. Contraíu núpcias com MARIA GAVEGLIA, com quem teve⁴³⁵:
- 1(XIV)- OLGA CESTARI , casada com ENNIO ROSSI.
- 2(XIV)- CAROLINA CESTARI, casada com FRANCESCO COSENTINO.

⁴³² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla - Registro de Nascimentos - 1876 – nº. 49.

⁴³³ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21.

⁴³⁴ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015898 – DGS 7417037– imagem 2816 – Registro de Óbitos – ano 1879 – número de ordem 147, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴³⁵ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda, notas 31; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21.



Cavaliere Tommaso Cestari, magistrado, nasceu em 1835, em Montesano, onde faleceu em 1911. Foi presidente da Corte de Apelo dos Abruzos.

§ 17º

XIII- *Cavaliere* NICOLA CESTARI, médico, filho do *Cavaliere* Tommaso Cestari e de Dona Carolina Simonetti (nº. XII do § 15º). Nascido em 1º-DEZ-1869, no *palazzo* de residência de seus pais, na *Strada Amendola*, em Montesano, sendo seu nome completo NICOLA VINCENZO ANDREA CESTARI⁴³⁶. No dia 7-DEZ-1907, em cerimônia realizada na casa da noiva, situada no Largo Magenta, nº. 1, na Comuna de Tramutola, em Potenza, na Basilicata, o Doutor Nicola Cestari casou-se com a *gentildonna* FLORA GUARINI, cujo nome completo era FLORA MATILDE AMALIA GUARINI⁴³⁷. Ela nasceu na casa situada na Via Pisacane, nº. 7, em Tramutola, aos 23-FEV-1882, sendo filha de Donato Guarini, *legale*, então com 51 anos, e de Antonietta Petruccelli, *gentildonna*⁴³⁸.

A via onde se situa do *Palazzo* Cestari, uma das principais de Montesano sulla Marcellana, leva o nome do médico Nicola Cestari. Ele foi um homem generoso e colocou sua profissão a serviço da coletividade. Quando era chamado, desempenhava sua missão sem preocupar-se com as condições climáticas, horários ou lugares em que deveria estar. Devido a sua infinita disponibilidade e inata liberalidade, era conhecido como o “médico dos pobres” por toda a população de Montesano sulla Marcellana e distritos vizinhos⁴³⁹.

Ambos faleceram em Montesano sulla Marcellana, ela aos 21-NOV-1929, ele em 6-MAR-1948⁴⁴⁰, tendo deixado a seguinte descendência⁴⁴¹:

1(XIV)- TOMMASO CESTARI, que nasceu aos 27-JUL-1909, na casa situada na *Strada Croce*, em Montesano⁴⁴². Faleceu solteiro, em

⁴³⁶ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015896 – DGS 7417039 – imagens 1974-1975 – Registro de Nascimentos – ano 1869 – número de ordem 185, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴³⁷ *Registri dello Stato Civile di Tramutola (Potenza)*, 1809-1910 – microfilme nº. 1965392 item 2 – DGS 79199179 – imagem 3037 – Registro de Nascimentos – ano 1882 – Parte I – número de ordem 23, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴³⁸ *Registri dello Stato Civile di Tramutola (Potenza)*, 1809-1910 – microfilme nº. 1965463 itens 1-2 – DGS 7201100 – imagem 507 – Registro de Matrimônios – ano 1907 – Parte II – número de ordem 8, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴³⁹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21-23.

⁴⁴⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 21.

⁴⁴¹ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda.

⁴⁴² *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015897 – DGS 7417038 – imagem 2037 – Registro de Nascimentos – ano 1909 – número de ordem 102, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

- 1º-MAR-1980, em Nápoles, deixando propriedades rurais em diversas *contrade* em sua terra natal, tais como: Prato Comune, Magorno, Bauzata, Siotta, Eliceto, Pezzo della Corte, Stritto e Faggeto, totalizando pouco mais de 32 hectares⁴⁴³.
- 2(XIV)- CESARE CESTARI, nascido na casa situada na *Strada Croce*, nº. 1, em Montesano, aos 17-AGO-1910⁴⁴⁴. Faleceu em 2-OUT-1911.
- 3(XIV)- CAROLINA CESTARI nasceu em 6-AGO-1911, tendo falecido em 5-FEV-1912.
- 4(XIV)- ANNA CESTARI, que se casou com ANTONIO GIASI, com geração que segue.
- 5(XIV)- ANTONIETTA CESTARI, nascida aos 27-OUT-1914 e falecida em 7-NOV-1993.
- 6(XIV)- GILDA CESTARI nasceu aos 27-DEZ-1915 e faleceu em 10-FEV-1916.
- 7(XIV)- ENRICO CESTARI casou-se com ANTONIETTA CARRIERI, com quem deve descendência descrita no § 20º.
- 8(XIV)- OLGA CESTARI, casada com ANTONIO VISONE, com geração que segue no § 21º.
- XIV- ANNA CESTARI, nascida em 6-AGO-1912 e falecida em 3-SET-1997, foi casada com ANTONIO GIASI. Tiveram a seguinte descendência⁴⁴⁵:
- 1(XV)- Dr. MICHELE GIASI, casado com PAOLA MASTANDREA, que segue.
- 2(XV)- FLORA GIASI casou-se com o Dr. GIUSEPPE FULGIONE, com quem teve os filhos, que seguem no § 18º.
- 3(XV)- NICOLA GIASI, casado com ANTONELLA VENEZIA, com geração que segue no § 19º.
- 4(XV)- GIULIANA GIASI, nascida em 2-JAN-1946.
- XV- Dr. MICHELE GIASI, médico cardiologista no Hospital *S. Giovanni Bosco*, em Nápoles⁴⁴⁶. Nascido aos 24-AGO-1939, casou-se com PAOLA MASTANDREA, com quem teve⁴⁴⁷:
- 1(XVI)- ANTONIO GIASI, que se casou com LUCIA SORGENTE, com geração que segue.

⁴⁴³ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 338.

⁴⁴⁴ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015897 – DGS 7417038 – imagem 2100 – Registro de Nascimentos – ano 1910 – número de ordem 103, in <https://familysearch.org> (consultado em 5-JUN-2020).

⁴⁴⁵ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda.

⁴⁴⁶ FULGIONE, Giuseppe – comunicação pessoal.

⁴⁴⁷ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda.

2(XVI)- ANNA GIASI, nascida aos 31-JAN-1967, casada com COSIMO CALABRESE.

3(XVI)- DANIELA GIASI, nascida em 19-FEV-1968.

4(XVI)- FABIANA GIASI, nascida no dia 2-JUN-1981.

XVI- ANTONIO GIASI nasceu em 12-MAR-1965. Casou-se com LUCIA SORGENTE, com quem teve:

1(XVII)- GABRIELE GIASI, que nasceu em 19-ABR-2006.



Doutor Nicola Cestari e sua mulher, Flora Guarini.

§ 18º

XV- FLORA GIASI, nascida em 11-NOV-1940, filha de Antonio Giasi e de Anna Cestari (nº. XIV do § 17º). Casou-se aos 22-JUN-1969, com o Dr. GIUSEPPE FULGIONE, nascido em 11-JUL-1936, em Sala Consilina, Província de Salerno, falecido no dia 16-DEZ-2014, filho de Vincenzo Fulgione e de

Elena Romano⁴⁴⁸. Formado em direito pela *Università degli Studi di Napoli “Federico II”*, foi inspetor provincial dos correios em Turim, Roma, Nápoles e Salerno, tendo recebido a Comenda da Ordem “*Al Merito della Repubblica Italiana*”, por decreto presidencial de 27-DEZ-1996, em razão dos quarenta anos de serviços públicos prestados. Como genealogista, publicou os livros “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, em 1995; e “*Una famiglia di Eboli: i Fulgione (notizie storiche e genealogia)*”, em 2008. Pais de:

1(XVI)- ELENA FULGIONE, nascida aos 24-NOV-1970.

2(XVI)- VINCENZO FULGIONE, nascido no dia 22-FEV-1974.

§ 19º

XV- NICOLA GIASI, nascido a 1º-JAN-1943, filho de Antonio Giasi e de Anna Cestari (nº. XIV do § 17º). Contraiu núpcias com ANTONELLA VENEZIA, com quem teve⁴⁴⁹:

1(XVII)- VALENTINA GIASI, nascida no dia 24-JUN-1979.

2(XVII)- FRANCESCO GIASI, nascido aos 27-MAIO-1986.

§ 20º

XIV- ENRICO CESTARI, notário em Teano, filho do *Cavaliere* Nicola Cestari e de Flora Guarini (nº. XIII do § 17º). Nascido aos 28-JUL-1918, contraiu núpcias com ANTONIETTA CARRIERI, com quem teve uma única filha⁴⁵⁰:

1(XV)- STEFANIA CESTARI, casada com GIOVANNI ESPOSITO, que segue.

XV- Dra. STEFANIA CESTARI, advogada, nascida no dia 26-FEV-1960, é proprietária de grande parte do *Palazzo* Cestari, em Montesano sulla Marcellana, onde, após fina reforma, foi instalado um hotel em 2016. Casou-se com GIOVANNI ESPOSITO, com quem teve as seguintes filhas⁴⁵¹:

1(XVI)- ENRICA ESPOSITO, nascida em 2-SET-1994.

2(XVI)- MICHELA ESPOSITO, nascida no dia 31-JAN-1998.

⁴⁴⁸ Sobre a genealogia completa da família Fulgione, que remonta aos primórdios do Século XV, ver: FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Eboli: i Fulgione (notizie storiche e genealogia)*”, p. 185.

⁴⁴⁹ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*”- pôster e cartão com legenda.

⁴⁵⁰ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 338; FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*”- pôster e cartão com legenda.

⁴⁵¹ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*”- pôster e cartão com legenda.



Ambientes internos do *Palazzo Cestari*, após restauração. Atualmente abriga um hotel (fotos do autor, em MAIO-2018).



Após sofrer muitos danos com o terremoto de 1980, o *Palazzo Cestari* foi restaurado para abrigar um hotel, inaugurado em 2016, pertencente à Dra. Stefania Cestari (fotos do autor, em MAIO-2018).



§21º

XIV- OLGA CESTARI, filha do *Cavaliere* Nicola Cestari e de Flora Guarini (nº. XIII do § 17º). Nascida em 10-DEZ-1919, em Montesano sulla Marcellana, onde faleceu aos 31-JUL-1987⁴⁵². Foi casada com ANTONIO VISIONE, nascido no dia 1º-NOV-1919, em Angri, na Província de Salerno, e falecido aos 25-JUL-1996, em Poli, Província de Roma⁴⁵³. Ele foi *sindaco* (prefeito) de Montesano sulla Marcellana de 14-SET-1967 a 17-SET-1968⁴⁵⁴. Tiveram o único filho⁴⁵⁵:

1(XV)- Dr. FULVIO MARIA VISIONE, que se casou com ANGELICA MAGGIO, que segue.

XV- Dr. FULVIO MARIA VISIONE, advogado, nascido em 2-MAIO-1958, herdou parte do *Palazzo* Cestari e da propriedade rural da família na *contrada Eliceto*, em Montesano sulla Marcellana⁴⁵⁶. Casou-se com ANGELICA MAGGIO, com quem teve os filhos⁴⁵⁷:

1(XVI)- TOMMASO VISIONE, nascido em 16-NOV-1984.

2(XVI)- CHIARA VISIONE, nascida no dia 24-MAR-1986.

3(XVI)- CLELIA VISIONE, casada com MARCO MACCARRONE, com geração que segue.

XVI- CLELIA VISIONE, nascida aos 29-OUT-1987, casou-se com MARCO MACCARRONE, com quem teve a filha:

1(XVII)- GRETA MACCARRONE, nascida em 2-JAN-2020.

⁴⁵² CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 338.

⁴⁵³ CANCRO, Mario. “*Terre Lucane*”, p. 338.

⁴⁵⁴ SICA, Angelo; AROMANDO, Giuseppe; VANNATA, Francesco (organizadores), “*150 Da Montesano a Montesano sulla Marcellana*”, p. 32.

⁴⁵⁵ VISIONE, Fulvio Maria – comunicação pessoal.

⁴⁵⁶ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 23.

⁴⁵⁷ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*” - pôster e cartão com legenda.



Antigo moinho, recentemente restaurado, existente na propriedade rural *Eliceto*, em Montesano sulla Marcellana, que atualmente pertence ao Dr. Fulvio Maria Visone, descendente da família Cestari (fotos do autor, em SET-2014).

§22º

XI- Dom **GAETANO CESTARI**, cujo nome completo era **GAETANO DOMENICO LUIGI CESTARI**, filho de Dom Tommaso Cestari e de Dona Teresina Torrusio (nº. X do § 15º). Nasceu aos 21-JUN-1812, na casa de seus pais situada na *Strada La Mendola (sic)*, em Montesano⁴⁵⁸.

Por escritura passada em 17-MAR-1830, perante Vincenzo Barbella, notário público de Montesano, o noviço Dom Gaetano Cestari, menor assistido por sua mãe, ambos qualificados como *civili* e residentes na *Strada Amendola*, sem número, em Montesano, declarou ter a intenção de tornar-se sacerdote e, antes de ascender às ordens menores, recebeu de sua tia avó, Dona Girolama Cestari *fu* Tommaso Senior, viúva de Michele Gatta, a título de patrimônio sacro, o usufruto vitalício de quatro *fondi*, com renda anual de *ducati quarantatre, e grani settantotto 43.78*, quais sejam: seminatório plano em *Contrada Pagliarole*, com medida exata de um *tomolo*⁴⁵⁹, com renda de *ducati due e grana ventitre 2.23*, divisando com o *fondo*⁴⁶⁰ de Dom Nicola Scaccuti; um seminatório plano na mesma localidade e com outro nome, *detto quarto della Pietra*, medindo *tomoli sette a misure otto*, com renda *ducati venti e grana ottantasei 20.86*, confrontando com Dom Nicola Scaccuti, do outro lado, com o *fondo* dos herdeiros de Rosa Pepe e do outro, com a estrada que leva a *Capo Spigno*; mais um *fondo* em *Contrada Santa Caterina*, medindo *tomoli cinque*, com renda de *ducati undici e grani novantaquattro 11.94*; confrontando com a estrada que conduz a *Capo Spigno*, do outro lado com o referido Senhor Scaccuti e do outro com a propriedade rural de Dom Angiolo Abbatemarco; *fondo* de similar natureza em *Contrada Spigna* de extração *tomoli tre e misure otto*, com renda de *ducati otto e grani settantacinque 8.75*, que fazia diviza com o referido Senhor Abbatemarco. As testemunhas do ato foram o Senhor Dom Michele Cestari *fu* Felice e Dom Pasquale Gerbasio *fu* Emerico, proprietários, o primeiro residente na *Strada Borgo* e o segundo na *Piazza Vecchia*, na Comuna de Montesano⁴⁶¹.

Entretanto, Dom Gaetano Cestari desistiu de seguir a vida religiosa e, no dia 30-DEZ-1843, em Tramutola, na Província de Potenza, na Basilicata,

⁴⁵⁸ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile Napoleonico – Nati – 1812 – número de ordem 114 – imagem 129, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JUN-2020.*

⁴⁵⁹ *Tomolo* é uma unidade medida equivalente a 8 *stopelli*. Cada *stopello* corresponde a cerca de 6Kg (VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. *Gli Statuti Della Terra di Montesano*, p. 35, nota 45).

⁴⁶⁰ *Fondo* é uma propriedade rural.

⁴⁶¹ Arquivo Diocesano de Teggiano.

contraiu núpcias com Dona **MARIA BEATRICE MAROTTA**, *gentildonna*. Na ocasião, o noivo e sua mãe residiam em Montesano, enquanto a noiva e seus genitores residiam em Tramutola. Entre as testemunhas do ato estão: Dom Rocco Marotta, Dom Vincenzo Luppi e o Sacerdote Dom Domenico Luppi. Os nubentes e a mãe da noiva firmaram o ato. A cerimônia religiosa do matrimônio foi celebrada no dia seguinte, na presença das testemunhas Dom Gabriele Marotta e Dom Antonio Vita⁴⁶².

Dona Maria Beatrice Marotta ou, apenas, Dona **BEATRICE MAROTTA**, cujo nome completo era **MARIA BEATRICE DOMENICA MICHELA MAROTTA**, nasceu em Tramutola aos 20-ABR-1817, tendo recebido o sacramento do batismo dois dias depois, na *Parrocchia SS. Trinità*⁴⁶³. De nobre ascendência, ela era filha de Dom **Michele Arcangelo Marotta** ou Dom **Michele Marotta**, *possidente civile e legale*⁴⁶⁴, e de Dona **Agnese Pomarici**, *gentildonna*⁴⁶⁵, sendo neta paterna do *Magnificus* Dom **Domenico Marotta**, *legale*⁴⁶⁶, e da

⁴⁶² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Tramutola - Registro de Matrimônios- 1843 – n.º. 33 (devo consignar meu agradecimento ao Dr. Carmine Palazzo, responsável pelo serviço administrativo da Comuna de Tramutola, por me enviar uma cópia desse documento).

⁴⁶³ *Parrocchia SS. Trinità* em Tramutola - Registro de Batismos - vol. XI – p. 75 – n.º. 150 (cf. certidão de batismo datada de 31-OUT-2005, emitida pelo Sacerdote Michele Palumbo, a quem agradeço).

⁴⁶⁴ Em 1816, Dom **Michele Arcangelo Marotta** estava inscrito no elenco de contribuintes com uma taxação de 363,53 *ducati*. Além de ser herdeiro de um considerável patrimônio financeiro e fundiário, exerceu com sucesso a profissão forense. De profunda cultura e grande idealista, participou com entusiasmo do movimento liberal *ottocentesco* (RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 125-126). Ele faleceu no dia 1º-JUN-1848, às 23 horas, na sua casa, em Tramutola, sua terra natal, aos 73 anos de idade (*Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Tramutola - Registro de Óbitos - 1848 – n.º. 66 – registro meu agradecimento ao Sr. Michele De Marca, oficial do *Stato Civile* delegado de Tramutola, por encaminhar-me uma cópia desse assento).

⁴⁶⁵ Dona **Agnese Pomarici** nasceu aos 28-NOV-1780 em Matera, onde se casou no dia 9-MAIO-1814, com o gentil-homem Dom **Michele Arcangelo Marotta**, por procuração apresentada por seu irmão Nicola Pomarici, este futuro herdeiro do título de *Marquês de Castrovalva* (RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 125). Ela veio a falecer às 18 horas do dia 5-MAR-1845, na casa onde residia, em Tramutola (*Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Tramutola - Registro de Óbitos - 1845 – n.º. 12 – agradeço ao Sr. Michele De Marca, do *Ufficio dello Stato Civile* de Tramutola, por me enviar uma cópia desse registro).

⁴⁶⁶ O Magnífico **Domenico Marotta** era grande defensor dos ideais liberais e plantou a árvore da liberdade em Tramutola, no ano de 1799. Foi preso, mas acabou liberado por indulto. Casou-se com Dona **Eufemia Beatrice Pomarici**, com quem residiu no *palazzo gentilizio* da *Strada Cesine*, em Tramutola, levando uma vida social e cultural

Magnífica Dona **Beatrice Pomarici** ou Dona **Eufemia Beatrice Pomarici**, *gentildonna*⁴⁶⁷, e neta materna de Dom **Biagio Pomarici**, *Marquês de Castrovalva*, e de Dona **Marianna Giura** (ou **Marianna Ciura**), patricia⁴⁶⁸.



Vista de Castrovalva, fração de Anversa degli Abruzzi, na Província de Áquila, Região dos Abruzos (foto do autor, em MAIO-2018).

Dom **Biagio Pomarici**, nascido em Matera aos 22-OUT- 1738 e falecido, na mesma localidade, em 13-FEV-1821, foi sucessor de seu tio e do avô materno no feudo de Castrovalva e, conseqüentemente, no título nobiliárquico de marquês, reconhecido por decreto real de 18-NOV-1771⁴⁶⁹. Ele era filho de

muito intensa e interessante (RICCARDI, Riccardo. “*I Pomarici. Storia di un’ antica famiglia meridionale*”, p. 442).

⁴⁶⁷ Dona **Beatrice Pomarici** faleceu de apoplético mórbido, aos 75 anos de idade, no dia 5-JAN-1816, sendo sepultada na Igreja Matriz de Tramutola (*Parrocchia SS. Trinità* em Tramutola - Registro de Óbitos). Era filha de **Domenico Antonio Pomarici** (nascido em 1716 em Anzi) e de **Marta Ferri**, sendo que sua ascendência consta de: RICCARDI, Riccardo. “*I Pomarici. Storia di un’ antica famiglia meridionale*”, p.435-439 e 442. Sobre os antepassados de **Marta Ferri**, nascida em 1720 e falecida em 1780, ver: FERRI, Lucio. “*Tre paesi una famiglia e il resto di niente*”, p. 47.

⁴⁶⁸ Sobre a ascendência de **Marianna Ciura**, ver: RICCARDI, Riccardo. “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 121-124.

⁴⁶⁹ RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”,

Gaetano Pomarici e de **Agnese Roberti** (ou **Agnese Roberti Trentacinque**), sendo neto paterno do Magnífico **Biagio Pomarici** e **Vittoria Orengo**, neto materno de **Giovan Battista Roberti** (ou **Giovan Battista de Roberto**), *barão* e depois *Marquês de Castrovalva*, e da *Marquesa Anna Trentacinque*⁴⁷⁰.

Vittoria Orengo, nascida em Roma no ano de 1696, era filha de **Giovanni Angelo Orengo** (nascido em 1655, foi capitão de guerra para a Província da Basilicata e exerceu o cargo de Governador de Matera e outros locais, tendo falecido em Gaeta, aos 17-FEV-1731) e neta paterna de **Giovanni Battista Orengo** com **Vittoria Casanate**⁴⁷¹.

Por sua vez, o Magnífico **Biagio Pomarici** ou **Biagio Domenico Pomarici**, nascido no dia 13-JAN-1689, em Matera, onde faleceu aos 28-JUN-1724, era filho do Magnífico **Cesare Pomarici** e de **Gaetana Firrao**⁴⁷², sendo neto paterno do Magnífico **Biase Pomarici**⁴⁷³ e **Claudia Zito**, neto materno do Magnífico **Giovanni Firrao** (ou **Ferraù**) e de **Porzia Ulmo**⁴⁷⁴.

Giovanni Firrao (ou **Ferraù**) era filho de **Francesco Ferraù** e **Doralice Santoro**⁴⁷⁵; neto paterno do Capitão **Antonio Ferraù** e de **Vittoria Baratta**; bisneto do Capitão **Giovanni Ferraù** e **Geronima Renza**; por esta, trineto de **Antonio Renza** e, por aquele, trineto de **Cesare Ferraù** e de **Giulia di Noia** (ou di **Noha**); quarto neto de **Giambattista Ferraù**, dito *lo Francioso*, e de **Angiolella Troiano**; e, por fim, quinto neto de **Ladislao Ferraù**, de Cosenza, mas que, no ano de 1439, casou-se em Matera⁴⁷⁶.

Dom Gaetano Cestari foi qualificado como proprietário em 1844, *legale* em

p. 107, 120 e 148.

⁴⁷⁰ Sobre a família Roberti e o feudo de Castrovalva, ver: RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 97-106.

⁴⁷¹ RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 84-85. Sobre a família Orengo ver também: SPRETI, Vittorio, “*Enciclopedia storico-nobiliare italiana*”, v. IV, p. 915-916.

⁴⁷² RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 69-72 e 86-88.

⁴⁷³ A ascendência completa do Magnífico **Biase Pomarici** consta de: RICCARDI, Riccardo, “*I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo*”, p. 27-40, 46 e 51-52.

⁴⁷⁴ Sobre a nobre ascendência de **Porzia Ulmo**, filha de **Giulio Ulmo** e de **Giustiniana Guida**, ver tábuas de costado em: GATTINI, Giuseppe, “*Note storiche sulla Città di Matera e sulle sue famiglie nobili*”, p. 380-385. Ver, ainda: RICCARDI, Riccardo, *La Dinastia Ulmo*, p. 51-52 e 65.

⁴⁷⁵ Sobre a nobre ascendência de **Doralice Santoro**, ver: GATTINI, Giuseppe, *op. cit.*, p. 353.

⁴⁷⁶ *Archivio di Stato di Matera, Fondo Gattini*, Árvore genealógica da família Ferraù, *busta* 11 (uma cópia desse documento me foi gentilmente enviada pelo jornalista Riccardo Riccardi, a quem muito agradeço). Sobre as famílias Firrao (ou Ferraù) e Troiano, ver também: GATTINI, Giuseppe, “*Note storiche sulla Città di Matera e sulle sue famiglie nobili*”, p. 376-380 e 474; MIRAGLIA, Antonella. *La Galleria di Palazzo Ferraù a Matera*, p. 19; SPRETI, Vittorio, “*Enciclopedia storico-nobiliare italiana*”, v. III, p. 192.

1848, *cancelliere comunale* em 1856, *possidente civile* em 1859 e *possidente* em 1864. Foi notário em Montesano por muitos anos, tendo exercido essa função também em Casalbuono⁴⁷⁷. Beatrice Marotta era proprietária de um *palazzo* na *Strada Vittorio Emanuele*, em Tramutola, que, em 1870, foi requerido pelo presidente da municipalidade para servir de *Casa Comunale*, sendo que, na ocasião, seu marido, Senhor Gaetano Cestari, mostrou-se propenso a ceder o *quarto* do imóvel⁴⁷⁸.

No ano de 1872, a Senhora Beatrice Marotta e o Conde Giuseppe Falvella eram proprietários do moinho *Tempa di Cavolo*, no lugar de mesmo nome, *tenimento di Marsico*, que, com duas máquinas, era o maior da localidade⁴⁷⁹. Dom Gaetano Cestari faleceu às 2 horas *antemeridiane* do dia 30-ABR-1895, na casa situada na *Strada Santo Spirito*, em Montesano⁴⁸⁰. Dona Beatrice Marotta faleceu às 8 horas e 20 minutos *antemeridiane* de 29-SET-1900, na casa situada na Via Roma, em Monte San Giacomo⁴⁸¹; ⁴⁸². Tiveram a seguinte descendência:

- 1(XII)- BEATRICE AGNESE TERESA CESTARI, nascida em 15-JUN-1844, no *Quartiere* Vicaria, em Nápoles, ocasião em que seus pais aí residiam na *Strada Carbonara*, nº. 54. Foi batizada pelo pároco da Catedral, aos 30-JUN-1844⁴⁸³. Sem mais notícias.
- 2(XII)- Dona TERESA CARMELA ELISABETTA CESTARI ou TERESINA CESTARI foi casada com Dom ANTONIO NICODEMO, cujo nome completo era GIOVANNI ANTONIO NICODEMO, com geração que segue no § 24º.
- 3(XII)- Dona CAROLINA CARMELA ADELAIDE CESTARI ou apenas CAROLINA CESTARI casou-se com Dom EGIDIO MARIA FELICE FRANCESCO

⁴⁷⁷ PEROTTI, “*Le massime giornale del registro e del notariato*”, p. 582.

⁴⁷⁸ Trata-se do *palazzo* atualmente de propriedade dos herdeiros Fusaro (BONSERA, Santino G; ORIOLO, Remo; TROCCOLI, Giuseppe D. “*Tramutola. Note e ricerche storiche*”, p. 215, nota 17).

⁴⁷⁹ BONSERA, Santino G; ORIOLO, Remo; TROCCOLI, Giuseppe D. “*Tramutola. Note e ricerche storiche*”, p. 233.

⁴⁸⁰ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015933 item 1 – DGS 7417036 – imagem 426 – Registro de Óbitos – ano 1895 – número de ordem 68, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁴⁸¹ *Registri dello Stato Civile di Tramutola (Potenza)*, 1809-1910 – microfilme nº. 1965463 itens 1-2 – DGS 7201100 – imagem 1848 – Registro de Óbitos – ano 1900 – Parte II – número de ordem 4, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁴⁸² Trata-se da residência do casal Dom Antonio Nicodemo e Dona Teresina Cestari, genro e filha da falecida.

⁴⁸³ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione (quartieri di Napoli) – Vicaria – Nati – 02/04/1844 – 19/08/1844* – número de ordem 705 – imagem 280, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

- SEGRETI, com quem teve geração que segue no § 23º.
- 4(XII)- Dona **ELOISA CARMELA MICHELINA CESTARI** ou apenas Dona **ELOISA CESTARI**, também conhecida como Dona **LUISA CESTARI**, casou-se com Dom **PASQUALE VINCENZO ERMENEGILDO ISOLDI**, conhecido como Dom **PASQUALE ISOLDI**, com geração que segue no § 25º
- 5(XII)- **MICHELE TOMMASO DOMENICO CESTARI** nasceu aos 30-JUL-1855, na casa de seus pais, situada na *Strada San Domenico*, em Tramutola⁴⁸⁴. Faleceu no dia 4-FEV-1864, na casa de seus pais, situada na *Strada Murge*, em Montesano⁴⁸⁵.
- 6(XII)- **CARMELA CESTARI**, *gentildonna*, cujo nome completo era **CARMELA ARCANGELA CESTARI**, nasceu no dia 7-DEZ-1856, na casa de seus pais, situada na *Strada Piazza*, em Tramutola⁴⁸⁶. Casou-se na casa situada na *Via Murge*, sem número, em Montesano, aos 29-NOV-1875, com **ALESSANDRO DE PAOLA**, cujo nome completo era **ALESSANDRO ETTORE GIUSEPPE DE PAOLA**, *civile*, então com 33 anos de idade, nascido em Belvedere Marittimo, onde morava, filho dos falecidos Ferdinando De Paola e de Carolina Gardone⁴⁸⁷. Ela faleceu em 1946. O casal não teve filhos⁴⁸⁸.
- 7(XII)- **TOMMASO CESTARI**, cujo nome completo era **TOMMASO NICOLA BERNARDINO CESTARI**, casado com **ELVIRA ...**, com geração que segue.
- 8(XII)- **GIUSEPPE VINCENZO EMILIO CARMELO CESTARI** ou, apenas, **GIUSEPPE CESTARI (Peppino)**, nasceu em Tramutola, no dia 11-JUN-1862⁴⁸⁹. Advogado, residente em Sala Consilina, casou-

⁴⁸⁴ *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1855 – número de ordem 92 – imagem 50*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

⁴⁸⁵ *Archivio di Stato di Salerno - Montesano (oggi Montesano sulla Marcellana) – Stato Civile della Restaurazione – Morti – 1864 – número de ordem 12 – imagem 17*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

⁴⁸⁶ *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1856 – suppl. 2 - número de ordem 28 – imagem 16*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

⁴⁸⁷ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 1012 – Registro de Matrimônios – ano 1875 – parte II – número de ordem 3*, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁴⁸⁸ Cf. anotação de Maria Clara da Silveira Isoldi no diário de sua mãe, Maria Martins da Silveira Isoldi, elaborado durante uma viagem que fizeram à Itália e a outros países da Europa, no ano de 1961.

⁴⁸⁹ *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola – Stato Civile Italiano – Nati – 1862 – número de ordem 75 – imagem 40*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

se, em Moliterno, na Província de Potenza, no dia 26-JUL-1890, com ADELA MARIA TERESA CARMELA BIANCULLI (*Adelina*), *gentildonna*, então com 26 anos, natural de Moliterno, filha de Fortunato Bianculli e Giulia Giliberti⁴⁹⁰; ⁴⁹¹. Não tiveram filhos⁴⁹².

XII- TOMMASO CESTARI, cujo nome completo era TOMMASO NICOLA BERNARDINO CESTARI, nascido na casa de seus pais, situada na *Strada S. Domenico*, em Tramutola, no dia 19-NOV-1859⁴⁹³. Em 1933, vivia miseravelmente em Nápoles⁴⁹⁴. Foi casado com ELVIRA ..., com quem teve⁴⁹⁵:

1(XIII)- GIUSEPPE que, em 1961, vivia em Nápoles, em situação piedosa.

2(XIII)- GAETANO.

⁴⁹⁰ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Moliterno - Registro de Casamentos - 1890 – n.º 6 (agradeço à Sra. Antonietta di Nuzzo, *Ufficiale dello Stato Civile* de Moliterno, por enviar-me a certidão desse assento).

⁴⁹¹ Giulia Giliberti era filha de Vincenzo Giliberti e de Felicia de Pirro, sendo neta paterna de Vito Giliberti e de Rosa Zorriglia, bisneta de Giovanni Giliberti e de Teresa Giannantonio e trineta do Dr. Francesco Antonio Giliberti e de Carmina Pennella. Por este último, era quarta neta de Marcello Giliberti e de Ippolita Coppola; quinta neta do *Dottore* Fabio Giliberti e de Anna Guiricati, de Civigliano; sexta neta de Marcello Giliberti, falecido em 1696, e de Ippolita Giannone; sétima neta do Dr. Fabio Giliberti e de Dona Sofia Ceramelli; oitava neta do *Dottore* Francesco Giliberti e de Dona Francesca Dolce; nona neta de Guglielmo Giliberti. Por este, era décima neta do *Dottore* Giovanni Geronimo Giliberti, que era vivo em 1583, e décima primeira neta do Doutor Físico Francesco Giliberti e de Stella Sarnir (cf. cópia de manuscrito contendo a árvore genealógica da família Giliberti gentilmente fornecida a Michele Cartusciello pelo Professor Vincenzo Falasca, de Grumento Nova).

⁴⁹² Cf. anotação de Maria Clara da Silveira Isoldi no diário de sua mãe, Maria Martins da Silveira Isoldi, elaborado durante uma viagem que fizeram à Itália e a outros países da Europa, no ano de 1961.

⁴⁹³ *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1859 – número de ordem 17 – imagem 91*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

⁴⁹⁴ Cf. carta datada de 17-AGO-1933, enviada por Dom Prospero Morone, residente em Caggiano, ao Prof. Geraldo Isoldi, residente em São Paulo, Brasil.

⁴⁹⁵ Cf. anotação de Maria Clara da Silveira Isoldi no diário de sua mãe, Maria Martins da Silveira Isoldi, elaborado durante uma viagem que fizeram à Itália e a outros países da Europa, no ano de 1961.



Carmela Cestari e seu marido, Alessandro de Paola.

§ 23º

XII- Dona CAROLINA CARMELA ADELAIDE CESTARI ou apenas CAROLINA CESTARI, filha de Dom Gaetano Cestari e de Dona Maria Beatrice Marotta (nº. XI do § 22º). Nascida no dia 7-MAIO-1850, na casa de seus pais, situada na *Strada Cesine*, em Tramutola, e batizada, na mesma cidade, no dia 18 subsequente⁴⁹⁶. Qualificada como *gentildonna*, casou-se aos 22-AGO-1868, em sua casa, situada *Strada Murge*, sem número, em Montesano, com o Senhor Dom EGIDIO MARIA FELICE FRANCESCO SEGRETI, conhecido apenas como EGIDIO SEGRETI, *legale e civile*, com 29 anos de idade na ocasião, nascido e residente em Rivello, pertencente ao *Circondario* de Lagonegro, na então Província da Basilicata, filho do falecido Antonio Segreti e da Senhora Dona Rosina Fortunato, *gentildonna*, residente em Rivello. As testemunhas desse matrimônio foram os senhores Francesco Gerbasio *fu Federico*, de 46 anos, *percettore fondiario*; Fortunato Varone *fu Luigi*, de 23

⁴⁹⁶ *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1850 – número de ordem 68 – imagem 70, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.*

anos, *possidente*; Giuseppe de Novi *fu* Giovanni, de 52 anos, *possidente*; e Federico Valentini *di* Raffaele, de 30 anos, notário⁴⁹⁷.

Carolina Cestari teria falecido num parto⁴⁹⁸, no dia 12-AGO-1870, em Rivello, onde residia com o marido⁴⁹⁹ e o único filho:

1(XIII)- ANTONINO PROSPERO EGIDIO GAETANO PIERFRANCESCO SEGRETI, nascido no dia 1º-JUN-1869, na casa de seus pais, situada na *Strada Castello*, n.º. 4, em Rivello⁵⁰⁰. ANTONINO SEGRETI foi *ufficiale postale* em Rivello⁵⁰¹.

§ 24º

- XII- Dona TERESA CARMELA ELISABETTA CESTARI, filha de Dom Gaetano Cestari e de Dona Maria Beatrice Marotta (n.º. XI do § 22º). Conhecida apenas como TERESINA CESTARI, nasceu na casa de seus pais na *Strada Cesine*, em Tramutola, no dia 20-NOV-1848⁵⁰². Qualificada como *gentildonna*, casou-se na casa em que morava, situada na *Strada Murge*, sem número, em Montesano, no dia 11-JUN-1868, com Dom ANTONIO NICODEMO, cujo nome completo era GIOVANNI ANTONIO NICODEMO⁵⁰³, proprietário e *civile*, nascido em San Giacomo (atual Monte San Giacomo, na Província de Salerno), no dia 12-DEZ-1835, filho de Nicola Nicodemo e Rachele

⁴⁹⁷ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagens 731-732 – Registro de Matrimônios – ano 1868 – número de ordem 20, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁴⁹⁸ Cf. anotação de Maria Clara da Silveira Isoldi no diário de sua mãe, Maria Martins da Silveira Isoldi, elaborado durante uma viagem que fizeram à Itália e a outros países da Europa, no ano de 1961.

⁴⁹⁹ *Registri dello Stato Civile di Rivello (Potenza)*, 1866-1910 – DGS 4880097 – imagem 41 – Registro de Óbitos – ano 1870 – número de ordem 41, in <https://familysearch.org> (consultado em 20-JUN-2021).

⁵⁰⁰ *Registri dello Stato Civile di Rivello (Potenza)*, 1866-1910 – DGS 4880095 – imagem 24 – Registro de Nascimentos – ano 1869 – número de ordem 48, in <https://familysearch.org> (consultado em 20-JUN-2021).

⁵⁰¹ Cf. anotação de Maria Clara da Silveira Isoldi no diário de sua mãe, Maria Martins da Silveira Isoldi, elaborado durante uma viagem que fizeram à Itália e a outros países da Europa, no ano de 1961.

⁵⁰² *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1848* – número de ordem 147 – imagem 149, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

⁵⁰³ *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 728 – Registro de Matrimônios – ano 1868 – número de ordem 15, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021). Na margem desse assento consta anotação de retificação, por sentença, do nome do noivo de Angeloantonio Nicodemo para Giovanni Antonio Nicodemo.

Pasquale (ou Pascale), proprietários em San Giacomo⁵⁰⁴. As testemunhas desse matrimônio foram: Francesco Gerbasio *fu* Federico, de 46 anos, *percettore fondiario*; Gennaro Palombo *fu* Agostino, de 38 anos, médico; Fortunato Varone *fu* Luigi, de 26 anos, *possidente*; e Giuseppe Denovi *fu* Giovanni, de 52 anos, *possidente*. Tiveram os seguintes filhos⁵⁰⁵:

- 1(XIII)- MARIA RACHELE NICODEMO ou apenas RACHELE NICODEMO, nascida aos 14-MAIO-1869, na casa situada na *Strada Fabrica*, em Monte San Giacomo⁵⁰⁶. Faleceu, solteira, em sua terra natal, no dia 3-NOV-1887⁵⁰⁷.
- 2(XIII)- NICOLA NICODEMO, nascido no 7-OUT-1871, na casa de seus pais na *Strada Fabrica* em Monte San Giacomo, casou-se em Nápoles, aos 6-JAN-1902, com ELVIRA AROLA⁵⁰⁸.
- 3(XIII)- BEATRICE NICODEMO nasceu em 4-NOV-1873, na casa de seus pais situada na Via Roma, em Monte San Giacomo⁵⁰⁹.
- 4(XIII)- MARIA CARMELA NICODEMO nasceu aos 16-NOV-1875, em Monte San Giacomo⁵¹⁰. Casou-se com seu parente RAFAELLE LORENZO FEDERICO LUIGI VALENTINI ou RAFFAELE VALENTINI, filho de Ulisse Valentini e de Rachele Marigliani – n.º. 1(XIII) de n.º. XII do § 13.º.
- 5(XIII)- LUISA CAROLINA NICODEMO, nascida a 2-NOV-1878, em Monte San Giacomo⁵¹¹. Casou-se, em sua cidade natal, aos 29-SET-1904, com

⁵⁰⁴ *Archivio di Stato di San Giacomo (oggi Monte San Giacomo) – Stato Civile della Restaurazione – Nati – 1835 – número de ordem 107 – imagens 218-219, in* www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 15-JUN-2021.

⁵⁰⁵ *Site* www.imagemasmaiorum.net, organizado por Anthony Vermandois (consultado em 18-FEV-2014).

⁵⁰⁶ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1294 – Registro de Nascimentos – ano 1869 – número de ordem 58, in* <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵⁰⁷ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015896 itens 1-3 – DGS 7417039 – imagem 1181 – Registro de Óbitos – ano 1887 – número de ordem 56, in* <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵⁰⁸ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1369 – Registro de Nascimentos – ano 1871 – número de ordem 88, com averbação do matrimônio, in* <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵⁰⁹ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1439 – Registro de Nascimentos – ano 1873 – número de ordem 97, in* <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵¹⁰ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno), 1866-1910 – microfilme n.º. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1509 – Registro de Nascimentos – ano 1875 – número de ordem 78, in* <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵¹¹ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno), 1866-1910 – microfilme*

- MICHELE TROTTA, de 27 anos, *possidente*, nascido e residente em Sassano, filho de Giuseppe Trotta, então com 60 anos de idade, e de Francesca di Bella, ambos proprietários e residentes em Sassano⁵¹².
- 6(XIII)- PIETRO ANGELO NICODEMO ou PIETRO NICODEMO, casado com RAFFAELA SALERNO, com quem teve geração que segue.
- 7(XIII)- LUISA AGNESE NICODEMO, nascida aos 24-OUT-1882, na casa de seus pais situada na Via Roma, em Monte San Giacomo⁵¹³.
- 8(XIII)- ANGELO GAETANO RAFFAELE NICODEMO nasceu em 6-MAIO-1885, em Monte San Giacomo, e faleceu a 1º-FEV-1970, em Nápoles⁵¹⁴.
- 9(XIII)- RAFFAELE PASQUALE NICODEMO, nascido aos 28-FEV-1888, na casa situada na Via Roma, em Monte San Giacomo⁵¹⁵. Foi soldado na 1ª Guerra Mundial⁵¹⁶.
- XIII- PIETRO ANGELO NICODEMO ou PIETRO NICODEMO nasceu em 12-ABR-1880. Foi soldado na 1ª Guerra Mundial⁵¹⁷. Casou-se em Camerota, no dia 1º-DEZ-1906, com RAFFAELA SALERNO⁵¹⁸. Pais de⁵¹⁹:
- 1(XIV)- TERESA BEATRICE RACHELE NICODEMO, nascida a 1º-MAIO-1908,

nº. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1631 – Registro de Nascimentos – ano 1878 – número de ordem 67, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵¹² *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015896 itens 1-3 – DGS 7417039 – imagem 740 – Registro de Matrimônios – ano 1904 – número de ordem 2, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵¹³ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1783 – Registro de Nascimentos – ano 1882 – número de ordem 44, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵¹⁴ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1887 – Registro de Nascimentos – ano 1885 – número de ordem 31, com averbação do óbito, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵¹⁵ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1991 – Registro de Nascimentos – ano 1888 – número de ordem 17, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

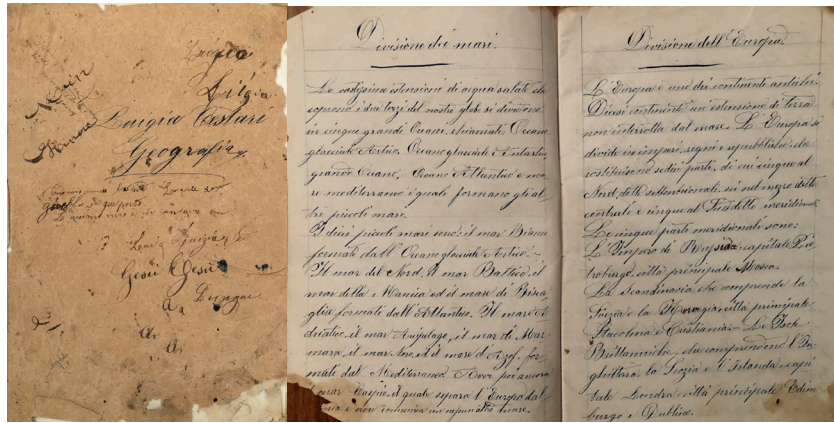
⁵¹⁶ Cf. carta datada de 8-JUN-1915, enviada por Eloisa Cestari, que se encontrava em Sala Consilina, ao filho Pietro Isoldi, que estava em São Paulo, Brasil.

⁵¹⁷ Cf. carta datada de 8-JUN-1915, enviada por Eloisa Cestari, que se encontrava em Sala Consilina, ao filho Pietro Isoldi, que estava em São Paulo, Brasil.

⁵¹⁸ *Registri dello Stato Civile di Monte San Giacomo (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme nº. 2015895 itens 4 e 5 – DGS 7417040 – imagem 1702 – Registro de Nascimentos – ano 1880 – número de ordem 27, com averbação do matrimônio, in <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

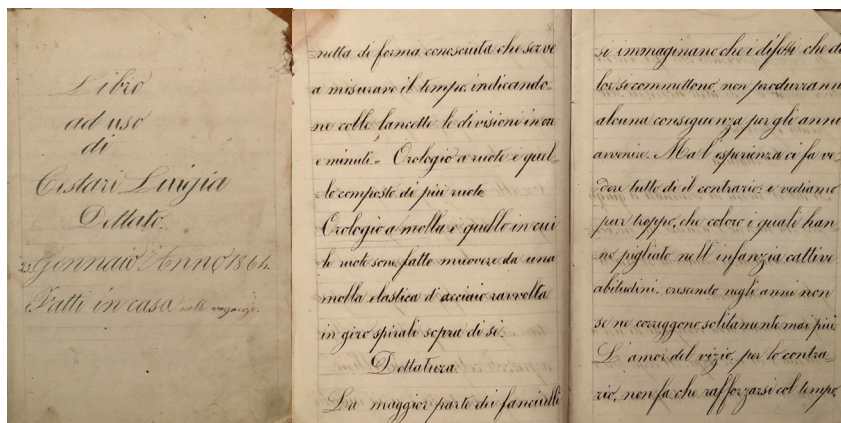
⁵¹⁹ Site www.imagemesmaiorum.net, organizado por Anthony Vermandois (consultado em 18-FEV-2014).

em Monte San Giacomo
2(XIV)- ANTONIO NICODEMO, nascido em Monte San Giacomo no dia
8-FEV-1910 e falecido aos 17-DEZ-1960.





Algumas páginas de dois cadernos escolares de Eloisa Cestari, com lições de geografia.



Caderno escolar de Eloisa Cestari, datado de 1864, para “ditados” em casa, durante as férias.

§ 25º

XII- Dona **ELOISA CARMELA MICHELINA CESTARI**, gentil-dama, filha de Dom Gaetano Cestari e de Dona Maria Beatrice Marotta (nº. XI do § 22º). Nascida às 7 horas do dia 5-JAN-1853, na casa em que seus pais habitavam na *Strada San Domenico*, em Tramutola, onde foi batizada no dia 16 do mesmo mês e ano⁵²⁰.

⁵²⁰ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Tramutola - Registro de Nascimentos - 1853 – nº. 5 (devo registrar meu agradecimento ao Sr. Michele De Marca, que, gentilmente, enviou-se uma cópia desse assento); *Archivio di Stato di Potenza - Tramutola - Stato*

Dona **ELOISA CESTARI**, também conhecida como Dona **LUISA CESTARI**, casou-se em sua casa situada na *Strada Murge*, em Montesano, aos 28-JUL-1870, com Dom **PASQUALE VINCENZO ERMENEGILDO ISOLDI**, gentil-homem. As testemunhas do matrimônio foram: Francesco Gerbasio *fu* Federico, de 48 anos, *percettore fondiario*; Gennaro Palombo *fu* Agostino, de 41 anos, médico; Sacerdote Leopoldo Gerbasio *fu* Paolo, de 32 anos; e Tommaso Cestari *di* Nicola, de 35 anos, *legale*, todos residentes em Montesano⁵²¹.

Conhecido apenas como Dom **PASQUALE ISOLDI**, nascido aos 23-NOV-1844, em Caggiano⁵²², foi nomeado *Cavaliere dell'Ordine della Corona d'Italia*, por decreto do Rei Umberto I, passado em Monza, no dia 21-SET-1881⁵²³. Ele residia no Castelo de Caggiano⁵²⁴, sendo filho de Dom **Gerardo Isoldi**⁵²⁵,

Civile della Restaurazione – Nati – 1853 – número de ordem 5– imagem 4, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 20-AGO-2020.

⁵²¹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Matrimônios – 1871 - n.º. 13 (transcrição do ato); e *Registri dello Stato Civile di Montesano sulla Marcellana (Salerno)*, 1866-1910 – microfilme n.º. 2015898 – DGS 7417037 – imagem 796 – Registro de Matrimônios – ano 1870 – número de ordem 22, *in* <https://familysearch.org> (consultado em 15-JUN-2021).

⁵²² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1844 - n.º. 96 (conforme certidão que me foi encaminhada pelo Sr. Francesco Lamattina, *Ufficiale dello Stato Civile Delegato* de Caggiano, a quem agradeço).

⁵²³ Inscrito no *Ruolo dei Cavalieri (Nazionali)* sob n. 25601.

⁵²⁴ Em 1830, o Castelo de Caggiano foi vendido pela viúva e filhos do Conde de Contursi, Dom Ascanio Parisani Bonanno, para as famílias Isoldi, Carucci e Romagnano, aparentadas entre si em razão de matrimônios (cf. escritura de compra e venda de 31-MAIO-1830 - *Archivio di Stato di Napoli – Notai del XIX secolo* – Notário de Nápoles Ferdinando Caristo – *scheda* 830 – ano 1830 – fls. 463-471v). Em 2006, a parte pertencente aos Isoldi, correspondente a cerca de metade do castelo, foi adquirida pela Comuna de Caggiano dos herdeiros de Paschoal José Napoleão Isoldi e de Maria Isoldi *in* Sagula. Após ser reformado, foi instalado um museu no Castelo de Caggiano.

⁵²⁵ Dom **Gerardo Isoldi** foi batizado em casa, com permissão da Cúria, às 18 horas do dia 17-MAR-1817. O sacramento foi ministrado pelo ecônomo Dom Giovanni Carucci e o padrinho foi o Sacerdote Dom Domenico Isoldi (*Parrocchia del SS. Salvatore di Caggiano* - Registro de Batismos - vol. 1 - 1812 a 1821 – p. 27, n.º. 39 – cópia de assento gentilmente enviada pelo Arcipreste Dom Vittorio Lamattina). Em 1852, Dom **Gerardo Isoldi** e outros 16 homens de Caggiano e de Pertosa foram presos e processados perante a Grã Corte Criminal de Salerno, sob a acusação de participarem de reuniões liberais com a finalidade de preparar uma revolta contra o governo borbônico na região. Em JAN-1853, seis dos acusados foram liberados do cárcere, entre eles Dom Gerardo Isoldi e outro nobre de Caggiano, Dom Pasquale Manisera. Ambos foram publicamente elogiados pelo Procurador-Geral do Rei por terem contratado, com recursos próprios, homens armados para fazer frente à ameaça dos bandos rebeldes lucanos e cilentanos. Os delatores, Giuseppe Oliva e seu tio Nicola Buonanno, foram considerados de má índole

advogado e proprietário, e de **Maria Grazia Gagliardi**⁵²⁶, neto paterno de **Pasquale Isoldi** e **Antonia Romagnano**; bem como neto materno do Senhor **Antonio Gagliardi** e **Rosa de Stasio**; bisneto, pois, de **Giuseppe Isoldi**.

Dom Pasquale Vincenzo Ermenegildo Isoldi completou os estudos literários na escola do Abade Mirabelli⁵²⁷. Diplomou-se *dottore in legge* pela *Regia Università* de Nápoles, em 1871⁵²⁸. Foi *consigliere* e assessor da Comuna de Caggiano, de 1868 a 1871⁵²⁹.

Tomou parte na “*Commissione di Ricchezza Mobile*” na qualidade de presidente ou vice-presidente, por 37 anos⁵³⁰. Foi, ainda, presidente da “*Commissione Mandamentale per l'accertamento delle imposte*” (1869/1884), além de membro da Comissão do Censo Provincial⁵³¹.

Em 1873, foi nomeado *sindaco* (prefeito) de Caggiano, cargo que exerceu, ininterruptamente, até 1890, bem como nos anos de 1901 e 1902⁵³².

No ano de 1874, o *Consiglio Comunale* de Vibonati foi dissolvido, razão pela qual, após proposta do ministro do interior, por decreto real de 10-JUN-1874, Dom Pasquale Isoldi foi nomeado delegado extraordinário para a administração provisória da referida comuna, até a composição de um novo conselho. Como reconhecimento de gratidão, o Conselho Comunal

e inclinados à calúnia (LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 179-182 e 184-185, n. 9 e 10).

⁵²⁶ **Maria Grazia Gagliardi** ou **Grazia Maria Gagliardi** ou, apenas, **Grazia Gagliardi** nasceu às 13 horas do dia 14-JUN-1811, sendo batizada na mesma data, pelo Arcipreste e Pároco de Caggiano, Francesco Lepori, tendo como padrinho Luigi Stasio.

Dom **Gerardo Isoldi** e **Grazia Gagliardi** casaram-se na Igreja do *SS. Salvatore*, em Caggiano, no dia 10-MAR-1847. As testemunhas do ato nupcial foram: Gerardo Solimena e Vincenza Caggiano (*Parrocchia del SS. Salvatore di Caggiano* - Registro de Batismos - vol. 8 – p. 19 ; e Registro de Matrimônios - vol. 7 – anos 1818-1886 – p. 113, n.º. 113 – cf. cópias que me foram gentilmente enviadas pelo Arcipreste de Caggiano Dom Vittorio Lamattina).

⁵²⁷ “*Dal giornale 'Il popolo salernitano' del 28 febbraio - 1 marzo 1905 in occasione della morte del Cav. Avv. D. Pasquale Isoldi*”, in *Voce Amica*, ano XXXVI, n.º. 6, dezembro de 1998, p. 30.

⁵²⁸ Jornal “*La Riscossa*”, de 1-12-MAR-1905.

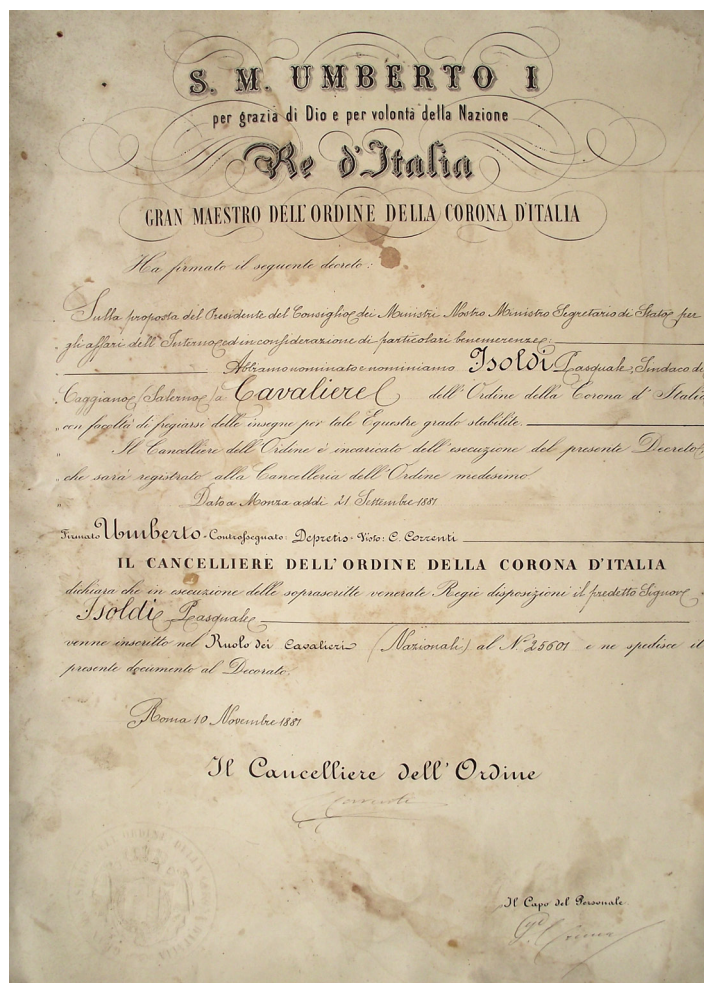
⁵²⁹ LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 234 e 246.

⁵³⁰ “*Dal giornale 'Il popolo salernitano' del 28 febbraio - 1 marzo 1905 in occasione della morte del Cav. Avv. D. Pasquale Isoldi*”, in *Voce Amica*, ano XXXVI, n.º. 6, dezembro de 1998, p. 30.

⁵³¹ LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 246.

⁵³² LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 234 e 246.

da referida localidade concedeu-lhe o título de cidadão aos 17-MAR-1885. Aos 29-SET-1881, ele foi nomeado comissário real extraordinário para administrar temporariamente o Orfanato “*Maria Cristina di Savoia*”, situado em Foggia, com o encargo de sanar as irregularidades existentes e de fazer tudo o que fosse necessário ao interesse da referida instituição, bem como de normalizar a sua administração. Exerceu tal função até OUT-1882⁵³³.



Título de *cavaliere*, concedido pelo Rei Umberto I, em 1881, a Pasquale Isoldi, *sindaco* (prefeito) de Caggiano.

⁵³³ Jornal “*La Riscossa*”, de 1º-12-MAR-1905.



Brasão da família Isoldi, com as iniciais “IP”, de Isoldi Pasquale, existente em um sinete para lacre de cartas, com cabo de marfim.

Por decreto do *prefetto*⁵³⁴ da Província de Salerno, datado de 23-FEV-1885, Dom Pasquale Isoldi foi nomeado *commissario governativo* para executar uma diligente e acurada investigação na Comuna de Sapri, visando a “*ripartizione e riconcessione di suoli areniti provenienti al Comune dal Dennario dello Stato, prudenza che avrebbe generato collisione di interessi e screzio tra i componenti di quel Consiglio*”. Seu trabalho administrativo foi recompensado com o título de cidadão honorário dessa comuna, por decreto de 23-JUN-1885.

No ano de 1886, foi relator do *Congresso delle Banche Popolari ed Agricole* da Província de Salerno. Aos 27-MAR-1887, Dom Pasquale Isoldi foi eleito membro do Conselho de Administração da “*Banca Popolare Agricola del Circondario di Sala-Consilina*”.

De 1884 a 1889, o advogado Dom Pasquale Isoldi foi *consigliere provinciale* de Salerno, pelo Mandamento de Caggiano⁵³⁵. Também foi *sindaco* de

⁵³⁴ *Prefetto* é o chefe de polícia da província. Portanto, não se confunde com a chefia do poder executivo municipal, cargo que, em italiano, denomina-se *sindaco* e, em português, *prefeito* ou *alcaide*.

⁵³⁵ LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 246.

Pertosa em 1898, sendo que, nos três quinquênios anteriores, havia sido *consigliere comunale* da mesma localidade⁵³⁶.

Em 1900, o *Cavaliere* Pasquale Isoldi foi nomeado *conciliatore* de Caggiano por decreto do 1º Presidente da *Corte di Appello* de Nápoles⁵³⁷, cargo em que permaneceu até ser novamente nomeado *sindaco* (prefeito) de sua terra natal em 1901 e 1902.



Cavaliere Avvocato Pasquale Isoldi e sua mulher, Dona Eloisa Cestari. A foto dela data de 1873 e a dele é do fotógrafo Romolo Baldazzi, na Via Chiaia, n. 112, em Nápoles.

Reeleito *consigliere provinciale* aos 24-JUN-1904⁵³⁸, o *Cavaliere Avvocato* Pasquale Isoldi exercia esse cargo ao falecer, no dia 20-FEV-1905, na *Piazza Principe Amedeo*, em Salerno⁵³⁹, de pneumonia, numa ocasião em que fora a

⁵³⁶ LAMATTINA, Gaetano. “Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano”, p. 234 e 246.

⁵³⁷ Jornal “*La Riscossa*”, de 1º-12-MAR-1905.

⁵³⁸ Jornal “*La Riscossa*”, de 1º-12-MAR-1905.

⁵³⁹ *Ripartizione Servizi Demografici* da Comuna de Salerno - Registro de Óbitos - 1905 - volume I - parte I - n.º. 153 (conforme certidão que me foi enviada pelo *Ufficiale dello*

essa cidade como componente da banca examinadora de guardas florestais⁵⁴⁰. O Conselho Comunal de Caggiano prestou-lhe homenagem póstuma, atribuindo seu nome a um logradouro local, por deliberação de 26-FEV-1998: “*Vico Pasquale Isoldi*”⁵⁴¹.

Dona Eloisa Cestari foi proprietária de um *fondo* em “*Mattina o Tempa dei Franci*”, na região agrícola de Caggiano, com benfeitorias. Essa propriedade rural era cortada pela Via Mattina que o dividia em dois corpos: o primeiro, ao norte, fazia divisa com as propriedades dos herdeiros de Domenico Affonso Carucci, de Giuseppantonio Carucci *fu* Pasquale, de Teresa Carucci *fu* Vincenzo, com o Vale Cantatore e com terras de Maria Teresa Carucci *fu* Pasquale, Teresa Mignoli *fu* Giuseppe, Vittorio Carucci *fu* Marco, Mariarosa Pepe *fu* Francesco, Nicola Pepe *fu* Francesco, Vincenzo Pepe *fu* Francesco, Antônio Lamattina, herdeiros Giuseppantonio Carucci *di* Vincenzo, herdeiros de Domenico Isoldi *fu* Gerardo, Caterina Lamattina *fu* Giuseppe e Lorenzo Lamattina *fu* Giuseppe; e o segundo, ao sul da referida via, confrontava com os herdeiros de Domenico Affonso Carucci, Vincenzo Pucciarelli *fu* Giuseppantonio e Teresa Lupo *fu* Giuseppe⁵⁴². Ela faleceu em Caggiano, no dia 17-FEV-1931, com testamento hológrafo, deixando a parte disponível de seus bens ao filho Cônego Dom Alberto Isoldi.

Da partilha dos bens deixados por Dom Pasquale Isoldi, sua mulher Dona Eloisa Cestari, bem como os filhos Beatrice Isoldi e Cônego Alberto Isoldi, constam os seguintes imóveis em Caggiano: a casa que fazia parte do antigo castelo, com ingresso pelo Largo Vincenzo Lupo; o *fondo Mattina*; e o forno na Via Capolanzi, confinante lateralmente com a casa de Mattia Carucci *fu* Francesco e herdeiros de Andrea Marcigliano. O total dos bens foi avaliado por 54000 liras, em 16-MAI-1935⁵⁴³.

Stato Civile Sr. Massimo Biondo); *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Óbitos - 1905 – parte II - nº. 3 (transcrição).

⁵⁴⁰ “*Dal giornale ‘Il popolo salernitano’ del 28 febbraio - 1 marzo 1905 in occasione della morte del Cav. Avv. D. Pasquale Isoldi*”, in *Voce Amica*, ano XXXVI, nº. 6, dezembro de 1998, p. 31.

⁵⁴¹ “*Toponomastica Nuova denominazione di piazze e vie a Caggiano*”, in *Voce Amica*, ano XXXVI, nº. 3, junho de 1998, p. 6.

⁵⁴² Cf. extrato manuscrito da partilha dos bens deixados por Pasquale Isoldi, sua mulher Eloisa Cestari e os filhos Beatrice e Alberto Isoldi, efetuada em 16-MAI-1935, perante o Doutor Ferdinando Velardi, *Notaro* inscrito no Colégio de Lagonegro, mas residente em Caggiano.

⁵⁴³ O valor de 54000 liras pelo total dos bens deixados por falecimento de Dom Pasquale Isoldi, sua mulher Eloisa Cestari e os filhos Beatrice e Alberto Isoldi, consta da partilha efetuada em 16-MAI-1935, perante o Doutor Ferdinando Velardi, *Notaro* inscrito no Colégio de Lagonegro, mas residente em Caggiano. Contudo, numa cópia de uma carta de 24-JUN-1934, enviada por Paschoal José Napoleão Isoldi a Prospero Morone,

O *Cavaliere Avvocato* Dom Pasquale Isoldi e Dona Eloisa Cestari tiveram a seguinte descendência:

- 1(XIII)- GERARDO GAETANO CAMILLO RICCARDO MENOTTI ISOLDI ou apenas GERARDO ISOLDI, casado com MARIA EMÍLIA VERLANGIERI, com geração que segue no § 26º.
- 2(XIII)- EMILIA MARIA GRAZIA BICE CLELIA ANNITA ISOLDI, conhecida apenas como EMILIA ISOLDI, nasceu em Caggiano, no dia 7-MAR-1873⁵⁴⁴. Religiosa, em 1914, estava em Pescopagano, Província de Potenza, com o nome Sórora ELENA. Durante a 1ª Guerra Mundial, ela trabalhou na assistência aos soldados feridos, tanto em Avellino quanto em Pescopagano. Como filha da caridade, em 1920, vivia no *Istituto S. Rocco*, em Giulianova, Província de Teramo, como Sórora VINCENZA ISOLDI. No ano de 1934, residia no Hospital *Borgo Loreto*, em Nápoles, com o nome Sórora Elena.
- 3(XIII)- MARIA BEATRICE ROSARIA TERESITA ISOLDI ou, apenas, BEATRICE ISOLDI (*Bice*), nasceu em Caggiano, no dia 5-OUT-1874⁵⁴⁵. Veio para a Cidade de São Paulo, no Brasil, em 1915⁵⁴⁶, mas voltou para sua terra natal, onde faleceu, solteira, no dia 19-OUT-1929.

verifica-se que, numa avaliação feita por Dom Vincenzo Lupo e outro agrimensor, a totalidade do patrimônio era de 400000 liras, sendo o "*Fondo La Mattina*" avaliado em 200000 liras, a parte restante do castelo por 150000 liras, o "*Forno Pubblico*" por 15000 e "*Diversi*" (móveis, quadros e livros) por 35000.

⁵⁴⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1874 - n.º. 30.

⁵⁴⁵ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1874 - n.º. 82.

⁵⁴⁶ "*Gli inizi della nostra emigrazione all'estero*", in *Voce Amica*, ano XXXIII, n.º. 6, dezembro de 1995, p. 23.



Baús de viagem que pertenceram a Beatrice Isoldi, que existiam num dos cômodos do Castelo de Caggiano (foto de Ana Luiza Godoy Isoldi, em FEV-2013).



Pietro Isoldi, nascido em Caggiano, em 1876, veio para o Brasil em 1911 e faleceu em São Paulo, em 1920.

- 4(XIII)- PIETRO GAETANO CRISTIANO LOBIA ISOLDI, conhecido apenas como PIETRO ISOLDI (*Petruccio*), nasceu em Caggiano, no dia 11-ABR-1876⁵⁴⁷. Também emigrou da Itália para o Brasil, tendo seu passaporte liberado em 6-NOV-1911, com destino a São Paulo, onde se estabeleceu. Aqui ficou conhecido como PEDRO ISOLDI e foi representante de vendas das máquinas de costura “Singer”. Faleceu solteiro, no dia 20-MAI-1920, em São Paulo.
- 5(XIII)- ERSILIA LEONILDA EDVICE AGNESE ISOLDI, conhecida como ERSILIA ISOLDI, nascida em Caggiano, no dia 13-JAN-1878⁵⁴⁸. Solteira, faleceu às 9 horas do dia 27-FEV-1971, em sua residência no Castelo de Caggiano, situada no Largo Vincenzo Lupo, n.º. 9⁵⁴⁹.
- 6(XIII)- GAETANO EMANUELE FILIBERTO ISOLDI nasceu no dia 10-JUL-1879⁵⁵⁰, em Caggiano, onde veio a falecer, na casa situada na *Piazza del Plebiscito*, n.º. 9, no dia 15-OUT-1883, sendo qualificado como *gentiluomo*⁵⁵¹.
- 7(XIII)- Reverendo Cônego Dom ALBERTO ISOLDI, cujo nome completo era ALBERTO MARIO VINCENZO ISOLDI, nasceu em Caggiano, no dia 27-MAR-1881⁵⁵². Estudou no Seminário de *S. Andrea di Conza*⁵⁵³. Tinha vasta cultura religiosa e profana, tendo sido sacerdote na Igreja do *SS. Salvatore*, em sua terra natal⁵⁵⁴. Foi um dos melhores oradores sacros da Itália Meridional⁵⁵⁵ e alguns textos de sua autoria, com caráter político e religioso, foram publicados em diversos periódicos italianos. Fervoroso fascista mussoliniano⁵⁵⁶, Dom Alberto Isoldi dedicou versos ao *Duce* Benito Mussolini, tendo recebido elogios e agradecimentos do Partido Nacional Fascista em 31-MAR-1926.

⁵⁴⁷ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1876 - n.º. 41.

⁵⁴⁸ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1878 - n.º. 3.

⁵⁴⁹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Óbitos – 1971 – parte I - n.º. 4.

⁵⁵⁰ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1879 - n.º. 75.

⁵⁵¹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Óbitos – 1883 – Parte I - n.º. 91.

⁵⁵² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1881 - n.º. 35.

⁵⁵³ LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 244.

⁵⁵⁴ LAMATTINA, Vittorio. “*La Biblioteca Parrocchiale del SS. Salvatore in Caggiano (Salerno)*” (apresentação), in *Voce Amica*, ano XXVII, n.º. 2, abril de 1989, p. 16.

⁵⁵⁵ *Giorno*, de 25-SET-1923 (jornal).

⁵⁵⁶ “*Corriere di Casalbuono*”, in *Giornale d’Italia*, de 10-OUT-1923.

Herdou uma quota dos bens de seu pai e toda parte disponível de sua mãe, deixada por testamento hológrafo. Veio a falecer em sua terra natal, na manhã do dia 23-OUT-1931.

- 8(XIII)- GIUSEPPE GIORGIO TOMMASO ISOLDI (*Giuseppino*) nasceu no dia 15-MAI-1883, em Caggiano⁵⁵⁷. Foi qualificado como estudante no assento de seu óbito, ocorrido em sua terra natal, na casa situada na *Piazza Plebiscito*, nº. 3, no dia 14-OUT-1892⁵⁵⁸.



Reverendo Cónego Dom Alberto Isoldi, nascido em 1881, em Caggiano, onde faleceu em 1931.

⁵⁵⁷ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1883 - nº. 76.

⁵⁵⁸ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Óbitos - 1896 – Parte I - nº. 67 .

- 9(XIII)- MARIA CLELIA MARGHERITA ISOLDI, conhecida como MARIA ISOLDI, teve uma filha com um *brigadiere* que trabalhava na estação dos *Carabinieri* de Caggiano, com geração no § 54º.
- 10(XIII)-GAETANO TOMMASO EMANUELE ISOLDI, natural de Caggiano, onde nasceu a 8-NOV-1886⁵⁵⁹. Faleceu na mesma localidade, no dia 6-MAR-1888⁵⁶⁰.
- 11(XIII)-TOMMASO ERCOLE ANDREA BERARDO ISOLDI nasceu aos 30-NOV-1888, em Caggiano⁵⁶¹, onde veio a falecer, no dia 4-MAR-1889, na casa situada na *Piazza Plebiscito*, n.º. 9⁵⁶².
- 12(XIII)-ESTER ELENA MARGHERITA ISOLDI, nascida em Caggiano, a 9-JUN-1890⁵⁶³. Faleceu em 1892.
- 13(XIII)-ADELE ANNA ISOLDI ou ADELINA ISOLDI casou-se com ACHILLE ANGELO DE SIMONE e tiveram uma filha adotiva, conforme segue.
- 14(XIII)-GAETANO ALESSANDRO CESARE NAPOLEONE ISOLDI ou, apenas, GAETANO ISOLDI (*Tanino*), nascido aos 27-OUT-1894, na *Piazza Castello*, n.º. 1, em Caggiano⁵⁶⁴, cidade em que veio a falecer, no dia 28-JUN-1933. Lutou na Primeira Guerra Mundial como aspirante-a-oficial do 138º Regimento de Infantaria, tendo recebido medalha de prata por sua bravura: “*Sprezzante del pericolo, mirabile esempio ai suoi soldati, difendeva con accanimento una posizione attaccata dal nemico con sforze soverchianti; sotto furiose raffiche di fucileria e mitragliatrici avversarie, esponendosi volontariamente a sicuro pericolo, incitava con l’esempio e con la voce i dipendenti, finché non venne gravemente ferito. Sestano, 4 novembre 1917. Il Ministro Albricci*”⁵⁶⁵. O jornal *Corriere della Sera*, de 4-JUL-1919, assim noticiou: “*Un distinto ufficiale, il tenente sig. Gaetano Isoldi, ultimogenito del non mai abbastanza compianto cav. Avv. Pasquale, in virtu, di un recente decreto, si*

⁵⁵⁹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1886 - n.º. 111.

⁵⁶⁰ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Óbitos - 1888 - n.º. 25.

⁵⁶¹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1888 - n.º. 135.

⁵⁶² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Óbitos - 1889 - Parte I - n.º. 14.

⁵⁶³ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1890 - n.º. 64.

⁵⁶⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1894 - n.º. 79.

⁵⁶⁵ LAMATTINA, Gaetano. “*Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano*”, p. 211-212.

*è fragiato il petto della medaglia d'argento al valor militare*⁵⁶⁶.

Após exames realizados em 17-MAR-1920, recebeu *Diploma D'Abilitazione all'insegnamento elementare* pelo *Regio Corso Magistrale* do Ginásio de Sala Consilina. Foi procurador dos Impostos Diretos de Salerno.

Gaetano Isoldi casou-se, em sua terra natal, no dia 23-OUT-1921, com VINCENZA CARUCCI, cujo nome completo era VINCENZA MARIA CARMELA ANNA CARUCCI, filha de Silvio Carucci (que foi *sindaco* de Caggiano de 1915 a 1919) e de Maria Teresa Grippo. A cerimônia religiosa foi realizada na mesma data, na *Parrocchia del SS. Salvatore di Caggiano*, pelo Arcipreste Dom Claudio Romagnano, tendo como testemunha Gennaro Salinas⁵⁶⁷.



Carteira de identificação militar do Tenente Gaetano Isoldi, que lutou na Primeira Guerra Mundial.

XIII- ADELE ANNA ISOLDI (*Adelina*) nasceu em Caggiano, aos 22-JUL-1892⁵⁶⁸. Foi agente postal em Sant'Agata d'Esaro, em sucessão a seu marido, ACHILLE ANGELO DE SIMONE, nascido em S. Sosti, Província de Cosenza, Região da Calábria, no dia 10-OUT-1886. Ele faleceu em Sant'Agata d'Esaro, no

⁵⁶⁶ “*Una Medaglia al Valor Militare*”, in *Corriere della Sera*, de 4-JUL-1919.

⁵⁶⁷ Paróquia do *SS. Salvatore*, em Caggiano - Registro de Matrimônios - 1919 a 1939 - volume 10 - n.º. 20 – p. 34. Uma cópia desse assento de casamento escrito em latim, com a respectiva tradução para o italiano, foi gentilmente encaminhada pelo Arcipreste de Caggiano Dom Vittorio Lamattina, pelas mãos de minha tia Maria Clara Isoldi Whyte, quando ela esteve na Itália, em 1998.

⁵⁶⁸ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1892 - n.º. 64.

dia 16-AGO-1948; ela faleceu em Santa Maria del Cedro, Província de Cosenza, no dia 18-JUL-1985. Adotaram uma filha:

1(XIV)- MARIA OLEVANESE, que passou a se chamar MARIA ISOLDI, foi casada com RENATO SAGULA, adotando uma filha, conforme segue.

XIV- MARIA OLEVANESE⁵⁶⁹ passou a chamar-se MARIA ISOLDI. Casou-se aos 22-JUN-1958, com RENATO SAGULA, que foi agente postal em Sant'Agata d'Esaro, falecido em 2001⁵⁷⁰. Herdou de sua mãe parte do Castelo de Caggiano, vendida em 2006 para a comuna instalar um museu. Até hoje, ela é proprietária do *fondo* Lamattina, em Caggiano. Há muitos anos ela reside em Santa Maria del Cedro, na Calábria. Adotaram a filha:

1(XV)- GIULIANA MARASCO SAGULA, casada com AGOSTINO ZICCA, com geração que segue.

XV- GIULIANA MARASCO SAGULA nasceu em Sant'Agata d'Esaro, aos 13-MAIO-1973. É casada com AGOSTINO ZICCA, professor, nascido em Cetraro, no dia 14-SET-1968. Pais de:

1(XVI)- ELEONORA ZICCA, nascida em Cetraro, aos 16-MAIO-2001.

2(XVI)- LEONARDO ZICCA, nascido no dia 17-DEZ-2002, em Cetraro.

⁵⁶⁹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos – 1892 - n.º. 64 (anotação à margem do registro de nascimento de Adele Anna Isoldi).

⁵⁷⁰ *Voce Amica*, ano XXXIX, n.º. 5, outubro de 2001, p. 29.



Adele Anna Isoldi (*Adelina*), nascida em Caggiano, no ano de 1892, e falecida em Santa Maria del Cedro, em 1985.

§ 26°

XIII- Professor **GERARDO ISOLDI**, cujo nome completo era **GERARDO GAETANO CAMILLO RICCARDO MENOTTI ISOLDI**, nasceu no Castelo de Caggiano, no dia 11-OUT-1871⁵⁷¹, sendo filho do *Cavaliere Avvocato* Dom Pasquale Vincenzo Ermenegildo Isoldi e de Dona Eloisa Carmela Michelina Cestari (nº. XII do § 25º). As testemunhas de seu registro de nascimento foram: Dom Ignazio Manisera *fu* Pasquale, *legale*, e Dona Vincenza Maria Morone

⁵⁷¹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1871 - nº. 76.

di Dom Agostino.

De 1882 a 1888, estudou no *Regio Liceo Ginnasio* “Torquato Tasso”, em Salerno, onde cursou matérias como história, geografia, matemática, história natural, física, química, letras italiana e latina, línguas grega e francesa.

No ano de 1897, veio para o Brasil⁵⁷², onde se naturalizou em 2-OUT-1899 e ficou conhecido apenas como **GERALDO ISOLDI**.

Casou-se na então Cidade de Minas, hoje Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a 1º-AGO-1901⁵⁷³, com a italiana **MARIA EMILIA VERLANGIERI**, conhecida apenas como **EMILIA VERLANGIERI**, nascida em Polla, Província de Salerno, aos 21-NOV-1873, filha de Dom **Giuseppe Verlangieri**, engenheiro⁵⁷⁴, e de Dona **Celestina Santomauro**, *gentildonna*⁵⁷⁵.

Inicialmente, o Professor Geraldo Isoldi morou em Belo Horizonte, mas, logo após o seu casamento, transferiu-se para São Paulo, com os familiares de sua mulher.

No Brasil, ele foi professor de matemática e de línguas (italiano e latim), além de guarda-livros. Em São Paulo, trabalhou algum tempo como contador, na Companhia Puglisi.

Por herança dos pais e dos irmãos Alberto e Beatrice, recebeu parte do Castelo de Caggiano. Herdou, ainda, parte ao ocidente do primeiro corpo do *fondo Mattina* ou *La Mattina*, na zona rural de Caggiano. Sua quota foi avaliada em 8100 liras. Também lhe foi atribuída outra porção de terras no corpo norte da referida propriedade agrícola, pelo valor de 2100 liras. Por ocasião dessa partilha, efetuada perante o Doutor Ferdinando Velardi, *Notaro* de Caggiano, em 16-MAI-1935, o Professor Geraldo Isoldi, residente e domiciliado em “*San Paolo (Brasile)*”, foi representado pelo Reverendo Cônego Dom Vincenzo Morone.

Maria Emília Verlangieri faleceu em 2-MAR-1938 e o Professor Geraldo Isoldi no dia 16-MAR-1940, ambos em São Paulo, onde se encontram sepultados, no Cemitério do Araçá.

O casal teve quatro filhos, todos casados com membros de tradicionais famílias brasileiras:

1 (XIV)- VICTOR HUGO ISOLDI ou VICTOR HUGO MÁRIO ROSÁRIO VERLANGIERI ISOLDI casou-se com LYGIA CORRÊA DE LIMA, adotando um filho, que segue.

⁵⁷² ISOLDI, Paschoal José Napoleão – comunicação pessoal.

⁵⁷³ Cartório de Registro Civil do 1º Subdistrito de Belo Horizonte - Livro nº. 2, fls. 196 vº, nº 59.

⁵⁷⁴ ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*A família Verlangieri, originária da Comuna de Polla, na Itália, e suas ramificações nos Estados Unidos da América e no Brasil*”, in Revista da ASBRAP nº. 12, p. 143, 164 e 169.

⁵⁷⁵ ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Os Santomauros que, de Montepeloso, migraram para Padula*”, in Revista da ASBRAP nº. 20, p. 503, 516 e 521.

2(XIV)- **PASCHOAL JOSÉ NAPOLEÃO ISOLDI** contraiu núpcias com **MARIA MARTINS DA SILVEIRA**, com descendência no § 27º.

3 (XIV)- CELESTINA LUIZA ISOLDI veio a se casar com OCTAVIO DE MELLO CASTANHO FILHO, com geração no §41º.

4 (XIV)- LUIZA ESTHER ISOLDI, casada com HONÓRIO DE MELLO SYLOS, com descendentes no § 52º.

XIV- VICTOR HUGO ISOLDI, cujo nome completo era VICTOR HUGO MÁRIO ROSÁRIO VERLANGIERI ISOLDI, contador, nascido aos 27-SET-1902, em São Paulo, faleceu na mesma cidade, em 12-OUT-1966. Casou-se em São Paulo, aos 29-JAN-1942, com LYGIA CORRÊA DE LIMA⁵⁷⁶, professora, nascida em Taiúva, Estado de São Paulo, no dia 14-MAI-1914, e falecida na capital paulista, em 7-SET-2000, filha de Augusto Esteves de Lima e de Guaraciaba Corrêa. Adotaram o filho:

1(XV)- RENATO VICTOR DE LIMA ISOLDI, nascido em São Paulo, no dia 8-ABR-1961, que foi casado com SANDRA MARIA SILVESTRE.

⁵⁷⁶ MORAES, Esaú Corrêa de Almeida. “*Família Paulista ‘Livro de Família’ volume 4º*”, in *Biblioteca Genealógica Brasileira*, nº. 13, p. 126, nº. 7-3.



Professor Gerardo Isoldi e sua mulher, Maria Emilia Verlangieri.



Em 1951, Paschoal José Napoleão Isoldi com a tia Ersilia Isoldi, visitando o *fondo* Lamattina, em Caggiano. Ela residia no Castelo de Caggiano, onde faleceu em 1971.

§ 27º

XIV- **PASCHOAL JOSÉ NAPOLEÃO ISOLDI** ou, apenas, **PASCHOAL ISOLDI**, como costumava assinar, era filho do Professor Geraldo Isoldi e de Maria Emília Verlangieri (n. XIII do § 26º). Nasceu aos 28-FEV-1909, em São Paulo, onde foi batizado na Sé, em 7-JUL-1910, tendo como padrinhos: Francisco Casella e Josefina Lancerotti Casella⁵⁷⁷. Casou-se em sua terra natal, na Igreja de Santa Generosa, no dia 10-JUL-1939, com **MARIA MARTINS DA SILVEIRA**, nascida no dia 19-MAI-1917, na capital paulista, filha do Dr.

⁵⁷⁷ Agradecemos ao amigo Rodnei Brunete da Cruz, pelas informações desse batismo.

Carlos da Silveira e da Professora Maria Clara Pires Martins⁵⁷⁸.

Contador e economista, Paschoal José Napoleão Isoldi foi corretor da Bolsa Oficial de Valores de São Paulo, tendo trabalhado no mercado de capitais brasileiro por mais de 60 anos.

Foi diretor e vice-presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, tendo representado a referida entidade em reuniões e congressos, não só no Brasil, mas também no exterior, como na IV Conferência Hemisférica da Bolsa, em Nova Iorque, no ano de 1954. Durante oito anos, foi representante das bolsas de São Paulo e do Rio de Janeiro na Comissão Consultiva Bancária, que funcionava no Conselho Monetário Nacional.

Em 1967, Paschoal José Napoleão Isoldi fundou a Isoldi S/A Corretora de Valores Mobiliários, sediada na capital paulista, mas que, por muitos anos, teve escritórios nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Porto Alegre e Novo Hamburgo. Na década de 40 do século passado, Paschoal José Napoleão Isoldi e seu irmão Victor Hugo Isoldi fundaram a Construtora e Administradora S/A - “CASA”, com sede em Santo André, Estado de São Paulo, empresa criada para lotear o bairro Vila Guaraciaba, no referido município. No mencionado bairro, Paschoal Isoldi cedeu prédio para a instalação de uma escola primária, que veio a ser inaugurada em 25-MAR-1956⁵⁷⁹, bem como doou

⁵⁷⁸ AMATO, Marta. *Bento da Costa Preto. Um paulista nas Minas Gerais*, p. 113-114, nº. 9-2; GUIMARÃES, Armelino. “*Resumo Didático da História de Itajubá*”, p. 79; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. “*Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaratinguetá*”, p. 322, nº. 4-1; SANT’ANNA, J. Gabriel. “*Galeria dos sócios do Instituto Genealógico Brasileiro*”, in *Revista Genealógica Latina*, ano III, nº. 5, p. 188-194; SILVEIRA, Carlos da. “*Um precioso manuscrito. Notas de família. Descendência de Carlos Pedroso da Silveira*”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XXXIII, p. 254, nota 27; SILVEIRA, Carlos da. “*Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XXXV, p. 122, nº. 6-2, de 5-3; SILVEIRA, Carlos da. “*Cristovam Diniz de Anhaya, um paulista andejo*”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XI, p. 43, nº. 3, de nº. 7; SILVEIRA, Carlos da. “*Povoamento de Silveiras. Os Bicudo Leme. Um crime horripilante*”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XXXVII, p. 21; SILVEIRA, Carlos da. “*Um frade bem paulista*”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XLIV, p. 126, nº. 6; SILVEIRA, Carlos da. “*A família Sene de Silveiras e algures: antes de tudo, pequenos lavradores*”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. LXVIII, p. 115, nº. 4-2; SILVEIRA, Carlos da. “*Descendência de Francisco Dias Velho. Lapsos a corrigir. O caso João Pires Monteiro. Breve notícia sobre uns Matos, et cetera*”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XCVI, p. 95, letra “b”; SILVEIRA, Carlos da. “*Aditamento à Genealogia Paulistana*”, in *Revista Genealógica Latina*, v. XX, p. 167, P 11.

⁵⁷⁹ MEDICI, Ademir. “*Memória*”, in *Diário do Grande ABC*, de 25-MAR-1998, caderno

terrenos e materiais para a edificação da Paróquia de São Geraldo Magela, em 1971. Contíguo ao terreno de sua construtora, Paschoal José Napoleão Isoldi possuía um sítio com 121.000m², na Av. Valentim Magalhães, em Santo André. Ele também foi proprietário do Sítio Santa Emília, na Estrada São Francisco, antiga Estrada do Campo Limpo, Bairro dos Oliveiras, em Taboão da Serra⁵⁸⁰.

Herdou boa parte do Castelo de Caggiano e do *fondo Mattina*, inclusive por testamento deixado por sua tia Ersília Isoldi⁵⁸¹.

Ambos faleceram na capital paulista, Paschoal José Napoleão Isoldi em 4-JUN-1990, e Maria Martins da Silveira no dia 7-OUT-2009, sendo sepultados no Cemitério do Araçá. Deixaram a seguinte descendência:

- 1 (XV)- PASCHOAL GERALDO DA SILVEIRA ISOLDI (*Lado*) foi casado com EDITH PINHEIRO GUIMARÃES, com descendência que segue.
- 2 (XV)- MARIA CLARA DA SILVEIRA ISOLDI (*Taia*) casou-se, primeiro, com ANTÔNIO RAMOS VIVANCOS e, após se desquitar, veio a contrair núpcias com ANDREW ADAMS WHYTE. Segue no §29°.
- 3 (XV)- ANA EMÍLIA DA SILVEIRA ISOLDI (*Mila*) foi casada com MÁRIO NÉIA DE MORAIS. Com geração que segue no § 35°.
- 4 (XV)- CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA ISOLDI foi casado com MARIA CELINA EXNER GODOY, com descendência no § 37°.
- 5 (XV)- INÊS ELOISA DA SILVEIRA ISOLDI, ortoptista, divorciada, nascida em 23-DEZ-1952, em São Paulo.
- 6 (XV)- REGINA ELISA DA SILVEIRA ISOLDI (*Gigi*) foi casada com UBIRATAN POHL (Bira) teve a descendência descrita no § 40°.

XV- PASCHOAL GERALDO DA SILVEIRA ISOLDI (*Lado*) nasceu aos 29-JUN-1940, em São Paulo, onde faleceu, no dia 3-ABR-1995. Casou-se aos 29-MAI-1964, em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, com EDITH PINHEIRO GUIMARÃES, nascida em Mococa, no dia 22-NOV-1944, filha de Augusto Guimarães e Edith Pinheiro⁵⁸².

Bacharel em direito e corretor de valores mobiliários, Paschoal Geraldo da Silveira Isoldi foi diretor da Isoldi S/A Corretora de Valores Mobiliários. Foi membro do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de São

Setecidades, p. 2.

⁵⁸⁰ O Sítio Santa Emília situava-se em área contígua ao atual Shopping Taboão, tendo ao fundo a Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

⁵⁸¹ Testamento público de Ersília Isoldi, efetuado aos 24-JUL-1957, junto ao *Notaio* de Polla, Carlo Sarno, anotado sob n°. 185. Em 2006, a Comuna de Caggiano desapropriou dos herdeiros de Paschoal José Napoleão Isoldi a parte deles no Castelo de Caggiano, para instalar um museu.

⁵⁸² FREITAS, Edgard. “Mococa, 100 anos de história (1847 - 1947)”, p. 100, n-37.

Paulo (Bovespa). Aos 30-MAR-1995, ele tomou posse como diretor superintendente da Associação Comercial de São Paulo - Distrital Pinheiros, da qual era conselheiro desde 1983. Também foi diretor adjunto da mesma organização, durante os biênios de 1991-1992 e de 1993-1994.

Tiveram a seguinte descendência:

- 1(XVI)- MARIA FERNANDA GUIMARÃES ISOLDI, formada em letras, nasceu em São Paulo, no dia 6-JUN-1965.
- 2(XVI)- MARIA CRISTINA GUIMARÃES ISOLDI teve dois filhos, um com HAMILTON DONIZETI BUSO e outro com ANDRÉ LUIZ ALBERTI DE SOUZA, conforme segue.
- 3(XVI)- MARIA CECÍLIA GUIMARÃES ISOLDI, advogada, nascida no dia 9-JUL-1971, em São Paulo, onde se casou em 9-MAI-2009, com MARCOS LIMA NEGRINI QUIRINO.
- 4(XVI)- GERALDO JOSÉ GUIMARÃES ISOLDI (*Geraldinho*), que teve geração com CAMILA GOLUBEFF DE SOUZA, conforme segue no § 28º.

XVI- MARIA CRISTINA GUIMARÃES ISOLDI, nascida aos 25-MAIO-1967, em São Paulo. Formada em economia, é funcionária da Caixa Econômica Federal. Com HAMILTON DONIZETI BUSO, ela teve o seguinte filho:

- 1(XVII)- LUÍS EDUARDO GUIMARÃES ISOLDI casou-se PAULA STAVROPOULU BARÇA, com geração que segue.

Depois, Maria Cristina Guimarães Isoldi teve, com ANDRÉ LUIZ ALBERTI DE SOUZA, o filho:

- 2(XVII)-ARMANDO ISOLDI ALBERTI DE SOUZA, nascido em São Paulo, aos 22-MAIO-1998.

XVII- LUÍS EDUARDO GUIMARÃES ISOLDI, que nasceu no dia 31-MAR-1987, em São Paulo, onde se casou, aos 29-OUT-2016, com PAULA STAVROPOULU BARÇA, advogada, filha de Claudio Barça e de Baciliki Demetre Stavropoulou. Pais de:

- 1(XVIII)- GABRIEL STAVROPOULOS BARÇA ISOLDI, nascido em São Paulo, no dia 2-JUL-2021.

§ 28º

XVI- GERALDO JOSÉ GUIMARÃES ISOLDI (*Geraldinho*), natural de São Paulo, onde nasceu em 15-AGO-1976, filho de Paschoal Geraldo da Silveira Isoldi e de Edith Pinheiro Guimarães (nº. XV do § 27º). Trabalha no mercado de capitais. De seu relacionamento com CAMILA GOLUBEFF DE SOUZA, nascida

em Atibaia, Estado de São Paulo, no dia 27-JUN-1979, teve as seguintes filhas, ambas nascidas em São Paulo:

1(XVII)- MARIA EDUARDA GOLUBEFF ISOLDI, nascida em 2-MAIO-2011.

2(XVII)- MARIA JULIA GOLUBEFF ISOLDI, que nasceu no dia 7-NOV-2012.

§ 29º

- XV- MARIA CLARA DA SILVEIRA ISOLDI (*Taia*), nasceu em São Paulo, aos 28-JUN-1942, filha de Paschoal José Napoleão Isoldi e de Maria Martins da Silveira (nº. XIV do § 27º). Casou-se aos 22-JAN-1963, em São Paulo, com o espanhol ANTÔNIO RAMOS VIVANCOS, nascido em Madri, no dia 20-AGO-1937, e falecido em São Paulo, aos 24-AGO-2014, sendo filho de Nicolas Ramos Ruano e Josefa Vivancos Chaves.

Após se desquitar, Maria Clara contraiu segundas núpcias, no dia 12-JUN-1982, em Arlington, Massachusetts, com o norte-americano ANDREW ADAMS WHYTE (*Drew*), jornalista, natural da Cidade de Nova Iorque, nascido em 19-AGO-1940, filho de James Huntington Whyte e Evelyn Adams. Ele faleceu na Cidade do Rio de Janeiro, aos 12-JUL-1993.

Maria Clara da Silveira Isoldi era formada em matemática. De AGO-1977 a MAR-1978, ela fez pós-graduação no *Institut Supérieur des Affaires - ISA*, na França, apresentando a tese “*Proposition d’un modele pour l’analyse dynamique des options du type american*”, a respeito do mercado de opções na bolsa de valores. A partir de OUT-1978, trabalhou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no Rio de Janeiro. De JUL-1981 a JAN-1985, ela residiu, com os filhos, em Boston, nos Estados Unidos da América. Após aprovação em concurso público, foi consultora legislativa, em Brasília, de 1993 a 1998, quando se aposentou. Ela faleceu no dia 14-MAR-2019, em Santos, no litoral paulista.

Maria Clara da Silveira Isoldi e seu primeiro marido, Antônio Ramos Vivancos, tiveram:

1(XVI)- MARIA JOSÉ ISOLDI DE RAMOS casou-se, primeiro, com RICARDO CHALREO DE OLIVEIRA e, depois, com PAOLO LOCATELLI, tendo geração de ambos, que segue.

2(XVI)- MARIA TERESA ISOLDI RAMOS teve uma filha com MAURICIO DE SOUZA BELLO e um filho com JOSÉ SOARES MARCONDES. Segue no § 30º.

3(XVI)- LUÍS NICOLAU CARLOS ISOLDI DE RAMOS (Nicolau), nascido em 14-SET-1967, na capital paulista. Bacharel em Belas Artes. Reside em Georgetown, no Texas, Estado Unidos da América.

4(XVI)- MARIA CLARA ISOLDI DE RAMOS, casada com AUGUSTO CESAR BAPTISTA, com geração no § 31º.

Maria Clara da Silveira Isoldi e seu segundo marido, Andrew Adams Whyte, adotaram:

- 5 (XVI)- ANDRÉ FERNANDO WHYTE, nascido em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, aos 21-JUL-1985.
- 6 (XVI)- JÚLIA GABRIELA WHYTE, bacharel em turismo, nasceu em Niterói, no dia 1º-SET-1986.

Após o falecimento do segundo marido, Maria Clara adotou mais três filhos:

- 7 (XVI)- FÁBIO NICODEMOS WHYTE teve geração com AMANDA GUEDES GARÇÃO, que segue no § 32º.
- 8 (XVI)- FABIANA INÊS WHYTE casou-se com WANDERSON CÉSAR FONSECA, com geração que segue no § 33º.
- 9 (XVI)- ANDRÉA CRISTINA WHYTE, que teve geração com EDIVANE DOS REIS PINTO, conforme segue no § 34º.

XVI- MARIA JOSÉ ISOLDI DE RAMOS (*Zeza*), nascida em São Paulo, a 6-NOV-1963. Em virtude da nacionalidade espanhola, também utiliza o nome MARIA JOSÉ RAMOS SILVEIRA. Contraiu núpcias, pela primeira vez, no dia 14-MAI-1982, em Boston, Massachusetts, Estados Unidos da América, com RICARDO CHALREO DE OLIVEIRA, nascido aos 23-SET-1964, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, onde ele faleceu no ano de 1990, filho de Francisco Chalreo de Oliveira e Magali Pimenta. Pela segunda vez, casou-se em 5-MAI-1992, em Niterói, com PAOLO LOCATELLI, italiano, natural de Turim, onde nasceu no dia 13-MAI-1960, filho de Giulio Enrico Locatelli e de Fiorella Aramo. Atualmente, Maria José mora em Tramatza, na Sardenha. Do primeiro marido teve:

- 1(XVII)- LUÍS FELIPE RAMOS CHALREO OLIVEIRA, natural de Niterói, onde nasceu em 6-NOV-1980. Também assina LUÍS FELIPE CHALREO RAMOS em razão da nacionalidade espanhola. Casou-se em ...-JUL-2011, com FERNANDA CRISTINA DE SOUZA. Atualmente residem em Silveiras, Estado de São Paulo.
- 2(XVII)- LUÍS RICARDO RAMOS CHALREO OLIVEIRA, nascido aos 29-JAN-1982, em Boston, Massachusetts, Estados Unidos da América. Em decorrência da nacionalidade espanhola, também utiliza o nome LUÍS RICARDO CHALREO RAMOS.
- 3(XVII)-LUÍS GUILHERME RAMOS CHALREO OLIVEIRA, gêmeo do anterior, ambos residem em Tramatza, na Sardenha.

Maria José Isoldi de Ramos e o segundo marido, Paolo Locatelli, tiveram:

4(XVII)-ENRICO RAMOS LOCATELLI, nascido em Brasília, Distrito Federal, Brasil, no dia 3-AGO-1994. Atualmente utiliza o nome ENRICO LOCATELLI em virtude da nacionalidade italiana.

§ 30º

XVI- MARIA TERESA ISOLDI RAMOS, filha de Antônio Ramos Vivancos e Maria Clara da Silveira Isoldi (nº XV do § 29º). Bacharel em turismo e tradutora de inglês, ela nasceu no dia 2-OUT-1965, em São Paulo. Atualmente, reside em Silveiras, onde possui uma pousada. De sua união com MAURICIO DE SOUZA BELLO, nascido em São Paulo, filho de Antônio de Andrade Bello e Isaura Laura Souza, teve a filha:

1(XVII)- GABRIELA RAMOS BELLO, que teve um filho com DIÓGENES FRANCISCO DOS SANTOS, conforme segue.

Maria Teresa Isoldi Ramos teve, de sua união com JOSÉ SOARES MARCONDES, o seguinte filho:

2(XVII)-ANTÔNIO JOSÉ MARCONDES (*Tom*) nasceu em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, aos 21-JUL-2005.

XVII- GABRIELA RAMOS BELLO, nascida em São Paulo, aos 19-NOV-1995. De sua união com DIÓGENES FRANCISCO DOS SANTOS, natural de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, teve o filho:

1(XVIII)- ERICO RAMOS DOS SANTOS, nascido aos 21-JUL-2016, em Pindamonhangaba.

§ 31º

XVI- MARIA CLARA ISOLDI DE RAMOS (*Clarinha*), enfermeira, nascida a 1-MAIO-1970, em São Paulo, filha de Antônio Ramos Vivancos e Maria Clara da Silveira Isoldi (nº XV do § 29º). Casou-se nos Estados Unidos da América com o brasileiro AUGUSTO CÉSAR BRAGA BAPTISTA, motorista, nascido aos 28-SET-1966, no Rio de Janeiro, filho de João Carlos Baptista e de Yvonne Braga. Atualmente residem em Coconut Creek, na Flórida. Tiveram os seguintes filhos, todos nascidos nos Estados Unidos da América:

1(XVII)- TIAGO RAMOS BAPTISTA, nascido no dia 17-JUN-1997, em Cambridge, Estado de Massachusetts.

2(XVII)- ANTONIO CÉSAR BAPTISTA nasceu aos 29-JAN-1999, também em Cambridge.

3(XVII)- TATIANA RAMOS BAPTISTA, nascida no dia 4-OUT-2005, em Pembroke Pines, Estado da Flórida, Estados Unidos da América.

§ 32º

XVI - FÁBIO NICODEMOS WHYTE, filho adotivo de Maria Clara da Silveira Isoldi (nº XV do § 29º). Nascido em 3-DEZ-1982, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, formou-se em ciências imobiliárias. Com AMANDA GUEDES GARÇÃO, nascida no dia 3-AGO-1986, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, teve o seguinte filho:

1 (XVII)- FÁBIO ANDRÉ GUEDES WHYTE, nascido em Santos, Estado de São Paulo, aos 27-MAIO-2010.

§ 33º

XVI - FABIANA INÊS WHYTE, também natural de Niterói, onde nasceu, no dia 6-ABR-1984, filha adotiva de Maria Clara da Silveira Isoldi (nº XV do § 29º). Veio a se casar aos 12-OUT-2004, em Luziânia, Estado de Goiás, com WANDERSON CÉSAR FONSECA. São pais de:

1(XVII)- FERNANDA WHYTE FONSECA, nascida aos 26-MAR-1999, em Luziânia, Estado de Goiás.

2(XVII)- GABRIEL CÉSAR WHYTE FONSECA, nascido aos 30-OUT-2008, na cidade satélite do Gama, Distrito Federal.

§ 34º

XVI - ANDRÉA CRISTINA WHYTE, filha adotiva de Maria Clara da Silveira Isoldi (nº XV do § 29º). Nascida no dia 14-AGO-1987, em Niterói, Rio de Janeiro. De seu relacionamento com EDIVANE DOS REIS PINTO, teve os seguintes filhos:

1(XVII)- EDUARDO PINTO WHYTE nasceu em Brasília, Distrito Federal, no dia 11-ABR-2005.

2(XVII)- PEDRO HENRIQUE PINTO WHYTE, nascido em Brasília, Distrito Federal, em 4-ABR-2008.

3(XVII)- ANA CLARA PINTO WHYTE, nascida em Brasília, Distrito Federal.

§ 35º

XV- ANA EMÍLIA DA SILVEIRA ISOLDI (*Mila*), filha de Paschoal José Napoleão Isoldi e de Maria Martins da Silveira (nº. XIV do § 27º). Nasceu no dia 16-DEZ-1944, em São Paulo, onde se casou, em 8-ABR-1969, com MÁRIO NEIA DE MORAIS, médico cirurgião, nascido em Ponte Firme, Estado de Minas Gerais, aos 28-FEV-1939, filho de Severino Martins de Moraes e Francelina Maria de Jesus. Ela é professora aposentada e formada em letras. Ele veio a falecer em São Paulo, no dia 14-ABR-2007. Tiveram os seguintes descendentes:

1(XVI)- ISABELA MARIA ISOLDI DE MORAIS, casada com FARID CURI JÚNIOR, com quem teve o filho que segue.

2(XVI)- MÁRIO NÉIA ISOLDI DE MORAIS, casado com PATRÍCIA VILLAS-

BÔAS VALERO, com geração que segue no § 36°.

3(XVI)- MARIANA ISOLDI DE MORAIS, advogada, nascida no dia 11-OUT-1974, em São Paulo.

XVI- ISABELA MARIA ISOLDI DE MORAIS, médica oftalmologista, nascida em São Paulo, aos 22-MAR-1970. Casou-se com FARID CURÍ JÚNIOR, nascido em Bauru, Estado de São Paulo, no dia 12-AGO-1958, filho de Farid Curi e de Sônia Marcondes Machado⁵⁸³. Pais de:

1(XVII)- RICARDO ISOLDI DE MORAIS CURÍ, nascido em São Paulo, aos 25-SET-2006.

§ 36°

XVI- MÁRIO NÉIA ISOLDI DE MORAIS (*Mariozinho*), filho de Mário Néia de Moraes e de Ana Emília da Silveira Isoldi (nº. XV do § 35°). Médico ortopedista, nasceu em 3-JUL-1971, em São Paulo, onde se casou, no dia 14-SET-2002, com PATRÍCIA VILLAS-BÔAS VALERO, psicóloga, nascida em São Paulo, em 17-NOV-1969, filha de Nelson Valero e de Heloísa Maria Villas-Bôas. Pais de:

1(XVII)- PEDRO VILLAS-BÔAS DE MORAIS nasceu em São Paulo, aos 25-JAN-2006.

2(XVII)- MARIA VILLAS-BÔAS DE MORAIS, nascida em São Paulo, no dia 17-OUT-2007.

§ 37°

XV- **CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA ISOLDI** (*Carlinhos*), filho de Paschoal José Napoleão Isoldi e de Maria Martins da Silveira (nº. XIV do § 27°). Nascido em São Paulo, aos 11-JUL-1949, tendo falecido, na mesma localidade, em 6-OUT-2010. Contraiu núpcias em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no dia 6-JAN-1973, com **MARIA CELINA EXNER GODOY**, formada em matemática, natural de São José do Rio Pardo, onde nasceu em 13-JUN-1952, filha de **Cyro Rubens Silveira Godoy** e **Carlota Exner**⁵⁸⁴.

583 MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. “*Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaratinguetá*”, p. 186, nº. 9-1/3 de 8-2 de 7-2 de 6-8.

584 DAUNT, Ricardo Gumbleton. “*Diogo Antônio Feijó na tradição da Família Camargo*”, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XLIII, p. 139, nº. 10-1 de 9-5; DEL GUERRA, Rodolpho José. “*Riquezas do Baú Provinciano*”, p. 134; ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. “*A descendência de Elias de Mello Castanho*”, in Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro, p. 295, nº. 4-1; ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. “*Um Ramo da Família Bueno de Camargo*”, in Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro, p. 310, nº. 10-1; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Alemães em São José do Rio Pardo*”. In: Cidade Livre do Rio Pardo, de 29-OUT-2016, ano 6, n. 64, P. 10.

Corretor de valores mobiliários, foi diretor da Isoldi S/A Corretora de Valores Mobiliários, conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e da Bolsa Brasileira de Mercadorias. De 1997 a 1999, foi conselheiro da Associação Comercial de São Paulo - Distrital Pinheiros.

O casal Carlos Alberto e Maria Celina teve a seguinte descendência:

- 1(XVI)- CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA ISOLDI FILHO, casado com CYNTHIA MAGALHÃES PIRES, que segue.
- 2(XVI)- ANA LUIZA GODOY ISOLDI, casada com LUIS GUSTAVO BASSANI, com geração que segue no §38º.
- 3(XVI)- ANA BEATRIZ GODOY ISOLDI, casada com RODRIGO APARECIDO PIZANI, que segue no § 39º.

XVI- CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA ISOLDI FILHO (*Beto*), autor deste artigo, promotor de justiça no Estado de Minas Gerais, nascido em São Paulo, a 1-JAN-1974⁵⁸⁵. Contraiu núpcias no dia 16-MAR-2002, em São José do Rio Pardo⁵⁸⁶, com CYNTHIA MAGALHÃES PIRES, engenheira de produção, natural de São Paulo, onde nasceu em 17-FEV-1973⁵⁸⁷, filha de José Duarte Pires e de Sônia Maria Magalhães⁵⁸⁸. Tiveram os seguintes filhos:

- 1(XVII)- CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA ISOLDI NETO, nascido aos 24-FEV-2003, em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde veio a falecer no dia 3-MAR-2003. Foi sepultado no Cemitério Municipal de São José

585 *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália – *Atto di Nascita* - n. 3 - parte II - serie B - *uff.* 1 – ano 2015; Livro de Registro de Nascimentos do Cartório de Registro Civil do 34º Subdistrito Cerqueira César – São Paulo – Brasil – n.º. A-0069, fl. 171v, n.º. 155.601.

586 *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália – *Atto di Matrimonio* - n. 9 - parte II - serie C - *uff.* 1 – ano 2015.

587 Livro de Registro de Nascimentos do Cartório de Registro Civil do 17º Subdistrito Bela Vista – São Paulo – Brasil – n.º. A-300, fl. 108, n.º. 314.302; Conservatória de Registros Centrais – Lisboa – Portugal – Registro n.º. 68.519/2008 - Assento de Nascimento n.º. 131/2008.

588 AMATO, Marta. “*Família Andrade de Minas Gerais. Ascendência e descendência de Antônio de Brito Peixoto. 500 anos de História*”; p. 205, n.º. 8-1 de 7-2; ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. “*Um Antigo Habitante da Região de Cabo Verde (Minas Gerais): Frutuoso Machado Tavares e Silva*”, in Revista da ASBRAP n.º. 5, p. 156, n.º. 8-3 de 7-2; ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira “*Algumas famílias povoadoras do Alto Rio das Velhas: Ferreira Pedrosa, Aguiar, Pereira Lima e Rodrigues Peixoto*”, in Revista da ASBRAP n.º. 26 (eletrônica), p. 319, n.º. IX do § 26º, e p. 320, n.º. X do § 27º; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Furlanetto: uma família de origem vêneta*”, in Revista da ASBRAP n.º. 16, p. 208-209, n.º. VI do § 29º.

do Rio Pardo.

2(XVII)- MANUELA MAGALHÃES PIRES DA SILVEIRA ISOLDI nasceu no dia 12-ABR-2005, em Belo Horizonte⁵⁸⁹.

3(XVII)- LAURA MAGALHÃES PIRES DA SILVEIRA ISOLDI, natural de Belo Horizonte, onde nasceu aos 18-JUN-2007⁵⁹⁰.

§ 38º

XVI- ANA LUIZA GODOY ISOLDI (*Aninha*), advogada e mediadora, nascida em São Paulo, no dia 17-MAI-1975⁵⁹¹, filha de Carlos Alberto da Silveira Isoldi e Maria Celina Exner Godoy Isoldi (nº. XV do § 37º). Casou-se em São Paulo, no dia 4-FEV-2012⁵⁹², com LUÍS GUSTAVO BASSANI, advogado, nascido aos 30-JUN-1979, em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, filho de Antônio Laércio Bassani e de Nilza Lourensoni. Pais de:

1(XVII)-LORENA ISOLDI BASSANI, nascida em São Paulo, no dia 26-MAIO-2013⁵⁹³.

§ 39º

XVI- ANA BEATRIZ GODOY ISOLDI (*Bia*), filha de Carlos Alberto da Silveira Isoldi e Maria Celina Exner Godoy Isoldi (nº. XV do § 37º). Engenheira de materiais, nasceu a 8-JAN-1977, em São José do Rio Pardo⁵⁹⁴, onde reside. Casou-se, em sua terra natal, aos 29-OUT-2005, com RODRIGO APARECIDO

⁵⁸⁹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália – *Atto di Nascita* - n. 15 - parte II - serie B - *uff.* 1 – ano 2016; Conservatória de Registos Centrais – Lisboa – Portugal – Registro nº. 24.347/2011 - Assento de Nascimento nº. 69/2011; Livro de Registro de Nascimentos do Cartório de Registro Civil do 4º Subdistrito – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil – nº. 220, fl. 237, termo nº. 167559.

⁵⁹⁰ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália – *Atto di Nascita* - n. 16 - parte II - serie B - *uff.* 1 – ano 2016; Conservatória de Registos Centrais – Lisboa – Portugal – Registro nº. 24.341/2011 - Assento de Nascimento nº. 70/2011; Livro de Registro de Nascimentos do Cartório de Registro Civil do 4º Subdistrito – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil – nº. 225, fl. 268, termo nº. 173685.

⁵⁹¹ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália - *Atto di Nascita* - n. 5 - parte II - serie B - *uff.* 1 – ano 2015.

⁵⁹² *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália – *Atto di Matrimonio* - n. 56 - parte II - serie C - ano 2017.

⁵⁹³ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália - *Atto di Nascita* - n. 70 - parte II - serie B – ano 2017.

⁵⁹⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália - *Atto di Nascita* - n. 4 - parte II - serie B – ano 2015.

PIZANI⁵⁹⁵, administrador de empresas, nascido em São José do Rio Pardo, a 2-JUN-1978, filho de Aparecido Augusto Pizani e de Maria de Fátima Florêncio. Pais dos seguintes filhos, todos nascidos em São José do Rio Pardo:
 1(XVII)-LUIZA ISOLDI PIZANI nascida em 16-JAN-2007⁵⁹⁶.
 2(XVII)-CARLOS ISOLDI PIZANI, nascido no dia 25-JUL-2009⁵⁹⁷.
 3(XVII)- VINICIUS ISOLDI PIZANI, nascido aos 30-DEZ-2015⁵⁹⁸.

§ 40º

XV- REGINA ELISA DA SILVEIRA ISOLDI (*Gigi*), nascida aos 24-OUT-1956, em São Paulo, filha de Paschoal José Napoleão Isoldi e de Maria Martins da Silveira (n.º. XIV do § 27º). Casou-se em sua terra natal, no dia 9-JAN-1982, com UBIRATAM POHL (*Bira*), artista plástico que, por vezes, assinava suas obras como “Ubiratan Carvalho”, nascido em 7-JUL-1953, em Bariri, Estado de São Paulo, e falecido aos 24-ABR-2001, na capital paulista, filho de Ilson Henrique Pohl e Lázara dos Santos.

O casal Regina Elisa da Silveira Isoldi e Ubiratam Pohl teve os seguintes filhos, todos naturais de São Paulo:

- 1(XVI)- PEDRO HENRIQUE ISOLDI POHL, casado com THAIS CUPERMAN, com quem teve geração que segue.
- 2(XVI)- CAROLINA EMÍLIA ISOLDI POHL, nascida no dia 17-ABR-1984.
- 3(XVI)- MARGARIDA MARIA ISOLDI POHL, médica, nascida em 18-ABR-1986.
- 4(XVI)- PAULO VINCENT ISOLDI POHL, nascido aos 21-FEV-1988.

XVI- PEDRO HENRIQUE ISOLDI POHL, médico, nascido a 2-JUN-1982. Casou-se em 2-JUN-2012, em Campos do Jordão, com THAIS CUPERMAN, também médica, nascida em São Paulo, no dia 8-FEV-1982, filha do Dr. Jairo Cuperman, médico, e Marlene Cuperman (em solteira, Bobrow), administradora de empresas, neta paterna de Boris Cuperman e Ester Cuperman, neta materna de Henrique Bobrow e Debora Bobrow. Pais de:

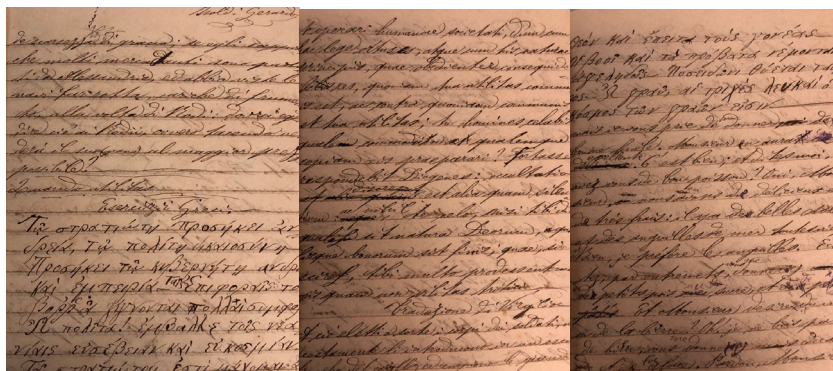
- 1(XVII)- DAVID CUPERMAN POHL, nascido em São Paulo, aos 23-SET-2014.
- 2(XVII)- JULIA CUPERMAN POHL, nascida em São Paulo, no dia 18-JUN-2017.

⁵⁹⁵ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – Província de Salerno – Itália – *Atto di Matrimonio* - n. 10 - parte II - serie C - *uff.* 1 – ano 2015.

⁵⁹⁶ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – *Atto di Nascita* - n. 25 - parte II - serie B - – ano 2015.

⁵⁹⁷ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – *Atto di Nascita* - n. 26 - parte II - serie B - – ano 2015.

⁵⁹⁸ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Polla – *Atto di Nascita* - n. 27 - parte II - serie B - – ano 2015.



Algumas páginas de um dos cadernos escolares do Professor Geraldo Isoldi (§ 26°), que estudou no *Regio Liceo Ginnasio* “Torquato Tasso”, em Salerno, com lições de grego, latim e francês.

§ 41°

XIV- CELESTINA LUIZA ISOLDI (*Celeste*), filha do Professor Geraldo Isoldi e de Maria Emília Verlangieri (n° XIII do § 26°). Nascida aos 21-DEZ-1912, em São Paulo, onde veio a falecer em 29-ABR-1994. Casou-se, em sua cidade natal, no dia 12-SET-1940, com OCTAVIO DE MELLO CASTANHO FILHO, contador e economista, nascido a 3-JUN-1913, em Piracicaba, e falecido em São Paulo, no dia 13-OUT-1976, filho de Octavio de Mello Castanho⁵⁹⁹ e Isaura Bueno de Oliveira⁶⁰⁰. Deixaram a seguinte descendência:

- 1 (XV)- OCTAVIO DE MELLO CASTANHO NETTO, que se casou com NEIDE MAZZOCCO, com descendência que segue.
- 2 (XV)- MARIA EMÍLIA ISOLDI DE MELLO CASTANHO casou-se com PASCHOAL NADDEO DE SOUZA, com geração no § 43°.
- 3 (XV)- ISAURA ISOLDI DE MELLO CASTANHO, casada com SÍLVIO JOSÉ DE OLIVEIRA. Segue no § 45°.
- 4 (XV)- GERALDO ISOLDI DE MELLO CASTANHO casou-se com PALMIRA VENTURA DIAS, com quem teve geração que segue no § 47°. Depois de viúvo, uniu-se a ÂNGELA MARIA SAGRADI.
- 5 (XV)- VICTOR HUGO ISOLDI DE MELLO CASTANHO foi casado com SÍLVIA BARBOSA CORRÊA, com quem teve um filho. Depois, casou-se

⁵⁹⁹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. “*Genealogia Paulistana*”, v. 4, p. 246, n° 8-13, onde figura com o nome de “Octavio Balduíno”.

⁶⁰⁰ ÁRVORE DE COSTADO N° 10, publicada na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico n° 9, da qual constam os nomes de Júlio de Mello Castanho (irmão de Octavio de Mello Castanho) e de sua mulher Elisa Bueno de Oliveira (irmã de Isaura Bueno de Oliveira).

com ROSÂNGELA GONÇALVES, de quem também teve geração. Atualmente é casado com MARIA LETÍCIA GORGULHO DA SILVA. Segue no § 49º.

6 (XV)- RICARDO ISOLDI DE MELLO CASTANHO, casado com RITA DE CÁSSIA GUARNIERI BARBOSA - segue no § 50º.

XV- OCTAVIO DE MELLO CASTANHO NETTO, contador e administrador de empresas, nasceu no dia 15-JUL-1941, em São Paulo, onde veio a falecer em 18-AGO-2009. Casou-se em sua terra natal, aos 15-SET-1966, com NEIDE MAZZOCCO, nascida em 10-ABR-1946, filha de Euclides Mazzocco e Dyrce Lanza. Tiveram os seguintes descendentes:

1 (XVI)- MÔNICA MAZZOCCO DE MELLO CASTANHO casou-se com HELCIO LOPES, com quem teve geração que segue.

2 (XVI)- LUCIANA MAZZOCCO DE MELLO CASTANHO nasceu em São Paulo, a 1º-OUT-1969.

3 (XVI)- OCTAVIO DE MELLO CASTANHO (*Tavinho*), casado com SUZANA SANTOS DOS REIS, com geração que segue no § 42º.

XVI- MÔNICA MAZZOCCO DE MELLO CASTANHO, nascida no dia 11-NOV-1967, em São Paulo, onde contraiu núpcias, aos 22-FEV-2003, com HELCIO LOPES. Pais de:

1 (XVII)- CAROLINA DE MELLO CASTANHO LOPES, nascida a 4-SET-2003, em São Paulo.

§ 42º

XVI- OCTAVIO DE MELLO CASTANHO (*Tavinho*), filho de Octavio de Mello Castanho Netto e de Neide Mazzocco (nº XV do § 41º). Nasceu em São Paulo, aos 25-JAN-1972, e é funcionário do Banco do Brasil. Casou-se com SUZANA SANTOS DOS REIS, nascida em 18-MAIO-1980, em Taquara, Estado do Rio Grande do Sul. Pais de:

1(XVII)- OCTAVIO DE MELLO CASTANHO FILHO, nascido no dia 20-MAIO-2016, em Brasília, Distrito Federal.

§ 43º

XV- MARIA EMÍLIA ISOLDI DE MELLO CASTANHO (*Mia*), professora e bacharel em direito, nasceu em São Paulo no dia 2-MAR-1944, filha de Octavio de Mello Castanho Filho e Celestina Luiza Isoldi (nº XIV do § 41º). Contraiu matrimônio, em São Paulo, em 3-FEV-1968, com Dr. PASCHOAL NADDEO DE SOUZA, advogado, nascido em São Paulo, no dia 27-OUT-1936, falecido na mesma cidade aos 23-NOV-2013, filho de Ângelo de Souza com Giovanina Naddeo. Tiveram os seguintes filhos:

- 1 (XVI)- PASCHOAL NADDEO DE SOUZA FILHO, casado com SÍLVIA ADRIANE GEBARA, com descendência que segue.
- 2 (XVI)- FÁBIO CASTANHO DE SOUZA casou-se com PATRÍCIA BATISTA GUIMARÃES, com geração no § 44º.
- 3 (XVI)- ANA CLÁUDIA CASTANHO DE SOUZA, nascida no dia 17-FEV-1977, em São Paulo.

XVI- PASCHOAL NADDEO DE SOUZA FILHO (*Cao*), que nasceu aos 23-ABR-1970, em São Paulo, onde veio a contrair núpcias, no dia 29-JUL-1999, com SÍLVIA ADRIANE GEBARA, dentista, filha de Mufid Gebara e de Genny Agustini. Pais dos seguintes filhos, ambos nascidos em São Paulo:

- 1(XVII)- ANNA BEATRIZ GEBARA DE SOUZA nascida aos 24-ABR-2000.
- 2(XVII)- JOÃO VICTOR GEBARA NADDEO DE SOUZA, nascido em 30-JAN-2003.

§ 44º

XVI- FÁBIO CASTANHO DE SOUZA, filho de Paschoal Naddeo de Souza e de Maria Emília Isoldi de Mello Castanho (nº XV do § 43º). Nascido no dia 20-MAR-1973, em São Paulo, onde contraiu núpcias em 14-ABR-2005, com PATRÍCIA BATISTA GUIMARÃES, nascida aos 15-JAN-1973, na capital paulista, filha de Roberto Guimarães e de Vera Lúcia Batista. Pais de:

- 1 (XVII)- PEDRO TEODORO GUIMARÃES DE SOUZA, nascido no dia 27-MAR-2007, em São Paulo.

§ 45º

XV- ISAURA ISOLDI DE MELLO CASTANHO, filha de Octávio de Mello Castanho Filho e Celestina Luíza Isoldi (nº XIV do § 41º). Assistente social, nascida em São Paulo, no dia 11-JAN-1946. Casou-se, em sua cidade natal, no dia 14-NOV-1979, com SÍLVIO JOSÉ DE OLIVEIRA, médico psiquiatra, nascido a 4-SET-1945, em Ilícinea, Estado de Minas Gerais, filho de José Augusto de Oliveira e Maria Irene de Avelar. Tiveram como filhos:

- 1 (XVI)- EDUARDO DE MELLO CASTANHO E OLIVEIRA teve com JANE PEDRA RODRIGUES a geração que segue.
- 2 (XVI)- GUSTAVO DE MELLO CASTANHO E OLIVEIRA, casado com MICHELLE LASSALLA PAES DE ALMEIDA, segue no § 46º.

XVI- EDUARDO DE MELLO CASTANHO E OLIVEIRA, nascido aos 27-SET-1983, teve com JANE PEDRA RODRIGUES, a filha:

- 1(XVII)- MARIA EDUARDA RODRIGUES CASTANHO E OLIVEIRA, nascida em 21-OUT-2012.

§ 46º

XVI- GUSTAVO DE MELLO CASTANHO E OLIVEIRA, nascido aos 25-DEZ-1984, filho de Sílvio José de Oliveira e de Isaura Isoldi de Mello Castanho (nº. XV do § 45º). Casou-se com MICHELLE LASSALLA PAES DE ALMEIDA, com quem teve o seguinte filho:

1 (XVII)- MARCELLO LASSALLA DE MELLO CASTANHO E OLIVEIRA, nascido no dia 30-SET-2005.

§ 47º

XV- GERALDO ISOLDI DE MELLO CASTANHO nasceu aos 22-MAR-1948, em São Paulo, filho de Octavio de Mello Castanho Filho e Celestina Luiza Isoldi (nº XIV do § 41º). Casou-se em São Paulo, aos 24-JUN-1971, com PALMIRA VENTURA DIAS, nascida em São Paulo, no dia 27-MAR-1948, e falecida em Florianópolis, em 18-NOV-2000, filha de Duarte Ventura Dias e Ilza de Carvalho Rebello. Depois, uniu-se a ÂNGELA MARIA SAGRADI, nascida em São Paulo, em 9-SET-1954, filha de Bruno Sagradi e Maria Celeste Burzo⁶⁰¹. Formado em administração de empresas, Geraldo Isoldi de Mello Castanho iniciou suas atividades no mercado de capitais em 7-FEV-1968, trabalhando na Isoldi S/A Corretora de Valores Mobiliários, da qual foi diretor por muitos anos e, em 2010, tornou-se presidente. Reside em Florianópolis, onde foi membro do Conselho Deliberativo do Avaí Futebol Clube e diretor do Iate Clube de Santa Catarina Veleiros da Ilha. Tiveram:

1 (XVI)- RENATA DIAS DE MELLO CASTANHO, casada com RAYMUNDO JOSÉ AMBONI JÚNIOR, com geração que segue.

2 (XVI)- PATRÍCIA DIAS DE MELLO CASTANHO, nascida a 5-MAIO-1974 e falecida em 10-MAIO-1974.

3 (XVI)- JULIANA DIAS DE MELLO CASTANHO, casada com RODRIGO MACARENCO, com quem teve geração que segue no § 48º.

4 (XVI)- FLÁVIA DIAS DE MELLO CASTANHO, natural de Florianópolis, onde nasceu em 11-JUL-1978. Trabalha no mercado de capitais.

XVI- RENATA DIAS DE MELLO CASTANHO, nascida a 3-SET-1972, em São Paulo, veio a se casar em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 22-JUL-1995, com RAYMUNDO JOSÉ AMBONI JÚNIOR, nascido em 19-ABR-1971, filho de Raymundo José Amboni e Diva Maria Gomes. Pais de:

⁶⁰¹ ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “A família Verlangieri, originária da Comuna de Polla, na Itália, e suas ramificações nos Estados Unidos da América e no Brasil”, in Revista da ASBRAP n.º. 12, p. 187; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “Os Santomauros que, de Montepeloso, migraram para Padula”, in Revista da ASBRAP n.º. 20, p. 547.

1(XVII)-VICTOR HUGO DE MELLO CASTANHO AMBONI nasceu em Florianópolis, no dia 14-SET-1998.

2(XVII)- MARIANA DE MELLO CASTANHO AMBONI, nascida em Florianópolis, no dia 16-ABR-2002.

§ 48º

XVI- JULIANA DIAS DE MELLO CASTANHO, nascida em Florianópolis, aos 13-ABR-1975, filha de Geraldo Isoldi de Mello Castanho e de Palmira Ventura Dias (nº. XV do § 47º). Casou-se em 7-JUL-2007, com RODRIGO MACARENCO, que trabalha no mercado de capitais, filho de Waldemar Macarenco e de Maria do Carmo Dias, com quem teve:

1(XVII)- FELIPE DE MELLO CASTANHO MACARENCO, nascido em 12-SET-2009.

§ 49º

XV- VICTOR HUGO ISOLDI DE MELLO CASTANHO nasceu em São Paulo, aos 15-MAIO-1950, filho de Octávio de Mello Castanho Filho e Celestina Luiza Isoldi (nº XIV do § 41º). Formado em administração de empresas, foi auditor fiscal do Tesouro Nacional, hoje aposentado. Casou-se em sua cidade natal, a 4-MAIO-1972, com SÍLVIA BARBOSA CORRÊA, advogada, natural de São Paulo, onde nasceu no dia 7-JUL-1953, filha do Dr. Walter Barbosa Corrêa e de Nylse de Mesquita. Após se divorciar, veio a se casar, em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, com ROSÂNGELA GONÇALVES. Atualmente, é casado com MARIA LETÍCIA GORGULHO DA SILVA, médica cirurgiã plástica, nascida aos 24-AGO-1963.

Com a primeira mulher, Sílvia Barbosa Corrêa, teve o filho:

1 (XVI)- GUILHERME DE MELLO CASTANHO, que se uniu a ANA PAULA CONVERSANO, com quem teve geração que segue.

Victor Hugo Isoldi de Mello Castanho e sua segunda mulher, Rosângela Gonçalves, tiveram:

2 (XVI)- HENRY VICTOR GONÇALVES MELLO CASTANHO, nascido em São Paulo, aos 26-JUN-1985.

3 (XVI)- VICTOR HUGO GONÇALVES DE MELLO CASTANHO, gêmeo do anterior.

XVI- GUILHERME DE MELLO CASTANHO, nascido em São Paulo, aos 29-DEZ-1973. De sua união com ANA PAULA CONVERSANO, também natural de São Paulo, filha de Nicolau Conversano e de Helena Ribeiro, teve o filho:

1(XVII)- WALTER DE MELLO CASTANHO, nascido no dia 15-JAN-2013, em São Paulo.

§ 50º

XV- RICARDO ISOLDI DE MELLO CASTANHO (*Caco*), filho de Octávio de Mello

Castanho Filho e Celestina Luiza Isoldi (nº XIV do § 41º). Contador, nascido em São Paulo, no dia 9-SET-1951. Casou-se, em São Paulo, aos 31-AGO-1982, com RITA DE CÁSSIA GUARNIERI BARBOSA, nascida em 9-DEZ-1955, também em São Paulo, filha de José de Moura Barbosa e Neider Camargo Guarnieri. Tiveram os seguintes filhos, sendo a última adotiva:

- 1(XVI)- BRUNO BARBOSA DE MELLO CASTANHO, nascido no dia 28-AGO-1984, em São Paulo.
- 2(XVI)- MARINA BARBOSA DE MELLO CASTANHO, casada com Rodrigo Suzuki, com quem teve a filha que segue no § 51º.
- 3(XVI)- GABRIEL BARBOSA DE MELLO CASTANHO, nascido no dia 30-NOV-1987, em São Paulo.
- 4(XVI)- JOELMA ROCHA GOMES LACERDA, casada com MARCELO APARECIDO DOMINGUES, com geração que segue.

XVI- JOELMA ROCHA GOMES LACERDA, nascida em 9-JUN-1986, casou-se com MARCELO APARECIO DOMINGUES, com quem teve o filho:

- 1(XVII)- LUIZ RICARDO LACERDA DOMINGUES, que nasceu em 4-DEZ-2006.

§ 51º

XVI- MARINA BARBOSA DE MELLO CASTANHO, nascida em São Paulo, aos 21-AGO-1985, filha de Ricardo Isoldi de Mello Castanho e de Rita de Cássia Guarnieri Barbosa (nº. XV do § 50º). Casou-se com RODRIGO SUZUKI, nascido em Marília, Estado de São Paulo, aos 27-AGO-1986. Pais de:

- 1(XVII)- MARILIA ALICE DE MELLO CASTANHO SUZUKI, nascida em Campinas, no dia 12-JUN-2018.

§ 52º

XIV- LUIZA ESTHER ISOLDI, nascida em 12-FEV-1916, em São Paulo, e falecida na mesma localidade, aos 16-FEV-1991, filha do Professor Geraldo Isoldi e de Maria Emilia Verlangieri (nº XIII do § 26º). Contraiu núpcias, em sua cidade natal, na Igreja da Imaculada Conceição, em 5-SET-1947, com HONÓRIO DE MELLO SYLOS, viúvo de Ophelia Simões, nascido em Casa Branca, Estado de São Paulo, aos 19-ABR-1907, e falecido na capital paulista, no dia 11-JAN-1988, filho de Brasília de Sylos e Adelina de Mello⁶⁰².

⁶⁰² DAUNT, Ricardo Gumbleton. “*Os Gonçalves dos Santos de Casa Branca descendentes do sertanista Tenente Urias Emidio Nogueira de Barros*”, in Revista do Instituto Heráldico-Genealógico nº 8, p. 47, nº 13-1 de 12-7; GUIMARÃES, José. “*As Três Ilhoas. Contendo a descendência de Júlia Maria da Caridade*”, p. 145, nº 8-7; ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy, ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*A Família Mello de São José do Rio Pardo e Região*”, in Revista da ASBRAP nº 2, p. 308, nº

Honório de Mello Sylos foi gerente da agência central e inspetor do Banco Noroeste do Estado de São Paulo. Tiveram a seguinte geração:

- 1(XV)- LUIZ GERALDO ISOLDI DE SYLOS casou-se com ÊNIA CECÍLIA BRIQUET e, após se separar, uniu-se a ELISENA ANDRADE RIBEIRO. Teve geração de ambas, conforme segue.
- 2 (XV)- HONÓRIO DE MELLO SYLOS JÚNIOR, casado com VERA TERECHOW, com geração no § 53°.

XV- LUIZ GERALDO ISOLDI DE SYLOS, engenheiro e fiscal da Prefeitura do Município de São Paulo. Nasceu aos 17-MAIO-1949, na referida cidade, onde veio a se casar, a 1°-DEZ-1975, com ÊNIA CECÍLIA DE JESUS BRIQUET, filha de Arthur Carlos Briquet e Maria Terezinha Loureiro de Jesus. Tiveram os seguintes filhos:

- 1 (XVI)- CORINE ANNE CONSTANCE BRIQUET DE SYLOS, que nasceu em 27-SET-1978.
- 2 (XVI)- ERIC CESAR BRIQUET DE SYLOS, nascido em 17-AGO-1981. Após se separar da primeira mulher, Luiz Geraldo Isoldi de Sylos uniu-se a ELISENA ANDRADE RIBEIRO, com quem teve:
- 3 (XVI)- THALYA SYLOS, que nasceu em 7-OUT-2002.
- 4 (XVI)- BRENO SYLOS.

§ 53°

XV- HONÓRIO DE MELLO SYLOS JÚNIOR (*Quico*) nasceu a 6-NOV-1950, em São Paulo, filho de Honório de Mello Sylos e Luiza Esther Isoldi (n° XIV do § 52°). Engenheiro, foi fiscal da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 4-OUT-1986, contraiu núpcias, na referida cidade, com VERA TERECHOW, médica veterinária, nascida no dia 4-SET-1959, em São Paulo, filha de Denis Terechow e de Bronislawa Tomashewitz. Tiveram:

- 1(XVI)- HONÓRIO DE MELLO SYLOS NETO, que nasceu em São Paulo, aos 27-FEV-1990.
- 2(XVI)- DENIS TERECHOW DE SYLOS, nascido em São Paulo.

§ 54°

XIII- MARIA CLELIA MARGHERITA ISOLDI, conhecida como MARIA ISOLDI, filha do *Cavaliere Avvocato* Dom Pasquale Vincenzo Ermenegildo Isoldi e de Dona Eloisa Carmela Michelina Cestari (n°. XII do § 25°). Nascida aos 30-

2(VI), do § 18°; TITULARES DO IMPÉRIO, in Anuário Genealógico Brasileiro ano I, p. 147, Bn. 42; LEME, Luiz Gonzaga da Silva. “Genealogia Paulistana”, v. 6, p. 406, n° 12-7 de 11-4.

MAI-1885, em Caggiano⁶⁰³, tendo falecido em Nocera Inferiore, Província de Salerno, a 8-DEZ-1941⁶⁰⁴. Teve uma filha⁶⁰⁵ com um *brigadiere* que trabalhava na estação dos *Carabinieri* de Caggiano⁶⁰⁶:

1(XIV)- ROSA PADIGLIONE foi casada com GIOVANNI TERRANO, com descendência que segue.



Maria Isoldi, nascida em Caggiano, no ano de 1885, e falecida em Nocera Inferiore, em 1941.

⁶⁰³ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Caggiano - Registro de Nascimentos - 1885 - n.º. 76.

⁶⁰⁴ *Ufficio dello Stato Civile* da Comuna de Nocera Inferiore - Registro de Óbitos - 1941 - Parte II - n.º. 255 (conforme certidão emitida em 6-NOV-2007 pelo Sr. Renato D'Alessandro, *Ufficiale dello Stato Civile Delegato*).

⁶⁰⁵ *Voce Amica*, ano XXXVII, n.º. 6, DEZ-1999, p. 15.

⁶⁰⁶ TERRANO, Maria - comunicação pessoal.

- XIV- ROSA PADIGLIONE, nascida no dia 5-JAN-1913, foi criada pela família Attianese, de Angri. Casou-se com GIOVANNI TERRANO, *impiegato comunale*, nascido em 16-OUT-1911. Durante a II Guerra Mundial, ele foi enviado para a África, como soldado. Residiam em Angri, onde ela faleceu aos 29-SET-1999; e ele em 22-OUT-2003. Deixaram os seguintes descendentes⁶⁰⁷:
- 1(XV)- ANTONIO TERRANO contraiu núpcias com CATERINA FORTELLINI, com geração que segue.
 - 2(XV)- ELISABETTA TERRANO casou-se com GIOVANNI TORTORA, tendo descendência que segue no § 55º.
 - 3(XV)- FILOMENA TERRANO (*Mena*), nascida em Angri, aos 26-JAN-1942, casou-se no dia 14-FEV-1985, com ROSARIO FERRENTINO, nascido em Nocera, aos 15-FEV-1943, tendo falecido em 6-DEZ-1993.
 - 4(XV)- MARIA TERRANO, que se casou com MARIO SICIGNANO, com filhos descritos no § 58º.
 - 5(XV)- PASQUALE TERRANO casou-se com ANTONIETTA PENTANGELO, com filhos no § 59º.
 - 6(XV)- RAFFAELA TERRANO nasceu em Angri, aos 24-JUN-1949. Professora de inglês, formou-se pela Universidade de Roma “La Sapienza”.
 - 7(XV)- FRANCA TERRANO contraiu matrimônio com PRISCO ALFONSO DAMIANO, com geração que segue no § 60º.
 - 8(XV)- ROMEO TERRANO casou-se com FRANCESCA PETROCELLI, com descendência no § 61º.
- XV- ANTONIO TERRANO, *geometra*, nascido em Angri, aos 29-JUN-1935, casou-se com CATERINA FORTELLINI, natural de Angri, onde nasceu aos 21-MAR-1938. Tiveram:
- 1(XVI)- GIOVANNI TERRANO, casado com GENOVEFFA LONGOBARDO, com descendência que segue.
 - 2(XVI)- ROSA TERRANO, nascida no dia 18-JAN-1967, em Salerno.
- XVI- GIOVANNI TERRANO, *commercialista*, nasceu em Salerno, no dia 19-JAN-1964. Casou-se aos 27-ABR-1996 com GENOVEFFA LONGOBARDO, *commercialista*, nascida em Cava, a 1-FEV-1967. Tiveram os seguintes filhos:
- 1(XVII)- ANTONIO TERRANO, nascido aos 22-JAN-1997, em Salerno.
 - 2(XVII)- CESARE TERRANO, nascido em Nocera Inferiore, aos 27-NOV-2000.
 - 3(XVII)- GABRIELE TERRANO, nascido em Nocera Inferiore, aos 17-SET-2002.

§ 55º

- XV- ELISABETTA TERRANO nasceu em Angri, aos 21-JUN-1938, filha de Giovanni

⁶⁰⁷ TERRANO, Maria - comunicação pessoal.

Terrano e Rosa Padiglione (n.º XIV do § 54º). Contraiu núpcias aos 27-AGO-1964, com GIOVANNI TORTORA, nascido em Angri, no dia 10-JAN-1931, com quem teve a seguinte descendência:

- 1(XVI)- ANNAMARIA TORTORA, casada com ALBERTO LONGOBARDI, com descendência que segue.
- 2(XVI)- SALVATORE TORTORA casou-se com GIOVANNA CASTALDO, com geração no § 56º.
- 3(XVI)- LUIGIA ALFONSINA TORTORA, que se casou com FRANCESCO MERCURIO, com descendência no § 57º.
- 4(XVI)- LOREDANA TORTORA nasceu no dia 3-JAN-1974, em Pagani. É formada em letras clássicas.

XVI- ANNAMARIA TORTORA, *insegnante*, nascida em Castellammare di Stabia, no dia 16-SET-1966. Casou-se em 16-JUN-1993, com ALBERTO LONGOBARDI, nascido em Angri, a 5-SET-1956. Pais de:

- 1(XVII)-CONSIGLIA LONGOBARDI (*Conny*), nascida aos 29-MAR-1994, em Scafati. Formada em química e tecnologia farmacêutica na *Università degli Studi di Salerno*.
- 2(XVII)-FRANCESCO LONGOBARDI (*Ciccio*) nasceu aos 21-SET-1996, em Pagani.

§ 56º

XVI- SALVATORE TORTORA, filho de Giovanni Tortora e de Elisabetta Terrano (n.º XV do § 55º). *Commercialista*, nascido no dia 8-AGO-1968, em Castellammare di Stabia. Casou-se em 15-JUL-2003, com GIOVANNA CASTALDO, engenheira química, nascida em Angri, aos 11-NOV-1968. Tiveram:

- 1(XVII)- ELISABETTA TORTORA, nascida em Nápoles, aos 21-AGO-2004.
- 2(XVII)- SARA TORTORA, nascida em Brescia, no dia 15-MAIO-2006.

§ 57º

XVI- LUIGIA ALFONSINA TORTORA, nascida em Pagani, no dia 2-AGO-1970, filha de Giovanni Tortora e de Elisabetta Terrano (n.º XV do § 55º). Diplomada em línguas e literatura estrangeira, casou-se em 10-ABR-1999, com FRANCESCO MERCURIO, nascido aos 20-MAI-1971, em Castellammare di Stabia. Pais de:

- 1(XVII)- GIUSEPPE MERCURIO nasceu em Nocera Inferiore no dia 8-JAN-2000.
- 2(XVII)- GIOVANNI MERCURIO, nascido em Scafati, a 5-DEZ-2001.

§ 58º

XV- MARIA TERRANO, filha de Giovanni Terrano e Rosa Padiglione (n.º XIV do § 54º). Nascida em Angri, aos 19-MAI-1945, formou-se em línguas e

literatura estrangeiras, sendo professora de francês. Contraiu núpcias em 16-MAI-1974, com MARIO SICIGNANO, *geometra*, nascido no dia 12-FEV-1936, em San Antonio Abate. Residem em Sant'Egidio del Monte Albino e são pais de:

- 1(XVI)- MARY SICIGNANO, nascida em Pagani, aos 24-FEV-1975. É advogada, formada pela *Università degli Studi di Napoli "Federico II"*.
- 2(XVI)- ANGELOANDREA SICIGNANO nasceu em Nocera, no dia 12-ABR-1977.
- 3(XVI)- MASSIMO SICIGNANO, nascido em Pagani, no dia 7-MAR-1982.

§ 59º

XV- PASQUALE TERRANO, *geometra*, nascido em Angri, no dia 8-JUL-1947, filho de Giovanni Terrano e Rosa Padiglione (nº. XIV do § 54º). Contraiu matrimônio em 14-OUT-1981, com ANTONIETTA PENTANGELO, professora de francês, natural de Angri, onde nasceu aos 21-OUT-1953. Tiveram três filhos gêmeos, nascidos em Scafati, a 4-DEZ-1983:

- 1(XVI)- ANTONIO TERRANO formou-se em engenharia civil pela *Università degli Studi di Salerno*, em 2008.
- 2(XVI)- GIANLUCA TERRANO que, em 2012, obteve a láurea de especialista em engenharia civil pela *Università degli Studi di Salerno*, com louvor.
- 3(XVI)- ROSSELLA TERRANO, casada com MASSIMO BISOGNO, com geração que segue.

XVI- ROSSELLA TERRANO é formada em línguas e literatura estrangeira pela *Università degli Studi di Napoli "Federico II"*. Casou-se em 16-ABR-2011, com MASSIMO BISOGNO, *ingegnere imprenditore*, nascido em Nocera Inferiore, no dia 4-JUN-1982, com quem teve os filhos:

- 1(XVII)- CHIARA BISOGNO, nascida em Nocera Inferiore, aos 31-AGO-2011.
- 2(XVII)- CHRISTIAN BISOGNO, nascido em Nocera Inferiore, no dia 12-FEV-2014.

§ 60º

XV- FRANCA TERRANO, filha de Giovanni Terrano e Rosa Padiglione (nº. XIV do § 54º). Nasceu em Angri, no dia 9-DEZ-1951, tendo se casado, aos 22-MAI-1976, com PRISCO ALFONSO DAMIANO, nascido em 21-JAN-1941. Tiveram a seguinte descendência:

- 1(XVI)- GIUSEPPINA DAMIANO, casada com AMEDEO EGIDIO TROIANO, com geração que segue.
- 2(XVI)- SALVATORE DAMIANO, natural de Pagani, onde nasceu em 7-OUT-1978. Formou-se em engenharia naval no dia 27-OUT-2005 e trabalha no ENI de Milão.

3(XVI)- SARA DAMIANO nasceu em Pagani, a 3-JUL-1981. Formou-se no dia 25-OUT-2005 em biotecnologia média.

XVI- GIUSEPPINA DAMIANO, formada em línguas e literatura estrangeiras, nasceu em Pagani, aos 24-FEV-1977. Casou-se no dia 3-JUN-2002 com AMEDEO EGIDIO TROIANO, suboficial do exército, nascido em Castellammare di Stabia, Nápoles, aos 26-MAR-1977. São pais de:

1(XVII)- CHIARA TROIANO, nascida em S. Daniele del Friuli, Udine, a 5-JUN-2003.

§ 60º

XV- ROMEO TERRANO, nascido em Angri, aos 23-AGO-1953, filho de Giovanni Terrano e Rosa Padiglione (n.º XIV do § 54º). É advogado formado pela Universidade de Nápoles “Federico II”. Contraiu núpcias em 11-SET-1982 com FRANCESCA PETROCELLI, advogada, nascida em Nápoles, no dia 13-JUL-1953. Pais de:

1(XVI)- GIOVANNI TERRANO, nascido em Nápoles, aos 24-JUN-1984.

§ 61º

Desentroncado

I- ..., que teve os seguintes filhos:

1(II)- Sacerdote MICHELE CESTARO, nascido por volta de 1650⁶⁰⁸.

2(II)- Magnífico GIUSEPPE CESTARO, casado com ANNA ROGATO, com geração que segue.

II- Magnífico GIUSEPPE CESTARO⁶⁰⁹, casado com ANNA ROGATO, pais de⁶¹⁰:

⁶⁰⁸ FIORE, Edgard – comunicação pessoal.

⁶⁰⁹ Ressalvando não ter encontrado dados anagráficos a respeito, o Dr. Giuseppe Fulgione apontava, num primeiro momento, que, segundo a tradição oral da família, o pintor Giacomo Cestaro seria filho de Giuseppe Cestari, que foi tesoureiro do *Regio Fisco* de Teramo e Chieti (FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 39, nota 4). Em trabalho posterior, o mesmo autor apontou que o Magnífico Giuseppe Cestari (casado com Anna Rogato), seria filho do U.J.D. Tommaso Cestari (FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana*”- pôster e cartão com legenda, nota 6). Apesar da intensa busca documental realizada pelo genealogista italiano Michele Cartusciello, não conseguimos comprovar nenhuma dessas hipóteses, nem mesmo uma remota origem *montesane* desse ramo da família Cestari (ou Cestaro), estabelecido em Nápoles.

⁶¹⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla*

- 1(III)- Magnífico Dom GIACOMO PIETRO PAOLO CESTARO ou apenas GIACOMO CESTARO, que foi casado com a Magnífica Dona SERAFINA DE SIO ou SANTA SERAFINA DE SIO, que segue.
- 2(III)- Reverendo MICHELE CESTARI.

III- Magnífico Dom GIACOMO PIETRO PAOLO CESTARO ou, apenas, Dom GIACOMO CESTARO foi batizado aos 27-NOV-1719, na Igreja de *S. Giacomo degli Italiani*, em Nápoles⁶¹¹. Conhecido pintor e professor na *Accademia del Disegno* de Nápoles, assinava suas obras como IACOPO CESTARO. Sofreu influência do famoso artista Abade Francesco Solimena, sendo que a mais antiga de suas pinturas, de que se tem registro, é a *Apparizione della Vergine a S. Francesco di Paola* (1750), na Igreja de São Francisco, em Ottaviano, destruída por uma erupção do Vesúvio. Entre 1757 e 1759, empenhou-se em vários afrescos e telas de extraordinária beleza, na *Chiesa dei Santi Filippo e Giacomo*, em Nápoles. Na primeira metade da década de 1760, executou algumas obras nas Igrejas de *S. Maria Assunta* e *S. Domenico*, em Bagnoli Irpino, bem como na *Chiesa dell'Annunziata*, em Angri. Em Nápoles, executou vários afrescos, inclusive nos Palácios Real e Episcopal, alguns deles destruídos na II Grande Guerra Mundial ou em demolições promovidas pela administração comunal. Sua pintura também pode ser vista numa escadaria da *Reggia di Caserta*⁶¹². Na segunda metade da década de 1770, aderiu à maçonaria napolitana⁶¹³. Já era falecido em 1780⁶¹⁴. Casou-se, pela primeira vez, em 8-OUT-1750, na Igreja de *S. Onofrio dei Vecchi*, cujo assento foi registrado na *Parrocchia di S. Giovanni Maggiore*, em Nápoles⁶¹⁵, com a Magnífica Dona SANTA SERAFINA DE SIO ou SERAFINA

Marcellana”- pôster e cartão com legenda.

⁶¹¹ A maioria das biografias do pintor Giacomo Cestaro indica que ele seria natural de Bagnoli Irpino (*ex vi*: AULISA, Tommaso, *Bibliografia Storica eli Bagnoli Irpino*, p. 70-72). Porém, em pesquisa realizada em OUT-2013, pelo Sacerdote Stefano Dell'Angelo, da Paróquia *Santa Maria Assunta*, em Bagnoli Irpino, não foi localizado nenhum batismo de Giacomo Cestaro nos livros II (anos 1614 a 1639), III (1651 a 1676), IV (1676 a 1717) e V (1718 a 1739) da mencionada igreja. O verdadeiro local de batismo do pintor Giacomo Cestari somente foi desvendado em pesquisa realizada pelo Sr. Edgard Fiore, em 2016. A respeito do pintor Giacomo Cestaro, ver também: FIORE, Edgard. *Novità su Jacopo Cestaro*, in *TeCLA – Rivista di Temi di Critica e Letteratura Artistica*, nº. 12, p. 38-49.

⁶¹² FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 39-42.

⁶¹³ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i 'fratelli' meridionali del'700*”. vol. III, p. 147-148, nota 14.

⁶¹⁴ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Nicola Cestari e Rosa Latilla – 1780.

⁶¹⁵ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Giacomo Cestaro e Anna

DE SIO, batizada na referida paróquia em 3-NOV-1725, filha do Magnífico Dom Carlo de Sio e de Nicoletta Scampa, que, na época do batismo, viviam no *Seggio di Porto*, em Nápoles⁶¹⁶.

Por ocasião do matrimônio, Dom Giacomo Cestaro vivia *dal suo*, era da Paróquia de *Santa Maria dell'Avvocata*, em Nápoles, e residia, com o pai, “*sopra Tarsia in dominibus Oratorij S. Filippo Nerij*”. Já Dona Santa Serafina de Sio era da Paróquia de *S. Giovanni Maggiore* e residia com o pai “*in S. Onofrio dei Vecchi in dominibus di Saverio Mirra*”⁶¹⁷.

Dona Santa Serafina de Sio faleceu em 6-MAR-1766, sendo sepultada na Venerável Igreja *della Visitazione*, mas com assento registrado na Paróquia de *S. Maria Incoronatella*, em Nápoles⁶¹⁸.

Em MAIO-1768, na *Parrocchia di S. Maria Incoronatella*, em Nápoles, o viúvo, Dom Giacomo Cestaro, habilitou-se para se casar com a Senhora Dona ANNA ANGELA LAURA VINCENZO BALESTIERO, solteira, ambos napolitanos⁶¹⁹. Ela foi batizada na mesma paróquia, aos 28-OUT-1734, sendo filha de Tommaso Balestiero (ou Balestieri) e de Antonia Malentia⁶²⁰. Dom Giacomo Cestaro e Dona Santa Serafina de Sio tiveram:

1(IV)- Abade GIUSEPPE CESTARI (OU CESTARO), nascido em Nápoles, onde foi batizado no dia 10-OUT-1751, na Paróquia de *S. Maria Incoronatella*, sendo-lhe imposto o nome de GIUSEPPE GENNARO ANDREA RAFFAELE⁶²¹. Aos 22-JAN-1765, entrou na Congregação Clerical do Padre Francesco Pavone⁶²². Seu tio, Reverendo Michele Cestari, constituiu patrimônio para sua ordenação sacerdotal, com uma doação de 36 *ducati*, por meio de ato, datado de 12-

Angela Laura Vincenzo Balestiero – 1768 – fl. 2 (cópia desse documento gentilmente fornecida pelo Sr. Edgard Fiore).

⁶¹⁶ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Giacomo Cestaro e Santa Serafina de Sio – 1750.

⁶¹⁷ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Giacomo Cestaro e Santa Serafina de Sio – 1750.

⁶¹⁸ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Giacomo Cestaro e Anna Angela Laura Vincenzo Balestiero – 1768 – fl. 3 (cópia desse documento gentilmente fornecida pelo Sr. Edgard Fiore).

⁶¹⁹ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Giacomo Cestaro e Anna Angela Laura Vincenzo Balestiero – 1768 – fl. 1 (cópia desse documento gentilmente fornecida pelo Sr. Edgard Fiore).

⁶²⁰ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio* – Giacomo Cestaro e Anna Angela Laura Vincenzo Balestiero – 1768 – fl. 4 (cópia desse documento gentilmente fornecida pelo Sr. Edgard Fiore).

⁶²¹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 43-44.

⁶²² CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 280, nota 6.

NOV-1767, lavrado perante o Notário Giuseppe Maria Saggese, de Nápoles⁶²³. Aí frequentou seminário, onde foi discípulo do Cônego Salvatore Ruggiero, do Cônego Giuseppe Rossi e do reitor Giuseppe Simioli⁶²⁴, inclinando-se ao jansenismo e amadurecendo ideias de um forte regalismo e anticurialismo⁶²⁵. Ordenou-se subdiácono em 19-DEZ-1772 e diácono em 18-DEZ-1777⁶²⁶. No ano seguinte, tornou-se membro da *Accademia Reale di Scienze e Belle Lettere*. Dedicou-se aos estudos filosóficos e linguísticos, publicando escritos de exegese bíblica, textos sobre a origem da língua vulgar e dos dialetos, além de estudos históricos, sobretudo de história pátria⁶²⁷.

Nos anos de 1785 e 1786, completou os *Annali del Regno di Napoli*, obra em dez volumes, que havia sido iniciada por seu amigo Francesco Antonio Grimaldi, mas interrompida no volume VII, em razão do falecimento deste. Também publicou *Descrizione della topografia, ed antichi edifici della città di Napoli* (1782), *Esame della pretesa donazione fatta da Sant' Arrigo imperatore alla Santa Sede* (1785) e *Dimostrazione della falsità dei titoli vantati dalla Santa Sede sulle Due Sicilie* (1789)⁶²⁸.

Seguindo a tradição dos homens de sua família, na década de 1780, aderiu à maçonaria napolitana⁶²⁹. A política tornou-se a espinha dorsal de sua atividade intelectual. As obras do Abade Giuseppe Cestari evidenciam suas ideias regalistas e antivaticanistas, sendo que, nesta última, um tratado de doutrina jurisdicionalista, composto por vontade da Rainha Maria Carolina, ele invalida os pretensos direitos feudais do Papa sobre o Reino de Nápoles e ataca a política temporalística do papado, pois isso contrastava com a

⁶²³ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 43.

⁶²⁴ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 280, nota 6.

⁶²⁵ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 43-44.

⁶²⁶ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 280, nota 6.

⁶²⁷ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 280, nota 6; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 44.

⁶²⁸ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 280, nota 6.

⁶²⁹ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 282, nota 6.

vontade de Cristo. Como recompensa, ele foi nomeado *prefetto* dos *Archivi della Real Zecca* e da *Reale Camera della Sommaria*⁶³⁰.

Após encontrar alguns documentos sobre uma antiga mina napolitana de alume, publicou, em 1790, *Aneddoti istorici sulle allumiere delli monti Leucogei*, uma dura crítica ao monopólio do Vaticano sobre o comércio desse mineral, apontando escandalosos interesses econômicos e políticos⁶³¹.

Em virtude de sua fidelidade à Dinastia dos Bourbons, em 1791, o Abade Giuseppe Cestari obteve o benefício eclesiástico da Abadia de *S. Maria delle Grotte*, em Modugno. Contudo, desiludido com o tépido reformismo bourbônico, ele abandonou a linha regalista e abraçou os ideais da Revolução Francesa⁶³².

Participou de reuniões nas residências de Domenico Bisceglia, Francesco Saverio Salfi e Eleonora Pimentel da Fonseca. Durante a permanência da frota francesa comandada pelo Almirante La Touche-Tréville, no porto de Nápoles, o Abade Giuseppe Cestari ofereceu, em sua própria casa, um banquete em homenagem aos estrangeiros. Em 12-JAN-1793, o almirante retribuiu a cortesia com um ágape maçônico a bordo do navio *Le Languedoc*, onde o abade foi o orador principal⁶³³.

Poucos dias depois, o Abade Giuseppe Cestari foi encarcerado no *Castel Sant'Elmo*, pelas autoridades bourbônicas, com outros conspiradores. Depois de processado, foi-lhe imposto domicílio forçado no convento dos redentoristas, na fração de Materdomini, em Caposele⁶³⁴.

No ano em que permaneceu no convento, o Abade Giuseppe Cestari trabalhou nos comentários do segundo volume da *Istoria civile del Regno di Napoli*, de Pietro Giannone (1793) e escreveu *Dilucidazione teologica sopra l'uso delle Sagre Immagini* (1794)⁶³⁵.

Nesse meio tempo, foi processado perante a primeira *Giunta*

⁶³⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 44-45.

⁶³¹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 45.

⁶³² FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 45-46.

⁶³³ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i 'fratelli' meridionali del'700*”. vol. II, p. 281, nota 6.

⁶³⁴ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i 'fratelli' meridionali del'700*”. vol. II, p. 281, nota 6; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 48.

⁶³⁵ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i 'fratelli' meridionali del'700*”. vol. II, p. 281, nota 6.

di Stato, em Nápoles, como partícipe da chamada Conjuntura Jacobina de 1794. Seu nome foi apontado aos inquisidores como membro da maçonaria meridional e ele foi exilado. Com isso, o Abade Giuseppe Cestari permaneceu em Milão, com Giuseppe Abbamonte, Francesco Mario Pagano e Vincenzo Russo⁶³⁶.

Em 1796, publicou *Descrizione storico-topografica-fisica delle isole del Regno di Napoli*. Ao retornar a Nápoles, o Abade Giuseppe Cestari foi novamente preso, mas absolvido pela *Giunta di Stato*, por insuficiência de provas, sendo liberado em 25-JUL-1798⁶³⁷.

Aos 23-JAN-1799, foi proclamada a República Napolitana e, no mês de fevereiro, o Abade Giuseppe Cestari foi nomeado comissário do *Cantone Masaniello* (Mercato) e, em março, presidente do *Comitato dell'amministrazione interna* (ou seja, ministro do interior)⁶³⁸. Colaborou com Francesco Mario Pagano e Giuseppe Logoteta na elaboração da constituição da República Napolitana⁶³⁹. Devido a sua posição mais radical a respeito da questão feudal, propondo a abolição dos feudos sem qualquer indenização, acabou sendo excluído do governo⁶⁴⁰.

Nesse meio tempo, a reação avançava sobre Nápoles, com as tropas do Cardeal Ruffo, que se reportavam a Ferdinando IV da Sicília. No curso do derradeiro ataque sanfedista para a conquista de Nápoles, o Abade Giuseppe Cestari posicionou-se na defesa da ponte *della Maddalena*, onde morreu com armas em punho, no dia 13-JUN-1799⁶⁴¹. Na década de 1960, a *Scuola Media Statale* de Montesano sulla Marcellana recebeu o nome em homenagem ao *Abate Giuseppe Cestari*⁶⁴².

2(IV)- Abade GENNARO CESTARI (ou CESTARO), batizado com os nomes de GENNARO MARIA ANTONIO DOMENICO, nascido em Nápoles, no dia 18-JUN-1753. Estudou no seminário de Nápoles, onde foi

⁶³⁶ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 281, nota 6; FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 48.

⁶³⁷ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 281, nota 6.

⁶³⁸ TALLARICO, Maria Aurora. “*Dizionario biografico degli italiani*”, vol. 24, no site <http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-cestari> (consultado em 17-AGO-2020).

⁶³⁹ D’AMICO, Giuseppe. “*Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari*”, p. 15.

⁶⁴⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 49.

⁶⁴¹ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. II, p. 280-282, nota 6.

⁶⁴² FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 50.

discípulo do Cônego Giuseppe Simioli, este professor de teologia dogmática e expoente do jansenismo meridional. Foi ordenado sacerdote em 1777, distinguindo-se pelo seu forte anti-curialismo. Em 1788, publicou *Lo spirito della giuridizion ecclesiastica sull'ordinazione dei vescovi*, obra considerada escandalosa e criticada por teólogos, pois insinuava desobediência ao Papa. Nela, negava a autoridade do pontífice que, segundo ele, não deveria conceder nem revogar benefícios, honrarias, bispados e territórios, prerrogativas que seriam reservadas ao rei. Sustentava, ainda, a igualdade e a paridade absoluta entre todos os bispos no governo da Igreja, assim como a independência deles em relação ao Papa. Suas ideias eram alinhadas a um rígido regalismo, ao menos até desiludir-se com a política adotada pelos soberanos napolitanos. Influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, passou a difundir pensamentos opostos àqueles que até então defendia. Por sua atividade republicana, Gennaro Cestari foi condenado a 20 anos de exílio fora dos domínios reais e enviado a Marselha, na França. Em 1803, ele se transferiu para Milão, onde estavam confinados muitos exilados políticos napolitanos. Aí publicou *Tentativo sulla rigenerazione delle scienze* (1804), *Tentativo secondo sulla rigenerazione delle scienze* (1805) e *Saggio di una coordinazione del sistema scientifico* (1805). Ficou cerca de seis anos distante de Nápoles, mas pôde retornar em 1805, com o domínio napoleônico e a fuga de Ferdinando IV. Então, Giuseppe Bonaparte nomeou-o professor de filosofia na Universidade e membro da comissão examinadora dos livros para escolas do reino, inclusive seminários, com a finalidade de uniformizar a instrução pública. Em 1809, tornou-se cônego do Capítulo de Nápoles e, no ano seguinte, publicou os *Discorsi due relativi alla scienza dell'uomo*, criticado por alas mais conservadoras da Igreja⁶⁴³. Qualificado como cônego do Arcebispado de Nápoles, faleceu a 4-JUN-1814, em sua cidade natal, na sua casa, situada na *Strada Nuova S. Maria Ogni Bene*, n. 27, no *Quartiere Montecalvario*⁶⁴⁴.

3(IV)- Dom NICOLA CESTARI (ou CESTARO)⁶⁴⁵, cujo nome completo era

⁶⁴³ FULGIONE, Giuseppe. “Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari”, p.50-53.

⁶⁴⁴ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Napoleonico – Montecalvario – Morti – 30/04/1814 – 23/10/1814 – Imagem 94 – número de ordem 752*, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 27-MAIO-2020.

⁶⁴⁵ Alguns autores confundem Nicola Cestari, filho di Giacomo Cestaro, com o U.J.D.

NICOLA MARIA MICHELE CUSTODE RAFFAELE CESTARI, nascido aos 17-JUN-1757, em Nápoles, onde foi batizado na Igreja de *Santa Maria dell'Incoronatella*⁶⁴⁶. Casou-se em Nápoles, no ano de 1780, com Dona ROSA MARIA LUISA LATILLA, que assinava apenas ROSA LATILLA, nascida aos 29-JUN-1758, batizada na Igreja de *San Michele Arcangelo*, filha de Dom Gaetano Latilla, de Nápoles⁶⁴⁷. Assim como o irmão Andrea, formou-se em direito pela *Università de'Regj Studj* de Nápoles, cidade em que nasceu. A exemplo do pai e irmãos, fazia parte da maçonaria napolitana. Foi investigado pela nova *Giunta di Stato* instalada em março de 1795, acusado de participar da chamada conjuntura jacobina do ano precedente. Também foi exilado na França⁶⁴⁸.

- 4(IV)- GIOVANNI⁶⁴⁹.
 5(IV)- ANNA, gêmea do anterior⁶⁵⁰.
 6(IV)- Dom ANDREA CESTARI (ou CESTARO) casou-se com AGNESE PISTOIA, com geração que segue.

- IV- Dom ANDREA CESTARI (ou CESTARO), *benestante*, nascido por volta de 1761⁶⁵¹, em Nápoles, onde se formou em direito. Aí exerceu as profissões de procurador e advogado, com escritório no *Quartiere* Monte Calvario, junto à casa da família Cammarota. Na década de 1780, aderiu à maçonaria napolitana. Durante a República Napolitana de 1799, foi nomeado *municipalista del cantone Monte Libero* (trata-se do bairro Antignano, onde se situa o Castelo Sant'Elmo). Em 1º-JUN-1799, a comissão legislativa o elegeu juiz suplente do Tribunal Civil. Depois da vitória da armada sanfedista do Cardeal Ruffo, foi preso na habitação da família em *Monte Ciarletta*. Em seguida, a casa foi saqueada por plebeus. Junto com o irmão Gennaro, foi levado completamente nu ao cárcere criminal da *Vicaria*. A junta de Estado condenou-o ao exílio em 20-NOV-1799, com confisco de seus bens. A sentença foi confirmada por Ferdinando IV de Bourbon no

Nicola Cestari, presidente da municipalidade de Montesano, assassinado em 17-FEV-1799 – n.º. IX do § 12º deste trabalho.

⁶⁴⁶ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio – Chiesa di San Francesco e Matteo* – noivos Nicola Cestari e Rosa Latilla – 1780.

⁶⁴⁷ *Archivio Diocesano di Napoli – processetto di matrimonio – Chiesa di San Francesco e Matteo* – noivos Nicola Cestari e Rosa Latilla – 1780.

⁶⁴⁸ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. III, p. 146-147, nota 13.

⁶⁴⁹ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 39.

⁶⁵⁰ FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”, p. 39.

⁶⁵¹ Cf. assento de casamento da única filha, em 1811.

dia 29 sucessivo. Embarcou com o irmão Nicola com destino a Toulon, na França. Da cidade de Dijon, em 13-MAR-1800, ofereceu-se para servir como voluntário na *Légion Italique dell'Armée d'Italie* de Napoleão. Dissolvido o batalhão Ronca, da República Cisalpina, onde foi acolhido com o falso nome de *Cetrara* (ou *Cetrani*), participou de um plano insurrecional organizado por um grupo de exilados meridionais para o final de 1801, no Estado Pontifício e no Reino das Duas Sicílias. Depois de uma breve estada em Roma, retornou à França⁶⁵². Em 1818, era juiz do *Circondario di Montecalvario*, em Nápoles⁶⁵³. Faleceu em 17-MAR-1853⁶⁵⁴. Foi casado com AGNESE PISTOIA (ou PISTOJA), com quem teve uma filha⁶⁵⁵:

1(V)- Dona SERAFINA CESTARI, cujo nome completo era SERAFINA ROSA MARIA BRUNA CESTARO, casou-se com Don VINCENZO CAMMAROTA, com geração que segue:

V- Dona SERAFINA CESTARI, cujo nome completo era SERAFINA ROSA MARIA BRUNA CESTARO, natural de Nápoles, onde se casou, no Distrito Montecalvario, com 16 anos de idade, no dia 13-FEV-1811, com Dom VINCENZO CAMMAROTA, também de Nápoles, *benestante*, com 20 anos, filho do falecido Giuseppe Cammarota e da Senhora Anna Pessina, então com 44 anos de idade. Na ocasião, o noivo e a família da noiva residiam na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 27, e a mãe dele residia no *Vico Noce*, n. 1, ambos em Nápoles⁶⁵⁶.

Serafina Cestari veio a falecer no dia 8-JAN-1865, quando residia na *Strada Speranzella*, n. 86, no *Quartiere San Ferdinando*, em Nápoles, deixando sete filhos maiores, sendo dois homens e cinco mulheres. Nessa ocasião, Vincenzo Cammarota era domiciliado em Atripalda⁶⁵⁷. Tiveram os seguintes filhos, que descobrimos:

1(VI)- GIUSEPPA ANGELA ADELAIDE CAMMAROTA nasceu no dia 18-ABR-1811, em Nápoles, ocasião em que seu pai residia na *Strada Nuova*

⁶⁵² CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. III, p. 145-146, nota 12.

⁶⁵³ Cf. consta do registro de nascimento da neta Clarissa Angiola Adelaide Cammarota.

⁶⁵⁴ CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del’700*”. vol. III, p. 145-146, nota 12.

⁶⁵⁵ Agnese Pistoia já era falecida por ocasião do casamento da filha, em 1811.

⁶⁵⁶ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Napoleonico – Montecalvario – Matrimoni – 1811*- Imagem 13 – número de ordem 20, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁵⁷ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Italiano – San Ferdinando – Morti – 01/01/1865 – 17/04/1865* – Imagem 16 – número de ordem 19, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

- Pizzofalcone*, no *Quartiere* San Ferdinando⁶⁵⁸.
- 2(VI)- GIUSEPPE RAFFAELE FRANCESCO PAOLO CAMMAROTA nasceu às 19 horas do dia 26-ABR-1813, no *Quartiere* Montecalvario, na Cidade de Nápoles, em parto assistido por sua avó paterna Anna Pessina, esta residente na *Via Concezione Montecalvario*, n. 38. A mãe, Senhora Serafina Cestari, residia na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 21⁶⁵⁹.
- 3(VI)- GENNARO GIUSEPPE ASCANIO CAMMAROTA nasceu em 20-ABR-1815, na casa paterna, situada na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 27, no *Quartiere* Montecalvario, em Nápoles⁶⁶⁰.
- 4(VI)- CLORINDA GIUSEPPA ANGIOLA CAMMAROTA, nascida em Nápoles, no dia 17-AGO-1817⁶⁶¹.
- 5(VI)- Dona CLARISSA ANGELA ADELAIDE CAMMAROTA ou CLARISSA ANGIOLA ADELAIDE CAMMAROTA nasceu aos 23-OUT-1818, na casa paterna, em Nápoles⁶⁶². Residia na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 36, no *Quartiere* Montecalvario, em Nápoles, quando aí se casou, na Igreja de *Santa Maria Ogni Bene*, no dia 19-NOV-1849, com Dom NICOLA LEONCAVALLO, da Comuna de Bari, *legale*, com 37 anos de idade na ocasião, domiciliado no mesmo bairro, na *Strada Rosario Portamedina*, n. 63, filho de Dom Domenico Leoncavallo, proprietário, e de Dona Gelsomina Mastropasqua⁶⁶³.
- 6(VI)- ANGELICA MARIA ERMINIA ADELAIDE CAMMAROTA nasceu em

⁶⁵⁸ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Napoleonico – San Ferdinando – Nati* – Imagem 188 – número de ordem 319, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁵⁹ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Napoleonico – Montecalvario – Nati* – 09/02/1813 – 19/05/1813 - Imagem 369 – número de ordem 366, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁶⁰ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile Napoleonico – Montecalvario – Nati* – 02/01/1815 – 14/07/1815 - Imagem 302 – número de ordem 391, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁶¹ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati* – 01/01/1817 – 16/10/1817 - Imagem 420 – número de ordem 573, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁶² *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati* – 24/06/1818 – 03/12/1818 - Imagem 280 – número de ordem 866, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁶³ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Matrimoni* – Imagem 299 – número de ordem 212, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

- 3-MAR-1820, na casa do pai, na Comuna de Nápoles⁶⁶⁴.
- 7(VI)- Dom TITO CAMMAROTA, cujo nome completo era TITO MICHELE GIUDA TADDEO LINDORE MEDORO ASCANIO CAMMAROTA, nasceu no *Circondario* Montecalvario, em Nápoles, no dia 8-ABR-1822, ocasião em que seu pai residia na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 33⁶⁶⁵. Por ocasião do casamento de sua irmã Clarissa, foi qualificado como proprietário e residente na referida via pública, n. 36, em Nápoles.
- 8(VI)- CLELIA CLORINDA CLARISSA MARIA CARMELA FRANCESCA LUTGARDA CAMMAROTA nasceu em 4-AGO-1824, em Nápoles. Na ocasião, seu pai foi qualificado como proprietário e residente na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 35, no *Circondario* Montecalvario⁶⁶⁶.
- 9(VI)- ASCANIO CAMMAROTA, cujo nome completo era ASCANIO GIUSEPPE GENNARO TITO LUTGARDO MARIO CAMMAROTA, nasceu no dia 11-AGO-1826, na casa paterna, situada na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 35, no *Circondario* Montecalvario, Comuna de Nápoles. Aí faleceu em 13-AGO-1826⁶⁶⁷.
- 10(VI)- GAETANO ASCANIO TITO GENNARO GIUSEPPE GIUDA TADDEO LINDORO CAMMAROTA nasceu na casa do pai, em Nápoles, no dia 3-JAN-1828⁶⁶⁸.
- 11(VI)- Dona ANGELINA CAMMAROTA, cujo nome completo era ANGELINA GIUSEPPA MARGHERITA ADELAIDE GAETANA CLELIA CARMELA CLARISSA ANGELICA CAMMAROTA, nascida na casa do pai, em Nápoles, no dia 1º-JUN-1831⁶⁶⁹. Casou-se na Igreja de *Sant'Anna*

⁶⁶⁴ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati – 01/01/1820 – 07/04/1820 - Imagem 355 – número de ordem 248, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.*

⁶⁶⁵ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati – 03/04/1822 – 26/07/1822 - Imagem 27 – número de ordem 387, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.*

⁶⁶⁶ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati – 31/07/1824 – 06/12/1824 - Imagem 32 – número de ordem 821, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.*

⁶⁶⁷ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati – 19/06/1826 – 08/10/1826 - Imagem 256 – número de ordem 821; Morti, 03/08/1826 – 31/12/1826 – Imagem 20 – número de ordem 625, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.*

⁶⁶⁸ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati – 01/01/1828 – 26/03/1828 - Imagem 26 – número de ordem 19, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.*

⁶⁶⁹ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati –*

di Palazzo, em Nápoles, no dia 22-NOV-1858, com Dom GIUSEPPE LAUREANO, da Comuna de Tricarico, na Basilicata, com 28 anos de idade, proprietário, filho do falecido Dom Stefano Laureano, proprietário, e de Dona Teresa Corsuti, domiciliada em Tricarico. Na ocasião, o noivo era domiciliado na Via *San Matteo*, n. 24, no *Circondario* Montecalvario, e a noiva residia com a mãe no *Vico Salato*, n. 24, no *Circondario* San Ferdinando, em Nápoles. O pai da noiva era domiciliado em Atripalda⁶⁷⁰.

12(VI)- PASQUALE EPAMINONDA LUCIANO ERNESTO CAMMAROTA nasceu no dia 13-DEZ-1832, na casa de seus pais, situada na *Strada Nuova Santa Maria Ogni Bene*, n. 35, no *Circondario* Montecalvario, em Nápoles. Na ocasião, seu pai encontrava-se em Atripalda⁶⁷¹.

13(VI)- MALVINA BEROE STEFANINA CAMMAROTA, nascida na casa paterna, no *Circondario* Montecalvario, em Nápoles, no dia 25-MAIO-1834⁶⁷². Residia no *Vico Salato*, n. 4, no *Circondario* San Ferdinando, quando se casou, no dia 12-DEZ-1859, na Igreja de *Sant'Anna di Palazzo*, em Nápoles, com Dom ENRICO PAPPACODA, de Nápoles, com 23 anos de idade, *impiegato civile*, filho de Dom Pasquale Pappacoda, proprietário, e Dona Maria Rosa Amatruda, domiciliados no referido *circondario* no *Vico Sant'Anna di Palazzo*, n. 41. Na ocasião, o pai da nubente era domiciliado em Atripalda⁶⁷³.

21/03/1831 – 03/06/1831 - Imagem 495 – número de ordem 589, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁷⁰ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – San Ferdinando – Matrimoni* – 23/04/1858 – 31/12/1858 - Imagem 276 – número de ordem 296, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁷¹ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati* – 04/11/1832 – 31/12/1832 - Imagem 213 – número de ordem 135, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁷² *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – Montecalvario – Nati* – 29/03/1834 – 20/07/1834 - Imagem 256 – número de ordem 515, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

⁶⁷³ *Archivio di Stato di Napoli – Stato Civile della Restaurazione – San Ferdinando – Matrimoni* – 1859 – Imagem 325 – número de ordem 262, in www.antenati.san.beniculturali.it, consultado em 5-JAN-2017.

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia finalizar este trabalho sem registrar meus agradecimentos a diversas pessoas que, ao longo de anos, muito contribuíram e incentivaram as pesquisas sobre a família Cestari.

Em 2009, o historiador Vittorio Bracco, de Polla, na Província de Salerno, foi o primeiro a me dar notícias sobre os trágicos acontecimentos de 1799, envolvendo meu hexavô Dom Nicola Cestari e seus familiares. Tanto ele quanto sua mulher, Professora Angelina Tortorella (minha parente pela família Verlangieri), sempre me ajudaram com preciosas informações genealógicas. Infelizmente, ambos faleceram em 2012, mas registro meus agradecimentos póstumos.

Também tive o prazer de trocar correspondências epistolares e *e-mails* com o Dr. Giuseppe Fulgione, falecido em 2014, autor do precioso livro “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*” (1995). Essa obra foi a base para obtenção de muitos dados sobre essa família, possibilitando, assim, a ampliação das pesquisas, cujo resultado agora apresento em homenagem a ele.

Devo frisar, ainda, meu agradecimento ao genealogista Michele Cartusciello, diretor do *Museo del Cognome*, em Padula, pelo hercúleo trabalho de pesquisa desenvolvido por ele nos mais diversos arquivos civis e eclesiásticos italianos, a exemplo dos Arquivos de Estado de Salerno e de Nápoles, bem como dos Arquivos Diocesanos de Nápoles, Nocera Inferiore e de Teggiano, além dos Arquivos Paroquiais de Tramutola e de Montesano sulla Marcellana. Sem o valioso trabalho de pesquisa dele, não teria sido possível organizar a genealogia da família Cestari, de Montesano sulla Marcellana.

Por fim, agradeço ao Dr. Fulvio Maria Visone que, em SET-2014, muito gentilmente, levou minhas tias, Inês e Ana Emília, e eu para conhecermos os imóveis da família Cestari, em Montesano sulla Marcellana: o *palazzo*, a Capela de *S. Maria delle Grazie*, a propriedade rural *L'Eliceto*, bem como o Convento dos *Cappuccini*.

COMUNICAÇÕES PESSOAIS

CARTUSCIELLO, Michele.

FIORE, Edgard.

FULGIONE, Giuseppe.

ISOLDI, Paschoal José Napoleão.

PASSARELLI, Gaetano.

TERRANO, Maria.

VISONE, Fulvio Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMATO, Marta. “*Família Andrade de Minas Gerais. Ascendência e descendência de Antônio de Brito Peixoto. 500 anos de História*”. Campinas: edição da autora, 2016.
- AMATO, Marta. “*Bento da Costa Preto. Um Paulista nas Minas Gerais*”. São Carlos: edição da autora, 2017.
- AMBROGI, Marco. “*La storia in parallelo. Aspetti culturali e social del Vallo di Diano attraverso le gesta delle sua protagoniste*”. Assessorato della Cultura della Provincia di Salerno – Associazione A.L.C.I., 2009.
- ÁRVORE DE COSTADO Nº 10. In: Revista do Instituto Heráldico-Genealógico nº 9. São Paulo, 1942-1943.
- AULISA, Tommaso. “*Bibliografia Storica eli Bagnoli Irpino*”. Valsele Tipografia – Materdomini, 1994.
- BARRESE LI PRATI, Eligio. “*Abbozzo di Memorie per la Casa Barrese li Prati di questa Città di Marsico*” (Biblioteca Nacional de Nápoles, manoscritti, XVIII, 23).
- BONSERA, Santino G. “*Di una ignorata veduta prospettica cinquecentesca di un paese lucano*”. In: Leukanikà – Rivista Lucana di Varia Cultura. Ano VII, n. 1-2, junho 2007, p. 28-32.
- BONSERA, Santino G. “*Gli Statuti del Sacro Monte di Pietà di Tramutola nella bolla di Papa Sisto V (1586) e nei decreti dell’Abate Cavense Raffaele Pasca (Sec. XVIII)*”. In: Studi e Ricerche di Storia Patria. Fontes IV. Centro Grafico di Rocco Castrignano: Anzi, março 2003.
- BONSERA, Santino G. “*L’Immagine di Tramutola nel secolo XVI*”. In: Studi e Ricerche di Storia Patria. Fontes III. Centro Grafico di Rocco Castrignano: Anzi, março 2003.
- BONSERA, Santino G; ORIOLO, Remo; TROCCOLI, Giuseppe D. “*Tramutola. Note e ricerche storiche*”, 1993.
- BORELLA, Andrea (curador). *Annuario della Nobiltà Italiana nuova serie*. Ano XXXI, vol. II. S.A.G.I Casa Editrice, Teglio (SO) – Itália, 2010 (edição monumental do 150º aniversário da Unidade da Itália).
- BRACCO, Vittorio. “*Polla. Linee di una storia*”. 2ª ed. Salerno: Arti Grafiche Boccia Edizioni, 1999.
- CANCRO, Mario. “*Terre Lucane. Frammenti di storia e di civiltà lucana osservati nel più ampio quadro storico meridionale e nazionale*”. Booksprint, 2016.
- CASSESE, Leopoldo. “*Giacobini e Realisti nel Vallo di Diano*”. In: “*Rassegna Storica Salernitana*”. Società Salernitana di Storia Pátria, ano X, nº 1-4, JAN.-DEZ. 1949.
- CASTIGLIONE, Ruggiero Di. “*La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del ‘700*”. Vol. II. Roma: Gangemi, 2008.

- CASTIGLIONE, Ruggiero Di. *“La Massoneria nelle Due Sicilie e i ‘fratelli’ meridionali del ‘700’*. Vol. III. Roma: Gangemi, 2009.
- CATTANA, Anna; NESCI, Maria Teresa. *“Zanichelli Dizionario Compatto della Lingua Italiana”*. Bologna: Zanichelli editore S.p. A.
- CIRILLO, Giuseppe Pasquale, *“Per lo Marchese D. Filippo Villapiana contro PP. di S. Giovanni a Carbonara”*. Nápoles, 1775 (disponível na internet).
- “Corriere di Casalbuono”*. In: Giornale d’Italia, de 10-OUT-1923.
- D’ACUNTI, Vincenzo. *“La familia Gerbasio di Montesano nella Storia del Regno di Napoli”*. In: *Quaderni del Centro Studi e Ricerche del Vallo di Diano “Pietro Laveglia”*, v. 13. Battipaglia: Laveglie & Carlone, 2012.
- D’AMICO, Giuseppe. *“Cronaca di un efferato delitto: il caso Cestari”*. Valentina Portfirio Editore.
- “Dal giornale ‘Il popolo salernitano’ del 28 febbraio - 1 marzo 1905 in occasione della morte del Cav. Avv. D. Pasquale Isoldi”*. In: Voce Amica, ano XXXVI, nº. 6, DEZ- 1998.
- D’ALESSIO, Maria Teresa. *“La sepoltura della famiglia Bigotti nella Cestosa di Padula”*. In: *Bollettino della Soprintendenza per i BAP di Salerno e Avellino*, 2009 (studi).
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. *“Os Gonçaves dos Santos de Casa Branca descendentes do sertanista Tenente Urias Emidio Nogueira de Barros”*. In: Revista do Instituto Heráldico-Genealógico nº 8, anos IV e V, 1940-1941.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. *“Diogo Antônio Feijó na tradição da família Camargo”*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XLIII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.
- DEL GUERRA, Rodolpho José. *“Riquezas do baú provinciano”*. São Sebastião da Grama: Grass, 2000.
- DE MARTINO, Felice. *“La breve stagione del “galantuomo””*. Salerno: Marte, 2004.
- DIDIER, Arturo. *“Regesti delle Pergamene di Teggiano (1197-1805)”*. Salerno: Carlone Editore, 2003.
- Elenco Ufficiale Nobiliare Italiano*. Amaldo Forni Editore (reimpressão da edição de Turim, 1922).
- FERRI, Lucio. *“Tre paesi una famiglia e il resto di niente”*. Milão: Image, 2008.
- FIORE, Edgard. *Novità su Jacopo Cestaro*. In: TeCLa – *Rivista di Temi di Critica e Letteratura Artistica*, nº. 12, dez./2015 (disponível na internet).
- FREITAS, Edgard. *“Mococa, 100 anos de história (1847 - 1947)”*.
- FULGIONE, Giuseppe. *“Genealogia della famiglia Cestari di Montesano sulla Marcellana”* - pôster e cartão com legenda, 2006.
- FULGIONE, Giuseppe. *“La storia scritta nella pietra. Diego Gatta insigne giurista salernitano”*. In: L’agenda di Salerno e provincia.
- FULGIONE, Giuseppe. *“Un grande del diritto e della storia Diego Gatta di Sala Consilina”*. In: Il Saggio, ano XIV, nº. 162, SET-2009.

- FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Eboli: i Fulgione (notizie storiche e genealogia)*”. Salerno: La grafopress, 2008.
- FULGIONE, Giuseppe. “*Una famiglia di Montesano sulla Marcellana: i Cestari*”. Salerno: Boccia, 1995.
- GATTINI, Giuseppe. “*Note istoriche sulla Città di Matera e sulle sue famiglie nobili*”. Bolonha: Forni, 1969 (reimpressão fotomecânica).
- “*Giorno*” (jornal), de 25-SET-1923.
- “*Gli inizi della nostra emigrazione all'estero*”. In: *Voce Amica*, ano XXXIII, nº. 6, DEZ-1995.
- GUIMARÃES, Armelím. “*Resumo didático da História de Itajubá*”. 1ª ed. São José dos Campos: Papercrom, 2000.
- GUIMARÃES, José. “*As Três Ilhoas. Contendo a descendência de Júlia Maria da Caridade*”, v. 2º, 1ª parte, 1990.
- ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. “*A descendência de Elias de Mello Castanho*”. In: Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1939-1989), São Paulo, 1991.
- ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. “*Um antigo habitante da região de Cabo Verde (Minas Gerais): Frutuoso Machado Tavares e Silva*”. In: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia - ASBRAP nº 5, 1998.
- ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. “*Um ramo da família Bueno de Camargo*”. In: Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1939-1989). São Paulo, 1991.
- ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*A família Mello de São José do Rio Pardo e região*”. In: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia - ASBRAP nº 2, 1995.
- ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Algumas famílias povoadoras do Alto Rio das Velhas: Ferreira Pedrosa, Aguiar, Pereira Lima e Rodrigues Peixoto*”. In: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia - ASBRAP nº. 26 (eletrônica), 2019.
- ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Alemães em São José do Rio Pardo*”. In: Cidade Livre do Rio Pardo, de 29-OUT—2016, ano 6, n. 64.
- ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*A família Verlangieri, originária da Comuna de Polla, na Itália, e suas ramificações nos Estados Unidos da América e no Brasil*”. In: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia ASBRAP nº. 12, 2006.
- ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Furlanetto: uma família de origem vêneta*”. In: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia ASBRAP nº. 16, 2010.
- ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. “*Os Santomauros que, de Montepeloso,*

- migraram para Padula*". In: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia ASBRAP n.º 20, 2013.
- LAMATTINA, Gaetano. *"Caggiano e il suo Casale di Pertosa. La Necropoli di Acerronia. La Diocesi di Satriano"*. Caggiano: Edizione Voce Amica, 2ª edição, 1994.
- LAMATTINA, Vittorio. *"La Biblioteca Parrocchiale del SS. Salvatore in Caggiano (Salerno)"* (apresentação). In: Voce Amica, ano XXVII, n.º 2, ABR-1989.
- "La Riscossa"* (jornal), de 1 a 12-MAR-1905.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *"Genealogia Paulistana"*, v. 4. São Paulo: Duprat & Cia., 1904.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *"Genealogia Paulistana"*, v. 6. São Paulo: Duprat & Cia., 1905.
- LOMBARDI, Gelsomina; PUGLIESE, Micaela. *"Dal romantico ao barroco: l'architettura religiosa minore"*. In: ESPOSITO, Michele; e TORTORELLA, Antonio (organizadores). *"In Sala Guida Storica Artistica Etnografica"*. Sala Consilina: Biblioteca Comunale di Sala Consilina, 2010.
- MEDICI, Ademir. *"Memória"*. In: Diário do Grande ABC, de 25-MAR-1998, (Caderno Setecidades).
- MIRAGLIA, Antonella. *"La Galleria di Palazzo Ferrau a Matera"*. Potenza: Consiglio Regionale della Basilicata, 2004 (Série *Quaderni di documentazione regionale*).
- MORAES, Esaú Corrêa de Almeida. *"Família Paulista 'Livro de Família' volume 4º"*. In: Biblioteca Genealógica Brasileira, n.º 13. São Paulo, 1969.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *"Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaratinguetá"*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1993.
- PEROTTI, *"Le massime giornale del registro e del notariato"*, ano VI. Florença: Tipografia Eredi Botta, 1869.
- PETRÒCCHI, P. *"Nòvo Dizionario Universale della Lingua Italiana"*, v. I. Milano: Fratelli Trèves Editori, 1910.
- RICCARDI, Riccardo. *"I Pomarici. Storia di un'antica famiglia meridionale"*. Bari: Levante, 2003.
- RICCARDI, Riccardo. *"I Pomarici di Matera. Vicende di un casato e di un palazzo"*. Bari: Levante, 2006.
- RICCARDI, Riccardo. *"La Dinastia Ulmo. Un viaggio sospeso nel tempo tra Matera, Taranto, Martina Franca, Castellana, Locorotondo, Ottaviano e Napoli"*. Bari: Edizioni dal Sud, 2019.
- SANT'ANNA, J. Gabriel. *"Galeria dos sócios do Instituto Genealógico Brasileiro"*; In: Revista Genealógica Latina [publicação do Instituto Genealógico Brasileiro], 1º semestre/1942, ano III, n.º 5.
- SICA, Angelo; AROMANDO, Giuseppe; VANNATA, Francesco. *150 Da Montesano a Marcellana. 1862 14 dicembre 2012*.
- SILVEIRA, Carlos da. *"Cristovam Diniz de Anhaya, um paulista andejo"*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XI. São Paulo, 1935.

- SILVEIRA, Carlos da. “*Povoamento de Silveiras. Os Bicudo Leme. Um crime horripilante*”. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XXXVII. São Paulo, 1937.
- SILVEIRA, Carlos da. “*Um precioso manuscrito. Notas de família. Descendência de Carlos Pedroso da Silveira*”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXIII. São Paulo, 1937.
- SILVEIRA, Carlos da. “*Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXV. São Paulo, 1938.
- SILVEIRA, Carlos da. “*Um frade bem paulista*”. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XLIV. São Paulo, 1938.
- SILVEIRA, Carlos da. “*A família Sene de Silveiras e algures: antes de tudo, pequenos lavradores*”. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, volume LXVIII, São Paulo, 1940.
- SILVEIRA, Carlos da. “*Descendência de Francisco Dias Velho. Lapsos a corrigir. O caso João Pires Monteiro. Breve notícia sobre uns Matos, et cétera*”. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCVI. São Paulo, 1944.
- SILVEIRA, Carlos da. “*Aditamento à Genealogia Paulistana*”. In: Revista Genealógica Latina, v. XX. São Paulo, 1968.
- SORMANI, Miguel Enrique. “*Antonio Santelmo nel Risorgimento salernitano*”. In: ROSSI, Luigi. “*Garibaldi e garibaldini in provincia di Salerno*”. Salerno: Plectica, 2005.
- SPINELLI, Enrico. “*Contributi alla Storia Culturale del Vallo di Diano (secc. XV-XIX)*”. In: *Quaderni del Centro Studi e Ricerche del Vallo di Diano*, v. 3. Salerno: Pitreo Laveglia Editore, 1994.
- SPRETI, Vittorio. “*Enciclopedia storico-nobiliare italiana. Famiglie nobile e titolate viventi riconosciute dal R. Governo d’Italia compresi: città, comunità, mense vescovili, abazie, parrocchie ed enti nobili e titolati riconosciuti*”, v. III e IV. Arnaldo Forni Editor, reimpressão da edição de Milão, 1928-1935.
- TALLARICO, Maria Aurora. “*Dizionario biografico degli italiani*”, vol. 24, 1980. Site <http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-cestari> (consultado em 17-AGO-2020).
- TITULARES DO IMPÉRIO. In: Anuário Genealógico Brasileiro [publicação do Instituto Genealógico Brasileiro], ano I.
- “*Toponomastica Nuova denominazione di piazze e vie a Caggiano*”. In: Voce Amica, ano XXXVI, nº. 3, junho de 1998.
- “*Una Medaglia al Valor Militare*”. In: Corriere della Sera, de 4-JUL-1919.
- VERMANDOIS, Anthony. Site www.imagesmaiorum.net (consultado em 18-FEV-2014).
- VOCE AMICA (boletim da Paróquia do SS. Salvatore, em Caggiano), ano XXXIX, nº. 5, OUT-2001.
- VUOLO, Giuseppe; ARTECA, Gennaro. *Gli Statuti Della Terra di Montesano. Lagonegro (PZ)*, 2010.

REGISTROS PAROQUIAIS CROATAS LOCALIZADOS NA ALEMANHA

Renato de Lucca

Resumo: *Divulgação da localização e catálogo dos livros das paróquias evangélicas com efeito civil, principalmente da Croácia, que após as suas dissoluções na 2ª Guerra Mundial tiveram os livros transferidos para o Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart, Alemanha.*

Abstract: *Disclosure of the location and catalog of the evangelical parishes' books with civil effect, mostly from Croatia, which after their dissolution in World War II had their books transferred to the State Church Archive in Stuttgart, Germany.*

I - Contextualização

Não muito tempo atrás, eu recebi um pedido de ajuda de um descendente de imigrantes croatas, dizendo que não conseguia localizar o nascimento do seu avô nascido em Velimirovac, Croácia. O que me chamou a atenção é que as instituições formais daquele país lhe informaram a inexistência de tal registro e a impossibilidade de solicitar aquela nacionalidade, ainda que o descendente tivesse uma via original da certidão de nascimento do seu avô, emitida na década de 1920, legível e em bom estado.

Após pesquisas realizadas nos arquivos históricos nacionais e regionais, cartórios, igrejas e museus de algumas regiões croatas, cujos funcionários merecem nota de louvor, consegui apenas uma informação informal (mediante networking com uma pesquisadora que reside fora da Croácia), de que os livros possivelmente estariam na Alemanha.

Como podemos localizar algo que parece ter escapado das mãos dessas instituições? Não é coincidência que, frequentemente, a resposta está no seio das famílias.

Certo dia, em contato com Rafael Fix, cujo avô é imigrante croata de etnia alemã, natural de Banovci na Croácia e luterano, encontrei a peça do quebra-cabeça que faltava. Seu avô, que está registrado nestes livros “perdidos”, após emigrar da Croácia ao Brasil, retornou à Alemanha muitos anos atrás, e obteve sua certidão de nascimento emitida pelo Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart,

onde agora estão armazenados diversos livros (não só da Croácia, mas também da Sérvia, Romênia e Eslováquia).

Apenas para exemplificar o porquê destes livros estarem fora de seus países originários, relato brevemente o que ocorreu em Velimirovac na Croácia, em um passado não remoto, cujos desdobramentos ainda se percebem nos dias atuais.

Até o final da Segunda Guerra Mundial¹, Velimirovac era habitada principalmente por alemães. De acordo com o censo² de 1910, esta vila tinha 797 habitantes, dos quais 764 eram alemães em grande parte protestantes. A maioria dos alemães veio na década de 1880 desde Bačka, na Vojvodina, atual território da Sérvia, a convite de um conde para derrubar as florestas e transformá-las em terras aráveis. Entre as duas guerras mundiais, sofrendo injusta discriminação e hostilidades, inúmeros habitantes deixaram a aldeia antes da chegada dos guerrilheiros. Afetados por esta dura realidade, algumas destas famílias imigraram também ao Brasil.

Após o fechamento³ da paróquia evangélica de Velimirovac em 1944, os seus representantes levaram os livros de registro da igreja para os arquivos da igreja em Stuttgart, onde agora estão armazenados e podem ser consultados.

Os habitantes que permaneceram na vila foram levados para um campo de trabalhos forçados em Valpovo por volta de 1945, uma vez que as autoridades atribuíram culpa coletiva a todos os membros de etnia alemã pelas atrocidades nazistas. Após a guerra, despojados de seus bens, muitos também foram enviados à Áustria e à Alemanha.

II - Importância dos documentos

Os registros paroquiais são fontes primordiais para a pesquisa genealógica e deseja-se que estejam disponíveis, preferencialmente de forma gratuita, facilitando ao grande público o resgate familiar e servindo também de base para diversos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Ainda que em menor quantidade em relação ao número de praticantes de outras religiões, nota-se que a divulgação destas fontes evangélicas tem feito notória diferença para os descendentes, tanto no acesso à informação para reconstrução histórica familiar quanto para gozarem de seus direitos civis, seja no Brasil, na Croácia ou em outras partes do mundo.

Em um dos livros⁴ consultados e cedidos pelo arquivo da igreja de Stuttgart

¹ BARWICH, Leopold Karl. Heimatbuch Welimirowatz: Menschen zwischen Welten, zur Erinnerung an unser deutsches Dorf in Slawonien, diversas páginas.

² Site dos assentamentos e população da República da Croácia 1857-2001, Escritório de Estatísticas da Croácia, Censo de 2011, pesquisa por Velimirovac, acessado em 02-MAI-2021.

³ Kirchenbuecher aus Jugoslawien fur die Gemeinden, pág.1.

⁴ BARWICH, Leopold Karl. Heimatbuch Welimirowatz: Menschen zwischen Welten, zur

vemos dezenas destas famílias que residem atualmente nos seguintes países: Áustria, Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá, México, Austrália e Croácia.

O livro cita muitos sobrenomes, entre eles, Becker, Buchler, Benz, Kolb, Medel, Neumann, Hoffmann, Krebs, Stock, Werner, Schenkenberger, Toth, Hassmann, Heil, Szabo.

III - Catálogo cedido pelo arquivo na Alemanha

A seguir transcrevo o catálogo, somente relativo à Croácia, sendo possível consultar online pelo site ARCHION⁵ ou contactando diretamente o arquivo alemão.

Igreja Evangélica Reformada de Szeliste⁶-Velimirovac
(*Ungarn, lutherische Gemeinde*)

| | | |
|---------------------------|-----------|-------------|
| Livro misto | 1886-1905 | (Volume 1) |
| Registro de Batismo | 1899-1924 | (Volume 2) |
| Registro de Batismo | 1924-1936 | (Volume 3) |
| Registro de Batismo | 1936-1954 | (Volume 4) |
| Registro de Casamento .. | 1887-1905 | (Volume 5) |
| Registro de Casamento .. | 1906-1938 | (Volume 6) |
| Registro de Casamento .. | 1939-1954 | (Volume 7) |
| Registro de Óbitos | 1887-1905 | (Volume 8) |
| Registro de Óbitos | 1906-1924 | (Volume 9) |
| Registro de Óbitos | 1924-1933 | (Volume 10) |
| Registro de Óbitos | 1934-1948 | (Volume 11) |

Igreja Evangélica Luterana de Szeliste-Velimirovac
(*Ungarn, lutherische Gemeinde*)

| | | |
|-------------------|-----------|------------|
| Livro misto | 1886-1907 | (Volume 1) |
|-------------------|-----------|------------|

Erinnerung an unser deutsches Dorf in Slawonien, págs 283-293.

⁵ Website ARCHION, navegar por “Württemberg: Landeskirchliches Archiv Stuttgart” (Arquivo da Igreja Estatal de Stuttgart) e “Auslandsgemeinde” (Congregações no exterior). Aparecerá uma lista de países e os respectivos livros.

⁶ Szeliste (alemão) ou Selište (croata) era o nome de Velimirovac até 1914.

| | | |
|--------------------------|-----------|------------|
| Livro misto | 1904-1926 | (Volume 2) |
| Livro misto | 1927-1944 | (Volume 3) |
| Livro misto | 1940-1943 | (Volume 4) |
| Livro misto | 1902-1926 | (Volume 5) |
| Registro de Óbitos | 1939-1944 | (Volume 6) |

Igreja Evangélica Reformada de Vinkvačko Novo Selo⁷, Croácia*Neudorf (Vinkvačko Novo Selo), Kroatien*

| | | |
|----------------------------|-----------|-------------|
| Livro misto | 1831-1860 | (Volume 1) |
| Livro misto | 1860-1897 | (Volume 2) |
| Registro de batismo | 1881-1903 | (Volume 3) |
| Registro de batismo | 1904-1926 | (Volume 4) |
| Registro de batismo | 1926-1944 | (Volume 5) |
| Registro de batismo | 1897-1922 | (Volume 6) |
| Registro de Casamento | 1923-1944 | (Volume 7) |
| Registro de Óbitos | 1881-1910 | (Volume 8) |
| Registro de Óbitos | 1911-1944 | (Volume 9) |
| Registro de Óbitos | 1914-1918 | (Volume 10) |
| Registro de confirmação . | 1927-1944 | (Volume 11) |
| Diversos | 1902-1942 | (Volume 12) |

Igreja Evangélica Reformada de Banovci⁸, Croácia*Sidske Banovce (Banovci, Novi Banovci, Sidski Banovci, Schider Banovci, Sidske Banovce, Banowce, Banowzi), Serbien, Reformierte Gemeinde*

| | | |
|---------------------------|-----------|------------|
| Livro misto | 1862-1905 | (Volume 1) |
| Registro de batismo | 1899-1935 | (Volume 2) |
| Registro de batismo | 1936-1944 | (Volume 3) |
| Registro de Casamento ... | 1904-1943 | (Volume 4) |
| Registro de Óbitos | 1905-1944 | (Volume 5) |

⁷ Antiga vila cujo território hoje pertence à Vinkovci (condado Vukovar).

⁸ Pertence à Nijemci (condado Vukovar) e seu antigo nome era Šidski Banovci.

FONTES DE PESQUISA

- Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart |Landeskirchliches Archiv Stuttgart, disponível em www.archiv.elk-wue.de
- Igreja Evangélica em Württemberg |Evangelische Landeskirche in Württemberg disponível em www.elk-wue.de
- Website ARCHION (consulta do catálogo e cópias digitais dos registros da igreja), acessado em 01-MAI-2021. Disponível em www.archion.de
- Arquivo Nacional em Osijek, Zagreb e diversos cartórios de registro civil (Osijek, Slatina, Zagreb, etc).
- Biblioteca da cidade de Osijek (*Gradska i Sveučilišna knjižnica u Osijeku*)
- Assentamentos e população da República da Croácia 1857-2001, Escritório de Estatísticas da Croácia, Censo de 2011, disponível em:
<https://www.dzs.hr/Hrv/DBHomepages/Naselja%20i%20stanovnistvo%20Republike%20Hrvatske/Naselja%20i%20stanovnistvo%20Republike%20Hrvatske.htm>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARWICH, Leopold Karl. *Heimatbuch Welimirowatz: Menschen zwischen Welten, zur Erinnerung an unser deutsches Dorf in Slawonien*. Reutlingen, Alemanha: Heimatausschuss Welimirowatz, 1985. Disponível em formato digital através de solicitação ao Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart.
- Kirchenbücher aus Jugoslawien für die Gemeinden, Catálogo dos livros da igreja da Iugoslávia para as paróquias de Bečmen, Nemci, Szeliste-Velimrovac, Šidske Banovce, 1987, Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart. Disponível em formato digital através de solicitação.
- BEER, Josef. *Leidensweg der Deutschen im kommunistischen Jugoslawien Band I Ortsberichte*. Munique: Donauschwäbische Kulturstiftung - Stiftung des privaten Rechts, 1997.
- SCHERER, Anton. *Kratka povijest podunavskih Nijemaca*. Osijek, Zagreb, Split: Pan Liber, 1999.

DIRETORIA (BIÊNIO 2020-2021):

Presidente

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho

1º Vice-Presidente

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (*in memoriam*)

2º Vice-Presidente

Eduardo Dias Roxo Nobre

1º Secretário

Stanley Savoretti de Souza

2º Secretário

Gustavo Almeida Magalhães de Lemos

1º Tesoureiro

Rodnei Brunete da Cruz

2º Tesoureiro

Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

Comissão Fiscal

Membros Efetivos:

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

José Fernando Cedeño de Barros

Luiz Gustavo de Sillos

Membros Suplentes:

Paulo Roberto Paranhos da Silva

Sergio Weber

Silvia Rita do Prado Mendes Buttros